

Sintaxe Transformacional do Adjectivo

**Regência das Construções
Completivas**

João Malaca Casteleiro

**Bolseiro do Instituto Nacional de In-
vestigação Científica e da Fundação
Calouste Gulbenkian**

**Dissertação de Doutoramento em Linguística
Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa**

Lisboa, 1978

Großschäfer

SINTAXE TRANSFORMACIONAL
DO ADJECTIVO

Regência das Construções
Completivas

João Malaca Casteleiro

Bolseiro do Instituto Nacional
de Investigação Científica e
da Fundação Calouste Gulbenkian

Dissertação de Doutoramento
em Linguística Portuguesa,
apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade de
Lisboa

Lisboa 1978

A minha mulher

Aos meus filhos

Aos meus pais

"Toute construction théorique a toujours été précédée d'un long travail d'accumulation systématique de données, et les chercheurs se sont toujours efforcés de combler les trous qui pouvaient se présenter dans leurs données avant d'avancer une règle générale. Une théorie ne fait, en tout cas dans un premier temps, que reformuler la classification établie de ces données, d'une manière qui en rend l'appréhension intuitive (i.e. d'une manière explicative)" (Maurice Gross, Méthodes en Syntaxe, pp. 9-10).

"Winter's mention of 'the crucial difference between the inductive approach of the empiricist and the deductive one of the theoretician' brings in a wholly empty and vicious dichotomy. This inappropriate opposition is reflected in the frequent attempt to set up some sort of division between 'descriptive' and 'theoretical' linguistics, as if there could be description without theory or theory without description" (Emmon Bach, "Nouns and noun phrases", in E. Bach e R.T. Harms eds., Universals in Linguistic Theory, p. 102, n°7).

NOTA PRÉVIA

O trabalho que aqui apresento constitui um fragmento da gramática do adjetivo no português contemporâneo. Este fragmento abrange a descrição sistemática e tanto quanto possível exaustiva de cerca de 2.000 adjetivos predicativos, que aceitam construções completivas, em relação a aproximadamente 150 propriedades sintácticas (e semânticas). Esta descrição insere-se no quadro metodológico elaborado por Maurice Gross, sobretudo descrito em Méthodes en Syntaxe (Paris, Hermann, 1975), a partir dos trabalhos de Zellig Harris. Neste quadro metodológico, a noção de transformação é sobretudo encarada como "um dispositivo experimental que permite descobrir e localizar as restrições sintácticas (e semânticas) que ligam os elementos das frases" (Gross, 1975: p. 9) ou certas frases entre si. Embora tenha como objectivo prioritário efectuar uma descrição o mais exaustiva possível das construções completivas adjectivais, procuro sempre que possível avançar também uma explicação dos fenómenos detectados. Neste sentido, analiso diversas propostas de explicação avançadas pela gramática generativa em relação a muitos fenómenos que aqui estudo, tendo em vista mos

VIII.

trar quer a sua adequação aos dados linguísticos do português, quer a pouca base empírica, em que se sustentam, quando é o caso.

A metodologia que utilizo privilegia o recurso à introspecção (ou competência linguística) para obter os dados empíricos necessários à descrição. É evidente que este método tem alguns inconvenientes, como os tem aliás a utilização de um corpus. Entre esses inconvenientes deve assinalar-se uma certa flutuação quanto aos juízos sobre a aceitabilidade de certas frases ou construções utilizadas. Apesar de ter tido a preocupação de me não fiar apenas na minha intuição de falante, procurando por isso testar as construções duvidosas, é natural que o leitor não esteja de acordo com todos os juízos de aceitabilidade formulados ao longo do texto. Creio, no entanto, que estará de acordo com a grande maioria deles.

A desvantagem representada por aquela fracção de construções susceptíveis de levantarem dúvidas será com certeza largamente compensada pelos resultados conseguidos.

De facto, a descrição que aqui apresento seria impossível de obter a partir de um corpus, por mais extenso que fosse, conforme procuro demonstrar na secção 3 do Capítulo I e a sequência do trabalho ilustra.

É possível, no entanto, que algumas flutuações e deficiências na apresentação dos dados sejam devidas a distração ou imprecisão da minha parte, o que era praticamente ine-

vitável, se tivermos em conta a massa enorme de dados com que tive de me defrontar.

O trabalho que aqui apresento não teria sido possível sem a contribuição directa ou indirecta de diversas pessoas, às quais devo um agradecimento.

Em primeiro lugar devo manifestar o meu reconhecimento ao Professor Luís F. Lindley Cintra, por ter aceitado dirigir esta dissertação, pelo apoio que sempre me deu ao longo da sua realização, pelas sugestões que propôs e muito especialmente pela contribuição que deu à minha formação filológica e linguística, e também pedagógica.

Em segundo lugar, devo um agradecimento muito particular ao Professor Maurice Gross, cuja contribuição para a realização deste trabalho é inestimável; diversas soluções metodológicas que apresento não teriam sido possíveis sem o seu concurso e apoio, que foi sempre constante quer durante os dois anos lectivos em que estagiei na Universidade de Paris — Vincennes, quer durante a sua permanência em Lisboa, aonde se deslocou para a realização de Seminários de Linguística.

Ao Professor Jacinto do Prado Coelho agradeço, sobretudo, a sua contribuição para a minha formação no domínio da lexicografia, a qual me foi de grande utilidade neste trabalho para estabelecer a ponte entre o léxico e a sintaxe.

A Alain Guillet, Christian Leclère, Lélia Picabia e Jean

X.

Paul Boons, investigadores do Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, agradeço as sugestões e apoio que me deram durante os dois anos em que permaneci em Paris.

A Eduardo Paiva Raposo, José António Meireles, Manuela Bettencourt de Oliveira, Maria Antónia Mota e Maria Elisabete Ranchhod agradeço as sugestões que me deram aquando da discussão de alguns aspectos deste trabalho e/ou a paciência com que responderam aos meus inquéritos sobre a aceitabilidade de certas construções. Por motivo semelhante devo também um agradecimento aos meus alunos destes últimos anos, em especial aos do Seminário de Sintaxe do Português, quer pelas observações pertinentes que fizeram a propósito de algumas análises que expus, relacionadas com este trabalho, quer pelas informações relativas à aceitabilidade de determinadas frases aqui utilizadas.

A Elisabete e Razik Ranchhod agradeço o terem-me emprestado por vários meses a sua casa, onde desfrutei do isolamento e tranquilidade necessários para escrever a maior parte deste trabalho.

Por motivo semelhante agradeço igualmente a Maria Manuel e Rui Rasquilho o empréstimo do seu apartamento durante algum tempo.

Devo igualmente agradecer às pessoas que intervieram na feitura do volume, muito especialmente a Adélia Torrado, a Natália Cruz e Margarida Pereira, que dactilografaram o texto e/ou as Tábuas, e bem assim a Diamantino Azevedo

e José Manuel Domingues, que não se pouparam a esforços para conseguirem passar o texto a "offset" dentro do limitado prazo de que dispúnhamos.

Finalmente, devo um agradecimento muito especial à minha mulher e aos meus filhos pelo apoio constante que me deram e pela paciência e compreensão com que suportaram o isolamento dos vários meses que durou a gestação final e redacção deste trabalho. Agradeço-lhes igualmente a sua contribuição para a feitura do volume.

Lisboa, 16 de Julho de 1978

João Malaca Casteleiro

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Nota prévia	VII
Résumé en français	XIX
Símbolos e convenções	XXVII
 CAPÍTULO I: PRELIMINARES TEÓRICO-METODOLÓGICOS	 1
1. Objecto da investigação	1
2. Orientação metodológica	4
3. Obtenção dos dados em sintaxe	10
4. Definição de adjectivo	20
4.1. Contribuição dos dicionários	20
4.2. Contribuição da gramática tradicional	25
4.2.1. Descrição do adjectivo na "Gramática Filosófica" de J. Soares Barbosa	27
4.2.2. Descrição do adjectivo na "Gramática da Língua Portuguesa" de Celso Cunha	35
4.3. Contribuição das gramáticas estruturalistas ...	43
4.4. Contribuição da gramática generativa trans- formacional	47
4.4.1. Tratamento do adjectivo no modelo clássico	48
4.4.2. A hipótese de que os adjectivos e os verbos pertencem à mesma classe le- xical (Lakoff)	55
4.4.3. A proposta da gramática não discreta (Ross)	87
4.5. Definição contextual de adjectivo	99
4.5.1. Adjectivos predicativos e não predi- cativos	101
4.5.2. Os adjectivos - nomes	126
4.5.3. Adjectivos e participios passados	133

	Pág.
4.6. Adjectivos predicativos e construções completivas	198
4.6.1. Definição de frase completiva	198
4.6.2. Regência das construções completivas dos adjectivos predicativos	217
5. Conclusão	235
Notas ao Capítulo I	239
Anexo ao Capítulo I	317
Lista A (Participios passados adjectivos)	317
Lista B (Participios passados não adjectivos)	323
CAPÍTULO II: PROPRIEDADES SINTÁCTICAS	333
1. Definição e tipos de propriedades sintácticas (e semânticas)	333
2. Propriedades distribucionais	346
2.1. Substantivos/ <u>humanos</u> / (N_{hum}) e substantivos / <u>não humanos</u> / ($N_{\text{-hum}}$)	346
2.2. Completivas <u>Que-F</u> e outras construções aparentadas (<u>Se-F</u> , <u>Como-F</u> , etc.)	356
2.3. Factivas <u>O facto de que-F</u>	403
2.4. Os auxiliares copulativos <u>ser</u> e <u>estar</u>	439
2.5. Prefixo negativo (<u>Pfx neg</u>)	453
2.6. Complementos preposicionais	464
2.6.1. Complementos de adjectivos e complementos de frase	466
2.6.2. Complementos preposicionais não frásicos ..	496
2.7. As estruturas $N_o V_{\text{cop}} \text{Adj}$ e $N_o V_{\text{cop}} \text{Adj}$ <u>prep y N₁</u>	505
3. Propriedades transformacionais	513
3.1. Redução (ou desfinitização) das completivas <u>Que-F</u>	513
3.1.1. Redução (ou desfinitização) das completivas sujeito	520

3.1.2.Redução (ou desfinitização) das completivas objecto	525
(i) Redução das completivas <u>a que-F</u>	525
(ii) Redução das completivas <u>de que-F</u>	528
(iii) Redução das completivas <u>em que-F</u>	534
(iv) Redução das completivas <u>para que-F</u>	536
(v) Redução das completivas <u>por que-F</u>	539
3.1.3 Redução (ou desfinitização) das comple- tivas duplas (adjectivos simétricos)	547
3.2. Redução das factivas <u>O facto de que-F</u>	550
3.3. Indução do conjuntivo em <u>Que-F</u> pela negação do predicado adjectival (<u>~ Adj > conj/Que-F—/</u>)..	560
3.4. Extraposição das completivas, factivas e infinitivas	562
3.5. Deslocação de constituintes e topicalização	571
3.6. A propriedade N_{1c} (ser + estar) Adj de V_{-inf}^{oc} (Elevação do Objecto)	594
3.7. A Permuta entre o Sujeito e o Predicativo (a propriedade <u>Adj (E + Compl) $V_{cop} N_o$</u>)	629
3.8. A propriedade <u>Que Adj (<u>E + prep Compl</u>) N_o</u> (Adjectivos emotivos)	637
3.9. Fenómenos de pronominalização	661
4. Relações de equivalência entre construções adjecti- vais e construções verbais, verbo-nominais e adverbiais	667
4.1. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais	668
4.2. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções nominais e verbo- -nominais	680
4.3. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções adverbiais	687
Notas ao Capítulo II	691

	Pág.
CAPÍTULO III: REPRESENTAÇÃO DAS PROPRIEDADES EM TÁBUAS ...	707
1. Processos de representação	707
2. Observações sobre a leitura das tábuas	715
2.1. Aspectos gerais	715
2.2. O módulo <u>Sujeito (N_o): propriedades gerais</u> <u>não inseridas</u>	716
2.3. O módulo <u>Adjectivo</u> : Desdobramento de entradas e outras questões similares	722
2.4. O módulo <u>Complemento preposicional (Compl prep)..</u>	733
2.5. O módulo <u>Extraposição da Tábua 1</u>	736
2.6. O módulo <u>Completiva preposicional das</u> Tábuas 2, 3, 4, 5 e 6	739
2.7. O módulo <u>Completiva preposicional da Tábua 7</u> ...	747
3. Matriz geral de propriedades	749
 CAPÍTULO IV: COMENTÁRIO DAS TÁBUAS	 765
1. Tábua 1 (<u>Que-F V_{cop} Adj prep-N_1</u>)	765
1.1. Tábua 1a (<u>Que-F V_{cop} Adj a-N_1</u>)	767
1.1.2.O complemento preposicional	772
1.1.3.A propriedade <u>Que-Adj ($E+prep N_1$)$V_{cop} N_o$</u> ...	772
1.1.4.Relações de equivalência sintáctica <u>Adjectivo $\longleftrightarrow$ Advérbio</u>	773
1.1.5.O adjectivo <u>amargo</u>	774
1.2. Tábua 1p (<u>Que-F V_{cop} Adj para-N_1</u>)	775
1.2.1.A completiva sujeito	775
1.2.2.Verbos copulativos. Os itens <u>bem</u> e <u>mal</u> ...	777
1.2.3.Complemento preposicional (<u>prep-N_1</u>)	780
1.2.4.Relações de equivalência entre cons- trução adjectival e construção adverbial..	783
1.3. Tábua 1r (<u>Que-F V_{cop} Adj prep y-N_1</u>)	785
1.3.1.A completiva sujeito	786

	Pág.
1.3.2. Verbos copulativos	788
1.3.3. Desdobramento de entradas	789
1.3.4.0 complemento preposicional	793
2. Tábua 2 (<u>N_o V_{cop} Adj a que-F</u>)	795
3. Tábua 3 (<u>N_o V_{cop} Adj de que-F</u>)	805
4. Tábua 4 (<u>N_o V_{cop} Adj em que-F</u>)	822
5. Tábua 5 (<u>N_o V_{cop} Adj para que-F</u>)	833
6. Tábua 6 (<u>N_o V_{cop} Adj por que-F</u>)	838
7. Tábua 7 (<u>N_o V_{cop} Adj com o facto de que-F</u>)	842
8. Tábua 8 (<u>Que-F V_{cop} Adj a que-F</u>)	846
9. Tábua 9 (<u>Que-F V_{cop} Adj de que-F</u>)	849
10. Tábua 10 (<u>Que-F V_{cop} Adj para que-F</u>)	853
11. Tábua 11 (<u>Que-F V_{cop} Adj com o facto de que-F</u>)	856
 CAPÍTULO V: CONCLUSÃO	 861
1. Resultados conseguidos	861
2. Aspectos a desenvolver	871
3. Investigação em sintaxe e teoria linguística	882
 Índice de Adjectivos	 887
Índice de Autores	915
Bibliografia	919

ANEXO (em separado): TÁBUAS LÉXICO-SINTÁCTICAS

RÉSUMÉ EN FRANÇAIS

0. En suivant la méthodologie de recherche définie par Gross (cf. Méthodes en Syntaxe, Paris, Hermann, 1975), dans le cadre des théories transformationnelles (surtout celle de Harris 1968), l'auteur étudie, d'une manière systématique et exhaustive, les constructions complétives de 2.000 adjectifs prédicatifs (ou attributifs) du portugais, par rapport à une centaine et demie de propriétés syntaxiques. Le résultat de cette recherche est présenté sous la forme de 11 tables de constructions (v. Annexe), qui contiennent la distribution des 150 propriétés repertoriées par rapport à l'ensemble des 2.000 adjectifs.
1. Ayant senti le besoin d'élaborer la liste des adjectifs prédicatifs (ou attributifs) du portugais, l'auteur a passé successivement en revue la contribution des lexicographes (v. I, 4.1.) à la définition d'adjectif, puis des grammairiens traditionnels, structuralistes (v. I, 4.3.), et générativistes (v. I, 4.4.).

Les propositions de Lakoff (1965/1970) visant grouper les verbes et les adjectifs dans une même classe lexicale (v. I, 4.4.2.), ainsi que l'hypothèse de Ross sur la grammaire non discrète (v. I, 4.4.3.), ont été analysées et critiquées, en tenant compte des données du portugais.

Ensuite, à l'aide de la méthode distributionnelle, l'auteur détermine les propriétés syntaxiques qui permettent

de distinguer deux classes d'adjectifs: celle des prédictifs (ou attributifs) et celle des non-prédicatifs (ou adjectifs de relation) (v. I, 4.5.1.). Le problème de classement des adjectifs-noms (v. I, 4.5.2.) et des participes passés (v. I, 4.5.3.) est aussi envisagé. En ce qui concerne ce dernier aspect, l'auteur essaie de démontrer, basé sur une étude statistique - réalisée peut-être pour la première fois - que la plupart des participes passés des verbes intransitifs et pronominaux intrinsèques ne fonctionnent jamais comme adjectifs, au contraire de ce que nous fait croire la tradition grammaticale.

Finalement, l'auteur analyse la notion de phrase complétive à la lumière des différentes théories grammaticales (v. I, 4.6.), en la mettant en rapport avec la notion de régime. Il établit la distinction entre complétives directes et complétives indirectes, la définition de complétive indirecte adjectivale étant élargie aux régimes des prépositions a (ã), de (de), em (?en), para (pour), por (?par), com o facto de (?avec le fait de).

2. Le Chapitre II est consacré à la description des quelques 150 propriétés syntaxiques enregistrées dans les tables de constructions. Après avoir défini les types de propriétés syntaxiques (distributionnelles, transformationnelles et relations d'équivalence) ainsi que la notion de propriété sémantique (v. II, 1.), l'auteur analyse successivement:

a) Les propriétés distributionnelles suivantes:

- la pertinence de la distinction entre N_{hum} et N_{-hum} (v. II, 2.1.), soit dans la fonction de sujet (N_O) des constructions adjectivales soit dans les différents compléments prépositionnels (prep-N₁) des adjectifs; certains aspects concernant l'insuffisance de cette distinction sont aussi envisagés;
- les diverses propriétés des complétives Que-F (v. II, 2.2.) telles que: l'impossibilité de leur dérivation transformationnelle en portugais, au contraire de ce qui se passe en français (v. Gross, 1968, 1975); leur rapport avec les phrases relatives; leur compatibilité avec les modes indicatif et subjonctif; la concordance des temps entre V_{oc} (i.e., le verbe de la complétive) et V_{cop} (i.e., le verbe copulatif du prédicat adjectival), dont les différentes réalisations sont enregistrées dans divers tableaux; leur rapport avec les complétives Se-F (Si-P), qui représentent une propriété d'un nombre assez restreint d'adjectifs;
- les propriétés des factives O facto de que-F (Le fait que-P), telles que la spécificité de la séquence o facto de, leur compatibilité avec les modes indicatif et subjonctif, la question de la concordance des temps, comme dans les complétives Que-F, etc. (v. II, 2.3.);

- les propriétés des verbes copulatifs ser (être) et estar (être; latin stare) en rapport avec les constructions complétives adjectivales, ainsi qu'une brève référence à la compatibilité des verbes pseudo-copulatifs avec de telles constructions (v. II, 2.4.);
- les incidences syntaxiques du préfixe négatif adjectival (in-, des-, a-) (v. II, 2.5.);
- la distinction, au moyen de plusieurs tests structuraux, entre compléments d'adjectif (A-Compl) et compléments de phrase (P-Compl), ainsi que les différentes propriétés des A-Compl, (v. II, 2.6.);
- les possibilités d'effacement des A-Compl (v. II, 2.7.);

b) Les propriétés transformationnelles suivantes:

- la réduction à l'infinitif des complétives Que-F (v. II, 3.1.), en position sujet (v. II, 3.1.1.) ou en position objet (v. II, 3.1.2.) ou encore dans l'une et l'autre (v. II, 3.1.3.: le cas des adjectifs symétriques); la réduction des différentes complétives objet, selon la préposition, sont analysées en détail, en rapport avec le phénomène de la co-référence des sujets ($N_o = N_{oc}$ ou $N_o \neq N_{oc}$), qui la commande (v. II, 3.1.2. à 3.1.2.v).
- la réduction des factives O facto de que-F, ainsi que les possibilités d'effacement, soit de toute l'expression o facto de, soit de la partie facto de,

soit encore les propriétés syntaxiques de l'élément o (v. II, 3.2.);

- l'incidence de la négation du prédicat adjectival sur le mode verbal de la complétive (v. II, 3.3.);

- le phénomène assez générale de l'Extraposition de la complétive, factive et infinitive sujet, même dans le cas des adjectifs symétriques;

- certains aspects de la dislocation de constituants à gauche ou topicalisation dans les constructions complétives adjectivales, ainsi que le rapport de ce phénomène avec celui de la dislocation à droite (v. II, 3.5.);

- analyse des différents aspects du rapport transformationnelle $V_{\text{cop}} \text{ Adj (de) } V_{\text{-inf}}^{\text{OC}} N_{\text{lc}} \rightarrow N_{\text{lc}} V_{\text{cop}} \text{ Adj de } V_{\text{-inf}}^{\text{OC}}$ (v.g., É fácil (de) compreender essas pessoas "Il est facile de comprendre ces personnes" $\rightarrow$ Essas pessoas são fáceis de compreender "Ces personnes sont faciles à comprendre"), désigné dans la littérature générative par les noms de "Tough-Movement" ou Montée de l'Object (v. II, 3.6.);

- la Permutation (Miroir?) entre la complétive sujet et l'adjectif (v.g. Fazer uma tese é difícil "Faire une thèse c'est difficile" $\rightarrow$ Difícil é fazer uma tese "Difficile c'est faire une thèse") (v. II, 3.7.);

- les possibilités d'insertion du que exclamatif dans les structures qui ont subi Permutation (v.g. Que di-

fícil é fazer uma tese "Qu'il est difficile de faire une thèse"), ce qui n'est possible qu'avec les adjectifs dits émotifs dans la littérature (cf. Kiparsky et Kiparsky 1968 ou Vendler 1968); d'autres propriétés syntaxiques qui caractérisent les adjectifs émotifs sont aussi analysées (v. II, 3.8.);

- quelques phénomènes de pronominalisation du A-Compl adjectival prep-N₁ (où prep=a) sont aussi analysés (v. II, 3.9.);

c) Relations d'équivalence entre constructions adjectivales:

- et constructions verbales (v. II, 4.1.);
- et constructions nominales (v. II, 4.2.);
- et constructions adverbiales (avec les adverbes en -mente "ment") (v. II, 4.3.).

3. Le Chapitre III explique, d'une part, le procédé de représentation par table des propriétés syntaxiques (v. III, 1.) et présente, d'autre part, différentes observations concernant la lecture des tables (v. III, 2.) telles que: propriétés générales non insérées (v. III, 2.2.), justification du dédoublement d'entrées (v. III, 2.3.), organisation des modules et sous-modules de propriétés (v.g., celui du complément prépositionnel, v. III, 2.4., celui de l'Extrapolation, v. III, 2.5., celui de quelques complétives prépositionnelles, v. III, 2.6., etc.). Finalement, il présente la matrice générale de propriétés (170 colonnes) contenues dans les tables.

4. Le Chapitre IV présente le commentaire des différentes tables, où les propriétés les plus importantes des adjectifs de chaque table sont analysées, ainsi que les différents dédoublements d'entrées ou encore certains aspects particuliers du comportement syntaxique de quelques adjectifs. Ce commentaire est organisé en onze sections, d'après les onze tables.
5. Le Chapitre V ou Conclusion met en évidence les principaux résultats obtenus par cette recherche (v. V, 1.), attire l'attention du lecteur sur quelques aspects de la recherche insuffisamment développés. Parmi ceux-ci on détache la question de l'insertion dans les complétives de verbes auxiliaires de temps-aspect et de modaux (v. g., ir a "aller", estar a "être en train de", dever "devoir", poder "pouvoir", ter de "avoir à", etc.), qui sont indispensables à l'acceptabilité de certaines constructions ou qui les rendent plus acceptables.

Un autre phénomène qui n'a même pas été traité auparavant c'est celui qui met en rapport des constructions comme les suivantes:

(i) É difícil essas coisas acontecerem.

*Il est difficile ces choses-là se passer (3e. pers. pl.).

(ii) Essas coisas são difíceis de acontecer

Ces choses-là sont difficiles à se passer.

En analysant la possibilité de dériver (ii) à partir de

(i) par la règle appelée Montée du Sujet dans la littérature générative, l'auteur met en évidence les aspects les plus importants de ces constructions (adjectifs qui les acceptent verbes qui les soutiennent, etc.).

Finalement on signale quelques tendances de la recherche en syntaxe, à l'heure actuelle, à la lumière de l'évolution de la théorie linguistique générale.

À la fin du volume on ajoute un index d'adjectifs, un index des auteurs cités et une liste des références bibliographiques.

SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

Os símbolos e convenções de que me sirvo no decurso do presente trabalho constituem, em parte, uma adaptação dos que são utilizados em Gross (1968), (1975), assim como nos estudos realizados pelos investigadores do "Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique (C.N.R.S.)", sob a direcção daquele linguista.

Não é possível, nem me parece necessário, dar aqui uma explicação exaustiva de todos eles. Referir-me-ei, pois, apenas aos principais, já que os outros serão compreendidos por transferência. Alguns por serem mais específicos, serão explicados no lugar do texto em que ocorrerem.

Eis, pois, a lista dos principais símbolos acompanhados da respectiva leitura:

- 1) F = Frase simples (ou oração) ou complexa;
- 2) N_O = SN (sintagma nominal) sujeito da frase subordinante;
- 3) N_O = N_{hum}: significa que N_O contém substantivos/humanos;
- 4) N_{OC} = SN sujeito da frase completiva, quer esta revista a forma Que-F (i.e., completiva integrante), precedida ou não da sequência o facto de (motivo por que deu, por vezes, às subordinadas o facto de que-F a designação de factivas), quer ela se apresente na forma infinitiva;

- 5) N_{1c} = SN objecto directo da completiva, nas circunstâncias enunciadas em 3);
- 6) N₁ = SN contido nos complementos preposicionais (prep N₁ ou S Prep) não frásicos dos adjectivos;
- 7) V_{cop} ou Cop = Verbo copulativo (i.e., ser, estar)
- 8) Neg = Negação, expressa em geral pela inserção do advérbio não antes do predicato adjectival;
- 9) Pfx neg = Prefixo negativo (i.e., in-, des-, a-), compatível com certos adjectivos;
- 10) Compl prep = a) Complemento preposicional (S Prep) de certos adjectivos (v.g., agradável aos turistas);
- b) Completiva preposicional (por vezes também designada como F₂, em oposição a F₁, que será a frase subordinante).
- O contexto em que o símbolo é utilizado permite determinar qual é o valor adequado; por vezes, a escolha de um ou outro valor é opcional.
- 11) Compl = Complemento não frásico ou Completiva, ou ainda Complemento não especificado, conforme os casos (v. o número anterior);
- 12) prep Compl = Completiva preposicional, sem especificação do conteúdo estrutural;
- 13) Que-F = Completiva integrante, sem explicitação do modo verbal;
- 14) Que-F_{ind} = Completiva integrante com o verbo no indicativo;

- 15) Que-F_{conj} = Completiva integrante com o verbo no conjun-
tivo;
- 16) F_{inf} = Frase (ou oração) infinitiva;
- 17) V_{-inf flex} = Infinitivo flexionado;
- 18) V_{-inf n flex} = Infinitivo não flexionado;
- 19) A-Compl = Complemento (frásico ou não frásico, conforme
os casos) de adjectivo;
- 20) F-Compl = Complemento de frase.

A estrutura das frases pode ser representada, como sucede sem-
pre nas tábuas, através de fórmulas estruturais. Assim, por
exemplo:

- (i) Que-F V_{cop} Adj prep-N₁: representa a fórmula estrutural
dos adjectivos compatíveis com completiva sujeito (v. Tá-
bua 1), seguidos de um complemento não frásico, regido
de preposição (v.g., Que a temperatura aumente é agradável-
vel aos banhistas); neste contexto, prep = a, para, da
parte de, de, etc. (v. Cap.II, 2.6.2.);
- (ii) N_o V_{cop} Adj prep que-F: representa a fórmula estrutural
dos adjectivos compatíveis com completiva objecto, regi-
da de preposição (v.g. Essas pessoas estão conscientes
de que a Europa atravessa dificuldades); neste contexto
prep = a, de, em, para, por, com o facto de (v. Cap.II,
2.6.1.); tais completivas são descritas, respectivamente,
nas Tábuas 2, 3, 4, 5, 6 e 7.
- (iii) Que-F V_{cop} Adj prep que-F: representa a fórmula estrutu-

ral dos adjetivos comparáveis simultaneamente com completiva sujeito e completiva objecto, ou seja, os chamados adjetivos simétricos (v.g., Que essas pessoas partam está dependente de que vocês fiquem); neste contexto, prep = a, de, para e com o facto de; tais completivas são objecto de descrição nas Tábuas 8, 9, 10 e 11, respectivamente.

Uma seta simples ($\rightarrow$) ligando duas fórmulas estruturais (ou duas frases) significa que a segunda é derivada transformacionalmente da primeira. Assim, por exemplo:

$$(iv) a. \frac{\text{Que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj prep } N_1}{V_{\text{cop}} \text{ Adj prep-} N_1 \text{ Que-F}} \rightarrow$$

- b. Que a temperatura aumente é agradável aos banhistas $\rightarrow$
É agradável aos banhistas que a temperatura aumente.

As regras transformacionais são designadas pelo nome respectivo, sublinhado (v.g. Extraposição), ou, eventualmente, representadas entre parênteses rectos (v.g. [extrap]).

Nem sempre, contudo, a relação transformacional é explicitada como em (IVa). Por vezes, sobretudo nas tábuas, só é representada a estrutura resultante duma transformação. Assim, a fórmula seguinte:

$$(v) a. \frac{\text{Adj } V_{\text{cop}} N_o}{}$$

- b. Certo é que o dinheiro desapareceu.

é obtida através da regra de Permuta (v. Cap. II, 3.8.) a partir de:

(vi) a. N_o V_{cop} Adj

b. Que o dinheiro desapareceu é certo.

Como se vê através de (v) e (vi), N_o pode também representar uma completiva sujeito Que-F.

Uma seta dupla ($\longleftrightarrow$) representa uma relação de equivalência entre uma construção adjectival e uma outra construção (v.g., verbal, nominal, etc.).

Assim, por exemplo:

(vii) a. Que-F V_{cop} Adj $\longleftrightarrow$ Que-F V.

b. Que a temperatura aumente é agradável $\longleftrightarrow$
Que a temperatura aumente agrada.

Como se vê através de (vii), entre Adj e V existe uma relação paradigmática (i.é., o verbo é da família paradigmática do adjectivo: agradável $\longleftrightarrow$ agradar). Neste exemplo, o adjectivo é derivado morfológico (e, em certa medida, sintáctico, apesar do valor modal de -vel) do verbo. No entanto, como o objecto do meu estudo é o adjectivo, tal processo de derivação não é tido em conta, motivo por que apenas refiro a relação de equivalência.

Para a leitura das tâbuas é conveniente consultar primeiro o Capítulo III e, eventualmente, o Capítulo IV. As propriedades representadas nas tâbuas são descritas no Capítulo II.

O símbolo $\sim$ significa negação e $\supset$ tem o significado de impli-
car. Assim a fórmula:

(viii) ~ Adj $\supset$ conj/Que-F —/

significa que a inserção do advérbio de negação no predicato adjetival implica a presença do conjuntivo na completiva Que-F (v.g. É certo que ele vem na próxima semana; Não é certo que ele venha na próxima semana).

Um índice i apostro a determinados constituintes duma frase significa que existe co-referência entre eles. Assim, por exemplo:

(ix) O Júlio_i está apto a que o_i promovam.

Por outro lado, o sinal = indica igualmente co-referência em certos contextos e $\neq$ significa antes não co-referência. Assim na primeira das frases seguintes temos $N_o = N_{oc}$ (i.é., o sujeito da frase subordinante e o da subordinada, quase sempre não expresso, são co-referentes), ao passo que na segunda $N_o \neq N_{oc}$:

(x)a. Essas pessoas estão conscientes de que vão encontrar dificuldades.

b. Essas pessoas estão conscientes de que nós vamos encontrar dificuldades.

O sinal E significa o apagamento ou não presença numa dada estrutura de um determinado constituinte. Assim, por exemplo:

(xi) Essas pessoas_i estão conscientes de (E +*elas_i) irem encontrar dificuldades. .

Nesta frase o sinal + representa a opção (ou lógico) entre a presença do pronome elas ou o seu apagamento (E). Acontece neste

caso que o pronome tem de ser obrigatoriamente apagado, se não a frase tornar-se-ia inaceitável. Ora a inaceitabilidade (ou agramaticalidade) duma frase ou sequência é indicada por um as terisco (*) anteposto como em (xi), atrás, ou (xii), a seguir:

(xii)*Essas maçãs são difíceis de colherem.

O sinal (?) anteposto a certas construções ou ainda (??) ou (?) indicam graus crescentes de inaceitabilidade.

Em exemplos como o seguinte, inseridos no texto, o sinal + con tinua a indicar opção entre os vários itens ou sequências de itens, incluídos dentro dos parênteses.

(viii) É(maçador + notável + significativo +...) (que a poluição aumente + a poluição aumentar).

Em exemplos como este, as várias opções comutativas permitiriam formar, pelo menos, seis frases diferentes. As reticências(...) em (xiii) significam a possibilidade de inserção de outros adjectivos semelhantes aos contidos dentro dos parênteses.

O símbolo # indica pausa entre constituintes; é em geral usado com valor idêntico ao da vírgula na língua escrita.

O símbolo $\emptyset$ num contexto como N_{oc}/Pro/ $\rightarrow \emptyset$ obrig significa que o sujeito pronominal duma completiva deve ser obrigatoriamente apagado. Tal sinal é sensivelmente equivalente a E.

CAPÍTULO I

PRELIMINARES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1. Objecto da investigação

O presente trabalho constitui um fragmento da gramática do adjectivo no português contemporâneo. Este fragmento abrange o estudo, tanto quanto possível sistemático e exaustivo, de construções como as seguintes:

- (1) É provável que a situação se complique.
- (2) É necessário analisarmos esse problema.
- (3) Muitas pessoas estão conscientes de que o país atravessa dificuldades.
- (4) A chuva é capaz de destruir as colheitas.

Nestas frases ⁽¹⁾ encontramos um determinado tipo de adjectivos, isto é, adjectivos predicativos (provável, necessário, consciente, capaz), que funcionam como predicados de frase, ligados a um verbo copulativo (ser ou estar). Tais adjectivos aparecem construídos com estruturas completivas: integrantes em (1) e (3), infinitivas em (2) e (4).

Estas completivas exercem as funções sintácticas de sujeito, conforme sucede em (1) e (2), ou de objecto, como acontece em (3) e (4).

No caso de desempenhar a função de objecto, a completiva é geralmente regida por uma preposição (de, em (3) e (4), ou ainda, noutros casos, a, em, para e por, como veremos, nomeadamente na subsecção 4.6.2. deste primeiro capítulo).

A natureza destas completivas é determinada por certas propriedades sintácticas e semânticas dos adjectivos de que dependem e ainda pelas pressuposições do falante no acto de fala.

Assim, por um lado, os adjectivos provável e necessário constroem-se com completiva sujeito, mas consciente e capaz apenas admitem completiva objecto, regida de preposição. Por outro lado, provável e necessário aceitam tanto completiva integrante como infinitiva:

(5) É provável a situação complicar-se.

(6) É necessário que analisemos esse problema.

O adjectivo consciente não aceita completiva infinitiva, quando o sujeito da frase subordinante e o da frase subordinada não são co-referentes, mas apenas integrante como sucede em (3); se, porém, tais sujeitos forem co-referentes, então é possível tanto a completiva integrante como a infinitiva:

(7) *Muitas pessoas estão conscientes de o país atravessar dificuldades.

(8) a. Muitas pessoas estão conscientes de que analisaram bem a questão.

b. Muitas pessoas estão conscientes de terem analisado bem a questão.

O adjectivo capaz só se constrói com a completiva infinitiva e sempre com sujeitos co-referentes, como é o caso de (4); as frases seguintes, que não obedecem a esta restrição, são, pois agramaticais⁽²⁾:

(9) *A chuva é capaz de que (destrói + destrua) as colheitas.

(10) a. *Eles são capazes de que a chuva não (destrói + destrua) as colheitas.

b. *Eles são capazes de a chuva não destruir as colheitas.

Resumindo, os adjectivos provável e necessário pertencem à mesma classe sintáctica, a classe dos adjectivos que se constroem com completiva sujeito; consciente e capaz incluem-se numa outra classe, a dos adjectivos com completiva objecto, embora um e outro apresentem diferenças de comportamento sintáctico, como vimos e veremos de modo mais aprofundado ainda.

A natureza das completivas dos adjectivos não é, porém, caracterizada apenas por propriedades sintácticas. Tal natureza parece ser também definida por propriedades semânticas e de tipo pressuposicional. Todavia, nem sempre é fácil, como veremos, operar com estas noções, dada a sua fluidez. Procurarei, por isso, pô-las em relação com fenómenos sintácticos.

Assim, por exemplo, a completiva em (1) só admite conjuntivo, devido à natureza modal do adjectivo provável (= possível)⁽³⁾.

Por outro lado, o adjectivo consciente admite completiva no indicativo, como é o caso de (3), mas, se for negado, aceita também conjuntivo:

(11) a. Muitas pessoas não estão conscientes de que o país atravessa dificuldades.

b. Muitas pessoas não estão conscientes de que o país atravesse dificuldades.

Naturalmente que estas duas frases não são sinónimas. Se, por

um lado, em ambas se nega o estado de consciência do sujeito gramatical (muitas pessoas) sobre o conteúdo da frase completiva, por outro lado, a pressuposição do falante, autor da enunciação, sobre aquele conteúdo, é diferente num caso e noutro.

Assim, em (6 a.), o falante pressupõe a verdade da proposição contida na frase completiva, mas em (6 b.) ele não pressupõe tal verdade, apenas a admite como possível ou potencial (4). Também neste particular, os adjetivos consciente e provável se distinguem.

Estes são, pois, em linhas gerais, alguns dos vários aspectos que abordarei ao longo deste trabalho e que permitirão determinar as classes de adjetivos predicativos que se constroem com completiva, assim como as respectivas subclasses.

2. Orientação metodológica

Os princípios metodológicos que orientam o presente estudo são os da gramática generativa transformacional, tal como é definida basicamente em Chomsky (1957) e (1965)⁽⁵⁾. Como princípios fundamentais desta teoria linguística destaco os seguintes:

(i) As gramáticas das línguas naturais são mecanismos finitos capazes de gerar as frases gramaticais dessas mesmas línguas e de excluir as sequências agramaticais, reflectindo assim a competência linguística dos respectivos falantes.

(ii) As línguas organizam-se a diversos níveis de estrutura,

tendo como níveis extremos a estrutura inicial ou básica e a estrutura de superfície. A estrutura básica é gerada pelas regras de base (categoriais e lexicais); a estrutura de superfície é derivada a partir da estrutura básica através da aplicação de regras transformacionais, que criam sucessivas estruturas intermédias.

- (iii) As regras da gramática (categoriais, lexicais ou transformacionais) apenas podem ser determinadas por via indirecta, isto é, através dos dados fornecidos pela "performance" (o uso da língua em actos de fala concretos); estes dados podem ser obtidos pelo linguísta, quando falante autóctone da língua que ele analisa, através da introspecção, ou seja, recorrendo à sua própria competência de falante, que ele pode confrontar com a dos outros falantes autóctones.

No âmbito da gramática generativa transformacional existem presentemente dois modelos, aparentemente antagónicos, que são o chamado modelo clássico, definido basicamente em Chomsky (1965), com as correcções posteriormente aduzidas em Chomsky (1971), e o modelo da semântica generativa, delineado nas suas linhas gerais por Lakoff (1971) e outros linguístas⁽⁶⁾.

Uma das diferenças mais importantes entre as duas teorias é a seguinte: no modelo clássico a semântica só muito indirectamente está relacionada com a sintaxe, sendo função daquela interpretar as estruturas sintácticas, donde resulta a designação que se lhe dá de semântica interpretativa; no modelo da semântica generativa, pelo contrário, as categorias lógico-semânti-

cas determinam, ou melhor, geram as estruturas ou configurações sintácticas. Por outras palavras: no modelo clássico, as estruturas básicas das frases são de natureza sintáctica; no modelo da semântica generativa, tais estruturas são de natureza lógico-semântica.

Por razões que surgirão ao longo deste trabalho, a posição teórica que adopto aproxima-se, em alguns aspectos, mais do modelo da semântica generativa do que do modelo clássico. De facto, as propriedades sintácticas dos adjectivos predicativos, como das outras classes lexicais, parecem ser determinadas por características de natureza semântica, conforme já vimos parcialmente na secção 1 deste capítulo. Todavia, as estruturas lógico-semânticas das frases só poderão ser postas a descoberto através da análise das estruturas sintácticas, pois são estas que constituem os dados imediatamente acessíveis à análise linguística. É por tal motivo que neste estudo dou prioridade à análise das estruturas sintácticas. A classificação fundamental dos dados linguísticos, isto é, dos adjectivos predicativos, é feita primeiramente com base em critérios sintácticos (adjectivos com completiva sujeito, adjectivos com completiva objecto, etc.). Obtida esta primeira classificação, procuro depois determinar quais as outras propriedades sintácticas que caracterizam as diferentes classes de adjectivos predicativos e bem assim a relação daquelas propriedades com eventuais propriedades semânticas. Uma e outras ajudarão a redefinir as classes e a determinar subclasses no interior daquelas.

No decurso do presente estudo não sigo, porém, taxativamente o modelo da semântica generativa nem utilizo a totalidade da apa-

relhagem formal abstracta definida em qualquer dos dois modelos da gramática generativa transformacional. O meu trabalho move-se fundamentalmente no âmbito do quadro metodológico definido em Harris (1951), (1968), (1976) e em Gross (1968) e, sobretudo, (1975). Este quadro metodológico distingue-se em muitos aspectos do quadro teórico da gramática generativa, nomeadamente no que respeita à aparelhagem formal utilizada, conforme é salientado por Gross (1975: p.46), nos seguintes termos: "Nous partons d'un modèle de langage aussi limité que possible et peu formalisé, et nous n'y introduisons que les abstractions qui se révèlent être absolument nécessaires. En fait, dans de nombreux cas, nous préférons laisser un problème à l'état de conjecture plutôt que de lui donner une solution nécessitant un appareillage abstrait nouveau non fortement motivé. À l'opposé, Chomsky et les tenants de l'école générative partent de modèles dont ils ont la preuve formelle qu'ils sont trop puissants".

Embora não pretenda esboçar aqui o quadro metodológico utilizado por Gross (para isso remeto o leitor para Gross (1975)), saliento, contudo, dois dos seus princípios, que me parecem fundamentais (cf. Gross (1975: Introduction e Cap. I)):

- (I) A elaboração duma teoria, nomeadamente duma teoria linguística, segundo a experiência oferecida pelas ciências exatas, deve ser precedida por um trabalho paciente de acumulação sistemática de dados.
- (II) As frases e os elementos de frases das línguas naturais estruturam-se com base em restrições ("contraintes") sintácticas (e semânticas), que são postas a descoberto através

de transformações formais, que não constituem senão um dispositivo experimental.

Assim, para ilustrar (II), vejamos os seguintes exemplos de frases:

(1) a. É necessário que o homem trabalhe.

b. O homem é necessário que trabalhe.

(2) a. É necessário o homem trabalhar.

b. O homem é necessário trabalhar.

Nas frases (1) e (2) há uma relação sintáctica e semântica evidente entre os exemplos a e b. Tal relação pode ser explicitada através duma transformação que derive b a partir de a. Esta transformação faz deslocar o SN sujeito da completiva (integrante ou infinitiva) para a cabeça da frase⁽⁷⁾. Poder-se-ia pensar que o SN deslocado passa a desempenhar a função sintáctica de sujeito da frase subordinante, pois parece concordar com o SN é necessário. Todavia, esta concordância é apenas aparente, conforme no-lo mostra a inaceitabilidade dos exemplos seguintes, onde aqueles constituintes aparecem no plural:

(3) a.* Os homens são necessários que (trabalhem + trabalhe).

b.* Os homens são necessários (trabalharem + trabalhar).

Confrontemos ainda os seguintes exemplos de frases para mais uma ilustração de (II):

(4) a. Fome é que ele tem.

b. Bom é que isso passe.

Estas duas frases parecem conter a sequência enfática é que⁽⁸⁾. Tal impressão é, porém, apenas aparente, como vamos ver. Uma das propriedades sintácticas daquela sequência é que ela pode

ser suprimida sem provocar inaceitabilidade. Submetamos, pois, aquelas duas frases, ao teste da supressão de é que:

(5) a. Fome, ele tem.

b. *Bom, isso passe.

Ora, como tal supressão provoca inaceitabilidade em (5b), concluímos que esta frase não contém a sequência enfática é que. Esta sequência é apenas o resultado de superfície provocado por operações transformacionais que relacionam (5b) com as seguintes frases, sintáctica e semanticamente equivalentes.

(6) a. É bom que isso passe.

b. Que isso passe é bom.

Os fenómenos presentes nestas frases, que se incluem na sintaxe do adjectivo predicativo, serão aprofundados e explicados no decurso deste trabalho.

Tendo em conta (I), Gross e os seus colaboradores do "Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique (Centre National de la Recherche Scientifique)" empreenderam uma descrição exaustiva do francês, tomando como base os itens das principais classes lexicais (verbos, adjectivos e substantivos) ⁽⁹⁾ e projectando sobre eles um elevado número de propriedades distribucionais e transformacionais (cerca de uma centena em Gross (1975), por exemplo). Tal empreendimento, para além do grande número de factos linguísticos novos que põe a descoberto, permitirá ainda proceder à verificação da validade das teorias transformacionais e sua eventual reelaboração, com base no estudo sistemático de uma língua e não apenas de aspectos isolados de uma ou mais línguas.

Com idêntica metodologia e tendo em vista objectivos semelhantes, o estudo que aqui apresento abrange uma análise, tanto quanto possível sistemática e exaustiva de cerca de 2.000 adjectivos.

tivos predicativos, que aceitam completiva, em relação a cerca de 150 propriedades sintácticas, grande número das quais têm sido descritas em diversos estudos de gramática transformacional, realizados durante os últimos vinte anos, ou ainda em trabalhos de linguística estruturalista e de gramática tradicional.

3. Obtenção dos dados em sintaxe

Os dados da língua sobre os quais se efectua a análise sintáctica podem ser obtidos, fundamentalmente, de dois modos: ou constituindo um corpus de actos de "performance", orais e escritos, no qual se fará uma pesquisa sistemática das construções que nos interessa analisar, ou então recorrendo à introspecção, isto é, fazendo intervir a competência de falante do próprio linguista, a qual lhe fornecerá os dados para análise. Um e outro processo têm vantagens e inconvenientes.

Assim, o recurso a um corpus parece oferecer a vantagem positivista de eliminar grandemente a intervenção de factores subjectivos, reforçando, por conseguinte, a objectividade da análise. Todavia, a eliminação dos factores subjectivos não é absoluta. Todos conhecemos as circunstâncias em que se desenrolam os actos de "performance", sobretudo quando na sua forma oral. Neles encontramos toda uma série de desvios, de repetições, de elipses, por vezes com aspectos contraditórios e difíceis de explicar, obrigando o linguista a intervir subjectivamente na eliminação de certas formas e na interpretação de outras⁽¹⁰⁾. Por outro lado, um corpus hermeticamente constituído é sempre insuficiente, pois nunca contém todos os aspectos relevantes do assunto sob análise. Por isso, o linguista é tentado a constituir

um corpus o mais extenso possível. Mas o processo de recolha de um tal corpus torna-se extremamente moroso, quando levado a cabo manualmente, sem auxílio mecanográfico, auxílio este sempre difícil de obter, se não impossível, como no presente caso. Acresce, por último, que, por mais extenso que seja o corpus, este nunca satisfará plenamente aos objectivos da linguística transformacional, pois dificilmente oferece certas construções absolutamente imprescindíveis para as demonstrações que o linguista pretende efectuar, conforme é salientado por Gross (1975: p.25), nos seguintes termos: "Nous avons voulu réagir contre certaines recommandations qui, déniant toute valeur à l'utilisation de l'introspection, conduiraient à n'utiliser que des corpus lors de la détermination des formes syntaxiques d'une langue. En fait, compte tenu des objectifs de la linguistique transformationnelle, une telle procédure ne peut être appliquée, l'étude détaillée le plus simple le montre aisément".

Vejamos, pois, alguns exemplos. Assim, para estudarmos a sintaxe de adjectivos como lamentável ou possível, não é necessário efectuar o levantamento de um corpus para chegarmos à conclusão de que eles são predicativos e se constroem com completiva, pois estas propriedades são do conhecimento intuitivo da generalidade dos falantes portugueses, na medida em que todos estes podem utilizar e reconhecer frases como as seguintes:

- (1) a. É lamentável que ela tenha faltado.
- b. É lamentável ela ter faltado.
- c. Lamentavelmente, ela faltou.

(2) a. É possível que ela tenha faltado.

b. É possível ela ter faltado.

c. Possivelmente, ela faltou.

Supondo, porém, que, no caso de termos constituído um corpus, apenas ali encontrávamos exemplos como (1) e (2), seríamos levados a concluir que lamentável e possível têm idênticas propriedades sintáticas: aceitação de completiva integrante e infinitiva, substituição por advérbio em -mente, derivado do próprio adjetivo. E que, por conseguinte, pertencem à mesma classe indiferenciada. Todavia, uma tal conclusão seria apressada, como vamos ver. De facto, uma propriedade fulcral que distingue aqueles dois adjektivos é posta em evidência nas frases seguintes:

(3) a. É lamentável o facto de ela ter faltado.

b. *É possível o facto de ela ter faltado.

Lamentável é um adjektivo factivo, na medida em que aceita a sequência o facto de antes da completiva, ao passo que possível não a aceita, não podendo, por conseguinte, ser incluído na mesma subclasse de lamentável.

A propriedade que (3 a) põe em evidência é simultaneamente sintática e semântica. Sintática, na medida em que é expressa por meios sintáticos, isto é, através da sequência o facto de. Semântica, pela razão de que os adjektivos que aceitam tal sequência permitem pressupor a verdade da frase completiva. Ao proferir (3 a), o falante está a pressupor que 'ela faltou' na verdade. Ora tal não acontece com (3 b), em que tanto a verdade como a falsidade da frase completiva são admissíveis pelo fa-

lante. Este contraste pode ser expresso ainda por outros meios sintácticos, como se pode ver a seguir:

(4) a. *É lamentável ela ter faltado, mas se calhar não faltou.

b. É possível ela ter faltado, mas se calhar não faltou.

(4 a) não é aceitável, justamente porque lamentável admite a verdade da completiva e essa verdade é negada pela frase coordenada adversativa, o que é contraditório.

(4 b) é, pelo contrário, perfeitamente aceitável, precisamente porque possível admite tanto a verdade como a falsidade da completiva.

Ora, o recurso a (4 a) é indispensável para a demonstração que acabo de efectuar, mas uma tal frase dificilmente apareceria num corpus, na medida em que ela não é aceitável pelos falantes.

Se continuássemos a aprofundar a análise dos adjectivos lamentável e possível, verificaríamos que o primeiro implica uma atitude emotiva da parte do falante relativamente ao conteúdo da frase completiva, ao passo que o segundo não implica uma tal atitude. Esta intuição, sentida pela generalidade dos falantes é posta em destaque, contrastando as seguintes frases exclamativas (as quais denotam sentimentos de admiração, descontentamento, etc., por parte dos falantes):

(5) a. Que lamentável é ela ter faltado!

b. *Que possível é ela ter faltado!

O adjectivo lamentável, justamente porque implica uma atitude emotiva do falante, aceita a construção exclamativa com que, mas possível rejeita-a, pela razão inversa. Mais uma vez estes

dados seriam difíceis, se não impossíveis, de obter através de frases extraídas de um corpus.

Vejamos, porém, ainda outros aspectos da sintaxe e da semântica daqueles dois adjectivos, postos em evidência nas frases seguintes:

(6) Ele tratou-a lamentavelmente.

(7) Ele tratou-a, possivelmente.

Intuitivamente, a generalidade dos falantes portugueses sente que a relação entre o advérbio e o verbo não é a mesma em (6) e em (7). Por isso (7) é geralmente realizada com pausa entre o verbo e o advérbio, ao passo que (6) não.

Em (6) o advérbio é considerado como modificador do verbo, ao passo que em (7) é interpretado como modificador modal da frase. Como tornar explícitas estas intuições? Mais uma vez o recurso a um corpus não poderia ajudar-nos muito. Se Submetermos, porém, (6) e (7) a um teste de paráfrase como o seguinte, atingiremos sem dificuldade o objectivo pretendido:

(8) Ele tratou-a de maneira lamentável.

(9)*Ele tratou-a de maneira possível.

A impossibilidade de (9) mostra-nos, pois, que o advérbio em (7) não é modificador do verbo, ao contrário do que sucede em (6), conforme se torna evidente através de (8). Na medida em que o advérbio em (7) é modificador da frase, uma paráfrase possível seria a seguinte:

(10) Possivelmente, ele tratou-a.

Uma paráfrase semelhante para (6) alteraria completamente o

sentido da frase, pois tornaria o advérbio modificador de frase:

(11) Lamentavelmente, ele tratou-a.

Resultado idêntico ao de (11) seria obtido, se introduzíssemos a pausa entre o verbo e o advérbio em (6):

(12) Ele tratou-a, lamentavelmente.

Estas observações levam-nos, pois, a estabelecer uma relação sintáctico-semântica entre os advérbios modais modificadores de frase, tais como lamentavelmente, em (11) e (12), e possivelmente, em (7) e (10), e os adjectivos predicados de frase correspondentes, conforme as paráfrases seguintes nos mostram:

(13) É lamentável que ele a tenha tratado.

(14) É possível que ele a tenha tratado.

Por outro lado, é também evidente a relação entre os advérbios modificadores de verbo, como lamentavelmente em (6), e os adjectivos correspondentes, como lamentável em (8). Tais relações serão desenvolvidas e explicadas no decurso do presente trabalho.

Uma outra diferença suplementar entre a sintaxe do adjectivo lamentável e a do adjectivo possível seria posta em evidência, se introduzíssemos em (8) e (9) o artigo definido⁽¹¹⁾ pela forma ilustrada nas frases seguintes:

(15) *Ele tratou-a da maneira lamentável.

(16) Ele tratou-a da maneira possível.

A inserção do artigo definido provoca, pois, agramaticalidade em (15) e aceitabilidade em (16), ao contrário do que sucedia

nas suas correspondentes sem artigo, respectivamente (8) e (9).

Poderíamos, todavia, continuar a explicitar esta nova restrição imposta pelo artigo. Mas duvido que o recurso a frases extraídas de um corpus nos pudesse ajudar muito. Assim, a inserção do artigo em (16) leva-nos a estabelecer uma relação entre aquela frase e a seguinte:

(17) Ele tratou-a da maneira que era possível.

Quer dizer, o adjectivo possível aparece-nos como predicativo do substantivo maneira. Ora, uma paráfrase semelhante a (17) é impossível para (15), o que nos mostra que lamentável não pode ser encarado como predicativo do substantivo maneira:

(18) *Ele tratou-a da maneira que era lamentável.

Poderíamos multiplicar os exemplos, mas os que apresentei creio que bastam para pôr em evidência as insuficiências e dificuldades do recurso a um corpus, por mais extenso que seja. Imagine-se qual não deveria ser a extensão de um corpus para nos apresentar ocorrências de 2.000 adjectivos x 150 propriedades sintácticas! Todos os livros escritos em português actualmente existentes não bastariam com certeza para atingirmos um tal objectivo.

Resta-nos, pois, o recurso ao outro processo de obter os dados em sintaxe, ou seja, o da introspecção. Este processo tem a enorme vantagem de permitir obter os dados necessários à descrição linguística com enorme facilidade e economia de tempo.

O recurso à introspecção é um processo que se inscreve de forma natural na actividade experimental do linguista, segundo o pensamento de Gross (1975: p.19): "Tester l'acceptabilité d'une

séquence, c'est procéder à une expérience. La construction d'exemples et de contre-exemples constitue l'activité expérimentale du linguiste qui vérifie la théorie de certains phénomènes".

Para determinar os princípios que regulam determinados fenómenos, o linguista precisa, portanto, de construir exemplos e contra-exemplos. Foi o que fizemos atrás a propósito dos adjectivos lamentável e possível.

O recurso à introspecção tem, porém, o inconveniente de fazer intervir a subjectividade do linguista no julgamento da aceitabilidade das frases que ele próprio produz, podendo assim modificar os resultados da descrição. Este inconveniente pode, no entanto, ser muito reduzido, se o linguista submeter à competência de outros falantes da mesma esfera sociolinguística os exemplos duvidosos. Todavia, mesmo nestas circunstâncias, o factor subjectividade nos julgamentos sobre a aceitabilidade das frases nunca será completamente eliminado. É que a noção de aceitabilidade é extremamente complexa, na medida em que ela compreende intuições relativas à forma e ao sentido e está condicionada por razões de natureza socio-cultural. Contudo, tal noção contém, uma propriedade empírica importante, que é justamente a sua operatividade.

Estas observações sobre a noção de aceitabilidade são devidas a Gross (1975: p.22-23), que as assinala nos seguintes termos: "L'acceptabilité est en effet une notion très complexe qui comporte des intuitions de forme et de sens, et qui dépend de nombreux facteurs culturels. Nous ne tenterons pas de l'analyser, simplement nous nous reposerons sur une de ses propriétés

empiriques: elle est remarquablement opératoire".

Exemplos como os que apresentei atrás sobre os adjectivos lamentável e possível, e todos os outros já citados, poderiam servir perfeitamente para mostrar quanto é operativa a noção de aceitabilidade. Perante frases como as seguintes, a generalidade dos falantes portugueses está de acordo em aceitar (19) e em rejeitar (20):

(19) É claro que o ministro tem razão.

(20) *É escuro que o ministro tem razão.

A não aceitabilidade de (20) poderia, contudo, ser devida a razões contextuais, de modo que se torna necessário submeter aquela frase a variações de forma:

(21) a. *É escuro que o ministro tenha razão.

b. *É escuro que o ministro não (tem + tenha) razão.

c. *Não é escuro que o ministro (tem + tenha) razão.

d. *(E + não) é escuro o ministro ter razão.

Qualquer das frases de (21) é rejeitada pelos falantes portugueses, o que nos leva, portanto, a concluir que escuro não é adjectivo que aceite completiva. Ora, são testes sobre a aceitabilidade das frases como os apresentados em (19), (20) e (21) que nos permitem fazer o levantamento da classe de adjectivos que se constroem com completiva sujeito e depreender as respectivas propriedades sintácticas. Este processo é generalizável às outras classes de adjectivos.

Há casos de adjectivos aos quais nem sempre é fácil aplicar testes de aceitabilidade, quer porque os itens em questão pertencem ao português clássico e os falantes actuais não conhe-

cem o seu emprego, quer porque certas construções são próprias de níveis de língua diversos, podendo dar-se o caso de um ou outro escapar à análise. Estão neste caso certos empregos figurados como o seguinte:

- (22) "Não é líquido, porém, que as suas atenções convirjam apenas para este matutino" (Jornal Expresso, 29/4/77, p.1, col.1).

O uso figurado do adjectivo líquido como predicado de frase completiva parece próprio de uma linguagem cuidada, se não mesmo literária. Na medida do possível e apesar de existirem provavelmente várias lacunas, procurei incluir neste trabalho construções tanto de nível literário, como de nível familiar ou popular. De facto, a distinção entre os níveis de língua não se justifica no âmbito de uma gramática formalizada, conforme é salientado por Gross (1975: p.21): "Nous n'avons pas cherché à distinguer des niveaux de langue différents, nous considérons que, dans un premier temps, ces distinctions ne trouvent pas de place à l'intérieur d'une grammaire formalisée".

Mas, ainda que quiséssemos ter em conta a distinção entre os níveis de língua, ela exigiria, para ser fundamentada e completa, um levantamento sociolinguístico do português, que não existe.

O objectivo fundamental que me proponho levar a cabo neste trabalho é, pois, o de realizar um estudo o mais exaustivo possível das construções com adjectivos predicativos que aceitem estruturas completivas. Mas, para isso, é necessário constitu-

ir a lista dos adjectivos predicativos do português que aceitam aquele tipo de estruturas. A constituição de uma tal lista levanta-nos, porém, alguns problemas prévios. Primeiro, temos de definir, de uma forma operativa, o que são adjectivos predicativos, e, em segundo lugar, o que devemos considerar como estruturas completivas. É, pois, destas questões que vou tratar nas secções seguintes.

4. Definição de adjectivo

4.1. Contribuição dos dicionários

Um caminho prático para a constituição da lista de adjectivos, mencionada na secção anterior, parece ser o do recurso aos dicionários.

Para este domínio particular do léxico português existe de facto um dicionário, justamente o Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjectivos, de Francisco Fernandes, o qual parece, a priori, oferecer não só uma lista de adjectivos, mas também informação sobre os respectivos empregos e regências ou regimes (12).

Todavia, a contribuição deste dicionário para o estudo que pretendo efectuar é bastante limitada. Por um lado, o autor não discrimina os adjectivos dos substantivos, antes deixa essa tarefa ao leitor. Por outro lado, inclui também os participípios passados verbais, sem justificar o critério a que obedeceu tal inclusão. Quanto às regências que aquele dicionário aponta, também a sua utilidade para o meu trabalho não é tão grande como poderia parecer. De facto, ele apresenta uma grande cópia de exemplos de regências nominais dos adjectivos, isto é, cons-

truções do tipo Adj prep N, mas muito poucas regências completivas do género Adj prep que-F, etc.. Em suma, o dicionário de F. Fernandes, apesar da sua utilidade genérica, não permite resolver os problemas teóricos que a constituição de uma lista de adjectivos nos põe, na medida em que não classifica os itens que são adjectivos, nem justifica a inclusão dos participípios passados verbais. Além disso, no que respeita ao recenseamento dos adjectivos predicativos, este dicionário é também bastante lacunar.

Em face de todas estas deficiências, tive, pois, de recorrer a outros dicionários.

Os principais dicionários portugueses, inteiramente publicados, são os de Moraes, Cândido de Figueiredo, Caldas Aulete e Laudelino Freire (cf. Bibliografia). Contudo, organizar uma lista de adjectivos do português contemporâneo, com base em qualquer destes dicionários, não é tarefa fácil. O de Laudelino Freire procura descrever o léxico, tomando, sobretudo, como ponto de referência o português do Brasil; contém, por conseguinte, itens cujos empregos um europeu tem dificuldade em discernir, já que muitos deles não são ilustrados por meio de abonações. O dicionário de Moraes, na sua última edição, apresenta cerca de 300.000 itens, muitos dos quais são termos clássicos, cujos empregos o falante actual tem igualmente dificuldade em inventariar. O dicionário de Cândido de Figueiredo inclui um elevado número de regionalismos, cujos empregos também não são fáceis de reconstituir, devido à falta de exemplos ilustrativos. O de Caldas Aulete, apesar de mais selectivo e de mais rigoroso na definição e ordenação das acepções dos vocábulos, ofere-

ce também poucas abonações dos diferentes empregos e das diversas construções. Além disso e de um modo geral, todos estes dicionários dedicam maior atenção à língua literária, bem patente nas abonações que vão colher nos escritores consagrados, do que à linguagem corrente coloquial.

Dada, pois, a inexistência de um bom dicionário do português contemporâneo⁽¹³⁾ que apresente um recenseamento não apenas dos principais itens lexicais, mas também das respectivas construções sintácticas, e tendo em conta as dificuldades de manuseamento e insuficiências dos dicionários atrás mencionados, resolvi recorrer, como guia de base, não só acessível, mas também elaborado com rigor científico, ao Dicionário da Língua Portuguesa (D.L.P.), de Almeida Costa e Sampaio e Melo (cf. Bibliografia), para a constituição da lista de adjectivos.

Apesar de o D.L.P. indicar a classificação dos diversos vocábulos, a constituição daquela lista não se torna fácil, como vamos ver. De facto, o D.L.P., como aliás sucede com todos os outros dicionários, classifica como adjectivos itens de natureza bastante heterogênea, encarados quer do ponto de vista formal, quer funcional, quer semântico. Assim, por exemplo, o D.L.P. classifica como adjectivos itens como os seguintes:

- (1) analisador, analisável, analista, analítico; cansativo, canseiroso; escaldadiço, escaldado, escaldador, escaldante; imprecatado, imprecativo, imprecatório; perguntador, perguntante; revoltado, revoltador, revoltante; vibrador, vibrante, vibrátil, vibratório; etc..

Como vemos, a lista de adjectivos (1) é extremamente heterogênea. Certos itens são classificados simultaneamente por aquele dicionário como substantivos e adjectivos. É o caso, por exemplo, dos seguintes:

- (2) analisador, analista; escaudador; perguntador, perguntante; revoltador; vibrador, vibrante.

A diferença de categoria gramatical é depreendida apenas através da definição semântica que os autores do D.L.P. apresentam. Por outro lado, na lista (1) encontramos outros itens que são simultaneamente adjectivos e participios passados verbais, como por exemplo:

- (3) escaudado; imprecitado; revoltado.

Repare-se, porém, que nas outras séries apresentadas em (1) não se incluem como adjectivos os participios passados verbais respectivos. É o caso dos seguintes itens:

- (4) analisado; cansado; perguntado; vibrado.

Poderemos, pois, perguntar por que motivo os autores do D.L.P. incluíram como adjectivos os participios passados da lista (3), mas não retiveram os itens de (4). Ora, eles não explicam os critérios que presidiram àquela selecção. Esta situação é, aliás, generalizável não só à totalidade dos dicionários portugueses existentes, mas também à maior parte dos dicionários de outras línguas. Idênticas insuficiências são salientadas, por exemplo, por Picabia (1970: pp. 8-9) relativamente aos dicionários franceses, nos seguintes termos:

"Il nous semblait par exemple que outrageant pourrait être qua-

lifié de participe présent, satisfait, sucre de participe passé; ouvrier, chahuteur de noms. (Le D.F.C. - i.e., Dictionnaire du Français Contemporain, por J. Dubois et all., Larousse - qualifie ces termes, à la fois d'adjectif et de nom). Il n'y avait aucun critère pour infirmer ou confirmer notre sentiment linguistique, car si les auteurs du D.F.C. - mais ce problème est général partout - nous éclairent sur le choix de leurs définitions sémantiques, le classement, les principes analogiques adoptés, etc., ils négligent de nous expliquer les principes théoriques de leur classification syntaxique. Nous en avons conclu qu'ils se référaient implicitement aux catégories traditionnelles des grammaires usuelles".

Os lexicógrafos não explicam, por conseguinte, os critérios em que se baseiam para classificarem os itens quanto à sua classe gramatical.

Contudo, as razões de classificação parecem ser, na generalidade dos casos, mais de natureza semântica do que formal ou funcional. Apenas quando as definições semânticas são acompanhadas de abonações, podemos encontrar uma razão suplementar de classificação, sendo esta de natureza sintáctica.

Apesar de tudo, a lista (1) apresenta um índice de homogeneidade. É que todos os itens daquela lista são adjectivos derivados morfologicamente de outras categorias gramaticais (verbos e substantivos). A estes itens derivados, poderíamos, porém, opôr outros não derivados, também chamados adjectivos primitivos, como por exemplo:

(5) alvo, feliz, puro, triste, vil, etc..

Esta breve análise sobre a classificação gramatical dos itens lexicais oferecida pelos dicionários, nomeadamente o D.L.P., não permite, pois, chegar a uma conclusão quanto àqueles itens que devo incluir na minha lista de adjectivos. Concretamente, põem-se duas questões. Em primeiro lugar, se devo incluir os chamados adjectivos-nomes, como por exemplo, os da lista (2). E, em segundo lugar, se devo incluir os participípios passados, também designados como adjectivos verbais e, no caso afirmativo, quais os que deveria incluir. Sô aqueles que os dicionários incluem como adjectivos verbais? Ou todos os participípios passados?

Mas, ainda que a classificação apresentada pelos dicionários não levantasse problemas, outras questões ficariam sempre de pé. Assim, por um lado, como distinguir na classe dos adjectivos o subgrupo dos que são predicativos? E, por outro, como distinguir neste último subgrupo aqueles que aceitam construções completivas? Como já referi, as abonações dadas pelos dicionários das acepções de cada item não contribuem muito para resolver estas questões.

Para tal precisamos, pois, duma definição operativa do que são adjectivos e, nomeadamente, adjectivos predicativos. Tentemos, pois, recorrer às gramáticas, nomeadamente às gramáticas portuguesas, numa tentativa de encontrarmos solução para estas questões.

4.2. Contribuição da gramática tradicional ⁽¹⁴⁾

As gramáticas portuguesas, na sua grande maioria normativas ⁽¹⁵⁾, incluem os adjectivos na classe ⁽¹⁶⁾ dos nomes, juntamente com

os substantivos, e definem-nos em função destes, com base nos critérios semântico, sintáctico e morfológico.

Torna-se impossível dar aqui uma resenha, mesmo breve, daquilo que as principais gramáticas portuguesas nos dizem sobre o adjectivo. Por um lado, tal resenha saíria dos limites em que desenvolvo o meu estudo. Por outro lado, essa resenha tornar-se-ia fastidiosa, na medida em que iria conter as repetições que se verificam de gramática para gramática.

Pareceu-me, por isso, preferível destacar apenas duas gramáticas portuguesas como representativas de dois momentos fundamentais, embora complementares, da nossa tradição gramatical. Por um lado, a Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1a. ed., póstuma, 1822; 2a. ed., a utilizada nas citações, 1830), de J. Soares Barbosa, que representa uma tentativa bem conseguida de aplicação ao português dos princípios teóricos formulados pela Gramática de Port-Royal (cf. nota 14) e cujas descrições ainda hoje mantêm validade.

Por outro lado, destaco a Gramática da Língua Portuguesa (3a. ed., 1976), de Celso Cunha, justamente por ser uma das melhores gramáticas actualmente existentes sobre o português contemporâneo, quer pela riqueza e precisão das informações nela contidas, quer, porque, embora concebida em moldes tradicionais, apresenta, em muitos aspectos, uma adaptação oportuna à língua portuguesa de certas descrições estruturalistas ou para-estruturalistas, disponíveis para outras línguas, facto este que a enriquece.

4.2.1. Descrição do adjetivo na "Gramática Filosófica", de J. Soares Barbosa

S. Barbosa utiliza, fundamentalmente, o critério lógico-semântico para definir o adjetivo, como aliás as outras classes de palavras: "o Adjectivo he hum nome, que exprime huma couza como accessoria de outra, para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pode subsistir" (2a. ed., 1830: p.137).

Repare-se que o adjetivo é incluído entre os nomes, não tanto por razões formais, mas sobretudo por motivos de natureza lógico-semântica. Especificando melhor o seu pensamento, e depois de analisar alguns exemplos, Barbosa acrescenta: "Todo Adjectivo pois tem duas significações, huma distinta, porêm indirecta, que he a do attributo; e outra confusa, porêm directa, que he a do sujeito. Esta palavra Branco significa directamente hum sujeito qualquer indeterminadamente, que tem brancura; e indirectamente, mas com toda clareza e distinção, a qualidade da côr. Por tanto todo Adjectivo indica hum sujeito, qualquer; e exprime huma qualidade, que lhe attribue. Ora está claro que o sujeito indicado não pode ser senão hum Substantivo; porque sobre este so he que podem cahir as qualidades, que per si não podem subsistir" (1830: p.138).

Na pegada da Gramática de Port-Royal, Barbosa considera o adjetivo atributo dum substantivo como equivalente a uma "proposição incidente", ou seja, em termos de gramática generativa, como introduzido nas estruturas sintácticas por meio de frase relativa (cf. 4.4.1.): "segue-se que todo Adjectivo com o seu

sujeito, ou Substantivo equival a huma proposição incidente, e por esta se pode resolver, como: Deos invisivel creou o mundo visivel, se resolve nestas proposições Deos, que he hum Ente invisivel, creou o mundo, que he huma couza visivel" (Barbosa, 1830: p.139).

Como acontece geralmente na gramática tradicional, Barbosa inclui na classe dos adjectivos tanto os chamados adjectivos determinativos (ou determinantes) como os adjectivos qualificativos, pois considera que tanto uns como outros modificam os substantivos, embora de modo diverso.

A análise que Barbosa faz dos adjectivos determinativos é curiosa e original em muitos aspectos, que prenunciam certas descrições generativistas⁽¹⁷⁾, mas, como saem do âmbito do presente estudo, nada direi sobre eles.

Quanto aos adjectivos qualificativos, Barbosa classifica-os em explicativos e restritivos, de acordo com a evidente relação que eles têm com as duas espécies de frases relativas. Assim, considera que um adjectivo é explicativo quando desenvolve "ideas parciaes incluidas na idea geral, ou noção signficada pelo nome commum" (Barbosa, 1830: p.140). Um adjectivo será, porém, restritivo, quando "pela addição de alguma qualidade accidental, accrescentada às essenciaes, que formão a noção, restrinja esta com hum maior numero de ideas a hum menor de individuos" (Barbosa, 1830: p.140).

E seguidamente Barbosa aclara estas definições, recorrendo ao exemplo "Todo o homem he racional, mas nem todos os homens são razoados", dizendo que "O Adjectivo Racional he Explicativo;

porque desenvolve huma qualidade essencial ao homem, ja incluída na idea do mesmo; e o Adjectivo Razoado he restrictivo; porque ajunta à idea do homem huma qualidade accidental, que a mesma idea não comprehendia, e que por isso a limita e reduz a huma classe muito menor, qual he a dos homens razoados em comparação com a dos racionais" (Barbosa, 1830: pp.140-141).

Ao analisar as propriedades dos adjectivos explicativos e restrictivos, Barbosa avança as seguintes regras, que distinguem uns e outros:

1º) "todos os adjectivos, que modificão, ou nomes proprios, ou ja individuaos pelos Determinativos Pessoaes, e Demonstrativos, nunca podem ser restrictivos, e são sempre explicativos de alguma qualidade existente nos mesmos individuos. Por ex. nestas orações Deos justo castiga os impios = Esta terra, que habitamos, he redonda, os adjectivos Justo, Redonda, são explicativos" (Barbosa, 1830: p.179).

2º) "todas as vezes que a hum appellativo [ou nome comum] se ajunta hum adjectivo para o modificar, se elle exprime huma qualidade constante e essencial à noção, significanda pelo nome commum, he sempre explicativo; he pelo contrario restrictivo, se a qualidade, que elle exprime, he accessoria e accidental" (Barbosa, 1830: p.179). E dá como exemplos "Homem mortal, Homem justo", em que mortal é adjectivo explicativo e justo, restrictivo.

3º) "todo o adjectivo, apposto a hum nome, equivalendo a huma Proposição Incidente, ou explicativa ou restrictiva, quan-

do elle he explicativo, se pode resolver por huma proposição com a causal Porque; e quando he restrictivo, se pode resolver por outra proposição, porêm com as conjunções restrictivas Se, Quando" (Barbosa, 1830: p.180).

Dando exemplos, Barbosa mostra, por um lado, que "Deos justo castiga os mãos" é equivalente a "Deos, porque he justo, castiga os mãos" e que, por outro lado, "O homem justo dá a cada um o que he seu" é igual a "O homem, quando he justo, dá a cada hum o que he seu".

- 49) "todo o adjectivo explicativo apposto, ou a proposição em que se resolve, se pôde tirar da oração, onde está, sem prejuízo de sua verdade; o adjectivo restrictivo, não" (Barbosa, 1830: p.180).

- 59) "os adjectivos explicativos não sendo outra couza se não os mesmos nomes ou proprios, ou communs, explicados; he indifferente pol-os, ou antes, ou depois dos substantivos, com que concordão. Posso dizer: O rico Lucullo, ou Lucullo o rico = A inconstante fortuna, ou A fortuna inconstante.

Jã com os restrictivos corre outra regra. Como a restricção suppõe dantes a couza, que se restringe; devem por via de regra hir adiante dos appellativos: tanto assim, que pondo-se antes, fazem tomar o nome comum em hum sentido individual. Se digo: O homem rico, entendo todo homem, que he rico; se digo porêm: O rico homem, faço entender que falo de hum certo homem rico. O mesmo succede, se digo: O homem pobre, ou O pobre homem" (Barbosa, 1830: pp.180-181).

Estas regras, que apontam as principais propriedades dos adjectivos explicativos e restritivos, foram praticamente esquecidas pelos gramáticos portugueses posteriores. Veja-se, contudo, Bechara (1976: p.88, que constitui neste aspecto uma excepção). E, apesar de tudo, elas mantêm ainda hoje a sua actualidade, apenas com algumas restrições para a última. De facto, adjectivos como rico e pobre, quando antepostos ao substantivo, têm de um modo geral, no português contemporâneo, sentido figurado, com conotação afectiva (cf. 4.2.2. e 4.5.1.).

Barbosa aborda também o problema dos chamados adjectivos-nomes, ou seja, das palavras que "derão ocasião á duvida entre os grammaticos, se pertencem á classe dos substantivos, se á dos adjectivos. Taes, por ex., são os nomes Cortezão, Philosopho, Irmão, Peão, Pintor, Rei, Soldado, e outros muitos deste genero" (Barbosa, 1830: p.181).

Desta vez, dada a insuficiência do critério lógico-semântico, Barbosa recorre também aos critérios morfológico e sintáctico para resolver a questão:

- 1º) "se elles recebem terminações femininas; ou se tendo humas terminação, se ajuntão ja com o Artigo masculino, ja com o feminino; e neste caso devem ser contados como adjectivos" (Barbosa, 1830: p.181). Sendo assim, pintor, pintora, cortezão, cortesã, etc., ou o artífice, a artífice, etc., são adjectivos, mas não rei, cujo feminino é representado por outra forma (rainha).

- 29) "se o uso da Língua costuma algumas vezes ajuntar, ou soffre que a estes nomes se ajuntem os appellativos Homem, Mulher, Couza: e juntando-se, he signal que são adjectivos" (Barbosa, 1830: p.181). Na medida em que se pode dizer homem filósofo, homem soldado, etc., mas não homem rei, mulher rainha, os primeiros são adjectivos, mas os segundos são substantivos.
- 39) "se a significação do nome he susceptivel de grãos de augmento e diminuição; e sendo-o he signal de ser adjectivo; porém do contrario não se segue que o deixe de ser" (Barbosa, 1830: p.182). Barbosa reconhece assim que existem adjectivos que não aceitam grau, ou seja, que o grau não é uma propriedade essencial do adjectivo.

Quanto ao grau dos adjectivos, Barbosa encara esta propriedade como sendo, fundamentalmente, de natureza lógico-semântica, e não tanto morfológica, como é habitual nas gramáticas portuguesas (cf. no entanto, em 4.2.2., a referência à análise de Câmara (1970) sobre o grau).

Barbosa considera fundamentalmente três graus: o positivo, o superlativo e o aumentativo.

O positivo é, de certo modo, um grau neutro. Entre os dois superlativos extremos situa-se aquilo a que ele chama o grau aumentativo, que tem vários cambiantes.

Barbosa considera ainda que aqueles três graus podem ser absolutos ou comparativos: "Os absolutos exprimem a maior, ou menor intensidade da qualidade dentro do mesmo sujeito, que o adjectivo positivo qualifica: os comparativos porém exprimem

o excesso ou parcial, ou total da qualidade de hum sujeito com relação a outro. Se digo: O Sol está brilhante, Está mui brilhante, Está brilhantissimo; estes grãos são absolutos; porque não saem do mesmo objecto para o comparar com outro. Ja se digo: O Sol he tão brilhante como as Estrellas, He mais brilhante que ellas, He o mais brilhante dos astros; estes grãos são comparativos, porque considerão o excesso desta qualidade no Sol relativamente aos mais astros" (Barbosa, 1830: p.183).

E o autor acrescenta que "Os nossos grammaticos não fizeram até agora esta distincção dos sentidos graduaes, ja feita por outros, e bem precisa" (Barbosa, 1830: p.183).

Finalmente, quanto a esta propriedade, Barbosa salienta que não aceitam grau: "1º Os [adjectivos] que são derivados de nomes proprios, como Portuguez, Lisbonense, Solar, Terrestre, Maritimo, Aureo, Argenteo, etc.. 2º Os derivados de nomes appellativos de substancias, como Espiritual, Corporeo, Divino, Humano, e outros, tomados no sentido proprio, e não no figurado. 3º Os que significão hum estado, para o qual se passou hum acto instantaneo, como Nascido, Morto, Desterrado, Vivente, Finado, Casado, Solteiro, etc.. 4º Em fim os adjectivos verbaes em or, ora, como Amador, Vencedor, Guardador, Salvador, Matador, etc." (Barbosa, 1830: p.183).

E Barbosa completa a descrição desta propriedade dos adjectivos, referindo os processos de formação dos vários graus, que aqui omito.

Por último, aponta as propriedades flexionais dos adjectivos, quanto ao género e número, que também deixo de lado.

Quanto à sintaxe do adjectivo, Barbosa refere ainda as regras de concordância a que este obedece na frase (1830: pp.370 e segs.) e alguns aspectos das regências dos adjectivos a que ele chama de significação relativa, ou seja, que exigem complemento, por oposição aos adjectivos de significação absoluta, isto é, que se constroem sem complemento: "Os adjectivos da mesma sorte, que tem huma significação relativa, requerem depois de si hum termo, que lhes complete sua relação" (Barbosa, 1830: p.393).

Todavia aquilo que nos diz sobre este aspecto é muito pouco e manifestamente insuficiente.

De qualquer modo, a descrição que Barbosa apresenta do adjectivo é rigorosa e inovadora em muitos aspectos, relativamente às outras gramáticas portuguesas.

As inovações mais relevantes são as seguintes:

- (i) A definição lógico-semântica que nos dá de adjectivo é mais precisa e melhor fundamentada do que aquela que geralmente é oferecida pelas gramáticas.
- (ii) A relação do adjectivo com as frases relativas e, nomeadamente, a classificação em adjectivos explicativos e adjectivos restritivos, assim como a indicação de processos práticos de reconhecimento desta distinção, constituem aspectos de grande importância e actualidade.
- (iii) O modo como procura resolver a questão dos chamados adjectivos-nomes é extremamente curiosa, apesar das insuficiências que revela; na verdade, embora recorrendo neste caso

ao critério morfológico (flexão em gênero) e sintático (expressão do grau), a conclusão a que Barbosa chega continua a ser ditada mais por factores de natureza lógico-semântica do que sintática. De facto como explicar uma construção como Ele é um cortesão versus *Ele é um contente? Voltaremos a este problema em 4.5.2..

- (iv) O modo como encara e descreve o grau dos adjectivos representa igualmente uma valiosa contribuição para o tratamento adequado de tal assunto, que é geralmente encarado pelas gramáticas como puro mecanismo flexional.

Apesar da sua valiosa contribuição, a gramática de S. Barbosa não permite resolver as questões que me levaram a efectuar esta sondagem pelas gramáticas. De facto, se, após a leitura de Barbosa, ficamos com uma melhor ideia do que são adjectivos, continuamos, porém, sem sabermos com rigor o que são adjectivos predicativos e, sobretudo, sem estarmos de posse de um processo operativo de determinar a lista de adjectivos que se constroem com completiva. A informação que Barbosa nos dá sobre os adjectivos de significação relativa, ou seja, que aceitam complemento, é muito útil mas não foi suficientemente explicitada pelo autor.

4.2.2. Descrição do adjectivo na "Gramática da Língua Portuguesa" de Celso Cunha

Na definição de adjectivo C. Cunha (1976) utiliza de forma mais ou menos explícita os critérios semântico, sintático e morfológico.

(i) Recurso ao critério semântico:

Com base neste critério, C. Cunha dá a seguinte definição de adjectivo: "O adjectivo é a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres ou os objectos nomeados pelo substantivo, indicando-lhes:

- a) uma qualidade (ou defeito): moça gentil, pensamento obscuro;
- b) o modo de ser: pessoa hábil;
- c) o aspecto ou aparência: jardim florido;
- d) o estado: criança enferma" (Cunha, 1976: p.251).

Contudo, C. Cunha, reconhecendo as insuficiências da definição semântica que acaba de dar, acrescenta, prevenindo assim uma possível objecção:

"Por vezes o adjectivo marca apenas uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc.. Assim, em nota mensal, casa paterna, perfume francês relacionamos as noções de nota e mês (nota relativa ao mês), de casa e pais (casa onde habitam os pais) e de perfume e França (perfume procedente da França)" (Cunha, 1976: p.251).

E completa esta observação com uma informação de natureza formal, insuficientemente aprofundada:

"De regra, esses adjectivos de relação não admitem graus de intensidade. Uma nota não pode ser mais mensal, nem uma casa muito paterna, nem um perfume menos francês" (Cunha, 1976: p.251).

C. Cunha reconhece assim, segundo o critério semântico, dois tipos de adjetivos: os adjetivos de relação e os outros. E distingue-os por meio de uma propriedade formal: estes últimos admitem grau, mas os adjetivos de relação não o admitem.

(ii) Recurso ao critério sintáctico:

a) Na análise de casos de substantivação do adjetivo:

Prevenindo, de certo modo, uma outra objecção relativa à insuficiência da definição semântica de adjetivo, baseada em exemplos como o cinzento do céu, etc., C. Cunha recorre implicitamente ao critério sintáctico, afirmando: "Sempre que a qualidade referida a um ser ou objecto for concebida com grande independência, o adjetivo que a representa deixará de ser um termo subordinado para tornar-se o termo nuclear do sintagma nominal. Dá-se, então, o que se chama substantivação do adjetivo, facto que se exprime, gramaticalmente, pela anteposição de um determinativo (em geral, do artigo) ao adjetivo" (Cunha, 1976: pp.251-252). E o autor explica seguidamente a passagem da frase "O céu cinzento indica chuva", cujo SN sujeito se analisa em artigo + substantivo + adjetivo, à frase "O cinzento do céu indica chuva", na qual o SN sujeito é analisado em artigo + substantivo + locução adjectiva ("do céu").

b) Na subdivisão dos nomes em adjetivos e substantivos:

É igualmente ao critério sintáctico (desta vez explicitamente) que C. Cunha recorre para determinar a classe gramatical de certos itens homónimos, que podem funcionar quer como substantivos, quer como adjetivos, ao

afirmar:

"É muito estreita a relação entre o substantivo (termo determinado) e o adjectivo (termo determinante). Não raro, há uma única forma para as duas classes de palavras e, nesse caso, a distinção só poderá ser feita na frase. Comparem-se por exemplo:

Um cego velho cantava ao desafio.

Um velho cego cantava ao desafio.

Na primeira oração, cego é substantivo, porque é a palavra-núcleo caracterizada por velho, que, por sua vez, é adjectivo na medida em que é a palavra caracterizadora do termo-núcleo. Na segunda oração, ao contrário, velho é substantivo e cego adjectivo.

Como vemos, a subdivisão dos nomes portugueses em substantivos e adjectivos obedece a um critério basicamente sintáctico, funcional" (Cunha, 1976: p.251).

c) Na determinação das funções do adjectivo:

Tendo em conta a relação entre o substantivo e o adjectivo, Celso Cunha (1976: p.264) aponta para estas duas funções sintácticas: adjunto adnominal (i.e., epíteto ou atributo) e predicativo.

O adjectivo é adjunto adnominal quando "se refere, sem intermediário, ao substantivo, a que pode vir posposto ou anteposto" (Cunha, 1976: p.264). E o autor dá como exemplo a frase "Seu gesto meigo cativou-me", na qual meigo é adjunto adnominal de gesto.

O adjectivo é predicativo nas circunstâncias seguintes: "a qualidade expressa pelo adjectivo transmite-se ao substantivo por intermédio de um verbo, que pode estar explícito ou implícito na oração" (Cunha, 1976: p.264). E o autor acrescenta que o adjectivo pode funcionar como predicativo do sujeito, com verbo copulativo explícito (por ex.: "A praia estava deserta", G. Amado) ⁽¹⁸⁾, ou implícito (por ex.: "Terrível aquela noite!") como predicativo do objecto directo (por ex.: "Sabia-o decidido, sem medo", G. Aranha), e como predicativo do objecto indirecto (por ex.: "chamou-lhe incrédulo", M. de Assis).

C. Cunha salienta ainda que o adjectivo desempenha função de predicativo do sujeito em construções como "Meu coração desmaia pensativo", (C. Alves) nas quais "o adjectivo encerra sempre, mais ou menos acentuada, uma noção adverbial" (*idem*: p.265).

Neste último exemplo e ainda noutros que o autor cita, o adjectivo tem, pois, uma função adverbial, pois é comutável com a sequência "adj. + -mente" (por ex.: pensativamente, etc.).

d) Na determinação das regras de concordância do adjectivo:

Assim, como regra geral C. Cunha aponta: "O adjectivo varia em género e número de acordo com o género e o número do substantivo ao qual se refere" (*idem*: p.271), quer aquele se encontre na posição de adjunto adnominal, quer na posição de predicativo, quer mesmo em fun-

ção adverbial, mencionando seguidamente os vários aspectos da referida concordância (cf. Cunha 1976: pp. 271 e segs.).

É com base ainda, pelo menos implicitamente, em critérios de natureza sintáctico-semântica que C. Cunha analisa a colocação do adjetivo em posição pré-nominal ou pós-nominal, assim como as diferenças e restrições que tal colocação implica relativamente ao substantivo. Deixo de lado tais aspectos, por não serem relevantes para o objectivo da exposição aqui e agora.

(iii) Recurso ao critério morfológico:

a) Na classificação dos adjektivos quanto à sua formação:

C. Cunha distingue, por exemplo, na pegada de outros gramáticos, como Sobejano (1956), citado aliás por aquele autor, entre adjetivos primitivos (por ex.: "brando, claro, comprido, curto", etc.) e adjetivos derivados de substantivos e de verbos (como, por ex.: os itens da lista (1), apresentada em 4.1.).

b) Na análise das flexões do adjektivo:

Como regra geral, Celso Cunha assinala o seguinte:

"Como os substantivos, os adjektivos podem flexionar-se em número, gênero e grau" (idem: p.254), apontando seguidamente as diversas regras de flexão nestes três aspectos.

No que respeita ao grau é incorrecto considerá-lo

como uma propriedade flexional ou morfológica dos adjectivos, por motivos que ressaltam da seguinte afirmação de Mattoso Câmara (1970: p.73): "A expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si. A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática". E M. Câmara (1970: p.73) acrescenta que a expressão do grau é antes "um mecanismo sintáctico, fora da morfologia vocabular", o qual faz intervir sequências do tipo mais...do que, tão...como, o mais...dos, etc.. Nem mesmo as formas do chamado superlativo absoluto simples (ou sintético), segundo M. Câmara, se devem considerar como um mecanismo flexional, pois lhes falta "obrigatoriedade e sistematização coerente" (Câmara, 1970: p.72), que são propriedades essenciais daquele mecanismo. Esse ponto de vista quanto ao grau é, aliás, o adoptado pela linguística moderna, tanto estrutural como transformacional.

No que respeita ainda à expressão do grau, convém, por último, salientar que há grandes diferenças entre o modo de aplicação deste mecanismo aos substantivos e aos adjectivos.

Pelo que acabamos de ver, C. Cunha fornece-nos um elevado número de elementos que nos ajudam a caracterizar a classe dos adjectivos com um certo rigor.

Dentre esses elementos destaco sobretudo os seguintes, pois são os que mais interessam para a constituição da minha lista de adjectivos:

- 1º) Distinção entre adjectivos qualificativos e adjectivos de relação;
- 2º) Distinção entre a função de adjunto adnominal, a função de predicativo e a função adverbial dos adjectivos;
- 3º) Distinção entre a posição pré-nominal e a posição pós-nominal dos adjectivos que são adjuntos adnominais;
- 4º) Descrição do mecanismo do grau dos adjectivos.

Apesar da importância da sua contribuição, C. Cunha (1976) não permite resolver todas as questões relativamente à delimitação dos adjectivos que pretendo tratar. Assim, continuam de pé as seguintes questões:

- 1º) Devo ou não incluir os adjectivos-nomes, ou seja, aqueles itens que podem funcionar quer como substantivos, quer como adjectivos?
- 2º) Para delimitar os adjectivos predicativos devo utilizar todos os critérios de distribuição funcional utilizados por C. Cunha (predicativo do sujeito, do objecto directo, do objecto indirecto), assim como os relativos à natureza dos verbos intervenientes (copulativos, nocionais transitivos, intransitivos) ou apenas alguns?
- 3º) Os adjectivos de relação serão predicativos ou não?

49) E, por último, quais são os adjetivos predicativos que se constroem com completiva?

Em relação a este último aspecto, C. Cunha, apenas refere o seguinte, quando trata da concordância do adjetivo:

"Como as orações e as palavras tomadas materialmente se consideram do número singular e do gênero masculino, quando o sujeito é expresso por uma oração (plena ou reduzida), o adjetivo predicativo fica no masculino do singular:

É honroso morrer pela pátria.

É justo que a juventude seja inconformista" (Cunha, 1976: p.275).

Os vários aspectos da sintaxe das construções completivas do adjetivo constituem, aliás, matéria virgem para a generalidade das gramáticas portuguesas.

4.3. Contribuição das gramáticas estruturalistas ⁽¹⁹⁾

As gramáticas estruturalistas baseiam-se apenas em critérios morfo-sintácticos (flexional, distribucional e funcional) para determinarem as classes de palavras, incluindo, por conseguinte, a dos adjetivos.

O critério semântico, tão utilizado pela gramática tradicional, é posto de lado. Além disso, enquanto para a gramática tradicional a classificação das palavras em classes se efectua em função de um único nível de análise, para as gramáticas estrutura-

listas tal classificação resulta de uma análise realizada a diversos níveis. Ou seja, na estruturação das frases, a interdependência entre os itens não é linearmente uniforme, antes implica uma hierarquização a diversos níveis, conforme põe em evidência a análise em constituintes imediatos⁽²⁰⁾.

A classificação dos itens em classes depende, fundamentalmente, do modo como eles se distribuem na frase, da forma por que se combinam uns com os outros, das funções sintácticas que exercem e bem assim das suas propriedades morfo-sintácticas. Dois itens pertencerão, por conseguinte, à mesma classe se forem comutáveis entre si nos mesmos contextos sintagmáticos, isto é, se tiverem a mesma distribuição nas frases. Dois itens pertencentes à mesma classe, ao comutarem entre si nas mesmas frases podem provocar eventualmente alterações semânticas, mas não de estrutura. Se provocarem alterações de estrutura é porque não pertencem à mesma classe. O recurso à análise em constituintes imediatos e ao método distribucional⁽²¹⁾ permite alargar a noção de classe. De facto os itens integram-se em classes sintagmáticas, hierarquizadas entre si.

A classe maior é a das frases. Ao analisarmos as frases em constituintes imediatos vamos encontrar outras classes sintagmáticas como, por exemplo, a dos sintagmas nominais e a dos sintagmas verbais. No interior da primeira podemos encontrar a classe dos determinantes, a classe dos substantivos e a classe dos adjectivos. No interior da segunda encontramos a classe dos verbos, mas também novamente a dos substantivos, a dos adjectivos, etc..

O método distribucional, pelo seu carácter formal e rigoroso

é justamente um dos meios que mais tem contribuído para o progresso da análise linguística.

O outro meio é sem dúvida o método transformacional. Aliás, um e outro são complementares como processos de análise.

É justamente a combinação dos dois que dá às gramáticas transformacionais maior capacidade de análise que aquela que têm as gramáticas estruturalistas, as quais apenas utilizam o primeiro.

Vejamos, pois, como é que as gramáticas estruturalistas definem a classe dos adjetivos.

Infelizmente, poucas são as descrições estruturalistas que existem para o português⁽²²⁾, ao contrário do que sucede, por exemplo, para o inglês. Um dos linguistas que tentou uma aproximação para-estruturalista à gramática do português foi Matto-
so Câmara (1970). Todavia, essa aproximação, além de ter ficado inacabada, é bastante incompleta mesmo nos aspectos tratados. Vejamos em que critérios se baseia M. Câmara para definir as classes de palavras. Para este linguista, existem três critérios que permitem classificar os vocábulos de uma língua em classes. São o critério semântico, o critério formal ou mórfico e o critério funcional (cf. Câmara, 1970: p.67). M. Câmara considera que "o critério semântico e mórfico estão intimamente associados" e que "em referência ao português, esse critério compósito, que podemos chamar morfo-semântico, parece dever ser o fundamento primário da classificação" (Câmara, 1970: pp.67-68). Secundariamente, M. Câmara recorre ao critério funcional. Não cabe apresentar aqui a classificação dos vocábulos

em classes proposta por Câmara. Para isso remeto o leitor para Câmara (1970: cap.IX). Apenas vou referir-me ao modo como define a classe dos adjectivos. Quanto a este assunto, concluimos da leitura de Câmara (1970: caps.IX, X e XI) o seguinte:

- (i) Substantivos e adjectivos pertencem à classe dos nomes; entre uns e outros não há em princípio uma distinção de forma, mas apenas de função; de facto, as mesmas formas (por ex.: marinheiro, brasileiro) podem ser ora substantivos, ora adjectivos; o que determina se um item é substantivo ou adjectivo é a função de determinado ou determinante, respectivamente.
- (ii) Apesar de substantivos e adjectivos terem as mesmas propriedades flexionais de género e número, Câmara reconhece que os adjectivos apresentam algumas diferenças neste aspecto, pois "estão quase exclusivamente distribuídos nos dois temas em -o e em -e, e os de tema em -e (concretamente em -e, como grande, ou teoricamente em -e, como feliz, a rigor *felize, como indica o plural felizes) não apresentam flexão de feminino, em face de um feminino em -a para os de tema em -o; ex.: homem corajoso, mulher corajosa; homem grande, mulher grande" (Câmara, 1970: p.77).
- (iii) "Os adjectivos portugueses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema gramatical, adicional, o alto grau da qualidade que expressam. Temos tristíssimo, para triste, facílimo, para fácil, nigérrimo, para negro, e assim por diante" (Câmara, 1970: p.72). Como já salientei na secção 4.2.2. deste capítulo, Câmara

considera que este mecanismo é de natureza sintáctica e não de natureza flexional, pois não é obrigatório, nem apresenta uma sistematização coerente.

- (iv) Sobre a distribuição do adjectivo na frase apenas nos diz em nota que "a posição regular do adjectivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado" (Câmara, 1970: p.77, nota 1), já que "a anteposição decorre do enfranquecimento da função descritiva em proveito da reacção afectiva" (*idem*, *ibid.*).

Perante esta descrição de Câmara sobre a classe dos adjectivos, temos de concluir que é muito pouco. Tal descrição pouco mais adianta do que aquela que fazia a gramática tradicional. A descrição de C. Cunha que resumi em 4.2.2., é sem dúvida mais completa. Além disso, a descrição de Câmara não utiliza todas as possibilidades permitidas pelo recurso ao método distribucional.

Antes, porém, de mostrar como é que este método permite definir de forma bastante rigorosa a classe dos adjectivos, o que farei na secção 4.5. deste capítulo, vejamos qual a contribuição que a gramática generativa transformacional traz a esta questão.

4.4. Contribuição da gramática generativa transformacional

No âmbito da gramática generativa transformacional referir-me-ei a três análises que envolvem a definição de adjectivo e sua relação com outras classes de palavras. Referirei em primeiro lugar a análise proposta pelo modelo clássico (cf.

Chomsky, (1965), o qual, embora aceitando o ponto de vista tradicional de que os adjetivos fazem parte da classe dos nomes, assim como os substantivos, propõe que aqueles sejam inseridos nas estruturas frásicas através do sintagma predicativo. Desenvolverei depois a hipótese formulada por Lakoff (1965/1970), e aceite por outros generativistas, de que os adjetivos pertencem à mesma classe dos verbos. E por fim mencionarei a posição da chamada gramática não discreta, defendida por Ross (1972), segundo a qual não existe uma separação clara entre adjetivos, verbos e substantivos.

4.4.1. Tratamento do adjetivo no modelo clássico

Segundo a teoria linguística proposta por Chomsky (1965), a classe (ou categoria) lexical de cada item é determinada pelas regras de base da sintaxe, também chamadas regras sintagmáticas ou categoriais. A categoria lexical de cada item é, pois, definida ao nível da estrutura básica (ou profunda). Sendo assim, são, por exemplo, adjetivos todos os itens lexicais que podem ser inseridos no lugar de Adj através das seguintes regras categoriais⁽²³⁾:

(1) a. Sintagma Verbal $\rightarrow$ Cópula + Sintagma Predicativo

b. Sintagma Predicativo $\rightarrow \left\{ \begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{Adj} \end{array} \right\}$

Estas regras pressupõem quatro premissas. Primeiro, que todos os adjetivos são introduzidos na posição predicativa por meio de regras categoriais do tipo de (1a, b). Segundo, que os adjetivos na posição de epíteto (ou atributo), isto é, na posição pré-nominal ou pós-nominal, são derivados por

meio de transformações a partir da posição predicativa. Terceiro, que os adjectivos epítetos derivam de sintagmas predicativos que se inserem na configuração estrutural das frases relativas. Quarto, que o léxico, associado à base da sintaxe, inclui uma lista não ordenada de itens classificados com o traço sintáctico /+ Adj /.

Estas quatro premissas exigem, contudo, explicação e algumas levantam objecções.

Assim, quanto à primeira, verifica-se que muitos adjectivos não podem ser inseridos nas estruturas sintácticas por meio de regras como (1a, b), pois dificilmente aceitam a posição predicativa (V. 4.5.1.), como por exemplo:

- (2) a. Aquela cimeira algarvia;
- b.?* Aquela cimeira foi algarvia.
- (3) a. As viagens presidenciais;
- b.?* As viagens são presidenciais.

Por sua vez, a hipótese de que os adjectivos epítetos, isto é, em posição adnominal, são obtidos transformacionalmente a partir da posição predicativa é justificada com base no facto de que as restrições de selecção entre os substantivos e os adjectivos são as mesmas, quer estes se insiram numa posição, quer noutra, conforme se pode verificar através dos exemplos seguintes:

- (4) a. O director afável;
- b. O director é afável.
- (5) a.* A flor afável;
- b.* A flor é afável.

Um adjectivo como afável só é compatível com substantivos humanos. Se a gramática não permitisse que se derivasse (4a) a partir de uma estrutura como (4b), as restrições de selecção relativas à compatibilidade do adjectivo afável com os substantivos teriam de ser formuladas na gramática duas vezes, uma no capítulo em que fosse tratado o sintagma nominal e a outra no capítulo do sintagma predicativo⁽²⁴⁾.

A terceira premissa, intimamente ligada, aliás, à anterior, encontra a sua justificação na análise de frases como as seguintes:

- (6) a. Os cravos vermelhos agradam a muita gente.
- b. Os cravos que são vermelhos agradam a muita gente.
- (7) a. Muitas pessoas preferem os cravos vermelhos.
- b. Muitas pessoas preferem os cravos que são vermelhos.

Por um lado, é evidente a equivalência semântica e sintáctica entre os exemplos a e b de (6) e de (7). Por outro lado, pode verificar-se facilmente que em (7a) o SN os cravos vermelhos apresenta uma estrutura complexa. De facto, se naquela frase pronominalizarmos o objecto do verbo, obteremos:

- (8) Muitas pessoas preferem-nos vermelhos.

Quer dizer, o adjectivo não é abrangido pela pronominalização, o que parece provar que ele é exterior à sequência Det+N.

Uma prova suplementar desta afirmação será obtida, se submetermos (7a) à transformação passiva com o verbo auxiliar ser, sendo um dos resultados possíveis o seguinte:

- (9) Os cravos são preferidos vermelhos por muitas pessoas.

Repare-se que, se omitirmos o sujeito em (7a) e aplicarmos antes a passiva com se, a frase resultante é ainda mais natural que (9):

(10) Os cravos preferem-se vermelhos.

Neste caso, não seria aceitável a seguinte realização:

(11) *Os cravos vermelhos preferem-se.

Se, por outro lado ainda, tanto em (6) como em (7), interrogarmos o verbo do seguinte modo:

(12) a. Como é que agradam os cravos a muita gente?

b. Como é que muitas pessoas preferem os cravos?

a resposta será em qualquer dos casos:

(13) Vermelhos.

Ora, uma resposta como (13) prova, por um lado, a relativa autonomia do adjectivo nas frases (6) e (7) e, por outro, a semelhança de comportamento daquele adjectivo com certos advérbios de modo.

Argumentos como os que acabo de apresentar levaram os transformacionalistas a considerar que frases como (6a) e (7a) derivavam da estrutura subjacente a frases como (6b) e (7b) respectivamente, através de uma regra de apagamento de que-ser.

Todavia, em português, como aliás noutras línguas, nem todos os adjectivos ocupam a posição pós-nominal. Alguns ocupam também a posição pré-nominal, sendo necessário admitir neste caso uma regra de permuta, que derivaria, por exemplo, uma

sequência como as difíceis situações a partir de as situações difíceis. A aplicação desta regra levanta, contudo, alguns problemas, que aqui não aprofundo por estarem fora do objecto desta secção (V., contudo, 4.4.2., iv e ainda 4.5.1.). Entre esses problemas apenas assinalo os seguintes: (i) aquela regra de permuta provoca, por vezes, mudanças de significação (cf. o pobre homem ≠ o homem pobre); (ii) torna-se difícil assinalar os casos em que a regra de permuta se não pode aplicar (cf. *as minerais águas; *os azuis livros, etc.).

De qualquer modo, o paralelismo entre as frases relativas e os adjectivos epítetos já vinha sendo assinalada pela gramática tradicional⁽²⁵⁾, presente até na própria classificação das frases relativas como adjectivas, ou seja, com função de adjectivo.

No âmbito desse paralelismo, costuma salientar-se a equivalência semântica, por um lado, entre os adjectivos na posição de aposto e as relativas não restritivas (ou explicativas), conforme se pode ver através dos exemplos seguintes:

- (14) a. As tulipas encarnadas, indispensáveis para a ornamentação da festa, vieram da Holanda.
- b. As tulipas encarnadas, que eram indispensáveis para a ornamentação da festa, vieram da Holanda.

Em (14), o adjectivo aposto indispensáveis e a relativa em que este figura são elementos extra-nucleares da frase, cuja função consiste em apontar uma característica acessória das tulipas. A relativa é, pois, não restritiva ou explicativa.

Quando o adjectivo se encontra, porém, na posição de epíteto, ele tanto pode equivaler a uma relativa explicativa como a uma relativa restritiva (ou determinativa).

Analisemos, por conseguinte, as seguintes frases:

- (15) a. A Luísa gosta de tulipas encarnadas.
- b. A Luísa gosta de tulipas que sejam encarnadas.
- (16) a. A Luísa gosta dessas tulipas encarnadas.
- b. A Luísa gosta dessas tulipas, que são encarnadas.

Em (15) tanto o adjectivo encarnadas como a relativa em que ele se insere são elementos nucleares da frase, pois têm como função determinar ou restringir a extensão do substantivo tulipas, definindo um subgrupo destas ("as tulipas encarnadas" e não as "tulipas brancas", etc.). A relativa em (15b) é, pois, restritiva, sendo impossível a pausa, representada graficamente por vírgula, entre o N tulipas e a própria relativa.

Em (16), quer o adjectivo encarnadas, quer a relativa que o contém manifestam valor explicativo ou não restritivo, sendo elementos acessórios da frase. Repare-se nas diferenças sintácticas que há entre (15) e (16), no que respeita aos determinantes do N tulipas e ao modo verbal da relativa. Em (15) tulipas não contém determinante expresso, tendo por conseguinte um valor indefinido; o modo da relativa é o conjuntivo. Em (16) o substantivo tulipas está precedido de um determinante demonstrativo e o modo da relativa é o indicativo. Factores como os determinantes e o modo podem, pois, contribuir para definir o valor restritivo ou não restritivo dos

adjectivos e das relativas. (Veja-se, contudo, a secção 4.5.1. para um aprofundamento desta questão). Mas a própria posição do adjectivo pode também contribuir para a determinação do seu valor.

Vejamos dois exemplos já citados em 4.2.2. e tomados de C. Cunha (1976: p.251):

(17) a. "Um cego velho cantava ao desafio".

b. "Um velho cego cantava ao desafio".

No caso de formas homônimas como cego e velho, que tanto podem ser adjectivos como substantivos, a ordem dos constituintes nem sempre permite determinar a classe lexical desses mesmos constituintes. De facto, se por um lado (17a) não é uma frase ambígua, pois o SN sujeito só pode analisar-se como formado pela sequência Det + N + Adj, o mesmo não sucede, no entanto, com (17b). Nesta frase tanto é possível a análise do SN como constituído pelas sequências Det + Adj + N ou Det + N + Adj. Ou seja, enquanto em (17a) cego só pode ser substantivo e velho, adjectivo, em (17b) as duas hipóteses são possíveis para cada um deles. No caso da interpretação Det + N + Adj, ou seja o adjectivo em posição pós-nominal, este tanto pode ser representado por uma relativa restritiva como não restritiva. Se a interpretação for Det + Adj + N, isto é, com o adjectivo em posição pré-nominal, este tem um valor restritivo ou determinativo.

Deixo aqui de lado a dificuldade que representa inserir nas estruturas frásicas através de frase relativa certos adjectivos que na posição pré-nominal tenham uma conotação afectiva ou

sentido figurado. É o caso de pobre homem ou ainda velho cego (cf. 17b), em que velho, analisado como adjectivo em posição pré-nominal, assume geralmente a interpretação de "antigo" e não "idoso". (A propósito deste assunto V. ainda a secção 4.4.2. iv e, sobretudo, 4.5.1.).

E por último, o postulado de que o léxico associado à base da sintaxe inclui uma lista não ordenada de itens classificados com o traço sintáctico /+ Adj/ merece também algumas observações. Em primeiro lugar, não existe para nenhuma língua, que eu saiba, e muito menos para o português, qualquer léxico completo, elaborado pelos generativistas. Em segundo lugar, este processo de remeter para o léxico a classificação gramatical dos itens, sem se especificarem os critérios a que deve obedecer uma tal classificação, torna-se idêntico ao dos lexicógrafos, cujas insuficiências já salientei (cf. 4.1.).

4.4.2. A hipótese de que os adjectivos e os verbos pertencem à mesma classe lexical (Lakoff)

No âmbito da gramática tradicional nem sempre os adjectivos foram incluídos, juntamente com os substantivos, na classe dos nomes. A hipótese de que os adjectivos pertencem antes à mesma classe lexical dos verbos remonta, pelo menos, a Plattão⁽²⁶⁾ e foi igualmente defendida por certos gramáticos-filósofos do século XVIII, entre os quais Kirkby, em A New English Grammar (1746) e sobretudo James Harris, em Hermes (1751).

Segundo Harris, os verbos e os adjectivos exercem uma função comum, ou seja, a função de atributo (ou função predicativa),

relativamente aos substantivos⁽²⁷⁾.

Modernamente, no âmbito da gramática generativa transformacional, Lakoff (1965/1970: Apêndice A) e outros generativistas⁽²⁸⁾ retomam a mesma hipótese de que os adjetivos pertencem à classe dos verbos.

O estudo de Lakoff sobre os adjetivos insere-se particularmente no quadro teórico da chamada sintaxe abstracta⁽²⁹⁾, precursora da semântica generativa, e constitui uma contribuição para a hipótese de que a estrutura de base de todas as línguas é universal. De acordo com esta hipótese, há classes lexicais ou categorias sintácticas que só existem ao nível da estrutura de superfície das línguas. Um exemplo seria o dos pronomes relativos, que são introduzidos nas estruturas frásicas por via transformacional e não pelas regras de base. Ao nível da estrutura de superfície, as línguas apresentariam, por conseguinte, um número variável e maior de classes lexicais ou categorias sintácticas, enquanto ao nível da estrutura de base esse número seria mais reduzido e idêntico para todas elas.

Ora, Lakoff visa justamente demonstrar que, ao nível da estrutura de base, os adjetivos e os verbos não são constituintes distintos. Uns e outros pertencem à mesma classe lexical, que ele designa com a etiqueta de verbo ("verb")⁽³⁰⁾, e distinguem-se apenas através de um único traço sintáctico a que chama adjectival ("adjectival"). Sendo assim, um item como fácil seria marcado no léxico, associado à base da sintaxe, com os traços /+ verbo/ e /+ adjectival/, enquanto um item como cair

seria antes referenciado com os traços /+ verbo/ e /- adjec-tival/.

Vejam os, pois, quais os argumentos que levam Lakoff a admitir a hipótese de que verbos e adjetivos pertencem à mesma classe. Os argumentos de Lakoff⁽³¹⁾ baseiam-se sobre dados do inglês, mas eles podem igualmente ser construídos sobre dados do português⁽³²⁾, conforme vou demonstrar.

São nove os argumentos que Lakoff apresenta em apoio da sua hipótese.

(i) Segundo Lakoff (1970: p.115) existem relações gramaticais idênticas entre os verbos ou os adjetivos e os respectivos sujeitos, por um lado, e os objectos, por outro, nos seguintes pares de frases:

- (1) a. O Antônio gosta de vinho.
b. O Antônio é amigo de vinho.
- (2) a. O advogado percebe da questão.
b. O advogado é conhecedor da questão.
- (3) a. O operário sabe manejar a máquina.
b. O operário é hábil a manejar a máquina.

Além de exemplos como os que acabo de citar, outros há em que o verbo e o adjetivo têm uma base lexical comum:

- (4) a. O gestor hesita tomar uma atitude.
b. O gestor está hesitante em tomar uma atitude.
- (5) a. Viajar excita toda a gente.
b. Viajar é excitante para toda a gente.
- (6) a. O governo exige o cumprimento da lei.
b. O governo é exigente no cumprimento da lei.

(7) a. O tabaco prejudica a saúde.

b. O tabaco é prejudicial para a saúde.

Entre as frases a e as frases b dos exemplos supracitados existem propriedades gramaticais comuns que são evidentes. Para além da equivalência semântica, mais ou menos acentuada, entre cada par, todas as frases contêm verbos ou adjectivos transitivos, ou seja construídas com objecto. O objecto dos adjectivos é sempre regido de preposição, mas o mesmo acontece com alguns verbos, como os das frases (1a) e (2a).

Segundo Lakoff, se as frases a e b dos exemplos (1) a (7) são interpretadas da mesma maneira é porque contêm as mesmas relações gramaticais. E se os adjectivos e os verbos estão envolvidos nas mesmas relações gramaticais, então pertencem à mesma classe lexical.

Lakoff considera que as diferenças sintácticas entre as frases a e as frases b apenas existem ao nível da estrutura de superfície. A diferença mais saliente consiste em que as frases a contêm um verbo, eventualmente seguido de preposição (cf. (1a) e (2a)), onde as frases b inserem a sequência cópula + adjectivo + preposição. Ora, o verbo copulativo, segundo Lakoff, é inserido através duma regra transformacional⁽³³⁾ nas frases com adjectivos, enquanto a preposição no caso das frases com verbos transitivos directos (cf. (3a) a (7a)), foi provavelmente apagada durante a derivação⁽³⁴⁾. De facto quando nominalizamos o verbo, a preposição aparece:

- (8) a. o desejo do marinheiro de partir;
 b. a esperança do mundo em que a paz se consolide;
 c. a hesitação do gestor em tomar uma atitude;
 d. a excitação de viajar para toda a gente;
 e. a exigência do governo no cumprimento da lei;
 f. o prejuízo do tabaco para a saúde.

Quanto ao problema da inserção do verbo copulativo, que Lakoff considera apenas como auxiliar de tempo, uma dificuldade que se levanta em português, mas não no inglês ou no francês, diz respeito à selecção da forma verbal adequada, visto que existem pelo menos dois candidatos, ser e estar, com significados diversos. O verbo ser atribui ao sujeito propriedades (ou qualidades) inerentes, intrínsecas, permanentes. O verbo estar atribui ao sujeito propriedades externas ou ocasionais. Como se hão-de representar nas estruturas frásicas os traços que permitam seleccionar um verbo ou outro? Indicá-los como propriedades de um constituinte auxiliar não parece razoável, pois eles têm que ver na maioria dos casos com a natureza semântica dos adjectivos. Há adjectivos que permitem os dois verbos, mas outros só permitem ou ser ou estar.

Assim por exemplo:

- (9) a. O governo é exigente.
 b. O governo está exigente.
- (10) a. O tabaco é prejudicial.
 b.*O tabaco está prejudicial.
- (11) a.*O marinheiro é desejoso de partir.
 b. O marinheiro está desejoso de partir.

Em (9) a selecção de ser ou estar parece depender das pressuposições do falante. Se ele encara a propriedade expressa pelo adjectivo exigente como inerente ao sujeito, escolherá ser; no caso contrário, seleccionará estar. Até aqui parece que a atribuição do traço /⁺inerente/ ao adjectivo resolve o problema da inserção do verbo copulativo adequado. Contudo existem outras dificuldades. Por vezes a selecção do verbo adequado tem que ver com a natureza quer do sujeito, quer da estrutura frásica. Assim, por exemplo:

- (12) a. A tarde está agradável.
 b. A tarde é agradável.
 c.?O Pedro está agradável.
 d. O Pedro é agradável.
 e. É agradável viajar.
 f.*Está agradável viajar.
 g. É agradável que o Verão venha quente.
 h.*Está agradável que o Verão venha quente.

Agradável é um adjectivo que parece aceitar tanto ser como estar, com sujeito não animado; mas com sujeito animado, e nomeadamente humano, aceita melhor ser.

Quando sujeito é um infinitivo (cf. e - f) ou uma completiva (cf. g - h) apenas admite ser e não estar. Este caso é extensível à maior parte dos adjectivos que se constroem com completiva. Apesar de tudo há excepções, como a do adjectivo claro:

- (13) a. É claro que a festa vai ser grande.
 b. Está claro que a festa vai ser grande.

Casos como estes parecem-me constituir objecções à hipótese de Lakoff, segundo a qual o verbo copulativo é introduzido nas frases que contêm adjectivos através duma regra transformacional. Só com traços sintácticos, afectos quer ao sujeito, quer ao adjectivo se poderia resolver o problema da inserção do verbo copulativo adequado por via transformacional. Por outro lado, os traços a afectar ao sujeito terão de "olhar" não apenas para a natureza semântica deste, mas também para a sua estrutura sintáctica. Ora, resoluções deste tipo são puramente ad hoc.

- (ii) Os adjectivos e os verbos aceitam as mesmas restrições de selecção (cf. Lakoff, 1970: p.120).

Assim como os verbos se subcategorizam em transitivos e intransitivos, também os adjectivos aceitam idêntica subcategorização. Como já vimos atrás, as frases a dos exemplos (1) a (7) contêm verbos transitivos, ao passo que as frases b comportam adjectivos transitivos. Os verbos transitivos podem ser directos, isto é, com objecto não regido de preposição ao nível da estrutura de superfície (cf. as frases a dos exemplos (3) a (7), ou então indirectos, no caso contrário (cf. as frases (1a) e (2a)). Os adjectivos transitivos são sempre indirectos, ou seja, com objecto regido de preposição (cf. as frases b dos exemplos (1) a (7)).

São exemplos de adjectivos intransitivos alto, azul, eloquente, frio, tímido, etc., tal como são intransitivos os verbos adoecer, cair, chegar, escorregar, fugir, etc., pois nem uns nem outros se constroem com objecto.

Mas além destas restrições contextuais sintáticas, comuns aos verbos e aos adjectivos, existem outras restrições também comuns a uns e outros e que têm que ver com a natureza semântica dos sujeitos e objectos.

Assim há verbos que só aceitam sujeito/animado/, enquanto outros rejeitam este tipo de sujeito. Ora o mesmo sucede relativamente aos adjectivos. Assim por exemplo:

- (14) a. O Luís percebe da questão.
 b.*A árvore percebe da questão.
 c. O Luís é conhecedor da questão.
 d.*A árvore é conhecedora da questão.

- (15) a. O Paulo contentou-se com a bola.
 b.*O relvado contentou-se com a bola.
 c. O Paulo está contente com a bola.
 d.*O relvado está contente com a bola.

Há verbos que aceitam objecto /animado/ e outros que o rejeitam, o mesmo acontecendo relativamente aos adjectivos:

- (16) a. O Paulo ofendeu o Luís.
 b.*O Paulo ofendeu a pedra.
 c. O Paulo foi bruto para o Luís.
 d.*O Paulo foi bruto para a pedra.
- (17) a. A decisão do juiz surpreendeu o réu.
 b.*A decisão do juiz surpreendeu as cadeiras.
 c. A decisão do juiz foi surpreendente para o réu.
 d.*A decisão do juiz foi surpreendente para as cadeiras.

Existem ainda outras restrições deste tipo, comuns tanto a verbos como adjectivos, que Lakoff desenvolve, mas que não

vou aqui expor, por não serem tão relevantes.

- (iii) Do mesmo modo que existem verbos de acção e verbos de estado, existem igualmente adjectivos de acção e adjectivos de estado (V. Lakoff, 1970: p.121).

Os verbos de acção distinguem-se dos verbos de estado através de determinadas propriedades sintácticas. Assim, só os verbos de acção aceitam as seguintes construções: imperativo, "fazer alguma coisa" ("do-something") e aspecto progressivo. Além disso, os verbos de acção aceitam ser ainda complementos de verbos como persuadir a, dizer, lembrar, etc. (cf. Lakoff, 1966).

Ora os adjectivos de acção aceitam também estas mesmas propriedades. Assim, por exemplo:

(18) Imperativo:

- a. Lê esse livro!
- b.*Deve esse livro!
- c. Sê cuidadoso!
- d.*Sê alto!

(19) "Fazer alguma coisa":

- a.- O que é que ele está a fazer?
- Está a ler este livro.
- b.- O que é que ele está a fazer?
-*Está a dever este livro.
- c.- O que é que ele está a fazer?
Está a ser cuidadoso.
- d.- O que é que ele está a fazer?
*Está a ser alto.

As respostas b e d não são aceitáveis, justamente por não satisfazerem à pergunta. Ora estas respostas contêm precisamente um verbo e um adjectivo de estado, respectivamente.

(20) Aspecto progressivo:

- a. Ele está a ler cada vez mais esse livro.
- b.*Ele está a dever cada vez mais esse livro.
- c. Ele está a ser cada vez mais cuidadoso.
- d.*Ele está a ser cada vez mais alto.

(21) Complementos de persuadir a (dizer, lembrar, etc.):

- a. Eu persuadi-o a ler esse livro.
- b.*Eu persuadi-o a dever esse livro.
- c. Eu persuadi-o a ser cuidadoso.
- d.*Eu persuadi-o a ser alto.

De acordo com Lakoff, se não admitirmos que os verbos e os adjectivos pertencem à mesma classe lexical, a gramática terá de mencionar duas vezes, uma para os verbos e outra para os adjectivos, as mesmas restrições na descrição estrutural das regras que permitem derivar as construções patentes em (18), (19), (20) e "21).

Schachter (1973: pp.9-12) apresenta, contudo, algumas objecções que parecem anular a validade deste argumento de Lakoff. Por um lado Schachter lembra, citando Bach (1968) e Chomsky (1970), que também os substantivos predicativos podem aceitar ou não o imperativo, a construção "fazer alguma coisa" e o aspecto progressivo. Eis alguns exemplos do português:

- (22) a. Sê (E + um) homem!
 b.*Sê (E + um) regicida!
- (23) a. O que tu estás a fazer é a ser (E + um) homem.
 b.*O que tu estás a fazer é a ser (E + um) regicida.
- (24) a. Tu estás a ser cada vez mais (E + um) homem.
 b?*Tu estás a ser cada vez mais (E + um) regicida⁽³⁵⁾.

Por outro lado ainda, Schachter salienta que a aceitabilidade ou não das construções imperativas não depende apenas da natureza dos itens lexicais, mas pode depender, por exemplo, da modalidade afirmativa ou negativa da frase. Schachter apenas dá os seguintes exemplos ingleses de frases com verbos, das quais dou uma tradução aproximada:

- (25) a. Remember to write.
 (Lembra-te de escrever)
- b.*Don't remember to write.
 (?Não te lembres de escrever).
- c.*Forget to write.
 (?Esquece-te de escrever)
- d. Don't forget to write.
 (Não te esqueças de escrever).

E Schachter (1973: p.11) dá a seguinte explicação para este facto: "With remember, an affirmative imperative is acceptable and a negative imperative unacceptable, while forget just the opposite is true. What appears to determine the acceptability of an imperative in these cases - and, I would say, in general - is whether or not the predicate as a whole expresses an action that can be regarded as being

Within the control, or subject to the will, of the person addressed. Thus, by an effort of will, one may be able to 'remember' or 'not forget' to do something. But ordinarily no effort of will is involved in 'forgetting' or 'not remembering' to do something".

Esta justificação de Schachter válida para as construções inglesas, sofre, todavia, algumas restrições relativamente às construções portuguesas equivalentes. A frase portuguesa correspondente a (25b) é perfeitamente aceitável, quando convenientemente contextualizada:

(26) A diz a B: - Vai para a Serra, mantém-te lá isolado e não te lumbres (sequer) de escrever! Pode ser perigoso para ti!

Quanto à frase portuguesa correspondente a (25c), a leitura afirmativa é pouco natural, mas a leitura negativa, por antífrase, é perfeitamente aceitável:

(27) A recomenda a B, que parte para longe: - Tu vais ficar lá tanto tempo! (Agora) esquece-te de escrever (= Não te esqueças de escrever)!

Em (27) temos, pois, uma frase imperativa sintacticamente afirmativa, mas semanticamente negativa.

A aceitabilidade das frases imperativas parece depender, em certos casos, do contexto situacional, que tem implicações pragmáticas. Mas tal aceitabilidade depende também do contexto sintáctico restrito à frase, como seja, por exemplo, a natureza dos complementos, o que não é tido em conta por Schachter. Eis um exemplo ainda com o verbo

esquecer:

- (28) a. Esquece esse acidente.
 b. Esquece-te desse acidente.

Se o objecto de esquecer for um SN, regido ou não de preposição, a frase imperativa é perfeitamente aceitável com a interpretação afirmativa, conforme sucede em (28a,b).

Outro exemplo semelhante é o do verbo recordar, para-sinónimo de lembrar (cf. (25)):

- (29) a. *Recorda-te de escrever.
 b. *Não te recordes de escrever.
- (30) a. Recorda-te dessa história.
 b. Recorda essa história.
 c? *Não te recordes dessa história.
 d. Não recordes essa história.

O verbo recordar parece aceitar como complemento um SN, mas não o infinitivo. Quando é reflexivo, como sucede em (30c), este verbo parece admitir com dificuldade a forma negativa, mesmo com SN objecto. Talvez a justificação de Schachter, atrás citada, se aplique com propriedade a este caso.

Se o objecto de recordar, lembrar ou esquecer for uma completiva integrante, em vez de uma completiva infinitiva, a situação já é também diversa. Assim:

- (31) a. Recorda-te de que ele escreveu ontem.
 b. *Não te recordes de que ele escreveu ontem.
- (32) a. Lembra-te de que ele escreveu ontem.
 b. *Não te lembres de que ele escreveu ontem.

(33) a. Esquece-te de que ele escreveu ontem.

b. Não te esqueças de que ele escreveu ontem.

Recordar e lembrar só aceitam completiva integrante, quando estão na forma afirmativa. Esquecer aceita-a tanto na afirmativa como na negativa.

Por outro lado ainda, ao apontar as restrições que a modalidade afirmativa ou negativa exerce sobre a aceitabilidade das construções imperativas, Schachter apenas se refere ao caso dos verbos. É evidente que as suas observações são extensivas às construções imperativas com adjectivos e substantivos.

Eis alguns exemplos:

(34) a. *Sê (parvo + estúpido)!

b. Não sejas (parvo + estúpido)!

(35) a. Sê (feliz + prudente)!

b. *Não sejas (feliz + prudente)!

(36) a. *Sê (mártir + regicida)!

b. Não sejas (mártir + regicida)!

(37) a. Sê (homem + patriota)!

b. *Não sejas (homem + patriota)!

Os fenómenos que intervêm nas restrições à aceitabilidade das construções imperativas que acabo de mencionar, não são apenas de natureza sintáctico-semântica (afirmação/negação), mas têm que ver também, provavelmente, com aspectos de natureza pragmática⁽³⁶⁾.

De qualquer modo, podemos concluir que a propriedade /±acção/, que condiciona a aceitabilidade ou não aceitabili-

dade das construções imperativas, não é exclusiva apenas dos verbos e dos adjetivos, antes é extensiva também aos substantivos. Outros factores intervêm na aceitabilidade das construções imperativas, como a modalidade afirmativa ou negativa da frase. O argumento de Lakoff perde, pois, validade, neste caso.

- (iv) Um outro argumento em que Lakoff (1970: p.122) se baseia para incluir verbos e adjetivos na mesma classe lexical assenta na aceitação, tanto por uns como por outros, das regras transformacionais de Apagamento de que - (ser + estar) e de Anteposição do Adjectivo, conforme vamos ver. Já disse atrás (cf. 4.4.1.) que na gramática generativa os adjetivos são introduzidos nas estruturas sintácticas através duma frase relativa. Sendo assim, as construções

- (38) a. uma criança simpática;
 b. uma simpática criança;
 c. uma criança contente;

derivariam, respectivamente, da estrutura subjacente às relativas seguintes (37):

- (39) a. uma criança que é simpática;
 b. uma criança que está contente.

As construções (38a,c) seriam obtidas a partir de (39a,b) por meio da regra de Apagamento de que - (ser + estar) e (38b), através desta mesma regra e ainda da aplicação de Anteposição do Adjectivo.

Ora, segundo Lakoff, estes mesmos mecanismos aplicam-se igualmente aos verbos, ou melhor, aos participios verbais.

Em português só o particípio passado sofre a aplicação daquelas regras, como se pode ver através dos exemplos seguintes:

- (40) a. a praça que foi ocupada → a praça ocupada;
 b. o polícia que foi morto → o polícia morto;
 c. os vidros que estão partidos → os vidros partidos.

Em português, a regra de Anteposição do Adjectivo é fortemente condicionada. Por um lado, não se aplica a um elevado número de adjectivos nem de particípios passados. Assim, por exemplo:

- (41) a. *a contente criança;
 b. ?*a ocupada praça;
 c. *o morto polícia;
 d. *os partidos vidros.

Por outro lado, a posposição e anteposição do adjectivo são condicionadas pela natureza do substantivo:

- (42) a. as classes baixas; *as baixas classes;
 b. os salários baixos; os baixos salários;
 c. *o humor mau; o mau humor;
 d. o mau aluno; o aluno mau.

Além disso, há adjectivos que mudam de significado, quando antepostos ao substantivo, assumindo neste caso sentido figurado ou conotação afectiva:

- (43) a. um simples guarda (= um mero guarda; apenas guarda);
 b. um guarda simples (= um guarda modesto).
 c. uma pobre família (= uma família infeliz);
 d. uma família pobre (= uma família sem recursos materiais).

Acresce ainda que certos adjectivos antepostos, como simples e pobre, nos exemplos supracitados, não se podem inserir em estruturas relativas com o significado pré-nominal. Parece que teremos de admitir, por conseguinte, nestes casos, dois itens lexicais homónimos, um, que é inserido directamente na posição pré-nominal, e o outro, que é introduzido por meio de frase relativa.

A regra de Anteposição do Adjectivo, no contexto encarado por Lakoff, levanta, pois, dificuldades intransponíveis em português. Mesmo aqueles adjectivos que parecem aceitar, tanto a posição pós-nominal, como a posição pré-nominal, sem alteração de significado, sofrem quase sempre uma ligeira mudança de sentido. Na posição pós-nominal implicam de certo modo atribuição contingente ou temporária. Na posição pré-nominal, pelo contrário, supõem atribuição constante ou típica.

Todas estas diferenças de significado tornam, pois, difícil explicar as seguintes derivações, através da regra de Anteposição do Adjectivo:

- (45) a. os salários baixos → os baixos salários;
 b. uma família pobre → uma pobre família.

Se deixarmos, porém, de lado as restrições da regra de Anteposição do Adjectivo e analisarmos o alcance da outra regra em que Lakoff baseia o presente argumento a favor da inclusão de verbos e adjectivos na mesma classe lexical, isto é, a regra de Apagamento de que - (ser + estar), também aí encontramos dificuldades. De facto, como-salienta

Schachter (1973: pp.12-13), esta última regra tem um campo mais vasto de aplicação do que simplesmente o dos verbos e adjectivos. Nomeadamente, Schachter afirma que, embora aquela regra se não possa aplicar com os predicados que contêm substantivos, ela ocorre naturalmente com predicados que incluem sintagmas prepositivos de um advérbio. Assim, por exemplo:

- (46) a. a rua que é uma avenida → *a rua uma avenida;
 b. os deputados que são a favor do plano → os deputados a favor do plano;
 c. os alunos que estão realmente aqui → os alunos realmente aqui.

Em face de exemplos como estes, Schachter conclui que a aplicação da regra de Apagamento de que - (ser + estar) não é privativa de verbos e adjectivos, mas se estende a outras classes sintagmáticas, como os sintagmas prepositivos e os advérbios. Todavia estes factos mencionados por Schachter, que têm também aplicação em português, mereceriam desenvolvimento, se este não fosse descabido aqui. De facto, os substantivos que aparecem como apostos de outros substantivos parecem ser inseridos por meio de frase relativa não restritiva (apositiva ou explicativa) e neste caso o apagamento de que - (ser + estar) pode efectuar-se:

- (47) a rua de Olivença, que é uma (verdadeira) avenida - a rua de Olivença, uma (verdadeira) avenida.

Por outro lado, certos sintagmas prepositivos sem qualquer função adverbial parecem igualmente derivados a partir duma

estrutura predicativa:

(48) os livros do Pedro $\leftarrow$ os livros que são do Pedro.

- (v) Uma outra propriedade comum aos adjectivos e aos verbos, segundo Lakoff (1970: p.125), é que ambos suportam as mesmas nominalizações, como se pode ver através dos exemplos seguintes:

(49) a. Algumas pessoas conhecem esses factos $\rightarrow$ o conhecimento desses factos por algumas pessoas.

b. Essas críticas estendem-se a alguns deputados $\rightarrow$ a extensão dessas críticas a alguns deputados.

c. Alguns políticos caíram em desgraça $\rightarrow$ a queda em desgraça de alguns políticos.

(50) a. Algumas pessoas são conhecedoras desses factos $\rightarrow$ o conhecimento desses factos por algumas pessoas.

b. Essas críticas são extensíveis a alguns deputados $\rightarrow$ a extensão dessas críticas a alguns deputados.

c. Alguns gestores são capazes $\rightarrow$ a capacidade de alguns gestores.

Este argumento de Lakoff tem merecido alguns reparos que lhe retiram validade, a começar pelo próprio autor. Por um lado, Lakoff classifica nominalizações como as apresentadas acima em factivas, de acção e de modo, mas não define, como foi já salientado por Schachter (1973: p.14), os critérios em que se baseou, nem as define, pelo que ficamos exactamente sem saber o que ele pretendia dizer. Por outro lado, o próprio Lakoff diz, em relação às nominalizações de verbos e adjectivos, que "it is not certain whether there is a

single rule that operates to produce these structures, or whether there is a battery of separate, but partially similar, rules" (Lakoff, 1970: p.125). Além disso, Chomsky (1970) apresenta alguns argumentos contra a derivação das nominalizações, apresentadas por Lakoff a partir de verbos e adjectivos.

Em inglês os sufixos das nominalizações de verbos e adjectivos não são idênticos, pelo que é difícil sustentar que se trata da mesma regra, conforme é posto em evidência por Schachter (1973: p.14): "On the basis of the examples that he has given, it is by no means obvious that the rules that derive nominals from verbs (by means of -ledge, -ing, and $\emptyset$ suffixes) are the same as those that derive nominals from adjectives (by means of -ance and -ness suffixes)" (38).

Em português alguns sufixos são idênticos (cf., por exemplo, (49a) e (50a) ou (49b) e (50b), mas outros são diferentes. Todavia, mesmo quando são iguais, como nos casos citados, é muito provável que tanto a nominalização como a construção com o adjectivo derivem da construção com o verbo, se é que existe uma tal derivação. Se assim fosse, as nominalizações apresentadas em (50a, b) derivariam, respectivamente, das construções com verbos indicadas em (49a, b), assim como os próprios adjectivos de (50a, b) seriam derivados daqueles verbos. Contudo, só um estudo aturado destas nominalizações, assim como dos verbos e adjectivos que parecem suportá-las, poderiam conduzir a melhores resultados.

Convém, por último, lembrar as reservas que Gross (1975: pp.

107-109), faz acerca dos problemas levantados pelas nominalizações. Gross (1975: p.108) diz nomeadamente que "Le type d'opération $P \rightarrow SN$ peut difficilement être qualifié de transformationnel puisqu'il ne met pas en relation deux phrases. De plus, il laisse largement de côté le problème des déterminants de SN" (v. a este propósito as observações da secção 4.4.3.).

- (vi) Segundo Lakoff (1970: p.126), pares de frases como as a seguir indicadas (a tradução em português é aproximada e adaptada ao objectivo em vista) parecem relacionadas por meio de uma regra transformacional que permuta o sujeito e o objecto de verbos e adjectivos (alguns são participios passados):

(51) a. What he did amused me.

(O que ele fez divertiu-me)

b. I was amused at what he did.

(Eu fiquei divertido com o que ele fez)

(52) a. His explanation satisfied me.

(A explicação dele satisfez-me)

b. I was satisfied with his explanation.

(Eu fiquei satisfeito com a explicação dele)

(53) a. I enjoy movies.

(Eu adoro os filmes)

b. Movies are enjoyable to me.

(Os filmes são adoráveis para mim)

Lakoff considera que a transformação em causa (à qual dá a designação de "flip") se aplica em (51) e (52) para derivar

a frase b a partir de a e que em (53) deriva antes a a partir de b. Todavia, é duvidoso que uma tal regra exista a relacionar, como Lakoff propõe, as frases a e b dos exemplos supracitados. Por um lado, as formas que Lakoff considera como adjetivos, em (51b) e (52b), não são mais do que participípios passados dos verbos de (51a) e (52a), respectivamente. Não será, pois, natural que haja uma relação entre todas as formas do mesmo verbo, incluindo a de participípio passado? Ou será que a forma de participípio passado deve ter uma entrada lexical diferente da do verbo respectivo, isto é, como adjetivo? A este problema me referirei desenvolvendo em 4.5.3..

Por outro lado, os exemplos portugueses de (51b) e (52b), que representam uma tradução aproximada das correspondentes frases inglesas, e de um modo geral os outros casos semelhantes, implicam uma dificuldade suplementar quando pretendemos derivá-los, como faz Lakoff, a partir de (51a) e (52a), respectivamente. Essa dificuldade é a do verbo pseudo-copulativo (ficar) que se associa ao participípio passado. Parece difícil sustentar, como o faz Lakoff em relação a "to be", que aquele verbo é introduzido transformacionalmente, pois não funciona apenas como auxiliar de tempo, mas contém ainda o valor semântico de mudança de estado. Construções como (51b) e (52b) são impossíveis em português com o verbo ser:

(54) a. *Eu fui divertido (com o + pelo) que ele fez.

b. *Eu fui satisfeito (com a + pela) explicação dele.

Quanto a (53), são evidentes, pelo menos em português, as

diferenças semânticas entre as duas frases, o que torna difícil a relação transformacional entre ambas. De facto (53b) contém um valor modal de possibilidade que não existe em (53a). Além disso, conforme sugere Chapin (1967) com base em argumentos plausíveis, frases como (53b), que contém adjectivos em -ável ("-able") e -ível ("-ible"), parecem antes derivadas das passivas correspondentes a frases como (53a). Ora Lakoff propõe justamente que, neste caso, seja (53a) que derive de (53b).

Outras objecções postas por Schachter (1973: p.15), com base no inglês, quanto à derivação defendida por Lakoff de frases como (51), (52) e (53), não parecem ter aplicação em português⁽³⁹⁾.

- (vii) Lakoff (1970: p.127) sustenta que existe uma regra que suprime objectos pronominais indefinidos, a qual se aplica tanto com verbos como com adjectivos.

O mesmo sucede em português, conforme se pode ver (os exemplos de (55) são tradução directa de Lakoff):

(55) a. O João está a comer alguma coisa → O João está a comer.

b. O João está a beber alguma coisa → O João está a beber.

(56) a. As férias são agradáveis para alguém → As férias são agradáveis.

b. Os resultados das eleições são sugestivos de alguma coisa → Os resultados das eleições são sugestivos.

Uma diferença entre as construções com verbos, como (55), e as construções com adjectivos, como (56), é que nestas últimas o objecto é sempre regido de preposição. Todavia, Lakoff considera, como vimos em (i), que a ocorrência da preposição é um fenómeno de superfície, pelo que a regra de apagamento do objecto é a mesma, tanto no caso dos verbos como no dos adjectivos. Esta propriedade comum constitui, segundo Lakoff, mais um argumento a favor da inclusão de verbos e adjectivos numa mesma classe lexical. Mesmo deixando de lado a questão da preposição que rege o objecto dos adjectivos, este argumento de Lakoff não passa sem enfrentar outras dificuldades. Mais uma vez Schachter (1973: p.16) dá nota de algumas delas.

Assim, diz este linguista que a derivação de frases pseudo-intransitivas, ou seja, sem objecto expresso na estrutura de superfície, a partir de estruturas com objectos pronominais indefinidos depara com dificuldades de natureza semântica. Como exemplo Schachter (1973: p.16) afirma: "John is eating is taken to mean 'John is eating food', and would not be used if John were eating mud, although John is eating something might be used under such circumstances. Similarly, John drinks would normally be taken to mean 'John drinks alcoholic beverages to excess', while John drinks something would not". Ora estas observações são igualmente válidas relativamente aos correspondentes exemplos portugueses.

Schachter aponta ainda observações semelhantes em relação às construções com adjectivos, como as de (56). Por exemplo,

a propósito de um adjetivo como "suggestive" (e o mesmo se poderá dizer do correspondente adjetivo português, sugestivo), Schachter (1973: pp.16-17) acrescenta: "in certain sentences in which suggestive lacks an overt object, a more specific object than something is understood. For example, His leer was suggestive [O seu olhar malicioso era sugestivo] would usually be taken to mean 'His leer was suggestive of something improper' [O seu olhar malicioso era sugestivo de algo impróprio]".

(viii) Segundo Lakoff (1970: p.127), "tanto os adjetivos como os verbos podem ser transformados em nomes agentivos". E apresenta alguns exemplos, entre os quais os seguintes, de que dou uma tradução aproximada:

(57) a. She is beautiful.

(Ela é bela)

b. She is a beauty.

(Ela é uma beleza)

(58) a. He is idiotic.

(Ele é imbecil)

b. He is an idiot.

(Ele é uma imbecilidade)

(59) a. John is foolish.

(O João é estúpido)

b. John is a fool.

(? O João é uma estupidez)

(60) a. John kills men.

(O João mata homens)

b. John is a killer of men.

(O João é um matador de homens)

(61) a. John destroys houses.

(O João destrói casas)

b. John is a destroyer of houses.

(O João é um destruidor de casas)

Lakoff sustenta que a regra que deriva os substantivos das frases b a partir da estrutura subjacente às frases a é a mesma, quer estas contenham adjetivos, como sucede em (57), (58) e (59), quer comportem verbos, conforme ocorre em (60) e (61). Lakoff considera que em frases como (57), (58) e (59), "the adjective endings -ful, -ic, -ish, are added by late spelling rules onto adjectives that have not been transformed into nouns" (Lakoff, 1970: p.128). Como os exemplos portugueses equivalentes deixam prever, os sufixos -eza, -dade, -ez são privativos dos substantivos. Conviria ainda salientar que o adjetivo pode ser nominalizado em português graças à inserção do determinante e sem qualquer sufixo (cf. exs. do tipo: O João é um estúpido).

Em reforço do seu argumento, Lakoff adianta que "adverbs that modify verbs and adjectives are transformed into adjectives when the agent rule applies" (Lakoff, 1970: p.128). Assim, por exemplo:

(62) a. She is really beautiful.

(Ela é realmente bela)

b. She is a real beauty.

(Ela é uma real beleza)

(63) a. John is completely foolish.

(O João é completamente estúpido)

b. John is a complete fool.

(? O João é uma completa estupidez)

(64) a. John kills men mercilessly.

(O João mata homens implacavelmente)

b. John is a merciless killer of men.

(O João é um implacável matador de homens)

A principal crítica que Schachter (1973: p.17) faz a este argumento relaciona-se com a natureza semântica dos substantivos das frases (57b), (58b) e (59b), que de facto não são agentivos, como Lakoff sugere, pelo menos no mesmo sentido em que os substantivos de (60b) e (61b) o são. Aqui aparecem como agentes duma acção, mas naquele caso isso não acontece. Queria, contudo, Lakoff dizer que os substantivos de (57b), (58b) e (59b) são substantivos de acção, tal como existem adjectivos de acção (cf. o argumento (iii))? Para isso seria necessário que os adjectivos de que eles derivam também fossem de acção. Se aplicarmos, porém, aos adjectivos e aos substantivos de (57), (58) e (59) os testes mencionados em (iii), apontados pelo próprio Lakoff, ficamos com algumas dúvidas. Assim:

(65) a. ?*Seja bela!

b. *Seja uma beleza!

(66) a. *Seja imbecil! (Mas: Não seja imbecil!)

b. *Seja uma imbecilidade! (Mas: Não seja uma imbecilidade!)

(67) a. *Seja estúpido! (Mas: Não seja estúpido!)

b. *Seja uma estupidez! (Mas: ?Não seja uma estupidez)

Se aplicássemos a estes casos os outros testes mencionados em (iii), os resultados seriam sensivelmente semelhantes aos obtidos com o imperativo. Isto é, beleza não é substantivo de acção, tal como belo não é adjectivo de acção, a não ser em contextos muito específicos (Seja bela = Procure tornar-se bela).

Imbecilidade e estupidez apenas aceitam o imperativo negativo, tal como os adjectivos correspondentes, o que levanta certas dúvidas quanto ao seu valor activo.

(ix) E, por último, Lakoff (1970: pp.128-133) salienta que tanto os verbos como os adjectivos, para além de aceitarem os mesmos tipos de sujeitos e de objectos, como já foi apontado em (ii), parecem admitir também os mesmos tipos de estruturas completivas, aspecto também parcialmente mencionado por Rosenbaum (1967). Tais estruturas completivas seriam suportadas pelas mesmas regras, quer se trate de verbos, quer de adjectivos. Lakoff apresenta uma série de exemplos como suporte da sua hipótese. No português ocorrem exemplos semelhantes, de entre os quais destaco os seguintes:

(68) a. Ele deseja partir.

b. Ele está desejoso de partir.

(69) a. Ele deseja que tu partas.

b. Ele está desejoso de que tu partas.

(70) a. Ele hesita partir.

b. Ele está hesitante em partir.

(71) a. Acontece que ele partiu.

b. É certo que ele partiu.

Verbos e adjectivos, conforme estes exemplos demonstram, parecem aceitar frases completivas infinitivas e integrantes como objecto (cf. (68), (69) e (70)) ou como sujeito (cf. (71)). Como Schachter (1973: p.18) salienta, porém, relações como as que os exemplos supracitados sugerem são também extensíveis aos substantivos. Assim, por exemplo:

(72) a. Ele tem urgência de partir.

b. Ele tem urgência de que tu partas.

c. É uma sorte que tu partas.

d. É uma sorte tu partires.

Ora exemplos como estes constituem uma objecção à hipótese postulada por Lakoff de que os verbos e os adjectivos pertencem à mesma classe lexical. De facto, tendo em conta (72), uma tal classe deveria incluir também os substantivos.

O facto de verbos e adjectivos, tal como certos substantivos, poderem aceitar o mesmo tipo de estruturas completivas pode facilmente ser contemplado na gramática, segundo Schachter, se os itens em questão forem afectados por traços de subcategorização, tais como $/+ \text{ — } F/$, sem que se torne necessário tratá-los como uma única classe.

Deixando, porém, de lado a dificuldade levantada por frases como (72), o problema fundamental suscitado pelo paralelismo entre as frases a e b de (70) e (71) consiste em averiguarmos, conforme o diz também Schachter, se a aceitação de uma super-classe lexical, que inclua verbos e adjectivos,

como Lakoff pretende, é requerida pela "formulação ótima de quaisquer regras transformacionais implicadas na derivação daquelas frases" (Schachter, 1973: p.18). Assim na derivação de (70a,b) intervêm, segundo Lakoff, uma regra que apaga o sujeito do verbo partir, juntamente por ser equivalente ao sujeito de hesitar ou estar hesitante (ele, em qualquer dos casos). Esta regra pode receber em português a designação de Apagamento do SN equivalente ou, simplesmente, Equi (cf., a propósito desta regra, Meireles (1972) e Raposo (1975)).

Schachter considera, porém, que a questão suscitada por esta regra não é relevante, dado que a existência de tal regra tem sido posta em dúvida por linguistas como Emonds (1970) e Shopen (1972). Estes linguistas consideram que completivas infinitivas como as que surgem em (70a,b) não têm sujeito nem na estrutura de base, nem na estrutura de superfície. Espero poder dar alguma contribuição à análise desta questão no corpo do presente trabalho, ao estudar as completivas infinitivas dos adjetivos.

Na derivação de (71a,b) intervêm, segundo Lakoff, uma outra transformação, a regra de Extraposição, que desloca a completiva sujeito, que na estrutura de base surge à esquerda dos SV acontece, é certo, para a direita destes. Todavia, a existência desta regra foi também posta em dúvida por Emonds (1970). Deixarei por agora de lado esta questão, que retomarei no capítulo II.

De qualquer modo, não será necessário, ainda segundo Scha-

chter (1973: p.19), que, na descrição estrutural de tais regras, mesmo que elas subsistam, os adjetivos e os verbos sejam mencionados como uma única classe. Qualquer que seja a formulação dessas regras, parece necessário que no lêxico itens como hesitar ou hesitante, por exemplo, sejam subcategorizados como aceitando completivas infinitivas sem sujeito. O mesmo sucederia relativamente a acontecer e certo, a propósito da Extraposição. Por estes motivos, também não é crucial o presente argumento de Lakoff a favor de uma super-classe que inclua verbos e adjetivos, com base na aceitação de completivas idênticas por uns e outros e de regras transformacionais comuns que intervêm na derivação dessas completivas.

Em conclusão, não há dúvida de que existem propriedades sintáticas e semânticas que são comuns aos verbos e aos adjetivos. O estudo de Lakoff (1970), se outro mérito não tivesse, teria pelo menos servido para pôr em destaque muitas dessas propriedades. Todavia, a existência de tais propriedades, pelo menos tal como são apresentadas por Lakoff, não parecem constituir uma base sólida que torne absolutamente necessária a inclusão de verbos e adjetivos numa mesma classe lexical. Muitos dos argumentos apresentados por Lakoff deparam com objecções de várias ordens, como vimos. Algumas dessas objecções põem em destaque a existência de propriedades semânticas e sintáticas que, além de serem comuns aos verbos e aos adjetivos, também são extensíveis aos substantivos. Porque não incluir então na mesma super-clas-

se lexical verbos, adjectivos e substantivos?

A verdade é que as semelhanças entre estas três classes resultam do seu comportamento funcional. Mas a função não basta para definir classes lexicais, como é salientado por Allan (1973: p.379) nos seguintes termos: "Lexical classes must be defined not only by their function in syntax, but also by their formal characteristics; and verbs are formally different from adjectives in that they exhibit inflexional possibilities denied to adjectives".

De facto, em português, como nas línguas românicas em geral, e não só, os adjectivos flexionam-se como os substantivos e não como os verbos.

A semelhança entre verbos e adjectivos reside exclusivamente na sua função, que consiste justamente na predicação dos substantivos, ou melhor, dos sintagmas nominais. Por isso, Lyons (1966) designa verbos e adjectivos como predicadores ("predicators"), designação esta que parece mais adequada do que a utilizada por Lakoff (1970), que chamava a uns e outros verbos, como vimos. Segundo Allan (1973: p.379), que se baseia, aliás, em Lyons (1966), "A predicator is the grammatical correlate of the logical predicat that is, it asserts either a property of an 'argument', or a relationship holding between 'arguments' if there are more than one of them (...). It is characteristics of both verbs and adjectives to be predicators and it is characteristic for NP ["sintagmas nominais"] to name their arguments (cf., Lyons, 1968, p.324); but this fact does not conflict with

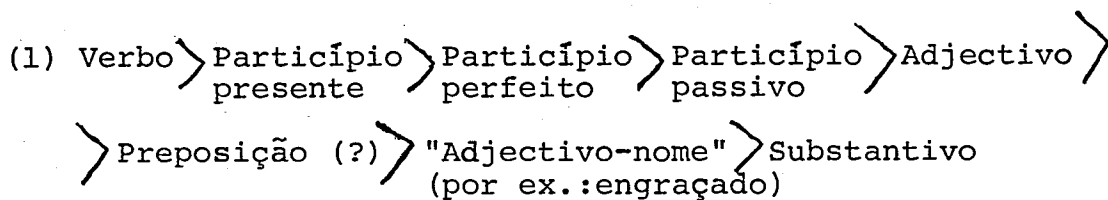
the possibility that NP will also occur as predicators". Ora o objectivo fundamental de Allan (1973) é precisamente demonstrar que os sintagmas nominais, assim como os sintagmas prepositivos também podem funcionar sintacticamente como predicadores. Ora, não vamos, por esse motivo, incluir numa mesma classe lexical verbos, adjectivos e substantivos.

Resumindo as funções sintácticas destas três classes lexicais, Allan (1973: p.380) afirma: "Groups which have as their head word a member of the lexical classes of adjectives, verbs or nouns may function as predicators if they are in predicative form; or they may function as 'arguments' if they are in nominal form".

4.4.3. A proposta da gramática não discreta (Ross)

No âmbito da gramática generativa transformacional existe, porém, uma outra posição⁽⁴⁰⁾, defendida por Ross (1972), quanto à natureza e delimitação das classes lexicais, que vem aliás na sequência de fenómenos que já detectámos em 4.4.2..

Fundamentalmente, Ross defende, com base na análise de alguns fenómenos sintácticos, que não existe uma separação nítida entre verbos, adjectivos e substantivos. Segundo tal hipótese, as classes lexicais não estão organizadas em compartimentos estanques, isto é, de forma discreta, mas antes constituem uma cadeia de elementos quase contínuos ("squish"). Numa cadeia como esta entram, pelo menos, as seguintes categorias, com a ordenação indicada (cf. Ross (1972: p.316)):



A uma gramática que concebe as categorias sintáticas ordenadas de modo quase contínuo chama Ross gramática não discreta. Esta teoria opõe-se assim não apenas à gramática tradicional e às gramáticas estruturalistas, mas também ao modelo clássico da gramática generativa e, embora em menor escala, ao próprio modelo da semântica generativa, na medida em que todas estas gramáticas são discretas, pois concebem as categorias sintáticas como organizadas de forma descontínua, ou seja, por compartimentos estanques.

Segundo a gramática não discreta, os adjectivos ocupam uma posição intermédia entre os verbos e os substantivos, entrando por isso numa cadeia de elementos quase contínua ("squish") como a seguinte (cf., Ross (1972: p.316)):

(2) V > A > N

Para demonstrar que uma hierarquização como (2) existe, Ross aponta uma série de processos sintáticos que afectam muito os verbos, bastante menos os adjectivos e minimamente os substantivos⁽⁴¹⁾. Alguns desses processos dificilmente poderão ser encontrados no português, mas outros podem. Entre estes apenas citarei dois.

O primeiro refere-se ao fenómeno do apagamento da preposição ("preposition deletion"), sobre o qual diz Ross o seguinte:

"for hundreds of related verb-adjective pairs, one finds that

some preposition must follow the adjective but cannot follow the verb" (Ross, 1972: p.317). Embora uma boa parte dos exemplos apontados por Ross sejam idiomáticos do inglês, podemos, todavia, encontrar casos semelhantes em português. Assim, por exemplo:

- (3) a. O comportamento deles (encantou + surpreendeu) (E + *para) o ministro.
 b. O comportamento deles foi (encantador + surpreendente) (*E + para) o ministro.

Na lista de pares verbo/adjectivo, que têm comportamento sintáctico co-semântico idêntico ao de encantar/encantador para, surpreender/surpreendente para, devemos provavelmente incluir, entre outros, os seguintes:

(4)	amar	amigo de
	afrontar	afrontoso para
	apreciar	apreciador de
	aviltar	aviltante para
	beneficiar	benéfico para
	cansar	cansativo para
	caracterizar	característico de
	compensar	compensador para
	conhecer	conhecedor de
	interessar	interessante para
	intrigar	intrigante para
	irritar	irritante para
	lamentar	lamentável para
	Obrigar	obrigatório para
	receber	receptivo a
	saber	sabedor de
	sentir	sensível a
	etc.	etc.

Em todos estes casos, o verbo funciona obrigatoriamente sem preposição, excepto amar e interessar, que em certos contextos admitem a preposição a, diferente portanto daquela que é compatível com os adjectivos correspondentes.

Repare-se que tanto os verbos como os adjectivos da lista (4) são transitivos, sendo os primeiros directos, com objecto sem preposição, e os segundos indirectos, isto é, com o seu objecto regido de preposição.

Todavia, enquanto os verbos não se podem empregar intransitivamente (em estrutura de superfície), ou seja, sem o objecto expresso, os adjectivos podem:

(5) a. A chuva beneficiou (*E + os campos).

b. A chuva foi benéfica (E + para os campos).

A análise do comportamento sintáctico de pares de verbos e adjectivos como os de (4) e, particularmente, o funcionamento específico de certos adjectivos ingleses⁽⁴²⁾, em relação à sua compatibilidade com as preposições, levam Ross à conclusão de que o apagamento da preposição se aplica regularmente aos verbos, mas raramente aos adjectivos, de acordo com o esquema apontado em (2). Relativamente aos substantivos da mesma série de verbos e adjectivos, a preposição nunca se pode apagar, conforme os exemplos seguintes tirados do português, mas paralelos aos do inglês, podem demonstrar:

(6) a. O encanto do ministro (*E + com) o comportamento deles foi enorme (cf. (3)).

b. A surpresa do ministro (*E + com) o comportamento deles foi enorme (cf. (3)).

O segundo fenómeno sintáctico que vou referir a seguir e que também foi apontado por Ross para mostrar a gradação $V \rangle A \rangle N$ (cf. (2)) diz respeito ao apagamento da sequência o facto de, a qual pode ocorrer com certos verbos, adjectivos e substantivos, designados por isso mesmo como factivos⁽⁴³⁾. Tal como sucede com as preposições, também relativamente à sequência o facto de Ross verifica que ela se pode apagar com os verbos e com os adjectivos, mas não com os substantivos. Apresento apenas uma sequência do português como exemplo:

- (7) a. Eu lamento (E + o facto de) ele ter caído.
- b. É lamentável para mim (E + o facto de) ele ter caído.
- c. A minha lamentação (a + ?de) (*E + o facto de) ele ter caído não surpreendeu ninguém.

Enfim, Ross apresenta como argumentos que sustentam a sua hipótese vários outros fenómenos sintácticos que afectam mais os verbos, menos os adjectivos e muito menos os substantivos. Não é possível, porém, alongar-me mais na análise desses fenómenos. Apenas quero salientar uma observação, que é de natureza metodológica.

É provável que verbos, adjectivos e substantivos constituam uma cadeia de elementos quase contínua ("squish"), como o defende Ross, com base em alguns argumentos plausíveis. Todavia, como também é reconhecido pelo próprio Ross, a análise que ele apresenta necessita de ser alargada e aprofundada⁽⁴⁴⁾. E isso não é possível sem inventariar o mais exhaustivamente possível o comportamento sintáctico (e semântico) dos verbos, dos adjectivos e dos substantivos relacionados. Basear uma hipótese na

análise de alguns casos, como o faz Ross, não chega. É necessário proceder a inventários exaustivos do tipo daqueles que Gross (1975) propõe. Aliás Gross (1975: pp.107 e segs.), ao referir-se a certos aspectos das nominalizações, salienta algumas insuficiências da análise proposta por generativistas como Chomsky (1970); casos como os seguintes, que traduzo directamente de Gross (1975: pp.107 e segs.), têm um valor exemplar e extrapolável:

(8) a. O Paulo trabalha → o trabalho de Paulo.

b. O Paulo descreve a casa → a descrição da casa pelo Paulo.

c. Tu receias o Paulo → o teu receio do Paulo⁽⁴⁵⁾.

Depois de referir, tomando como base o último exemplo, as propriedades sintácticas que são comuns ao verbo recear e ao substantivo dele derivado por nominalização, receio, o que poderia levar-nos a estabelecer a regra transformacional $F \rightarrow SN$, Gross salienta, todavia, que uma operação como esta só com muita dificuldade é que pode considerar-se transformacional. De facto, a operação $F \rightarrow SN$ não só não põe em relação duas frases como deixa de lado questões que se prendem com os determinantes do nome. Mais uma vez traduzo os exemplos de Gross (1975: p.108), os quais têm paralelo em português:

(9) a. O receio de cometer um erro obrigou o Paulo a partir.

b. *Um receio de cometer um erro obrigou o Paulo a partir.

c. *O receio inesperado obrigou o Paulo a partir.

d. Um receio inesperado obrigou o Paulo a partir⁽⁴⁶⁾.

A operação $F \rightarrow SN$, conclui Gross, não tem, pois, em conta as condições de aparecimento dos determinantes o, um.

Ora factos semelhantes podem ser observados relativamente aos fenómenos sintácticos de que Ross (1972), se serve para argumentar a hipótese atrás referida. De facto, uma pergunta que imediatamente ocorre é a seguinte: em que circunstâncias é que podemos falar de sequências verbo/adjectivo/substantivo? Será tendo apenas em conta as equivalências sintáctico-semânticas? Mas estas são as poderemos definir em função dos contextos sintácticos em que aquelas sequências possam surgir. E nesse caso o número das sequências relacionadas desce razoavelmente. Tomemos apenas alguns exemplos. A priori, parece haver equivalência sintáctico-semântica entre as séries seguintes, parcialmente incluídas já em (4):

- (10) a. beneficiar, benéfico para, benefício para;
b. interessar(a), interessante para, interesse por.

Analisemos, por conseguinte, com algum pormenor, o comportamento sintáctico-semântico de cada um dos itens destas séries.

- (11) a. A chuva beneficiou os campos.
b. A chuva foi benéfica para os campos.
c. O benefício da chuva foi grande para os campos.
d.?*A chuva foi benefício para os campos.
e. *A chuva foi o benefício para os campos.
f. A chuva foi um benefício para os campos.
g. A chuva foi um grande benefício para os campos.

- (12) a. O Pedro beneficiou a Luísa (...).
b.?*O Pedro foi benéfico para a Luísa.

- c. *O benefício do Pedro foi grande para a Luísa.
- d. *O Pedro foi benefício para a Luísa.
- e. *O Pedro foi o benefício para a Luísa.
- f.? O Pedro foi um benefício para a Luísa.
- g.? *O Pedro foi um grande benefício para a Luísa.

A análise dos contextos sintácticos em que surge a sequência beneficiar/benéfico para/benefício para leva-nos às seguintes conclusões: (i) esta série funciona melhor com sujeito/não humano/ (cf. (11)) do que com sujeito/humano/ (cf. (12)); (ii) o substantivo benefício, entra em contextos de nominalização com sujeito/não humano/ (cf. (11c), mas não em contextos com sujeito/humano/ (cf. (12c)); (iii) este mesmo substantivo exige o artigo indefinido em contextos como (11f,g); (iv) com sujeito/humano/o verbo beneficiar exige, pelo menos em estrutura subjacente um adjunto adverbial (cf. (12a): O Pedro beneficiou a Luísa 'em alguma coisa'), o que não sucede com sujeito /não humano/; (v) além disso, com sujeito/humano/, este mesmo verbo tem um valor activo⁽⁴⁷⁾, voluntário, como em (12a), o que não sucede com sujeito /não humano/; (vi) este valor activo, voluntário perde-se quando se passa do verbo ao adjectivo (cf. (12b)), cuja aceitabilidade com sujeito/humano/ é aliás muito fraca; (vii) observações semelhantes às do adjectivo se podiam fazer quanto ao emprego do substantivo benefício com sujeito /humano/.

Vejamos agora o que se passa com a outra sequência apontada em (10b):

- (13) a. Esse projecto interessa o governo.
- b. Esse projecto interessa ao governo.

- c. O governo interessa-se por esse projecto.
 - d. Esse projecto é interessante para o governo.
 - e. O interesse do governo por esse projecto aumentou.
 - f. O governo tem interesse por esse projecto.
 - g. O governo tem (*0 + *um) interesse por esse projecto.
 - h. O governo tem um grande interesse por esse projecto.
- (14)
- a. O Pedro interessou a Luísa.
 - b. O Pedro interessou à Luísa.
 - c. A Luísa interessou-se pelo Pedro.
 - d. O Pedro é interessante para a Luísa.
 - e. O interesse do Pedro pela Luísa aumentou.
 - f. O Pedro tem interesse pela Luísa.
 - g. O Pedro tem (*0 + *um) interesse pela Luísa.
 - h. O Pedro tem um grande interesse pela Luísa.

Os problemas levantados pela análise dos empregos da série interessar (a), interessante para, interesse por são em parte diversos dos da sequência anterior. Neste caso a aceitabilidade das construções é praticamente a mesma, quer os itens tenham um sujeito /não humano/, como em (13), quer o sujeito seja /humano/, como em (14). Todavia, o emprego do verbo interessar com sujeito /humano/ implica ambiguidades que no caso contrário não se verificam. Assim, em (14a), o verbo pode ter uma interpretação activa, voluntária, estando neste caso subjacente um adjunto adverbial (O Pedro interessou a Luísa 'em alguma coisa'); se a interpretação do verbo for não activa, não voluntária, a frase (14a) será equivalente a (14b) e a (14c). Note-se que a presença da preposição a em (14b) desfaz a ambiguidade. Tais ambiguidades não existem nem no caso do adjectivo, nem no caso do subs-

tantivo da mesma série. O substantivo interesse tem sempre valor activo, voluntário, relativamente ao seu sujeito, e o adjectivo interessante implica valor não activo, quer em relação ao sujeito, quer em relação ao objecto.

Tais diferenças seriam sem dúvida ampliadas se passássemos do nível das frases simples, como as que apresentei atrás, para o das frases complexas. Vejamos, pois, as diferenças de comportamento neste aspecto em relação à sequência beneficiar, benéfico para, benefício para:

- (15) a. *Beneficiou (os campos + a Luísa) que tivesse chovido⁽⁴⁸⁾
 b. Foi benéfico para (os campos + a Luísa) que tivesse chovido.
 c. Foi um benefício para (os campos + a Luísa) que tivesse chovido.

Quer dizer, o verbo beneficiar não parece aceitar construção completiva, qualquer que seja o seu conteúdo, mas o adjectivo e o substantivo correspondentes aceitam-na.

Se aprofundarmos, porém, a análise, verificamos que o verbo beneficiar aceita completiva, mas apenas com a presença da sequência o facto de:

- (16) Beneficiou (os campos + a Luísa) o facto de que tivesse chovido.

Ora (16) constitui em parte um argumento contra a hipótese defendida por Ross (1972: p.320)⁽⁴⁹⁾ de que o apagamento da sequência o facto de pode ocorrer quase sempre com os verbos e os adjectivos, mas nunca com os substantivos. Aqui sucede precisamente o contrário. O apagamento não se pode verificar com

o verbo, mas sim com o substantivo, como é patente em (15c) e a frase seguinte comprova:

(17) Foi um benefício para os campos (E + o facto de) que tivesse chovido.

Uma diferença como a que acabo de apontar põe em questão a continuidade V>A>N, tal como é defendida por Ross (1972), pois que é provavelmente extensível a outras séries. Todavia, só um inventário exaustivo das propriedades dos itens de todas as séries poderia levar-nos a uma conclusão segura, mas isso não é feito por Ross.

Se desta série passarmos à análise do comportamento em frases complexas da sequência interessar a, interessante para, interesse por, encontramos igualmente diferenças salientes. Vejamos apenas algumas:

- (18) a. *(E + o facto de) que esse projecto vá por diante interessa o governo.
- b. (E + o facto de) que esse projecto vá por diante interessa ao governo.
- c. O governo interessa-se por (E + *o facto de) que esse projecto vá por diante.
- d. (E + o facto de) que esse projecto vá por diante é interessante para o governo.
- e. O governo tem interesse por (E + *o facto de) que esse projecto vá por diante.

Assim, verifica-se que o verbo interessar só aceita completiva, factiva ou não factiva (isto é, com ou sem a sequência o facto de expressa), quando se emprega como transitivo indirecto, ou

seja, com a preposição a (cf. (18b), em oposição a (18a)).

No caso deste verbo não são, por conseguinte, compatíveis os dois apagamentos, isto é, o da preposição (a) e o da sequência o facto de, conforme parece predizer a teoria de Ross (1972). Por outro lado, a similaridade de comportamento entre (18c) e (18e), onde a presença da sequência o facto de provoca inaceitabilidade das frases, leva-nos a pensar se o verbo interessar-se por e a locução verbo-nominal ter interesse por pertencem à mesma sequência interessar a/interessante para ou se os itens de uma e outra série não devem ter entradas diversas no léxico. De qualquer modo, a conclusão que tiramos perante esta última irregularidade é que, à medida que aprofundamos a análise do comportamento sintáctico dos itens, deparamos com contra-argumentos relativamente à homogeneidade das sequências V>A>N.

Concluindo, podemos dizer que observações do género das que apresentei em relação ao comportamento sintáctico-semântico das sequências V/A/N de (10) são generalizáveis a muitas outras séries. A análise dos contextos sintácticos em que entram os itens destas séries, como ficou patente através dos exemplos assinalados atrás, podem revelar-nos diferenças profundas entre verbo, adjectivo e substantivo. Porquê sobrevalorizar então apenas algumas propriedades de comportamento comuns, como as relativas ao apagamento da preposição, da sequência o facto de (e mesmo em relação a estas encontrámos discrepâncias importantes), etc., como o faz Ross (1972), deixando de lado toda uma série de diferenças, para chegar à conclusão, com base num número restrito de casos, que verbos, adjectivos e substantivos constituem uma cadeia de elementos quase contínua ("squish")? Não é que eu ne-

que utilidade à análise de Ross ou outras do mesmo tipo. Simplesmente a metodologia proposta por Gross (1975) parece-me mais correcta cientificamente. Antes de avançarmos uma hipótese geral, impõe-se fazer um inventário o mais sistemático e exaustivo possível da matéria em análise, para que tal hipótese não corra o risco de ser invalidada logo à primeira objecção.

A questão das relações entre verbos, adjectivos e substantivos ainda está longe de ficar esclarecida. Uma solução como a que Gross (1975: p.109) propõe e que consistiria em elaborar tábuas descritivas como as que ele construiu para os verbos e as que eu próprio utilizo neste trabalho para os adjectivos, poderia talvez conduzir a uma resolução daquele problema. Gross (1975), nas suas tábuas de verbos, ao estudar certas nominalizações e adjectivações de verbos, dá já uma contribuição para a análise das relações entre aquelas categorias lexicais. Com as minhas tábuas de adjectivos, ao analisar certas equivalências sintáctico-semânticas entre adjectivos e verbos e entre adjectivos e substantivos, espero também dar alguma contribuição para o esclarecimento daquele problema.

4.5. Definição contextual de adjectivo

Na gramática tradicional, as classes de palavras, incluindo, portanto, a dos adjectivos, são fundamentalmente definidas em termos nocionais ou semânticos, conforme ficou dito em 4.2.. Nestes termos, um substantivo designa um ser ou uma ideia, um adjectivo indica uma qualidade, e assim por diante. Todavia, os gramáticos, perante a dificuldade representada por certas palavras que podiam pertencer a mais do que uma classe, sempre

procuraram estabelecer as condições contextuais que permitissem determinar cada uma delas. Ou seja, recorriam ao critério distribucional, conforme é salientado por Lyons (1970: p.114):

"En pratique, le facteur de décision a toujours été la distribution du mot, c'est-à-dire sa potentialité d'occurrence dans des phrases par rapport à l'occurrence d'autres mots dans les mêmes phrases. À cet égard, la linguistique moderne n'a fait que reconnaître sur le plan théorique le principe distributionnel qui avait toujours été suivi dans la pratique".

Vamos, pois, tentar estabelecer as condições contextuais, ou seja, as propriedades de distribuição, da classe de palavras a que tradicionalmente se dá a designação de adjetivos.

Em princípio, conforme o assinala Nique (1974: p.40), os adjetivos ocorrem em "duas séries de contextos diferentes":

"D'une part, l'adjectif se trouve dans une distribution nominale, c'est-à-dire qu'il est en relation avec un nom; et d'autre part dans une distribution que l'on pourrait qualifier de verbale, c'est-à-dire qu'il est alors en relation avec un verbe.

Dans le premier cas, il s'emploi par exemple avec le modifieur très et dans le second avec, par exemple le morphème ment:

- une conduite (très) rapide m'effraie.
- il conduit rapidement".

Como argumento justificativo desta sua análise, Nique salienta o facto de existirem restrições de selecção entre o substantivo e o adjetivo, por um lado ("une conduite rapide", mas não "une conduite verte"), e entre o verbo e o adjetivo, por outro ("il conduit rapidement", mas não "il conduit ouvertement"). Uma tal

análise aplica-se igualmente ao português.

Aqui apenas me ocuparei, contudo, do primeiro tipo de distribuição da adjetivo, ou seja, aquela em que ele aparece em relação com os substantivos. O segundo tipo, isto é, o da distribuição do adjetivo em relação com os verbos, ultrapassa o âmbito do presente trabalho. A propósito deste último tipo apenas chamo a atenção para o interessante estudo de Gross (1971), no qual o autor faz uma análise (largamente aplicável também ao português) das relações sintáticas entre adjetivos e advérbios de modo.

4.5.1. Adjectivos predicativos e não predicativos⁽⁵⁰⁾

Tanto os gramáticos como os lexicógrafos costumam classificar como adjetivos, indistintamente, os itens sublinhados das duas séries seguintes:

- (1) as crianças alegres;
 as casas bónitas;
 as paisagens calmas;
 as manhãs frias;
 as cidades sombrias.
- (2) as flores campestres;
 os parques citadinos;
 os problemas governamentais;
 as câmaras municipais;
 as casas rurais.

Se analisarmos, porém, a distribuição dos itens de cada uma das duas séries, encontraremos, no entanto, diferenças profundas que nos levam a incluí-los em duas subclasses distintas. Assim, co-

meçando pela primeira série, tomemos como exemplo o item calmo e vejamos em que contextos sintácticos ele aparece. Para isso organizemos a seguinte lista de frases:

- (3) a. Adoro as paisagens calmas.
- b. Adoro as calmas paisagens.
- c. Adoro as paisagens muito calmas.
- d. Adoro as paisagens que são calmas.

Cada uma destas frases define uma propriedade contextual ou distribucional do item calmo. Podemos definir essas propriedades de modo formal e dar-lhes uma designação:

- (i) Det N Adj (Propriedade pós-nominal).
- (ii) Det N Adj N (Propriedade pré-nominal).
- (iii) Det N muito Adj (Propriedade de grau).
- (iv) SN ser Adj (Propriedade predicativa).

Todos os itens da série (1) aceitam perfeitamente as quatro propriedades assim definidas. O mesmo não sucede, porém, com os itens da série (2), conforme podemos verificá-lo, se tentarmos construir para estas frases paralelas às de (3). Sirva como exemplo o item rural:

- (4) a. Adoro as casas rurais.
- b.*Adoro as rurais casas.
- c.*Adoro as casas muito rurais.
- d?*Adoro as casas que são rurais.

A inaceitabilidade de frases como (4b,c) e a reduzida aceitabilidade de frases como (4d) levam-nos, pois, a sustentar que o item rural e, por extensão, os outros da sua série, não têm as mesmas propriedades do item calmo e seus congêneres. De facto,

os itens como rural não aceitam nem a posição pré-nominal, nem a propriedade de grau, nem o contexto predicativo, salvo em casos específicos, como veremos adiante.

Em face de tais diferenças, temos de concluir que uns e outros pertencem a subclasses distintas. Certos linguistas consideram os itens da subclasse de calmo como verdadeiros adjetivos, enquanto os congêneres de rural são designados como pseudo-adjetivos⁽⁵¹⁾, pois que não têm as mesmas propriedades sintáticas e semânticas daqueles. Outros linguistas, porém, preferem designar estes últimos como adjetivos de relação⁽⁵²⁾, que Bally (1944: p.122, n.2) caracteriza do seguinte modo:

"Les adjectifs de relation purs se distinguent par leur traitement syntaxique (...), des adjectifs proprement dits. Ils équivalent si bien à un complément du nom (polaire = du pôle) qu'il leur est impossible de prendre la fonction prédicative; il serait absurde de dire 'cette étoile est polaire, cette boucherie est chevaline', etc."

Justamente porque os itens do tipo de rural, polar, etc., não aceitam geralmente o contexto pós-cópula, alguns linguistas classificam-nos como adjetivos não predicativos, em oposição aos itens da subclasse de calmo, alegre, etc., que aceitam perfeitamente aquele contexto e são por isso designados como adjetivos predicativos⁽⁵³⁾. É esta última terminologia que aqui adopto, pois me parece melhor que as anteriores, embora reconheça que também ela não é inteiramente adequada. De facto, em certos contextos de tipo enfático-contrastivo e outros⁽⁵⁴⁾, os itens da subclasse de rural são aceites na posição predicativa, conforme sucede nos seguintes exemplos:

- (5) a. Esses problemas são rurais, e não urbanos.
 b. A interpretação dada a esse conflito e publicada nos jornais é governamental, e não sindical.
- (6) a. Essas viaturas são municipais.
 b. Essas flores são campestres.

Os factores contextuais que intervêm na aceitabilidade destes adjectivos como predicativos são não apenas a ênfase contrastiva (cf. (5)), mas também a natureza semântica do SN sujeito (cf. (6)). Em casos como (6) exige-se que, de um modo geral, o SN sujeito não seja genérico, mas sim particularizado. Este aspecto é posto em destaque através do confronto dos exemplos citados em (6) com os seguintes:

- (7) a. ?*As viaturas são municipais.
 b. ?*As flores são campestres.

Além dos determinantes demonstrativos, quaisquer outros com valor semântico particularizador podem ser admitidos:

- (8) a. Uma viatura é municipal, outras são estatais.
 b. Certas flores são campestres.

A própria natureza do substantivo, núcleo do SN sujeito, também é fundamental, como se pode concluir da inaceitabilidade dos exemplos seguintes:

- (9) a. *Essas ciências são naturais e não geográficas.
 b. *Essa prevenção é rodoviária, e não ferroviária.

Neste caso, ciências naturais e prevenção rodoviária constituem de certo modo "lexias complexas estáveis" ⁽⁵⁵⁾, segundo a terminologia de Pottier (1975: p.27), cujos elementos são indisso-

ciáveis.

Por outro lado, exemplos como (5) e (6), em que adjectivos não predicativos aceitam o contexto pós-cópula, têm uma relação evidente com os seguintes:

- (10) a. Esses problemas são problemas rurais e não problemas urbanos.
- b. A interpretação dada a esse conflito e publicada nos jornais é uma interpretação governamental e não uma interpretação sindical.
- (11) a. Essas viaturas são viaturas municipais.
- b. Essas flores são flores campestres.

Quer dizer, no contexto predicativo é aceitável um substantivo idêntico ao do SN sujeito, quer com determinante indefinido ou sem determinante (o que equivale a determinante indefinido), quer com um determinante menos definido que o do SN sujeito. De facto, exemplos como os seguintes são perfeitamente aceitáveis:

- (12) a. Essas viaturas são as viaturas municipais.
- b. Essas flores são as flores campestres.

Nestes exemplos, o determinante do SN sujeito é definido e demonstrativo, mas o do SN predicativo é apenas definido. Se o valor definido dos dois determinantes fosse igual, o resultado seria inaceitável:

- (13) a. *As viaturas são as viaturas municipais.
- b. *Essas viaturas são essas viaturas municipais.

A relação sintáctica e semântica evidente de exemplos como os de (5) e (6) com os correspondentes de (10) e (11) levou lin-

guistas como Zribi (1972), por exemplo, a admitirem que a aceitação do contexto pós-cópula pelos adjectivos não predicativos é resultante do apagamento de um substantivo, núcleo do SN predicativo, idêntico ao do SN sujeito. Ou seja, que uma frase como (6a), por exemplo, deriva de (11a):

(14) Essas viaturas são viaturas municipais (= 11a) → Essas viaturas são municipais (= 6a).

Sendo assim, os adjectivos não predicativos seriam introduzidos nas estruturas sintácticas de base em posição pós-nominal. Eventualmente, e com as restrições que já aponte, tais adjectivos podem surgir em contexto predicativo, devido a operações de natureza transformacional, como a que é posta em evidência em (14) ⁽⁵⁶⁾.

Pelo contrário, os adjectivos predicativos, tais como alegre, calmo, etc., seriam introduzidos nas estruturas de base em posição pós-cópula, por meio de frase relativa (v., contudo (vii) e a nota 62), sendo as posições pós-nominal e pré-nominal derivadas transformacionalmente do seguinte modo:

(15) Adoro as paisagens que são calmas (= 3d) → Adoro as paisagens calmas (= 3a) → Adoro as calmas paisagens (= 3b).

Uma análise como a que pressupõe a derivação apresentada em (15) não é inovação da gramática transformacional, a não ser no modo de formular as regras intervenientes e na apresentação teórica que as motiva. De facto, já os gramáticos de Port-Royal (cf. Chomsky (1966)), por exemplo, admitiam a relação entre a posição adnominal e a posição predicativa dos adjectivos e postulavam uma derivação semelhante à que é sugerida em (15). Grevisse

(1964: p.1039), Chevalier (1964: p.156) e Benveniste (1966: cap.XVII), por exemplo, destacam idêntica relação.

Entre os argumentos que motivam uma tal derivação e que têm sido apresentados pelos transformacionalistas⁽⁵⁷⁾ salientam-se os seguintes:

19) São evidentes as relações sintáticas e semânticas entre as duas posições dos adjectivos, a adnominal (ou seja, em função de epíteto, também designada por certos linguistas, nomeadamente Bolinger 1967, como atributiva) e a predicativa (i.e., no contexto pós-cópula). De um modo geral há sinonímia entre as duas construções⁽⁵⁸⁾ e as restrições de selecção do adjectivo são as mesmas nos dois casos:

(16) a. A criança alegre; a alegre criança; a criança que é alegre.

b. *O mar alegre; *o alegre mar; *o mar que é alegre.

Se a construção adnominal dos adjectivos da subclasse de alegre for derivada da correspondente construção predicativa, tais adjectivos apenas serão introduzidos uma única vez nas estruturas sintáticas de base, ou seja, na posição predicativa e as restrições de selecção de tais itens serão formuladas apenas uma única vez. No caso contrário, tais adjectivos teriam de ser introduzidos duas vezes nas estruturas de base, uma na posição predicativa e outra na posição adnominal e as mesmas restrições de selecção teriam de ser formuladas também duas vezes, donde resultaria evidente falta de economia para a gramática e não captação das relações evidentes entre as duas posições do adjectivo.

29) Certas construções com adjectivos em posição adnominal apresentam interpretações idênticas às das relativas restritivas (também chamadas determinativas) e/ou das não restritivas (designadas também como explicativas ou apositivas). Assim, por exemplo:

- (17) a. As alegres crianças partiram para a excursão.
 b. As crianças alegres partiram para a excursão.
 c. As crianças, alegres, partiram para a excursão.
- (18) a. As crianças que eram alegres partiram para a excursão.
 b. As crianças, que eram alegres, partiram para a excursão.

Em (17a,b) o adjectivo alegres (em posição adnominal) tem valor restritivo ou determinativo, na medida em que delimita no grupo genérico das crianças o subgrupo das crianças alegres, distinguindo-o de outros subgrupos, como, por exemplo, o das crianças tristes, etc.. Ora, em (18a) a frase relativa, que contém o mesmo adjectivo, apresenta idêntica interpretação.

Pelo contrário, (17c), com o adjectivo em posição pós-nominal, inserido entre pausas no plano oral e entre vírgulas no plano gráfico (o que não sucede com (17b)), não tem valor restritivo, mas sim explicativo, isto é, acessório, dispensável. A frase relativa contida em (18b) tem justamente a mesma interpretação.

Se as construções adnominais do adjectivo forem privadas das relativas correspondentes, os fenómenos que acabo de apontar encontram uma explicação natural, daí resultando uma consequente economia para a gramática.

Todavia, tais fenómenos não são tão simples como a análise su-

gerida por exemplos como (17) e (18) faz pressupor. Aparentemente, no português, os adjectivos em posição pré-nominal parecem ter valor restritivo, enquanto os adjectivos em posição pós-nominal seriam susceptíveis de possuir as duas leituras (restritiva ou explicativa), conforme a não existência ou existência de pausa. No entanto, esta questão é mais complexa, pois tem que ver com os inúmeros factores sintácticos e semânticos que definem o valor restritivo ou não restritivo das frases relativas. Este assunto ultrapassa o âmbito do presente trabalho, motivo por que apenas sugiro alguns tópicos que abram caminho a posterior investigação, na sequência, aliás, do que já disse em 4.4.1..

Repare-se que, se em (17a) comutássemos o artigo definido as com o demonstrativo essas, a interpretação da frase passaria a ser não restritiva. Quer dizer, o demonstrativo essas realizaria a função sintáctica que o adjectivo alegres desempenha em (17a), delimitando no grupo genérico das crianças um subgrupo definido por essas, pelo que aquele adjectivo apenas pode ter valor explicativo. Qualquer determinante com valor particularizador semelhante, como algumas, três, nossas, etc., desempenharia função sintáctica idêntica à do demonstrativo, pelo que o adjectivo só poderia ter valor explicativo.

Com tais determinantes, o adjectivo, na posição pós-nominal, terá igualmente valor explicativo, motivo por que as pausas passarão a ser redundantes.

Se em (18) comutarmos o determinante genérico (as) de crianças com qualquer dos determinantes apontados, o resultado se-

rã idêntico, ou seja, a relativa apenas terá uma interpretação explicativa.

Por outro lado, se em (17) e (18) substituíssemos o nome comum plural crianças pelo singular ou então por um nome próprio, o adjectivo e a relativa apenas poderiam receber igualmente uma interpretação explicativa.

A derivação das construções com adjectivos em posição adnominal a partir das equivalentes frases relativas levanta ainda outro tipo de dificuldades em português, de que apenas vou aflo-
rar algumas e, mesmo assim, sumariamente.

Uma dessas dificuldades relaciona-se com o apagamento dos verbos copulativos da relativa na derivação da construção adnominal. Por hipótese, (17a) obtém-se a partir de (18a) com apagamento da sequência que eram (ou que são?). Como em português existem dois verbos copulativos, ser e estar, com valores semânticos diferentes, implicando o primeiro, grosso modo, inerência, e o segundo, acidentalidade, o que é que em (17a) nos diz qual dos verbos foi apagado? Naturalmente, a interpretação que dermos à qualidade expressa pelo adjectivo alegres. Se considerarmos essa qualidade como inerente ao N sujeito, isto é, essencial ou permanente o verbo apagado foi ser. Se, pelo contrário, considerarmos tal qualidade como acidental ou momentânea, o verbo apagado só pode ter sido estar. Quer dizer, as construções adnominais como (17a) ou (17b,c) apresentam uma ambiguidade suplementar que não existia nas relativas donde aquelas são derivadas. É evidente que tal ambiguidade não existirá se o adjectivo apenas admitir uma daquelas interpretações. No SN crianças inteligentes, por exemplo, o adjectivo apenas admite o valor de

inerência. Mas existe uma outra dificuldade maior que a anterior, já assinalada, aliás, em 4.4.1., mas que agora retomo para a desenvolver. Muitos adjectivos em português variam de sentido, conforme ocupam posição após-nominal ou a posição pré-nominal. Assim, por exemplo:

- (19) a. Ele encontrou uma criança pobre na rua vs Ele encontrou uma pobre criança na rua.
 b. Ele prefere pura água vs Ele prefere água pura.
 c. Ele perdeu o seu rico amigo vs Ele perdeu o seu amigo rico.

Na posição pós-nominal, os adjectivos pobre, puro, rico, por exemplo, têm valor objectivo, puramente denotativo, também chamado sentido próprio, e podem ser introduzidos, com idêntico significado, por meio de frase relativa (uma criança que é pobre, etc.). Na posição pré-nominal, aqueles mesmos adjectivos ou têm um forte valor conotativo de afectividade (também designado como sentido figurado), como no caso de pobre e rico, ou então um valor denotativo diverso, como no caso de pura (pura água = água simples, sem misturas, apenas água vs água pura = água não contaminada). Neste último caso, os adjectivos pré-nominais não podem ser obtidos a partir da posição pós-nominal, nem derivados, com aquele valor semântico, directamente a partir de frase relativa, o que significa que eles não aceitam a posição pós-cópula (ou predicativa). Tais adjectivos parecem representar um número razoável, embora não seja possível apresentar aqui o seu inventário.

Como resolver uma tal anomalia? Devemos admitir que existem no

lêxico dois itens (pobre₁, pobre₂; puro₁, puro₂; rico₁, rico₂; etc.), sendo o primeiro predicativo e introduzido na estrutura de base por meio de frase relativa, enquanto o segundo será não predicativo e introduzido directamente na posição pré-nominal? É evidente que este modo de arrumar a questão não constitui uma solução nem explica a anomalia. Nenhuma solução que seja satisfatória foi apresentada até agora, que eu saiba, para resolver tal anomalia. Repare-se que tais adjectivos pré-nominais têm um comportamento sintáctico heterogêneo e em certos aspectos comparável ao dos adjectivos não predicativos. Tal como estes, também alguns daqueles dificilmente aceitam a superlativação com muito (sendo esta já de si pouco aceitável, de um modo geral, na posição pré-nominal) e, se a aceitam, perdem o valor figurado, adquirindo o sentido próprio; o superlativo absoluto sintético é perfeitamente aceitável, mas adquire igualmente o sentido próprio:

- (20) a. Ele encontrou uma (muito pobre + paupérrima) criança na rua (= Ele encontrou uma criança (muito pobre + paupérrima) na rua).
- b. Ele prefere (?*muito pura + puríssima) água.
- c. Ele perdeu o seu (muito rico + riquíssimo) amigo.

Dos três adjectivos pobre, puro, rico, por exemplo, apenas este último admite o superlativo com sentido figurado. Uma situação paralela a destes itens encontramos-a também no âmbito dos adjectivos não predicativos. Assim, há adjectivos que, no sentido próprio, se comportam como não predicativos e que, no sentido figurado, apresentam as propriedades dos predicativos. Eis

alguns exemplos:

- (21) a. Alguns alunos gostam de (ciências naturais + *naturais
ciências + *ciências muito naturais); *essas ciências
são naturais.
- b. Eles estudam o (sistema nervoso + *nervoso sistema +
+ *sistema muito nervoso); ?*esse sistema é nervoso.
- c. Eles preferem as (explorações subterrâneas + *subter-
râneas explorações + *explorações muito subterrâneas);
essas explorações são subterrâneas.
- (22) a. Alguns alunos possuem (aptidões naturais + naturais
aptidões + aptidões muito naturais) para a música; as
aptidões deles para a música são naturais.
- b. Eles detectam esses (professores nervosos + nervosos
professores + professores muito nervosos); esses pro-
fessores são nervosos.
- c. Eles têm (intenções subterrâneas + subterrâneas inten-
ções + intenções muito subterrâneas); as intenções de-
les são subterrâneas.

Em casos como os apresentados em (21) e (22) parece que teríamos igualmente de registrar no lêxico dois itens homônimos - na-
tural₁ e natural₂, subterrâneo₁ e subterrâneo₂, nervoso₁ e ner-
voso₂, etc. - mas, tal como sucede relativamente aos adjectivos
de (19), também aqui a solução não é satisfatória.

Outra solução alternativa poderia consistir em considerarmos ca-
sos como ciências naturais, explorações subterrâneas, sistema
nervoso, etc., exemplos de lexias complexas e dar-lhes uma entra-
da no lêxico. Tal solução seria aceitável, se a combinatória

N + Adj fosse única, mas isso não acontece, o que nos obrigaria a aumentar enormemente o número de entradas lexicais, de forma atomística, sem qualquer generalização, portanto. Eis alguns exemplos dessas entradas:

- (23) a. ciências naturais; ciências geográficas; ciências médicas; etc.
 b. explorações subterrâneas; explorações marítimas; explorações polares; etc.
 c. sistema nervoso; sistema digestivo; sistema solar; etc.
- (24) a. recursos naturais; riquezas naturais; lagos naturais; etc.
 b. jazigos subterrâneos; jazidas subterrâneas; correntes subterrâneas; etc.
 c. aparelho nervoso; células nervosas; ramificações nervosas; etc.

Conforme (23) e (24) evidenciam, não existe apenas uma única combinatória possível de N + Adj, mas múltiplas combinações, o que torna impossível a solução de registrar estas sequências no lêxico como lexias complexas.

Uma outra solução, sem dúvida mais satisfatória, poderá consistir em definir as combinações possíveis de N + Adj através de traços semânticos comuns aos dois elementos. Sendo assim, o adjectivo seleccionaria, isto é, poderia combinar-se com todos os substantivos que contivessem o mesmo traço. Para que uma tal solução, que parece teoricamente correcta, seja aplicável, é necessário que tais traços sejam genéricos e, portanto, em número não excessivamente grande. E aqui já o problema se pode

tornar mais difícil, conduzindo-nos novamente à relação entre os sentidos próprio e figurado dos adjectivos em questão.

Assim, se tomarmos, por exemplo, o item natural, nenhuma definição em termos de traços genéricos, tais como, / $\pm$ humano/, / $\pm$ animado/, / $\pm$ concreto/, etc., pode servir-nos para a distinção adequada entre natural₁ (não predicativo) e natural₂ (predicativo). De facto, se temos recursos naturais₁ (= oferecidos pela Natureza) e crianças naturais₂ (= simples, espontâneas), também temos reações naturais₂ (= espontâneas e habitantes naturais) (= autóctones, nativos). Se tomássemos, porém, um traço contextual mais particularizador, como, por exemplo, / $\pm$ da natureza/, parece que teríamos natural₁, caso o adjectivo fosse comutável com a sequência da natureza, e natural₂, no caso contrário. Todavia, isso nem sempre se verifica. Assim temos:

(25) a. recursos da natureza vs *crianças da natureza;

b. ?*habitantes da natureza vs ?*reações da natureza.

Se a regra enunciada é aplicável em (25a), o mesmo se não verifica em (25b), sobretudo se contextualizarmos as sequências ali contidas, conforme se pode verificar a seguir:

(26) a. Esses são os habitantes (naturais + *da natureza) da região.

b. Os deputados tiveram reações (naturais + *da natureza).

Se em vez de (26a), disséssemos (27) a seguir, tal frase seria perfeitamente aceitável, mas com um significado diferente:

(27) Os habitantes da natureza naquela região eram as águias.

Igualmente seria aceitável uma frase como (28), comparável a

(26b), embora também com sentido diverso:

(28) Os deputados tiveram reacções próprias da natureza humana.

O problema da relação entre os sentidos próprio e figurado e/ou os contextos predicativo e não predicativo de certos adjetivos é extremamente complexo, conforme acabamos de ver em linhas gerais. O modo como tais adjetivos seleccionam os substantivos em função do sentido e/ou contexto apresenta-se difícil de explicar. Demonstrar, por exemplo, que os adjetivos não predicativos derivam de nomes ou de advérbios e descrever as respectivas regras, como o faz Levi (1976) para o inglês — cf. a minha nota 56 — representa um avanço significativo relativamente a hipóteses anteriores, mas não chega para resolver os problemas apontados. E estes problemas são, sem dúvida, mais complexos ainda em português do que em inglês, dada a mobilidade de um grande número de adjetivos em torno dos substantivos, quer na posição pós-nominal, quer na posição pré-nominal, com as consequentes mudanças de significado que lhes estão associadas.

Não quero, porém, encerrar esta secção sem aprofundar um pouco mais a análise das diferenças entre adjetivos predicativos e não predicativos, segundo a definição sintáctica atrás enunciada. De facto, além das propriedades distribucionais (i) a (iv), enumeradas atrás, é possível apontar outras, que discrimino a seguir.

(v) Uma delas já foi salientada mais do que uma vez e a ela se refere Bally (1944; cf. o texto citado atrás). É a possibilidade que um grande número de adjetivos não predicativos

apresentam de serem comutáveis com uma paráfrase nominal, constituída por uma preposição (em geral de)⁽⁵⁹⁾ e um SN, de cujo nome o adjectivo deriva:

- (29) a. (ciências + recursos) naturais = (ciências + recursos) da natureza;
 b. (aparelho + sistema) nervoso = (aparelho + sistema) dos nervos;
 etc.

Os adjectivos predicativos, pelo contrário, não apresentam tal propriedade:

- (30) a. (reacções + qualidades) naturais;
 *(reacções + qualidades) da natureza;
 b. (comportamento + humor) doentio;
 *(comprtimento + humor) de doença.

(vi) Nas estruturas predicativas os adjectivos são ligados ao SN sujeito através dos verbos copulativos ser e/ou estar⁽⁶⁰⁾, conforme a qualidade ou característica por aqueles expressa é encarada como inerente ou accidental, respectivamente. Ora, enquanto um grande número, se não mesmo a maior parte, de adjectivos predicativos aceitam os dois verbos ser e estar, os adjectivos não predicativos, quando admitem a construção predicativa, com as restrições já salientadas atrás, rejeitam estar:

- (31) a. Essas paisagens (são + estão) calmas.
 b. Essa mulher (é + está) doente.
 c. Essas crianças (são + estão) alegres.

- (32) a. Essas flores (são + *estão) flores campestres.
 b. Essas viaturas (são + *estão) municipais, e não estatais.
 c. Esse gerador (ê + *está) eléctrico, e não solar.

Os adjectivos não predicativos, como em (32), não aceitam estar, justamente porque a relação determinativa N-Adj é encarada como constante, permanente, e não como accidental.

(vii) As gramáticas dizem-nos que os adjectivos podem desempenhar a função de (nome) predicativo do objecto (ou complemento) directo, conforme sucede nas frases seguintes:

- (33) a. Acho essas paisagens (calmas + sombrias + bonitas).
 b. Acho essas crianças (alegres + tristes + irrequieta-
 tas).
 c. Acho o comportamento dele (doentio + correcto + condenável).

De entre os verbos que aceitam tal estrutura, podem citar-se os seguintes, além de achar:

- (34) adivinhar, avaliar, admitir, calcular, conjecturar, considerar, crer, encontrar, estimar (= avaliar), imaginar, julgar, presumir, reputar, (E + pre) supor, (E + ante + pre) ver, etc..

Ora, só os adjectivos predicativos aceitam propriedade posta em evidência em (33), com os verbos enunciados em (34). Os adjectivos não predicativos rejeitam tal propriedade, conforme no-lo prova a inaceitabilidade das construções seguintes:

- (35) a. *Acho (= julgo) esse engenheiro (civil + electro-técnico + químico).
- b. *Considero essas ciências (naturais + geográficas + + médicas).
- c. *Suponho esse sistema (solar + eléctrico + nuclear).

A diferença de comportamento sintáctico entre os adjectivos predicativos e os não predicativos, tal como é salientada em (33) e (35), pode ser comprovada, se naquelas construções submetermos o SN objecto a 'topicalização' ⁽⁶¹⁾, conforme se mostra a seguir:

- (36) a. Essas paisagens acho-as (calmas + sombrias + bonitas).
- b. Essas crianças acho-as (alegres + tristes + inquietas).
- c. O comportamento dele acho-o (doentio + correcto + + condenável).
- (37) a. *Esse engenheiro acho-o (civil + electrotécnico + químico).
- b. *Essas ciências considero-as (naturais + geográficas + médicas).
- c. *Esse sistema suponho-o (solar + eléctrico + nuclear).

O facto de os adjectivos não predicativos rejeitarem a função de predicativo do objecto em construções como (35) ou (37) resulta justamente de eles não aceitarem, ou só aceitarem com restrições, a estrutura predicativa. Na verdade, frases como (33) têm uma estrutura de base mais

complexa do que aquela que apresentam em superfície, como no-lo revelam as seguintes construções sinónimas.

- (38) a. Acho que essas paisagens são (calmas + sombrias +
+ bonitas).
b. Acho que essas crianças são (alegres + tristes +
+ irrequietas).
c. Acho que o comportamento dele é (doentio + correcto + condenável).

Quer dizer, o adjectivo é inserido no contexto pós-cópula ou predicativo em estrutura de base. Sendo assim, da estrutura subjacente a (38) derivariam as frases correspondentes de (33), através de uma regra que apaga que...ser e transforma o sujeito da frase completiva em objecto do verbo superior⁽⁶²⁾.

Ora, visto que os adjectivos não predicativos não podem ser inseridos no contexto pós-cópula em estrutura de base (donde a impossibilidade de (39) a seguir), também não podem aparecer como predicativos do objecto em estrutura de superfície, conforme se verificou através de (35).

- (39) a. *Acho que esse engenheiro é (civil + electrotécnico + químico).
b. *Considero que essas ciências são (naturais + geográficas + médicas).
c. ?Suponho que esse sistema é (*solar + eléctrico + nuclear).

(viii) Uma outra propriedade que distingue os adjectivos predica-

tivos dos não predicativos é que os primeiros podem funcionar como apostos dos substantivos quer em posição posposta, quer anteposta, ao passo que os segundos não, como se pode ver a seguir:

(40) a. As crianças, alegres, partiram para o campo.

b. Alegres, as crianças partiram para o campo.

(41) a.*Os engenheiros, civis, partiram para o campo.

b.*Civis, os engenheiros partiram para o campo.

Esta impossibilidade resulta, mais uma vez do facto de os adjectivos não predicativos, ao contrário dos predicativos, não poderem ser inseridos em frases relativas, que representam a estrutura subjacente dos adjectivos apostos como em (40). Donde a diferença de aceitabilidade entre (42), base de (40a), e (43) que seria a base de (41a):

(42) As crianças, que estavam alegres, partiram para o campo.

(43) *Os engenheiros, que eram civis, partiram para o campo.

(ix) Os adjectivos predicativos podem ser coordenados entre si e os não predicativos também, mas os de uma subclasse não podem ser coordenados com os da outra. Mais ainda, os não predicativos podem ser coordenados com paráfrases nominais como as que apontei em (v), mas os predicativos não podem. Assim temos:

(44) a. paisagens calmas e bonitas;

b. comportamento doentio e condenável;

c. crianças alegres e inquietas.

- (45) a. ciências naturais e geográficas;
 b. geradores eléctricos e solares;
 c. engenheiros civis e electrotécnicos.

É, porém, impossível dizer-se:

- (46) a. *engenheiros competentes e electrotécnicos; *engenheiros electrotécnicos e competentes;
 b. *geradores brilhantes e eléctricos; geradores eléctricos e brilhantes;
 c. *casas bonitas e rurais; *casas rurais e bonitas.

A coordenação dos adjectivos não predicativos com os substantivos é perfeitamente aceitável, qualquer que seja a ordem, ao contrário do que sucede com os adjectivos predicativos:

- (47) a. engenheiro electrotécnico e de minas; engenheiro de minas e electrotécnico;
 b. ciências geográficas e da natureza; ciências da natureza e geográficas.
- (48) a. *engenheiros alegres e de minas; *engenheiros de minas e alegres;
 b. *casas bonitas e do campo; *casas do campo e bonitas.

Deve anotar-se que certas coordenações entre itens da mesma subclasse, tais como *crianças lindas e bonitas, *flores campestres e rurais, não são possíveis por razões semânticas (de sinonímia).

Por outro lado, o facto de os adjectivos não predicativos

poderem ser coordenados com paráfrases nominais, como em (47), põe mais uma vez em evidência a afinidade que existe entre aqueles itens e os substantivos. Na verdade, uma das propriedades que caracteriza a coordenação é que ela só se pode efectuar entre constituintes com a mesma categoria sintáctica.

- (x) A combinação de adjectivos de subclasses diferentes, como modificadores do mesmo substantivo, só é possível desde que o adjectivo predicativo apareça justaposto ao item não predicativo (e também à paráfrase nominal) ou então ocupe a posição pré-nominal. Esta propriedade relaciona-se intimamente com a anterior, conforme se pode ver:

- (49) a. engenheiros (electrotécnicos + de electrotecnia) competentes; competentes engenheiros (electrotécnicos + de electrotecnia); *engenheiros competentes electrotécnicos; mas: engenheiros competentes de electrotecnia;
- b. geradores (eléctricos + de electricidade) brilhantes; brilhantes geradores (eléctricos + de electricidade); mas: geradores brilhantes de electricidade.

Como se vê através de (49), quando, em vez do adjectivo não predicativo, temos a paráfrase nominal correspondente, a ordem pode ser N + Adj pred + paráfrase nominal.

- (xi) Muitos adjectivos não predicativos, à semelhança do que acontece com certos substantivos, aceitam prefixos numéricos, tais como mono-, bi-, tri-, quadra-, multi-, poli-,

omni-, etc., ao passo que os adjectivos predicativos não os aceitam:

(50) a. paisagem monocromática; questões (binacionais + multinacionais); sociedades plurirraciais + multirraciais; palavras (triconsonânticas + quadriconsonânticas); etc.

b. *terras bivermelhas; *reações (multidoentias + pluridoentias); *crianças tricontentes; etc.

(xii) Uma outra propriedade relacionada com a anterior consiste no seguinte: muitos adjectivos predicativos aceitam prefixos como in- e des-, que indicam negação, mas os adjectivos não predicativos rejeitam-nos; por outro lado, estes admitem mais facilmente prefixos como pós-, pré-, inter-, extra-, anti-, a-(privação), etc., ao passo que os adjectivos predicativos em geral os rejeitam:

(51) a. crianças (infelizes + descontentes); soluções (irreais + desagradáveis); etc.

b. *geradores (insolares + desnucleares); *problemas (desurbanos + in-estatais); etc.

(52) a. repouso (pré- + pós-) operatório; relações internacionais; radiações extra-solares; conduta (amoral + apolítica); etc.

b. *palavras (pré- + pós-) ofensivas; *contactos inter-proveitosos; *soluções extra-úteis; ?*proposta alógica; etc.

O prefixo anti- parece mais frequente com os adjectivos não predicativos (anticonstitucional, antinatural, anti-

acadêmico, antiaéreo, antidigestivo, antigramatical, anti-social, etc.) do que com os predicativos (antilógico, antimelancólico e, provavelmente outros).

Uma propriedade interessante, que denotam os adjectivos não predicativos, quando recebem alguns dos prefixos mencionados em (xi) e (xii) é a de aceitarem com mais facilidade a posição pós-cópula ou predicativa⁽⁶³⁾. Assim temos, por exemplo:

(53) a. Essa escala é (*cromática + monocromática).

b. Essas sociedades são (*raciais + multirraciais).

(54) a. A sua conduta é (?*moral + *política + amoral +
+ apolítica).

b. Esse decreto é (*social + anti-social).

(xiii) Muitos adjectivos predicativos aceitam construções completivas como sujeito; os adjectivos não predicativos rejeitam este tipo de construções, excepto se contiverem os prefixos mencionados em (xi) e (xii). A rejeição desta propriedade pelos adjectivos não predicativos decorre naturalmente de eles não aceitarem (ou aceitarem com restrições) a posição pós-cópula ou predicativa. Assim, por exemplo:

(55) a. É (bom + agradável + útil) que essas dificuldades sejam vencidas.

b. *É (governamental + nacional) que certas repartições públicas não (funcionam + funcionem) devidamente.

Mas:

(56) É (antigovernamental + antinacional) que certas repartições públicas não (*funcionam + funcionem) devidamente.

Vimos, pois, em linhas gerais, que as propriedades contextuais dos adjectivos determinam a sua divisão em duas subclasses distintas: a dos predicativos e a dos não predicativos. Só os primeiros serão retidos no decurso deste estudo. Dos segundos apenas reterei aqueles itens que contêm prefixos numéricos e outros (cf. (xi) e (xii)), propriedade que os leva a aceitarem estruturas predicativas.

Antes, porém de concluirmos a delimitação dos adjectivos predicativos teremos de determinar se devemos incluir no presente estudo os chamados adjectivos-nomes e os participios verbais. Destes dois assuntos me ocuparei nas duas subsecções seguintes.

4.5.2. Os adjectivos-nomes

Certos itens são classificados pelos dicionários simultaneamente como substantivos e adjectivos e registados numa única entrada lexical. Entre os itens deste tipo poderíamos citar os seguintes:

- (1) amigo, caçador, demolidor, destruidor, impostor, instruidor, maçador, perturbador, realista, sectário, tarefeiro, valente, etc..

Itens como estes podem surgir no contexto SN ser —, ou seja, em contexto predicativo, precedidos ou não de determinante:

(2) O Júlio é (E + um) (amigo + caçador +...).

A itens deste tipo tem sido dada a designação de adjectivos-nomes (cf., por exemplo, Picabia 1970: p.14), na medida em que podem funcionar quer como adjectivos, quer como substantivos. Um problema se levanta, contudo: as duas funções são distintas, isto é, têm associadas a si propriedades sintácticas diferentes ou, pelo contrário, uma função pode ser derivada da outra? Por outras palavras, estes itens devem ter uma única entrada no dicionário (nesse caso, qual) ou, pelo contrário devem ter duas? É, pois, esta questão que vamos analisar, no sentido de averiguarmos se, de facto, devemos atribuir àqueles itens uma entrada lexical como adjectivos predicativos.

No plano da derivação sintáctica põe-se mesmo um problema mais vasto, que seria justamente o de averiguarmos se determinados itens da lista (1) não poderiam ser obtidos transformacionalmente a partir de outras classes, como os verbos, por exemplo, no caso de maçador, perturbador, etc.:

(3) a. Essas notícias (maçam + perturbam).

b. Essas notícias são (maçadoras + perturbadoras).

Se esta análise fosse motivada, as construções do tipo (3b), que contêm adjectivos-nomes, seriam derivadas de construções como (3a), mediante a inserção do verbo copulativo e do acrescentamento de um sufixo nominal (-dor) ao radical do verbo. Deixo, porém, de lado este problema, na medida em que ele implica como ponto de partida o verbo, que não é o objecto do presente estudo. Em todo o caso, no Capítulo II, desenvolverei alguns aspectos das relações sintácticas entre verbos e adjectivos.

Quando analisamos a sintaxe dos adjectivos-nomes, verificamos que eles apresentam em geral propriedades diversas, consoante a função de adjectivo ou de substantivo que desempenham. Assim, tomemos como exemplo o item amigo e analisemos as construções em que ele pode aparecer:

- (4) a. O Júlio é (E + *um) amigo de ler.
 b. O Júlio é (E + *um) amigo da leitura.
 c. O Júlio é (E + um) amigo de longa data.
 d. O Júlio é (E + um) amigo da família.
- (5) a. O Júlio é muito amigo de ler.
 b. O Júlio é muito amigo da leitura.
 c. *O Júlio é muito amigo de longa data.
 d. O Júlio é muito amigo da família.
- (6) a. Encontrei o Júlio amigo.
 b. Encontrei o amigo Júlio.
 c. Encontrei o Júlio, (E + um) amigo de longa data.
 d. Encontrei o Júlio, (E + um) amigo da família.

Enfim, poderíamos aumentar o número dos contextos de distribuição do item amigo, de modo a testar todas as propriedades mencionadas em 4.5.1., mas os apontados em (4) bastam para chegarmos a uma conclusão.

Assim, em (4a,b) amigo é adjectivo, pois não aceita determinante e pode admitir grau, como no-lo provam os exemplos (5a,b). Em (4c), amigo é substantivo; donde a impossibilidade de aceitação de grau, conforme o atesta (5c). A frase (4d) é ambígua, na medida em que contém duas leituras, uma em que amigo é adjectivo, não aceitando determinante e admitindo grau, como no-lo prova

(5d) — (neste sentido, é parafraseável por: O Júlio gosta (muito) da família) —, e outra em que aquele item é substantivo, sendo compatível com determinante, mas não com grau (nesta acepção poderia parafrasear-se por: O Júlio é um amigo (entre vários) da família x). Como se pode ver através de (4), a natureza sintáctica e semântica do complemento do item amigo é fundamental para a determinação da classe a que pertence. Se o complemento é o infinitivo (cf. 4a) ou um substantivo abstracto (cf. 4b), amigo é adjectivo. Se, porém, este item tem como complemento um substantivo concreto (não necessariamente humano, como sucede em (4d); note-se que se substituíssemos o complemento da família por das árvores, amigo conservaria a mesma interpretação), ele é substantivo, quando precedido de determinante, mas substantivo ou adjectivo, no caso contrário. Se não tem complemento nominal, como sucede em (4c), onde a sequência de longa data exerce função adverbial ou circunstancial do SV, então amigo é substantivo, com ou sem o determinante presente.

Os contextos de (6) confirmam os dados fornecidos por (4) e (5). Como adjectivo, amigo aceita tanto a posição pós-nominal (cf. 6a), como pré-nominal (cf. 6b). Em (6c,d), em função de aposto, amigo só pode ser substantivo. Como adjectivo, amigo não aceita a função de aposto, como no-lo prova a inaceitabilidade das construções seguintes:

(7) a. *Vi o Júlio, amigo de ler.

b. *Vi o Júlio, amigo da leitura.

Em face de tal comportamento sintáctico, temos pois de concluir que existem dois itens distintos, amigo₁ (substantivo) e amigo₂

(adjectivo), e que ambos devem ter uma entrada diferente no léxico. No presente estudo justifica-se, pois, plenamente que retenha o item amigo como adjectivo predicativo.

Se analisarmos as propriedades distribucionais dos outros itens da lista (1) de uma forma igual ou semelhante à que utilizámos para amigo, chegaremos a uma conclusão segura quanto à inclusão ou não inclusão desses itens como adjectivos predicativos. Tome-mos o exemplo do item caçador:

- (8) a. O Júlio é (E + um) caçador.
 b. O Júlio é (E + um) caçador de lebres.
 c. O Júlio é (E + um) caçador de autógrafos.
 d.*O Júlio é (E + um) caçador de escrever.
 e. O Júlio é (E + um) caçador de longa data.
- (9) a.*O Júlio é muito caçador.
 b. Esse gato é muito caçador.
 c.*O Júlio é muito caçador de (lebres + autógrafos).
 d.*Esse gato é muito caçador de ratos.
- (10) a. Encontrei o (Júlio + gato) caçador.
 b.? Encontrei o caçador Júlio.
 c.*Encontrei o caçador gato.
 d. Vi o Júlio, (E + um) caçador de (lebres + autógrafos).
 e. Vi o Júlio, (E + um) caçador de longa data.

Confrontando o comportamento sintáctico do item caçador, revelado parcialmente em (8), (9) e (10) com o de amigo, apresentado em (4), (5), (6) e (7), notamos diferenças profundas. Caçador não aceita complemento infinitivo (cf. 8d), aceita sempre determinante (cf. 8a, b, e), mesmo quando empregado em sentido figu-

rado (cf. 8c). Parece só aceitar grau com sujeito não humano (cf. (9b) em oposição a (9a)), desde que não seja seguido de complemento (cf. a quase não aceitabilidade de (9d)). Este item aceita a posição pós-nominal (cf. 10a) e a função de aposto (cf. 10d, e), mas aceita mal ou não aceita a posição pré-nominal (cf. 10b, c). Repare-se que na posição pré-nominal, quando esta é relativamente aceite (cf. 10b), caçador só é interpretável como substantivo (Encontrei o caçador chamado Júlio). Mesmo assim, esta posição só é admitida com nomes próprios e não com nomes comuns (cf. 10c).

Daqui concluimos que caçador não é adjectivo predicativo e que, portanto, não deve ser retido. Caçador é fundamentalmente um substantivo e como tal deve ter apenas uma entrada no léxico. Os empregos aparentemente adjectivais, como os evidenciados em (9b) e (10a) resultam ou das suas relações com o verbo de que ele é derivado morfológico (cf. 9b = Esse gato caça muito) ou da sua qualidade de substantivo que, como tal, pode ser inserido em estruturas relativas predicativas (cf. 10a = Encontrei o (Júlio + gato) que é (E + um) caçador), tendo tais estruturas apenas valor explicativo ou apositivo.

Tomemos ainda um outro exemplo diferente dos dois anteriores, como é o caso de perturbador, e vejamos que contextos ele admite:

- (11) a. O Júlio é (E + um) perturbador.
- b. O Júlio é (*E + um) perturbador das (aulas + *pessoas).
- c. O Júlio é (*E + um) perturbador de longa data.
- (12) a. O Júlio é muito perturbador.
- b. *O Júlio é muito perturbador das (aulas + pessoas).

c.?*O Júlio é muito perturbador de longa data.

- (13) a. Encontrei o Júlio perturbador.
 b. Encontrei o perturbador Júlio.
 c. Encontrei o Júlio, (*E + um) perturbador.
 d. Encontrei o Júlio, (*E + um) perturbador (das aulas +
 + de longa data).

Através destes contextos depreendemos dois itens, perturbador₁, que é um substantivo agentivo, isto é, que actua como agente voluntário, só admitindo sujeitos animados, e perturbador₂, que é adjectivo predicativo e, como tal, não agentivo. Neste sentido, a frase (11a) é ambígua, na medida em que contém duas leituras, uma em que perturbador, acompanhado de determinante, é substantivo (cf. também 11b, c) e outra em que aquele item é adjectivo e, portanto, sem determinante. Como adjectivo, este item aceita grau (cf. 12a), assim como as posições pós-nominal e pré-nominal (cf. 13a, b). Como substantivo, não aceita grau (cf. 12b, c) e admite a função de aposto (cf. 13c, d). No presente estudo reteirei, pois, o item perturbador como adjectivo predicativo. Note-se ainda que este item tem uma outra propriedade que não encontramos nos dois anteriores e que consiste em aceitar frases completivas como sujeito:

- (14) É perturbador que o Júlio não apareça nas aulas.

Se estendermos a análise que acabo de efectuar em relação a amigo, caçador e perturbador, aos outros itens da lista (1), seremos levados a reter ainda como adjectivos predicativos demolidor, destruidor, impostor, instruidor, maçador, realista, sectário, valente, os quais deverão ter uma outra entrada lexical como

substantivos, mas excluiremos tarefeiro, que só deve ter uma entrada como substantivo.

Aplicando, pois, de forma sistemática, uma tal análise aos chamados adjectivos-nomes, poderemos assim inventariar aqueles que devemos registar como adjectivos predicativos, conforme vimos em relação a amigo, perturbador, etc..

4.5.3. Adjectivos e participípios passados

Tanto as gramáticas como os dicionários costumam classificar como adjectivos (adjectivos verbais) os participípios passados dos verbos. Em relação aos dicionários, já vimos (cf. a subsecção 4.1.) que os lexicógrafos não definem, de forma explícita, o critério que determina a inclusão ou não inclusão dos participípios passados como adjectivos. Mais ainda, a análise dos itens incluídos como tal leva-nos à conclusão de que tal critério não assenta em bases nem uniformes, nem claras.

Vejamos agora, por conseguinte, o que nos dizem as gramáticas portuguesas sobre tal classificação, passando em revista algumas das mais importantes ou mais em uso.

Comecemos por Barbosa (1830: pp.284 e segs.), gramático que apresenta uma das descrições sintácticas mais completas, actualmente existentes, sobre os empregos e significados dos participípios verbais em português. Assim, este gramático distingue três tipos de participípios: o participípio perfeito activo (= gerúndio, também designado como participípio presente), o participípio perfeito activo (= participípio passado dos tempos compostos, conjugado com os auxiliares ter e haver) e o participípio perfeito passivo (= parti-

cípio passado ou adjectivo verbal, em função predicativa ou adnominal).

Barbosa considera estes três tipos de participípios como adjectivos, o que é extremamente discutível, como veremos adiante, sendo os dois primeiros indeclináveis, e o último declinável.

Em relação ao participípio passado, Barbosa (1830: p.393) diz o seguinte:

"Este também he um participípio; porque participa do verbo a sua significação activa, não já exercitada pelo sujeito da oração, como o participípio activo, mas recebida nelle, e produzida por outro: e participa outro sim do nome adjectivo a propriedade de modificar qualquer nome substantivo, concordando com elle em genero e numero; que por isso sempre he declinavel". E dá como exemplos: amado (amada, amados, amadas), entendido (etc.), aplaudido (etc.).

Referindo-se aos empregos deste tipo de participípio, Barbosa (1830: pp.293-294) acrescenta: "ou se tomão como participípios passivos, e neste caso sempre se conjugão, e andão juntos com os verbos substantivos Ser, ou Estar, como: Sou amado, Estou perdido: ou como adjectivos verbaes, oppostos aos substantivos para os modificarem, como: Hospede bem, ou mal agasalhado; Lugar povoado; Campos semeados, Terrenos pousios, etc.: ou como nomes substantivados por meio dos artigos, v. gr. Hum agasalhado gostoso, O povoado, Os semeados [...]". Em relação a tais empregos, adianta nomeadamente (*idem*, p.294): "No primeiro uso cumpre notar, que os participípios passivos dos verbos intransitivos, chamados neutros, se accomodão melhor com o verbo Estar,

do que com o verbo Ser; e os participípios passivos dos verbos transitivos activos se dão melhor com este, do que com aquelle. Assim diremos: Ser amado, e Estar quêdo; Ser morto (por matado) e Estar morto; Ser nascido, e Estar vivo; Ser lembrado, e Estar esquecido, etc.". Além disso, Barbosa dá-nos ainda informações sobre os chamados participípios passados duplos e seus empregos. De qualquer modo, e apesar do desenvolvimento que Barbosa dá a este assunto, o autor não refere sequer o problema de existirem participípios passados (ou perfeitos passivos, na sua terminologia) que não aceitem qualquer dos três empregos mencionados. E, de facto, tais participípios existem, como veremos adiante.

Se consultarmos, porém, outras gramáticas, encontramos igualmente a mesma ideia geral de que os participípios passados podem funcionar como adjectivos verbais, sem excepção. Assim, encontramos esta mesma ideia expressa no seguinte passo de Epifânio Dias (1959: p.245): "O partic. passivo (= passado) simples, além de entrar na formação da voz passiva e na dos tempos compostos da activa, emprega-se, ou como simples qualificação, servindo já de attributo, já de n. predicativo, ou ligado, em forma de apposto, a uma palavra substantiva d'uma or., ou com sujeito proprio, servindo nestes dois últimos casos de exprimir causa, hypothese, etc.". E segue-se uma série de exemplos, que omito.

Igual ideia está contida na seguinte afirmação de Rocha Lima (1976: p.107): "O participípio tem valor e forma de adjectivo: modifica substantivos com os quais concorda em género e número; apresenta o feminino em -a, e o plural em -s".

O mesmo sucede com Figueiredo e Ferreira (1975: p.91): "O parti-

cípio, como forma nominal, emprega-se: a) como adjectivo qualificativo, servindo de atributo e de adjectivo predicativo: 'Que rostos tão macerados!', 'Estou farto de o aturar.', 'Encontrei-o desanimado.'; b) como absoluto, isto é, com sujeito próprio: 'Acabado o jantar, todos foram para o teatro.'. Neste caso, equivale a uma oração".

Em Celso Cunha (1976: p.457) encontramos expressa a mesma ideia: "o particípio apresenta o resultado do processo verbal; acumula as características de verbo com as de adjectivo, podendo, em certos casos, receber como este as desinências -a de feminino e -s de plural". Tal definição é acompanhada de alguns exemplos (com o particípio em posição pós-nominal), que me dispense igualmente de citar.

Também Óscar Lopes (1972: pp.210-211) se faz eco desta mesma ideia tradicional: "As formas nominais adjectivas chamam-se em geral 'particípios'. Certas línguas, como o grego clássico ou o russo, dispõem de muitos desses adjectivos verbais, que equivalham a moldes proposicionais adjectivos. Em português, só normalmente, se reconhece a existência de um particípio passado passivo, que ora funciona como simples material de construção para os tempos compostos ou passivos, ora se confunde com um adjectivo qualificativo. Mesmo assim, vê-se bem a equivalência de 'pessoa louvada' a 'pessoa que é louvada'".

E, por último, lembremos o que nos diz Mattoso Câmara (1970: p. 93) sobre esta mesma questão: "Entretanto, o particípio foge até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um adjectivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /s/. Ou em outros termos: é um nome adjectivo,

que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjectivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintáctico".

Vemos assim que os gramáticos portugueses e brasileiros, desde os mais antigos aos mais modernos, consideram o particípio passado em geral como adjectivo. Ora, o meu objectivo nesta secção é, em primeiro lugar, descrever, por um lado, de forma mais aprofundada do que aquela que encontramos nas gramáticas, as propriedades que aproximam os particípios passados dos adjectivos, assim como aquelas que distinguem os primeiros dos segundos, e, por outro, demonstrar que nem todos os particípios passados funcionam como adjectivos. Em segundo lugar abordarei o problema da derivação sintáctica dos particípios passados que podem funcionar como adjectivos.

Antes, porém, de desenvolver estas questões, convém discutir, embora de forma breve, a afirmação de Barbosa (1830), mencionada atrás, de que o gerúndio (ou particípio perfeito activo, na sua terminologia) também é adjectivo, como aliás o próprio particípio passado dos tempos compostos.

Naturalmente, o fundamento de tal afirmação, como de um modo geral a gramática de Barbosa, é mais de natureza lógico-filosófica do que propriamente sintáctico-semântica. O gerúndio e o particípio passado dos tempos compostos (i.e., com os auxiliares ter e haver) são adjectivos, na medida em que são formas dos verbos adjectivos (i.e., transitivos, intransitivos e pronominais), segundo a terminologia utilizada por Barbosa. É neste sentido que Bar-

bosa (1830: p.284) afirma: "Estou amando he o mesmo que Estou sendo amante, e Amando eu he o mesmo que sendo eu amante". Ou, igualmente, em relação ao particípio passado dos tempos compostos (*idem*: p.289): "Tenho amado he o mesmo que Tenho sido amante".

A análise destas formas de gerúndio e de particípio passado como adjectivos só é possível através de paráfrases como as que Barbosa aponta. Ora tais paráfrases são artificiais, na medida em que não existiam no português do tempo de Barbosa e muito menos actualmente. Do ponto de vista sintáctico o gerúndio não tem propriedades de adjectivo, como aquelas que aponto a seguir. Existem, contudo, certas formas, originariamente de gerúndio, que no português actual funcionam como adjectivos. Este facto é, aliás, mencionado, nomeadamente, por Óscar Lopes (1972: p.211): "há vestígios de adjectivos verbais latinos em 'aluno examinando' equivalente a 'aluno que deve ser examinado'". Examinando é neste caso verdadeiramente adjectivo, podendo ocupar não apenas a posição pós-nominal, como no exemplo de O. Lopes, mas também a posição predicativa ('este aluno é examinando'), além de admitir a flexão em género e número ('aluna examinanda', 'alunos examinandos').

Tais formas devem, pois, ser introduzidas no léxico como adjectivos, pois se afigura difícil, se não impossível, derivá-las sintacticamente dos verbos correspondentes.

Uma observação semelhante merecem certas formas que alguns gramáticos relacionam com o particípio presente em -nte, como, por exemplo, Epifânio Dias (1959: p.244): "A forma verbal em -nte, representante do partic. do presente latino, empregava-se no

port. arch., como participípio do presente - até com compl. directo-, na qualidade de atributo, apposto, ou partic. absoluto". E, entre os exemplos que E. Dias cita a seguir, alguns são empregados no português actual, mas na função de adjectivos e não de participípios presentes verbais, como "ou (= ao) sol levante...ou sol poente", "temente a Deus". Formas como sol levante e sol poente são locuções estereotipadas. Formas como temente — e poderíamos acrescentar ignorante, convincente, previdente, chocante, etc., etc. — funcionam como adjectivos predicativos e, portanto, com as respectivas propriedades sintácticas, mencionadas na subsecção 4.5.1., e como tal devem ter entrada no léxico, afigurando-se difícil a sua derivação a partir dos verbos correspondentes. Retomarei, contudo, este problema na conclusão do presente capítulo, assim como no decurso dos capítulos seguintes.

Retomando agora a primeira das duas questões atrás mencionadas, vejamos, de um modo geral, quais são as propriedades sintácticas que os participípios passados apresentam em comum com os adjectivos.

(i) Assim, a maior parte dos participípios passados aceita também o contexto pós-cópula ou predicativo, quer com os verbos ser e/ou estar, quer com os verbos pseudo-copulativos (v. nota 60):

(1) O Júlio (é + está + continua + fica +...) (admirado +
+ calado + desprezado + vencido + visto +...).

Todavia há certos participípios passados, sobretudo de verbos intransitivos e pronominais, que não admitem tal construção:

- (2) *O rei (ê + está +...) (abdicado + aderido + agonizado +
+ desistido + gostado + queixado +...).

Nem mesmo num contexto de tipo enfático-contrastivo é possível utilizar tais participípios passados em posição pós-cópula, motivo por que o seu comportamento sintático é, neste aspecto, diverso do dos adjectivos não predicativos (cf. 4.5.1.).

Outros participípios passados de verbos intransitivos e pronominais são, porém, compatíveis com a distribuição pós-cópula:

- (3) a. O Júlio (*ê + está +...) (acompanhado + caído + encatarrado + refastelado +...).
- b. O Júlio (ê + *está) (viajado + vivido +...).

É interessante notar ainda que, no caso de o verbo ter duas formas de participípio passado, uma regular e outra irregular, é esta última que geralmente ocorre nas construções predicativas:

- (4) a. O lume (está + continua + fica +...) aceso vs *O lume (está + continua + fica +...) acendido.
- b. Esse livro (ê + está + fica +...) aceite vs *Esse livro (ê + está + fica +...) aceitado.
- c. O gato (está + continua + ficou +...) morto vs *O gato (está + continua + ficou +...) morrido.
- d. O gato foi morto vs *O gato foi matado.

Em contrapartida, a forma regular emprega-se de uma maneira geral nos tempos compostos com o auxiliar ter:

- (5) a. O Júlio tem acendido o lume todas as manhãs vs *O Júlio tem aceso o lume todas as manhãs.
- b. Temos aceitado sempre esses livros vs *Temos aceite sempre esses livros.
- c. Tendo morrido, o gato foi enterrado vs Tendo morto, o gato foi enterrado.
- d. Tendo matado o gato, o Júlio despistou-se vs *Tendo morto o gato, o Júlio despistou-se.

O item morto é aceite com o auxiliar ter, conforme (5d) nos mostra. O mesmo sucede com outros itens, nomeadamente dos verbos cujo particípio passado regular se não emprega, como, por exemplo, feito (*fazido), ganho (*ganhado), gasto (*gastado), pago (*pagado), etc.

Desta breve análise do comportamento sintáctico dos chamados particípios passados duplos, concluimos, pois, que a forma irregular funciona como adjectivo, mas a forma regular não. Um argumento suplementar que reforça esta conclusão é-nos fornecido pela distribuição destes itens em contexto adnominal (cf. (iii) e (iv) a seguir, onde só a forma irregular é admitida:

- (6) a. lume aceso vs *lume acendido;
- b. livros aceites vs *livros ceitados;
- c. gato morto vs *gato matado; *gato morrido.

- (ii) Tal como os adjectivos predicativos, também os particípios passados que aceitam a construção pós-cópula admitem a sua inserção em frase relativa (restritiva e não restritiva):

- (7) a. As pessoas que (são + estão +...) (admiradas + caladas +...)...
- b. O Júlio, que (é + está +...) (admirado + calado + ...)...
- c. As pessoas que (*são + estão +...) (acampadas + atarefadas +...)...
- d. O Júlio, que (é + *está) (viajado + vivido +...)...

(iii) A maior parte dos participípios passados, tal como os adjetivos, aceitam também a posição pós-nominal, quer na função de epíteto, quer na de aposto:

- (8) a. As pessoas (admiradas + caladas + acampadas +...);
- b. o Júlio, (desprezado + viajado + vivido +...)..

Repare-se, todavia, que os participípios passados de verbos incompatíveis com a configuração predicativa também não aceitam a posição pós-nominal:

- (9) *Os reis (abdicados + gostados + queixados +...)..

Hã, no entanto, pelo menos um caso interessante de participípios passados que, embora não admitindo o contexto pós-cópula, são perfeitamente compatíveis com a posição pós-nominal:

- (10) a. *Certas dificuldades (são + estão) (acontecidas + advindas + havidas + ocorridas + sucedidas + ...) nesta semana.
- b. Certas dificuldades (acontecidas + advindas + havidas + ocorridas + sucedidas + ...) nesta semana...

Note-se que, curiosamente, tais participípios passados pertencem a verbos aos quais se aplica a regra de Degradação do Sujeito⁽⁶⁴⁾, que consiste em fazer deslocar o sujeito para depois do verbo, se não houver nenhum complemento adverbial no fim da frase, nem qualquer acento enfático sobre o verbo:

- (11) a. *Em Lisboa, coisas incríveis (acontecem + sucedem +...).
- b. Em Lisboa, (acontecem + sucedem +...) coisas incríveis.

Mas, com o complemento adverbial no fim da frase, podemos ter a ordem Sujeito-Verbo:

- (11) c. Coisas incríveis acontecem em Lisboa.

Adiante, ao estudar a derivação sintáctica dos participípios passados, procurarei aprofundar a análise desta irregularidade.

- (iv) Certos participípios passados, à semelhança também de certos adjectivos, aceitam igualmente o contexto pré-nominal.

- (12) (estimados + prezados + queridos +...) (amigos + estudantes + clientes +...).

Um grande número de participípios passados não admite, porém, tal posição:

- (13) *Os (esmagados + partidos + quebrados +...) (ferros + vidros +...).

Neste número incluem-se os participípios passados que não aceitam a posição predicativa e pós-nominal e ainda os

que citei em (10).

Por vezes, a aceitabilidade da posição pré-nominal depende da natureza do substantivo com o qual o participípio passado se combina, assim como do valor conotativo que um e outro podem assumir:

(14) ? os desfeitos + esmagados + *partidos + *quebrados) pedregulhos.

Este aspecto torna difícil que se faça o inventário dos participípios passados incompatíveis com a posição pré-nominal.

(v) Outra propriedade comum aos adjectivos e aos participípios passados é que também estes, tal como aqueles, aceitam a flexão em género e número, em concordância com os substantivos a que se referem, quer no contexto pós-cópula, quer na posição adnominal:

(15) a. Algumas pessoas (são + estão +...) (admiradas + caladas + desprezadas +...).

b.*Algumas pessoas (são + estão +...) (admirado + calada + desprezados +...).

(16) a. pessoas (admiradas + caladas + desprezadas +...);

b.*pessoas (admirado + calada + desprezados +...).

(vi) Tal como os adjectivos predicativos, também certos participípios passados, justamente aqueles que aceitam a posição pós-cópula, podem desempenhar a função de aposto dos substantivos, propriedade que resulta, aliás, do facto de estes itens admitirem a sua inserção em frase relativa (cf. (ii)).

Todavia, a função de aposto pode ser desempenhada, quer com o particípio passado posposto ao SN (cf. iii), quer anteposto, conforme acontece aliás com os adjetivos predicativos:

- (17) a. As moças, (admiradas + caladas +...), não aceitaram o piropo.
 b. (Admiradas + caladas), as moças não aceitaram o piropo.

Todavia, os particípios passados que não admitem a posição pré-nominal, também aceitam mal a anteposição ao SN, como apostos:

- (18) ? (Esmagados + partidos + quebrados +...), os ferros + vidros +...) foram lançados ao rio.

Note-se que os particípios passados assim antepostos não são propriamente sentidos como epítetos do SN, conforme sucede, relativamente, no caso daqueles que citei em (17b), antes parecem resultar da redução de uma frase adverbial de tempo. As seguintes paráfrases, sensivelmente sinônimas de (17b) e (18), respectivamente, ajudam a explicitar a diferença:

- (19) a. (Sendo + estando) (admiradas + caladas), as moças não aceitaram o piropo.
 b. *Uma vez que (eram + estavam) (admiradas + caladas), as moças não aceitaram o piropo.
 (20) a. (?Sendo + estando) (esmagados + partidos + quebrados), os (ferros + vidros) foram lançados ao rio.

b. Uma vez que (*eram + estavam) (esmagados + partidos +
+ quebrados), os (ferros + vidros) foram lançados ao
rio.

(vii) Do mesmo modo que os adjectivos predicativos, também os
particípios passados aceitam desempenhar a função de (no-
me) predicativo do objecto (ou complemento) directo de
verbos como aqueles que citei em 4.5.1. (34):

(21) a. Acho essas moças (admiradas + caladas + despre-
zadas +...).

b. Imagino esses vidros (esmagados + partidos + que-
brados +...).

A tais estruturas pode aplicar-se, como no caso dos a-
djectivos, a topicalização do objecto (v. nota 61):

(22) a. Essas moças acho-as (admiradas + caladas + des-
prezadas +...).

b. Esses vidros imagino-os (esmagados + partidos +
+ quebrados +...).

Naturalmente, tendo em conta a derivação sintáctica que
em 4.5.1. (vii) é proposta para estruturas como (21), os
particípios passados incompatíveis com a posição pós-có-
pula não aceitarão a propriedade de predicativos do o-
bjecto, nem a consequente topicalização desse:

(23) a. *(Considero esse rei (abdicado + agonizado + de-
sistido +...).

b. *Esse rei considero-o (abdicado + agonizado + de-
sistido +...).

Justamente porque não aceitam a distribuição pós-cópula, também os participípios passados do tipo dos que referi em (10) toleram mal a função de predicativos do objecto, embora possam encontrar-se em posição pós-nominal:

- (24) a. *Acho essas (coisas + dificuldades) (acontecidas + advindas + ocorridas +...).
- b. *Essas (coisas + dificuldades) considero-as (acontecidas + advindas + ocorridas +...).

(viii) Os participípios passados compatíveis com a posição pós-cópula aceitam grau, tal como os adjectivos predicativos:

- (25) a. Essas pessoas (são + estão +...) (muito + bastante + pouco) (admiradas + caladas + vencidas +...).
- b. Essas pessoas (muito + bastante + pouco) (admiradas + caladas + vencidas +...).

Naturalmente que os participípios passados incompatíveis com o contexto predicativo não aceitam grau, mesmo que, por outro lado, apareçam em distribuição pós-nominal:

- (26) a. *O rei (é + está) (muito + bastante + pouco) (abdicado + desistido + gostado +...).
- b. *O rei (muito + bastante + pouco) (abdicado + desistido + gostado +...).
- (27) *Essas (coisas + dificuldades) (muito + bastante + pouco) (acontecidas + advindas + ocorridas +...).

Se aprofundássemos, porém, a análise do comportamento sintáctico dos participípios passados relativamente ao grau,

notariíamos que aqueles que aceitam muito, etc., também admitem, de um modo geral, a comparação e ainda as formas de superlativo absoluto sintético, embora com algumas anomalias (v.g. *vistíssimo, etc.):

(28) a. O Júlio (é + está +...) (mais + tão + menos) (admirado + calado + desprezado + vencido + visto + +...).

b. O Júlio (é + está +...) (admiradíssimo + caladíssimo + desprezadíssimo + vencidíssimo + *vistíssimo +...).

Só através de uma investigação sistemática, a desenvolver no âmbito do estudo da expressão do grau, se poderá determinar quais são os participios passados que não aceitam a forma de superlativo sintético e, conseqüentemente, qual será a explicação para tal facto.

Neste momento, além de *vistíssimo, poderia acrescentar, entre outras formas: *banidíssimo, *comidíssimo, *ganhadíssimo, *pedidíssimo, etc.. É possível, todavia, que algumas destas formas sejam usadas em determinados níveis de língua, sobretudo com função expressiva.

(ix) Uma outra propriedade que os participios passados têm em comum com os adjectivos, tanto predicativos como não predicativos, é a possibilidade de se combinarem com o morfema -mente para formarem advérbios de modo:

(29) aberto - abertamente;

desconfiado - desconfiadamente;

desprezado - desprezadamente;

irritado - irritadamente;
ponderado - ponderadamente;
etc. .

Todavia, não sabemos se é a maior parte, ou apenas uma parte ínfima, dos participípios passados que se comporta daquele modo. Só um estudo sistemático, que sai fora do âmbito do presente trabalho, nos poderia dar a resposta. Aparentemente as anomalias são muitas e parecem sobretudo abranger muitos verbos terminados em -er, -ir e irregulares, embora abarquem também alguns terminados em -ar:

(30) aplaudido - *aplaudidamente;
banido - *banidamente;
dado - *dadamente;
dito - *ditamente;
pedido - *pedidamente;
pertencido - *pertencidamente;
posto - *postamente;
visto - *vistamente;
etc. .

(31) admirado - *admiradamente;
discursado - *discursadamente;
lamentado - *lamentadamente.

Coincidirão, na sua maior parte, estes participípios passados com aqueles que também não aceitam o superlativo absoluto sintético? É uma hipótese a averiguar.

Repare-se, aliás, que também em relação aos adjectivos existem anomalias:

- (32) azul - *azulmente;
 bonito - *bonitamente;
 contente - *contentamente;
 vermelho - *vermelhamente;
 etc. .

Toda esta questão da formação dos advérbios em -mente deveria ser analisada não apenas no plano morfológico, como fiz até agora, mas também no plano sintáctico. Quais destes advérbios são modificadores de frase e quais se apresentam como modificadores dos substantivos, dos adjectivos ou dos verbos? Quais as condições de ocorrência duns e outros? Estas são algumas das perguntas que só obteriam resposta através de um estudo sistemático do assunto em causa. No Capítulo II darei alguma contribuição para o estudo das relações sintácticas e semânticas entre adjectivos que se constroem com completiva sujeito e advérbios modificadores de frase, derivados a partir daqueles.

- (x) De um modo geral, os adjectivos predicativos e os participios passados são compatíveis com os mesmos advérbios e complementos adverbiais de tempo e de modo, quando se encontram em contexto predicativo (como aliás, em posição adnominal):

- (33) O tempo está (incrivelmente + lamentavelmente + subitamente + sempre +...) (quente + frio + morno +...)
 (de tarde + na Primavera + frequentemente +...).

- (34) O tempo está (incrivelmente + lamentavelmente + su-

bitamente + sempre +...) (enevado + modificado + transformado +...) (de tarde + na Primavera + frequentemente +...).

- (xi) Por outro lado, tanto os adjectivos predicativos como os participios passados compatíveis com a posição pós-cópula admitem a pronominalização em o:

- (35) a. Se eles estão (alegres + contentes + felizes + +...), nós também o estamos.
 b. Se eles são (inteligentes + prudentes +...), nós também o somos.
- (36) a. Se eles estão (admirados + calados + decepcionados +...), nós também o estamos.
 b. Se eles são (felicitados + lamentados + neutralizados +...), nós também o seremos.

- (xii) Só os participios passados compatíveis com o contexto pós-cópula aceitam ser coordenados entre si e com os adjectivos predicativos, quer naquele contexto, quer na posição adnominal. Eis alguns exemplos:

- (37) a. Esses jogadores (são + *estão + *andam + *ficam + +...) aplaudidos e assobiados; jogadores aplaudidos e assobiados.
 b. Essas pessoas (*são + estão + andam + ficam +...) admiradas e decepcionadas; pessoas admiradas e decepcionadas.
- (38) a. Algumas crianças (são + estão + andam + ficam + +...) (animadas e felizes + felizes e animadas); crianças (animadas e felizes + felizes e anima-

das).

- b. Algumas crianças (*são + estão + andam + ficam + +...) (perturbadas e descontentes + descontentes e perturbadas); crianças (perturbadas e descontentes + descontentes e perturbadas).

Para que seja possível a coordenação dos participípios passados entre si e destes com os adjectivos é necessário, entre outras condições que aqui não analiso, que uns e outros sejam compatíveis com os mesmos verbos copulativos e pseudo-copulativos. É por esta razão que em (37a) se exclui o emprego de estar e pseudo-copulativos ou em (38b) se exclui o verbo ser. Há, porém, certos casos em que tal compatibilidade parece depender de certas restrições de natureza sintáctico-semântica, que vou tentar explicar.

Assim, os participípios passados apenas admitem ser coordenados entre si quando a relação casual entre eles e o SN sujeito gramatical é a mesma. Em (37a), por exemplo, a relação casual entre os dois participípios passados e o SN sujeito é objectiva (ou de acusativo), sendo a construção passiva, com o agente ou sujeito lógico apagado, e não tanto predicativa. Sendo assim, o verbo ser funciona ali mais como auxiliar do que como verbo copulativo. Por isso, o verbo estar e os verbos pseudo-copulativos não são aceites em estruturas daquele tipo. Com o verbo ser apagado, a relação casual mantém-se (cf. 'jogadores aplaudidos e assobiados pelos expectadores').

Em (37b) também os dois participípios passados deveriam aparentemente assumir o mesmo tipo de relação casual evidenciada por (37a), pois ambos têm valor passivo de acção⁽⁶⁵⁾, conforme no-lo mostram as construções activas correspondentes:

(39) a. Alguém admira essas pessoas.

b. Alguém decepciona essas pessoas.

E, todavia, os dois participípios passados não toleram a coordenação com o verbo ser presente e apenas a admitem com estar e os verbos pseudo-copulativos. Ou seja, ao serem coordenados, os dois participípios passados apenas veiculam um valor passivo de estado (v. nota 65). Uma explicação em termos de relações casuais não é, pois, suficiente. Teremos, por conseguinte, de procurar outra explicação ao nível das relações semânticas mais profundas. Repare-se, aliás, que as restrições de selecção dos verbos de que aqueles participípios passados derivam são idênticas, conforme se pode ver a seguir:

(40) a. (O Júlio + *esta árvore) admira (essa gente + esse planeta).

b. (O Júlio + esta árvore) decepciona (essa gente + *esse planeta).

Quer dizer, admirar selecciona como SN sujeito apenas seres humanos e pode ter como objecto tanto seres humanos como não humanos, enquanto com decepcionar acontece exactamente o contrário (sujeito não restrito⁽⁶⁶⁾ e objecto restringido a seres humanos). Isto significa que, apesar

de ambos serem verbos psicológicos, as funções semânticas ou temáticas⁽⁶⁷⁾ exercidas pelos actantes⁽⁶⁸⁾ de cada um deles não são idênticas. Assim, com o verbo admirar, o "lugar psicológico" (v. nota 67) em que decorre o processo mental é o SN sujeito (donde o facto de este verbo não aceitar sujeitos não humanos), ao passo que com o verbo decepcionar a função de "lugar psicológico", é antes exercida pelo SN objecto (donde a não aceitação por este verbo de objectos não humanos).

Ora, os participios passados de admirar e decepcionar apresentam, como era de esperar, exactamente as mesmas restrições de selecção destes e os seus actantes desempenham idênticas funções temáticas:

- (41) a. Essa gente (é + está) admirada.
 b. Esse planeta (é + *está) admirado.
- (42) a. Essa gente (?é + está) decepcionada.
 b.*Esse planeta (é + está) decepcionado.

Em (42a) o verbo ser parece pouco aceitável, precisamente porque nas construções passivas a relação casual entre o SN sujeito gramatical e o participio passado é de natureza objectiva. Ora, como a função semântica ou temática exercida pelo objecto de decepcionar é a de "lugar psicológico", torna-se mais natural o emprego, naquela construção, do verbo estar, que implica localização, e não do verbo ser. Este só se tornaria aceitável, no presente, se o SN agente da passiva estivesse expresso, ou então se o tempo fosse, por exemplo, o passado:

(43) a. Essa gente é decepcionada pelo presidente.

b. Essa gente foi decepcionada.

Todavia, mesmo mantendo o agente da passiva expesso ou utilizando o pretérito, os participípios passados de admirar e decepcionar não se podem coordenar em estruturas com o verbo ser:

(44) a. *Essa gente é admirada e decepcionada pelo presidente.

b. *Essa gente foi admirada e decepcionada.

Donde concluímos que os participípios passados de verbos como admirar e decepcionar, justamente porque os seus actantes desempenham funções temáticas diferentes, só se podem coordenar em estruturas predicativas com o verbo estar e verbos pseudo-copulativos, e não com o verbo ser.

Esta restrição é extensiva aos participípios passados de outros verbos igualmente de tipo psicológico, de entre os quais se podem destacar os seguintes:

(45) a. Como admirar: adorar, apreciar, deplorar, detestar, lamentar, suportar, temer, etc..

b. Como decepcionar: aborrecer, assustar, aterrorizar, chatear, desgostar, divertir, humilhar, impressionar, interessar, preocupar, surpreender, etc..

Os participípios passados não compatíveis com o contexto pós-cópula, e que só aparecem em posição pós-nominal não admitem ser coordenados com os adjectivos:

- (46) *Analisâmos as dificuldades (ocorridas e terríveis +
+ terríveis e ocorridas).

Nestes casos, admite-se antes qualquer das construções seguintes, em que o adjetivo ocupe a posição pré-nominal ou pós-nominal, com o PP posposto:

- (47) a. Analisâmos as terríveis dificuldades ocorridas.
b. Analisâmos as dificuldades terríveis ocorridas.

A coordenação dos participios passados não predicativos, com os outros só parece possível desde que o complemento (agente) destes esteja expresso:

- (48) a. ?*Analisâmos as dificuldades ocorridas e detectadas.
b. Analisâmos as dificuldades ocorridas e detectadas por nós.

xiii) De um modo geral os participios passados não aceitam prefixos numéricos do tipo mono-, bi-, tri-, quadra-, multi-, pluri-, etc., os quais constituem uma propriedade dos adjetivos não predicativos, mas admitem outros prefixos mais próprios dos adjetivos predicativos, tais como in-, des-, super-, etc.. Vejamos alguns exemplos:

- (49) a. *jogadores (bi-aplaudidos + tri-assoladas +...);
b. *pessoas (multi-admiradas + pluri-decepcionadas +...);
- (50) a. crianças (inanimadas + desanimadas + desajeitadas +...);
b. cartões (invalidados + in-actualizados + desac-

tualizados +...);

c. salas (supervisadas + super-abarrotadas +...).

Hã, todavia, certos itens que admitem prefixos numéricos, como por exemplo:

(51) a. Conferência (bi-partida + tri-partida +...);

b. empresa (multi-dimensionada + pluri-dimensionada +...).

Repare-se, no entanto, que tais itens, ao contrário do que sucede com os adjectivos não predicativos, não aceitam, de modo nenhum, sem aqueles prefixos, nem o contexto pós-cópula nem a posição adnominal:

(52) a. *Essa conferência (ê + está +...) partida; *conferência partida.

b. *Essa empresa (ê + está +...) dimensionada; *empresa dimensionada.

Neste último caso é necessária a presença de um advérbio modificador do particípio passado, para que a construção seja aceitável:

(53) Essa empresa (*ê + está) (bem + mal) dimensionada;
empresa (bem + mal) dimensionada.

(xiv) Os particípios passados compatíveis com o contexto pós-cópula aceitam os mesmos tipos de construções sintácticas que admitem os adjectivos predicativos.

Assim, tal como os adjectivos, também eles aceitam frases completivas como sujeito ou como objecto (preposicionado):

- (54) a. É (certo + notório +...) que esse avião se despenhou.
- b. É (sabido + conhecido +...) que esse avião se despenhou.
- (55) a. O Júlio está (ansioso + contente +...) de que as coisas melhorem.
- b. O Júlio está (admirado + esperançado +...) de que as coisas melhorem.

E admitem igualmente outros tipos de complementos, do mesmo modo que os adjectivos:

- (56) a. O Júlio é (célebre + notável +...) pelas suas anedotas.
- b. O Júlio é (admirado + conhecido +...) pelas suas anedotas.
- (57) a. Essas moças estão (contentes + radiantes +...) com o filme.
- b. Essas moças estão (admiradas + encantadas +...) com o filme.

Tendo, pois, em conta as propriedades que acabamos de analisar, chegamos às seguintes conclusões:

1º) Muitos participios passados comportam-se como adjectivos, visto que contêm a maior parte das propriedades destes, mas outros não se comportam como tal.

Pertencem ao primeiro grupo os participios passados que contêm entre outras, as propriedades predicativa (ou pós-cópula) e adnominal (pós-nominal e/ou pré-nominal). E pertencem ao segundo grupo, ou seja, não se comportam como

adjectivos, os participípios passados que não aceitam aquelas propriedades. Neste grupo encontramos um grande número de participípios passados de verbos intransitivos e pronominais.

Sendo assim, não se pode atribuir, de forma generalizada, como o fazem as gramáticas a designação de adjectivo verbal ao participípio passado.

29) De entre os participípios passados que se comportam como adjectivos temos de distinguir dois subgrupos: o dos participípios passados predicativos, que admitem o contexto pós-cópula (e são a quase totalidade), e o dos participípios passados não predicativos, que não aceitam aquele contexto mas ocorrem na posição pós-nominal (como é o caso dos participípios passados de certos verbos existenciais: acontecido, ocorrido, sucedido, etc.).

Analisámos até aqui propriedades que são comuns tanto aos participípios passados, como aos adjectivos. Mas será que não existem propriedades que distinguem os participípios passados dos adjectivos? É o que agora vamos tentar analisar.

Deixando de lado a questão da derivação morfológica, onde é evidente a relação directa e bastante uniforme dos participípios passados com os verbos, o que não sucede com os adjectivos (uns são primitivos, isto é, não derivados, outros provêm de verbos, de substantivos e de outros adjectivos), atenhamo-nos apenas ao comportamento sintáctico duns e doutros.

Neste domínio, a principal diferença consiste no facto de os participípios passados poderem entrar na formação dos tempos compostos, com o auxiliar ter e, embora raramente no português europeu actual, haver, ao passo que os adjec-tivos não apresentam tal propriedade:

- (58) a. Os bolos que temos (comido + guardado + compra-
do +...) vêm de Sintra.
b.*Os bolos que temos (saboroso(s) + delicioso(s) +
+ maravilhoso(s) +...) vêm de Sintra.

No contexto ter + pp, como em (58a), o participípio passado tem comportamento verbal e não adjectival. De facto, o par-ticipípio passado não tem ali qualquer valor predicativo, co-mo no-lo prova a impossibilidade de concordância com o substantivo a que eventualmente se poderia referir ou a mudança de significado, no caso de a concordância se rea-lizar:

- (59) Os bolos que temos (*comidos + ?guardados + ?compra-dos +...) vêm de Sintra.

Veja-se que, se houver concordância, ter deixa de ser au-xiliar de um tempo composto (com valor aspectual frequen-tativo ou conclusivo) para se tornar verbo principal (com o sentido de possuir), passando então o participípio passa-do a adjectivo:

- (60) a. Nós temos os bolos (?*comidos + guardados + com-prados).
b. Os bolos nós temo-los (*comidos + guardados + com-prados).

Eis outro exemplo, em que a impossibilidade de concordância é absoluta, pois a interpretação do verbo ter como equivalente de possuir é impossível:

- (61) a. Tendo (partido + descolado +...) para a África,
os aviões foram desviados.
b. Tendo (*partidos + *descolados +...), os aviões
foram desviados.

Outra diferença de comportamento sintáctico entre participios passados e adjectivos é posta em evidência nos exemplos seguintes:

- (62) a. (Apreciadas + feitas +...) as contas, todos se despediram.
b. *(Agradáveis + certas) as contas, todos se despediram.

A construção PP + SN constitui uma frase participial com valor circunstancial de tempo (e valor aspectual conclusivo) e poderia ser antecedida das sequências uma vez (que foram), depois de. Estas sequências não são admitidas em construções com adjectivos, como (62b), a não ser com adjectivos muito ligados a verbos, os quais assumem nesse caso valor verbal:

- (63) a. (Uma vez + depois de) certas (= acertadas) as
contas, todos se despediram.
b. (Uma vez + depois de) cheios (= enchidos) os bar-
ris, as crianças puseram-se a caminho.

Todavia, os adjectivos que aceitam contextos como (63)

não admitem construções com ter, como em (61), por exemplo:

(64) a. *Tendo certo as contas...

b. *Tendo cheio os barris...

Admitiriam, sim, construções como em (60), nas quais estes itens são adjectivos:

(65) a. Tendo as contas certas...

b. Tendo os barris cheios...

As manipulações com o verbo ter constituem, pois, um bom teste para distinguirmos os adjectivos dos participípios passados, incluindo certas formas, como cheio, certo, etc., que aparentemente poderiam ser aceites como participípios passados.

Tendo, pois, em conta que os participípios passados são fundamentalmente formas verbais, que eventualmente podem funcionar como adjectivos, põem-se-nos agora as seguintes questões: Devemos registar como adjectivos no léxico os participípios passados que exercem aquela função? Ou, pelo contrário, devemos considerar que a função de adjectivo dos participípios passados é derivada da sua função de verbos e, nesse caso, aqueles itens não devem ser registados no léxico como adjectivos? Ou então só se devem incluir no léxico como adjectivos alguns participípios passados, como costumam fazê-lo os lexicógrafos, embora de forma heterogênea (cf. 4.1., para exemplos)? E, neste caso, quais é que deveriam ser incluídos, pois os lexicógrafos não fundamentam o seu critério?

Para já, aqueles participípios passados que não aceitam nem o contexto pós-cópula nem o contexto adnominal não devem ser registados no léxico como adjectivos, pois não se comportam como tal. Neste grupo incluem-se, como vimos, participípios passados de verbos intransitivos e de verbos pronominais. Mas a este grupo pertencem também os participípios passados dos verbos copulativos e de certos verbos pseudo-copulativos, conforme se pode ver através dos exemplos seguintes:

- (66) a. Vi os livros que são do Júlio.
- b. *Vi os livros sidos do Júlio.
- (67) a. Vi os livros que estavam sobre a mesa.
- b. *Vi os livros estados sobre a mesa.
- (68) a. Encontrei pessoas que (andam + continuam + vivem) (felizes + bem).
- b. *Encontrei pessoas (andadas + continuadas + vidas) (felizes + bem).

É evidente que, se os participípios passados de verbos como andar, continuar, viver, etc. não forem empregados em contexto pseudo-copulativo, podem comportar-se como adjectivos:

- (69) a. Os caminhos andados...
- b. As tarefas continuadas por ele...
- c. Os tempos vividos em Paris...

Também os participípios passados de certos verbos auxiliares (de tempo, aspecto e modo) não apresentam comportamento de adjectivos:

(70) a. Vi os livros que têm chegado à biblioteca.

b. *Vi os livros tidos chegado(s) à biblioteca.

(71) a. Vi os livros que continuam a chegar à biblioteca.
ca.

b. *Vi os livros continuados a chegar à biblioteca.

(72) a. Encontrámos as pessoas que podem salvar a situação.
ção.

b. *Encontrámos as pessoas podidas salvar a situação.

Se o verbo ter não for auxiliar, então pode comportar-se como adjectivo:

(73) a. Nós tivemos esses programas em consideração.

b. Esses programas foram tidos em consideração por nós.

Verbos auxiliares de aspecto como acabar, por exemplo, podem ter comportamento de adjectivo:

(74) a. Vi os livros que acabaram de chegar à biblioteca.

b. Vi os livros acabados de chegar à biblioteca.

Casos como (74b) parecem, todavia, raros, embora não seja possível apresentar aqui o seu inventário.

Quanto aos participípios passados dos verbos transitivos, verifica-se de um modo geral que eles podem apresentar distribuição de adjectivos:

(75) a. Li os livros que comprámos na feira.

b. Li os livros comprados na feira.

(76) a. Li os livros que dei ao Júlio.

b. Li os livros dados ao Júlio.

Um certo número de participípios passados de verbos intransitivos têm igualmente comportamento adjectival:

- (77) a. Apanhei as flores que caíram no charco.
 b. Apanhei as flores caídas no charco.
- (78) a. Lastimei as pessoas que morreram na guerra.
 b. Lastimei as pessoas mortas na guerra.

Em relação aos participípios passados dos verbos transitivos, é fácil verificar que eles podem ser derivados por meio da aplicação da Transformação Passiva à correspondente estrutura activa. Sendo assim, (75b), por exemplo, derivaria de (75a), tendo como estrutura intermédia a seguinte:

- (79) Li os livros que foram comprados por nós na feira.

Após apagamento de que - foram e do agente por nós, teríamos (75b). A frase (76b) teria derivação semelhante.

Em face desta análise, parece, pois, que os participípios passados dos verbos transitivos não precisam de ser registados como adjectivos no léxico, pois eles são obtidos por meio da Transformação Passiva a partir das estruturas activas correspondentes.

Um argumento justificativo desta análise consiste no facto de o participípio passado possuir, quando empregado como adjectivo, as mesmas restrições de selecção do verbo correspondente. Eis alguns exemplos:

- (80) a. Encontrámos algumas (pessoas + *pedras) (decepcionadas + aborrecidas + impressionadas) com o dis-

curso do presidente.

- b. Encontrámos algumas (pessoas + *pedras) que o discurso do presidente (decepcionou + aborreceu + impressionou).

(81) a. A (fruta + *água) comida por nós ao jantar era uma maravilha.

- b. A (fruta + *água) que nós comemos ao jantar era uma maravilha.

Os verbos decepcionar, aborrecer, etc., seleccionam como objecto apenas seres humanos, conforme já vimos atrás. Daí a impossibilidade de aceitação por estes verbos do item pedras (não humano) para objecto ou "lugar psicológico", como nos mostra (80b). Ora, conforme se verifica em (80a), os participípios passados destes verbos, quando empregados como adjectivos, apresentam exactamente as mesmas restrições de selecção relativamente ao nome que qualificam, justamente aquele que exercia a função de objecto ou "lugar psicológico" da construção activa.

Por outro lado, o verbo comer exige como objecto algo que seja comestível (sólido ou não líquido); daí a rejeição do item água para tal função (cf. (81b)). O participípio passado deste verbo, quando adjectivo, apresenta idêntica restrição, como (81a) nos mostra.

Ora, se o participípio passado tivesse, como adjectivo, uma entrada própria no léxico, diferente, portanto, da do verbo respectivo, as mesmas restrições de selecção teriam de ser formuladas duas vezes, o que acarretaria falta de eco-

nomia e não captação das relações gramaticais evidentes entre as duas formas (verbo e particípio passado).

Repare-se ainda que o particípio passado de verbos transitivos, quando empregado como adjectivo e mesmo em contexto adnominal, pode conservar o complemento agente da passiva expresso, conforme se pode ver, por exemplo, em (81a): a fruta comida por nós. Ora, se uma construção como esta não for derivada da activa correspondente (a fruta que nós comemos), não só aquele complemento teria de ser gerado pelas regras de base da gramática, como se perderiam de vista as relações gramaticais evidentes entre as duas construções. Efectivamente, a relação entre o particípio passado (adjectivo) e o complemento agente da passiva é a mesma que existe na correspondente construção activa entre o SN sujeito e o verbo. E a relação que existe entre o particípio passado e o nome que qualifica (ou modifica) é a mesma que se verifica entre o verbo e o SN objecto, na equivalente construção activa. Este é, pois, mais um argumento que justifica a derivação dos particípios passados (adjectivos) de verbos transitivos a partir da construção activa destes mesmos verbos.

Mas existe ainda, pelo menos, um outro argumento. É que os particípios passados dos verbos transitivos parecem apresentar, quando empregados como adjectivos, as mesmas construções sintácticas, nomeadamente as mesmas regências (v.4.6.), dos verbos correspondentes. Embora não me tenha sido possível efectuar um inventário exaustivo, os vários casos que analisei comprovam aquela afirmação.

Sirvam de exemplo alguns verbos, como dependurar, derramar, derrear, derreter e os respectivos participípios passados (adjectivos) tirados estes, ao acaso, de Fernandes (1964: p.126):

- (82) a. Vimos o candeeiro que dependuraram (de + em) uma (vara + parede); candeeiro que dependuraram entre as janelas.
- b. Vimos o candeeiro dependurado (de + em) uma (vara + parede); candeeiro dependurado entre as janelas.
- (83) a. Encontrâmos vinho que derramaram (em + por + sobre) (a mesa + o pavimento).
- b. Encontrâmos vinho derramado (em + por + sobre) (a mesa + o pavimento).
- (84) a. Encontrâmos o Júlio, (que derrearam com pancadas + que se derreara na cadeira + que o peso dos livros derreou).
- b. Encontrâmos o Júlio, (derreado com pancadas + derreado na cadeira + derreado pelo peso dos livros).
- (85) a. Encontrâmos o Júlio, que se derretia (de + em) amores pela moça; o Júlio, que se derretia no falar.
- b. Encontrâmos o Júlio, derretido (de + em) amores pela moça; o Júlio, derretido no falar.

Os exemplos que acabo de apontar constituem, no que se refere aos participípios passados e respectivas regências, adaptação de Fernandes (1964: p.126). Quando confrontamos, porém, as regências que este lexicógrafo aponta para os

particípios passados com aquelas que dão para os verbos correspondentes (v. Fernandes 1965: p.138 e segs.) encontramos algumas omissões e divergências, resultantes sem dúvida da natureza do corpus (tirado quase só de escritores), que o autor compulsou. Tomando apenas um caso, o do verbo derramar, por exemplo, verifica-se que falta ali, a indicação das regências (em + sobre) SN concreto (v.g., na mesa, sobre a mesa).

Mas, por outro lado, indicam-se duas regências, não registadas no caso do particípio passado e que este também aceita. Uma delas é derramar-se em lágrimas (cf. derramado em lágrimas), corrente no português actual. A outra pertence ao português clássico e é tirada de Camões: "Olha o rio Menão, que se derrama/Do grande lago que Chiamai se chama" (= derramado do grande lago).

Em suma, como vemos através destes exemplos, as construções sintácticas (incluindo as regências) de verbos transitivos e particípios passados correspondentes, quando empregados como adjectivos, são as mesmas, pelo que se não justifica que estes tenham no léxico uma entrada diferente da daqueles.

Com base nos argumentos que acabo de apontar teremos, pois, de concluir que o emprego como adjectivos dos particípios passados dos verbos transitivos é derivado de forma natural, a partir destes.

Como explicar, porém, o funcionamento como adjectivos dos particípios passados de certos verbos intransitivos, e

pronominais, uma vez que a hipótese de derivação referida para os participípios passados dos verbos transitivos não é aplicável àqueles?

Eis a questão a que agora vou tentar responder.

Para isso, confrontemos os seguintes exemplos, nos quais se põe em evidência o paralelismo sintáctico e semântico existente entre as construções com verbos intransitivos e as construções com os participípios passados correspondentes, empregados como adjectivos:

- (86) a. Encontrámos folhas que tinham caído no chão.
- b. Encontrámos folhas caídas no chão.
- (87) a. Encontrámos o Júlio, que se tinha abespinhado com a moça.
- b. Encontrámos o Júlio, abespinhado com a moça.
- (88) a. Descarregámos os barcos que tinham fundeado no porto.
- b. Descarregámos os barcos fundeados no porto.
- (89) a. Socorremos as pessoas que tinham naufragado.
- b. Socorremos as pessoas naufragadas.

Através destes exemplos verifica-se que cada participípio passado veicula o mesmo valor temporal de pretérito (como o seu próprio nome indica, aliás) e o mesmo valor aspectual conclusivo ou perfectivo das construções com o correspondente verbo intransitivo ou pronominal. Quer dizer, o morfema -do do participípio passado contém o mesmo valor temporal e, sobretudo, aspectual que é expresso pela sequência ter + pp. Donde se poderia concluir que a presença do auxiliar ter é redundante. Sendo assim, parece que, nos

exemplos supracitados, poderíamos derivar as construções b, isto é, com particípio passado, a partir das construções a, em que aparece o verbo intransitivo ou pronominal, conjugado com o auxiliar temporal-aspectual ter. O particípio passado resultaria assim do apagamento daquele auxiliar e do pronome se (nos verbos pronominais), cujo valor ficaria integrado no particípio passado. O único óbice reside no facto de não haver concordância entre o particípio passado e o SN sujeito, se o auxiliar ter estiver presente, tornando-se, porém, tal concordância obrigatória, se o auxiliar for apagado.

Tal concordância seria, porém, consequência natural da passagem do particípio passado a adjectivo, após o apagamento do auxiliar. O apagamento do auxiliar implicaria também a supressão de que. Note-se que tal apagamento é paralelo ao que se verifica na derivação de certos adjectivos adnominais a partir de frase relativa, mediante supressão de que-(ser+estar) (cf. 4.5.1.):

(90) Adoro as paisagens que são calmas — Adoro as paisagens calmas.

Todavia, apesar de tal paralelismo, o apagamento de que-ter em frases com particípio passado não é tão geral como a supressão de que-(ser + estar) em frases com adjectivo. Efectivamente, muitos verbos intransitivos aceitam o contexto que-ter + pp, mas não admitem o apagamento de que-ter. Isto significa, como já disse atrás, que certos particípios passados não funcionam como adjectivos. Veja-

mos alguns exemplos:

- (91) a. Afastaram as pessoas que tinham agido naquelas circunstâncias.
b.*Afastaram as pessoas agidas naquelas circunstâncias.
- (92) a. O júri não seleccionou alguns candidatos que tinham agradado.
b.*O júri não seleccionou alguns candidatos agradados.
- (93) a. Os oradores que tinham discursado reuniram-se depois do comício.
b.*Os oradores discursados reuniram-se depois do comício.
- (94) a. A polícia não molestou os manifestantes que tinham procedido correctamente.
b.*A polícia não molestou os manifestantes procedidos correctamente.

Estes exemplos constituem, pois, um contra-argumento à regra de apagamento de que-ter, atrás admitida como hipótese que permitiria explicar o funcionamento, como adjectivos, dos participípios passados dos verbos intransitivos. Para mantermos a hipótese daquela regra, teríamos que admitir na gramática um mecanismo que a restringisse. Assim, uma hipótese admissível poderia consistir em marcar no léxico, por exemplo, certos verbos intransitivos com um traço de regra do tipo que-ter → ∅, no contexto que-ter + pp, derivando-se assim apenas os participípios passados que funcionam como adjectivos.

Mas tal solução não é satisfatória e seria puramente ad hoc. Outra hipótese semelhante poderia consistir em marcar no léxico com o traço /+ Adj/ todos os participípios passados de verbos intransitivos que podem funcionar como tal.

Uma terceira hipótese, esta mais plausível, poderia consistir em que a regra de apagamento que-ter apenas funcionaria, no contexto que-ter + pp, quando o verbo intransitivo possuisse determinado traço (ou traços) sintáctico-semântico, como, por exemplo, /+ activo/ (v., a propósito, a subsecção 4.4.2. iii). Ora, é justamente uma solução deste tipo que vamos tentar investigar. Para isso, aprofundemos a análise comparativa entre os exemplos do tipo (91) a (94) e os do género (86) a (89), relativamente ao seu comportamento perante os verbos ser e estar. Começemos precisamente pelos exemplos (86) a (89), os quais contêm participípios passados que podem funcionar como adjectivos:

- (95) a. (= 86a) Encontrámos folhas que tinham caído no chão.
 b. Encontrámos folhas que (*eram + estavam) caídas no chão.
- (96) a. (= 87a) Encontrámos o Júlio, que se tinha abespinhado com a moça.
 b. Encontrámos o Júlio, que (*era + estava) abespinhado com a moça.
- (97) a. (= 88a) Descarregámos os barcos que tinham fundeado no porto.

- b. Descarregámos os barcos que (*eram + estavam) fundeados no porto.

(98) a. (= 89a) Socorremos as pessoas que tinham naufragado.

- b. (Socorremos as pessoas que (*eram + estavam) naufragadas.

Como se verifica, tais participípios passados aceitam o verbo estar, com um sentido muito próximo do de ter, no contexto ter + pp, mas rejeitam o verbo ser. Ora, conforme podemos ver a seguir, os participípios passados que não funcionam como adjectivos não admitem o verbo estar, como também não aceitam o verbo ser:

(99) a. (= 91a) Afastaram as pessoas que tinham agido naquelas circunstâncias.

- b. Afastaram as pessoas que (*eram + *estavam) agidas naquelas circunstâncias.

(100) a. (= 92a) O júri não seleccionou alguns candidatos que tinham agradado.

- b. O júri não seleccionou alguns candidatos que (*eram + *estavam) agradados.

(101) a. (= 93a) Os oradores que tinham discursado reuniram-se depois do comício.

- b. Os oradores que (*eram + *estavam) discursados reuniram-se depois do comício.

(102) a. (= 94a) A polícia não molestou os manifestantes que tinham procedido correctamente.

- b. A polícia não molestou os manifestantes que (*eram + *estavam) procedidos correctamente.

Verifica-se assim que os participípios passados de verbos intransitivos que não aceitam a posição pós-nominal, conforme vimos atrás, também não admitem o contexto pós-estar. Estas duas propriedades distribucionais são suficientes para nos permitirem distinguir na lista dos verbos intransitivos aqueles cujos participípios passados se podem comportar como adjectivos. Com o intuito de determinar as propriedades sintáctico-semânticas que definem estes itens e bem assim distingui-los daqueles que nunca funcionam como adjectivos, procedi a uma análise sistemática e, tanto quanto possível, exaustiva dos verbos portugueses. Para isso servi-me do Dicionário de Verbos e Regimes, de F. Fernandes (1965: 4a. ed., 9a. impressão) que, além de registar cerca de 11.000 verbos, tem, sobre outras obras congêneres (v. g., R. de Sã Nogueira, Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945) e sobre os próprios dicionários gerais da Língua, a enorme vantagem de apresentar um grande número de empregos de cada verbo, com as respectivas regências. Com base nesta análise foi assim possível fazer um inventário dos verbos intransitivos e pronominais, cujos participípios passados se podem comportar como adjectivos, distinguindo-os daqueles que nunca podem funcionar como tal. Em Anexo a este capítulo apresento, pois 2 listas, a Lista A, que contém os participípios passados adjectivos, e a Lista B, que inclui os participípios passados não adjectivos.

Entretanto, uma tal análise assenta sobre alguns pressupostos teóricos, que não posso deixar de mencionar aqui. A

primeira questão que se levanta refere-se ao critério de delimitação dos verbos intransitivos e pronominais. A classificação apresentada por F. Fernandes, que tem em conta naturalmente os dados da estrutura de superfície, é extremamente interessante e bastante original. E, mais curioso ainda, pois que é raro entre os lexicógrafos, o autor explica e justifica essa classificação (cf. Fernandes, 1965: pp.25-27), ao contrário do que sucede com o seu Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjectivos (1964).

Assim, F. Fernandes classifica os verbos em: intransitivos, relativos, birrelativos, transitivos, transitivo-relativos, predicativos, transitivo-predicativos e pronominais.

Segundo F. Fernandes (1965: p.25), "Intransitivo é o verbo que aparece na frase desacompanhado de qualquer complemento, ou que, quando seguido de complemento (denominado, neste caso, adjunto adverbial), pode prescindir dele para formar sentido". E, como exemplos, cita as seguintes abonações tiradas de A. Herculano, a primeira, e de E. Carlos Pereira, a segunda: "E o animal que ri e chora, a imagem da divindade, onde é que se esconderá?", "A águia voa nas nuvens e dorme nos altos rochedos".

F. Fernandes (1965: p.25) considera como relativo "o verbo que se constrói seguido de um complemento preposicionado (a que se chama complemento terminativo ou objecto indirecto), o qual recebe indirectamente a acção verbal, ou significa a coisa que se teve em vista no momento da realização do facto expresso pelo verbo". Como ilustração cita vários exemplos, tirados de autores brasileiros, entre os quais os

seguintes: "O tempo caminha para o Verão" (D. de Azevedo), "Negociante, porque negoceia em papéis" (Stringari), "O navio largou do porto" (C. Góis), etc..

É birrelativo, para F. Fernandes (1965: p.26), "o verbo cuja significação se integra mediante o concurso de dois complementos, ambos indirectos". Entre os exemplos cita, de Camões: "E desse dano lhe resultou deidade gloriosa".

De verbo transitivo o autor (1965: p.26) dá a seguinte definição estrutural: "verbo que se constrói com um complemento não preposicionado, geralmente denominado objecto directo". Os exemplos com que Fernandes abona tal definição tornam-se, porém, susceptíveis de reparo, salvo o primeiro: "A corrupção dos últimos tempos concluíra a sua obra" (A. Herculano), "Se não houvesse ingratidões, como haveria finezas?" (Vieira), "Despojos que valiam cem mil libras" (A. Herculano), "Cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes" (A. Garrett).

De facto, se considerarmos que duas das propriedades dos objectos directos dos verbos transitivos são as de poderem ser pronominalizados, por um lado, e transformados em sujeito da passiva correspondente, por outro, só o verbo do primeiro exemplo satisfaz aos dois requisitos: 'A corrupção dos últimos tempos concluíra-a', 'A sua obra fora concluída pela corrupção dos últimos tempos'. Os verbos haver, valer, custar apenas admitem pronominalização do objecto, mas não passivização. Isto significa que no âmbito dos verbos transitivos teríamos de distinguir ainda, pelo menos,

duas subclasses: a dos transitivos activos (v.g., concluir) e a dos transitivos não activos (v.g., haver, valer, custar). Se aprofundássemos a análise, verificaríamos ainda que os primeiros contêm outras propriedades (v.g., para muitos deles, aceitação de construção imperativa) que os segundos não apresentam. Por outro lado, os participípios passados de verbos como valer e custar e, em certa medida haver, dificilmente funcionam como adjectivos, o que deriva naturalmente da impossibilidade de tais verbos aceitarem passivização.

A nota com que F. Fernandes (1965: p.26) acompanha a definição de verbo transitivo é extremamente importante, pois denota a desconfiança do autor em relação à habitual definição semântica daquela categoria verbal: "A teoria corrente, de que o verbo transitivo é aquele que exige complemento para formar sentido, não satisfaz, porquanto verbos há de predicação completa, que, por isso que aparecem seguidos de um objecto directo, passam para a categoria dos transitivos. Ex. [de Camilo]: 'As raparigas da classe piscatória dançavam a ciranda e a cana-verde'", etc..

E o autor acrescenta: "Por outro lado, não é menos comum encontrarem-se verbos de predicação incompleta, os quais, porque aparecem na frase desacompanhados do respectivo objecto, são considerados intransitivos. Ex. [de C. Lago]: 'Essa faca não corta'", etc..

Para F. Fernandes, "Transitivo-relativo é o verbo a que se ajuntam, para formar sentido, um objecto directo e um com-

plemento terminativo". Entre os exemplos, mais uma vez tirados de escritores, cita: "Daquele entusiasmo que ele sabia comunicar aos que o ouviam" (A. Herculano), "Acusou o rêu de roubo" (João Ribeiro), etc..

O verbo predicativo, por sua vez, é aquele "que se dá por complemento um substantivo, adjectivo, ou advérbio, o qual complemento liga ao sujeito uma ideia de qualidade ou estado" (Fernandes, 1965: p.26). Como abonações, cita: "Parece o mundo um túmulo" (Castilho), "O brilho do céu sem nuvens é vivo e trémulo" (A. Herculano), "O negócio vai bem" (Morais).

"Transitivo-predicativo — acrescenta Fernandes (1965: p.27) — é o verbo a que, além do objecto directo, se apõe um adjunto predicativo, que modifica o objecto e inteira a significação verbal". Abonações: "Não os considera sal por semelhança" (Vieira), "Julgar alguém bom" (M. Maciel).

Em nota, o autor lembra, citando E. Carneiro Ribeiro, que o adjunto predicativo pode ser antecedido das preposições de, em, a (v.g., "qualificam-no de arrogante", "ter a vida em menospreço", etc.), do advérbio como (v.g., "todos o consideravam como um aventureiro"), assim como de uma locução adverbial ou prepositiva (v.g., "pô-la a bom recato").

E, finalmente, "Pronominal — diz Fernandes (1965: p.27) — é o verbo que se constrói seguido de um pronome oblíquo da mesma pessoa que a do sujeito". Abonações: "Mas saindo o sol, se queimou (a planta); e, porque não tinha raiz, se secou" (Figueiredo), "Lavou-se, vestiu-se, calçou as botas"

(Júlio Ribeiro), etc..

Para cada verbo, F. Fernandes abre, em geral, apenas uma entrada lexical, salvo em casos de homonímia flagrante (v.g. ciar = ter ciúmes de, e ciar = remar para trás), e apresenta os diversos empregos, agrupados segundo aquela classificação. Uma tal classificação, apesar do seu rigor e do seu carácter inovador, levanta, contudo, algumas dificuldades, tendo em conta o objectivo que enunciei.

De facto, uma vez que tenho em vista determinar o comportamento adjectival dos participípios passados dos verbos intransitivos e de certos pronominais (do tipo abespinhar-se, queixar-se, etc.), que itens devo submeter à análise? Sô aqueles que Fernandes classifica como intransitivos e pronominais? Ou também os relativos, birrelativos e predicativos, que pela maioria dos gramáticos e lexicógrafos são também considerados como intransitivos? E que fazer, por exemplo, em relação àqueles itens que têm os dois empregos, ou seja, transitivo e intransitivo?

Ora bem, tendo em conta que o meu objectivo é fundamentalmente prospectivo, adoptei uma definição de verbo intransitivo que fosse mais operativa, permitindo-me delimitar e restringir com mais rigor o corpus a analisar. Sendo assim, apenas considereei, por conseguinte, aqueles verbos a que Boons et al. (1973: p.XIV) chamam intrinsecamente intransitivos, ou seja: "les verbes pour lesquels il n'était pas possible de trouver une construction avec objet direct (par exemple obéir)". Portanto, apenas analisei aqueles verbos

que apresentam exclusivamente empregos intransitivos. Neste sentido, os pronominais do tipo que mencionei comportam-se também, de certo modo, como intransitivos, sendo por alguns gramáticos designados como pronominais intrínsecos, isto é, que nunca se podem empregar sem pronome reflexo, co-referente do sujeito (v. g., *ele abespinha muito, *ele queixa de dor de cabeça).

O corpus que analisei compreende, pois, aqueles verbos classificados, exclusivamente, como intransitivos, relativos, birrelativos, predicativos e pronominais por F. Fernandes.

No âmbito deste critério, fui, no entanto obrigado a excluir diversos itens, uns por não terem os seus empregos suficientemente ilustrados, outros por serem desusados ou pertencerem ao português antigo, outros ainda por constituírem brasileirismos de utilização muito restrita, e outros, finalmente, por serem variantes morfológicas exóticas, de uso também raro. Em nota dou alguns exemplos de itens excluídos por estas razões⁽⁶⁹⁾.

Tive, além disso, de excluir ainda certos itens que Fernandes classifica exclusivamente como intransitivos, mas que na realidade têm empregos transitivos, como, por exemplo mourejar⁽⁷⁰⁾ (a terra), polemizar (um assunto), pular (um muro), transaccionar (uma mercadoria), trunfar⁽⁷⁰⁾ (uma jogada), etc..

Por outro lado, também não foram considerados certos verbos intransitivos susceptíveis de ser passivizados, como,

por exemplo, comparticipar em ('O Estado participou nessa compra' ↔ 'Essa compra foi participada pelo Estado'), concorrer a ('Concorreram muito a esse lugar' ↔ 'Esse lugar foi muito corrido'), correr com ('Afim, correram com ele' ↔ 'Afim, ele foi corrido'), corresponder a ('Ela respondeu às nossas esperanças' ↔ 'As nossas esperanças foram correspondidas por ela'), obedecer a ('Eles obedeceram ao chefe' ↔ 'O chefe foi obedecido por eles'), etc.. Os participios passados destes verbos, quando adjectivos, podem ser, pois, derivados através de passivização.

Nesta análise acabei ainda por considerar certos itens para os quais Fernandes aponta empregos intransitivo e transitivo, quando este último pertence ao português clássico e é desusado na Língua actual, como, por exemplo, corresponder ("O amor de Jónatas obrigou a alma de David a que o correspondesse", Vieira, apud Fernandes, 1965), crescer ("Donde podíeis crescer motivos a vossas finezas", Vieira, apud Fernandes, 1965). Sendo assim, ascende a 654 o número de participios passados de verbos intransitivos e pronominais intrínsecos sobre os quais se fundamenta a análise que a seguir apresento.

Daqueles 654 participios passados, 236 podem comportar-se como adjectivos e 418 nunca se comportam como tal. Eis uma pequena amostragem de cada lista (em Anexo a este capítulo) ⁽⁷¹⁾:

(103) Da Lista A (participios passados adjectivos): acampa-

do, bichado, crescido, decaído, emareado, falido, grelado, hepatizado, imigrado, luzido, marejado, nascido, pairado, repolhado, saído, tirocinado, etc..

- (104) Da Lista B (particípios passados não adjectivos):
 abstido, bastado, cabido, desistido, ficado, gracejado, hesitado, ido, jejuado, lutado, mangado, ofegado, paladinado, queixado, ralhado, simpatizado, tubeado, urgido, vagueado, zombado, etc..

Os itens da Lista A aceitam, pelo menos, duas propriedades adjectivais, ou seja, a posição pós-nominal e o contexto pós-estar, ao passo que os particípios passados da Lista B não aceitam nenhuma destas propriedades.

Ao aprofundarmos a análise das propriedades sintáctico-semânticas duns e doutros, notamos que os particípios passados adjectivos implicam um desenvolvimento do processo verbal que resulta num estado para o SN sujeito, ao contrário do que sucede em relação aos particípios passados não adjectivos, em que o desenvolvimento do processo verbal, embora concluído, permanece exterior ao SN sujeito. Uma prova desta diferença encontramos-na explicitada em alguns prefixos. Repare-se, por exemplo (cp. Listas A e B), que a quase totalidade dos particípios passados compostos com o prefixo em- (= movimento para dentro) são adjectivos (v.g., embarbecido, embezerrado, empubescido, encarapelado, encartarrado, engradecido, entronelado, etc.), ao passo que os compostos de es- (= movimento para fora) são não adjectivos (v.g., esbracejado, escarceado, esperneado, esvoaçado,

etc.).

Nesta mesma ordem de ideias, poderíamos ainda constatar que para os participios passados da Lista A, os quais indicam estado, não existem formas adjectivais de participio presente em -ante, -ente ou -inte, pois estas formas exprimem acção, enquanto para os itens da Lista B, que não veiculam uma ideia de estado, tais formas existem. Vejamos alguns exemplos:

(105) Da Lista A: ababosado (*ababosante), abacharelado (*abacharelante), abagoado (*abagoante), acampado (*acampante), bichado (*bichante), campeado (*campeante), capotado (*capotante), etc.; mas: caído (cadente), calcificado (calcificante), carecido (carecente), crescido (crescente), etc..

Ou seja, num total de 21 itens, correspondentes às letras A-B-C, encontramos 17 formas, que não têm o correspondente participio presente, contra 4, em relação aos quais existe semelhante forma. A proporção é, pois, de 4 para 1, aproximadamente.

(106) Da Lista B: abundado (abundante), actuado (actuante), agido (agente), agonizado (agonizante), bastado (bastante), batalhado (batalhante), brilhado (brilhante), brigado (brigante), cambaleado (cambaleante), caminhado (caminhante), comerciado (comerciante), competido (competente), contribuído (contribuinte), etc.; mas: abdicado (?*abdicante), abstido (*abstente), acamaradado (*acamaradante), bulido (*bulente), cabido

(*cabente), etc..

Isto é, num total de 49 itens das letras A-B-C, só 10 formas não apresentam o correspondente particípio presente, contra 39, em relação às quais ele existe. A proporção é, pois, de aproximadamente 1 para 4, ou seja, a inversa dos itens analisados da Lista A.

Ora, se uma tal diferença de comportamento sintáctico for expressa através de um traço semântico, como, por exemplo, /resultativo/, para os verbos cujos particípios passados funcionam como adjectivos, e /não resultativo/ para aqueles itens cujos particípios passados se não comportam como tal, teremos aquele mecanismo natural, a que atrás me referia, para introduzir na entrada lexical dos verbos a distinção entre particípios passados adjectivos, por um lado, e não adjectivos, por outro, sem que seja necessário abrir uma entrada específica para os primeiros.

Por outro lado, os verbos com o traço /resultativo/ poderão inserir como auxiliar o verbo estar, ao passo que os outros não⁽⁷²⁾. Sendo assim, os particípios passados dos verbos intransitivos e pronominais que se comportam como adjectivos poderiam ser introduzidos na estrutura de base, aproximadamente da seguinte forma:

(107) SN T. estar - Vpp resultativo.

Paralelamente, os particípios passados não adjectivos apenas poderiam inserir, em semelhante estrutura, o auxiliar ter (ou outros congêneres):

(108) SN T ter - Vpp não resultativo.

Por sua vez, os participípios passados adjectivos em posição pós-nominal seriam derivados a partir da sua inserção numa estrutura de frase relativa, semelhante a (107), mediante o apagamento de que-estar, conforme sucede com os adjectivos predicativos pós-nominais.

Vejamos agora alguns argumentos que me parecem fundamentar a análise que acabo de propor para a inserção dos participípios passados adjectivos.

Em primeiro lugar, uma estrutura como (105) é necessária para introduzir outras formas do verbo, como o gerúndio ou a-infinitivo (cf. estar caído, estar a cair). Por outro lado, uma tal estrutura não altera a relação gramatical fundamental SN sujeito - V. Em terceiro lugar, o participípio passado conserva, como adjectivo, as suas propriedades de verbo, como se pode ver comparando as seguintes estruturas:

- (109) a. As folhas que estavam caídas voaram.
 b. As folhas caídas voaram.
 c.*As caídas folhas voaram.
 d. Caídas, as folhas voaram.
 e. Caídas as folhas, estas voaram.

As propriedades distribucionais postas em evidência em (109c, d, e) são quase todas extensíveis à maior parte dos participípios passados adjectivos.

Ora, as propriedades (107d, e), em oposição a (109c) revelam bem a natureza verbal dos participípios passados adjecti-

vos.

Um argumento que me parece ainda mais sólido que os anteriores resulta da análise de certas construções ambíguas como as seguintes:

(110) O director aguardava as pessoas (necessitadas + precisadas).

Frases como (110) são susceptíveis das duas leituras seguintes:

(111) a. O director aguardava as pessoas de que ele (necessitava + precisava).

b. O director aguardava as pessoas que estavam (necessitadas + precisadas) de alguma coisa.

Quer dizer, a ambiguidade de (110) só se desfaz se admitirmos duas estruturas subjacentes distintas, uma activa, como em (111a) e outra resultativa, ou de estado, como em (111b). Na primeira leitura (activa), o particípio passado é obtido através de passivização. Na segunda leitura (resultativa), o particípio passado é derivado do contexto pós-estar.

Uma tal análise afigura-se generalizável aos verbos com empregos transitivos e intransitivos. Todavia, uma tal hipótese só poderia ser confirmada através duma análise sistemática e exaustiva dos verbos em tais circunstâncias, tarefa esta que não é possível realizar no quadro da presente secção. Entre os itens que apresentam empregos transitivos e intransitivos cujos particípios passados se comportam,

sensivelmente como os de necessitar e precisar, incluem-se os seguintes:

- (112) acordar, afastar, animar, arredar, aumentar, avolumar, avultar, badalar, bafejar, baquear, berrar, brindar, concordar, confiar, correr, desanimar, desavir, descer, despertar, embaciar, embranquecer, empobrecer, emudecer, entristecer, folgar, fundir, gelar, gritar, inclinar, jurar, lanchar, leccionar, levantar, litigar, melhorar, mendigar, mexer, mudar, nadar, namorar, negociar, parar, pasmar, piorar, queimar, recuar, respirar, ressuscitar, retirar, reunir, rolar, saber, soar, sofrer, subir, treinar, tremer, vacilar, vaguear, valer, vencer, voltar, voltar, zangar, etc..

Repare-se que os participios passados da lista (112) podem ser subdivididos em dois grupos, conforme aceitam ou não funcionar como adjectivos, quando empregados intransitivamente. Vejamos alguns exemplos:

- (113) a. As pessoas que tinham (acordado + desanimado +
+ despertado + empobrecido + mudado + recuado +
+...) desapareceram.
- b. As pessoas (E + que estavam) (acorda as + desanimadas + despertadas + empobrecidas + mudadas +
+ recuadas +...) desapareceram.
- (114) a. As pessoas que tinham (berrado + concordado +
+ gritado + respirado + vagueado +...) desapareceram.

- b. *As pessoas (E + que estavam) (berradas + concor-
dadas + gritadas + respiradas + vagueadas +...)
desapareceram.

Isto significa que só os participípios passados dos verbos transitivos-intransitivos afectados com o traço /resulta-
tivo/ podem funcionar como adjectivos, quando empregados intransitivamente. O mecanismo previsto para explicar o funcionamento como adjectivos dos participípios passados dos verbos intransitivos e pronominais intrínsecos é, pois, extensível aos empregos intransitivos dos verbos transitivos. Sendo assim, participípios passados como os de (113) devem ser marcados com o traço /resultativo/, enquanto aos do tipo de (112) serão antes afectados com o traço /não resul-
tativo/. A ambiguidade que afecta construções como as de (110) só atinge, portanto, os verbos transitivos-intransitivos marcados com o traço /resultativo/. Assim, em construções como as seguintes não há qualquer ambiguidade, justamente porque os seus verbos são /não resultativos/:

- (115) Detesto promessas (berradas + gritadas + juradas +
+...).

Os participípios passados de (115) não aceitam estar e só podem ter sido obtidos por meio de passivização:

- (116) Detesto promessas que (são + *estão) (berradas +
+ gritadas + juradas +...).

Toda esta questão se prende naturalmente com o problema das restrições de selecção. Verbos como berrar, gritar, jurar exigem sujeitos humanos e objectos não humanos ou,

mais especificamente, abstractos. Neste sentido, os participípios passados daqueles verbos são combináveis, como adjectivos, com nomes abstractos, mas não com nomes humanos. Os participípios passados de verbos como acordar, desanimar, despertar, etc., na medida em que estes verbos seleccionam nomes humanos, quer como sujeitos, quer como objectos, tornam-se ambíguos, pois são susceptíveis de duas interpretações, resultativa e activa. Todavia, não parece possível formular o referido mecanismo em termos de restrições de selecção, já que há itens, com actantes não restritos, susceptíveis daquelas duas interpretações, como, por exemplo, baquear, correr, descer, mexer, tremar, etc..

Analisemos agora o caso, já referido em (10), de certos participípios passados de verbos intransitivos que aceitam a posição pós-nominal, mas não o contexto pós-estar. Tais itens parecem constituir, de facto, um contra-argumento à hipótese formulada de inserir os participípios passados resultativos através do contexto pós-estar. Relembremos alguns exemplos:

- (117) a. Dificuldades (aparecidas + ocorridas + surgidas)
na última reunião provocaram o adiamento do acordo.
- b. *Dificuldades que estavam (aparecidas + ocorridas +
+ surgidas) na última reunião provocaram o adiamento do acordo.

Tais participípios passados pertencem a um grupo de verbos que têm a propriedade de se construir com sujeito posposto

(v. nota 64), ao contrário do que é habitual em português.

Num tal grupo costumam incluir-se, entre outros, os seguintes itens:

(118) acontecer, advir, aparecer, dar-se, existir, faltar, haver, ocorrer, passar-se, seguir-se, sobrar, sobrevir, suceder, surgir, transcorrer, etc..

A gramática destes verbos é, porém, mal conhecida. Tais itens estão, no entanto, longe de constituir um grupo homogêneo. Assim, os verbos dar-se, existir, faltar e seguir-se não admitem que os respectivos participípios passados funcionem como adjectivos:

(119) a. Os acontecimentos que se tinham (dado + seguido) naquela semana foram mal interpretados.

b. *Os acontecimentos (E + que estavam) (dados + seguidos) naquela semana foram mal interpretados.

(120) a. As espécies animais que tinham (existido + faltado) nessa região desapareceram.

b. *As espécies animais (E + que estavam) (existidas + faltadas + faltas) nessa região desapareceram.

Por outro lado, também é pouco ou nada aceitável como adjectivo o participípio passado de acontecer (?*peripécias acontecidas). O verbo haver implica que o SN posposto adquira certas propriedades de objecto (v.g., ausência de concordância, pronominalização)⁽⁷³⁾:

(121) (Hã + *hã) dificuldades em toda a parte → Hã-as em toda a parte.

Os participípios passados de acontecer, ocorrer e suceder podem ser substantivados (o acontecido, o ocorrido, o sucedido), mas os outros não (*o advindo, *o aparecido, etc.).

O verbo transcorrer admite passiva em certos contextos (v.g., 'transcorrido que foi o prazo...').

Todas estas diferenças tornam difícil descortinar uma explicação para o facto de certos verbos da lista (118) admitirem funcionar como adjectivos no contexto pós-nominal.

Com excepção de transcorrer ('o prazo está transcorrido'), nenhum dos outros verbos é resultativo, no sentido atrás definido.

Em certa medida poderíamos dizer que o facto de o SN sujeito ser posposto àqueles verbos implica que ele perca parte das suas propriedades de sujeito (cf., aliás, Perlmutter, 1973) (74) e adquira propriedades de objecto. O caso do verbo haver é o mais flagrante neste aspecto. Será que, segundo esta ordem de ideias, participípios passados adjectivos como os de ocorrer, suceder, etc., são obtidos por meio de uma espécie de transformação pseudo-passiva? O exemplo mais claro é o do verbo transcorrer, como se pode ver:

(122) a. *Nós transcorremos o prazo → ?O prazo foi transcorrido; mas: transcorrido que foi o prazo...

Todavia esta questão precisa de ser mais investigada, podendo provavelmente relacionar-se com o caso de outros participípios passados de verbos empregados intransitivamente, que aceitam funcionar como adjectivos em contextos muito específicos. São exemplo disso os itens citados em (7d)

e que aqui repito em contexto diferente, em conjunto com outros casos semelhantes:

- (123) a. Hã pessoas que (são + *estão) (vividas + viajadas + sabidas + mexidas).
 b. Hã pessoas (vividas + viajadas + sabidas + mexidas).

Embora todos estes verbos sejam susceptíveis de empregos transitivos, eles estão aqui empregados intransitivamente. E, todavia, os respectivos participípios passados aceitam o verbo ser e não estar, o que revela que eles não são encarados com valor resultativo. Por outro lado, estes participípios passados aceitam grau, ao contrário do que sucede com os referentes aos verbos de (118):

- (124) a. Hã pessoas (muito + bastante +...) vividas + viajadas + sabidas + mexidas).
 b. *Dificuldades (muito + bastante +...) (aparecidas + ocorridas + surgidas +...).

Tal diferença significa que os participípios passados de (124a) são mais adjectivos que os de (124b). A contraprova desta afirmação encontramos-la no facto de estes últimos aceitarem o contexto PP + SN, uma propriedade tipicamente verbal, ao passo que os primeiros não:

- (125) a. (Aparecidas + ocorridas + surgidas) (E + as) dificuldades, todos se afastaram.
 b. (*Vividas + *viajadas + ?sabidas + ?mexidas) as pessoas, estas debandaram.

Note-se que em (125b) os participípios sabidas e mexidas

são admissíveis, mas com valor transitivo (e não intransitivo), parafraseável pelas construções seguintes:

(126) a. Depois de terem sido sabidas (= conhecidas) as pessoas...

b. Depois de terem sido mexidas (= deslocadas) as pessoas...

Um outro exemplo de construções, que também parecem constituir excepção à hipótese, atrás formulada, de derivação dos participios passados adjectivos, é do tipo seguinte:

(127) a. Os aviões descolados às 10h e às 11h dirigiam-se, respectivamente, a Paris e a Londres.

b.*Os aviões que estavam deslocados às 10h e às 11h dirigiam-se, respectivamente, a Paris e a Londres.

Exemplos deste tipo são, porém, facilmente explicáveis, pois resultam de um emprego transitivo de um verbo intransitivo, o que é muitas vezes possível.

(128) Os aviões que foram descolados às 10h e às 11h...

Normalmente tais construções ocorrem com verbos factitivos como descolar (= fazer N descolar), derrapar (= fazer N derrapar), degenerar (= fazer N degenar), etc..

Podemos, pois, concluir, em face das propriedades que caracterizam os participios passados adjectivos de alguns verbos de (118) e bem assim os de (123), que se trata de casos verdadeiramente específicos, os quais, mesmo encardos em termos de excepção, não têm suficiente poder para invalidar a proposta, atrás referida, de derivação dos

particípios passados adjectivos.

Segundo tal proposta, os particípios passados são registados na entrada lexical do verbo respectivo, juntamente com as outras formas principais do verbo. Os particípios passados transitivos, no seu emprego como adjectivos, são derivados por meio de Transformação Passiva. Os particípios passados intransitivos que funcionam como adjectivos, ou seja, os daqueles verbos que aparecem definidos no léxico como /resultativos/ são introduzidos no contexto pós-estar pelas regras de base.

Põe-se, todavia, uma última questão, que diz respeito a certos itens que têm forma e propriedades de particípio passado, mas cujo verbo não existe, pelo menos, no português actual. É o caso, por exemplo, de delicado (*delicar), dolorido (*dolorir), dorido (*dorir), propositado (*propositar), etc..

Este último exemplo é curioso, pois o correspondente verbo composto com o prefixo des-, embora pouco usual, é geralmente registado pelos lexicógrafos: despropositar, despropositado.

Em casos como estes temos, pelo menos, duas soluções possíveis: (i) dar uma entrada lexical ao verbo, embora assinalando-o como não usual, e incluir nessa entrada a forma do particípio passado; ou então (ii) registar com entrada própria no léxico apenas a forma de particípio passado.

A opção entre as duas soluções terá de basear-se em motivos

de natureza mais teórica do que empírica. Efectivamente, do ponto de vista empírico, poderíamos, por exemplo, tentar demonstrar que aqueles participípios passados formais se comportam afinal como adjectivos e não como verbos. Uma tal demonstração é, porém, difícil de sustentar, dado que muitos participípios passados (cf., v.g., viajado, vivido em (123)), apesar de derivados morfologicamente dos verbos correspondentes, têm empregos mais propriamente adjectivais do que verbais. Encontrar motivação empírica suficientemente forte é, pois, extremamente difícil. Sendo assim, a escolha entre as duas soluções terá de ser fundamentalmente teórica. Deste ponto de vista, poderíamos optar pela solução (ii), se nos baseássemos na teoria saussuriana da distinção entre sincronia e diacronia. Se adoptarmos, porém, uma visão menos ortodoxa desta distinção, como a que é defendida, por exemplo, em Gross (1975: pp.225 e segs.) será defensável optarmos pela solução (i). Esta parece, de facto, a solução preferível, quer porque a distinção entre sincronia e diacronia não é tão estanque como Saussure procurou demonstrar, quer ainda por motivos de generalização. O facto de a forma de participípio passado existir é já uma prova de que o sistema da língua admitiu ou admite potencialmente o verbo correspondente. Então este deve ser registado no léxico, embora com a indicação de que tal item não é usual, mas o é o respectivo participípio passado. Se percorrermos os dicionários do português, verificamos que há lexicógrafos que parecem receptivos a um tal argumento. É o caso, por exemplo, do Dicionário de Morais (10a. ed.),

em que se regista dorir e propositar.

Sendo assim, não incluo na minha lista de adjectivos aqueles participípios passados, uma vez que devem ser registados nos verbos correspondentes. Dolorido, dorido e delicado, que são /resultativos/, inserem-se no contexto pós-estar, embora aceitem também o verbo ser. Propositado, que é /não resultativo/ apenas admite o verbo ser e tem um comportamento sintáctico bastante específico. Por um lado, põe os mesmos problemas que vivido, viajado, etc., quanto à sua derivação sintáctica. Mas, por outro lado, apresenta restrições de selecção diferentes, na medida em que só funciona como predicado de frases completivas ou então de SNs abstractos relacionados com nomes humanos:

- (127) a. O facto de o Júlio ter feito tal insinuação foi propositado.
 b. A insinuação do Júlio foi propositada.
 c.*O Júlio foi propositado.

4.6. Adjectivos predicativos e construções completivas

4.6.1. Definição de frase completiva

Na secção 1 deste capítulo, ao definir grosso modo o objecto de investigação do presente trabalho, indiquei como exemplos as seguintes construções⁽⁷⁵⁾:

- (1) É provável que a situação se complique.
- (2) É necessário analisarmos esse problema.
- (3) Muitas pessoas estão conscientes de que o país atravessa dificuldades.

(4) A chuva é capaz de destruir as colheitas.

Nestas construções intervêm, por um lado, adjetivos predicativos (provável, necessário, consciente, capaz), cujo comportamento sintáctico e semântico já foi descrito em 4.5.1., e, por outro, frases completivas ('que a situação se complique', 'analisarmos esse problema', 'de que o país atravessa dificuldades', 'de destruir as colheitas'), cuja natureza vamos agora analisar.

Segundo a tradição gramatical, em especial francesa, da qual se fazem eco Dubois et al. (1973: p.104), as frases completivas são assim definidas: "On appelle complétives des phrases enchâssées dans d'autres phrases, à l'intérieur desquelles elles jouent le rôle d'un syntagme nominal sujet ou complément". Assim, em (1) e (2), as frases completivas desempenham a função de SN sujeito, enquanto (3) e (4) exercem antes a função de SN complemento (ou objecto). As frases completivas exercem, pois, as funções sintácticas dos substantivos, os quais constituem o núcleo dos sintagmas nominais. É por este motivo que, na tradição gramatical portuguesa (cf., por exemplo, Epifânio Dias 1959: p.257; Figueiredo e Ferreira 1975: p.44; Celso Cunha 1976: pp.557-558) e não só, tais frases costumam ser classificadas como substantivas.

Outros gramáticos preferem, porém, atribuir-lhes a designação de integrantes. É o caso de Barbosa (1830: p.366), que dá a seguinte justificação semântica: "A segunda espécie de orações parciais são as Integrantes, assim cha-

madas, porque não so inteirão o sentido da proposição fatal [= total], como as incidentes [= relativas]; mas também a sua grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isso ficaria incompleta e suspensa. O attributo pois de huma significação relativa, exprimido pelo adjectivo, ou so, ou metido no verbo adjectivo [i.e., os verbos transitivos e intransitivos, por opposição a ser, que é o verbo substantivo], he quem determina e demanda estas orações integrantes, as quaes se enunciação ou pelos infinitos impessoaes, quando o sujeito do verbo determinante he o mesmo que o do verbo determinado, como: Quero amar-te; ou pela Linguagem indicativa, quando o verbo determinante affirma com asseveração e certeza, como: Creio que me amas; ou pela subjunctiva, quando o verbo determinante affirma com receio e incerteza, como: Quero que me ames. Onde as orações Amar-te, Que me amas, Que me ames, são integrantes não so do sentido dos verbos determinantes Quero e Creio, mas assim da sua syntaxe; pois são complementos, necessarios de sua acção, que não pôde ficar suspensa".

Apesar da coerência revelada por Barbosa na sua definição deste tipo de frases, a sua análise é incompleta. Por um lado, só se refere a "infinitos impessoaes", não mencionando os infinitivos pessoais. Por outro lado, através dos exemplos que dá e da própria definição, parece admitir como orações integrantes apenas as que funcionam como complemento-objecto de verbos e adjectivos e não as que funcionam como complemento-sujeito destes mesmos itens. Além dis-

so, não inclui nestes itens certos substantivos predicativos que também aceitam orações integrantes, como veremos adiante.

Barbosa abrange, pois, na designação de orações integrantes tanto as frases introduzidas por que (com o verbo no indicativo ou no conjuntivo) como as frases infinitivas. Neste aspecto, não é seguido por outros gramáticos, os quais restringem a designação de integrantes apenas às frases introduzidas por que (item classificado pela gramática tradicional como conjunção integrante), considerando as outras infinitivas. Em relação ao exemplo dado por Barbosa, Quero amar-te, certos gramáticos nem sequer consideram que haja uma oração infinitiva complemento de Quero (oração principal ou subordinante), justamente por interpretarem de modo diverso o argumento aduzido por aquele gramático racionalista. Para tais gramáticos e ao contrário de Barbosa, o infinitivo não forma oração quando tem o mesmo sujeito do verbo de que depende. É o que se deduz, por exemplo, da seguinte afirmação de Figueiredo e Ferreira (1975: pp.45-46): "As orações infinitivas têm o verbo no infinitivo pessoal e, portanto, têm um sujeito próprio". De entre os exemplos que dão, destaco o seguinte: "A maior felicidade dos pais é verem-se amados pelos filhos (sujeito do infinitivo = eles, os pais)". Todavia estes autores têm consciência de que não é só o infinitivo pessoal que tem sujeito próprio, pois acrescentam em observação (idem: p-46): "Há também orações infinitivas com o verbo no infinitivo impessoal, mas com sujeito próprio, depois de ver-

bos sensitivos: 'Verão crescer os filhos; viu-me partir'".

Uma das descrições mais completas⁽⁷⁶⁾ do tipo de frases que estamos a analisar (apesar de tal descrição apresentar algumas falhas, como veremos adiante) encontramos-na, contudo, em Celso Cunha (1976: pp.557-559 e 567-568). Por um lado, este autor considera como orações substantivas tanto as subordinadas "introduzidas pelas conjunções integrantes que ou se" (p.557), com o verbo no indicativo ou no conjuntivo, como certas infinitivas, a que chama "orações reduzidas de infinitivo" (p.567), quer o infinitivo tenha sujeito próprio ou não (i.e., seja ele co-referente ou não do sujeito da oração subordinante); independentemente, portanto, de ser flexionado ou não flexionado.

Por outro lado, Celso Cunha apresenta uma classificação deste tipo de frases, tendo em conta as respectivas funções sintácticas. Eis, pois, a sua classificação:

- (i) Subjectivas, quando funcionam como sujeito. Exemplos (tirados, como os seguintes, de escritores brasileiros e portugueses, de que apenas cito o nome; v. Celso Cunha, para a referência da obra): "Parece/que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises" (E. da Cunha); "Era preciso/tirar a impressão do rapaz" (J.L. do Rego).
- (ii) Objectivas directas, se funcionam como objecto directo. Exs.: "Ele disse/ que não se lembrava do nome" (A.M.Machado); "Não sei/ se pára,/se flui; // Não sei/ /se existe/ ou se dói" (F.Pessoa) "Naquele instante

de angústia que passara, ele tinha jurado/não salvar a Oiticica e seus moradores" (J. de Alencar).

- (iii) Objectivas indirectas, quando funcionam como objecto indirecto". Exs.: "Lembrou-se/de que esse professor de geografia venerava o escritor decadente" (G. Ramos); "- Quem é que se livra/de ser logrado uma vez [...]?" (J. de Alencar).
- (iv) Completivas nominais, no caso de exercerem a função de complemento de um nome. Exs.: "Escrevo estas notas não sei porquê, sem plano, certo/de que se vão perder, /de que nunca os reunirei em livro" (A.F. Schmidt); "Desanimou: estava agora quase certo/de a ter lido" (G. Ramos).
- (v) Predicativas, se funcionam como predicativo de um SN sujeito. Exs.: "A verdade é/que minha mãe não podia tê-la agora longe de si" (M. de Assis); "Amor é vida; é/ter constantemente//Alma, sentidos, coração — abertos//Ao grande, ao belo;/é/ser capaz d'extremos..." (G. Dias).
- (vi) Apositivas, quando funcionam como aposto de um SN. Exs.: "De uma coisa sei: /que é preciso morrer/para viver" (A.F. Schmidt); "Em tais circunstâncias restavam duas alternativas; /trair a obrigação estipulada, /tornar-me um caloteiro; /ou respirar a fé do contrato/e cumprir minha palavra" (J. de Alencar).
- (vii) Agentes da passiva, se funcionam como agente da passiva. Exs.: "O elenco era formado/por quem soubesse

ao menos ler as 'partes', velhos, moços, crianças"

(G. Amado). E Celso Cunha (1976: p.559) acrescenta, a propósito: "As orações que desempenham a função de agente da passiva iniciam-se por pronomes indefinidos (quem, quantos, qualquer, etc.) precedidos de uma das preposições por ou de". Teríamos, porém de acrescentar que a qualquer, e aos outros indefinidos implícitos em etc., terá de seguir-se que, pois estes não funcionam como subordinadores, mas nesse caso tais orações deixariam de ser substantivas para passarem a ser adjectivas (relativas). Além disso, torna-se discutível classificar quem e quantos, neste contexto, apenas como pronomes indefinidos, pois eles são também relativos, funcionando como subordinadores de frase. Por tal motivo, as orações substantivas infinitivas não podem exercer a função de agentes da passiva (e, de facto, Celso Cunha não as considera como exercendo esta função), pois o infinitivo, que é já de si um elemento de subordinação, não é combinável com a conjunção integrante que, embora o seja com o pronome relativo ou interrogativo que, que também exerce funções de subordinador ('Não tenho nada que fazer'; 'não sei que fazer' = 'não sei o que fazer' ou 'não sei que coisa fazer').

A classificação e discriminação das orações substantivas, tal como é apresentada por Celso Cunha, suscita alguns reparos, pois revela certas incoerências.

A classificação de certas frases subordinadas como substan-

tivas, a par das adjectivas e das adverbiais, é fundamentalmente de natureza funcional, porquanto se baseia nas funções sintáctico-semânticas exercidas por tais frases, relativamente àquelas de que dependem, isto é, as subordinantes ou principais. Ora, mesmo tendo em conta apenas o critério funcional, a classificação e exemplificação de Celso Cunha, quanto às orações substantivas, está incompleta e apresenta uma certa incoerência.

Assim, por que motivo considera ele que certas orações substantivas exercem a função de agentes da passiva, como em (vii), mas não inclui as activas correspondentes entre as subjectivas (cf. (i)), pois diferem pela forma dos exemplos ali citados, na medida em que seriam iniciadas por quem ou quantos ('Quem soubesse ao menos ler as partes, velhos, moços, crianças, formava o elenco')?

Se fizermos intervir o critério formal ou estrutural verificamos que tais frases são relativas, pois contêm pronomes relativos como subordinadores. Certos gramáticos, como, por exemplo, Figueiredo e Ferreira (1975: pp.44 e segs.), consideram a classe das orações relativas subdividida em substantivas e adjectivas. Na classificação de tais orações, estes gramáticos combinam o critério funcional com o formal. Assim, Figueiredo e Ferreira (1975: p.44) consideram como "orações substantivas relativas" as que são "introduzidas pelos pronomes relativos quem e quanto", acrescentando os seguintes exemplos, acompanhados da indicação da respectiva função sintáctica.

- a) "Quem cala consente (sujeito)".
- b) "Ele não era quem eu pensava (predicativo)".
- c) "Negou quanto afirmavam (complemento directo)":
- d) "Agradece a quem te ajuda (complemento indirecto)".
- e) "Tenho a certeza de quanto dizes (complemento determinativo)".
- f) "Este filme foi interpretado por quem é realmente um grande artista (agente da passiva)".

A classificação e exemplificação destes autores é não apenas mais completa do que a de Celso Cunha, mas também mais coerente do ponto de vista metodológico, pois se fundamentam simultaneamente nos critérios formal e funcional. Neste sentido, distinguem ainda no âmbito das orações substantivas (v. Figueiredo e Ferreira 1975: pp.44-46), as "conjunccionais" ("introduzidas pela conjunção subordinativa integrante que"), as "interrogativas indirectas" (resultantes da subordinação a um verbo interrogativo" - v.g., "Pergunta quem está no jardim" - e "introduzidas por um pronome, advérbio interrogativo ou partícula interrogativa" - v.g., "Não sei quem és, nem como te chamas", "Diz-me aonde vais", "Perguntou-lhe se tinha notícias do filho") e ainda as "infinitivas".

Vemos assim que, enquanto Celso Cunha apenas inclui, entre as orações substantivas, um tipo de interrogativas indirectas, ou seja, as introduzidas por se, Figueiredo e Ferreira incluem justamente as interrogativas indirectas pronominais e adverbiais.

Por outro lado, enquanto Celso Cunha considera, neste caso, se como conjunção integrante, Figueiredo e Ferreira classificam este item como partícula interrogativa. A classificação de Celso Cunha parece-me, todavia, mais correcta do que esta última. De facto, por um lado, se funciona apenas como subordinador de uma interrogativa total, ou seja, aquela em que a dúvida do falante incide sobre a totalidade da frase interrogativa (ao contrário das interrogativas pronominais e adverbiais, em que a dúvida é parcial). Neste sentido se é um morfema vazio de sentido, tal como a conjunção integrante que. O aparente valor dubitativo de se não é inerente a este item, mas sim à frase de que ele é subordinador, assim como ao verbo subordinante.

Por outro lado se, neste contexto, não pode, tal como que integrante, iniciar uma frase não subordinada (*"se tinha notícias do filho"; *"que não se lembrava do nome").

Além destas semelhanças entre se e que, há todavia, algumas diferenças, que não parecem invalidar a classificação de Celso Cunha. Duas dessas diferenças são de natureza distribucional: se e que não aceitam os mesmos verbos subordinantes, sendo o grupo dos aceites pelo primeiro item (i.e., o dos verbos interrogativos) muito mais restrito que o dos segundos; além disso, que pode ser regido de preposição, ao passo que se não. Uma outra diferença é de natureza funcional: as interrogativas indirectas introduzidas por se apenas funcionam como objecto directo, enquanto as iniciadas por que integrante desempenham também as funções sintácti-

cas de sujeito e de objecto indirecto (i.e., regido de preposição).

A inclusão entre as orações substantivas das relativas introduzidas por quem e quanto, tal como vimos atrás, é sem dúvida, discutível.

De facto, a estrutura das frases relativas costuma ser descrita, grosso modo, como constituída de Det + N + Relativa. Ou seja, a relativa aparece como frase modificadora de um SN (eventualmente regido de preposição), exercendo uma função semelhante à dos adjectivos.

Ora, nas chamadas substantivas, de acordo com os exemplos vistos atrás, esse SN falta. Esta falta é, porém, aparente, ou seja, só se verifica do ponto de vista da estrutura de superfície. Quem é analisável em aquele que, a pessoa que. Quanto pressupõe tudo o que. As frases citadas atrás, "Quem cala consente", "Negou quanto afirmavam", seriam assim equivalentes, respectivamente, a 'Aquele que cala consente', 'Negou tudo o que (ou: tudo quanto) afirmavam'. Quer dizer quem seria um pronome relativo que conteria o seu próprio SN antecedente, assim como quanto, podendo mesmo em relação a este último admitir-se um antecedente apagado ('tudo quanto', 'todos quantos').

Tendo, pois, em conta a sua estrutura de base, tais frases não seriam substantivas, mas adjectivas, salvaguardando-se deste modo a unidade de classificação das frases relativas. Por outro lado, as interrogativas indirectas parciais, in-

troduzidas por morfemas semelhantes na forma e no significado aos pronomes e advérbios relativos, seriam susceptíveis duma análise semelhante. Assim, as frases citadas atrás "Pergunta quem está no jardim", "Não sei quem és, nem como te chamas", seriam analisáveis, respectivamente, em 'Pergunta que pessoa (i.e., construção relativa com o antecedente posposto, quase equivalente a a pessoa que) está no jardim' e 'Não sei que pessoa (ou: a pessoa que) és, nem o modo como (ou: o modo por que, o modo pelo qual) te chamas'.

Segundo tal análise, que põe em destaque a semelhança existente entre as interrogativas indirectas parciais e as relativas, também aquelas não deveriam ser incluídas entre as orações substantivas ou completivas.

Todavia, toda esta questão necessitaria de maior investigação do que aquela que é possível realizar no âmbito do presente trabalho⁽⁷⁷⁾.

Como vimos atrás, Celso Cunha classifica como "completivas nominais" as orações que exercem a função de complementos de um nome (v.g., "Escrevo estas notas não sei porquê, sem plano, certo de que se vão perder", "estava quase certo de a ter lido"). Nos exemplos citados por Celso Cunha e aqui parcialmente repetidos, apenas encontramos completivas de adjectivos (certo). Todavia, existem também completivas de substantivos (v.g. 'Tenho a certeza de que isso se vai perder' ou 'Tenho a certeza de isso se ir perder'). Nesta mesma ordem de ideias, poderemos, pois, classificar como com-

pletivas aquelas frases que funcionam como complementos de verbos. Por extensão, dá-se igualmente a designação de completivas às frases que funcionam como sujeito de verbos, substantivos e adjectivos.

Em gramática generativa, estas frases são designadas como frases-complemento ou complementos frásicos, considerando-se a complementação como um dos processos de formar frases complexas por subordinação, sendo os outros dois tipos as relativas e as adverbiais, de acordo aliás com a tradição gramatical.

Meireles (1972: p.20) define complementação como "o processo gramatical que consiste em colocar uma frase sob a dominação imediata de um sintagma nominal".

Tal definição pressupõe uma regra categorial (generativa) do tipo $SN \rightarrow F$, que gera, portanto, as chamadas estruturas de complementação (segundo a terminologia usada por Meireles 1972) ou frases completivas (conforme a designação que aqui adopto).

As frases completivas podem desempenhar tanto a função de sujeito como a de objecto, regido ou não de preposição, conforme já vimos na secção 1 deste capítulo. Por isso, certos generativistas, entre os quais Chomsky (1958), têm, por vezes, considerado como um processo de nominalização as frases completivas que desempenham a função de sujeito (cf., v.g., os exemplos (1) e (2) citados no início desta subsecção), enquanto o processo de complementação implicaria

apenas as frases completivas na função de objecto (cf., v.g., os exemplos (3) e (4) apresentados atrás). Outros generativistas, como Stockwell et al. (1973), generalizam o emprego do termo nominalização a todas as frases completivas. Outros ainda, como Rosenbaum (1967) e, no caso do português, Meireles (1972) e Raposo (1975), utilizam o termo complementação para todos os tipos de completivas.

Esta última é, aliás, a tendência mais corrente em trabalhos de gramática generativa e transformacional, reservando-se o emprego do termo nominalização para os casos que referi em 4.4.2. (v), do tipo $F \rightarrow SN$ (v.g., 'Algumas pessoas conhecem esses factos' $\rightarrow$ 'o conhecimento desses factos por algumas pessoas').

As frases completivas são, pois, frases subordinadas ou encaixadas, dependentes de uma frase principal, matriz ou superior. "A possibilidade de uma frase ser encaixada como complemento [i.e., complemento do SN sujeito ou do SN objecto] de uma frase superior é determinada fundamentalmente pelas propriedades sintácticas e semânticas do verbo superior" (Meireles 1972: p.20). A esta afirmação do Meireles, teríamos, porém, de acrescentar que tal possibilidade depende não apenas do verbo da frase superior, mas também de certos adjectivos predicativos e de certos substantivos, conforme já vimos atrás. Aliás, para Meireles (1972), de acordo, aliás com Lakoff (1970) e outros linguistas — v. a secção 4.4.2. — na categoria de verbo incluem-se também os adjectivos.

A ligação entre a frase superior e a frase completiva faz-se através de certos morfemas, como as chamadas conjunções integrantes que e se e o infinitivo acompanhados ou não de certas preposições.

Estes morfemas, incluindo as preposições, funcionam, pois, como subordinadores ou complementadores (ingl. 'complementizer'; fr. 'completiviseur' termo este preferido pelos generativistas. Para o estudo das propriedades sintáctico-semânticas de alguns complementadores em português, nomeadamente a conjunção integrante que; o indicativo; o conjuntivo e o infinitivo, veja-se Raposo (1975: cap. I).

Quanto à natureza categorial das frases completivas, a própria definição, tanto da gramática tradicional (orações substantivas), como a da gramática transformacional (complementos frásicos do SN sujeito ou objecto), implica que tais frases funcionam como sintagmas nominais (ou substantivos). Meireles (1972) demonstrou, como aliás Rosenbaum (1967) já o fizera relativamente ao inglês, que as frases completivas são sintagmas nominais.

Baseado em Rosenbaum (1967) e Meireles (1972), vou tentar demonstrar que as frases completivas que funcionam como sujeito de certos adjectivos predicativos são sintagmas nominais, ao passo que aquelas que funcionam como objecto dos mesmos itens (ou outros semelhantes) são sintagmas preposicionais, analisáveis na sequência prep + SN.

Assim, uma das propriedades dos sintagmas nominais é que

eles podem ser pronominalizados. Assim, por exemplo:

(5) a. O Júlio faltou - Ele faltou.

b. O Júlio comprou os livros - O Júlio comprou-os.

Tal como os SNs, também as frases completivas podem ser pronominalizadas, ou seja, substituídas por um pronome adequado, ou seja o pronome isso, como diz Meireles (1972: p.22), mas, também o pronome tal, mais aceitável, todavia, na posição de sujeito que na de objecto, sendo neste caso melhor a sequência tal coisa. Assim, se nos exemplos (1) e (2) indicados no início desta subsecção, substituirmos as frases completivas-sujeito por estes pronomes, obteremos as seguintes frases, perfeitamente aceitáveis:

(6) (Isso + tal + tal coisa) é provável.

(7) (Isso + tal + tal coisa) é (necessário + necessária).

Este mesmo teste funciona para as completivas-objecto dos adjectivos predicativos, mas como tais frases são regidas de preposição (v. a subsecção seguinte), tal preposição terá de continuar a reger aqueles pronomes (incluindo a sequência tal coisa), o que prova que aquelas completivas-objecto têm a categoria de sintagmas prepositivos (i.e., prep + SN). Eis, pois, os resultados deste teste, aplicado a (3) e (4) do início desta subsecção:

(8) a. *Muitas pessoas estão conscientes (isso + tal + tal coisa).

b. Muitas pessoas estão conscientes de (isso + ?tal + tal coisa).

(9) a. *A chuva é capaz (isso + tal + tal coisa).

b. A chuva é capaz de (isso + ?tal + tal coisa).

Um outro teste, semelhante ao anterior, que comprova simultaneamente a natureza categorial e funcional das completivas, e que não é apontado nem por Rosenbaum (1967), nem por Meireles (1972), consiste no seguinte: o SN sujeito ou objecto duma frase são interrogáveis, isto é, substituíveis por um pronome interrogativo; a selecção deste pronome, do mesmo modo que a de isso tal e tal coisa, ou de ele e o, como acima, depende da natureza semântica dos SNs; quando tais SNs são /não humanos/, os pronomes interrogativos seleccionados são que ou quê, o que ou o quê, ocorrendo as formas tónicas apenas em posição final de frase (quê, aliás, só é possível na posição de objecto preposicionado). A aplicação deste teste aos exemplos (1), (2), (3) e (4) do início desta subsecção, com a inserção facultativa da sequência enfática é que⁽⁷⁸⁾, daria os seguintes resultados, respectivamente:

(10) P₁: (Que + o que) (E + é que) é provável?

P₂: É provável o quê?

R₁ e 2: Que a situação se complique.

(11) P₁: (Que + o que) (E + é que) é necessário?

P₂: É necessário o quê?

R₁ e 2: Analisarmos esse problema.

(12) P₁: De que (E + é que) estão conscientes muitas pessoas?

P₂: Muitas pessoas estão conscientes de (quê + o quê)?

R₁ e 2: De que o país atravessa dificuldades.

(13) P₁: De que (E + é que) é capaz a chuva?

P₂: A chuva é capaz de (quê + o quê)?

R₁ e 2: De destruir as colheitas.

A aplicação deste teste aos exemplos em causa mostra-nos, pois, que as frases completivas que os integram são SNs sujeitos em (1) e (2) - cf. (10) e (11) - e S Preps objectos, analisáveis em prep + SN, em (3) e (4) - cf. (12) e (13).

Um outro teste utilizado por Rosenbaum (1967) e também por Meireles (1972) para demonstrar a natureza categorial de SNs das completivas consiste no recurso à Formação de frase pseudo-clivada⁽⁷⁹⁾. Este teste consiste em inserir um pronome ou advérbio pronominal, como, por exemplo, quem, a sequência (o + aquilo) que, quando (precedidos ou não de preposição), etc., à cabeça da frase e uma forma do verbo ser, concordante em tempo com o verbo principal, mas sempre na 3a. pessoa gramatical, geralmente do singular, à direita do predicado (verbal ou verbo-nominal). Este teste aplicado a (5a,b) daria os seguintes resultados, respectivamente:

(14) a. Quem faltou foi o Júlio.

b. O que o Júlio comprou (foi + ?foram) os livros.

Este teste mostra-nos que em (14a,b), e por conseguinte em (5a,b), os constituintes o Júlio e os livros são SN_s, sendo o primeiro sujeito e o segundo objecto. Como se vê, este teste é comparável, em certa medida, com o anterior, ao qual poderíamos ter chamado Formação de interrogativa pronominal.

Aplicando o teste de Formação de frase pseudo-clivada aos quatro exemplos iniciais, obteríamos, respectivamente, os seguintes resultados:

- (15) O que é provável é que a situação se complique.
- (16) O que é necessário é analisarmos esse problema.
- (17) Aquilo de que muitas pessoas estão conscientes é
(E + de) que o país atravessa dificuldades.
- (18) Aquilo de que a chuva é capaz é (*E + de) destruir as colheitas.

Este teste mostra-nos que em (15) e (16) — cf. (1) e (2) — as completivas à direita do segundo elemento de clivagem (é) são SNs e que em (17) e (18) — cf. (3) e (4) — são S Preps, analisáveis na combinação prep + SN.

Repare-se que a possibilidade de omitir a prep. de em (17) depende apenas da natureza do adjectivo consciente, que permite tal apagamento. Este apagamento em nada afecta a natureza categorial da completiva, no sentido de a tornar SN, como no-lo prova a impossibilidade de supressão da prep. de na sequência pronominal aquilo de que:

- (19) *Aquilo que muitas pessoas estão conscientes é (E + de)

que o país atravessa dificuldades.

Em suma, a aplicação dos três testes que acabo de enunciar prova-nos que as completivas do adjectivo são SNs, quando funcionam como sujeito, e são S Preps (= prep + SN) quando funcionam como objecto, regido portanto de preposição.

Na subsecção seguinte analisarei o funcionamento sintáctico dos subordinadores (ou complementadores) que efectuem a subordinação das frases completivas aos adjectivos predicativos, relacionando-o com o fenómeno da regência, tal como ela tem sido encarada pela gramática tradicional.

4.6.2. Regência das construções completivas dos adjectivos predicativos

A noção de regência⁽⁸⁰⁾ é mais vasta que a de subordinação e a de complementação, pois implica as relações de dependência não apenas entre as orações de uma frase complexa, mas também entre os termos de uma frase simples e das palavras entre si.

Barbosa (1830: pp.392 e segs.) que consagra vários capítulos à Sintaxe da Regência, define esta noção do modo seguinte: "Reger quer dizer determinar, e demandar alguma coisa. E como em todas as linguas ha humas palavras, cuja significação he transitiva, ou relativa, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, assim como a relação de Identidade entre

as ideias he o fundamento da syntaxe de concordancia, assim a relação de Determinação entre as mesmas he o fundamento da syntaxe de regencia. Por exemplo: Os verbos activos transitivos requerem depois de si hum objecto, em que passe sua acção. Os adjectivos da mesma sorte, que tem huma significação relativa, requerem depois de si hum termo, que lhes complete sua relação; e as preposições com seus complementos requerem outrosim hum antecedente, a quem sirvão de complemento.

Ha outras palavras, cuja significação he intransitiva e absoluta, e que por isso não demandão depois de si outras para lhe completarem; como são quasi todos os nomes appellativos, e os adjectivos, e verbos que exprimem hum simples estado, huma qualidade absoluta. Porém assim mesmo são susceptiveis de varias determinações, e circunstancias, com que sua significação se pode ou restringir, ou explicar pelas preposições com seus complementos, que se lhes ajuntão".

Na sua análise sobre a regência, Barbosa quase não se refere às relações de dependência entre as frases. Apenas no que respeita a certos exemplos, o autor parece admitir, pelo menos implicitamente, este último tipo de relações (v.g., "quero viver", "tirar o direito a quem o tem", etc.).

Digamos, pois, que Barbosa encara a noção de regência num sentido mais restrito, limitado, por assim dizer, às relações de dependência das palavras e complementos que as in-

tegram no âmbito da frase simples.

Outros gramáticos encaram, porém, explicitamente, a noção de regência num sentido mais lato, implicando esta as relações de dependência tanto no interior da frase simples, como da frase complexa, nomeadamente no que respeita à subordinação, incluindo, por conseguinte, as completivas.

Neste sentido a definição e explicitação que Celso Cunha (1976: p.480), por exemplo, dá de regência é mais completa:

"Em geral, as palavras de uma oração são interdependentes, isto é, relacionam-se entre si para formar um todo significativo.

Essa relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento a outra, é o que se chama regência. A palavra dependente denomina-se regida, e o termo a que ela se subordina, regente.

As relações de regência podem ser indicadas: a) pela ordem por que se dispõem os termos na oração; b) pelas preposições, cuja função é justamente a de ligar palavras estabelecendo entre elas um nexo de dependência; c) pelas conjunções subordinativas, quando se trata de um período composto [= frase complexa]".

Como se vê, C.Cunha abrange no âmbito da regência tanto as relações de dependência entre as partes constituintes da frase simples, como as das frases subordinadas relativamente às subordinantes.

Todavia, os meios através dos quais se realizam as relações de regência são, sem dúvida, mais vastos do que os indicados quer por Barbosa, quer por C.Cunha. Em relação às preposições, a sua função é não apenas a de ligar palavras, mas também a de ligar frases. Ou será que, quando elas ligam frases, devem receber uma designação diferente? Analisemos, pois, concretamente, as relações de regência entre as frases completivas e os adjectivos predicativos de que estas dependem, assim como os meios formais de as expressar.

As relações de regência entre as frases completivas e os adjectivos de que estas dependem são apenas de dois tipos, conforme a função sintáctica da completiva: ou subjectiva, se esta exerce a função de sujeito da frase subordinante em que se integra o adjectivo, ou objectiva, se a completiva funciona como objecto da frase superior que contém o adjectivo.

Constituem ilustração do primeiro tipo de relações os exemplos (1) e (2) apresentados no início da subsecção anterior e que aqui repito novamente, mas ligeiramente modificados, segundo a ordem Sujeito-Predicado⁽⁸¹⁾:

(1) Que a situação se complique é provável.

(2) Analisarmos esse problema é necessário.

A relação de regência é expressa em casos como estes, quer através da conjunção integrante que (donde a designação de integrantes atribuída a este tipo de completiva), conforme

sucede em (1), quer através do infinitivo pessoal flexionado, como acontece em (2), ou pessoal não flexionado, como no exemplo seguinte:

(3) Analisar esse problema é necessário.

A este tipo de completivas dá-se, por isso, a designação de infinitivas.

Repare-se que em (3), apesar de o infinitivo não ser flexionado, ele não pode ser interpretado como impessoal, pois admite perfeitamente um sujeito subjacente de 1a. ou 3a. pessoa do singular (v.g., eu, alguém), pois para estas formas gramaticais o infinitivo não apresenta marcas flexionais, ao contrário do que sucede relativamente às outras pessoas gramaticais. A terminologia utilizada por filólogos e linguistas para classificarem as duas variantes do infinitivo português varia conforme os autores. Há uns que preferem a classificação do infinitivo em pessoal e impessoal e outros que adoptam antes as designações de infinitivo flexionado e não flexionado (ou invariável).

Neste último número inclui-se, por exemplo, Maurer (1968), sem dúvida o autor que apresenta o "estudo histórico-descritivo" de maior envergadura, no âmbito da gramática tradicional, sobre o infinitivo português. Assim diz Maurer (1968: p.1, nota 1): "Embora não nos pareça errônea a expressão 'infinito pessoal', preferimos — a fim de evitar equívoco — a designação 'infinito flexionado' para essa forma idiomática do verbo português [...]. O que distingue

o nosso infinito não é tanto a pessoalidade como o facto de admitir desinências próprias para indicá-la".

Neste último número se inclui igualmente Raposo (1975), cujo notável e sugestivo estudo é realizado com recurso à teoria da gramática generativa transformacional, numa das suas versões, ou seja, a da semântica generativa. A diferença de metodologia, na análise da sintaxe do infinitivo, entre os estudos tradicionais e o que Raposo propõe é bem definida no seguinte passo: "o presente trabalho é, creio, um trabalho descentrado sobre o infinitivo. Esta expressão, aparentemente paradoxal se considerada isoladamente, deve ser lida em oposição àquilo que disse atrás sobre o trabalho de gramáticos e filólogos, que considero um trabalho centrado sobre o infinitivo. Isto é, enquanto estas obras nunca se afastam do infinitivo em si próprio, ou seja, limitam-se a um estudo exaustivo e empirista dos múltiplos contextos em que pode ocorrer, pretendo aqui, pelo contrário, interrogar-me acerca dos mecanismos e conceitos gerais que explicam a função e o comportamento sintáctico do infinitivo, a sua inter-acção específica com outros elementos gramaticais, etc." (Raposo 1975: pp.8-9).

No presente trabalho aceito inteiramente este ponto de vista de Raposo, embora servindo-me de uma aparelhagem teórica diversa, ou seja, aquela que defini na secção 2.

Adopto igualmente as designações de infinitivo flexionado e não flexionado (ou invariável), pois são classificações que assentam sobre a forma, e portanto mais precisas, ao

passo que as outras (infinitivo pessoal e impessoal) são de natureza semântica, e por isso mesmo mais imprecisas. Se combinarmos os dois critérios (formal e semântico), verificamos que o infinitivo flexionado é sempre pessoal, enquanto o infinitivo não flexionado (ou invariável) pode ser pessoal ou impessoal. Eis um exemplo deste último (impessoal):

(4) Chover abundantemente é necessário para os campos.

Chover, como verbo meteorológico, não admite sujeito, o que já não sucederia se fosse tomado em sentido figurado ('É provável choverem pedras nessa manifestação').

A classificação formal revela-se ainda vantajosa em casos de infinitivo nominalizado, como os seguintes:

(5) a. O pensar deles é ajuizado.

b. O nosso pensar é ajuizado.

Nestes exemplos, o infinitivo funciona como um substantivo, integrado no SN sujeito. Formalmente é invariável, mas semanticamente é, de certo modo, pessoal, na medida em que pressupõe o sujeito subjacente eles, em (5a), e nós em (5b), os quais estão implícitos no complemento determinativo deles e no determinante nosso, respectivamente. Todavia, outros exemplos de infinitivo nominalizado admitem perfeitamente o sujeito expresso:

(6) a. O repensar esse problema agora é oportuno.

b. O (eu + alguém) repensar esse problema é oportuno.

As diferenças estruturais entre exemplos como (5) e (6) são

evidentes. Em (6), apesar de nominalizado, o infinitivo continua a funcionar como verbo, na medida em que admite objecto directo, o que não pode dar-se em (5). Por outro lado, os determinantes não são os mesmos e, provavelmente, a origem do artigo o em (6) não é a mesma que em (5), pois naquele caso parece provir da redução da sequência o facto de, aliás já mencionada na secção 3, assunto que será retomado e desenvolvido no Capítulo II (v. a subsecção 3.2.).

Repare-se que o artigo o, em exemplos como (6), seria perfeitamente compatível com o infinitivo flexionado:

(6) c. O (E + nós) repensarmos esse problema agora é oportuno.

O confronto de (6a,b) com (6c) parece levar-nos à conclusão de que, nos dois casos, estamos em presença do infinitivo flexionado. Em (6a,b) a marca flexional é $\emptyset$, o que sucede na 1a. e na 3a. pessoa do singular, como vimos atrás. Em (6c) essa marca é -mos.

Em exemplos como os seguintes podemos ter quer o infinitivo flexionado, quer o invariável, embora semanticamente pessoal:

(7) a. Eles estavam desejosos de o (dissuadir + dissuadi-rem).

b. Eles estão ávidos de (saber + saberem) notícias.

Por todas as razões que acabamos de ver, parece, pois, preferível uma classificação formal do infinitivo em flexionado e não flexionado ou invariável, podendo este último ser

pessoal ou impessoal, já que o primeiro é sempre pessoal. Dos problemas do infinitivo nas construções completivas do adjectivo, assim como da sua derivação sintáctica, ocupar-me-ei no Capítulo II (v. a subsecção 3.1.).

Por agora interessa-nos, fundamentalmente, analisar as relações de regência entre as frases completivas sujeito e objecto e os respectivos adjectivos predicativos subordinantes, assim como as espécies de morfemas que intervêm nesta subordinação completiva e suas propriedades gerais.

No primeiro tipo de subordinação completiva (i.e., sujeito), intervêm, pois, como morfemas de subordinação (ou complementadores) a conjunção integrante que (com o verbo no indicativo ou no conjuntivo) e o infinitivo flexionado e não flexionado.

Vejamos agora quais os morfemas de subordinação que expressam as relações de regência entre as frases completivas objecto e os adjectivos de que dependem.

Como ilustração deste segundo tipo de completivas, podemos repetir aqui os exemplos (3) e (4) referidos na subsecção anterior, mas agora referenciados com os números (8) e (9), respectivamente:

(8) Muitas pessoas estão conscientes de que o país atravessa dificuldades.

(9) A chuva é capaz de destruir as colheitas.

Novamente encontramos nestes exemplos a conjunção integrante que, como em (8), e o infinitivo pessoal (não flexionado),

cujo sujeito subjacente é o mesmo da frase principal (i.e., a chuva). Neste caso tanto que como o infinitivo são regidos da preposição de. Tanto as completivas sujeito dos adjectivos predicativos, como as completivas objecto, são regidas pelos mesmos subordinadores, a conjunção integrante que e o infinitivo, apenas com a diferença de que no caso das segundas, estes morfemas de subordinação são geralmente acompanhados de preposição. Tais preposições são, além de de, a, em, para e por⁽⁸²⁾, as quais se podem combinar tanto com a conjunção integrante que como com o infinitivo. Eis alguns exemplos:

- (10) a. A assistência era contrária a que a polícia interrompesse a sessão.
- b. Esses soldados estão aptos a (defender + defenderem) a cidade.
- (11) a. Certas pessoas estão confiantes em que as dificuldades se resolverão.
- b. Certas pessoas são extremosas em (obsequiar + obsequiarem) as visitas.
- (12) a. Esses melhoramentos são aconselháveis para que a cidade progrida⁽⁸³⁾.
- b. As quedas de água são aproveitáveis para (produzir + produzirem) energia eléctrica.
- (13) a. As crianças estão ansiosas por que as férias cheguem.
- b. As crianças estavam impacientes por (sair + saírem) da aula.

A selecção das preposições, assim como da conjunção integrante que, com o verbo no indicativo ou no conjuntivo, e bem assim do infinitivo flexionado ou invariável, depende das propriedades sintáctico-semânticas dos adjectivos subordinantes, as quais serão analisadas no Capítulo II. Aqui apenas analisaremos as propriedades dos morfemas de subordinação (preposições, que e infinitivo).

Repare-se que, por vezes, certas preposições, geralmente de, mas não só, podem ser apagadas no caso da completiva em que, mas não da infinitiva, conforme os exemplos seguintes nos mostram:

- (14) a. O Júlio está consciente de que vai encontrar dificuldades.
 b. O Júlio está consciente que vai encontrar dificuldades.
 c. O Júlio está consciente de ir encontrar dificuldades.
 d.*O Júlio está consciente ir encontrar dificuldades.

Por outro lado, existem certos adjectivos, chamados simétricos (v., por exemplo, Picabia 1970: p.26 e nota 3, na p. 142), que aceitam simultaneamente completiva sujeito e completiva objecto, admitindo portanto, os morfemas de subordinação inerentes a cada uma das completivas. Eis um exemplo:

- (15) (Que eles tenham aterrado + eles terem aterrado) em circunstâncias tão difíceis é abonatório (de que são muito competentes + de serem muito competentes).

Outros adjectivos deste tipo são análogo a, comparável a, contrário a, (in)dependente de, igual a, etc., os quais serão objecto de descrição nas tábuas 8,9,10 e 11.

Em relação aos morfemas de subordinação das completivas dos adjectivos põem-se concretamente as seguintes questões:

- (i) Os morfemas a, de, em, para e por, que regem as completivas objecto, serão verdadeiramente preposições, como tenho assumido até aqui? Quais são as suas funções específicas no âmbito da regência da completiva objecto?
- (ii) A sequência prep + que funcionará como um único morfema de subordinação? Ou comportará, afinal, dois subordinadores (ou, neste caso, complementadores)? E a combinação prep + infinitivo terá idêntico valor?

Antes de respondermos a estas questões teremos de analisar as propriedades das preposições, a fim de verificarmos se elas estão presentes nos morfemas em questão (i.e., a, de, em, para e por).

Começemos por ver, embora sumariamente, como é que os gramáticos definem e caracterizam as preposições.

Barbosa (1830: p.310) define a preposição como "humã parte conjunctiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento, que a segunda tem para a primeira". Como exemplos aponta: "Venho do Porto, passo por Coimbra, e vou para Lisboa".

De entre as propriedades da preposição, indicadas por Barbosa (1830: pp.331 e segs.) saliento as seguintes: a preposição indica uma relação de complemento (propriedade esta já expressa na definição citada), exigindo por isso mesmo um antecedente e um conseqüente; a preposição "he uma palavra indeclinavel, invariavel, simples e não composta, primitiva e não derivada" (*idem*, p.311).

Para Barbosa não existem, portanto, locuções prepositivas (o que é extremamente discutível), reduzindo assim para dezasseis o número das preposições portuguesas (a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, por, sem, sob e sobre). "As mais todas — afirma ele (*idem*, p.314) — ou são nomes, ou adverbios".

Na descrição que faz dos empregos sintácticos das preposições, Barbosa diz que algumas podem reger infinitivo, estando este, eventualmente, na dependência de um verbo finito, adjectivo ou substantivo, mas não admite explicitamente que elas possam expressar uma relação de complemento entre orações (ou frases).

O mesmo se não verifica, porém, em Epifânio Dias (1959: p.108) que, ao tratar da sintaxe das preposições afirma, em nota: "Nesta primeira parte da Syntaxe trata-se das preposições só emquanto antecedem nomes e pronomes; das preposições emquanto antecedem infinitivos e orações, trata-se na segunda parte". E, efectivamente, Epifânio Dias (1959: p.257 e segs.), ao descrever, por exemplo, a subordinação das frases completivas (ou orações substantivas,

na terminologia do autor), refere as diversas regências das preposições com aquele tipo de frases. Eis um exemplo: "Precedida da prepos. de, junta-se uma or. de que aos verbos, loc. verbaes, adjectivos e substantivos, que podem ser determinados por substantivos abstractos precedidos da prepos. de: 'O cataleptico, fechado no seu caixão, ouve, sente, tem a consciencia de que foi sepultado vivo' [citação tirada de Herculano]" (E.Dias: 1959: p.260). E seguidamente o autor aponta diversos exemplos, tirados de escritores, em que a prep. de se pode omitir, como ter esperança (E + de) que, queixar-se (E + de) que, estar certo (E + de) que, etc.

Em C. Cunha (1976: pp. 511 e segs.) encontramos, porém, uma definição de preposição muito semelhante à de Barbosa (1830), atrás citada: "Chamam-se preposições os vocábulos gramaticais invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo sentido do segundo (consequente)". Também C. Cunha, tal como Barbosa e ao contrário de E. Dias, não assume explicitamente que as preposições podem relacionar orações ou frases. No entanto, através de alguns exemplos, sobretudo de preposições que regem infinitivo, verificamos que aquele gramático aceita implicitamente este último ponto de vista.

O ponto de vista de que as preposições podem relacionar tanto as partes da frase como as frases entre si é aquele que, aliás, predomina na linguística moderna⁽⁸⁴⁾.

Deste ponto de vista se fazem eco, por exemplo, Quirk et al. (1972: p.299): "A prepositional phrase [...] consists of a preposition followed by a prepositional complement, which is characteristically either a noun phrase or a clause (wh - clause or ing clause) in nominal function".

Idêntico ponto de vista é, por exemplo, assumido em Rosenbaum (1967), Gross (1968) e (1975), Picabia (1970), etc..

Em contextos como os dos exemplos (8) a (13), apresentados atrás, os morfemas a, de, em, para e por são justamente seguidos de um complemento preposicional de natureza frásica, constituído por uma frase completiva integrante (que-F) ou por uma frase completiva infinitiva (F-inf). Já vimos atrás, ou seja, na subsecção 4.6.1., que tais farses funcionam como sintagmas nominais. Aqueles morfemas exercem, portanto, uma função relacional, que consiste em colocar sintagmas nominais frásicos na dependência de adjectivos predicativos. Quanto à forma são preposições. Mas quanto à função tornam-se, em tais contextos, verdadeiros subordinadores (ou, neste caso, complementadores) na medida em que permitem colocar uma frase-complemento na dependência de outra.

Todavia, esta função não a conseguem desempenhar sozinhos. Assim, em frases como (8), (10a), (11a), (12a) e (13a), tais morfemas estão intimamente ligados a que. Por isso, se nestas frases suprimissemos que, a sequência resultante tornar-se-ia agramatical:

(14) *Muitas pessoas estão conscientes de o país atravessa dificuldades.

(15) *Esses melhoramentos são aconselháveis para a cidade progredida.

Etc..

A não aceitabilidade de construções como (14) e (15) mostra-nos duas coisas. Por um lado, que nas frases subordinadas completivas, as formas finitas dos verbos (os chamados modos indicativo ou conjuntivo) estão intimamente ligadas ao morfema que. Veja-se, a este propósito, a hipótese defendida por Raposo (1975: pp.16 e segs.) de que o indicativo e o conjuntivo funcionam neste caso como complementadores, associados a que. Raposo sustenta, nomeadamente, que os valores modais veiculados quer pelo indicativo, quer pelo conjuntivo, são não propriamente inerentes a estes morfemas, mas sim determinados pelas propriedades sintático-semânticas dos verbos subordinantes e pelas pressuposições do autor da enunciação⁽⁸⁵⁾.

O outro aspecto que exemplos como (14) e (15) nos mostram, complementar aliás do anterior, é que o apagamento de que, obriga à desfinitização do verbo, ou seja, de acordo com a terminologia de Gross (1968) e (1975), à redução da frase completiva (integrante) a frase infinitiva. Destes fenómenos de redução me ocuparei no Capítulo II, nomeadamente porque é que tal redução seria admitida em exemplos como (15) — 'Esses melhoramentos são aconselháveis para a cidade progredir' — , mas não aceitável em casos como (14)

— '*Muitas pessoas estão conscientes de o país atravessar dificuldades'.

Do ponto de vista distribucional, verificamos ainda que, do mesmo modo que não é aceitável a sequência prep (indicativo + conjuntivo), isto é, com o apagamento de que, também não é admitida a frase infinitiva sem a preposição.

Por isso, em exemplos como (9), (10b), (11b), (12b) e (13b) as preposições estão intimamente ligadas ao infinitivo verbal, de tal modo que não é admitido o apagamento daquelas:

(16) *A chuva é capaz destruir as colheitas.

(17) *Esses soldados estão aptos (defender + defenderem)
a cidade.

Etc..

A inaceitabilidade destas construções mostra-nos, por conseguinte, que existe uma interdependência entre os dois elementos de prep - infinitivo, paralela à que ocorre entre os de prep - que. Sendo assim, pode considerar-se que a função de subordinação é desempenhada, no caso das completivas objecto finitas, pela sequência prep - que, e no caso das infinitivas por prep - inf. Todavia, não parece justificar-se que os dois elementos da sequência funcionem como um subordinador (ou complementador) único, indissolúvel. Por um lado, já vimos que no caso de prep - que, a preposição pode por vezes apagar-se. É o que sucede com a preposição de (cf. (14b)), mas também com outras, como, por exemplo em:

(18) O Júlio está confiante (E + em) que tudo se resolverá.

Por outro lado, é possível inserir, tanto entre prep e que, como entre prep e inf a sequência o facto de, no caso de o adjectivo o permitir:

(19) a. O Júlio está atento a (E + o facto de) que nem tudo corre bem.

b. A demissão do Júlio é resultante de (E + o facto de) o governo ter caído.

Além disso, entre prep e inf é possível inserir o SN sujeito da frase infinitiva, como no-lo prova (19b).

A interdependência entre prep e que é maior do que entre prep e inf, pois que entre os elementos desta última sequência se podem inserir ainda outros elementos, como por exemplo:

(20) A demissão do Júlio é resultante de, na actual crise, o governo ter caído.

Concluindo, verifica-se, pois, que o primeiro elemento das duas sequências conserva as suas propriedades de preposição e que cada elemento exerce funções de subordinador (ou, mais propriamente, complementador), embora com maior ou menor interdependência. A selecção de qualquer das sequências depende das propriedades sintáctico-semânticas dos adjectivos subordinantes. Analisarei tais propriedades no decurso dos próximos capítulos.

5. Conclusão

Neste Capítulo I analisei, pois, os principais problemas de natureza teórico-metodológica que se punham à elaboração do presente trabalho. Assim, depois de indicar de forma sumária o objecto que me proponho investigar (secção 1), defini em linhas também gerais a teoria linguística que preside à descrição gramatical do objecto da investigação (secção 2) e mostrei, pondo-os em confronto, os dois processos de obter os dados sintácticos, optando justificadamente pelo recurso à introspecção (secção 3). Na secção 4 abordei o problema da definição de adjectivo, nomeadamente do adjectivo predicativo, tendo em conta a necessidade que se me punha de constituir à partida uma lista de adjectivos, tão exhaustiva quanto possível, a fim de dar ao meu trabalho um carácter rigoroso e sistemático.

A definição de adjectivo levou-me sucessivamente, a analisar a contribuição dada pelos lexicógrafos (subsecção 4.1.), por um lado, e pelas diferentes teorias linguísticas (subsecção 4.2., 4.3. e 4.4.), por outro. Partindo destas contribuições, procurei, primeiro, definir as duas espécies de adjectivos, predicativos e não predicativos, com base nas respectivas propriedades contextuais ou distribucionais (subsecção 4.5.) e, em segundo lugar, resolver o problema da inclusão ou não inclusão na lista de adjectivos dos chamados adjectivos-nomes (subsecção 4.5.2.) e dos participípios passados verbais (subsecção 4.5.3.). Em relação a este último aspecto, procurei demonstrar, com base num es-

tudo sistemático e estatístico (embora, ampliável) — realizado creio que pela primeira vez — que um grande número de participios passados de verbos intransitivos e pronominais intrínsecos não funcionam como adjectivos, ao contrário do que faz crer a tradição gramatical.

Finalmente, na secção 4.6, procurei definir o que são estruturas completivas dos adjectivos predicativos e tratei dos problemas de regência postos por estas construções, completando assim a delimitação do objecto de estudo.

Completada pois esta delimitação, verifica-se que o meu objecto de estudo compreende cerca de dois mil adjectivos predicativos, excluindo os participios passados, pelos motivos que aponte na subsecção 4.5.3.. Aqueles dois mil adjectivos, aproximadamente, serão testados em relação a cerca de 150 propriedades sintácticas (e semânticas). A apresentação e análise destas propriedades será o objecto do Capítulo II.

Alguns problemas de natureza teórico-metodológica ficaram de lado, ou não foram suficientemente aprofundados, neste Capítulo I. Uns, por serem secundários neste momento, serão tratados no lugar adequado dos capítulos seguintes. Está neste caso, por exemplo, o do emprego dos verbos copulativos e pseudo-copulativos (ser, estar, ficar, etc.) nas construções completivas dos adjectivos predicativos, assunto que será analisado no Capítulo II (v. a subsecção 2.4.).

Outros problemas nem sequer mos pus de forma aprofundada, no início deste trabalho, em parte devido ao estado actual

dos estudos de sintaxe do português, o que não significa que não tenha consciência da sua importância. Um destes problemas relaciona-se com a questão da derivação sintáctica de certos adjectivos predicativos, morfologicamente denominais e deverbais, como, por exemplo, ansioso, colossal, famoso, perigoso, etc., ou aconselhável, correspondente⁽⁸⁶⁾, conhecedor, lamentável, etc..

O problema teórico concreto que itens como estes nos põem é precisamente o seguinte: justifica-se que estes itens tenham uma entrada lexical própria num dicionário sintáctico, como admito neste trabalho, ou deveriam ser derivados (transformacionalmente) dos substantivos e verbos correspondentes? O caso dos adjectivos em -vel é, neste aspecto, flagrante, na medida em que Chapin (1967) demonstrou, relativamente ao inglês, que a maior parte deles podiam ser derivados dos verbos correspondentes (critério este que parece aplicável ao português)⁽⁸⁷⁾, com evidente economia para o léxico. Gross (1975: pp.116 e segs.) demonstrou igualmente que um grande número de adjectivos eram relacionáveis com os verbos correspondentes, embora com diferenças semânticas entre algumas construções adjectivais e as respectivas construções verbais⁽⁸⁸⁾.

Em relação ao português nem sequer me pus um tal problema, na medida em que não temos ainda nenhum projecto de dicionário sintáctico, no qual se insiram, de forma sistematizada, estudos sobre os verbos e outros itens lexicais, como os que têm sido realizados, para o francês, por Gross (1968) e (1975), Picabia (1970), Giry (1972), Boons et al.

(1973) e (1976), etc.. Neste sentido, é possível que muitos adjectivos que insiro nas minhas tábuas possam vir a ser suprimidos e derivados sintacticamente de outros itens (substantivos, verbos e mesmo adjectivos) ⁽⁸⁹⁾. Do ponto de vista teórico, a derivação sintáctica (transformacional), que implica dar primazia à hipótese transformacionalista vs a hipótese lexicalista (cf. Chomsky 1970 sobre estas hipóteses, no que respeita aos tipos de nominalização em inglês) tal como aquele processo é admitido por Gross (1975: pp.107 e segs.) ensaia ainda os seus primeiros passos, apesar de tudo promissores.

Algumas das questões que acabo de apontar serão retomadas no decurso dos próximos capítulos.

Notas ao Capítulo I

1. Utilizo aqui frase com o valor axiomático que esta unidade maior da língua tem na gramática generativa transformacional. Conforme nos diz Ruwet (1967: p.366; cf. trad. port. 1975: p.69) "La notion de phrase est, en grammaire générative, tenue pour un terme primitif, non défini, de la théorie; celle-ci se distingue ainsi d'autres théories qui partent, comme certaines théories traditionnelles, de la notion de mot [...]".

Quant à la phrase, nous pouvons, pour le moment, nous contenter de nous la représenter comme une suite d'éléments syntaxiques minimaux enchaînés (ou concaténés); ces éléments syntaxiques minimaux sont, approximativement, équivalents aux morphèmes des structuralistes (aux monèmes, dans la terminologie d'André Martinet)".

As frases podem ser simples, se comportam um único membro ("oração" ou "proposição", na nomenclatura gramatical tradicional; como nos diz Barbosa (1830: p.363) "Oração, ou Proposição, ou Frase [...] tudo quer dizer o mesmo") organizado em torno de um verbo, ou complexas, se contêm mais do que um membro. As frases complexas podem ser formadas por coordenação (explícita ou implícita) e por subordinação.

As frases (1) a (4), citadas no texto, são complexas, mas de complexidade relativamente simples, na medida em que um dos seus membros, a frase completiva (integrante

ou infinitiva) exerce uma função sintáctica fundamental (sujeito ou objecto) relativamente ao outro membro que a compõe (o SV principal). Veja-se o texto a seguir e ainda a secção 5. deste mesmo Capítulo I.

No presente trabalho apenas serei confrontado de um modo geral com frases da complexidade revelada pelos exemplos (1) a (4) do texto.

Nem sempre é fácil sustentar se uma frase é simples ou complexa, como, por exemplo:

- (a) Ele vai falar esta tarde.
- (b) Ele tem falado várias vezes.

De um modo geral, os linguistas consideram que estas frases são simples, pois os verbos ir e ter funcionam ali como auxiliares. Outros há, porém, como Ross (1969), que não admitem verbos auxiliares. Estes problemas não serão, no entanto, abordados no presente trabalho.

Uma noção que por vezes se emprega nas descrições linguísticas como paralela à de frase é a de enunciado. Todavia, como salienta Ruwet (1967: p.368; cf. trad. port. 1975: p.70), "la phrase relève de la compétence et l'énoncé de la performance", ou seja, o enunciado não é mais do que a actualização da frase. De qualquer modo, apenas utilizarei a designação de frase, e eventualmente a de oração, com o valor de frase simples, no decurso do presente trabalho.

2. A noção de gramaticalidade é, de certo modo intuitiva, pois faz parte da competência linguística dos falantes

de uma dada língua. Diz-se, 'grosso modo', que uma frase é gramatical, se ela está bem formada, ou seja, se ela respeita as regras da gramática. No caso contrário, dir-se-á que a frase é agramatical. Rigorosamente, só as frases gramaticais merecem o nome de frases. As frases agramaticais são antes pseudo-frases ou semi-frases.

Para uma definição da noção de gramaticalidade, dos seus graus e implicações ver, nomeadamente, Ruwet (1967: pp. 30-44; ou 1975: trad.:port. pp. 30-41).

No decorrer deste trabalho utilizarei, porém, com mais frequência a noção de aceitabilidade (frases aceitáveis, frases não aceitáveis) por razões que se depreendem a seguir, no texto (v. a secção 3.).

A propósito desta noção Lyons (1970, trad. fr.: p.106) afirma: "Une phrase acceptable est une phrase qui a été produite, ou qui pourrait l'être, par un locuteur natif dans un contexte approprié et que les autres locuteurs natifs acceptent, ou accepteraient, comme appartenant à leur langue".

Segundo Chomsky (1965, trad. port.: 1975: p.92), "A noção de aceitável não deve ser confundida com a de gramatical. A aceitabilidade é um conceito que pertence ao estudo da performance, enquanto que a gramaticalidade pertence ao estudo da competência".

Ducrot e Todorov (1972: p.166) salientam: "Dans la mesure où la grammaticalité n'a pas pour critère un em-

ploi mais un jugement, il est possible de s'interroger sur la grammaticalité d'enoncés qui ne sont jamais utilisés effectivement". Um desses exemplos pode ser o seguinte, citado por aqueles autores: "la souris que le chat que le voisin qui est venu a acheté a mangée était empoisonnée".

Este enunciado é gramatical, mas não aceitável, pois, não se emprega. A noção de aceitabilidade é, por conseguinte, mais operativa que a de gramaticalidade. Por uma questão de comodidade usarei as duas como aproximadamente equivalentes, embora utilize com mais frequência a designação de frases aceitáveis e frases não aceitáveis.

3. Existe, contudo, um outro adjetivo provável, homônimo do item citado no texto (= susceptível de ser provado), que só aceita indicativo:

(a) É provável (por a mais b) que a situação (se complicou + está a complicar-se).

Agradeço o Eduíno Moniz de Jesus o ter-me chamado a atenção para este dado linguístico.

4. Sobre os valores de verdade veiculados pelo conjuntivo, v. nomeadamente Faria (1974).
5. As referências bibliográficas serão mencionadas pelo apelido do Autor e pela data de publicação do livro ou artigo em causa, salvo algumas excepções. Na Bibliografia final indicarei, sempre que possível, no final de cada título bibliográfico, a data do seu aparecimento,

quando não coincidente com a da publicação. Num caso ou outro mais importante, indico no texto entre parênteses curvos a data de aparecimento, seguida da de publicação. Em certos casos a data referenciada no texto é a das traduções disponíveis que utilizei. A consulta da Bibliografia, indicada no fim, permitirá esclarecer quais são estes casos.

6. Estudos precursores do chamado modelo da semântica generativa são, por exemplo, os de R. Lakoff (1968), Ross (1970), McCawley (1968) e Postal (1970), entre outros. Sobre a história da semântica generativa e os motivos que levaram ao seu aparecimento v., nomeadamente, Galmiche (1975) e a introdução à tradução portuguesa de Chomsky (1965).
7. A regra transformacional que aqui intervém foi descoberta por Quicoli (1972, Cap. II, pp.65 e segs.) que a baptizou, em inglês, com o nome de NP Detachment. Perlmutter (1973) deu a esta mesma regra a designação de Head Start. Para ela propus a designação, em português, de Avançada do Sujeito (cf. Casteleiro (1976a), nomeadamente a nota 9). Ver, contudo, o desenvolvimento deste assunto na subsecção 3.5. do Capítulo II.
8. A propósito dos principais aspectos gramaticais da sequência é que v. Casteleiro (1976a).
9. Além dos trabalhos de Gross (1968), (1975) já citados, lembro a este propósito, nomeadamente o estudo de Pica-bia (1970) sobre os adjectivos, o de Giry (1972) sobre as construções do verbo faire, o de Boons et al. (1973)

e (1976) sobre a estrutura das frases simples com verbos intransitivos e transitivos, respectivamente.

10. Vejam-se como ilustração do que afirmo os seguintes exemplos, em transcrição gráfica normal, extraídos do corpus recolhido para o levantamento do Português Fundamental (Centro de Linguística das Universidades de Lisboa):

- (a) "Nós em sapatos até...somos, estamos considerados, quer dizer, sapatos manuais, estamos considerados os segundos do Mundo" (Director comercial, com o ciclo preparatório, de Lisboa; entrevista nº 512).
- (b) "Diz que vão fazer umas, umas garages, não é garages, é, armazéns, mas os armazéns não podem, a altura do armazém não pode passar de, do chão, do rés-do-chão. Quer dizer, portanto ficam, o nível do telhado do, desses armazéns fica ao nível da porta das garages, portanto praticamente lá para cima não..." (Funcionário público, com o curso geral dos liceus, de Lisboa; entrevista nº 734).
- (c) "Quer dizer, é uma amizade que tive lá, não era?, lá dentro pouco falava para ele, mas cá na rua, quer dizer, depois do nosso trabalho é que por onde a gente, quer dizer, é, é que nós se divertíamos" (Empregada de hotel, com a 3a. classe, da Figueira da Foz; entrevista nº 531).
- (d) "Agora se sei, se sei que amanhã ia uma minha prima a França...eu tinha, tinha, tenho agora cá quem ...conhecimento para me tirarem o passaporte, então

eu tinha arranjado o passaporte e tinha ido à França, amanhã ia à França com a minha prima ver a minha, os meus filhos e a minha netinha" (Empregada doméstica, analfabeta, de Viana do Castelo; entrevista nº 1087).

11. Se em (15)e(16) , em vez do artigo definido, introduzíssemos o artigo indefinido, os resultados, quanto à aceitabilidade das frases, seriam diferentes:

(i) Ele tratou-a duma maneira lamentável.

(ii)*Ele tratou-a duma maneira possível.

A aceitação do artigo indefinido em (i), mas não do artigo definido (cf. (15) no texto), parece indicar que existem várias maneiras lamentáveis de tratar alguém, ao passo que a maneira possível (cf. (ii) em oposição a (16), no texto) de tratar alguém é apenas uma e, portanto, definida. Por outras palavras, só há um grau de possibilidade, mas vários graus de "lamentar" alguém. A propósito das alterações na aceitabilidade de frases como (i) e (ii), provocadas pela presença ou ausência de artigos, chamo a atenção para Gross (1971), pois as suas observações sobre o francês têm largo paralelo em português.

12. A propósito da noção de regência (ou regime, como outros autores preferem) veja-se a subsecção 4.6.2., assim como a nota 80, deste Capítulo I.
13. A Academia das Ciências de Lisboa promoveu há muitos anos a elaboração de um Dicionário da Língua. Devido às

deficientes condições de trabalho dos lexicógrafos empenhados em tal tarefa, apenas se encontra publicado o 1º volume (Dicionário da Língua Portuguesa. Volume I: A - Azuverte. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976). Este dicionário, pela qualidade da sua elaboração e pelo relevo que dá à língua contemporânea, virá sem dúvida preencher graves lacunas existentes no domínio da lexicografia portuguesa.

14. Na designação de gramática tradicional costumam abranger-se os estudos gramaticais "pautados pelo modelo greco-latino" (Câmara, 1970: p.1) de descrição linguística, cuja origem remonta aos filósofos gregos da Antiguidade Clássica e foram depois prosseguidos pelos gramáticos latinos, medievais e clássicos, até ao aparecimento de Saussure e do Estruturalismo. Todavia, o modelo greco-latino de descrição linguística ainda hoje perdura, mais ou menos explicitamente, na maior parte das gramáticas portuguesas como aliás de outras línguas, embora em certos casos com modificações introduzidas por influência de outras teorias linguísticas.

No âmbito da gramática tradicional merecem especial destaque as chamadas gramáticas filosóficas, como é, por exemplo, para o português a de J. Soares Barbosa: (1a. ed.,

póstuma: 1822; 2a.ed., a que utilizo nas citações: 1830), inspirada na Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal (1660) e noutros gramáticos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, (cf. Casteleiro 1976c), as quais visam definir uma teoria geral da linguagem, que em muito aspectos é precursora da gramática generativa transformacional.

A designação de gramática tradicional não implica da minha parte o sentido depreciativo que por vezes lhe é atribuído. A este propósito partilho inteiramente as seguintes opiniões: "ce qu'on appelle généralement la grammaire traditionnelle [...] est beaucoup plus riche et variée que l'on ne pourrait supposer à la lecture des courtes pages que consacrent à ces doctrines la plupart des manuels de linguistique moderne" (Lyons, 1970: p.7); "It will be apparent, then, that 'traditional grammar' although it can be criticized from the point of view of modern ideas of what constitutes scientific precision and objectivity, is far richer and far more diversified than one would suppose on the basis of the rather disparaging references which have been made to it by many modern linguists" (Allen e Widdowson, 1975: p.49).

Neste domínio e, nomeadamente, em relação aos gramáticos portugueses, desde Fernão de Oliveira, está praticamente por fazer todo um estudo crítico aprofundado.

15. O sentido que atribuo a gramática normativa parece-me extremamente bem definido neste passo de Dubois et all.

(1973: p.342): "La grammaire normative se fonde sur la distinction de niveaux de langue (langue cultivée, langue populaire, patois, etc.); et, parmi ces niveaux, elle en définit un comme langue de prestige à imiter, à adopter; cette langue est dite la 'bonne langue', le 'bon usage'. Dans cette détermination, il est bien évident qu'entrent non des raisons proprement linguistiques, mais des raisons d'ordre socio-culturel: la langue choisie comme référence du Dites... est celle du milieu qui jouit du prestige ou de l'autorité (milieux de 'bonne bourgeoisie', par exemple). Un autre facteur pris en considération par la grammaire normative est l'imitation des 'bons auteurs'".

A propósito de gramática normativa, podemos contudo interrogar-nos, como o faz Câmara (1970: p.5): "Será que essa gramática deve ser abandonada, como sustentam alguns linguistas, especialmente norte-americanos?". E o próprio autor responde logo a seguir: "A resposta que parece certa é que há em tal atitude uma confusão entre duas disciplinas correlatas mas independentes. A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social" (Câmara, 1970: p.5).

Se tivermos, pois, em conta a distinção entre gramática científica e gramática pedagógica (v., a propósito

desta distinção, nomeadamente, Saporta (1973) e Allen (1974)), não podemos deixar de reconhecer que esta última acaba por tornar-se sempre normativa.

Aquilo que se torna condenável são os exageros de certos falsos normativismos linguísticos, como o frisa Gleason (1969 : p. 168) no seguinte passo: "Les linguistes sont nombreux à rejeter les grammaires normatives, qu'ils considèrent comme de dangereuses déformations et, dans bien des cas, cette attitude est entièrement justifiée. Cependant, le défaut ne vient pas du fait que ces grammaires sont normatives, mais du fait qu'elles s'appuient sur une description inadéquate ou fausse; les emplois qu'elles condamnent ne sont souvent, de toute évidence, ni compris, ni analysés correctement; elles sont quelquefois tentées de recommander des schèmes qui présentent une certaine séduction, même si en fait ils sont peu employés et peut-être incompatibles avec les constructions établies et approuvées [...] . Cependant aucune de ces erreurs n'est inhérente à la grammaire normative en tant que telle. Si elle s'appuyait sur une bonne grammaire descriptive et sur une observation exacte de la valeur sociale, elle ne prêterait pas le flanc aussi facilement à la critique et à la condamnation. De plus elle présente une réelle utilité, en particulier dans l'enseignement ou dans l'édition [...] .

Mais il est inutile, voire catastrophique, d'utiliser une grammaire normative qui révèle une évidente igno

rance de la structure de l'anglais et qui cherche à enseigner une forme de langue contraire à la forme acceptée que l'étudiant entend autour de lui" ...

16.No decurso deste trabalho emprego a palavra classe em dois sentidos, geralmente determinados pelos contextos em que ela ocorre, mas que convém, apesar de tudo, especificar.

Num contexto como classe dos nomes, emprego a palavra classe no sentido tradicional de "parte do discurso", ou seja, de categoria lexical como são os substantivos, os adjectivos, os verbos, etc., por oposição às categorias gramaticais, em sentido restrito, ou seja, o tempo, o modo, o género, o número, etc..

Em gramática generativa emprega-se geralmente a palavra categoria tanto para significar classe de palavras como categoria gramatical, no sentido atrás referido.

O outro sentido que dou à palavra classe ocorre em contextos como classes de adjectivos (cf. a secção 1 deste capítulo) ou classes de verbos, por exemplo, em que a classe de itens é definida pelas propriedades distribucionais, transformacionais e, eventualmente, semânticas que definem os itens, permitindo agrupá-los. Repare-se que este sentido de classe não é forçosamente mais restrito que o primeiro apontado (ou seja, classe = parte do discurso). De facto

se inventariássemos e analisássemos, por exemplo, os itens que se constroem com completiva, encontraríamos tanto verbos como adjectivos e substantivos, o que nos poderia conduzir a falar da "classe dos itens lexicais que aceitam completiva".

17. É o caso, por exemplo, entre outros, da análise que Barbosa efectua dos pronomes pessoais, que considera como determinativos, baseando-se em construções como "Eu Antônio, Tu Pedro, Elle Sancho" (Barbosa, 1830 : p. 143). V. a este propósito a análise generativista, com base no inglês, proposta por Postal (1966) e adoptada por Raposo (1973a) em relação ao português. Num outro aspecto, denotando uma certa visão estruturalista da língua, Barbosa aproxima os determinativos possessivos dos pessoais (cf. Barbosa, 1830 : pp. 152 e segs.).
18. A fim de não sobrecarregar o texto, apenas cito nos casos em que Celso Cunha tira os exemplos de escritores, os nomes destes, omitindo a referência à obra e página.
19. Na designação de gramáticas estruturalistas abranjo aqui, por uma questão de comodidade expositiva, tanto as diversas correntes do estruturalismo europeu como o distribucionalismo norte-americano. Não cabe, toda via, nos limites deste trabalho fazer uma resenha, ainda que sucinta, da contribuição que as diversas

escolas estruturalistas têm dado à definição das classes de palavras, incluindo a dos adjectivos. Apenas referirei nesta secção os princípios gerais em que assenta essa definição, destacando tão-só a análise paraestruturalista que Câmara (1970) faz dos adjectivos portugueses.

Convém lembrar ainda que certos estudos gramaticais contemporâneos, de indiscutível valor, como, por exemplo, os de Brøndal, Jespersen e Gustave Guillaume, se desenvolveram à margem de qualquer escola estruturalista, embora denotem em muitos aspectos certa influência estruturalista, ao mesmo tempo que acusam, sobretudo Jespersen, uma certa intuição transformacionista.

No que respeita à definição das classes de palavras destacam-se especialmente as análises de Brøndal (1928) e Jespersen (1924), (1937). Apenas mencionarei aqui, no entanto, breves aspectos da análise efectuada por, este último linguista, a qual é apresentada na sua forma definitiva em Jespersen (1937; trad. fr. 1971).

Tendo em conta a dicotomia língua/fala de Saussure, Jespersen considera que as palavras se definem categorialmente em dois níveis. Por um lado, no plano da língua, as palavras são encaradas isoladamente, com o valor lexical e gramatical (ou categorial) que os dicionários costumam registar. Por outro lado, no plano da fala, as palavras aparecem combinadas umas

com as outras, assumindo então um valor de ordem (fr. "rang") que só a análise sintáctica pode determinar. Assim, os substantivos são, geralmente, uma classe de ordem 1, os adjectivos e os verbos são itens de ordem 2 e os advérbios, itens de ordem 3. Ou seja, os adjectivos e os verbos são classes da ordem 2, porque funcionam como atributivos ou predicativos dos substantivos sendo esta, pois, uma classe de ordem 1. Por sua vez os advérbios são uma classe de ordem 3, na medida em que funcionam como atributivos ou predicativos dos adjectivos e dos verbos. Jespersen considera, por conseguinte, os adjectivos a par dos verbos, visto que são classes da mesma ordem (cf. Jespersen 1937, trad. fr. 1971 : p. 190): A principal crítica que podemos fazer a esta análise de Jespersen é a mesma que fazemos a Saussure, na medida em que ambos consideram que as frases são unidades da fala ("parole."), e não da língua. Ou seja, para eles a sintaxe situa-se no plano da fala ou discurso e não no plano da língua.

20. É Bloomfield (1933/1970, trad. fr.) p. 153) que utiliza pela primeira vez a designação constituíntes imediatos: "Tout locuteur de langue anglaise qui s'intéresse à ce sujet, nous dirait aussitôt que les constituants immédiats de Poor John ran away sont les deux formes Poor John et ran away; chacune d'entre elles constituant à son tour une forme complexe; que les constituants immédiats de ran away sont ran, morphème, et

away, forme complexe dont les constituants sont les morphèmes a - et way; et que les constituants de poor John sont les morphèmes poor et John. Ce n'est que de cette façon qu'une analyse appropriée (c'est-à-dire une analyse qui tienne compte du sens) conduira aux morphèmes fondamentalement constituants".

Todavia, conforme no-lo salienta Lyons (1968/1970, trad. fr.: pp. 162-163), "On voit le parallélisme entre l'analyse en constituants immédiats et le processus traditionnel d'analyse grammaticale de la phrase en sujet et prédicat, puis, selon les cas, en mots, en syntagmes et en propositions de divers types".

"Ces deux types d'analyse - como diz ainda Lyons (*idem*, p.162) - reposent sur l'hypothèse que les phrases ne sont pas de simples suites linéaires d'éléments, mais qu'elles sont composées de couches de constituants immédiats, chaque constituant d'une couche faisant partie d'un constituant de la couche située au-dessus".

Este tipo de análise pode ser representado graficamente através de parênteses ou árvores (cf. Lyons, 1968/1970, ou ainda Gleason 1955/1969: Cap. X, para exemplificação).

A análise em constituintes imediatos foi depois aprofundada por Harris (1951) e, sobretudo, por Chomsky (1957), que a formalizou, dando-lhe a designação de gramática sintagmática ("phrase-structure grammar") e inserindo-a no seu modelo de gramática generativa transformacional V., além de Chomsky (1975), Ruwet (1967)

para um desenvolvimento desta matéria.

21. O método distribucional, ou simplesmente distribucionalismo, é uma teoria geral da linguagem que tem a sua origem em Bloomfield (1933) e foi desenvolvida pelos discípulos deste linguista, em especial Harris (1951) e (1968). A análise em constituintes imediatos, a que se refere a nota 20, constitui um aspecto parcial, embora importante, daquela teoria. Em Picabia (1975) pode encontrar-se um resumo dos princípios em que se fundamenta a teoria do distribucionalismo, resumo esse feito com base em Harris (1968). Um dos princípios basilares desta teoria é a noção de distribuição, subjacente, aliás, à análise em constituintes imediatos.

Além de Picabia (1975: p.13), o leitor pode ainda encontrar em Lyons (1968/1970: p. 56 e passim) em Nique (1974: p.34), por exemplo, uma explicitação exemplificada da noção de distribuição. O nº 20 da revista Languages é igualmente dedicada à "análise distribucional".

Digamos que a distribuição de uma palavra, por exemplo, é definida pelo conjunto de contextos potenciais em que ela pode ocorrer. Assim, o tipo de palavras a que tradicionalmente se dá a designação de adjectivos pode ser definido, entre outros, pelos seguintes contextos:

(i) a. Det.— N.

b. Det N—.

c. Det N muito — .

d. SN ser — .

etc..

Para mais pormenores, veja-se a subsecção 4.5.1., neste capítulo.

Conforme no-lo salienta Lyons (1968/1970: p. 56), "il apparaîtra clairement que les différents types de relations distributionnelles qui relient les unités linguistiques sont susceptibles d'être décrits par le calcul des classes et la theorie des ensembles. Ce fait est d'un grand intérêt pour l'étude des fondements logiques de la théorie linguistique". É justamente este tipo de análise, a que pode chamar-se linguística matemática, que é desenvolvido em Harris (1968) e (1976). Uma componente importante do distributionalismo de Harris são as transformações, encaradas como relações entre frases, cuja teoria é exposta em Harris (1968), a qual difere substancialmente do modelo transformacional de Chomsky (1957), (1965) etc.. Como é evidente, torna-se impossível explicar numa nota essas diferenças. Remeto, por isso, o leitor para a bibliografia citada e ainda para Gleason (1955/1969) e Gross (1968), (1975).

22. Além da análise paraestruturalista de M. Câmara (1970), que resumo adiante, no texto, podia referir-se ainda a descrição estruturalista de tipo semântico-sintático que Pottier et al (1975) apresentam do adjectivo em português. Para estes autores, "o

adjectivo é a categoria imediatamente apta para funcionar como adjectivação; não tem marca morfológica particular, salvo a concordância em sexo, gênero e número" (Pottier et al. 1975: p 66). "Do ponto de vista semântico — acrescentam os autores — existem três graus de atribuição do adjectivo ao substantivo.

- 1) 'o pássaro é negro': voz atributiva: estabelece a relação;
- 2) 'o pássaro negro': adjectivação externa, que pressupõe a ligação (não é a ligação que interessa, mas outra coisa: 'o pássaro negro é de Paulo')
- 3) 'o negro pássaro': adjectivação interna, que pressupõe a relação, igualmente enfática, subjectiva e que orienta para uma visão global" (Pottier et al. 1975: pp .66-67).

Tendo em conta a relação de complementação entre o substantivo e o adjectivo, Pottier et al. (1975: p.67) consideram a existência de dois tipos de relações lógicas. Um é "a adjectivação descritiva", que implica a compreensão total (i. e., $A = B$), como, por exemplo, em "os denodados jogadores foram contemplados com um carro", ou, "os jogadores, denodados, foram contemplados ...". Poderíamos dizer, por outras palavras, que esta adjectivação é explicativa ou não restritiva. O outro tipo é a "adjectivação selectiva", que implica compreensão parcial (i. e., $A \supset B$, como acontece,

por exemplo, em "os jogadores denodados foram contemplados ...", o que significa que "alguns jogadores não eram denodados". A este tipo de adjectivação pode, pois, chamar-se, à maneira tradicional, adjectivação restritiva.

Pottier et al. (1975: p. 67) distinguem ainda a "adjectivação caracterizante" (i. e., $A \supset B$), como, por exemplo, em "um movimento regular", da "adjectivação determinante" (i. e., $A \cap B$), como sucede em "um acidente automobilístico", "o calor solar". Encontramos aqui explicitada, utilizando outra terminologia, a distinção que faço em 4.5.1., entre adjectivos predicativos e não predicativos.

Além da adjectivação substantival, Pottier et al. (1975: pp. 66 e segs.) distinguem ainda a adjectivação verbal, em que o adjectivo aparece marcado com o morfema -mente (v. g., "Pedro fala sinceramente"), e a adjectivação do enunciado, na qual o predicado é modificado por meio de um "circunstante" (i.e., sintagma adverbial e frase adverbial), conforme acontece, por exemplo, em "Paulo foi ao cinema com sua namorada" ou Paulo irá ao cinema se não chover" (os sublinhados são meus). Estes "circunstantes" podem ser deslocados para o início da frase.

Como se vê, a análise que Pottier et al. (1975) apresentam da adjectivação é mais semântica do que sintáctica e é mais englobante, na medida em que abran-

ge o próprio enunciado. Além disso, e salvo este último aspecto, aliás discutível, é mais inovador na terminologia usada do que propriamente no conteúdo. Por outro lado, tal análise é bastante superficial, na medida em que deixa de lado muitos aspectos importantes (v. 4.5.1. para a detecção de alguns destes aspectos).

Outra análise do funcionamento do adjetivo na frase, que não exponho aqui, é a de Óscar Lopes (1972), baseada nos princípios da lógica simbólica.

23. Na formulação destas regras basei-me em Ruwet (1967: p. 406/1975: p. 282), mas modifiquei ligeiramente as designações, conforme se pode ver compulsando, por exemplo, a tradução portuguesa:

(i) $S \text{ Pred} \rightarrow \text{Cópula} + \text{Sintagma Atributivo}$

(ii) $\text{Sintagma Atributivo} \rightarrow \begin{Bmatrix} \text{SN} \\ \text{Adj} \end{Bmatrix}$

Em vez de S Pred utilizo SV e no lugar de Sintagma Atributivo prefiro S Pred. De facto, durante uma certa fase da gramática generativa usou-se o símbolo S Pred (v., por exemplo, Chomsky 1965) para representar o combinação do Auxiliar (no sentido que a esta categoria atribui a teoria generativa transformacional) com o SV, admitindo-se, por conseguinte, que a categoria Auxiliar era exterior ao SV (v. a este propósito a crítica de Gross 1975: pp. 40-41).

Toda esta questão merecia ser discutida, incluindo a categoria gramatical SV, cuja existência alguns lin-

guistas têm posto em dúvida. Tal discussão não cabe, porém, no âmbito desta nota.

Por outro lado, existe entre os gramáticos e os linguistas uma certa flutuação no emprego das designações atributo, epíteto e predicativo. Assim, na gramática tradicional, o adjectivo que qualifica o substantivo e se encontra em posição adnominal ora recebe a designação de atributo (ou acessório), ora a de epíteto. Se tal adjectivo (assim como o substantivo ou locução nominal) se encontra no contexto pós-verbo copulativo (ou pseudo-copulativo), a designação utilizada é a de (nome) predicativo (do sujeito) e também a de atributo. Verifica-se assim que esta última designação é utilizada tanto no contexto adnominal como no contexto pós-verbo copulativo. Modernamente usa-se, contudo, nas gramáticas portuguesas, a designação de adjunto adnominal, em vez de epíteto ou atributo, para os adjectivos em posição posposta ou anteposta aos substantivos, reservando-se o termo predicativo para os adjectivos em posição pós-verbal (incluindo verbos copulativos, pseudo-copulativos e outros), esteja o verbo explícito ou implícito. É o que sucede, por exemplo, em Celso Cunha (1976: pp. 264 e segs.), que dá os seguintes exemplos, alguns já citados em 4.2.2.:

(iii) De adjectivo adjunto adnominal: "seu gesto meigo cativou-me".

(iv) De adjectivo predicativo:

- a. "A praia estava deserta" (G. Amado).
- b. "Terrível aquela noite!"
- c. "Sabia-o decidido, sem medo!" (G. Aranha).
- d. "Pareceu-lhe que não, sorriu e chamou-lhe incrédulo" (M. de Assis).
- e. "Meu coração desmaia pensativo" (C. Alves).

As regras (i) e (ii), referidas em Ruwet, pressupõem o uso do termo atributo nesta última acepção (adjectivo predicativo). Para o adjectivo em posição adnominal Ruwet utiliza antes a designação de epíteto. No decurso do meu trabalho dou as designações de atributo e epíteto aos adjectivos em posição adnominal. Quanto ao termo predicativo, utilizo-o em referência quer à posição sintáctica dos adjectivos, ou seja, no contexto pós-verbo copulativo, quer à função semântica. É com base neste duplo sentido, e bem assim num certo número de propriedades, que distingo os adjectivos predicativos dos não predicativos. (v. 4.5.1.).

- 24. Admite-se, geralmente, que são os verbos e os adjectivos, que, na sua função de predicados, seleccionam os substantivos para formarem frases. Se fossem estes a seleccionar aqueles, as regras (ou restrições de selecção) seriam muito mais difíceis de formular e de uma complexidade enorme. V. a este propósito, nomeadamente, Chomsky (1965/1975: pp. 201 e segs. e 245 e segs.).
- 25. É o que sucede, por exemplo, na "Gramática Filosófica" de J. Soares Barbosa, conforme já salientei em

4.2.1., o qual segue, aliás, a Gramática de Port-Royal. Assim, diz Barbosa (1830: p. 139): "segue-se que todo Adjectivo com o seu sujeito, ou Substantivo equival a huma proposição incidente, e por esta se pode resolver, como: 'Deos invisivel creou o mundo visivel', se resolve nestas proposições 'Deos, que he hum Ente invivivel, creou o mundo, que he huma couza visivel'" (Afirmação que citei igualmente em 4.2.1.).

Epifânio Dias (1959: p. 267), como acontece em geral com os gramáticos portugueses, classifica as frases relativas como "orações adjectivas", em oposição às "orações substantivas", que são as integrantes, infinitivas e interrogativas indirectas. O mesmo sucede em Celso Cunha (1976: p. 557), que nos diz, justificando tal classificação: "as orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjectivas, e adverbiais, porque as funções que desempenham no período composto são comparáveis às exercidas por substantivos, adjectivos e advérbios no interior da oração".

Não é geralmente costume nas gramáticas portuguesas salientar-se o paralelismo existente, por um lado, entre os adjectivos epítetos e as relativas restritivas (ou determinativas) e, por outro, entre os adjectivos apostos e as relativas explicativas (ou não restritivas). Todavia, encontramos em Barbosa (1830: pp. 178 e segs.) uma classificação dos adjectivos em explicativos e restritivos, baseada em princípios lógico-sintáticos, a que me refiro em 4.2.1.

O paralelismo entre adjetivos e frases relativas, no que respeita a estas funções lógico-sintáticas tem sido posto em destaque em diversos estudos transformacionais, como os de Lees (1960/1968: p. 85 e segs.), Smith (1961: p. 343) e Vendler (1968: pp. 12 e segs. e 86 e segs.), entre outros. Cf. também as informações de Ruwet (1967: p. 407/1975: p. 283) relativamente a este assunto.

26. Assim no-lo refere, por exemplo, Lyons (1968/1970: p. 12): "D'une part, Platon définissait ces grandes classes grammaticales, noms et verbes, en termes logiques (comme parties constituantes d'une proposition). D'autre part, il réunissait en une même classe ce que nous appelons maintenant les verbes et les adjectifs".

27. Chamo aqui a atenção do leitor para o interessante artigo de Joly (1976) sobre a teoria gramatical de James Harris. A propósito do pensamento de Harris sobre os verbos, os adjetivos e também os participípios, refere Joly (1976: pp. 423-424):

"Harris place l'adjectif avec le verbe, autre innovation, puisque cette combinaison semble apparaître pour la première fois dans un ouvrage antérieur de cinq ans à Hermès, A New English Grammar (1746).

Harris l'a-t-il connu? En tout cas, l'auteur, Kirkby, n'explique pas très clairement pourquoi l'adjectif et le verbe sont, sous un certain rapport, identiques. Harris est beaucoup plus explicite. Verbe,

participe et adjectif ont un dénominateur commun: l'attribut. [...]. Harris essaie aussi de montrer ce qui distingue le verbe, le participe et l'adjectif et il établit entre eux une hiérarchie en fonction de trois paramètres: expression de l'attribut, expression du temps, expression de l'affirmation. Soit, sous forme de tableau:

	expression de l'attribut	expression du temps	expression de l'affirmation
verbe	+	+	+
participe	+	+	∅
adjectif	+	∅	∅

[...] Pour Harris, l'adjectif est comme un participe auquel on aurait retiré l'expression du temps et, plus loin dans Hermès (I, IX), il montre comment, en latin et en anglais, un participe devenu adjectif (doctus, eloquens, tinking, learned) exprime une 'qualité habituelle', une capacité permanente, alors que le participe, qui conserve des attaches plus directes avec le verbe, décrit soit une activité circonscrite dans le temps, soit le résultat de cette activité".

Também Harris, portanto, conforme o salienta Joly, considera o particípio mais relacionado com o verbo do que com o adjetivo. Ver a este propósito a seção 4.5.3..

28. Entre os generativistas que defendem a inclusão de verbos e adjectivos numa mesma classe lexical contam-se, além de Lakoff, Ross (1966/1969), Lyons (1966) e (1968/1970), Fillmore (1968), Jacobs e Rosenbaum (1968), Anderson (1968), etc.. Entre aqueles que, pelo contrário, sustentam que verbos e adjectivos são categorias distintas, incluem-se Chomsky (1965/1975), Halliday (1967), Schachter (1973), etc..
29. A noção de sintaxe abstracta é explicitada, por exemplo, por Raposo, in Meireles e Raposo (1975: p.64) ou Raposo (1973b: p. 33) no seguinte passo: "linguistas como George Lakoff, Robin Lakoff, John Ross e James McCawley, em vários trabalhos efectuados sobretudo entre 1966 e 1968, [...] notaram que, para manter uma generalização linguisticamente interessante acerca de muitos fenómenos gramaticais, seria necessário postular estruturas profundas consideravelmente 'mais profundas' do que aquelas geralmente autorizadas pela lógica de uma obra como a de Chomsky (1965); quer dizer, essas estruturas mais profundas aproximavam-se a passos de gigante daquilo que se poderia propor como representação semântica adequada das frases. É óbvio que, no momento em que isto acontecesse deixaria de existir razão lógica para manter um nível de estrutura profundo distinto do nível de representação semântica. A este tipo de sintaxe, produzida nesta época por estes linguistas, veio

a chamar-se sintaxe abstracta, na medida em que as estruturas profundas por eles postuladas eram, como já o disse, muito diferentes das estruturas de superfície (no sentido de uma muito grande abstracção em relação a elas), ao contrário das estruturas profundas postuladas por Chomsky (1965), relativamente semelhantes, isto é, pouco diferindo das estruturas de superfície correspondentes.

Trabalhos paradigmáticos, quanto a mim, deste tipo de abordagem são os de R. Lakoff (1967) sobre as estruturas de complementação em latim (sobretudo o capítulo 5, sobre as estruturas abstractas), e de Ross (1967 d) sobre as frases declarativas e a necessidade de as analisar como contendo uma oração performativa superior em estrutura profunda".

30. O termo utilizado para designar a classe lexical que inclui verbos e adjectivos varia conforme os autores. Assim, Lakoff (1965/1970: Apêndice A, p. 115) usa a designação de "verb" (verbo): "We will try to present a case for the plausibility of the assertion that adjectives and verbs are members of a single lexical category (which we will call VERB) and that they differ only by a single syntactic feature (which we will call ADJECTIVAL)". Jacobs e Rosenbaum (1968: cap. 13) utilizam antes o termo "verbals" (verbais), enquanto Lyons (1966) e, na sua pegada, Allan (1973) se servem da designação "predicators" (predicadores). Allan vai mesmo mais longe ao tentar provar que os

sintagmas nominais complementos e os sintagmas preposicionais complementos também funcionam como predicadores. Ross (1966/1969) usa porém, a designação "predicate" (predicado).

31. Nem todos os argumentos apresentados são exclusivamente de Lakoff, conforme no-lo assinala o próprio autor (1965/1970: Apêndice A, p. 115): "Of the arguments given below, 1, 4, 5, 7, and 9 were worked out by Paul Postal and by the author, working independently. Arguments 2, 6, and 8 are due solely to Postal; 3 was pointed out by Lester Rice".
32. O mesmo se poderia dizer, por exemplo, em relação ao francês, conforme é posto em destaque por Picabia (1970: pp. 12-13), baseando-se igualmente na análise de Lakoff (1965/1970).
33. Nem todos os generativistas aceitam a inserção do verbo copulativo através duma regra transformacional, como sugere Lakoff. Assim, Ross (1966/1969: pp. 353 e segs.), (1967: cap. 3) e (1969) sustenta, por exemplo, que os verbos copulativos, assim como os verbos auxiliares, são inseridos na estrutura profunda, através das regras de base, como verbos principais.
34. Segundo Fillmore (1968: pp. 1 e segs.) as preposições estão associadas aos SNS na estrutura profunda das frases, conforme o caso que aqueles desempenham.

Assim, afirma o autor (1968: p. 33): "The 'universal' character of the base rules is Kept intact by the assumption that prepositions, postpositions, and case affixes — semantically relevant or not — are in fact realizations of same underlying element, say K (for Kasus). We may regard all of the case categories as therefore rewritten as K + NP". No decurso da derivação das frases algumas preposições podem ser apagadas.

A solução proposta por Fillmore, quanto à inserção das preposições, é susceptível de ser encarada como podendo responder a certas críticas como aquela que é expressa por Gross (1975: p. 46) nos seguintes termos: "Les questions fondamentales de la grammaire traditionnelle restent toujours sans réponse. Ainsi il nous semble que par exemple, le problème traditionnel de la préposition [...] met en jeu divers mécanismes profonds de la syntaxe. Pourtant, le traitement qui en est actuellement fait en grammaire générative est vide de tout contenu: on donne une solution algorithmique qui insère la 'bonne' préposition dans le 'bon' contexte et on considère le problème de l'insertion lexicale comme résolu". Todavia, Gross não aprovaria, com certeza, um mecanismo de introdução das preposições como o que é proposto em Fillmore (1968), na medida em que é extremamente abstracto (cf. Gross, 1975: pp. 45-46, a propósito dos mecanismos abstractos usados em gramática generativa)

e não resolve todos os problemas de inserção das preposições nas estruturas frásicas.

35. Esta frase seria perfeitamente aceitável, se tomássemos regicida no sentido figurado, como, por exemplo;

(i) Tu estás a ser cada vez mais regicida, na forma como atacas o rei com as tuas críticas.

36. Espero vir a desenvolver este assunto num trabalho em preparação sobre as construções imperativas em português.

37. A propósito da classificação das frases relativas em restritivas (ou determinativas) e explicativas (ou não restritivas), questão que aqui não considero, ver 4.4.1. e ainda 4.5.1..

38. Os exemplos de nominalizações em -ledge, -ing, e -ance e -ness dados por Lakoff (1965/1970: pp. 125-126) são os seguintes:

(i) John Knows that fact → John's knowledge of that fact.

(ii) John is cognizant of that fact → John's cognizance of that fact.

(iii) John Yelled → John's Yelling.

(iv) John Was noisy → John's noisiness.

(v) John distrusted Bill → John's distrust of Bill.

(vi) John Was Wary of Bill → John's Wariness of Bill.

A propósito de nominalizações deste tipo por via transformacional, como a que é proposta acima, seria interessante ter em conta as observações de Gross (1975: pp. 102-109), a que me refiro adiante, no texto.

Vejam-se também os exemplos dados por Gross (1975: p. 108) assim, como o desenvolvimento desta questão, que implica a introdução de verbos, chamados operadores, nas relações de nominalização ($F \rightarrow SN$). Neste domínio é ainda importante a tese de Giry (1972).

39. Conforme refere Schachter (1973: p. 15) "the verb amuse can occur in the progressive while the adjective amused cannot, and the verb co-occurs with certain types of adverbials are unacceptable with the adjective [...], enjoyable accepts certain modifiers, such as most in the sense 'very', which fail to occur in the same sense with enjoy". Schachter fundamenta esta análise com base numa série de exemplos.
40. Agradeço a Isabel Hub Faria o ter chamado a minha atenção para a hipótese da gramática não discreta de Ross, assunto a que ela se refere também na sua tese (Faria, 1974).
41. "To show that a squish exists, — diz Ross (1972: p. 317) — I will cite a number of grammatical pro-

cesses which work most for verbs, less for adjectives, and least for nouns".

42. São os seguintes os exemplos dados por Ross (1972: p. 318):

"(6) P Deletion [i.e.: 'apagamento da preposição] (fronted) and PP Postposing [i.e., posposição do sintagma preposicional]:

- a. How proud *(of) his yoyo is Mr. Panatela?
- b. How proud is Mr. Panatela of his yoyo?
- c. How nearly opposite ?*(from) the Coop is the First Gremlin?
- d. ?? How nearly opposite is the Coop from the First Gremlin?
- e. How near ?(to) the toothpaste are the termites?
- f. How near is the toothpaste to the termites?"

43. Conforme salientei na secção 3, certos adjetivos, e bem assim certos verbos, que se constroem com completiva, são designados como factivos, justamente por admitirem a inserção da sequência o facto de antes daquela frase complemento, o que implica que tal frase é pressuposta como verdadeira.

No Capítulo II desenvolverei este assunto.

44. Eis as próprias palavras de Ross (1972: p.317)

"I will, however, discuss one case for which adjectives are still 'between' verbs and nouns, but where the funnel points the other way — where nouns exhibit the property in the highest degree, then adjectives, then verbs. It is at present a mystery to me as to why there should be such differences of 'funnel direction'. This whole area obviously requires a great deal more work.

(sublinhado meu)

45. Relembro aqui as observações e objecções de Gross (1975: p. 107 e segs.), já citadas na nota 38, quanto à operação F → SN para a derivação das nominalizações.

46. Eis os exemplos de Gross (1975: p.108), em francês:

(a) La crainte de faire une erreur a fait partir Paul.

(b) *Une crainte de faire une erreur a fait partir Paul.

(c) *La crainte soudaine a fait partir Paul.

(d) Une crainte soudaine a fait partir Paul.

47. Em exemplos como (12 a), a interpretação pode ser activa, no sentido em que o SN sujeito realiza

voluntária e conscientemente a acção expressa pelo verbo beneficiar, em favor do SN objecto 'a Luísa'. Mas tal interpretação poderia ser também não activa, na medida em que o SN sujeito poderia exercer a acção expressa pelo verbo beneficiar involuntária ou inconscientemente, sem a intenção, portanto, de a produzir em favor do SN objecto directo. Construções como (12 a) são, pois, ambíguas, justamente porque têm um sujeito/humano/. Se o sujeito for não /humano/, conforme sucede em (11 a), tal ambiguidade já não existe, pois a única interpretação possível da acção verbal relativamente ao SN sujeito é não activo. Involuntário seria neste caso um termo inadequado, já que tal propriedade só é atributo de seres humanos. Neste aspecto, põe-se um problema de adequação terminológica, conforme no-lo salienta Gross (1975: pp. 32-33): "Ainsi l'ambiguité de la phrase 'Pierre amuse Paul' dépend de la nature du sujet: quand le substantif sujet est 'humain' il y a ambiguïté, quand il est 'nom humain' il n'y a qu'une interprétation, comme dans '(cette armoire + la liberté') amuse Paul'. Il est donc naturel de mettre en correspondance cette dernière interprétation avec les termes 'non actif', 'involontaire' de la phrase 'Pierre amuse Paul'. Mais alors, le terme 'involontaire' s'applique mal à l'interprétation des phrases à

sujet 'non humain'. Il est pour le moins gauche de dire que 'cette armoire' ou 'la liberté amuse involontairement Paul', 'involontairement' est um terme 'humain'. Dans les mêmes conditions, le terme 'non actif' est préférable, puisqu'il est neutre vis-à-vis des notions 'humain' et 'non humain'".

48. É interessante salientar que (15 a) seria relativamente aceitável, se não houvesse extraposição da completiva, ou seja, deslocação desta frase para a posição pós - SV:

(i) ?Que tivesse chovido beneficiou (os campos + a Luísa).

Em (i) a completiva funciona como sujeito de beneficiar, pressupondo-se, portanto, que ela é gerada pelas regras de base na posição pré-verbal, que é a posição habitual do sujeito em português. Ora (15 b, c) seriam justamente derivadas a partir de estruturas como as seguintes, isto é, não submetidas ainda à regra de Extraposição:

(ii) Que tivesse chovido foi benéfico para (os campos + a Luísa).

(iii) Que tivesse chovido foi um benefício para (os campos + a Luísa).

A não aceitabilidade de (15 a) em face da relativa aceitabilidade de (i), assim como a aceitabi-

lidade de (16), põem em foco restrições pouco conhecidas da regra de Extraposição. Na subsecção 3.4, do Capítulo II desenvolverei esta questão.

49. Os dados do português, que acabamos de analisar, representam, pois, um contra-argumento à seguinte afirmação de Ross (1972: p. 320): "As can be seen [...], while Fact Deletion can apply to most factive verbs, and to adjectives, but not to any nouns".
50. As propriedades que distinguem estas duas subclases de adjectivos têm sido mais ou menos desenvolvidas em diversos estudos de gramática transformacional (mas não só; cf., por exemplo, Bally 1944), que tomam como objecto, principalmente, o inglês e o francês. De entre esses estudos, saliento nomeadamente, Lees (1960), (1970), Bolinger (1967), Vendler (1968), Postal (1969), (1972a), Chomsky (1972), e Levi (1973), (1976), todos baseados sobre dados do inglês; e ainda Dubois (1967), Picabia (1970), (1971), Zribi (1972) e Nique (1974), para o francês. De entre estes, destaco Bolinger (1967), Zribi (1972) e, sobretudo, Levi (1976), como sendo os que mais directamente influenciaram a elaboração desta secção. As propriedades que caracterizam as duas subclasses de adjectivos em português são em grande parte idênticas às que se apontam naqueles estudos, relativamente ao inglês

e ao francês, excepto as propriedades (vi), (vii), (x), (xii) e (xiii). Na minha exposição não aprofundo o tratamento da derivação sintáctica dos dois tipos de adjectivos em português, pois, além de não ser esse o objectivo desta secção, ele exigiria por si só uma outra tese. Remeto, portanto, o leitor interessado para os estudos atrás referidos, sobretudo os relativos ao inglês, onde aquela questão é suficientemente desenvolvida.

51. De entre os linugistas que usam esta terminologia, cito, por exemplo, Postal (1969), (1972a), Zribi (1972) e Nique (1974). Zribi e Nique analisam, sobretudo, os pseudo-adjectivos comuns, tais como "casa rurais", flores campestres", etc., enquanto Postal estuda os pseudo-adjectivos próprios, do tipo "vida americana", moda parisiense", etc., propondo a sua derivação sintáctica a partir dos nomes próprios correspondentes.

52. Esta designação é, aliás, usual em estudos de gramática tradicional.

Além de Bally (1944), ela é usada, por exemplo, em Chevalier et all. (1964), Baylon e Fabre (1973), Cunha (1976), etc..

53. Entre os linguistas que adoptam esta terminologia cito, por exemplo, Levi (1976), uma excelente tese sobre a derivação sintáctico-semântica dos adjectivos não predicativos, no quadro teó-

rico da semântica generativa.

Na gramática tradicional e mesmo em estudos de gramática transformacional (cf., por exemplo, Ruwet 1967: pp. 406-407; trad. port. 1975: pp. 282-283), os adjectivos na posição pós-cópula são designados como atributivos, na medida em que exprimem um atributo do sujeito; os mesmos gramáticos usam a designação de epítetos para os adjectivos em posição adnominal. Outros linguistas, porém, (cf. Bolinger 1967, por exemplo), classificam os adjectivos como atributivos, na posição adnominal, e como predicativos, na posição pós-cópula. Tais designações são pois, usadas de forma ambígua, conforme o assinala Levi (1976: p. 12, nota 3):

"Note that the traditional terms attributive adjective and predicate adjective are ambiguous between a reading with respect to syntactic position and a reading with respect to semantic function. (...) However, we shall see below that adjectives in 'attributive position' are not necessarily semantically attributive, while certain adjectives in 'predicate position' are not directly predicative either".

Isto mesmo sucede naturalmente em português. Assim, em engenheiro civil, câmara municipal, sistema digestivo, etc., os adjectivos, que se encontram em posição adnominal ou atributiva não

expressam um atributo de um nome, antes desempenham função detreminativa ou de relação. Existem, por outro lado, adjectivos em posição pós-cópula ou predicativa que não têm função semântica predicativa, como por exemplo: a desvalorização do escudo é provável, tal saída para a crise é possível, alguns políticos são contrários a essas medidas, etc.. Possível e provável são adjectivos modais, que apenas parecem aceitar como sujeito substantivos deverbais (abstractos) ou frases, não implicando por conseguinte a atribuição de qualquer qualidade. Contrário refere-se à opinião ou atitude do sujeito e não a qualquer das suas qualidades.

Dada, pois, a ambiguidade da designação adjectivo atributivo, que para uns significa a posição pós-cópula e para outros a posição adnominal e tendo em conta ainda que os itens que aceitam a posição pós-cópula também admitem a posição adnominal, prefiro para estes a classificação de adjectivos predicativos. Para aqueles que não aceitam geralmente a posição pós-cópula, mas apenas a adnominal, opto pela designação de adjectivos não predicativos, tal como Lévi (1976).

54. Este aspecto é salientado, nomeadamente por Zribi (1972: p. 165), nos seguintes termos: "La possibilité pour un pseudo-adjectif de fonctionner comme prédicat ne semble pas dépendre de propriétés qui lui seraient intrinsèques, mais de facteurs contextuels". De entre os exemplos que a

autora cita para comprovar a sua afirmação, destaca os seguintes (cf. Zribi 1972: p.165): "(i) Vous faites erreur: ce moteur est solaire, pas électrique. (ii) Cette cantine est scolaire, et non universitaire, vous savez!".

55. Lexia - segundo Pottier (1975: pp.27-28; cf. também 1974: pp.265 e segs.) - "É a unidade lexical memorizada. O locutor, quando diz: 'quebrar o galho', 'Nossa Senhora!', 'pelo amor de Deus', 'bater as botas', 'barra-limpa', 'nota promissória', não constrói essa combinação no momento em que fala, mas tira o conjunto de sua 'memória lexical', da mesma forma que 'banco', 'livro'". Pottier (1975: p. 28; cf. também 1974: pp.266-267) distingue quatro tipos de lexias:

- "lexia simples: árvore, saiu, entre, agora
- lexia composta: primeiro-ministro, mata-burro, guarda-chuva [...]
- lexia complexa estável: apunhaladas, ponte levadiça, estado de sítio, mesa-redonda [...]
- lexia textual: 'quem tudo quer, tudo perde'"

De acordo com Pottier, a lexia, sendo uma "unidade lexical memorizada" parece que devia ter uma entrada própria no léxico. Todavia, como já vimos no texto, este ponto de vista implica múltiplos desdobramentos de entradas lexicais, o que não é nada econômico. Os lexicógrafos procuram, em parte, resolver

este problema, registando as lexias compostas e complexas na entrada lexical do vocábulo de base; por exemplo, primeiro-ministro, em 'ministro', quebrar o galho, em 'quebrar', etc.. Esta é uma forma pragmática de resolver a questão, mas não é inteiramente satisfatória. O problema das chamadas lexias textuais (i.e., provérbios, adágios, etc.) é ainda mais complexo. De facto, qual é aí o vocábulo de base? É talvez devido a esta dificuldade que os dicionários registam poucas lexias deste tipo. E será mesmo que os dicionários as devem registar?

Na formação das lexias intervêm diversos mecanismos, alguns muito mal esclarecidos, tendo em conta o estado actual dos conhecimentos linguísticos. Esses mecanismos são não só de natureza lexical, pois se relacionam com a formação de novas unidades lexicais, mas contêm igualmente aspectos de tipo sintáctico, na medida em que implicam novas combinações (sintagmáticas) de itens pré-existentes, e apresentam ainda aspectos semânticos, parcialmente relacionados com a questão da metonímia e da metáfora (cf. 'mesa-redonda'), mas não só. Enfim, nada mais adiantarei, pois este problema requeria só por si um longo estudo, que, como é óbvio, não cabe no âmbito do presente trabalho.

56. Uma hipótese de derivação dos adjectivos não predicativos, como a que é sugerida em (14), foi proposta por Zribi (1972). Levi (1976) propõe, porém,

uma hipótese de derivação mais elaborada (e também mais abstracta), socorrendo-se do modelo da semântica generativa. Segundo esta autora, na pegada aliás de outros linguistas, entre os quais Bolinger (1967) e Vendler (1968), há dois tipos de adjectivos não predicativos: os adjectivos não predicativos nominais, derivados de substantivos, e os não predicativos adverbiais, derivados de advérbios.

Na derivação dos adjectivos não predicativos nominais, de que são exemplo a maior parte dos que cito no texto (por ex.: flores campestres, problemas governamentais, etc.), interviriam diversos princípios gerais, segundo Levi (1976: pp.73-74), de entre os quais destaco os dois seguintes:

- (i) "Nominal nonpred NPs (i.e., NPs whose prenominal modifier is a noun or nom nonpred adj) are all derived from an underlying structure containing a head noun and a full S (in either a relative clause or NP complement construction".
- (ii) "Nominal nonpred NPs are all derived by just one two syntactic processes: the deletion or nominalization of the predicate in the underlying S".

Os predicados (abstractos) que intervêm no processo de apagamento (deletion) são, segundo Levi (1976: pp. 84 e segs), CAUSE (CAUSAR), HAVE (TER), MAKE (FAZER)

USE (USAR), BE (SER), IN (EM), FOR (PARA). (A propósito do funcionamento das preposições como predicados, v., por ex., Becker e Arms 1969). Eis alguns exemplos, que traduzo directamente de Levi (1976: pp.84-85), acompanhados de uma paráfrase que põe em destaque o predicado subjacente:

- (iii) espiral inflacionária (que causa inflação)
- comédia musical (que tem música)
- despertador musical (que faz/produz música)
- trabalho manual (que usa as mãos)
- amigos profissionais (que são de profissão)
- nota marginal (em a margem)
- orçamento administrativo (para a administração)

Levi (1976: cap. IV) descreve as estruturas de base subjacentes a tais construções e postula as regras transformacionais que intervêm na sua derivação.

No capítulo V da sua tese, Levi (1976) analisa a derivação dos adjectivos não predicativos nominais, através do processo sintáctico de nominalização do predicado. São exemplos deste tipo os seguintes, que também traduzo directamente de Levi (1976: pp.153 e segs), acompanhados de uma paráfrase que procura ilustrar sumariamente a respectiva estrutura de base, sendo o primeiro obtido por nominalização do sujeito e o segundo, do objecto:

- (iv) recusa presidencial (o presidente recusa (algo))
→ recusa (de algo) pelo presidente);

crítica musical ((alguém) critica a música
→ crítica da música (por alguém)).

Levi (1976: cap. V) descreve também as várias regras transformacionais que intervêm na derivação destas construções adjectivais por nominalização do predicado.

A derivação dos adjectivos não predicativos adverbiais é tratada por Levi (1976: cap. VII) de forma mais abreviada. São exemplos deste tipo os seguintes, que traduzo igualmente de Levi (1976: p.221):

(v) a. Este homem é um inimigo potencial.

b. Harold sorriu um sorriso pesaroso.

(vi)a. Este homem é potencialmente um inimigo.

b. Harold sorriu pesarosamente.

Levi sustenta que (va) deriva de (via) e (vb) de (vib), ou seja, que a construção que contém o adjectivo deriva daquela que contém o advérbio, e não o contrário, conforme tem sido admitido pela gramática tradicional, embora em termos de derivação morfológica e não sintáctica, e também por vários transformacionalistas (cf., por exemplo, Gross (1971), Nique (1974) e Baker (1968)).

Levi (1976: cap. VII) aponta vários argumentos sintácticos sobre os quais fundamenta a sua análise e aduz outros exemplos, alguns apontados já por outros linguistas, como Bolinger (1967) e Vendler (1968), de entre os quais destaco ainda os seguintes, acom-

panhados da estrutura subjacente (cf. Levi, 1976: p.224):

(vii) um árduo trabalhador (alguém que trabalha arduamente);

um visitante ocasional (alguém que visita ocasionalmente);

um leitor regular (alguém que lê regularmente);

um lindo bailarino (alguém que baila lindamente).

Conforme se pode ver através dos exemplos, o adjectivo modifica um substantivo deverbal; este é obtido sintacticamente por meio de nominalização da construção verbal respectiva e o adjectivo derivaria do advérbio que modifica o verbo nessa construção. Ora a hipótese de derivação destes adjectivos, sustentada por Levi, apenas parece abranger alguns tipos de advérbios modificadores de frase, tais como provavelmente, lamentavelmente, significativamente, etc. (por ex.: provavelmente esse governo cairá na próxima semana; etc.), devem derivar dos adjectivos correspondentes que aceitam uma completiva como sujeito (por ex.: é provável que esse governo caia na próxima semana; etc.). Espero desenvolver este assunto no Capítulo II.

57. De entre os transformacionalistas que postulam a derivação dos adjectivos adnominais (também chamados epítetos) a partir de frase relativa destacam-se,

por exemplo, Smith (1964), Chomsky (1957), (1965) e Vendler (1968). Conforme já salientei na secção 4.4. deste Cap. I, numa primeira fase os transformacionalistas propunham a derivação de todos os adjectivos adnominais a partir de frase relativa (cf. Ruwet (1967: pp. 406-407; trad. port. 1975: pp. 282-283). Posteriormente esta proposta unitária de derivação foi abandonada por razões apontadas na presente secção. Para uma tal alteração muito contribuiu Bolinger (1967). V. ainda a nota 56 deste capítulo.

58. Na verdade, nem sempre se verifica uma relação de sinonímia entre a construção adnominal e a construção predicativa do adjectivo: criança pobre = criança que é pobre; mas: pobre criança ≠ criança que é pobre; etc. (v. exs. (19) no texto).
59. A preposição que introduz a paráfrase nominal varia conforme a relação casual existente entre o adjectivo não predicativo (ou a respectiva paráfrase nominal) e o substantivo de que aquele depende. Eis alguns exemplos:

(i) Relação agentiva (i.e., do sujeito encarado como agente):

recusa governamental = recusa (pelo + do) governo

investigação policial = investigação (pela + da) polícia

(ii) Relação objectiva (ou de objecto):

emenda regulamentar = emenda (ao + do) regu-
lamento

crítica televisiva = crítica (ã + da) tele-
visão

(iii) Relação locativa:

observação marginal = observação (ã + na)
margem

trânsito citadino = trânsito (na + da) ci-
dade

(iv) Relação possessiva (ou de posse):

discrição presidencial = discrição do presi-
dente

preocupação popular = preocupação do povo

(v) Relação instrumental:

trabalho manual = trabalho (com a + ã) mão

observação telescópica = observação (com o +
+ ao) telescópio

Como se vê, a preposição de é polivalente (e por isso mesmo ambígua), na medida em que cobre várias relações casuais.

O facto de os adjectivos não predicativos apresentarem as mesmas relações casuais evidenciadas pelos substantivos constitui mais um argumento em que Levi (1976: pp. 22-23) se baseia para derivar aqueles a partir destes.

Outro argumento de teor semelhante, isto é, de natu-

reza semântica e não distribucional, também salientado por Levi (1976: p. 21) consiste no facto de os adjectivos não predicativos se agruparem nas mesmas classes semânticas dos substantivos. Eis alguns exemplos, que traduzo de Levi (1976: p. 21):

(vi) + definido: Americano, Parisiense, etc.

- definido: nacional, urbano, etc.

+ concreto: aquático, suburbano, etc.

- concreto: dramático, constitucional, etc.

+ animado: senatorial, presidencial, etc.

- animado: eléctrico, acústico, etc.

+ humano: presidencial, papal, etc.

- humano: civil, bovino, etc.

+ masculino: chomskyano, nixoniano, etc.

+ feminino: maternal, feminino, etc.

+ comum: urbano, musical, etc.

- comum: persa, parisiense, etc.

60. Além dos verbos ser e/ou estar, as estruturas com adjectivos predicativos admitem geralmente uma série de outros verbos que se costumam designar como paracopulativos ou pseudo-copulativos. Entre estes verbos, as gramáticas apontam os seguintes:

(i) andar, aparecer, continuar, ficar, permanecer, tornar-se; ir, vir, partir, voltar, entrar, sair, cair; viver, morrer; parecer; etc..

Todos estes verbos podem comutar com estar numa fra

se como a seguinte:

(ii) As crianças estavam contentes.

De todos os verbos da lista (i) apenas o verbo parecer é combinável com qualquer dos outros, incluindo ser e/ou estar, com exceção apenas de aparecer. Assim temos:

(iii) As crianças pareciam (estar+andar+ficar+vir+
+ ...) contentes.

Frases como (iii) mostram-nos, aliás, que parecer só aparentemente (ou seja, em construções de superfície como as crianças pareciam contentes) é verbo pseudo-copulativo. Na realidade parecer funciona como verbo principal (v. Quicoli 1972), que se constrói com completiva sujeito (v., a propósito, a seção 4.6.1.), conforme (iv) evidencia:

(iv) a. As crianças pareciam estar contentes.

b. As crianças parecia estarem contentes.

c. As crianças parecia que estavam contentes.

d. Parecia que as crianças estavam contentes.

As propriedades dos verbos para-copulativos são mal conhecidas, pois não foram ainda suficientemente estudadas. Algumas dessas propriedades são abordadas no âmbito do estudo dos verbos auxiliares, nomeadamente em Lobato (1971), (1975) e Pon-

tes (1973).

Sobre o verbo parecer existe um bom estudo em Quícoli (1972), no qual o autor analisa sucessivamente as hipóteses de se considerar aquele verbo como auxiliar, verbo sem sujeito e verbo principal com sujeito frásico, acabando por decidir em favor desta última, com base em argumentos que me parecem irrefutáveis. Sobre os verbos ser e estar existem, nomeadamente os seguintes artigos: Schmitz (1974), (1976) e Martin. Sobre estes mesmos verbos em espanhol existem vários estudos, de entre os quais cito, nomeadamente, Ruiz (1963).

61. A chamada topicalização é um fenómeno sintáctico que implica a deslocação para a esquerda ou cabeça da frase de um sintagma constituinte dessa mesma frase. Nos exemplos citados em (36), derivados de (33), os SNs deslocados para a esquerda deixam uma cópia pronominal pós-verbal (as/o). Todavia, nem sempre os sintagmas deslocados deixam cópia pronominal, como se pode ver a seguir:

(i) a. Muita gente está farta de promessas.

b. De promessas muita gente está farta.

Devido a uma tal diferença, alguns linguistas têm defendido a intervenção de duas regras distintas nestes fenómenos de deslocação para a esquerda da frase: uma regra designada como Deslocação Esquerda

(ou Topicalização propriamente dita), posta em evidência em (i), que não deixaria cópia pronominal, e uma outra regra chamada Movimento y Esquerdo, aplicada na derivação de (36) a partir de (33), implicando a presença duma cópia pronominal deixada pelo constituinte deslocado. Outros linguistas, porém, vêem nestes fenómenos de deslocação a intervenção de uma única regra, a que chamam Deslocação y Esquerda, a qual implicaria sempre a presença de uma cópia pronominal do constituinte deslocado, que eventualmente poderia (ou deveria) ser suprimida por uma regra de apagamento. Sobre este assunto v., nomeadamente Gross (1968: p. 23), que baptiza esta regra com a designação de Détachement, Postal (1971), Perlmutter (1972 a), Raposo (1975: p. 183, nota 13) e Casteleiro (1976 a). Sobre estes fenómenos de Deslocação v. ainda a subsecção 3.5. do Capítulo II.

62. A esta regra têm sido dadas as designações de Formação de Objecto (v., por exemplo, Ruwet 1972: p. 190 e passim), Fauconnier: 1974: pp. 74-80 e 133-138) e de Elevação do Sujeito (v., nomeadamente Postal 1974, Raposo 1975: pp. 104 e segs.), pois que eleva o sujeito duma completiva para objecto de verbos superiores como os indicados em (34). A propósito dos fenómenos sintácticos que intervêm na actuação desta regra v. ainda Gross (1968: p. 120 e passim) e Kayne (1977).

63. Levi (1976: pp. 226 e segs.) propõe a seguinte hipótese de explicação para anomalias como a que é representada por (53 a, b), ou seja, a da aceitação da estrutura predicativa por adjetivos não predicativos desde que contenham prefixo numérico: "although these adjectives are superficially bi-morphemic, the vast majority of them have in fact incorporated three distinct semantic elements: a numeral (indicated by the prefix), a noun (indicated by the nominal stem), and the specific predicate HAVE (indicated by no surface morpheme). Hence the paraphrases in (241) and many others like them.

(241) a. monochromatic drawings = drawing which
have one color

b. bicameral legislature = legislature that
has two chambers" (Lavi, 1976: p. 267).

E Levi (1976: p. 268) acrescenta, depois de apontar mais exemplos: "I originally hypothesized that the prefixed adjectives could appear in predicate position because the three semantic elements of which they were composed constituted a unit that was essentially a VP, and hence semantically and syntactically suited to predicate position. The equivalence of these adjectives in predicate position with non-adjectival predicate phrases (or VPs) is shown in (243).

(243) a. These drawings { are monochromatic
have one color.

- b. The island population $\left\{ \begin{array}{l} \text{is multiracial.} \\ \text{has several races".} \end{array} \right.$

Seguem-se outros exemplos, que omito. Uma tal análise é igualmente válida para o português.

64. A propósito das propriedades desta regra e do seu campo de aplicação em português v. Perlmutter (1973).
65. Sigo aqui a distinção feita por Celso Cunha (1976: p. 464) entre a voz passiva de acção, isto é, formada com o auxiliar ser ("seja lido" "era feito"), e a voz passiva de estado, formada com o auxiliar estar ("esteja lido", "estava feito").
66. Dou a sujeito não restrito o significado definido, por exemplo, em Gross (1975: p. 50) nos seguintes termos: "La notation N_{nr} [= substantifs non restreints] ne correspond pas à une classe de substantifs, elle spécifie une position syntaxique comme pouvant recevoir un substantif d'une nature sémantique quelconque, une complétive ou une infinitive".
77. O sistema das funções semânticas ou temáticas foi desenvolvido por Gruber (1965, 1967) e é retomado, parcialmente, em Jackendoff (1972: Cap. 2) e Ruwet (1972: Cap. 5). Como diz Ruwet (1972: p. 184) "Ce système de fonctions sémantiques, dites 'fonctions thématiques', est destiné, essentiellement, à formaliser des notions traditionnelles telles que celles d'agent, de patient, de bénéficiaire d'une action,

d'instrumental, etc.".

Entre as funções semânticas ou temáticas consideram-se como principais as de tema, (que é a função fundamental e a mais neutra), lugar, origem, fim (ou alvo) e agente. Vejamos a actuação de tais funções através dos seguintes exemplos:

- (i) a. (Esse avião + o Júlio) viajará até Londres.
- b. O Júlio transportou esses livros da biblioteca para casa.
- c. (Esse leitor + o Júlio) estavam na biblioteca).

Em (i a, c) o tema é o sujeito sintáctico, o qual designa na primeira frase a coisa ou pessoa que sofre o movimento ('esse avião', 'o Júlio') e na segunda a coisa ou pessoa de que se afirma a localização. Em (i b), porém, o tema é o objecto sintáctico ('esses livros'). Como se vê, a função de tema pode abranger tanto o sujeito como o objecto sintáctico, o que significa que funções semânticas ou temáticas e funções sintácticas não se equivalem.

Eis outras funções temáticas expressas em (i): o SN 'o Júlio' em (i b) é o agente, 'da biblioteca' é a origem e 'para casa' é o fim (ou alvo); 'na biblioteca' em (i c) é o lugar.

Segundo Ruwet (1972: pp. 184-185) "Deux principes importants interviennent dans la théorie des fonctions thématiques. L'un est que, dans des phrases

apparentées en termes de cooccurrence des éléments, mais différents distributionnellement, des éléments morphologiquement apparentés remplissent les mêmes fonctions thématiques. Considérons par exemple:

- (10) (a) le jardin grouille de vermine
 (b) la vermine grouille dans le jardin

Comme dans (10) (b), il est clair que dans le jardin est 'lieu' et que donc la vermine est 'thème', on étendra ces notions à (10) (a), où le jardin se 'lieu' et de vermine 'thème'.

Um second principe sera d'étendre les notions de 'thème', 'lieu', etc., à des phrases à signification plus ou moins abstraite".

Como exemplos ilustrativos deste segundo princípio, poderíamos dar os seguintes:

- (ii) a. O Júlio despreza o dinheiro.
 b. O Júlio decepçionou a Isabel.

Assim, 'o Júlio' em (ii a) e 'a Isabel' em (ii b) desempenham a função temática de lugar (psicológico), enquanto 'o dinheiro' em (ii a) e 'o Júlio' em (ii b) seriam tema.

Aquela noção de lugar (psicológico) pode ser melhor compreendida através das seguintes paráfrases de (ii).

- (iii) a. Existe no Júlio um certo desprezo pelo di-

nheiro.

b. Existe na Isabel uma certa decepção com o Júlio.

68. Emprego aqui actante no sentido que lhe atribui Tesmière (1959), ou seja, os seres ou coisas, expres sos através de nomes (regidos ou não de preposição), que participam no processo verbal. Assim, numa frase como 'O Júlio emprestou livros à Isabel', Júlio, li- vros e Isabel são actantes que participam no proces so verbal expresso por emprestar. Este verbo cons trói-se, pois, com três actantes.

69. De entre os itens excluídos por estas razões desta co como exemplos os seguintes:

(i) abelidar-se, abolinar, aborrrir, arborecer e ar vorecer, barquear e barquejar, bernear, burrinhar, calemburar, calemburgar e calemburizar, cucuricar, deguitar-se, desaborrrir-se, descarecer, duelizar, emarar-se, embarafustar, embernar, empopar, encam bitar, enticar, fadistar, fatagear, fulgir, gali cismar, galimatizar, gondolar, grisar, insubsistir, inticar, invalescer, inzonar, liquescer, lucilar, maticar, ocursoar, palidejar, pangaiar, sazonar, tan talizar, testavilhar, tibirar, tintinabular, trebe lhar, viger, xumbergar-se, zanzar, zingar, etc..

70. É interessante notar, por exemplo, que o D.L.P.

(Dicionário da Língua Portuguesa, de Costa e Melo)

registra com entrada própria os participios passa dos mourejado ("ganho ou conseguido à custa de muito trabalho") e trunfado ("diz-se da jogada cortada com trunfo (jogo das cartas)"), mas apenas clas sificam os verbos correspondentes como intransiti vos. Todavia, as próprias definições que os autores do D.L.P. dão daqueles participios passados apontam para a transitividade dos respectivos verbos. Mou rejado não aceita estar, mas aceita perfeitamente ser (com valor passivo de acção ou transitivo):

(i) a. *Este pão está mourejado.

b. Este pão foi mourejado.

Trunfado aceita tanto estar (com valor passivo de estado) como ser (com valor passivo de acção):

(ii) a. Esta jogada está trunfada.

b. Esta jogada foi trunfada.

71. Ao elaborar as Listas A e B, em Anexo a este capítulo, não tive a preocupação de encarar a possibilidade de economizar entradas lexicais, admitindo a hipótese de poder registar numa mesma en trada o item verbal de base e os seus compostos por prefixação e/ou sufixação, desde que uns e ou tros apresentassem as mesmas propriedades sintácti cas, conforme é hábito em dicionários sintácticos, elaborados no quadro da gramática transformacional

(cf. por exemplo, Gross 1975, Picabia 1970, Boons et al. 1973).

Na verdade, as Listas A e B são puramente ilustrativas do comportamento adjectival ou não adjectival dos participípios passados dos verbos intransitivos e pronominais intrínsecos. Os seus itens não constituem propriamente entradas lexicais, na medida em que não são indicadas as propriedades sintácticas que os caracterizam e está implícito que tais itens devem ser registados na entrada lexical do verbo correspondente. Assim como se poderia pôr o problema da economia de entradas, também era possível encarar o desdobramento em diversas entradas lexicais para um mesmo item, desde que ele apresentasse propriedades sintácticas distintas. Abordarei mais desenvolvidamente este problema na conclusão (4.7) do Capítulo I e ainda nos Capítulos seguintes.

72. Na medida em que os participípios passados adjectivais aceitam estar e os verbos não, parece que poderíamos adoptar antes as designações de /estado/ vs /não estado/ ou /acção/, em vez de /resultativo/ vs /não resultativo/ para definir o mecanismo em questão. Todavia, aquelas designações foram utilizadas por Lakoff (1971) — cf. 4.4.2. (iii) neste capítulo — com um significado específico para assinalar a distinção entre verbos e adjectivos de estado e verbos e adjectivos de acção. Relembremos

que os verbos e adjectivos de estado não aceitam nem imperativo, nem a propriedade "fazer alguma coisa", nem o aspecto progressivo, etc., enquanto os verbos e adjectivos de acção admitem tais propriedades. Ora, se classificássemos os verbos com participios passados não adjectivos, (Lista B como itens de acção (ou não estado), isso implicaria que eles continham as referidas propriedades, o que não acontece, pois uns aceitam-nas e outros não, o mesmo sucedendo, aliás, com os itens da Lista A.

Os quadros seguintes, limitados, por razões óbvias, apenas à letra A, dão-nos uma ideia aproximada da distribuição de tais propriedades pelos itens das duas listas.

Quadro (i): Lista A

Verbos	Imperativo		Progr.	"Fazer alguma coisa"	Persuadir a
	Afirm.	Neg.			
ababosar-se	-	+	+	+	-
abacharelar-(se)	+/+	+/+	+/-	+/+	+
abagoar	-	-	+	-	-
abajoujar-se	-	+	+	+	-
abarregar-se	+	+	-	-	+
abarretar-se	+	+	-	+	-
abespinhar-se	-	+	+	+	+

Cont. Quadro (i): Lista A

Verbos	Imperativo		Progr.	"Fazer alguma coisa"	Persuadir a
	Afirm.	Neg.			
acampar	+	+	-	+	+
acrioular-se	-	+	+	+	+
alapardar-se	+	+	+	+	+
alcandorar-se	+	+	+	+	+
amarelejar	-	-	+	+	-
assenhorar-se	+	+	+	+	+

Quadro (ii): Lista B

Verbos	Imperativo		Progr.	"Fazer alguma coisa"	Presuadir a
	Afirm.	Neg.			
abdicar	+	+	-	-	+
abster-se	+	+	+	+	+
abundar	-	-	+	-	-
acamaradar	+	+	+	+	+
aceder	+	+	+	+	+
actuar	+	+	+	+	+
aderir	+	+	+	-	+
agir	+	+	+	+	+
agonizar	-	?+	+	+	+
agradar	-	-	+	-	-
apelar	+	+	+	+	+
apitar	+	+	+	+	+
arcar	+	+	+	+	+

Como se vê pela comparação destes dois quadros, não é viável exprimir a distinção entre os itens da Lista A e os da Lista B em termos de /estado/ vs /acção/ ou /não estado/.

Sendo assim, o traço semântico que está em jogo é outro, tornando-se, portanto, necessário designá-lo de modo diferente.

73. Em relação ao verbo haver estou, naturalmente, a pressupor uma análise em que ele apresenta como sujeito na estrutura de base, o SN que em estrutura de superfície funciona como objecto. Uma tal análise é fundamentada em argumentos lógicos e sintácticos. Do ponto de vista lógico, o actante (v. nota 68) do verbo haver é o ponto de partida da frase, ou seja, o sujeito, no sentido tradicional, acerca do qual se faz a predicação existencial.

Note-se que, em termos de funções temáticas (v. nota 67), aquele actante desempenha sempre a função de tema, quer em estrutura de base, quer em estrutura de superfície. Do ponto de vista sintáctico, verifica-se que muitos falantes aplicam a regra de Concordância sujeito-verbo entre haver e o seu actante, o que prova, portanto, que este é sentido como sujeito gramatical daquele. Isto sucede, sobretudo, nos tempos compostos:

- (i) a. Não se sabe ainda se terão havido nesse caso as necessárias precauções.

- b. Muitas pessoas consideram que não tinham infelizmente havido forças suficientes para resolver a questão.

Ainda do ponto de vista sintáctico, notamos que o actante de haver não apresenta em estrutura de superfície todas as propriedades de objecto gramatical, na medida em que admite pronominalização (cf. (121) no texto), mas não aceita passivização:

- (ii) *Dificuldades (são+estão) havidas em toda a parte.

74. Assim, por exemplo, uma vez que o sujeito foi degradado (ou posposto), admite-se em certos níveis de língua (popular e, mesmo, familiar) que o pronome ele ocupe como sujeito gramatical aparente o lugar deixado vago pelo SN deslocado:

- (i) Ele acontece cada coisa em Lisboa!

Além disso, quando o SN sujeito é deslocado, há falares em que se verifica ausência de concordância entre aquele e o verbo, podendo mesmo continuar a verificar-se a presença do pronome ele:

- (ii) a. Em Lisboa acontece coisas incríveis.

- b. Em Lisboa ele acontece coisas incríveis.

Por outro lado ainda, tendo em conta que os verbos de afirmação e pensamento, tais como dizer, afirmar,

julgar, pensar, etc., aceitam completiva infinitiva como objecto, apenas quando o sujeito desta é co-referente do sujeito da frase subordinante, verificamos que aqueles mesmos verbos admitem igual tipo de construção com os SNs degradados, que não são, portanto, co-referentes. É o que se depreende da análise dos seguintes exemplos:

- (iii) a. O Júlio (disse+afirmou+julgou+pensou) ter muitas preocupações.
- b. *O Júlio (disse+afirmou+ ...) a Isabel ter muitas preocupações
- c. ?*O Júlio (disse+afirmou +...) ter a Isabel muitas preocupações.
- (iv) a. *O Júlio (disse+afirmou+ ...) coisas incríveis (acontecerem+sucedarem+...) em Lisboa.
- b. O Júlio (disse+afirmou+...) (acontecerem+sucedarem+...) coisas incríveis em Lisboa.

A diferença de aceitabilidade evidente entre (iiic) e (ivb) revela justamente que nesta última frase o SN degradado perdeu parte das suas propriedades de sujeito, sendo por esse motivo a construção perfeitamente aceite.

Foi Perlmutter (1973) que pôs em evidência esta última propriedade, assim como outras que aqui não menciono.

75. Utilizo neste trabalho o termo construção no sentido tradicional, ou seja, arroximadamente aquele que é dado na seguinte definição de Barbosa (1830: pp. 411-412), em oposição à de sintaxe: "Syntaxe e Construcção são couzas differentes. A syntaxe não consiste senão nos signaes escolhidos por qualquer lingua para indicar as correlações e relações das ideas, exprimidas pelas palavras. A contrucção porêm consiste nos differentes arranjamientos e collocações, que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordancias e regencias. Ora, como estes arranjamientos das palavras e das frases podem variar segundo as differentes disposições, que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as construcções são tambem differentes; porêm a syntaxe fica sempre a mesma".

Barbosa considera dois tipos gerais de construções, a "direita" (v.g., "Alexandre venceo a Dario", idem, p. 363) e a "invertida" (v.g., "A Dario venceo Alexandre", idem, ibidem).

Repare-se que a definição de construção, veículada por Dubois et all. (1973: p. 119) difere da de Barbosa e equivale antes mais à que este gramático nos dá de sintaxe: "En grammaire traditionnelle, on appelle construction la manière dont les mots se groupent dans la phrase selon leur sens et leur rôle syntaxique, d'après les règles propres à chaque langue".

Quando utilizo o termo construções completivas pre-
tendo significar, de acordo com o sentido em que
Barbosa toma construção, os diversos modos de as
frases (ou orações) completivas, assim como os
constituintes que as integram, se organizarem e
se situarem relativamente à frase (ou oração) su-
bordinante, na qual se incluem os adjectivos pre-
dicativos, que determinam a natureza e propriedades
daquelas completivas. Sendo assim, utilizo igualmen-
te construção no sentido que lhe é dado na seguinte
definição de Gleason(1969: p. 108): " tout l'énon-
cé est une construction".

76. Em gramáticos brasileiros encontramos, aliás, ou-
tras descrições das frases completivas, que também
são dignas de nota, como, por exemplo, a de Bechara
(1976: pp. 112-117) ou a de Lima (1976: pp. 234-
-239), autores que dão igualmente a tais frases a
designação de substantivas.
77. As relações formais entre completivas e relativas
(ambas podem conter, por exemplo, como subordinador
a forma que, conjunção ou pronome, e ambas podem
igualmente ser infinitivas), por um lado, e as re-
lativas e interrogativas pronominais e adverbiais
(umas e outras contêm as mesmas formas pronominais
e adverbiais), por outro, têm suscitado a atenção
de vários linguistas. Veja-se nomeadamente, quanto
ao primeiro caso, Gross (1968: pp. 122 e segs.),

Moreau (1971) e Kayne (RL 2 e 3), em relação ao francês, e, quanto ao segundo, Baker (1970) e Stockwell et al. (1973: Capítulos 7 e 9), para o inglês, e ainda Brito e Matos (1974), relativamente ao português, numa análise contrastiva com o francês.

78. Sobre o valor enfático (redundante) da sequência interrogativa é que e a sua semelhança com a chamada expressão enfática é que das frases declarativas v. Casteleiro (1976 a).
79. Sobre a descrição das frases pseudo-clivadas e outras construções semelhantes, veja-se nomeadamente: para o inglês, Akmajian (1970), Kajita (1972), Nakada (1973); para o francês, Moreau (1970), Gross (1977); para o português Casteleiro (1976 a), (1977).
80. Em certos autores portugueses encontramos o termo regime (como em francês), em vez de regência. É o caso de F. Fernandes (1964), (1965), por exemplo. Sobre os problemas da regência (ou também rection, em francês) veja-se Hjelmslev (1939), além dos autores citados no texto.
81. Os testes que utilizei na subsecção anterior, visando demonstrar a natureza categorial e a função sintáctica exercida pelas completivas, nomeadamente dos exemplos (1) e (2) ali citados, idênticos,

respectivamente, a (1) e (2), que a seguir indico, no texto, apenas variando na construção (v. a nota 75), implicam, já por si, uma justificação para a referida ordem (Sujeito-Predicado). Ou seja, que as completivas de (1) e (2) desempenham a função de sujeito dos predicados é provável e é necessário, respectivamente. Todavia, em exemplos como estes é mais natural (i.e., mais aceitável) e, portanto, mais frequente a realização de tais frases com construção invertida (v. Barbosa, 1830: pp. 362-363 ou 412 e segs.), ou seja, com a completiva sujeito de pois do predicado. A regra que desloca a frase completiva sujeito para depois do predicado é designada na gramática transformacional como Extraposição. Estudarei as propriedades desta regra no Capítulo II (v. subsecção 3.4.).

82. De certo modo, além das completivas regidas por estas preposições, existem ainda exemplos de construções completivas de adjectivos que admitem a preposição com. Assim, por exemplo:

(i) a. O Júlio está contente com o facto de que tudo tenha corrido bem.

b. O Júlio está contente com o facto de tudo ter corrido bem.

(ii) A indefinição política actual é incompatível com o facto de nos encontrarmos em situação económica difícil.

Sendo assim, em (i) e (ii) teríamos completivas regidas pela preposição com e pela sequência o facto de, já referenciada noutros exemplos (v. secção 3 e na presente subsecção). Todavia, uma das propriedades da sequência o facto de, como regente das completivas, aliás já enunciada na secção 3 e novamente repetida na presente subsecção, é que ela pode ser apagada, sem provocar agramaticalidade (veja-se, nomeadamente, o exemplo (3 a) da secção 3, em confronto com (1 a) da mesma secção, ou ainda os exemplos (19 a, b) da presente subsecção). Ora, se nós suprimirmos tal sequência em (i) e (ii), o resultado é inaceitável:

(iii) a. *O Júlio está contente com que tudo tenha corrido bem.

b. *O Júlio está contente com tudo ter corrido bem.

(iv) *A indefinição política actual é incompatível com nos encontrarmos em situação económica difícil.

Donde concluímos que a preposição com não pode reger completivas de adjectivo, a não ser por intermédio da sequência o facto de. Neste aspecto, ou seja, em relação aos adjectivos, o comportamento desta preposição é diferente daquele que ela admite em relação a certos verbos, com os quais funciona perfei-

tamente como regente de completiva (podendo muito embora ser apagada):

(v) a. Todos concordam com que o Júlio presida a essa sessão.

b. Todos concordam que o Júlio presida a essa sessão.

Mas, se a completiva for infinitiva, a prep. com já não é tão bem aceite:

(vi) Todos concordamos com (*ir + ?irmos) a essa sessão.

A não ser que se insira a sequência o facto de (ou a sua redução a o), admitindo-se neste caso quer sujeitos co-referentes, quer não co-referentes (de que pronomes) na infinitiva:

(vii) a. Todos concordamos com (o facto de + o) irmos a essa sessão.

b. Todos concordamos com (o facto de + o) ele presidir a essa sessão.

Em (vii b) a redução da sequência o facto de não seria admitida, se o sujeito não co-referente da infinitiva fosse um SN não pronome:

(viii) a. *Todos concordamos com o o Júlio presidir a essa sessão.

- b. *Todos concordamos com o Júlio presidir a
essa sessão.

Apesar de tais restrições relativas ao emprego da preposição com na regência das completivas, em especial das completivas de adjectivo, nas quais aquela preposição só parece funcionar com a sequência o facto de, cujo estudo desenvolverei na subsecção 2.3. do Capítulo II, resolvi incluir no presente trabalho o estudo das construções com o facto de que-F, do género de (i) e (ii), atrás citadas.

Repare-se, aliás, que as preposições a, de, em, para, por e com são consideradas por alguns gramáticos, nomeadamente Epifânio Dias (1959: pp. 108 e segs.), como o grupo das preposições principais, na medida em que "substituem casos latinos". São interessantes, neste aspecto, as observações aduzidas por Epifânio Dias relativamente ao emprego de tais preposições com verbos e adjectivos, as quais se fundamentam quer na sintaxe dos correspondentes itens latinos, quer em razões de ordem lógico-semântica.

83. Em relação a certos exemplos de completivas regidas de para, como (12 a, b), e de outras preposições, aliás, pode pôr-se em dúvida se tais completivas funcionarão verdadeiramente como complementos do adjectivo, ou se não serão antes complementos de toda a frase .

Discutirei esta questão na subsecção 2.6. do Capítulo II. Por agora apenas direi que a completiva para que-F de (12 a, b) é compatível com outro complemento regido de para (este sim complemento de frase):

(i) Para nós, esses melhoramentos são aconselháveis para que a cidade progrida.

(ii) Para nós, as quedas de água são aproveitáveis para (produzir + produzirem) energia eléctrica.

Na medida em que são incompatíveis (na mesma frase) dois complementos de frase regidos da mesma preposição, (i) e (ii) revelam-nos que a completiva para que-F é complemento do adjectivo. Na subsecção 2.6. do Capítulo II, ao tratar da diferença entre complementos de adjectivo e complementos de frase, aduzirei outros argumentos.

84. Neste aspecto surpreende, por estar desactualizada, a definição de preposição veiculada em Dubois et al. (1973: p. 390), tratando-se, neste caso, de um dicionário que visa definir, fundamentalmente, a terminologia da linguística moderna: "La préposition est un mot invariable qui a pour rôle de relier un constituant de la phrase à un autre constituant ou à la phrase toute entière, en indiquant éventuellement un rapport spatio-temporel". Se compararmos esta definição com aquela que cito no texto (a seguir) de Quirk et al. (1972), nota-

remos imediatamente a diferença.

85. Uma hipótese como esta parece válida não apenas para as completivas de verbos, assim como de adjectivos e substantivos, mas também para as frases subordinadas finitas em geral. Sendo assim, o indicativo e o conjuntivo seriam antes categorias verbais com funções de subordinação, ou seja, subordinadores, combináveis com outros subordinadores, como as chamadas conjunções subordinativas, entre as quais o complementador (ou conjunção integrante) que. A selecção do indicativo ou do conjuntivo, segundo esta hipótese mais geral do que a admitida em Raposo (1975), seria determinada, de um modo geral, por razões de tipo pressuposicional e pela própria natureza sintáctico-semântica da frase subordinante e dos subordinadores com que aquelas formas verbais se combinam. Uma tal hipótese necessitaria, porém, de motivação empírica que me obrigaria a sair do âmbito do presente trabalho. Por isso aponto-a mais como sugestão para pesquisa.

86. Em relação a adjectivos como correspondente, delirante, equivalente, estoirante, revicejante, etc., por vezes considerados por certos gramáticos como uma espécie de particípio presente, o que poderia sugerir uma derivação sintáctica (transformacional) a partir dos verbos correspondentes, veja-se o que disse na parte inicial da subsecção 4.5.3..

Em português não é tão evidente o elo sintáctico transformacional entre aquelas formas e os verbos correspondentes, tal como o que existe para os participios passados.

A relação que se verifica entre adjectivos como correspondente, equivalente, revicejante, etc., e os respectivos verbos é semelhante à que ocorre entre outros adjectivos e os verbos da mesma família morfológica. Assim, por exemplo, pode estabelecer-se uma relação (transformacional?) entre as seguintes construções, contendo as primeiras de cada série adjectivos, e as segundas, verbos:

- (i) a. É (correspondente + equivalente) a demissão que o Júlio não tenha comparecido.
- b. (Corresponde + equivale) a demissão que o Júlio não tenha comparecido.
- (ii) a. É revicejante podermos praticar esse desporto.
- b. Reviceja podermos praticar esse desporto.

Quer dizer, há uma certa equivalência sintáctica entre Verbo, por um lado, e Ser - Raiz verbal + (ente + ante), por outro, além de que a função da completiva é a mesma nos dois casos (sujeito). Ora, relações como estas serão contempladas nas tábuas que apresento (v. Anexo final).

Todavia, relações como estas estão longe de ser gerais. Assim, os outros adjectivos que citei no início desta nota, por exemplo, não as admitem:

- (iii) a. É delirante (E + para nós) que o Júlio venha com essas propostas.
- b. *Delira (E + -nos) que o Júlio venha com essas propostas.
- (iv) a. É estoirante (E + para nós) estarmos de pé todo o dia.
- b. Esteira (*E + -nos) estarmos de pé todo o dia.

Como se vê, só o verbo estoirar admite uma construção semelhante à do adjectivo estoirante, desde que acompanhado de objecto directo, enquanto o adjectivo pode dispensar o complemento, aproximadamente semelhante, para nós.

Veremos no decurso deste trabalho em que medida adjectivos daquele tipo aceitam as mesmas construções que os verbos correspondentes.

87. Assim, a maior parte dos adjectivos portugueses em -vel apresentam a seguinte relação com os verbos correspondentes:

- (i) a. É lamentável que o Júlio não tenha comparecido.

b. Deve ser lamentado que o Júlio não tenha comparecido.

(ii)a. É acreditável que o governo agiu com boas intenções.

b. Pode ser acreditado que o governo agiu com boas intenções.

O tipo de relação entre verbo e adjectivo, posta em evidência nestes exemplos, é mais produtiva, do que no caso anterior (adjectivos em -ante, -ente). Esta relação pode ser formalizada do seguinte modo: Ser + Adj-vel ↔ (Dever + poder) + ser + V_{pp}.

Ou seja, o adjectivo em -vel corresponde a uma passiva com o verbo ser, precedido dos auxiliares modais dever e/ou poder (conforme os adjectivos).

Note-se que em português seria perfeitamente possível, nestes casos, uma passiva com se:

(iii) a. Deve lamentar-se que o Júlio não tenha comparecido.

b. Pode acreditar-se que o governo agiu com boas intenções.

Também, tanto no caso da construção adjectival como da construção verbal, a completiva desempenha a mesma função sintáctica (sujeito, nos casos em análise).

Estas relações serão igualmente representadas nas

Tábuas de adjectivos.

88. A título de exemplo cito os seguintes casos (Gross, 1975: p.121):

- (i) a. Ce résultat indique des succès.
- b. Ce résultat est indicateur de succès.
- (ii) a. Marie contente Paul. 7
- b. Paul est content de Marie.

Veja-se Gross (1975 pp. 116 e segs.) para a explicação de relações como estas e outras semelhantes.

89. Além de certas relações entre adjectivos e verbos, como as que referi nas notas anteriores, as Tábuas de adjectivos, que apresento em Anexo final, contêm também algumas relações sintácticas entre adjectivos e substantivos (cf. a secção 4 do Capítulo II), como, por exemplo:

- (i) a. O facto de o Júlio chegar sempre atrasado é indicador da sua indisciplina.
- b. O facto de o Júlio chegar sempre atrasado é uma indicação da sua indisciplina.
- (ii) a. É revoltante que o Júlio chegue sempre atrasado.
- b. Causa revolta que o Júlio chegue sempre atrasado.

ANEXO AO CAPÍTULO ILista A

Particípios passados de verbos intransitivos e pronominais
intrínsecos que podem funcionar como adjetivos:

A	C
ababosado	caído
abacharelado	calcificado
abagoado	campeado
abajoujado	capotado
abarregado	carecido
abarretado	crescido
abespinhado	
acampado	D
acrioulado	decaído
alapardado	decampado
alcandorado	decorrido
amarelejado	decrescido
assenhorado	degenerado
B	dejejuado
	delambido
bacharelado	delirado
bichado	deperecido

desabrochado

desabrolhado

desacampado

desacordado

desavinhado

desbordado

descaído

descambado

desflorescido

desflorado

desfrondecido

desinvernado

desjejuado

desmaiado

desnalgado

desovado

desquadrado

destrambelhado

desvelejado

desverdecido

detonado

difluído

doído

E

edulçado

efervescido

eflorescido

elanguescido

emareado

embarbecido

embarrigado

embasbacado

embelinhado

embestado

embezerrado

embruscado

emburrado

emeninecido

emerso (cp. emergido)

emigrado

emonado

empacado

empubescido

encabelado

encabritado

encalecido

encalvecido

encanoado

encapelado

encaprichado

encaramujado

encarapelado

encarneirado

encaroçado

encarrapichado

encasmurrado	ensardinado
encatarrado	ensarnecido
encatarroado	ensimesmado
encavacado	entestado
encorujado	entogado
encristado	entrelembrado
encruelecido	entreligado
endefluxado	entrenublado
enfatiotado	entrombado
enfebrecido	entroncado
enfistulado	entronchado
enfolhado	entrunfado
engadanhado	enturviscado
engalfinhado	enviuado
engalhado	enxurdado
engalispado	esbaforido
enganido	esbarrocado
engaravitado	esbodegado
engarfado	esbravejado
engarupado	esmaecido
engasgalhado	esmagriçado
engradecido	esmaiado
engravatado	espigado
engravitado	estalado
enjambrado	estanciado
enlanguescido	estiado
enrochado	estourado
enruçado	estrolejado

evolucionado

evoluído

F

falecido

falido

fenecido

florido

frondado

fugido

funcionalizado

funcionarizado

fundado

G

galicizado

galrado (= crescido)

garrido (= vestido)

germinado

grelado

gripado

grisalhado

H

hepatizado

hibernado

I

ignizado

imigrado

imiscuído

imitido

impado

impassibilizado

imposturado

incorrido

indigestado

infusado

interpenetrado

inviperado

J

jazido

L

languescido

luzido

M

mal-entendido

marejado

maturado

migrado

morto (cp. morrido)

N

nascido

naufragado

noviciado

O

oligarquizado

opado

P

pairado

pendido

perecido

planchado

posado

prancheado

promiscuído

propenso (cp. propendido)

Q

quedado

R

rebalsado

rebrandecido

rebrotado

recaído

recrescido

recrudescido

reemerso (cp. reemergido)

refastelado

reflorescido

reflorido

refrondescido

refugiado

reingressado

relvejado

remanseado

remelado

renascido

repolhado

repontado

repotreado

ressabido (= bem sabido)

ressaído

ressurgido

retrocedido

retrogradado

revertido

revicejado

revivescido

ruído

S

saído

sedimentado

sobreluzido

sobrepairado

sobressaído

sucumbido

suicidado

T

teimado

tirocinado

transcorrido

tresvariado

V

vacado

vago (cp. vagado)

Lista B

Particípios passados de verbos intransitivos e pronominais intrínsecos que não podem funcionar como adjectivos:

A

abdicado
 abstido
 abundado
 acamaradado
 acedido
 actuado
 aderido
 agido
 agonizado
 agradado
 apelado
 apitado
 arcado

B

barafustado
 bastado
 batalhado
 brilhado
 brigado
 brotado

bulido
 buzinado

C

cabido
 cambaleado
 caminhado
 capitulado
 caramunhado
 carantonhado
 caturrado
 cavaqueado
 chafurdado
 chalaceado
 chalrado
 chiaço
 chinfrinado
 cintilado
 cismado
 coabitado
 colaborado

colidido
comerciado
comparecido
competido
concernido
conferenciado
confraternizado
constado
contendido
contribuído
corricado

D

deambulado
defluído
delinquído
deparado
dependido
descampado
desconvindo
desentoado
desistido
deslizado
destoado
digladiado
dignado
discordado
discrepado

discreteado
discursado
dissentido
dissertado
dissidiado
dissonado
distado
divagado
divergido
doidejado
domingado
drapejado
durado

E

embirrado
equidistado
equivalido
esbracejado
escabujado
escarceado
escarnicado
escorregado
esfuziado
esfuzilado
espalhafatado
esperneado
espinoteado

espiralado

espumejado

estado

estrondeado

esvoaçado

existido

exuberado

exultado

F

faltado

fanfarreado

fervilhado

ficado

filosofado

flamejado

flanado

flauteado

flertado

fluído

flutuado

formigado

formiguejado

fosforeado

fosforescido

fremido

fulgido

fumegado

funcionado

G

gabarolado

gaifonado

galhofado

galopado

galrado (= falado)

garrido (= chilreado)

ganido

gargalhado

garotado

gingado

gostado

gracejado

grassado

gravitado

grazinado

grimpado

grugrulejado

grugrulado

grulhado

guerrilhado

H

herborizado

hesitado

I

imperado

intercedido

intermitido

invernado

ido

irrompido

J

jactado

janotado

jejuado

jiboiado

jornadeado

jorrado

judaizado

judiado

L

labirintado

labutado

ladrado

ladroeirado

latejado

latido

linguajado

lucubrado

lufado

lutado

luxuriado

M

madrugado

malucado

maluqueado

manparreado

mandriado

mangado

manhosado

manquejado

manqueteado

manquitolado

mapiado

marchado

mariolado

mariposado

mariposeado

marombado

maroteado

maralhado

marulhado

matutado

mentido

militado

morado

moribundeado

morrinhado

motejado

N

negrejado

nidificado

nitrido

noivado

nutado

O

obliquado

ofegado

olfacteado

optado

oraculado

oraculizado

orneado

ornejado

P

pacientado

padreado

paladinado

palavreado

palestrado

palestreado

palheteado

pandegado

pandilhado

papeado

papujado

paradoxado

pardejado

parlamentado

parlamenteado

parolado

paroleado

parvoejado

parcoado

pasmaceado

passarinhado

pateteado

patranhado

patuscado

pecado

pedanteado

peguilhado

peleado

pendulado

perdurado

periclitado

perigado

permanecido

perneado

pernejado

perorado

perpassado
perseverado
pertencido
pestanejado
petarolado
peteado
petequado
peticionado
pigarreado
pilheriado
pimponado
pimponeado
pinoteado
pintainhado
pirado
piruetado
pitadeado
planado
polemicado
politicado
prazenteado
predominado
preexistido
prefulgido
preguiçado
preluzido
preopinado
preponderado

prescindido
prevalecido
prevaricado
previvido
primado
primaverado
priscado
procedido
proejado
progredido
proliferado
prorrompido
proseado
prosperado
pugnado
pulado
pululado

Q

quaresmado
queixado
querelado

R

rabeado
rabulado
rabujado
rabulejado
raciocinado

ralhado	resingado
rangido	resistido
rastolhado	ressabido (= 'ter sabor')
reagido	restado
realvorecido	resultado
reamanhecido	retoucado
reboado	retroagido
rebojado	retroado
rebramado	retumbado
rebrilhado	revoado
rebuliçado	revoluteado
recalcitrado	rezingado
rechiado	ribombado
rechinado	rinchado
redundado	rinchavelhado
refluído	rido
refregado	rivalizado
refulgido	rixado
reinado	rodopiado
reincidido	ronceado
relutado	roufenhado
remanescido	rugido
remigrado	S
remugido	saltitado
reparado (= olhado)	sambado
reptado (= rastejado)	serpeado
resfolegado	serpejado
residido	

simpatizado
singrado
sonambulado
sornado
superabundado

T

tamanqueado
tarimbado
tempestuado
tergiversado
tinido
tiritado
titubeado
toado
tolejado
tonitroado
tonteado

topeado
tossicado
trambolhado
transigido
transluzido
trapejado
traquinado
trasluzido
tremelejado
tremelicado

trepidado
treplicado
treslido
tresmentido
tresnoitado
trilado
tripudiado
triscado
triunfado
troado
tronado
tropeado
tropeçado
trovado
trovejado
turbilhonado

U

urgido
usurado

V

vacilado
vadiado
vagabundeadado
vagalumeado
vagamundeadado
vaganeado
vagido

vagueado

vaguejado

vegetado

velejado

ventado

veraneado

verdecido

verdejado

verminado

viandado

viuvado

voado

voejado

vogado

volitado

vozeirado

Z

ziguezagueado

zombado

zombeteado

zumbado

zunido

CAPÍTULO II

PROPRIEDADES SINTÁCTICAS

1. Definição e tipos de propriedades sintáticas (e semânticas)

Neste capítulo proponho-me descrever as diversas propriedades sintáticas (e semânticas) que caracterizam as múltiplas construções completivas dos adjectivos predicativos e que são apresentadas nas tábuas léxico-sintáticas, em Anexo final.

Começarei por definir o que entendo por propriedades sintáticas (e semânticas) e caracterizarei em seguida os seus dois tipos fundamentais, ou seja, as propriedades distribucionais e as transformacionais. Farei igualmente referência a algumas relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais, nominais e adverbiais, cujo estatuto transformacional, se é que ele existe, se torna difícil de definir. Descreverei depois os aspectos gerais das diferentes propriedades (distribucionais, transformacionais, semânticas e relações de equivalência) que intervêm nas construções completivas dos adjectivos predicativos. Alguns aspectos de pormenor destas diferentes propriedades serão abordados no Capítulo IV, onde descreverei cada uma das tábuas apresentadas em Anexo final.

Ao longo do Capítulo I, nomeadamente nas secções 1., 3. e 4.5., utilizei de forma empírica e por diversas vezes, embora sem a definir, a noção de propriedade sintáctica e semântica, ao tentar delimitar, primeiro, o objecto de estudo, e depois, na definição entre adjectivos predicativos e não predicativos, assim como na caracterização dos adjectivos - nomes e dos particípios passados verbais.

Vou agora tentar definir de forma explícita uma tal noção.

Quando se estuda o funcionamento sintáctico (e semântico) dos adjectivos predicativos (como, aliás, de quaisquer outros itens lexicais), de acordo com os princípios metodológicos definidos na secção 3. do capítulo anterior, é necessário analisar a compatibilidade daqueles itens com os outros elementos das frases em que eles se podem inserir. Ou melhor, é preciso analisar as possibilidades de ocorrência dos adjectivos em frases do tipo daquelas que defini na secção 4.7. do capítulo anterior, as quais envolvem, portanto, construções completivas.

As possibilidades de ocorrência são determinadas de acordo com o princípio da aceitabilidade das frases (cf. a secção 3. do Capítulo I). Tais possibilidades de ocorrência ou compatibilidade dos adjectivos predicativos com os outros elementos da frase implicam duas espécies de variação, na estrutura sintáctica: (i) dos elementos lexicais integrados nos sintagmas nominais simples, podendo estes ser eventualmente regidos de preposição (como acontece na função de complemento) ; (ii) das estruturas completivas (ou sintagmas nominais frásicos), também eventualmente regidas de preposição (quando na

função de objecto).

Vejamos alguns exemplos ilustrativos destas espécies de variação, assim como a relação categorial e funcional e existente entre elas:

- (1) a. Este adubo é aconselhável aos agricultores para que incrementem a produção.
 - b. Estes estudantes são aconselháveis à direcção da escola para (realizar + realizarem) um tal projecto.
 - c. É aconselhável aos automobilistas que usem os cintos de segurança.
 - d. Modernizar a agricultura é aconselhável ao país para (que se incremente + se incrementar) a produção de alimentos.
- (2) a. Os dois partidos (*são + estão) certos de (que conquistarão + conquistar + conquistarem) os votos da maioria do eleitorado.
 - b. (É + *está) certo que o Júlio parte para o Canadá.
 - c. (*É + está) certo que o Júlio parta para o Canadá.

Conforme se pode ver, analisando os exemplos de frases contidas em (1), o adjectivo aconselhável é compatível com SN sujeito quer de estrutura simples (este adubo, em (1a), estes estudantes, em (1b)), quer de estrutura complexa, ou seja, frase completiva integrante (que usem os cintos de segurança, em (1c)) ou infinitiva não flexionada (modernizar a agricultura, em (1d)). Por outro la-

do, o mesmo adjectivo é compatível com SN objecto indirecto, regido da preposição a (aos agricultores, à direcção da escola, aos automobilistas, ao país). Além disso, aconselhável é compatível ainda com uma frase completiva objecto, regida da preposição para⁽¹⁾, quer integrante (para que incrementem a produção, em (1a), para que se incremente a produção de alimentos, em (1d)), quer infinitiva não flexionada (para realizar um tal projecto, em (1b), para se incrementar a produção de alimentos, em (1d)), quer infinitiva flexionada (para realizarem um tal projecto, em (1b)).

Por último, verifica-se que aconselhável é compatível com o verbo copulativo ser em todos os exemplos de (1), mas não o seria com estar (*Este adubo está aconselhável aos agricultores para que incrementem a produção; etc.).

Analisando agora as compatibilidades do adjectivo certo (a Tábua 1r mostra, aliás, que se trata de dois itens, certo¹ e certo²; cf. o Capítulo III para a questão do desdobramento de entradas), expressas nos exemplos apontados em (2), verificamos que ele aceita igualmente como sujeito um SN simples (os dois partidos, em (2a)) ou uma completiva (que o Júlio parte para o Canadá, em (2b) , que o Júlio parta para o Canadá, em (2.c)). Por outro lado, certo é ainda compatível com completiva objecto, regida da preposição de, quer integrante (de que conquistará os votos ..., em (2a)), quer infinitiva não flexionada (de conquistar os votos ..., em (2a)), quer flexionada (de conquistarem os votos ..., em (2a)).

Além disso, o adjectivo certo é compatível tanto com a cópu-

la ser como estar, desde que se verifiquem certas interdependências. Com SN sujeito simples apenas aceita estar (cf. (2a)). Com completiva sujeito, admite ser, e não estar, desde que o verbo da completiva esteja no indicativo (cf. (2c)). Mas se tal verbo estiver no conjuntivo, aceita antes estar e não ser. Se a completiva fosse infinitiva, o adjectivo aceitaria, porém, os dois verbos copulativos ((É + está) certo o Júlio partir para o Canadá). Por último, conforme (2b) nos mostra, o adjectivo certo não é compatível com o SN sujeito essas árvores, embora o seja, como já vimos, com um constituinte de estrutura semelhante (os dois partidos). A variação na compatibilidade resulta, neste caso, da natureza semântica dos substantivos que integram cada um dos SNs. Tal natureza semântica pode ser expressa através de determinados traços, como /humano/ vs /não humano/, /animado/ vs /não animado/, etc.. Traços como estes permitem definir, de forma económica, classes lexicais.

Assim o item partido, que tem em (2a) o significado de organização de pessoas para fins políticos, pertencerá à classe dos substantivos /humanos/, enquanto o elemento lexical árvore se inclui antes na classe dos substantivos /não humanos/ ou, mais rigorosamente ainda, dos /não animados/. O adjectivo aconselhável, ao contrário de certo, não é sensível a uma tal diferença, quando tomamos em conta o SN sujeito. Mas se tivermos em conta o SN objecto indirecto, aconselhável apenas é compatível com substantivos /humanos/ (cf. todos os exemplos de (1)),

conforme se pode verificar pela inaceitabilidade de frases que contenham substantivos /não humanos/ ou /não animados/ :

- (3) a. *Estas rações são aconselháveis às vacas para produzirem mais leite.
- b. *Este adubo é aconselhável a esse terreno para que produza mais.
- c. *É aconselhável às árvores que absorvam a humidade do solo.

Enfim, uma análise mais aprofundada permitiria depreender outras diferenças de compatibilidade entre os adjectivos aconselhável e certo, em relação aos elementos com que se combinam. No Capítulo IV e nas Tábuas léxico - sintácticas essas diferenças serão postas a descoberto.

De acordo com os dados que acabamos de analisar, verificamos que os adjectivos aconselhável e certo se podem definir através de um determinado número de compatibilidades com outros elementos da língua para formarem frases.

Assim, aconselhável é compatível com SN sujeito simples (contendo substantivos quer /humanos/ quer /não animados/), completiva sujeito e completiva objecto (em simultâneo ou não), sendo esta última regida da preposição para, e ainda com SN objecto simples (contendo substantivos /humanos/) e com o verbo copulativo ser (mas não estar), etc..

O adjectivo certo, por seu lado, é compatível com SN sujeito simples (desde que contenha substantivos /humanos/), com completiva sujeito ou objecto (mas não em simultâneo) e com os verbos ser ou estar, nas condições mencionadas, etc..

Ora, ao conjunto dos contextos em que tais adjetivos ocorrem dá-se a designação de distribuição desses adjetivos, de acordo, aliás, com a seguinte definição de Harris(1954/1970: p.14): "La distribution d'un élément sera définie comme la somme de tous les environnements de cet élément. L'environnement d'un élément A est la disposition effective de ses co-occurents, c'est-à-dire des autres éléments, chacun dans une position déterminée, avec lesquels, figure A pour produire un énoncé . Les co-occurents de A, dans une position déterminée , sont appelés la sélection de A pour cette position" .

Cada compatibilidade dos adjetivos aconselhável e certo, como as mencionadas atrás em relação aos exemplos (1) e (2), constitui, pois, uma propriedade distribucional. Propriedades como estas serão, pois, registadas nas Tâbuas de adjetivos.

Mas, além deste tipo de propriedades, outro existe quando tomamos em conta certas variações e interdependências, ou (i) na estrutura da frase, ou (ii) na relação entre frases afins (no plano lexical, ou morfémico e semântico).

Analisemos, pois, os seguintes exemplos, ainda com o adjetivo aconselhável:

- (4) a. Que não abusemos dos medicamentos é aconselhável a todos nós.
- b. É aconselhável a todos nós que não abusemos dos medicamentos.

- c. É aconselhável que não abusemos dos medicamentos.
- d. É aconselhável não abusarmos dos medicamentos.
- e. É aconselhável não abusar dos medicamentos.

Todas as frases de (4) contêm, aproximadamente, o mesmo material léxico e idêntico significado. É pois, natural, que procuremos determinar e caracterizar a relação existente entre elas. Assim, a diferença entre (4a) e (4b), por exemplo, consiste apenas em que na primeira a completiva sujeito está à esquerda do adjectivo e na segunda, à direita, após o SN objecto indirecto (a todos nós). (4c) distingue-se de (4b) apenas porque o SN objecto indirecto foi apagado na segunda. Por seu lado, (4d) e (4e) apresentam a completiva na forma infinitiva, flexionada na primeira e não flexionada na segunda. Tais completivas são, por assim dizer, desfinitizadas, quando as comparamos com (4c), por exemplo, que é completiva finita (ou integrante, isto é, com o morfema que e a forma verbal no presente do conjuntivo).

Quando estabelecemos este tipo de relações entre frases afins, estamos a admitir uma outra noção, diferente da anterior, que é a de transformação.

(5) a. Que-F $\rightarrow$ (N_{oc}) V_{-inf} Compl

como sucede, por exemplo, se derivarmos (4d) a partir de (4c), recorrendo assim a uma regra de Redução (ou, neste caso, Desfinitização; v. a este propósito a subsecção 3.1 deste capítulo), ou ainda, por exemplo:

(5) b. Que-F V_{cop} Adj Compl → V_{cop} Adj Compl Que-F

conforme acontece, se obtivermos (4b) a partir de (4a), utilizando, portanto, a chamada regra de Extraposição.

Em casos como (5a) ou (5b) a relação transformacional implica uma frase de base e uma frase transformada a partir daquela.

Existe, contudo, um outro tipo de relação (transformacional?) a que podemos chamar bi-unívoca ou de equivalência, como nos seguintes casos:

(6) a. Que eles nos imponham tais condições é revoltante para nós.

b. Que eles nos imponham tais condições revolta-nos.

c. Que eles nos imponham tais condições causa-nos revolta.

Tal relação pode ser definida do seguinte modo:

(7) a. Que-F V_{cop} Adj_{-v} Compl ↔ Que-F V Compl

Como se verifica entre (6a) e (6b), ou então:

(7) b. Que-F V Compl ↔ Que-F V_{op} N_{-v} Compl

como acontece ao confrontarmos (6b) com (6c).

Quanto a este último tipo de relação de equivalência, nem sempre é líquido qual seja a frase de base e a fra-

se transformada. Por outro lado, existem variações quanto à classe lexical dos itens em confronto (verbos, adjetivos, verbos operadores⁽²⁾, substantivos, etc.). E há, além disso, oscilações de significado entre as frases relacionadas.

Nas Tabuas léxico-sintáticas de adjetivos registarei, pois, transformações e relações de equivalência que caracterizam as construções completivas adjetivais, embora dê maior destaque às transformações.

Não vou aqui desenvolver a noção de transformação que está subjacente à análise que acabo de efectuar. Para isso remeto o leitor, nomeadamente, para Harris (1968/1971: Capítulos 4 e 5) e Gross (1975: pp. 27-30).

Gross (1975: p. 27) caracteriza do seguinte modo as diferenças entre a noção de transformação em Chomsky e em Harris:

"La notion de transformation est cependant présentée de manière plus 'abstraite' chez Chomsky. Alors que Harris apparaît comme se limitant largement à des relations entre phrases, Chomsky pose l'existence de structures abstraites (donc non attestées) et composées de symboles divers, dont l'ordre linéaire et la relation avec les unités superficielles (i.e. observées) n'est pas simple.

Les transformations relient les formes abstraites aux formes de surface. La différence entre les positions de Chomsky et de Harris n'est pas nettement tranchée, car Harris utilise également des formes non attestées comme base de ses descriptions. La différence est plutôt une diffé

rence d'attitude. Alors que Chomsky n'a pas hésité à développer à des fins descriptives un appareillage formel considérable, Harris s'est efforcé de ne créer de nouveaux concepts que lorsqu'il y était absolument contraint".

Antes de passar à descrição das principais propriedades distribucionais e transformacionais registadas nas Tabuas de adjectivos (em Anexo final), convém desenvolver um pouco mais a noção de propriedade semântica, a que atrás fiz referência. De facto, ao assinalar, por exemplo, que o adjectivo certo, quando se constrói com SN sujeito de estrutura simples, só aceita como núcleo desse SN substantivos/humanos/(cf. (2a) em oposição a (2b)), estamos a ter em conta propriedades semânticas (/humano/ vs /não humano/ e /não animado/) definidoras de classes lexicais (classe dos substantivos /humanos/ vs classe dos substantivos /não humanos/ e /não animados/⁽³⁾).

Todavia, estas propriedades são explicitáveis através de meios formais.

Como diz Gross (1975:p.47): "La notion 'humain' est sémantique, mais nous sommes efforcé de lui associer des propriétés de forme. Ainsi nous vérifions l'acceptabilité d'un N_{hum} dans une position syntaxique donnée, en y plaçant un nom propre Paul, Pierre ou Marie".

Tal afirmação denota, por conseguinte, a preocupação

de balizar as noções semânticas (ou propriedades semânticas) através de propriedades formais.

Mantenho ao longo deste trabalho idêntica preocupação, mesmo em relação a propriedades semânticas aparentemente difíceis de balizar sintacticamente, como sucede em relação a certos adjectivos, tais como lamentável, repugnante, significativo, etc., que costumam ser classificados como factivos (cf. Kiparsky e Kiparsky 1968/1972), noção que já defini, aliás, na secção 3 do Capítulo I (cf. nomeadamente, os exemplos (3) e (4) ali indicados). Semanticamente, definem-se tais adjectivos como permitindo pressupor, da parte do falante, a verdade da frase completiva com que se constroem. É nisto que consiste a noção de factividade. Todavia tal noção é geralmente expressa por meios sintácticos⁽⁴⁾, ou seja, através da sequência o facto de, colocada à cabeça da completiva:

(8) a. É (lamentável + repugnante + significativo) que eles nos imponham tais condições.

b. É (lamentável + repugnante + significativo) o facto de que eles nos imponham tais condições.

Paralelamente, os adjectivos que são não factivos (por exemplo: possível, provável, etc.) não aceitam tal propriedade formal:

(9) a. É (possível + provável) que eles nos imponham tais condições.

- b. *É (possível + provável) o facto de que eles nos imponham tais condições.

Outra propriedade semântica característica de adjectivos como lamentável, repugnante, significativo, etc., é que eles são emotivos, ou seja, implicam um certo estado de espírito emocional, por parte do falante, em relação ao conteúdo da frase completiva sujeito⁽⁵⁾, ao contrário do que sucede com os adjectivos não emotivos, como possível, provável, etc..

Ora, uma tal propriedade semântica é igualmente expressável por meios sintácticos, como se pode ver confrontando entre si as frases (10) e (11) a seguir e comparando-as, respectivamente, com (8) e (9) atrás:

- (10) Que (lamentável + repugnante + significativo) é
(E + o facto de) que eles nos imponham tais condições!

- (11) *Que (possível + provável) é que eles nos imponham tais condições!

Os adjectivos emotivos aceitam construções exclamativas com que, ao passo que os outros não.

Dos exemplos que acabo de apontar parece poder inferir-se uma relação obrigatória entre adjectivos factivos e emotivos, por um lado, e não factivos e não emotivos, por outro, mas tal relação nem sempre se verifica, como

veremos no decurso deste Capítulo e ainda no Capítulo IV no meadamente, na secção 1.

Os exemplos que acabamos de analisar permitem-nos, pois, verificar que as propriedades semânticas dos adjectivos ou estão condicionadas ou são expressáveis por meio de propriedades sintácticas. Eis a razão porque não dei a este Capítulo o título de "Propriedades sintácticas e semânticas", o que não significa, como acabamos de ver, que não tenha presentes estas últimas no decurso da descrição que vou efectuar.

2. Propriedades distribucionais

2.1. Substantivos /humanos/ (N_{hum}) e Substantivos /não humanos/ (N_{-hum})

Já vimos atrás (secção 1) que as noções de /humano/ e /não humano/ são de natureza semântica, mas que elas podem ser balizadas por meio de propriedades formais (léxico-sintácticas) e que, por conseguinte, se tornam susceptíveis de ser encaradas como propriedades distribucionais.

Os adjectivos predicativos que aceitam construções completivas podem seleccionar substantivos /humanos/ ou /não humanos/, tanto no contexto do SN sujeito (quando a completiva é objecto) , como no do seu SN complemento preposicional (o qual ocorre com mais frequência com adjectivos que se constroem apenas com completiva sujeito).

Tanto num contexto como noutro, três casos se podem dar teoricamente: (i) o adjectivo aceita apenas substantivos /humanos/; (ii) o adjectivo só admite substantivos /não humanos/; (iii) o adjectivo é compatível tanto com substantivos /humanos/ como /não humanos/.

No entanto, o problema não é assim tão simples, já que o contexto estrutural em que o adjectivo ocorre pode influir na selecção de N_{hum} e/ou N_{-hum} quer para a função de sujeito, quer para a de complemento preposicional. Comecemos, pois, por analisar os aspectos mais salientes de tal selecção no contexto do SN sujeito.

Assim, adjectivos como acusável, ansioso, curioso, esperançoso, impaciente, louco, radiante, etc., apenas aceitam N_{hum} na função de sujeito:

- (1) (O Júlio + ?*esse gato + *este carro + *esse projecto) está (ansioso + impaciente + ...) (de + por) ver a luz do dia.

Todavia, alguns adjectivos que na aparência denotam exclusivamente qualidades humanas, como sucede com ansioso, impaciente, etc., podem, devido a um processo metafórico ou metonímico, admitir como SN sujeito substantivos /não humanos/ ou então nomes que designam partes do corpo humano ou faculdades humanas. Sendo assim, num sentido figurado ou metaforico, a frase O gato está ansioso por ver a luz do dia é aceitável. Em sentido metafórico parecem igualmente aceitáveis frases como as seguintes:

- (2) (As plantas + as flores) estão (ansiosas + impacientes + ...) (de + por) ver a luz do Sol.

Tais dados não foram, porém, registados nas Tábuas de adjetivos, pois o processo semântico de transferência de qualidades humanas para seres animados não humanos ou ainda vegetais, etc., é extremamente complexo e difícil de balizar no plano de uma gramática formal. Tal processo levanta, em suma, o problema da relação entre o sentido próprio e o figurado das unidades lexicais em geral, com a inerente sistematização no plano da sintaxe. Tal problema ultrapassa, porém, largamente o âmbito do presente estudo, motivo por que o deixo de lado.

Constituem, por outro lado, exemplo de transferência metonímica de significado construções como as seguintes:

- (3) (Os nossos corações + as nossas almas) estão (ansiosos/-as + impacientes) (de + por) ver a luz do dia.

Aspectos como estes também não foram registados nas Tábuas, em parte pelos mesmos motivos anteriores.

Adjectivos como abonatório, comprovativo, demonstrativo, explicável, ilustrativo, próprio, sintomático, vantajoso, etc., apenas admitem N_{-hum} na função de SN sujeito:

- (4) (*O Júlio + ?*esse gato + este carro + esse projecto) é (demonstrativo + ilustrativo + ...) de que tais esperanças podem realizar-se.

Outros adjectivos, porém, tais como adverso, carecente, favorável, livre, prestes, pronto, responsável, susceptível et., são compatíveis quer com N_{hum}, quer com N_{-hum}, na função de sujeito:

- (5) (O Júlio + esse gato + este carro + esse projecto) (está prestes a + é susceptível de +...) ficar ultrapassado no concurso.

Com certos adjectivos deste último tipo, a natureza do SN sujeito determina, por vezes, uma variação não apenas quanto à interpretação semântica da frase, mas também quanto ao próprio contexto estrutural. Tal variação impõe, em certos casos, um desdobramento de entradas lexicais (v. a propósito a justificação apresentada no Capítulo III), conforme sucede, por exemplo, com favorável¹ e favorável², pronto¹ e pronto² etc..

Eis alguns exemplos que põem em destaque alguns aspectos de tal variação:

- (6) a. As circunstâncias actuais (são + estão), favoráveis¹ (a + para) que nós entremos no concurso.
- b. Essas pessoas (são + *estão), favoráveis² (a + + *para) que nós entremos no concurso.

Como se vê, favorável¹, que aceita N_{-hum} como sujeito, é compatível com os dois verbos copulativos ser e estar e admite, além disso, completivas regidas das preposições a e para. Do ponto de vista semântico, favorável¹ implica passividade (estática) por parte do SN sujeito (donde a aceitabilidade de estar), devido ao facto de este conter um substantivo /não humano/ ou, mais, especificamente, /abstracto/.

Pelo contrário, o item favorável² implica antes actividade (dinâmica) do SN sujeito (donde a aceitação exclusiva de ser), justamente por este conter um N_{hum}; do ponto de vista estrutural, este item apenas é compatível com completiva regida da prep. a.

Um outro exemplo paralelo é o do pronto¹ e pronto²:

(7) a. Esses soldados (*são + estão) prontos¹ (a + para) entrar em acção.

b. (A lebre + a sobremesa) (*é + está) pronta² (a + para) (servir + ser servida).

O item pronto¹ implica voluntariedade ou actividade da parte do SN sujeito, justamente por este conter N_{hum}; tal valor activo torna-se mais evidente ainda quando a completiva é regida pela prep. a. Em relação a pronto² tal não se verifica, porque o sujeito é N_{-hum}, qualquer que seja o con-

texto estrutural da completiva.

Passando agora ao contexto do SN preposicional, verifica-se que adjectivos como abominável, consolador, difamante, educativo, fascinante, grato, humilhante, lícito, maçador, permissível, sedutor, visível, etc., apenas admitem N_{hum}.

Eis alguns exemplos:

- (8) a. É (abominável + lícito + permissível + ...) a
(o Júlio + ?* esse gato + *este carro + * esse
projecto)permanecer na rua.
- b. É (consolador + fascinante + sedutor + ...) para
(o Júlio + ?* esse gato + *este carro + * esse
projecto)permanecer na rua.

Tal como vimos atrás, também neste caso certos adjectivos podem ser empregados em sentido figurado. Assim, em (8a,b), no contexto do SN preposicional, o N_{-hum} esse gato torna-se relativamente aceitável, desde que o adjectivo seja assumido com aquele valor. Por outro lado, numa frase como É(lícito + permissível) a este carro permanecer na rua torna-se relativamente aceitável, desde que ela tenha como destinatário o dono do carro, por exemplo. O alcance de fenómenos deste tipo é praticamente imprevisível, motivo por que se afigura di

fácil registá-los nas tábuas.

Adjectivos como associável, compatível, demonstrativo, fomentador, gerador, harmonizável, pertinente, nutritivo, sintomático, etc., admitem apenas N_{hum} no contexto do SN prepsicional, conforme se pode ver a seguir, através de alguns exemplos:

(9) a. É (compatível + harmonizável + ...) com (*o Júlio + *esse gato + este carro + esse projecto + as circunstâncias actuais) introduzirem-se alterações no circuito de distribuição.

b. É (fomentador + sintomático + ...) de (* o Júlio + * esse gato + * este carro + * esse projecto + + mal-estar + incerteza) que os circuitos de distribuição tenham de ser alterados.

Como nos mostra (9b), adjectivos como fomentador, sintomático, etc., apenas aceitam N_{-hum} quando este é /abstracto/.

Vejamos agora alguns exemplos ilustrativos do comportamento de adjectivos como acessível, benéfico, calamitoso, decisivo, essencial, funesto, importante, maléfico, nefasto, salutar, etc., que tanto admitem N_{hum} como N_{-hum} no contexto em causa.

(10) É (benéfico + decisivo + importante + ...) para (o Júlio + esse gato + este carro + esse projecto + a estabilização económica) que se melhorem os circuitos de distribuição.

Deve assinalar-se que também no caso do SN preposicional o contexto estrutural da completiva, nomeadamente a preposição regente, pode determinar a selecção de N_{hum} ou N_{-hum}.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

(11) a. É (aconselhável + recomendável + ...) a (essas pessoas + *esses animais + *essas plantas) que respirem ar puro.

b. É (aconselhável + recomendável + ...) para essas pessoas + esses animais + essas plantas) usar a máxima cautela.

Frases como (11b) tornam-se ambíguas, quando no SN preposicional está contido N_{hum} (cf. essas pessoas), já que o V_{-inf} da completiva (cf. usar) pode ser interpretado com sujeito co-referente ou não co-referente (e neste caso V_{-inf} poderia ser flexionado, evitando-se assim a ambiguidade) do substantivo contido no complemento preposicional.

Por outro lado, neste tipo de complemento a preposição de exige geralmente N_{-hum}, ao passo que a loc. prep. da parte de

obriga antes ao emprego de N_{hum}:

- (12) a. É (ilustrativo + probatório + revelador + ...) de (* essas pessoas + * esses animais + * essas plantas + desleixo + desentendimento) o facto de se terem adiado tais obras.
- b. É (acintoso + estranho + patológico + ...) da parte de (essas pessoas + * esses animais + * essas plantas + * as circunstâncias actuais) imiscuirem-se constantemente na vida alheia.

Como se vê, os adjectivos do género de (12 a), compatíveis com SN preposicional regido da prep. de, apenas admitem neste complemento substantivos /abstractos/ adequados ao significado do próprio adjectivo. Pelo contrário, em contextos como o de (12 b), apenas encontramos adjectivos compatíveis com um complemento regido da loc. prep. da parte de, desde que esta contenha N_{hum}. Mais ainda, entre N₁ do complemento de N₁ e N_{oc}, ou seja, o SN sujeito da completiva, não há co-referência, ao passo que esta se torna obrigatória no caso do complemento da parte de N₁. Desenvolverei este aspecto na subsecção 2.6.2 deste capítulo.

No decurso desta análise algumas questões surgiram que podem levar-nos a pôr em causa a operatividade da dicotomia N_{hum} e N_{-hum}.

Assim, tendo em conta que certos adjectivos, conforme vimos, apenas são compatíveis, em determinados contextos, com substantivos /abstractos/ (cf. nomeadamente,

(12a)), poder-se-ã perguntar qual é a justificação que nos faz privilegiar aquela dicotomia e não outra ou outras, como, por exemplo, substantivos /animados/ e /não animados/, /concretos/ e /abstractos/, etc..

O argumento em que me baseei para ter optado pela referida dicotomia é, fundamentalmente, de natureza estatística.

A maior parte dos adjectivos que aceitam construções completivas ou é insensível à distinção entre substantivos /humanos/ e /não humanos/, nos contextos supracitados, ou então selecciona nitidamente substantivos /humanos/, o que prova que, de qualquer modo, esta distinção era necessária. Uma simples leitura das tábuas leva-nos a uma tal conclusão. A objecção que se pode manter é que dentro dos substantivos /não humanos/ tornar-se-ia necessário admitir mais subclasses, conforme alguns exemplos citados atrás exigiam. Deixo, por conseguinte, esta questão em aberto para investigação posterior, uma vez que o número de propriedades contempladas neste trabalho é já suficientemente elevado.

Uma última questão que é indispensável abordar relaciona-se com certos substantivos aparentemente /não humanos/, mas que funcionam como /humanos/ nas construções completivas dos adjectivos predicativos, assim como noutros contextos sintácticos, nomeadamente com verbos, conforme é salientado em Gross (1975: pp. 47 segs.). É o caso de substantivos como administração, bairro, cidade, democracia, governo, lar, movimento, país, província, sala, etc.. Eis alguns exemplos ilustrativos, que mostram a compatibilidade entre tais substantivos e adjecti-

vos que exigem N_{hum} quer no contexto do SN sujeito, quer no do SN preposicional:

- (13) a. (A administração + a cidade + a província + a sala + ...) está (ansiosa + impaciente + louca + ...) por encontrar uma saída para a crise.
- b. É (consolador + fascinante + sedutor + ...) para (o bairro + a democracia + o movimento + o país + ...) poder lançar-se num tal projecto.

Quer dizer, substantivos como os acabados de citar, na medida em que significam as pessoas (da administração + do lar + do país + da sala + ...) exercem funções sintáctico-semânticas de N_{hum} (para um desenvolvimento mais aprofundado desta questão cf. Gross 1975: pp. 47 e segs.).

2.2 Completivas Que-F e outras construções aparentadas

(Se-F, Como-F, etc.)

Ao analisarmos a distribuição das completivas Que-F em relação à sua compatibilidade com os adjectivos predicativos, verificamos que estes se dividem em três classes: (i) adjectivos que apenas aceitam completiva Que-F como sujeito; (ii) adjectivos que só admitem completiva Que-F como objecto preposicionado; (iii) adjectivos que se podem construir com completiva Que-F simultaneamente na posição de sujeito e na de objecto regido de preposição.

A descrição dos adjectivos da classe (i) é efectuada na

Tábua 1; a dos adjectivos da classe (ii) é apresentada nas Tábuas 2,3,4,5 e 6, conforme a preposição que rege a completiva, o que implica, portanto, a divisão daquela classe léxico-sintáctica em subclasses; a descrição dos adjectivos da classe (iii), ou seja, dos adjectivos chamados simétricos, é efectuada nas Tábuas 8,9 e 10.

Assim, aceitam, por exemplo, completiva Que-F sujeito adjectivos como aceitável, decisivo, encantador, falso, grotesco, inquietante, justo, lastimável, nítido, óbvio, perturbante, reprovável, saturante, tolerável, ultrajante, visível, etc. (v. Tábua 1).

Eis algumas construções ilustrativas:

- (1) a. É (curioso + inquietante + lastimável + ...) que a fatalidade nos bata à porta.
- b. É (nítido + óbvio + visível + ...) que a austeridade está à porta.

Constroem-se, porém com completiva Que-F objecto, regida da prep. a, adjectivos como avesso, contrário, favorável, propício, receptivo, etc. (v. Tábua 2):

- (2) Muitas pessoas são (avessas + contrárias + favoráveis²+) a que essa conferência seja adiada.

São compatíveis com completiva Que-F objecto, regida pela prep. de, adjectivos como acusável, críticável, desejoso, esperancoso, pesaroso, radiante, sapiente, etc. (v. Tábua 3):

- (3) Muitas pessoas estão (desejosas + pesarosas + radiantes + ...) de que essa conferência seja adiada.

Aceitam completiva Que-F objecto, regida pela prep. em,
adjectivos como confiante, relutante, reticente, etc.

(v. Tábua 4):

- (4) Muitas pessoas estão (confiantes + relutantes+...)
em que essa conferência seja adiada.

Adjectivos como aproveitável, benéfico, contributivo,
necessário, próprio, útil, etc. (v. Tábua 5), admitem
completiva Que-F objecto, regida da prep. para:

- (5) As circunstância actuais são (aproveitáveis + be-
nêficas + ...) para que essa conferência seja adia-
da.

Aceitam completiva Que-F objecto, regida pela prep. por,
adjectivos como ansioso, ávido, impaciente, responsá-
vel, etc. (v. Tábua 6):

- (6) Muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes +...)
por que essa conferência seja adiada.

Passando agora aos adjectivos simétricos, verifica-se
que se podem construir simultaneamente com completiva
Que-F sujeito e completiva Que-F objecto, sendo esta re-
gida da prep. a, adjectivos como análogo, comparável,
idêntico, paralelo, semelhante, etc. (v. Tábua 8):

- (7) Que os americanos dominem as Caraíbas é (análogo +
paralelo + ...) a que os ingleses controlem a Man-
cha.

Admitem igualmente completiva Que-F sujeito e completi

va Que-F objecto, regida esta da prep. de, adjectivos como abonatório, comprovativo, divergente, impeditivo, justificativo, probatório, resultante, etc. (v. Tábua 9):

(8) Que o piloto tenta aterrado com perícia é (abonatório + resultante + ...) de que ele foi bem treinado.

São compatíveis com completiva Que-F sujeito e completiva Que-F objecto, sendo esta regida pela prep. para, adjectivos como aceitável, aconselhável, benéfico, necessário, proveitoso, útil, etc. (v. Tábua 10):

(9) Que essas pessoas compareçam a horas é (aconselhável + necessário + ...) para que a conferência se realize.

Um problema geral que se levanta, posto aliás já na subsecção 4.6.2. do Capítulo I (v., nomeadamente, as notas 82 e 83), quanto às completivas Que-F objecto, é o da justificação de que tais frases são realmente complementos dos adjectivos , por um lado, e por outro, que funcionam como completivas as orações regidas das preposições mencionadas.

Esta questão só será tratada na subsecção 2.6.1 do presente capítulo, por motivos de ordem metodológica, que ali aparece rão.

Por outro lado ainda, na exemplificação das completivas de adjectivo, atrás efectuada, não pus em destaque de forma sistemática a ocorrência dos modos indicativo e conjuntivo naquelas frases subordinadas.

Nesta secção (v. a seguir) apenas abordarei alguns aspectos teóricos relacionados com a forma de tratar tais modos, assim como as particularidades mais relevantes da sua distribuição.

No capítulo IV (Comentário das Tábuas), este último assunto será abordado com mais pormenor.

Em relação às completivas Que-F de adjectivo (e não só) três questões se levantam, a saber: (i) por que motivo (ou motivos) se devem considerar em português tais completivas como uma propriedade distribucional e não transformacional, ao contrário do que Gross (1968) e (1975), assim como Picabia (1970), propõe para o francês; (ii) como tratar os modos verbais (indicativo e conjuntivo) que surgem nas completivas Que-F; deveremos considerar em português as formas do indicativo como modo de base e derivar transformacionalmente as formas de conjuntivo a partir daquelas, como Gross (1968) e (1975) o faz para o francês, ou, pelo contrário, deveremos considerar umas e outras como formas de base, encarando a ambas como propriedades distribucionais; (iii) que dizer sobre a concordância dos tempos entre a completiva Que-F e o verbo copulativo (ser e estar) do sintagma predicativo em que ocorre a forma adjectival.

Analisemos, pois, cada uma destas questões.

O argumento fundamental em que Gross (1968: pp. 99 e segs.) se baseia para postular a hipótese de que as frases completivas, em francês, são derivadas transformacionalmente assenta na análise de exemplos como os seguintes:

(10) a. Regarde ce qu' elle est belle!

b. C'est efrayant ce qu'il fait chaud!

c. Pierre est étonné de ce que Jean fasse ceci.

(cp.: Que Jean fasse ceci étonne Pierre).

d. Il se plaint de ce que P(E + subj).

e. Jean songe à ce que P.

f. Jean s' étonne de ce que P subj.

g. La crainte de ce qu'il ne vienne (cp.: On craint qu' il ne vienne).

Certas completivas em francês, como as de (10), são precedidas do determinante demonstrativo ce.

Geralmente, este elemento apenas está presente nas completivas indirectas, isto é, regidas de preposição, conforme sucede em (10d, e, f). Todavia, podemos encontrá-lo igualmente em completivas objecto directo ou sujeito, como se verifica, respectivamente, em (10a,b), desde que assumam a modalidade exclamativa. Além disso, aparece ainda em certas passivas, como (10c), e em certas nominalizações, como (10g), sendo nestes casos precedido de preposição. Ora, a análise destes dados levam Grossa postular a hipótese de que todas as completivas são precedidas de ce, sendo este elemento apagado em estrutura de superfície, desde que não esteja acompanhado de preposição, salvo o caso das frases exclamativas como (10a,b). Quando regido de preposição, o demonstrativo ce pode ser apagado conjuntamente com esta, segundo a natureza do verbo, adjectivo ou substantivo de que a completiva depende.

Em (10e,f,g) por exemplo, tal apagamento poderia efectuar-se.

Por outro lado, a equivalência sintáctico-semântica existente, por exemplo, entre Il se plaint de ce que P(E+subj) e Il se

plaint du fait que P (E+subj), em que o substantivo fait pode preceder a completiva, e diversos outros aspectos relacionados com a natureza do elemento ce conduzem Gross a admitir como estrutura de base das completivas ce lui_z que P, em que a forma abstracta lui_z é pronome de base, o qual é sempre apagado em superfície.

Umatal hipótese permite, entre outras vantagens, uniformizar o tratamento das completivas e das relativas, pois ambas funcionariam como modificadores de um SN (sobre este assunto v. a nota 77 do Capítulo I).

A mesma estrutura abstracta ce lui_z é necessária, por exemplo, para explicar o funcionamento de certas relativas com antecedente não especificado, como:

(11) Jean mange ce que Jeanne prépare.

Os dados do português não permitem, todavia, que se postule uma estrutura abstracta para as completivas se melhante à que Gross (1968) aponta para o francês. Tais estruturas não podem, por conseguinte, ser derivadas transformacionalmente, antes constituem propriedades distribucionais, tanto dos verbos, como dos adjectivos ou dos substantivos.

De facto, em nenhum caso nós encontramos em português completivas precedidas de qualquer determinante equivalente a ce. Certos exemplos, como os que a seguir indico, são equívocos, sob tal aspecto:

(12) a. O que o Júlio fez é interessante.

b. O júlio está consciente do que tu fizeste.

c. O Júlio sabe o que tu fizeste.

Exemplos como os de (12) são semelhantes a (11), isto é, contêm frases relativas com o antecedente não especificado o, aliás substituível por isto, isso, aquilo, o qual exerce a função sintáctica de objecto directo do verbo contido na relativa. O apagamento de tal antecedente, conforme sucederia aliás em exemplos franceses como (11), é inaceitável (cf. *Que o Júlio fez é interessante; etc.).

Por outro lado, construções semelhantes a (12), mas com verbos intransitivos na relativa, têm significado diverso:

(13) a. ?O que o Júlio caiu é interessante.

(mas: É interessante o que o Júlio caiu).

b. O Júlio está consciente do que tu caíste.

c. O Júlio sabe o que tu caíste.

Em frases como (13) o que é sinónimo de quanto e o elemento o não parece ser o mesmo que aparece em exemplos como (12), pois não é substituível por isto, isso, aquilo (cf. *É interessante (isto+isso+aquilo) que o Júlio caiu; etc.).

Além disso, tal elemento é apagável em frases como (13), embora tal apagamento provoque certos ajustamentos gramaticais e/ou mudanças de significado:

(14) a. ?*É interessante que o Júlio caiu.

b. (? É + era) interessante que o Júlio caísse.

c. É interessante que o Júlio (tenha + tivesse caído).

d. O Júlio está consciente de que tu caíste.

e. O Júlio sabe que tu caíste.

A supressão de o em (13a) exige o verbo da relativa no conjun-
tivo (cf. a relativa inaceitabilidade de (14a), em oposição a
(14b,c)).

Além disso, com a supressão de o, a correlação de tempos entre
o verbo copulativo e o da relativa é mais limitada (cf. (14b)
com (14c)). Por outro lado, com a supressão de o, o elemento
que deixa de ter significado de quantificador (cf. o que=quan-
to; que ≠ quanto).

Para que os exemplos de (14) mantivessem um significado apro-
ximado ao das frases de (13) seria necessária a presença naque-
les de um advérbio de quantidade junto do verbo da relativa:

(15) a. É interessante que o Júlio tenha caído (?muito + tan-
to).

b. O Júlio sabe que tu caíste (muito + ?tanto).

Exemplos como (15) levam-nos a pressupor uma ligação entre o
elemento o de (13) e advérbios de quantidade como muito, tan-
to (?), expressa aliás em frases como as seguintes, que são
relativamente aceitáveis:

(16) a. ? É interessante o (mu

b. ? O Júlio sabe o (mu

Todavia, uma tal ligação necessitaria de ser mais investiga-
da.

Repare-se que o comportamento sintáctico-semântico do elemen-
to o relativamente a verbos intransitivos, como sucede em

(13), encontra paralelo em construções com verbos transitivos, conforme se pode ver a seguir:

- (17) a. O que o Júlio fez (*E+de) (barulheira+marmelada+negócio) é interessante.
 b. O Júlio está consciente do que tu fizeste (*E+de) (barulheira+marmelada+negócio).
 c. O Júlio sabe o que tu fizeste (*E+de) (barulheira+marmelada+negócio).

Quer dizer, o verbo transitivo exige neste caso a preposição de a reger o objecto. Frases como (17) admitem também construções paralelas às de (16):

- (18) ? O Júlio sabe o muito que tu fizeste de (barulheira+marmelada+negócio).

Desta análise parece podermos concluir que uma hipótese de explicação como aquela que é postulada por Gross para relativas como as contidas em (11) é também aplicável às relativas semelhantes em português. Todavia, tal hipótese não é extensível às completivas em português, pois estas nunca apresentam o determinante o, conforme também vimos. Poderemos, no entanto, perguntar-nos ainda se não haverá em português outro ou outros determinantes das completivas, semelhantes ao ce francês ou a o. É o que vamos tentar averiguar, considerando exemplos como os seguintes.

- (19) a. É interessante isso: que o Júlio (fez+tenha feito) (barulheira+marmelada+negócio).

- b. O Júlio está consciente disso: que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).
- c. O Júlio sabe isso: que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

Em exemplos como os de (19), o elemento isso não constitui de modo nenhum um antecedente da completiva, mas tem antes como referente a própria completiva, que aparece em aposição àquele pronome. A pausa entre o pronome e a completiva, representada em (19) por dois pontos, é absolutamente indispensável, se não as frases seriam inaceitáveis. O pronome isso, como já vimos na subsecção 4.6.2. do Capítulo I, mostra-nos apenas que a completiva se comporta como um SN. Não apresenta, portanto, qualquer comportamento sintáctico semelhante ao ce francês, quando antecedente de Que-F.

Todavia, poderíamos perguntar-nos ainda se exemplos como os de (19) não constituirão a estrutura de base das completivas — e neste caso estas seriam derivadas transformacionalmente, embora de um modo diverso daquele que se verifica em francês — ou se, pelo contrário, tais exemplos serão antes estruturas derivadas, tendo antes como base as frases com completiva seguintes:

- (20) a. É interessante que o Júlio (fez+tenha feito) (barulheira+marmelada+negócio).
- b. O Júlio está consciente de que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).
- c. O Júlio sabe que tu fizeste (barulheira+marmelada +negócio).

As duas hipóteses de derivação são, a priori, perfeitamente viáveis. Se exemplos como (19) estiverem na base de (20), estas últimas frases seriam obtidas com o apagamento do pronome isso e eventuais reajustamentos gramaticais. Se, pelo contrário, (20) estiver na base de (19), estas seriam obtidas por meio de pronominalização em isso da completiva e com a deslocação desta para a direita (sobre o processo de deslocação de constituintes para a direita v. a subsecção 3.5. deste capítulo). Teremos, por conseguinte, de encontrar argumentos que nos permitam decidir a favor de uma destas análises.

Os argumentos que vou apresentar a seguir visam justamente demonstrar que são as estruturas de (19) que se encontram na base de construções como as de (20), ou seja, que as estruturas completivas, como as de (19), não são derivadas transformacionalmente a partir de frases como as de (20).

Um primeiro argumento a favor desta hipótese é-nos fornecido pela natureza referencial do pronome isso. Este elemento é, no contexto em questão, um pronome anafórico, ou seja, remete para uma frase antecedente no discurso, conforme no-lo mostram as seguintes paráfrases, equivalentes, respectivamente, aos exemplos de (19):

(21) a. O Júlio fez (barulheira+marmelada+negócio).

Isso é interessante.

b. Tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

O Júlio está consciente disso.

c. Tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

O Júlio sabe isso.

Ora, se o pronome isso tem valor referencial anafórico, a frase realizada na completiva tem de ser admitida como antecedente, no plano do discurso, e não como consequente. Como reforço desta análise, note-se que o pronome catafórico (i.e., com valor referencial a um consequente) isto seria inaceitável no contexto de (19):

(22) a. *É interessante isto: que o Júlio (fez+tenha feito)

(barulheira+marmelada+negócio).

b. *O Júlio está consciente disto: que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

c. *O Júlio sabe isto: que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

Acresce ainda, por outro lado, que no caso dos verbos transitivos o pronome o tem valor anafórico equivalente ao de isto, podendo substituí-lo em construções como (21c), mas não em exemplos como (19c):

(23) a. Tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

O Júlio sabe-o

b. *O Júlio sabe-o: que tu fizeste (barulheira+marmelada+negócio).

Além disso, em frases como (19a), em que o pronome isso é sujeito, a aposição da completiva seria impossível, se se observasse a ordem Sujeito-Verbo, ou seja, sem extraposição do sujeito:

- (24) *Isso: que o Júlio (fez+tenha feito) (barulheira + marmelada+negócio), é interessante.

Todavia, se o pronome isso ficasse na posição habitual do sujeito em português, (i.e., antes do verbo) e a completiva sofresse extraposição, tal construção seria relativamente aceitável:

- (25) ? Isso é interessante: que o Júlio (fez+tenha feito) (barulheira+marmelada+negócio).

Ora, exemplos como (25) são mais uma prova da falsa unidade entre o pronome isso e Que-F.

Da análise do valor referencial anafórico do pronome isso, e suas implicações nos contextos mencionados, conclui-se que a completiva em exemplos como (19) tem apenas uma função apositiva ou explicativa do conteúdo daquele pronome. Uma tal função está ligada, fundamentalmente, às necessidades de compreensão no plano do discurso.

Um outro argumento que nos leva a pôr de lado a hipótese de estruturas como as de (19) constituírem a base de derivação das completivas é-nos oferecido por construções como a seguinte, ocorrente na linguagem popular (e não só):

- (26) Ele é interessante que o Júlio tenha feito (barulheira+marmelada+negócio).

Exemplos como (26) mostram-nos que, após a extraposição da completiva, se torna possível inserir o sujeito gra-

matical vazio ele (cf. com il, em francês, ou it, em inglês).

Ora ele e isso são incompatíveis em estruturas como (19a):

- (27) * Ele é impossível isso: que o Júlio (fez+tenha feito) (ba
rulheira+marmelada+negócio).

Enfim, poderíamos acrescentar ainda outros argumentos, mais de natureza teórica do que empírica, como os que apresentei até aqui. Tais argumentos prendem-se com os fenómenos de deslocção de constituintes da frase para a esquerda (ou topicalização) e para a direita (cf. a subsecção 3.5. deste capítulo) , semelhantes aos que se observam com as completivas de (19), os quais têm sido considerados, na literatura da gramática generativa e transformacional, como de natureza transformacional. Os argumentos empíricos que aponte creio que são suficientes para justificar, no contexto metodológico em que me situo, que as completivas constituem, em português, uma propriedade distribucional, e não transformacional, dos adjectivos (assim como dos verbos e dos substantivos).

Contudo, um último aspecto nos falta considerar relativamente a esta questão. Tal aspecto prende-se com a análise de exemplos como os seguintes:

- (28) a. É interessante (E+o facto de) que o Júlio (fez+tenha
feito) (barulheira+marmelada+negócio).
b. O Júlio está consciente de (E+o facto de) que tu fizeste
(barulheira+marmelada+negócio).
c. O Júlio sabe (E+*o facto de + do facto de) que tu fi
zeste (barulheira+marmelada+negócio).

Conforme se verifica através destes exemplos, a completiva pode ser precedida da sequência o facto de, o que nos poderia levar a admitir que todas as completivas constituem modificadores daquele SN. Todavia, nem todas as completivas aceitam tal SN como antecedente. O caso de (28c) é interessante neste aspecto, pois o verbo saber, apesar de conter as propriedades semânticas dos predicados factivos (cf. a secção 3. do Capítulo I, assim como a nota 82, e a subsecção 2.3. a seguir), não aceita a sequência o facto de, como transitivo directo, mas admite-a como transitivo indirecto, ou seja, acompanhado da prep. de (cf. o facto de; v.a nota 4 deste capítulo).

Em relação aos adjectivos predicativos, verifica-se, como no-lo mostram as Tábuas léxico-sintácticas, em Anexo final, que a grande maioria aceita a sequência o facto de como antecedente da completiva (sobretudo quando esta funciona como sujeito). Apesar de tudo, um grande número de itens não a aceita. Poderíamos, no entanto, admitir para estes um outro substantivo, equivalente a facto, como antecedente da completiva. Mas o problema é que não se torna fácil seleccionar um candidato único a tal posição, pois existem vários, tais como ideia, hipótese, sugestão, interpretação, princípio, etc.. Por um lado, não existe uma oposição semântica entre estes itens e facto, já que com alguns adjectivos é possível a comutação entre aqueles e este. Por outro lado, nem todos os adjectivos não factivos aceitam indistintamente qualquer daqueles itens, como se pode ver através dos exemplos se

guintes:

- (29) a. É possível (E+*o facto de+*a ideia de+*a hipótese de+*
*a sugestão de+*a interpretação de+*o princípio de) que
tu faças (barulheira+marmelada+negócio).
- b. É admissível (E+*o facto de+a ideia de+a hipótese de+
a sugestão de+*a interpretação de+o princípio de) que
tu faças (barulheira+marmelada+negócio).

Como se vê, possível não aceita nenhum dos itens em questão, ao passo que admissível apenas rejeita um deles, além da sequência o facto de, uma vez que é não factivo.

Perante tais dificuldades não parece defensável postular para o português um SN como antecedente de todas as completivas.

Apenas algumas delas, ou seja, as que estão dependentes dos chamados predicados factivos, aceitam a sequência o facto de. Em relação a estes casos põe-se naturalmente a hipótese de a completiva ser derivada transformacionalmente e de esta não constituir, portanto, uma propriedade distribucional de tais predicados. Desenvolverei, contudo, esta hipótese na próxima subsecção.

Abordemos agora a segunda questão levantada atrás, ou seja, a maneira de tratar os modos verbais, indicativo e conjuntivo, ocorrentes nas completivas. Deveremos considerar o indicativo como o modo de base, derivando transformacionalmente o conjuntivo, ou não serão antes um e outro modos de base, constituindo assim ambas propriedades distribucionais dos adjectivos?

Mais uma vez teremos de decidir a favor de uma das hipóteses, com base em argumentos empíricos.

Em relação aos adjectivos que se controem com completiva, verificam-se três situações quanto à ocorrência daqueles modos na frase subordinada. Há adjectivos que aceitam tanto o indicativo como o conjuntivo na completiva, há os que só admitem o indicativo e há os que apenas toleram o conjuntivo.

Como se pode verificar, compulsando a Tábua 1, no contexto da completiva Que-F sujeito, a grande maioria dos adjectivos aceita apenas o conjuntivo:

- (30) É (absurso+condenável+doloroso+horrível+ofensivo+paradoxal+...) que esses delegados (*abandonam + abandonem) a sessão.

Alguns (muito poucos) admitem, porém, o indicativo, no mesmo contexto:

- (31) É (demonstrável+evidente+líquido+perceptível+...) que esses delegados (abandonam+*abandonem) a sessão.

Outros adjectivos, embora em número ainda mais reduzido, são compatíveis quer com o indicativo, quer com o conjuntivo.

- (32) É (curioso+falso+ilusório²+...) que esses delegados (abandonam+abandonem) a sessão.

Por vezes, em casos como os de (32), a selecção do indicativo ou do conjuntivo implica uma variação não apenas no significado do adjectivo em causa, mas também das propriedades sintácticas. Tal variação, no que respeita às propriedades sintácticas, obriga nesse caso a um desdobramento de entradas, conforme sucede por exemplo, com

certo¹ e certo², contestável¹ e contestável², correcto¹ e correcto², etc.. Eis algumas construções ilustrativas:

(33) a. (É+está) (certo¹+correcto²) que esses delegados abandonam a sessão.

b. (*É+está) certo² que esses delegados abandonem a sessão.

c. (É + *está) correcto¹ que esses delegados abandonem a sessão.
Assim, em (33a), i.e., com indicativo, certo¹ e correcto² significam que o falante admite como sendo exacto, verdadeiro o conteúdo da completiva, ambos aceitando ser e estar. Pelo contrário, em (33b,c) ou seja, com conjuntivo, certo² e correcto¹ implicam antes uma atitude valorativa de concordância, por parte do falante, em relação ao conteúdo da completiva, sendo o primeiro apenas compatível com estar e o segundo, com ser.

No contexto da completiva Que-F objecto encontramos igualmente exemplos das três situações, atrás referidas. Também neste caso, a maior parte dos adjectivos que aceitam tal construção é compatível apenas com conjuntivo, conforme se pode inferir a partir de uma simples leitura das Tábuas 2, 5 e 6. Só a Tábua 3 denota um relativo equilíbrio na distribuição dos dois modos.

Eis alguns exemplos ilustrativos da ocorrência do conjuntivo no contexto da completiva Que-F objecto:

(34) a. Esses delegados são (adversos+hostis+insensíveis+...) a que tal sessão se (*realiza+realize).

- b. Esses delegados são (adeptos+inimigos+responsáveis+...) de que tal sessão se (*realiza+realize).
- c. Esses delegados estão (contentes+esperançosos+relutantes+...) em que tal sessão se (*realiza+realize).
- d. Esses delegados são (aceitáveis+necessários + úteis+...) para que tal sessão se (*realiza + realize).
- e. Esses delegados estão (ansiosos+impacientes + loucos+...) por que tal sessão se (?*realiza+ realize).

Em (34e) o indicativo (cf. ?*realiza) seria aceitável, desde que a subordinada fosse interpretada como causal e não completiva.

Alguns adjectivos (sobretudo da Tábua 3), aceitam, porém, apenas indicativo no contexto da completiva Que-F objecto:

- (35) a. Esse comunicado é (alusivo+referente+...) a que tal sessão se (realiza+*realize).
- b. Esses delegados estão (conscientes+sabedores + ...) de que tal sessão se (realiza+*realize).

Quando a completiva Que-F objecto é regida da prep. para ou por, o indicativo não é aceitável nesse contexto, conforme atestam as Tábuas 5 e 6, respectivamente (v. o Capítulo IV).

Certos adjectivos (cf. as Tábuas 2, 3 e 4) admitem tanto

o indicativo como o conjuntivo na completiva Que-F objecto:

- (36) a. Essas medidas são (consequentes+resultantes+...) de
que os delegados (faltaram+tenham faltado) à sessão.
- b. Esses delegados estão (confiantes+crentes+...) em que
tal sessão se (realiza+realize).

Por vezes, a ocorrência do indicativo ou do conjuntivo em casos como os de (36) é determinada por certos factores contextuais, como, por exemplo, a co-referência (ou não) entre o sujeito do predicado adjectival e o da completiva, a inserção de auxiliares de tempo, aspecto e modais, etc., os quais serão analisados no Capítulo IV (Comentário das Tábuas).

Se analisássemos igualmente a distribuição do indicativo e do conjuntivo no contexto das completivas Que-F (sujeito e objecto) dos adjectivos simétricos, chegaríamos a conclusões semelhantes às já efectuadas.

Na completiva Que-F sujeito é exclusiva a ocorrência do conjuntivo (cf. as Tábuas 8,9 e 10). Na completiva Que-F objecto encontramos praticamente as mesmas situações já mencionadas em relação às Tábuas 2,3 e 5.

Em suma, verifica-se, pois, que na globalidade a grande maioria dos adjectivos que se constroem com completiva Que-F (sujeito e/ou objecto), apenas admitem o conjuntivo neste contexto. Ora, se admitíssemos como modo de base o indicativo, tal significaria que estávamos a postular uma estrutura abstracta não atestada para a grande maioria dos adjectivos que se constroem com completiva Que-F.

Mas, além deste argumento estatístico, a análise das diferen-

ças entre itens como certo¹ e certo² ou correcto¹ e correcto² (cf. (33) atrás), a que poderíamos acrescentar muitos outros (cf. as Tâbuas) mostra-nos que a ocorrência do indicativo ou do conjuntivo implica, como vimos, uma variação não apenas no significado das frases em causa, mas também das propriedades sintáticas, variação essa que levou ao desdobramento dos adjectivos em causa. Ora, seria extremamente difícil postular, para tais casos, uma regra de derivação do conjuntivo a partir do indicativo (ou vice-versa) que fosse capaz de ter em conta tal variação.

Outos argumentos se poderiam aduzir, mas estes dois são suficientemente importantes para nos levar à conclusão de que devemos considerar como de natureza distribucional as propriedades que-F_{ind} e que-F_{conj}.

Falta-nos agora analisar a terceira questão suscitada atrás, ou seja, a da correlação ou concordância de tempos entre o verbo da completiva e o auxiliar copulativo do adjectivo.

O estudo da correlação ou concordância de tempos revela-se extremamente difícil e complexo, dada a multiplicidade de aspectos intervenientes, como sejam a natureza semântica do SN sujeito, a função sintáctica e o modo da completiva, a própria especificidade sintáctica e semântica do adjectivo, etc.. Por estes motivos não foi possível incluir nas Tâbuas léxico-sintáticas a propriedade da correlação

ou concordância de tempos entre o auxiliar copulativo do adje
ctivo e o verbo da completiva.

Os testes de aceitabilidade visando a determinação das propriede
dades dos adjectivos e sua distribuição pelas Tábuas apenas
contemplam frases com o auxiliar copulativo no presente do in
dicativo e a sua correlação com uma forma verbal adequada, ge-
ralmente no presente, na completiva.

Vou, contudo, apresentar nos quadros seguintes quatro amostras
de tal concordância, que nos dão uma ideia de como seria ne-
cessário desdobrar as colunas das Tábuas para que tal proprie-
dade (aliás, um feixe de propriedades) fosse incluída.

Nos quadros de concordância não tive em consideração certas
formas verbais, como, por exemplo, o mais-que-perfeito simples
e o futuro perfeito e imperfeito do conjuntivo, quer por não
terem grande relevância no português actual, conforme sucede
com o primeiro, quer por não ocorrerem nas completivas, como é
o caso do segundo.

Por outro lado, também não tive em conta certas perífrases ver
bais, como, por exemplo, as que exprimem a noção de futuro (v.
g., vai ser, hã-de ser, etc.) ou as que expressam modalidade
(v.g., deve ser, tem de ser, pode ser, etc.). Mostrarei, contu
do, no Capítulo IV (Comentário das Tábuas) a intervenção destes
auxiliares de tempo e modais na aceitabilidade de certas cons-
truções.

Nos exemplos incluídos nos quadros em questão apenas considero
o caso de frases declarativas afirmativas. Com outras modalidade

des de frases, certas concordâncias seriam variáveis (cf. por exemplo, no Quadro 1, a aceitabilidade da frase, com modalidade interrogativa, Seria condenável que o Júlio venha?).

Por outro lado, algumas concordâncias que assinalo positivamente necessitam de ser suficientemente contextualizadas para não suscitarem dúvidas quanto à sua aceitabilidade (cf., por exemplo, no Quadro 2, as frases Afinal, tem sido demonstrável em várias ocasiões que o Júlio vem na próxima Primavera, Era evidente, para todos, após aquela discussão, que o Júlio vem na próxima Primavera).

Os aspectos que acabo de pôr em destaque mostram quão difícil é o tratamento sintáctico da concordância de tempos. É que as formas verbais veiculam não apenas a noção de tempo, já de si extremamente complexa (tempo gramatical, tempo histórico, tempo psicológico, etc.), mas também modalidades diversas, como a de possibilidade ou probabilidade (cf., as formas de futuro do presente e do pretérito, também designado como condicional, e as de imperfeito), e ainda a noção de aspecto (as formas do pretérito perfeito composto — tem sido — por exemplo, veiculam em geral a ideia de aspecto durativo ou frequentativo.⁽⁶⁾

Nos quadros que a seguir apresento procurei ter em conta as várias particularidades que acabo de mencionar.

(37) Quadro 1: Adjectivos que aceitam Que-F_{conj} como sujeito
(auxiliar copulativo ser):

		que o Júlio			
		venha	tenha vindo	viesse	tivesse vindo
É	aceitável	+	+	-	+
Tem sido	bom				
	crucial	+	+	-	?+
	difícil				
Será	estúpido				
	funesto	+	+	-	-
	horrível				
Será sido	importante	+	+	-	-
	justo				
Foi	lamentável				
	necessário	-	+	+	+
	oportuno				
Era	positivo	-	-	+	+
	saturante				
Tinha sido	terrível				
	vantajoso	-	-	+	+
	etc.				
Seria		-	-	+	+

A conclusão geral que se tira da análise do Quadro 1 é a seguinte: as formas verbais, simples e compostas, de presente e de futuro do auxiliar copulativo são compatíveis com idênticas formas verbais da completiva, ao passo que as formas verbais, simples e compostas, de passado (incluindo o chamado condicional ou futuro do pretérito) são conciliáveis com as formas equivalentes da completiva.

Como excepções, apenas se nota, por um lado, a compatibilidade do presente de ser (é) com o pretérito mais -que-perfeito composto do verbo da completiva (tivesse vindo) e, por outro, a concordância do pretérito perfeito do primeiro (foi) com o pretérito perfeito composto do segundo (tenha vindo). Além disso, o pretérito perfeito composto do auxiliar copulativo (tem sido) é, em certos casos, compatível com o mais-que-perfeito composto do verbo da completiva (tivesse vindo). Tal compatibilidade parece depender, em certa medida, da natureza factiva do adjectivo (v.a este propósito a subsecção seguinte e o seu Quadro 3, em (45)).

O quadro 2, que apresenta as compatibilidades entre as formas do auxiliar copulativo ser e as formas verbais da completiva que-F_{ind}, revela-se extremamente homogêneo, praticamente sem restrições de qualquer espécie. Tal factor é devido, creio eu, à maior riqueza das formas verbais do indicativo, as quais se prestam melhor à veiculação das noções de tempo, modalidade e aspecto. Toda via, ao fazer-se a leitura deste quadro convém ter em conta as outras particularidades, sobretudo a da contextualização, linguística e situacional, que mencionei atrás, no comentário introdutório aos quadros de concordância.

(39) Quadro 3: Adjectivos que aceitam
que-F_{conj} como objecto, regido de
 preposição (auxiliar copulativo
estar):

		que as bagagens			
O Júlio		cheguem	tenham chegado	chegassem	tivessem chegado
está		+	+	-	+
tem estado	ansioso (de+por)	+	+	-	+
	ávido (de+por)				
estará	carecente de	+	+	-	+
	confiante em				
terá estado	contente de	+	+	-	+
	desejoso de				
esteve	desgostoso de	+	+	+	+
	doido por				
estava	duvidoso de	+	+	+	+
	esperançoso de				
tinha estado	impaciente por	+	+	+	+
	louco por				
estaria	receoso de	+	+	+	+
	sedento de				
	temeroso de				
	etc.				
teria estado		+	+	+	+

Este quadro apenas nos revela incompatibilidade entre as formas de presente e de futuro do presente do verbo copulativo ou do seu auxiliar ter e as de im perfeito do conjuntivo da completiva.

- (40) Quadro 4: Adjectivos simétricos que aceitam simultaneamente que-F_{conj} como sujeito e que-F_{conj} como objecto, regido de preposição (auxiliar copulativo ser). Este quadro terá de ser desdobrado em quatro, dada a complexidade das estruturas intervenientes:

a)

		que a Eduarda			
		chegue	tenha chegado	chegasse	tivesse chegado
Que o Júlio <u>parta</u>					
é	análogo a	+	+	-	-
tem sido	associável a	+	+	-	-
	comparável a	+	+	-	-
será	compensatório de	+	+	-	-
	correspondente a	+	+	-	-
terá sido	diferente de	+	+	-	-
	equivalente a	+	+	+	+
foi	igual a	+	+	+	+
	impeditivo de	+	+	+	+
era	imputável a	+	+	+	+
	justificativo de	+	+	+	+
tinha sido	oponível a	+	+	+	+
	paralelo a	+	+	+	+
seria	preferível a	+	+	+	+
	proporcionador de	+	+	+	+
tinha sido	sinónimo de	+	+	+	+
	etc.	+	+	+	+

b)

		que a Eduarda			
Que o Júlio <u>tenha partido</u>		chegue	tenha chegado	chegasse	tivesse chegado
é	os mesmos adjectivos de a)	+	+	-	-
tem sido		+	+	-	-
será		+	+	-	-
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		+	+	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

c)

		que a Eduarda			
Que o Júlio <u>partisse</u>		chegue	tenha chegado	chegasse	tivesse chegado
é	os mesmos adjectivos de a)	-	-	+	+
tem sido		+	+	-	+
será		+	+	+	+
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		-	-	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

d)

		que a Eduarda			
		chegue	tenha chegado	chegasse	tivesse chegado
Que o Júlio <u>tivesse partido</u>	os mesmos adjectivos de a)				
é		+	+	+	+
tem sido		+	+	+	+
será		+	+	+	+
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		+	+	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

No Quadro 4, temos de distinguir, por um lado, os subquadros 4a) e 4b) e, por outro lado, 4c) e 4d).

Os dois primeiros apenas revelam incompatibilidade do presente do conjuntivo, forma simples e forma composta (ou pretérito perfeito composto), da completiva sujeito com o imperfeito e mais-que-perfeito do conjuntivo, quando o verbo copulativo ou o seu auxiliar se encontram nas formas de presente e futuro do presente.

O subquadro 4c) poucas restrições apresenta quanto à correlação de tempos, apesar de a concordância ser aparentemente comandada pelo imperfeito do conjuntivo da completiva sujeito. Tal facto é provavelmente devido ao valor temporal-modal daquela forma verbal no contexto em causa.

O subquadro 4d) revela-se tão estranhamente homogêneo como o Quadro 2, apesar de agora estarmos em presença do conjuntivo. Tal homogeneidade será devida, com certeza, à polissemia do mais-que-perfeito do conjuntivo, já notada em quadros anteriores, o qual comanda neste caso a concordância. Contudo, na leitura deste subquadro devem igualmente ser tidos em conta os aspectos de contextualização já referidos.

Para finalizar esta breve referência aos fenómenos de correlação ou concordância de tempos, não queria deixar de tirar uma conclusão geral. É que o estudo aprofundado de tal concordância permitir-nos-ia, com certeza, de

limitar subclasses de adjectivos, relativamente homogêneas , tanto sintáctica como semanticamente. Os adjectivos do Quadro 3 constituem, sem dúvida, o caso mais representativo, neste duplo aspecto. No plano semântico tais adjectivos são predicados psicológicos, i.e., reflectem determinados sentimentos humanos (donde o exigirem como sujeito um N_{hum}).

No plano sintáctico só aceitam completiva como objecto, regida em geral da preposição de, embora em alguns casos também por e em.

Os adjectivos dos outros quadros revelam também uma grande homogeneidade, tanto no plano sintáctico, como semântico.

No Quadro 2, por exemplo, encontramos fundamentalmente adjectivos de asserção mental. Mesmo os adjectivos de percepção (cf. palpável, perceptível, tangível, etc.) ali incluídos são empregados em sentido figurado, justamente com aquele valor semântico.

Antes de terminar esta subsecção queria ainda analisar a hipótese de os adjectivos predicativos poderem admitir outras completivas, diferentes de Que-F, como, por exemplo, Se-F, Como-F, etc., o que acontece com certos verbos (cf., v.g., O Júlio não sabe se tu vens; etc.). Comecemos, pois, por dar alguns exemplos de possíveis completivas Se-F:

- (41) a. (É incerto + não é certo) se o Júlio (fala + falará + ?
*falar) nessa sessão.
- b. (É + será) (elegante + frutuoso + ...) se o Júlio (fala + *falará + falar) nessa sessão.

c. (Era + seria) (bom + excelente + ...) se o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão.

Ao tentarmos analisar exemplos como os de (41), várias questões se levantam de imediato, a saber: (i) as frases Se-F serão verdadeiras completivas em todos os exemplos; (ii) elas desempenharão realmente a função de sujeito do predicado subordinante; (iii) quais as propriedades sintácticas de tais frases; (iv) qual a natureza do elemento se e suas possibilidades de comutação com que; (iv) a aceitação de frases Se-F por parte dos adjectivos é generalizada ou apenas restringida a alguns itens; (v) encontraremos construções Se-F na função de objecto; etc.. Todas estas questões se encontram, pelo menos em parte, relacionadas, motivo por que vou tratá-las em conjunto.

Na análise dos exemplos de (41), distinguem-se nitidamente dois tipos. Por um lado, os do género de (41a) , que só admitem adjectivos de forma negativa (com advérbio de negação ou prefixo negativo), os quais constituem um grupo extremamente reduzido, e, por outro, os do género de (41b,c), que aceitam um vasto leque de adjectivos. Um certo número de propriedades distingue estes dois tipos de exemplos entre si. A que diz respeito à compatibilidade de formas verbais já está parcialmente expressa nos exemplos em questão. Assim em (41a), Se-F aceita o presente e o futuro do indicativo, mas não o futuro do conjuntivo. Ou melhor, se Se-F contiver esta

última forma verbal, aquela frase não pode ser encarada de modo nenhum como sujeito do predicado adjectival. Tal diferença é posta a descoberto através das seguintes paráfrases:

(42) a. Se o Júlio (fala + ?falará) nessa sessão, isso ainda (é incerto + não é certo).

b. ?* Se o Júlio falar nessa reunião, isso ainda (é incerto + não é certo).

Assim em (42a) o pronome anafórico isso tem como referente a frase Se-F, quando esta contém o futuro do indicativo, e pode ter como referente a mesma frase, se esta contiver o presente, mas em (42b) tal é impossível. Esta última frase será perfeitamente aceitável, desde que o pronome isso seja interpretado como anafórico de um referente extra-contextual (v.g., isso = "o resultado da votação", etc.).

Tendo em conta o argumento que nos é fornecido pelo comportamento sintáctico do pronome anafórico isso, poderíamos, pois, sustentar que Se-F é claramente completiva de adjectivos como incerto, não certo, quando o respectivo verbo se encontra no futuro do indicativo. Se tal verbo estiver no presente, já temos algumas dúvidas sobre a natureza completiva de Se-F. Se o verbo se encontrar no futuro do conjuntivo, então devemos excluí-la completamente da categoria das completivas.

Por outro lado, em (41b) a frase Se-F admite, em igualdade de circunstâncias, o presente do indicativo e o futuro do conjuntivo, mas não o futuro do indicativo. E em (41c), Se-F apenas aceita o imperfeito e mais-que-perfeito do conjuntivo, impostos pela correlação dos tempos em que se encontra o auxiliar copu-

lativo do adjectivo (imperfeito do indicativo ou condicional).

Se submetermos estas frases à paráfrase com o anafórico isso, obteremos:

- (43) a. Se o Júlio (fala + falar) nessa sessão, isso (ê + será) (elegante + frutuoso +...).
- b. Se o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão, isso (era + seria) (bom + excelente +...).

Quer dizer, em (43) o pronome anafórico isso pode ter como referente a frase Se-F, motivo porque, tal como no caso de (42a), com o verbo no presente, ficamos com algumas dúvidas sobre a natureza completiva daquela construção. Note-se que em (43), o pronome isso pode perfeitamente ser substituído por um referente extra-contextual:

- (44) a. Se o Júlio (fala + falar) nessa sessão, (ê + será) elegante + frutuoso +...) estarmos atentos.
- b. Se o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão, (era + seria) (bom + excelente) estarmos atentos.

Em suma, Se-F apenas é claramente completiva em exemplos como (42a), desde que tenha o verbo no futuro. Nos outros casos, as diversas construções podem ser interpretadas como elípticas, isto é, com o sujeito apagado, sendo Se-F uma frase condicional.

Temos, pois, de recorrer a outros argumentos que nos per

mitam definir melhor a natureza de Se-F nos casos em que pode haver elipse.

De todos os exemplos de (41) apenas c aceita a comutação de se com que sem qualquer reajustamento da forma verbal da frase subordinada; em (41a) as formas verbais são possíveis com que, mas só com um dos predicados adjectivais:

- (45) a. (*É incerto + não é certo) que o Júlio (fala + falará + *falar) nessa sessão.
- b. (É + será) (elegante + frutuoso + ...) que o Júlio (fale + *fala + *falará + *falar) nessa sessão.
- c. (Era + seria) (bom + excelente + ...) que o Júlio (falle + tivesse falado) nessa sessão.

O caso de (45a) é interessante, pois nos mostra que os predicados adjectivais incerto e não certo não são sinónimos sintacticamente, como sucede, aliás em relação a outros itens do mesmo género (desenvolverei este aspecto na subsecção 2.5. a seguir). Incerto é aceitável com que-conj (cf. É incerto que o Júlio fale nessa sessão).

Tomemos os casos de (45a), com o predicado não é certo, e (45c), em que se comutou com que, sem outras alterações sintáticas, e vejamos se o estatuto da frase subordinada se modificou. Admitindo que tal subordinada exercia a função de sujeito, como já vimos através do recurso ao pronome anafórico isso, que tem ou pode ter aquela frase como referente, utilizemos agora um outro teste afim, ou seja, o de pronominalização interrogativa do sujeito. Em português, o sujeito, quando / não humano/ pode ser interrogado através da sequência pronominal

o que, ou simplesmente que.

Confrontemos, pois, os resultados obtidos com a aplicação deste teste:

(46) a. P: (O que + que) (E + é que) não é certo?

b.R₁: ? Se o Júlio (fala + falará) nessa sessão.

c.R₂: Que o Júlio (fala + falará) nessa sessão.

(47) a. P: (O que + que) (E + é que) (era + seria) (bom + excelente + ...)?

b.R₁: ? Se o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão.

c.R₂: Que o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão.

Como se vê, as frases com Que-F são melhor aceites, em qualquer dos casos, como respostas naturais às perguntas formuladas do que as frases com Se-F, o que significa que aquelas exercem mais claramente a função de sujeito dos predicados adjectivais do que estas.

Se aplicarmos o mesmo teste ao caso do adjectivo incerto, encontraremos um argumento suplementar a favor desta afirmação:

(48) a. P: (O que + que) (E + é que) (é + será) incerto?

b.R₁: Se o Júlio (fala + falará).

c.R₂: Que o Júlio fale.

No caso deste predicado, os dois tipos de resposta são igualmente aceitáveis, o que está de acordo com a análise atrás efectuada, a propósito do pronome isso.

Se aplicarmos agora aos mesmos dados o teste de formação de frase pseudo-clivada, teremos mais um argumento que confirma esta análise. Tomemos, pois, como base para aplicação deste teste, os exemplos contidos em (41) e (45) e vejamos os resultados:

- (49) a. O que é incerto é se o Júlio (fala + falará).
 b. O que é incerto é que o Júlio fale.
- (50) a. O que não é certo é se o Júlio (fala + falará).
 b. O que não é certo é que o Júlio fale.
- (51) a. *O que (é + será) (elegante + frutuoso + ...) é se o Júlio (fala + falar) nessa sessão.
 b. O que (é + será) (elegante + frutuoso + ...) é que o Júlio fale nessa sessão.
- (52) a. *O que (era + seria) (bom + excelente + ...) era se o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão.
 b. O que (era + seria) (bom + excelente + ...) era que o Júlio (falasse + tivesse falado) nessa sessão.

Com o teste de pseudo-clivagem as frases Se-F são claramente excluídas, salvo nos casos dos predicados incerto e não certo, ao contrário do que sucede com as frases Que-F.

Este teste permite-nos demonstrar plenamente aquilo que presentíamos com a aplicação dos testes anteriores. É que as frases Se-F, ao contrário das frases Que-F, não se comportam como sintagmas nominais e, portanto, não podem ser consideradas como completivas, a não ser no caso dos predicados incerto e não certo.

De facto, o teste de formação de frase pseudo - clivada permite demonstrar que o constituinte à direita do segundo elemento de clivagem (i.e., forma verbal do verbo ser) tem a categoria de sintagma nominal, o que não sucede em (51a) e (52a), pois não existe compatibilidade entre a frase Se-F e o referente pronominal o que. Tendo em conta a natureza das estruturas em análise, nas quais Se-F apenas poderia ser sujeito, não se vê qualquer outro candidato compatível ao lugar de o que.

Um outro argumento em favor da exclusão das frases Se-F do domínio das completivas, com excepção das que dependem de predicados adjectivais como incerto e não certo, vai resultar do aprofundamento da análise do elemento se naquelas frases. Na verdade, sabemos da literatura gramatical (v., a propósito a secção 4.6, do Capítulo I) que o elemento se pode funcionar como subordinador de completivas interrogativas indirectas na dependência de determinados verbos como ignorar, não saber, perguntar, etc. (cf.: Ignoro se o Júlio vem; etc.). Os predicados verbais em questão veiculam uma ideia de dúvida que se reflecte em toda a completiva. Ora, os predicados adjectivais incerto e não certo, por exemplo, veiculam uma ideia de dúvida semelhante, que se reflecte sobre a frase de que se é subordinador. Tal ideia de dúvida não existe nos outros adjectivos citados, tais como elegante, frutuoso, bom, etc. e, portanto, a frase introduzida por se não pode ser completiva nestes casos. Ou é con

dicional ou tem um estatuto intermédio, difícil de definir. Tanto num caso como noutro, e enquanto tal estatuto intermédio não puder ser mais bem definido, as frases Se-F com tal comportamento devem ser excluídas do domínio das completivas.

Um último argumento que nos confirma a diferença existente entre os dois tipos de frases Se-F é-nos fornecido pelo teste da disjunção lógica, explicitada através do acrescentamento da frase elíptica ou (E + se) não (E + verbo) à frase Se-F:

- (53) a. (É incerto + não é certo) se o Júlio (fala + falará)
ou (E + se) não (E + fala + falará).
- b. *(É + será) (elegante + frutuoso + ...) se o Júlio
 (fala + falar) nessa sessão ou (E + se) não (E + fala +
falar).
- c. * (Era + seria) (bom + excelente + ...) se o Júlio
 (falasse + tivesse falado) ou (E + se) não (E + falasse +
tivesse falado).

Predicados adjectivais como incerto e não certo aceitam adisjunção lógica, justamente por serem dubitativos, o que prova que a frase Se-F está claramente dependente deles. Adjectivos como elegante, bom, etc., não aceitam tal disjunção, pelas razões contrárias. No primeiro caso Se-F é nitidamente completiva, no segundo não.

Tendo em conta toda esta análise, concluir-se-ia então que deveríamos incluir nas Tábuas léxico-sintácticas a propriedade Se-F, justamente para definir predicados adjectivais como incerto, não certo, etc.. Todavia, essa inclusão só se jus

tificaria plenamente se houvesse um número razoável de adjectivos que aceitassem tal propriedade, nas condições mencionadas.

Se não, estaríamos a sobrecarregar demasiado as Tábuas para contemplar uma meia dúzia de casos.

Ora, é isto mesmo que se verifica. Na verdade os candidatos a acrescentar à lista de incerto, não certo, são relativamente poucos.

De um modo geral, os itens a incluir em tal lista ou contêm o prefixo negativo in-, tais como imperceptível, impermutável, inseguro, inverificável, invisível, e poucos mais, ou então têm de aceitar o advérbio não (ou equivalente) como, por exemplo, não averiguável, não claro, não límpido, não líquido (cf. "Não é, porém, ainda líquido, à hora a que estamos a escrever, se Vasco Lourenço será exonerado com efeitos imediatos", Jornal Expresso, 1/4/78, p.1, col.4), não nítido, não perceptível, não permutável, não seguro, não tangível, não verificável, não visível, etc.. A este grupo haveria que acrescentar ainda discutível e questionável. Dada, pois, a fraca representatividade de tais itens, resolvi não incluir a propriedade Se-F nas tábuas de adjectivos que aceitam completiva como sujeito (cf. Tábua 1).

Falta-nos agora ver se as frases Se-F não poderão ter a função de objecto dos adjectivos. Analisemos, pois, alguns exemplos deste tipo que contêm frases Se-F como possíveis candidatos a tal função:

(54) a. O Júlio (*E + não) está (certo + seguro) se tu vens.

b. *O Júlio está (incerto + inseguro) se tu vens.

Por um lado, já nestes exemplos encontramos uma clivagem: aceitabilidade de Se-F para não certo, não seguro e inaceitabilidade para incerto, inseguro. Apesar de tudo, Se-F parece constituir um complemento dos adjectivos certo, seguro, no caso de (54a). De facto, se deslocarmos Se-F para a esquerda de toda a frase, a aceitabilidade daquela subordinada, com o mesmo significado que tem em (54a), fica muito diminuída, se não deixar uma cópia pronominal no seu lugar de base:

(55) a. ?*Se tu vens, o Júlio não está (certo + seguro).

b. Se tu vens, o Júlio não está (certo + seguro) (*isso + disso).

Todavia, em (55b) encontramos a ambiguidade já assinalada atrás. Isso pode ter como referente a frase Se-F ou qualquer outro de natureza extra-contextual. É interessante notar que tal cópia pronominal tem de ser precedida da preposição de. De certo modo a presença da preposição a reger o pronome é um argumento em favor da aceitação de Se-F como completiva objecto, dado que nesta posição tais frases são sempre régidas de preposição, embora nalguns casos ela possa ser apagada. No entanto, a explicitação da preposição em (54a) não seria admitida (cf. *O Júlio não está (certo + seguro) de se tu vens).

O recurso ao teste de formação de frase pseudo-clivada confirma esta análise:

(56) Aquilo de que o Júlio não está (certo + seguro) é (E + + *de) se tu vens.

Se, por outro lado, submetermos Se-F ao teste da pronomi-
nalização interrogativa, o resultado não é muito favorá-
vel à hipótese Se-F completiva:

- (57) a. P_1 : O Júlio não está (certo + seguro) de quê?
b. P_2 : Do que é que o Júlio não está (certo + segu-
ro)?
c. R: ?* Se tu vens.

Qualquer que seja o modo de formulação da pergunta, a fra-
se Se-F é pouco aceitável como resposta natural àquela.

Se recorrermos, porém, ao teste de disjunção lógica, o va-
lor de completiva de Se-F sai reforçado:

- (58) O Júlio não está (certo + seguro) se tu vens ou (E+
+ se) não (E + vens).

Em suma, o balanço desta análise parece, mesmo assim, ser
favorável à hipótese de considerarmos Se-F como completi-
va nestes casos. Todavia, atendendo ao reduzido número de
candidatos ao lugar de não certo, não seguro, nas constru-
ções em causa, levam-me também neste caso a não incluir
nas Tábuas de adjectivos a propriedade Se-F como objecto.
Finalmente, resta-nos analisar o caso de outras possíveis
completivas de adjectivos, ou seja, Como-F, Quem-F,
etc.. Vejamos, pois alguns exemplos:

- (59) a. Foi (agradável + útil + ...) como tudo decorreu.
b. É (admirável + surpreendente + ...) quanto o Jú-
lio se prejudicou.
c. É (evidente + perceptível + ...) quem manipulou
essa assembleia.

- (60) a. O Júlio é (conhecedor + sabedor + ...) de como as coisas se passaram.
- b. O Júlio está (consciente + receoso + ...) de quanto te deve.
- c. O Júlio está (certo + seguro + ...) de quem faltou.

Na secção 4.6. do Capítulo I, ao analisar a contribuição dada pelos gramáticos para a definição e caracterização das frases completivas, também chamadas orações substantivas, fiz algumas observações relativamente às frases do tipo Quem-F, Quanto-F, Como-F, etc.. Vimos, nomeadamente, através de exemplos em que estas frases dependiam de verbos, que elas só se podiam classificar como substantivas, tendo em conta a estrutura de superfície. Se tivermos em conta a estrutura de base, tais frases apresentam-se como pronominais ou adverbiais relativas (quem = a pessoa que; quanto = tudo o que ou tudo quanto; como = o modo como; etc.). Quando tais frases dependem de adjetivos, como sucede em (59) e (60), o seu estatuto permanece fundamentalmente o mesmo. Não vejo, por isso, razão para incluir tais frases no âmbito do presente estudo, dado o seu estatuto intermédio entre completivas, relativas e interrogativas indirectas (cf., para este caso, (59c)).

De qualquer modo é um assunto que necessita de ser investigado num outro âmbito que não o do presente trabalho (v., a propósito, a nota 77 do Capítulo I).

2.3. Factivas O facto de que-F

Também em relação a esta propriedade, tal como no caso das completivas Que-F, os adjectivos se dividem em três classes: (i) adjectivos que apenas aceitam O facto de que-F como sujeito; (ii) adjectivos que só admitem tal propriedade como objecto, regido de preposição; (iii) adjectivos (simétricos) que aceitam aquela propriedade si simultaneamente nos dois contextos (sujeito e objecto, sendo este último também regido de preposição).

A descrição dos adjectivos factivos da classe (i) é efectuada na Tábua 1; a dos adjectivos da classe (ii) é apresentada nas Tábuas 2, 3 e 7, em função da preposição que rege a factiva; a dos adjectivos da classe (iii) faz-se nas Tábuas 8, 9 e 11, de acordo com a preposição regente.

Ilustram o comportamento dos adjectivos da classe (i) as seguintes frases:

- (1) a. É (aflictivo + doloroso + nefasto + ridículo + ...) o facto de que Lisboa se encontre privada de água.
- b. Em tais circunstâncias, é (alegável + curioso + + denunciável + incomunicável + ...) o facto de que Lisboa se encontra cada vez mais privada de água.

Como se vê, a factiva é possível tanto com conjuntivo (cf. 1a), como com indicativo (cf. 1b); neste último caso talvez exija apenas um contexto mais apropriado; de-

envolverei esta questão adiante.

Observemos agora alguns exemplos ilustrativos do comportamento dos adjectivos da classe(ii), ou seja, aqueles que aceitam factiva como objecto, regida de preposição:

- (2) a. O Júlio é (alheio + estranho + indiferente + sensível + ...) ao facto de que a inflação (aumenta + aumente) de dia para dia.
- b. O Júlio está (consciente + cōnscio + ...) do facto de que a inflação (aumenta + *aumente) de dia para dia.
- c. O Júlio está (desgostoso + inquieto + triste + ...) com o facto de que a inflação (aumenta + aumente) de dia para dia.

Também neste caso, a factiva (objecto) se mostra compatível tanto com o conjuntivo como com o indicativo, embora se verifiquem algumas excepções, como é o caso dos adjectivos consciente, cōnscio, etc., que naquele contexto apenas admitem indicativo (cf. 2b).

E, por último, vejamos alguns exemplos de adjectivos da classe (iii), i. e., simétricos, com factiva nos dois contextos:

- (3) a. O facto de que a Eduarda (parta + se encontra de partida) é (análogo + equivalente + semelhante + ...) ao facto de que o Júlio (chegue + vai chegar).
- b. O facto de que o piloto (conseguiu + tenha conseguido) aterrar em boas condições é (consequente + resultante + superveniente + ...) do facto de que a torre de controle (agiu + *tenha agido) correctamente.

c. O facto de que algumas armas (foram + tenham sido) já descobertas é (compatível + harmonizável + ...) com o facto de que as investigações (têm de ser + sejam) intensificadas.

As construções com adjectivos simétricas, contendo simultaneamente factiva à esquerda, como sujeito, e factiva à direita, como objecto, revelam um certo artificialismo, mas são gramaticalmente possíveis.

Tanto uma factiva como outra são compatíveis quer com indicativo, quer com conjuntivo, conforme os exemplos de (3) ilustram.

À semelhança do que fiz em relação às completivas Que-F objecto, regidas de preposição (cf. a subsecção anterior), também no caso das factivas O facto de que-F objecto, igualmente regidas de preposição, apenas na subsecção 2.6. do presente capítulo justificarei por que é que só há factivas regidas das preposições a, de e com como complementos de adjectivos.

Os dados que acabo de apresentar sobre a distribuição da propriedade O facto de que-F em relação aos adjectivos predicativos suscitam algumas questões, a saber: (i) Em que nível (ou níveis) de língua é mais frequente a ocorrência de tal propriedade? (ii) Quais são as características sintácticas e semânticas que definem esta propriedade, nomeadamente a questão do modo verbal, a correlação de tempos com o auxiliar copulativo do adjectivo, etc.? (iii) Tendo em conta que os adjectivos que aceitam

esta propriedade também admitem, em geral, completiva Que-F , deverá esta ser derivada transformacionalmente a partir daque la, com apagamento da sequência o facto de?

Em relação à primeira questão, deve notar-se que o emprego de construções adjectivais (e verbais) contendo O facto de que-F parece mais frequente na língua culta e nas linguagens técnicas do que no português coloquial. Neste último nível de língua a construção O facto de que-F reduz-se geralmente a uma oração infinitiva⁽⁷⁾ (O facto de F_{inf}, O V_{-inf} Compl etc. ; v. a este propósito a secção 3.2. do presente capítulo). Todavia, numa gramática formal, conforme já salientei na secção 3. do Capítulo I, tais diferenças são secundárias.

A resposta à segunda questão exige, porém, maior desenvolvimento. O primeiro estudo aprofundado, de índole generativista, sobre as construções O facto de que-F, também designadas como factivas, deve-se a Kiparsky e Kiparsky (1968/1971), que fundamentam a sua análise sobre os dados do inglês (tendo em conta verbos e adjectivos). Este mesmo tipo de construções é, todavia, também estudado por Gross (1968) e (1975), assim como por outros transformacionalistas⁽⁸⁾ .

É, pois, com base em tais estudos que vou tentar descrever as propriedades que definem as construções factivas, dependentes de adjectivos predicativos, em português.

A propriedade mais importante dos adjectivos factivos, como aliás dos outros predicados do mesmo tipo, verbos ou substantivos⁽⁹⁾ , consiste, como já vimos, na aceitação da sequência o facto de antes da completiva Que-F ou da infinitiva correspon-

dente, quer estas desempenhem a função de sujeito, quer a de objecto.

Esta propriedade é posta em evidência quando confrontamos, por exemplo, as frases de (1) e (2), citadas atrás, as quais contêm adjectivos factivos, com as seguintes, em que ocorrem adjectivos não factivos:

- (4) a. É (aconselhável + crucial + provável + ...) (E +
+ *o facto de) que o Júlio compareça esta tarde.
b. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + ...) de (E + * O facto de) que as férias cheguem.

Uma propriedade semântica dos adjectivos factivos, correlativa, aliás, da propriedade sintáctica referida (i. e., aceitação da sequência o facto de antes de completiva) é que eles permitem pressupor, da parte do sujeito falante⁽¹⁰⁾ ou autor da enunciação, a verdade da oração completiva ou infinitiva. Uma tal propriedade pode ser posta em evidência através do processo sintáctico seguinte, já parcialmente assinalado, aliás, na secção 3. e na subsecção 4.6.2. do Capítulo I, assim como na respectiva nota 82.

- (5) a. É (aflitivo + elucidativo + nefasto + ...) (E + o facto de) que o Júlio diga disparates, mas apesar disso ele di-los.
b. *É (aflitivo + elucidativo + nefasto + ...) (E + + o facto de) que o Júlio diga disparates, mas se calhar ele não os diz.

- (6) a. O Júlio é (alheio + estranho + indiferente + ...) a
 (E + o facto de) que a inflação aumente, mas apesar de
 tudo ela aumenta.
- b. *O Júlio é (alheio + estranho + indiferente + ...) a
 (E + o facto de) que a inflação aumente, mas se calhar
 ela não aumenta.

Os adjectivos factivos, como os que ocorrem em (5) e (6), acei-
 tam uma coordenada mas-F que confirme a verdade da completiva,
 conforme sucede em (5a) e (6a), mas rejeitam tal tipo de fra-
 se, quando esta nega esse valor de verdade, como acontece em
 (5b) e (6b).

A contraprova desta análise é-nos fornecida pelo comportamen-
 to sintáctico diverso, em circunstâncias semelhantes às de
 (5) e (6), dos adjectivos não factivos, como se pode verificar
 a seguir;

- (7) a. É (aconselhável + crucial + provável + ...) que o Júlio
 compareça esta tarde, e se calhar ele comparece.
- b. É (aconselhável + crucial + provável + ...) que o Júlio
 compareça esta tarde, mas se calhar ele não comparece.
- (8) a. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + ...) de que
 as férias cheguem, e se calhar elas chegam.
- b. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + ...) de que
 as férias cheguem, mas se calhar elas não chegam.

Quer dizer, os adjectivos não factivos, como os que ocorrem em
 (7) e (8), na medida em que não permitem pressupor nem a ver-
 dade nem a falsidade da oração completiva, aceitam que a esta

se acrescente tanto uma coordenada que afirme (cf. (7a) e (8a)), como uma que negue (cf. (7b) e (8b)) a verdade da subordinada.

Uma outra propriedade semântica importante dos adjectivos factivos (como dos predicados factivos em geral), correlata, aliás, da anterior, é que eles são insensíveis à negação. Ou seja, quando tais adjectivos são negados, o valor de verdade da completiva mantém-se inalterado. Esta propriedade pode ser posta em evidência através de um processo sintáctico semelhante ao anterior. Assim, por exemplo:

- (9) a. Não é (aflictivo + elucidativo + nefasto + ...) (E + o facto de) que o Júlio diga disparates, e por isso ele di-los.
- b. *Não é (aflictivo + elucidativo + nefasto + ...) (E + o facto de) que o Júlio diga disparates, e por isso ele não os diz.
- (10) a. O Júlio não é (alheio + estranho + indiferente + ...) a (E + o facto de) que a inflação aumente, e por isso ela aumenta.
- b. *O Júlio não é (estranho + alheio + indiferente + ...) a (E + o facto de) que a inflação aumente, e por isso ela não aumenta.

Como se vê, a negação dos adjectivos factivos não altera o valor de verdade da completiva. Por isso se permite em (9a) e (10a), tal como em (5a) e (6a), o acrescentamento duma coordenada que confirme esse valor de verdade e se

rejeita em (9b) e (10b), do mesmo modo que em (5b) e (6b) ,
uma coordenada que negue tal valor de verdade.

Ora, os adjectivos não factivos, pelo contrário, são sensíveis à negação, conforme se pode verificar a seguir:

(11) a. Não é (aconselhável + crucial + provável + ...) que o
Júlio compareça esta tarde, mas possivelmente ele vai
comparecer.

b. Não é (aconselhável + crucial + provável + ...) que
o Júlio compareça esta tarde, e possivelmente ele
não vai comparecer.

(12) a. Esses rapazes não estão (ansiosos + desejosos + ...) de que as férias cheguem, mas possivelmente elas vão chegar.

b. Esses rapazes não estão (ansiosos + desejosos + ...) de que as férias cheguem, e possivelmente elas não vão chegar.

Como se vê através destes exemplos, os adjectivos não factivos quando são negados, tanto admitem, de um modo geral, a verdade como a falsidade da completiva, embora uma possa ser mais provável do que a outra, em função da natureza semântica dos adjectivos em causa. Assim, no caso de (11a), a negação dos adjectivos implica como mais provável a negação do conteúdo da completiva (ou seja, a sua falsidade). Todavia, isso nem sempre acontece, conforme podemos confirmar analisando construções como as seguintes:

(13) a. Não é obrigatório que o Júlio parta.

b. Não é possível que o Júlio parta.

(14) a. A Eduarda não é digna de permanecer nessa turma.

b. A Eduarda não é capaz de transportar essa mesa.

Assim, enquanto em (13a) e (14a) a negação dos adjectivos obrigatório e digno implica tanto a verdade como a falsidade da completiva ou infinitiva (isto é, "que o Júlio parte ou não parte" e "que a Eduarda permanece ou não permanece nessa turma", respectivamente), em (13b) e (14b), pelo contrário, a negação dos itens possível e capaz implica antes a falsidade da subordinada (ou seja, "que o Júlio não parte" e "que a Eduarda não transporta a mesa", respectivamente). Este último valor de verdade é posto em evidência através da inaceitabilidade das seguintes construções, por se tornarem contraditórias.

(15) a. *Não é possível que o Júlio parta, mas ele parte.

b. * A Eduarda não é capaz de transportar essa mesa, mas ela transporta-a.

A negação dos adjectivos não factivos, como aliás a sua afirmação, acarreta, pois, implicações diversas quanto à verdade ou falsidade das orações que lhes estão subordinadas. Os predicados não factivos, verbais ou adjectivais, que apresentam tal comportamento têm sido designados como implicativos (Austin 1962/1970, Karttunen 1971, etc.). Karttunen (1971:p.6) define o processo de implicação do seguinte modo:

"P implies Q iff

whenever P is asserted,

the speaker ought to believe that Q".

Karttunen considera três espécies de verbos implicativos: os implicativos absolutos, os Se-Verbos ("if-verbs") e os Só Se -verbos ("only-if-verbs"). Como esta classificação parece extensível aos adjectivos, vou exemplificar cada uma das três espécies recorrendo a construções adjectivais, indicando entre parênteses o valor de verdade da subordinada implicado pelo adjectivo :

(16) a. É exacto que o Júlio se encontra em Lisboa (i.e., "O Júlio encontra-se em Lisboa").

b. Não é exacto que o Júlio se (encontra + encontre) em Lisboa (i.e., "O Júlio não se encontra em Lisboa").

(17) a. É imprescindível que o Júlio tenha aproveitamento em Matemática para passar de ano. (i.e., "O Júlio tem de ter aproveitamento em Matemática para passar de ano").

b. Não é imprescindível que o Júlio tenha aproveitamento em Matemática para passar de ano (i.e., "O Júlio, quer tenha ou não tenha aproveitamento em Matemática, pode passar de ano").

(18) a. O Júlio é capaz de derrubar essas árvores (i.e., "O Júlio derruba ou não derruba essas árvores").

b. O Júlio não é capaz de derrubar essas árvores (i.e., "O Júlio não derruba essas árvores").

Adjectivos como exacto, correcto, etc., seriam implicativos absolutos, na medida em que a sua afirmação implica a verdade

da subordinada (cf.16a) e a sua negação, a falsidade(cf. 16b).

Adjectivos como imprescindível, necessário, obrigatório, etc., seriam antes Se-Adjectivos, pois quando são afirmados implicam a verdade da subordinada (cf.17a), mas quando são negados, tanto acarretam a verdade como a falsidade da completiva (cf.17b).

A designação que lhes é atribuída (Se-Adjectivos)provém do facto de a negação (ou falsidade) dos adjectivos em causa ser condição suficiente da falsidade da subordinada.

Ou seja, se F_1 (que contém o Adj) é falsa, F_2 (=completiva) pode ser falsa.

Adjectivos como capaz, possível, etc., seriam antes Só se-Adjectivos, pois quando são afirmados, tanto podem acarretar a verdade como a falsidade da completiva (cf. 18a), mas se forem negados implicam necessariamente a falsidade da subordinada. Ou seja, a negação (ou falsidade) destes adjectivos é condição necessária da falsidade da completiva. Ou, por outras palavras, só-se F_1 (que contém o Adj) for falsa, é que F_2 (=completiva) é falsa.

O Quadro 1 seguinte resume os valores de verdade que tais adjectivos implicam:

(19) Quadro 1

Não factivos ou Implicativos	F ₁	F ₂
Absolutos (ex.: <u>exacto</u>)	V F	V F
<u>Se</u> - Adjs (ex.: <u>imprescindível</u>)	V F	V VF
<u>Só Se</u> - Adjs (ex.: <u>capaz</u>)	V F	VF F

A classificação dos adjectivos não factivos ou implicativos, apresentada no Quadro 1, não foi, contudo, inserida nas Tábuas lexico-sintácticas, por diversas razões.

Em primeiro lugar, porque não é fácil determinar de forma sistemática as propriedades semânticas de tais adjectivos, ou seja, os valores de verdade que eles implicam em relação à completiva, conforme são afirmados ou negados.

Em segundo lugar, porque tais noções semânticas são extremamente variáveis consoante os factores contextuais, como se pode verificar através dos exemplos seguintes:

- (20) a. Não era possível que o Júlio partisse, mas afinal par
tiu.

b. A Eduarda não era capaz de transportar essa mesa, mas afinal transportou-a.

Como se vê, basta a inserção do imperfecto em (20a,b) para que a negação do adjectivo já não implique a falsidade da completiva, conforme sucede em (15a,b), respectivamente.

Em terceiro lugar, porque, dado o estado actual dos conhecimentos, ainda não é possível balizar formalmente e com objectividade as propriedades semânticas das três subclases de adjectivos implicativos.

Tais propriedades parecem envolver fenómenos de natureza pressuposicional e nem todos os linguistas estão de acordo, por exemplo, quanto à necessidade de ter em conta na descrição linguística as pressuposições (v.,v.g., Gross (1977) ou Kuroda (1977)).

Mesmo em relação a determinadas propriedades semânticas balizáveis formalmente, como é o caso, por exemplo, dos adjectivos factivos que estamos a analisar, os quais implicam a aceitação da sequência o facto de, podem levantar-se dúvidas. Assim, disse atrás que os adjectivos factivos (como os predicados factivos, em geral) implicam a verdade da completiva, mesmo quando submetidos à negação. Ora, tal valor de verdade pode igualmente ser alterado por factores contextuais, como, por exemplo:

(21) a. *É (aflictivo + lamentável + ...) que o Júlio escorregue, mas ele não escorrega.

b. Seria (aflitivo + lamentável + ...) que o Júlio escorregasse, mas ele não escorregou.

Como se vê, a selecção do condicional (seria), em (21b), com a consequente inserção do imperfeito do conjuntivo na completiva, altera o valor de verdade desta oração, permitindo que o seu conteúdo seja negado, ao contrário do que sucede em (21a), onde temos o indicativo (é). Sendo assim, os mesmos adjetivos (aflitivo, lamentável, ...) seriam factivos em (21a), mas já não o são, pelo menos semanticamente, em (21b). Repare-se, no entanto, que neste caso, a uma alteração semântica, expressa aliás por meios sintácticos (selecção do condicional-imperfeito do conjuntivo e acrescentamento de mas-F negativa), corresponde a impossibilidade sintáctica de aceitação da sequência o facto de:

(22) *Seria (aflitivo + lamentável + ...) o facto de que o J^ulio escorregasse.

Repare-se ainda que o subordinador que em (21b) pode comutar com se (cf. "Seria aflitivo se o Júlio escorregasse ..."), o que reforça o valor modal condicional da completiva (v., a propósito, a subsecção anterior). Têm sido justamente fenómenos deste tipo que têm levado certos linguistas a admitir graus de factividade (v., por exemplo, Karttunen 1971) e a falar de predicados semi-factivos (v. a este propósito a subsecção 3.2 deste capítulo).

Não foi, contudo, possível registar nas Tâbuas estes aspectos, apesar da sua incidência sintáctica.

Um outro fenómeno semelhante ao anterior relaciona-se com a

inserção de auxiliares modais na oração completiva e é salientado por Faria (1974:p.143) através dos seguintes exemplos, que cito, apenas com numeração e disposição diferentes:

- (23) "O João (censurou + censura + censurará) o facto de as crianças (morderem + poderem morder + poderem vir a morder) quem lhes apetecer".

A estes exemplos de Faria, com um predicado verbal factivo (censurar), poderíamos acrescentar outros equivalentes, com adjectivos factivos, como por exemplo:

- (24) É (censurável + lamentável + ...) o facto de as crianças (morderem + poderem morder + poderem vir a morder) quem lhes apetecer.

Interpretando casos como (23), Faria (1974:p.143) afirma que "o facto de as crianças morderem pode ou não ser verdadeiro, pode não existir no presente ou vir ou não vir a existir num futuro" e que, por conseguinte, "não há, portanto, razão para considerar, mesmo no caso de um verbo factivo (lamentar, censurar, etc.), que o falante pressupõe a verdade da frase complemento. O falante continua, apenas, a exprimir uma opinião sobre a atitude ou actuação do sujeito da F_1 perante um facto (complemento) que continua a ser potencial (i.e., verdadeiro ou falso, ou nem verdadeiro nem falso, apenas inexistente)".

Ora bem, se esta análise de Faria estivesse inteiramente correcta e fosse generalizável a todos os predicados

factivos, então não só a descrição que atrás apresentei quanto ao valor de verdade das completivas dependentes de adjectivos factivos estaria inexacta, como deixariam de justificar-se as análises que têm sido feitas, no mesmo sentido, por diversos linguistas sobre os predicados factivos de diversas linguas.

Parece-me, no entanto, que a análise de Faria está incorrecta, por diversos motivos: (i) se não houvesse correlação entre a sequência o facto de e a verdade da completiva dela dependente, então como explicar que determinados verbos e adjectivos aceitem tal sequência e outros não?; (ii) o valor potencial de verdade de tal completiva só se observa quando nesta ocorrem determinados auxiliares modais, como é o caso de poder em (23); (iii) em frases como (23) e (24), o modal poder tem o valor de capacidade e não de possibilidade, como a análise de Faria faz pressupor; de facto, o que o falante pressupõe, naquelas frases, não é propriamente que as crianças mordem, mas antes que as crianças têm capacidade (são capazes) de morder, podendo tal capacidade exercer-se agora ou no futuro; as construções seguintes parecem-me ilustrar e justificar esta análise:

- (25) a. *O João censura o facto de as crianças poderem vir a morder quem lhes apetecer, mas elas não podem vir a morder quem lhes apetecer.
- b. O João censura o facto de as crianças poderem vir a morder quem lhes apetecer, mas elas podem nem sempre vir a morder quem lhes apetecer.

c. ?* O João censura o facto de as crianças virem a poder morder quem lhes apetecer.

Ora, (25a) é contraditória, justamente por a coordenada mas-F negar a verdade da completiva, ou seja, "que as crianças podem (=têm capacidade) de vir a morder quem lhes apetecer". Pelo contrário, (25b) é perfeitamente a ceitável, justamente porque a coordenada mas-F não nega aquele valor de verdade, ou seja, "a capacidade de as crianças morderem ...", mas apenas restringe a concretização dessa capacidade, isto é, "elas têm capacidade de morder, mas nem sempre". A frase (25c) parece-me confirmar esta análise, pois se torna estranha na medida em que não permite pressupor tal capacidade de morder como real (verdadeira) actualmente, mas apenas como possível no futuro ("virem a poder morder"). Note-se que, se em (25c) suprimirmos a sequência o facto de, a frase continua a ser estranha, devido justamente às propriedades sintáctico-semânticas do verbo censurar:

(26) a. ?* O João censura essas crianças virem a poder morder quem lhes apetecer.

b. ?* O João censura que essas crianças venham a poder morder quem lhes apetecer.

Ou seja, não se pode censurar um "facto" que não existe, que não é real.

Mas vejamos outras propriedades sintácticas dos adjectivos factivos.

Assim, os itens desta classe, tal como sucede com os predica-
dos factivos em geral, aceitam a nominalização da completiva
Que-F, nas circunstâncias a seguir indicadas, ao passo que os
adjectivos não factivos não admitem tal nominalização.

Assim, por exemplo:

- (27) a. É (cativante + estupendo + fascinante + ...) (E + o
facto de) que o Júlio seja (bom + amável + duro).
b. É (cativante + estupendo + fascinante + ...) a (bonda
dade + amabilidade + dureza) do Júlio.
- (28) a. É (forçoso + urgente + obrigatório + ...) (E + *o fa-
cto de) que o Júlio seja (bom + amável + duro).
b. *É (forçosa + urgente + obrigatória + ...) a (bonda-
de + amabilidade + dureza) do Júlio.

Tal nominalização implica, pois, a formação de substantivos em
-dade- -eza, -ura, (por exemplo: branco → brancura), etc., a
partir dos adjectivos contidos na completiva, ou simplesmente
a substantivação do adjectivo com sufixo Ø, como nas constru-
ções seguintes:

- (29) a. É curioso que esse painel seja azul.
b. É curioso o azul desse painel.
- (30) a. É provável que esse painel seja azul
b. *É provável o azul desse painel.

Uma outra propriedade dos adjectivos factivos é que eles acei-
tam melhor a não extraposição da frase (E + o facto de)que-F,
quando esta funciona como sujeito, do que os adjectivos não

factivos, como se pode ver pelos exemplos seguintes:

(31) Que algumas escolas fechem é (aflitivo + funesto +
+ perturbante + ...)

(32) ?? Que algumas escolas fechem é (forçoso + possível +
+ provável + ...).

Uma última propriedade que distingue os adjectivos factivos dos não factivos, mas apenas quando uns e outros se constroem com completiva sujeito, é que os não factivos aceitam a substituição de Que-F por Que-sim ou Que-não, após extraposição, ao passo que os factivos não a admitem.

Assim, por exemplo:

(33) a. É (curioso + grave + ridículo + ...) que o Júlio (E +
+ não) compareça.

b. *É (curioso + grave + ridículo + ...) que (sim +
+ não).

(34) a. É (admissível + forçoso + provável + ...) que o
Júlio (E + não) compareça.

b. É (admissível + forçoso + provável + ...) que (sim +
+ não).

O Quadro 2 a seguir resume as propriedades dos adjectivos factivos, atrás assinaladas, em confronto com as dos adjectivos não factivos:

Adjectivos	Propriedades					
	(1) O facto de (que-F+F _{inf})	(2) V(Adj) $\supset$ V(F ₂)	(3) $\sim$ Adj $\supset$ V(F ₂)	(4) Nominalização de F ₂	(5) Extraposição de (Que-F+F _{inf})	(6) Que-F = Que (sim+não)
Factivos	+	+	+	+	+	-
Não factivos	-	+/-	+/-	-	?-	+

A propriedade (2) significa que, se o Adj é afirmado (v), F₂ (=Que-F+F_{inf}) é verdadeira (v); a propriedade (3) significa que, se o Adj é negado ($\sim$), F₂ continua verdadeira ; o sinal $\supset$ significa "implica".

As propriedades que acabo de assinalar podem de certo modo funcionar como testes que permitem corroborar a aceitação da sequência o facto de antes da completiva Que-F pelos adjectivos a que se costuma chamar factivos. Como se vê mais uma vez, a definição semântica que se dá habitualmente de tais adjectivos (i.e., que permitem pressupor a verdade da frase completiva) é balizada por meio de propriedades sintácticas, que são não apenas a aceitação da sequência o facto de antes da completiva, mas também a presença das outras propriedades que mencionei atrás.

Uma questão que se pode levantar relativamente às construções factivas dos adjectivos predicativos em português é se estas aceitam naturalmente o modo indicativo, a par do conjuntivo. Meireles (1972:cap.3) e Raposo (1975: p.44 e n.19) consideram o modo conjuntivo como uma propriedade dos verbos factivos (em que incluem os adjectivos, conforme a perspectiva de Lakoff 1965/1970), os quais, segundo eles, excluem a selecção do indicativo.

Ora, como já vimos atrás em alguns exemplos (cf., nomeadamente, (1b), (2a,c) e (3)), há adjectivos compatíveis com o indicativo na subordinada factiva. A aceitação do indicativo neste caso pode depender de diversos factores, como sejam a natureza do adjectivo, as características do contexto, etc.. Analisemos, pois, tais aspectos.

Em relação ao contexto da factiva sujeito (cf. Tábua 1), verifica-se que a quase totalidade dos adjectivos aceita tanto a factiva no conjuntivo, como no indicativo.

Analisemos, pois, o comportamento de itens como aflitivo, doloroso, nefasto, ridículo, etc., já inseridos atrás em (1a), que repito a seguir como (36):

(36) É (aflitivo + doloroso + nefasto + ridículo + ...) o facto de que Lisboa se encontre privada de água.

Em (1a) ou (36) é o conjuntivo que aparece na factiva. Todavia, no mesmo contexto, o indicativo também é aceitável para os falantes que usam a língua culta:

(37) É (aflitivo + doloroso + nefasto + ridículo + ...) o facto de que Lisboa se encontra privada de água.

Certos falantes exigem um contexto mais elaborado para aceitarem a inserção do indicativo em casos como os de (37):

(38) a. É (aflitivo + doloroso + nefasto + ridículo + ...) o facto de que até Lisboa, (calculem ! + vejam bem !), se encontra privada de água.

b. É (aflitivo + doloroso + nefasto + ridículo + ...) o facto de que Lisboa cada vez se encontra mais privada de água.

Ou então, veja-se o seguinte exemplo extraído de um semanário:

(39) "Mais importante é porém o facto de que o "Times" mostrou assim o seu acordo com a posição assumida pela esmagadora maioria dos especialistas nacionais da economia e das

finanças" (O Jornal, 31/3/78, p.8, col.1).

Ora, o iten importante aceita igualmente factiva no conjuntivo:

(40) Foi importante o facto de que o "Times" mostrasse o seu acordo.

Tendo, pois, em conta os dados que acabo de mencionar, verifica-se que a grande maioria dos adjectivos compatíveis com factiva sujeito (cf. Tábua 1) admitem tanto o conjuntivo como o indicativo em tal subordinada.

Em contrapartida, verifica-se mesmo que certos adjectivos (em número muito reduzido, aliás) admitem melhor a factiva no indicativo do que no conjuntivo, no mesmo contexto, como se pode ver a seguir:

(41) É (alegável + difusível + ocultável + participável + ...) em tais circunstâncias o facto de que Lisboa se (encontra + ?encontre) privada de água.

Para que num contexto como o de (41) o conjuntivo seja mais bem aceite, torna-se necessário contextualizar melhor a frase, à semelhança do que sucedia atrás com o indicativo:

(42) É (alegável + difusível + ocultável + participável + ...) em tais circunstâncias o facto de que Lisboa se (*tem + tenha) encontrado de repente privada de água.

Tal contextualização envolve a inserção em (42) do auxi-

liar temporal-aspectual ter. Repare-se que neste caso o indicativo é inaceitável (cf. *tem).

Se agora passarmos ao contexto da factiva objecto, verificamos que são igualmente aceites tanto o indicativo como o conjuntivo, dependendo a selecção das propriedades do adjectivo. Assim, por exemplo:

- (43) Essas medidas são (consequentes + resultantes + ...) do facto de que os manifestantes (sequestraram + tenham sequestrado) o ministro.

Adjectivos como consequente, resultante, etc., aceitam tanto o indicativo como o conjutivo na oração factiva.

Todavia, adjectivos como consciente, côncio, etc., apenas admitem o indicativo:

- (43) Todos estão (côncios + conscientes + ...) do facto de que as coisas se (complicam + *compliquem + têm complicado + *tenham complicado).

A exemplos como o de (43) poderíamos acrescentar o seguinte, de contexto mais elaborado, em que o item consciente aceita factiva com indicativo:

- (44) "É evidente que estamos conscientes do facto de que o secretário-geral do Partido Comunista afegão, Mohamed Taraki, foi nomeado primeiro-ministro e chefe de Estado "
(A Capital, 2/5/78, p.13,col.2).

Como se pode ver, consultando as Tábuas 2,3 e 7, os adjectivos que aceitam factiva objecto são em número muito reduzido. Quanto aos adjectivos simétricos, já são mais numerosos os que se

constroem com factiva sujeito (v. sobretudo, as Tábuas 8 e 11).

Uma outra questão relativa à construção dos adjectivos predicativos com O facto de que-F prende-se com fenómenos de concordância entre tal construção e o verbo copulativo auxiliar do adjectivo. Tais fenómenos de concordância, à semelhança do que já verificámos com as completivas Que-F, não foram incluídos nas Tábuas léxico-sintácticas, devido à sua complexidade. Na subsecção anterior apresentei alguns aspectos de tal concordância no que respeita às completivas. De um modo geral, afigura-se que as construções com O facto de que-F apresentam concordâncias idênticas às das completivas Que-F com o auxiliar copulativo do predicado adjectival. Eis alguns exemplos:

(45) Quadro 3: Adjectivos que aceitam O
tacto de que-F_{conj} como sujeito(au
xiliar copulativo ser):

		o facto de que o Júlio			
		compareça	tenha comparecido	comparecesse	tivesse comparecido
É	aflitivo curioso elucidativo funesto grave irritante lamentável nefasto ofensivo ridículo triste vergonhoso etc.	+	+	-	+
Tem sido		+	+	-	+
Será		+	+	-	-
Terá sido		+	+	-	-
Foi		-	+	+	+
Era		-	-	+	+
Tinha sido		-	-	+	+
Seria		-	-	+	+
Teria sido		-	-	+	+

Se confrontarmos este quadro de concordâncias com o Quadro 1 da subsecção anterior, em (37), notamos que eles são praticamente equivalentes e que as conclusões são, por conseguinte, as mesmas que ali aponteí.

A única diferença consiste em que os adjectivos factivos aceitam bastante bem a compatibilidade do pretérito perfeito composto do auxiliar copulativo (tem sido) com o mais-que-perfeito composto da subordinada O facto de que F_{conj} (tivesse comparecido), ao passo que no Quadro 1 da subsecção anterior tal nem sempre se verificava, em relação à completiva Que-F_{conj}.

Também aqui encontramos compatibilidades idênticas às que assinalei no Quadro 2, em (38), da subsecção anterior, embora ali se tratasse de completivas Que-F sujeito e do auxiliar copulativo ser.

Verifica-se, por conseguinte que também os adjectivos factivos que aceitam como objecto a subordinada O facto de que-F_{ind} admitem todas as compatibilidades de tempos entre o verbo desta frase e o auxiliar copulativo. Como já salientei na subsecção anterior, também aqui se torna necessário contextualizar adequadamente as construções para que algumas compatibilidades de tempos não suscitem dúvidas quanto à sua aceitação pelos falantes. Por outro lado, convém igualmente ter presente, como nos casos anteriores, que as formas verbais, quer do auxiliar copulativo, quer do verbo da subordinada factiva, nem sempre veiculam apenas a noção de tempo em sentido restrito. No caso das formas simples ou compostas de futuro e condicional, assim como de imperfeito, e no caso do pretérito perfeito composto, a ideia de tempo associam-se as noções de aspecto e/ou modalidade. Quando a noção de modalidade intervém, como no caso do futuro ou do condicional, os adjectivos em questão perdem em parte, as suas propriedades semânticas de factivos, conforme já assinalei atrás.

- (47) Quadro 5: Adjectivos simétricos que podem aceitar ao mesmo tempo O facto de que-F_{conj} como sujeito e construção idêntica como objecto, regida de preposição (auxiliar copulativo ser). Dada a complexidade das estruturas intervenientes, também aqui terei de desdobrar este quadro em quatro:

a)

		o facto de que a Eduarda			
O facto de que o Júlio <u>parta</u>		Fique	tenha ficado	ficasse	tivesse ficado
é	análogo a associável a compatível com distinto de harmonizável com inerente a etc.	+	+	-	-
tem sido		+	+	-	-
será		+	+	-	-
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		+	+	+	+
seria		+	+	+	+
etria sido		+	+	+	+

b)

O facto de que o Júlio <u>tenha parti-</u> do		o facto de que a Eduarda			
		fique	tenha ficado	ficasse	tivesse ficado
é	os mesmos adjectivos de a)	+	+	-	-
tem sido		+	+	-	-
será		+	+	-	-
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		+	+	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

c)

O facto de que o Júlio <u>partisse</u>		o facto de que a Eduarda			
		fique	tenha ficado	ficasse	tivesse ficado
é	os mesmos adjectivos de a)	-	-	+	+
tem sido		+	+	-	+
será		+	+	+	+
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		-	-	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

d)

O facto de que o Júlio <u>tivesse</u> <u>partido</u>		o facto de que a Eduarda			
		fique	tenha ficado	ficasse	tivesse ficado
é	os mesmos adjectivos de a)	+	+	+	+
tem sido		+	+	+	+
será		+	+	+	+
terá sido		+	+	+	+
foi		+	+	+	+
era		+	+	+	+
tinha sido		+	+	+	+
seria		+	+	+	+
teria sido		+	+	+	+

Ao confrontarmos os subquadros do Quadro 5 com os correspondentes subquadros do Quadro 4, em (40), da subsecção anterior, verificamos idênticas compatibilidades de tempos, independentemente da natureza factiva ou completiva das construções em questão. AS conclusões tiradas da análise do Quadro 4 da subsecção anterior são, portanto, válidas também para este Quadro 5.

Uma conclusão geral que se pode, pois, tirar da análise da compatibilidade de tempos no caso das construções dos adjectivos com O facto de que-F é que tal compatibilidade é praticamente idêntica à que encontrámos no caso das completivas Que-F desses mesmos adjectivos.

Este aspecto poderia, em certa medida, constituir um argumento a favor da derivação de tais completivas a partir das construções O facto de que-F.

É, pois, esta questão, deixada em aberto na subsecção anterior e novamente levantada quase no início da presente subsecção, que agora vamos analisar. Concretamente, pretendemos averiguar, tendo em conta que os adjectivos que aceitam a construção O facto de que-F também admitem em geral a completiva Que-F, se esta última não deveria ser derivada transformacionalmente a partir daquela, mediante o apagamento da sequência o facto de. A hipótese que vou considerar é que tal derivação é impossível, pois existem mais argumentos contra ela do que a favor. Por tal motivo, mesmo no caso dos adjectivos factivos, a propriedade Que-F deve ser considerada como de natureza distribucional. É, pois, este ponto de vista que adopto nas Tábuas léxico-sintáticas.

Um primeiro argumento contra a derivação das completivas Que-F dos adjectivos factivos a partir da construção O facto de que-F é que nem sempre esta construção é redutível àquela, mediante o apagamento da sequência o facto de. Tal acontece, nomeadamente, quando a subordinada O facto de que-F funciona como objecto regido da preposição com:

- (48) a. Muitas pessoas estão (descontentes + desgostosas + tristes + ...) com o facto de que o custo de vida (aumenta + aumente).
- b. *Muitas pessoas estão (descontentes + desgostosas + tristes + ...) (E + com) que o custo de vida (aumenta + aumente).

Idêntica redução é impossível na grande maioria dos casos em que o adjectivo aceita a subordinada O facto de que-F_{ind}, mas não admite a correspondente completiva Que-F_{ind}:

- (49) a. É (aflitivo + irritante + vergonhoso + ...) o facto de que Lisboa cada vez se encontra mais privada de água (cf. (38b) atrás).
- b. *É (aflitivo + irritante + vergonhoso + ...) que Lisboa cada vez se encontra mais privada de água.

Tal significa que a compatibilidade de modos verbais com as subordinadas factivas e as completivas não é a mesma.

Um outro argumento contra a derivação de Que-F a partir de O facto de que-F, no caso dos adjectivos que aceitam as duas construções, prende-se com fenómenos de redução

desta última à oração infinitiva, os quais não aparecem naquela.

Conforme veremos com mais desenvolvimento na secção 3.2. do presente capítulo, a construção O facto de que-F é redutível, quer a O facto de F_{inf} , quer a O F_{inf} (i.e., O ($\underline{E} + N_{OC}$) V_{-inf}^{Compl}), mediante o apagamento, neste último caso, da sequência facto de:

- (50) a. É (cativante + fascinante + rendoso + ...) o facto de que tu assistas à reunião.
- b. É (cativante + fascinante + rendoso + ...) o facto de tu assistires à reunião.
- c. É (cativante + fascinante + rendoso + ...) o tu assistires à reunião.

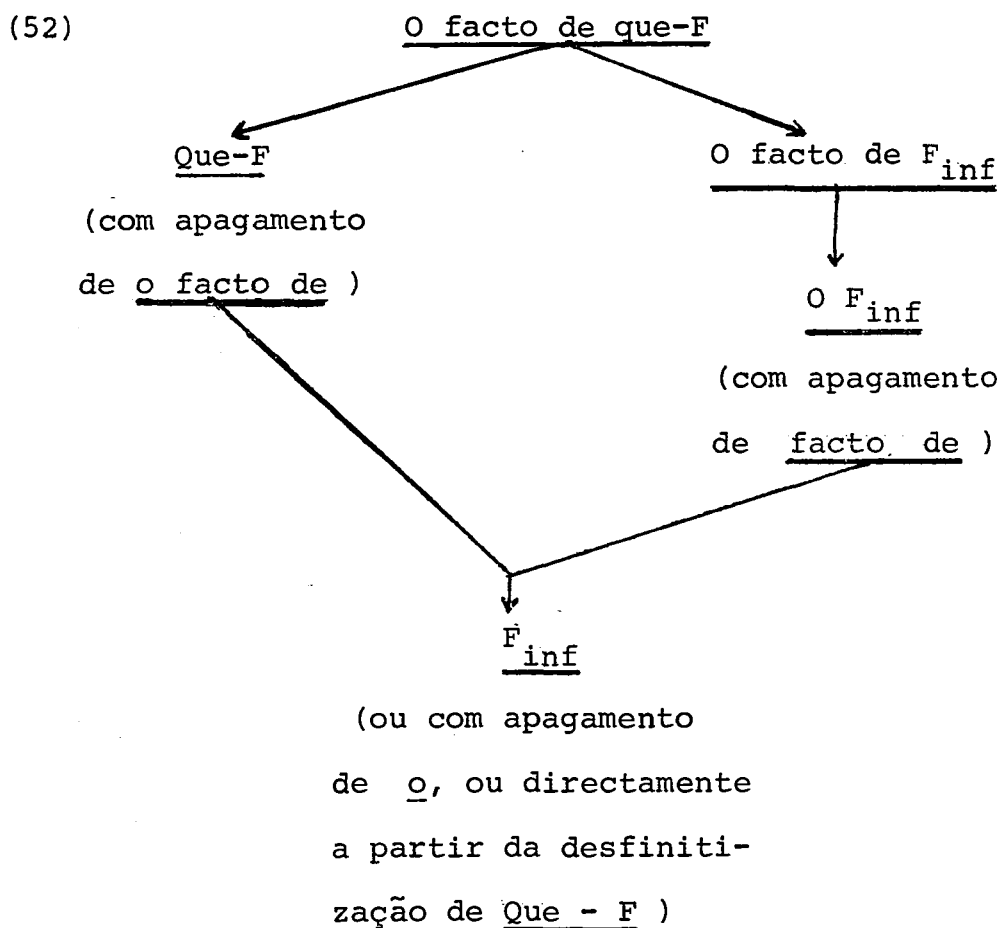
Por outro lado, também a completiva Que-F é susceptível de redução a F_{inf} :

- (51) a. É (cativante + fascinante + rendoso + ...) que tu assistas à reunião.
- b. É (cativante + fascinante + rendoso + ...) tu assistires à reunião.

Ora, é impossível ordenar de modo satisfatório as regras de redução ao infinitivo intervenientes em (50) e (51). De facto, se primeiro derivarmos Que-F a partir da construção O facto de que-F, mediante o apagamento da sequência o facto de, já não será possível obtermos (50b) e (50c). Se, porém, aplicamos primeiro à construção O facto de que-F a redução a O facto de F_{inf} e, posteriormente, a redução desta a O F_{inf} , poderemos ainda obter (51b), mediante apagamento do artigo o, mas já não será possível obtermos a completiva Que-F.

Donde se conclui que teríamos de admitir regras independentes, não

ordenadas , para derivarmos as construções reduzidas de (50) e a completiva Que-F de (51), a partir da construção O facto de que-F, mais ou menos de acordo com o seguinte esquema:



De qualquer modo, este esquema revela-nos fenómenos sintácticos não integrados, o que me parece constituir um argumento a favor da não derivação de Que-F a partir de O facto de que-F.

2.4. Os auxiliares copulativos ser e estar

As construções predicativas adjectivais necessitam em português de um verbo auxiliar copulativo ou pseudo-copula-

tivo que veicule, pelo menos em parte, as noções de tempo-aspecto-modo.

Considero os verbos copulativos ser e estar como propriedades distribucionais⁽¹¹⁾ dos adjectivos predicativos, em cuja selecção intervêm, pelo menos, os seguintes factores: (i) propriedades sintáctico-semânticas dos adjectivos; (ii) contexto linguístico (i.e., estrutural) e situacional; (iii) natureza sintáctico-semântica do SN sujeito; (iv) fenómenos de natureza aspectual e modal; (v) atitude ou ponto de vista (modal) do sujeito falante (ou autor da enunciação) relativamente ao conteúdo do acto de elocução.

É raro que tais factores intervenham separadamente nas construções predicativas adjectivais, motivo por que teremos de analisá-los em conjunto. De um modo geral e no que respeita às estruturas objecto deste estudo, considera-se o factor (i) como determinante na selecção de ser ou estar. Assim, os adjectivos seleccionariam ser, quando a qualidade ou característica por eles expressa fosse encarada como inerente (intrínseca ou permanente) ao SN sujeito. Pelo contrário, os adjectivos seleccionariam estar, quando a qualidade ou característica por eles veiculada fosse considerada como accidental (extrínseca ou ocasional) relativamente ao mesmo SN sujeito. Segundo este critério, adjectivos que implicassem sempre qualidades inerentes só poderiam seleccionar ser, ao passo que adjectivos que apenas atribuísssem qualidades accidentais não seleccionariam senão estar.

Ora, tal nem sempre se verifica, como vamos ver. Começemos, pois, por analisar os exemplos seguintes, que contêm os adjectivos baixo e alto:

- (1) a. Esse ministro (é + *está) (baixo + alto).
 b. Esse rapaz (é + está) (baixo + alto).
- (2) a. *(Esse ministro + esse rapaz) (é + está⁽¹²⁾) sempre (baixo + alto).
 b. (Esse ministro + esse rapaz) será + *estará⁽¹²⁾ sempre (baixo + alto).
- (3) a. *Esse ministro (é + está) por enquanto (baixo + alto).
 b. Esse rapaz (é + está) por enquanto (baixo + alto).

Ao analisarmos as compatibilidades dos adjectivos baixo e alto com os respectivos SNs sujeitos em (1), (2) e (3), verificamos que apesar de tais adjectivos parecerem implicar a atribuição de qualidades inerentes, isso só se verifica quando o substantivo contido no SN sujeito designa um indivíduo adulto, conforme sucede em (1a), onde por esse motivo só é admissível o verbo ser.

Quando, pelo contrário, o SN sujeito designa um indivíduo não adulto, conforme acontece em (1b), tais adjectivos admitem tanto ser, como estar, o que parece indicar que as qualidades por eles expressas não são encaradas pelo autor da enunciação como inerentes ao sujeito de forma permanente. Por outro lado, os dois adjectivos em causa são incompatíveis com qualquer dos mencionados sujeitos, quando em presença de um modificador adverbial

como sempre, que expressa um valor temporal-aspectual de continuidade, conforme sucede em (2a); tal incompatibilidade é, de certo modo, estranha quando o SN sujeito designa um indivíduo adulto (cf. esse ministro, em (2a)). Todavia, com os mesmos sujeitos (cf. (2b)) e substituindo apenas o presente pelo futuro, tais adjectivos aceitam o verbo ser e o mesmo modificador sempre. A discrepância existente entre (2a) e (2b) é talvez devida à incompatibilidade, no primeiro caso, entre o presente, que é pontual, e o modificador adverbial sempre, que é não pontual.

Os mesmos adjectivos baixo e alto são compatíveis com ser e estar e simultaneamente com o modificador adverbial por enquanto, que expressa um valor temporal-modal de provisoriedade, mas apenas quando o SN sujeito designa um indivíduo não adulto, conforme no-lo revela o confronto de (3b) com (3a).

Analisemos agora o comportamento sintáctico-semântico de outros adjectivos, tais como inteligente, prudente, contente, desgostoso, que em geral seleccionam apenas sujeitos /humanos/ ou /animados/, em relação à sua compatibilidade com os auxiliares copulativos ser e estar, a fim de comprovarmos a intervenção dos factores a que atrás aludia. Eis alguns exemplos de construções com aqueles adjectivos:

- (4) a. Esse rapaz (é + *está) (E + sempre + por enquanto) (inteligente + prudente).
 b. Esse rapaz (*é + está) (E + sempre + por enquanto) (contente + desgostoso).

(5) Hoje, esse rapaz está deveras (inteligente + prudente), ao contrário do que sucede habitualmente.

(6) Afinal, essa vida (é + *está) (*contente + desgostosa).

Assim, inteligente e prudente seleccionam em geral apenas o verbo ser, sendo compatíveis não só com o modificador adverbial sempre, mas também com por enquanto, o que se torna, neste caso, de certo modo surpreendente. Todavia, quando tais adjectivos são integrados em contextos como o de (5), aceitam igualmente estar, o que nos faz pressupor que eles podem ser encarados como implicando qualidades não inerentes de forma constante.

Contente e desgostoso apenas seleccionam estar, podendo admitir neste caso não só o modificador adverbial por enquanto, mas também sempre. Por outro lado, desgostoso pode seleccionar um sujeito /não humano/ e /não animado/, como em (6), mas neste caso é compatível com ser e não com estar. Uma tal construção é talvez resultante de um fenómeno de hipálage (cf. As pessoas que levam essa vida estão desgostosas ↔ A vida dessas pessoas é desgostosa).

Para finalizar esta breve introdução à compatibilidade dos adjectivos predicativos com os auxiliares copulativos ser e estar, consideremos ainda os seguintes exemplos, em que aparecem os adjectivos vivo e mortal:

(7) a. O Júlio (?E + ainda) é vivo.

b. O Júlio (E + ainda) está vivo.

(8) a. O Homem (é + *está) (E + *sempre + *por enquanto)mortal.

b. Esse veneno (é + * está) (E + sempre + por enquanto) mortal.

Assim, o adjectivo vivo (como antónimo de morto) aceita melhor o verbo ser (cf. (7a)), quando este é acompanhado do modificador modal ainda, que permite ao sujeito falante combater a pressuposição do ouvinte de que "o Júlio já não (era + estava) vivo" Com estar (cf. (7b)), o mesmo adjectivo dispensa o modificador modal ainda, embora a sua presença implique valor pressuposicional idêntico ao de (7a).

O adjectivo mortal apenas selecciona ser e não estar. Em (8a) implica uma característica inerente ao SN sujeito o Homem e, por isso, é incompatível com qualquer modificador temporal-aspectual-modal. Em (8b), com o SN sujeito esse veneno, o grau de inerência da qualidade expressa pelo mesmo adjectivo varia, na medida em que ele admite modificadores adverbiais com forte valor pressuposicional, neste caso. O sujeito falante admite, num caso, que "certo veneno é sempre mortal", não havendo esperanças de modificar a situação que ele provoca.

Noutro caso, porém, ele admite que "um outro veneno é por enquanto mortal", o que implica que as consequências por este provocadas são susceptíveis de modificação (através da descoberta dum antídoto adequado, por exemplo).

Enfim, todos os aspectos que acabo de mencionar, suscitados pela compatibilidade dos adjectivos predicativos com os verbos ser e estar, necessitariam não só de mais investigação, mas tam

bém de abranger as outras construções destes auxiliares copulativos, nomeadamente com sintagmas nominais e preposicionais predicativos ou não e com os advérbios. Tal estudo deveria ainda ser alargado aos verbos pseudo-copulativos.

Em geral, verifica-se que quando determinada construção predicativa ou adverbial aceita estar admite também verbos pseudo-copulativos. Todavia, alguns destes verbos podem também comutar com ser.

É evidente que tal estudo não cabe no âmbito do presente trabalho.

Os aspectos que mencionei apenas visam facilitar a abordagem da distribuição de ser e estar em relação às construções completivas dos adjectivos predicativos. No estudo destas construções, de que as Tábuas léxico-sintácticas dão conta, apenas retive aqueles auxiliares copulativos.

Todavia, tais construções podem admitir também auxiliares pseudo-copulativos, como tornar-se, continuar, permanecer, etc., conforme veremos no final desta subsecção.

Ao analisarmos a distribuição dos auxiliares ser e estar relativamente às construções completivas dos adjectivos, temos de distinguir duas situações: (i) por um lado, a dos adjectivos que se constroem com factiva e/ou completa sujeito e a dos adjectivos simétricos; (ii) e, por outro, a dos adjectivos que aceitam factiva e/ou completa objecto.

Em relação aos primeiros, verifica-se que a quase totalidade deles apenas aceita ser e não estar (cf., respectivamente, a Tábua 1 e as Tábuas 8,9,10 e 11). Além disso, tais verbos são aceitáveis, por motivos óbvios, na terceira pessoa do singular.

Quanto aos segundos, a distribuição de ser e de estar é mais equilibrada (cf. as Tábuas 2,3,4,5,6 e 7). Neste caso todas as pessoas gramaticais são admissíveis, embora os testes de aceitabilidade efectuados contemplem mais a terceira do singular ou do plural.

Uma primeira questão que se levanta a propósito das construções completivas e/ou factivas dos adjectivos predicativos é se os factores intervenientes na compatibilidade dos auxiliares copulativos ser e estar com tais adjectivos, factores esses que foram parcialmente analisados atrás, se mantêm também neste caso. Uma segunda questão que se põe, em parte relacionada com a anterior, diz respeito, por um lado, ao desequilíbrio na distribuição dos dois verbos ser e estar no caso dos adjectivos com completiva e/ou factiva sujeito e simétricos e, por outro, ao relativo equilíbrio de tal distribuição no caso dos adjectivos com completiva e/ou factiva objecto. Uma terceira questão que poderíamos suscitar relacionar-se-ia com a compatibilidade ou concordância de tempos entre a completiva e/ou factiva do adjectivo e o respectivo auxiliar copulativo, mas tal questão já foi tratada nas duas subsecções anteriores.

Analisemos, por conseguinte, as duas primeiras questões, que, também neste caso, terão de ser respondidas em conjunto. Ape-

nas distinguirei, por um lado, as construções completivas e/ou factivas sujeito e simétricas e, por outro, as construções completivas e/ou factivas objecto. Começemos, pois, pelas primeiras, de que apresento, entre outros, os seguintes exemplos:

(9) a. (E + * está) (E + sempre + por enquanto) (atroz + duro + feio + iníquo + normal + usual + ...) que certas (pessoas + árvores) tolerem parasitas.

b. (E + * está) (E + sempre + por enquanto) (aflitivo + compreensível + lastimável + nefando + ...) (E + o facto de) que certas (pessoas + árvores) tolerem parasitas.

(10) a. (E + está) (E + ?sempre + por enquanto) (claro + patente + ...) que certas (pessoas + árvores) toleram parasitas.

b. (*E + está) (E + ?sempre + por enquanto) (explícito + implícito) que certas (pessoas + árvores) toleram parasitas.

(11) a. (E + o facto de) que estas (pessoas + árvores) tolerem parasitas (E + * está) (E + sempre + por enquanto) (análogo + equivalente + preferível + ...) a (E + facto de) que aquelas (pessoas + árvores) não recebam a luz do Sol.

b. Que o Governo seja substituído (*E + está) (E + ?sempre + por enquanto) (dependente + pendente) de que os partidos cheguem a acordo.

Para analisarmos as incompatibilidades dos auxiliares copulativos ser e estar nos exemplos dados teremos de ver se elas dependem da natureza sintáctico-semântica dos adjectivos intervenientes, das completivas e factivas, ou de ambos os factores, ou ainda de quaisquer outras circunstâncias.

Já vimos nas subsecções anteriores que tanto as completivas Que-F como, as factivas O facto de que-F são equiparáveis a substantivos /não humanos/ ou, mais precisamente, /não animados/, qualquer que seja o conteúdo dumas e doutras. Por isso elas podem sempre ser substituídas por um pronome neutro como isto, isso, aquilo. Todavia, ao operarmos uma tal substituição, deparamos com diferenças de compatibilidade entre estes pronomes e os auxiliares copulativos, como se pode ver a seguir.

(12) a. (cf.9a). Isso é (E + sempre + por enquanto) (atroz + + duro + feio + iníquo + normal + usual).

b. (cf.ainda 9a). Isso está (E + sempre + por enquanto)
(? *atroz + duro + feio + *iníquo + normal + *usual).

(13) a. (cf.9b). Aquilo é (E + sempre + por enquanto) (aflitivo + compreensível + lastimável + nefando).

b. (cf.ainda 9b). Aquilo está (E + sempre + por enquanto)
to) (?aflitivo + compreensível + lastimável + ? * nefando).

Enfim, se continuássemos a aplicar o mesmo teste aos outros exemplos de (10) e (11), obteríamos resultados semelhantes.

Ora, (12) e (13) mostram-nos que as completivas e factivas não

são exactamente equivalentes aos pronomes isto, isso, aquilo, já que estes revelam diferenças de compatibilidade com ser e estar, relativamente aos mesmos adjectivos. Ou seja, tais pronomes aceitam estar com certos adjectivos, ao contrário do que sucede com aquelas construções subordinadas. Donde parece termos de concluir que a aceitação de ser pelas construções adjectivais com completiva ou factiva sujeito é uma característica específica das próprias completivas ou factivas e não tanto dos adjectivos em causa. Pelo contrário, quando tais completivas ou factivas aceitam estar, isso depende não tanto destas, mas sobretudo da natureza semântica do adjectivo. É este o caso, por exemplo, dos adjectivos claro, explícito, dependente (cf., respectivamente, (10a,b) e (11b)).

Um argumento a favor desta análise é-nos fornecido, nestes casos, pela difícil compatibilidade entre estar e o modificador adverbial sempre. Quando, porém, o SN sujeito dos predicados adjectivais é uma completiva ou factiva, os dois modificadores adverbiais sempre e por enquanto são sempre aceitáveis, quer com ser, quer com estar. Este aspecto parece revelar que a questão da inerência ou não inerência da qualidade ou característica susceptível de ser expressa pelos adjectivos em causa não se põe em tais circunstâncias.

Além disso, um grande número destes adjectivos contém um acentuado valor modal (cf., por exemplo, os terminados em - vel).

Analisemos agora as compatibilidades de ser e estar com

os adjectivos que se constroem com completiva objecto. Para isso observemos alguns exemplos:

- (14) a. Essas (pessoas + formigas) (são + *estão) (E + sempre + por enquanto) (amigas de + destras em + parcimoniosas em + ...) guardar cereais.
- b. (O Júlio + o tempo) (é + *está) (E + sempre + por enquanto) (adverso + hostil + ...) a que se derrubem arvores.
- (15) a. (O Júlio + ?o gato + ?o jardim) (*é + está) (E + sempre + por enquanto) (ansioso + ávido + desejoso + sedento + ...) de que chova.
- b. (O Júlio + ?o gato + ?*o jardim) (*é + está) (E + sempre + por enquanto) (apto + pronto + ...) a absorver a água.

Em exemplos como (14) e (15), tanto ser como estar são compatíveis com qualquer dos dois modificadores adverbiais sempre e por enquanto. Por outro lado, a selecção do SN sujeito (N_{hum} em (15) e N_{hum} ou N_{-hum} em (14)) parece depender apenas da natureza semântica dos adjectivos em causa e não do auxiliar copulativo.

A selecção de ser e estar nas construções em causa parece em grande parte relacionar-se com o valor activo ou não activo dos adjectivos em questão. (v., a propósito, a subsecção 4.4.2. iii do Capítulo I).

De facto, parece verificar-se que adjectivos como os de (14), isto é, compatíveis com ser, aceitam melhor e com mais frequência os testes que permitem definir os adjectivos activos

(cf.: seja (assíduo + benévolo + carinhoso + ...); ele está a ser (assíduo + benévolo + carinhoso + ...); etc.).

Adjectivos como os de (15) parecem rejeitar com mais frequência esses mesmos testes ou, pelo menos, alguns deles

(cf.: *esteja (ansioso + duvidoso + perplexo + ...); *ele está a ser (ansioso + duvidoso + perplexo + ...); etc.).

Todavia, só uma fundamentação estatística, baseada na aplicação de todos os testes definidos na subsecção 4.4.2. iii do Capítulo I a todos os adjectivos em causa nos permitiria chegar a uma conclusão mais segura. Tal tarefa não é, porém, susceptível de ser realizada no âmbito deste trabalho, dada a sua extensão.

E, por último, façamos uma breve referência às possíveis compatibilidades das construções completivas adjectivais com alguns auxiliares pseudo-copulativos.

Assim, nas construções completivas sujeito e simétricas, compatíveis na sua quase totalidade com o verbo ser, é possível comutar este auxiliar copulativo com os pseudo-copulativos tornar-se, continuar, permanecer, por exemplo:

(16) a. (cf.9a). (Torna-se + continua + permanece) (atroz + duro + feio + iníquo + normal + usual + ...) que certas (pessoas + árvores) tolerem parasitas.

b. (cf.9b). (Torna-se + continua + permanece) (aflictivo + compreensível + lastimável + nefando + ...) (E + o facto de) que certas (pessoas + árvores) tolerem parasitas.

Se continuássemos a aplicar o mesmo teste aos exemplos de (10) e (11), obteríamos resultados igualmente aceitáveis.

Nas mesmas construções mencionadas, um verbo pseudo-copulativo como ficar já estaria, porém, mais sujeito a restrições (cf.: Fica feio que-F, *Fica iníquo que-F, etc.).

Também nas completivas objecto é possível comutar quer o verbo ser, quer o verbo estar com os pseudo-copulativos tornar-se, continuar, permanecer:

(17) a. (cf.14a). Essas pessoas + formigas) (tornam-se + continuam + permanecem) (amigas de + destras em + parciais em + ...) guardar cereais.

b. (cf.15a). (O Júlio + ?o gato + ?*o jardim) (torna-se + continua + permanece) (ansioso + ávido + desejoso + sedento + ...) de que chova.

Também nos exemplos de (14b) e (15b) aqueles mesmos verbos são igualmente aceitáveis. Se procurássemos, porém, inserir ficar nos exemplos em causa, verificaríamos que este verbo seria aceite quer nas construções com ser, quer nas que contêm estar (cf.: Essas pessoas ficam amigas de V_{-inf}, O Júlio fica ansioso de que-F, etc.).

Verifica-se assim que o estudo da distribuição dos auxiliares pseudo-copulativos é, de um modo geral, menos interessante, dada a sua regularidade, do que a dos verbos copulativos ser e estar. Esta foi a razão fundamental por que não inseri os auxiliares pseudo-copulativos nas Tábuas léxico-sintácticas.

Efectivamente, tal inclusão iria sobrecarregar excessivamente as Tábuas e de forma bastante gratuita, pois não nos permitiria obter grandes resultados.

2.5. Prefixo negativo (Pfx neg)

Um grande número de adjectivos predicativos que se constroem com completiva aceitam um prefixo negativo, geralmente in- (cf. inaceitável, incoerente, indefensável, inequívoco, injusto, ilógico, imoral, impaciente, impopular, insensato, intolerável, inútil, invisível, etc.) e des- (cf. desagradável, descontente, desgostoso, desigual, desnecessário, desorientador, desvantajoso, etc.). Um prefixo que se deve aproximar de in- e des- é a- (cf. agramatical, alógico, amoral, apolítico, etc.), o qual apesar de ter o valor semântico de privação (e não propriamente de negação), apresenta comportamento sintáctico semelhante ao daqueles.

O problema que se põe em relação a estes casos, ao elaborarmos as Tâbuas léxico-sintácticas, é se devemos admitir duas entradas lexicais, uma para o adjectivo sem prefixo e outra para o adjectivo com prefixo, como é tradicional entre os lexicógrafos, ou se, pelo contrário, se torna mais correcto propor apenas uma única entrada, considerando-se neste caso o prefixo negativo como uma propriedade distribucional da forma de base (positiva) do adjectivo.

Se optarmos pela solução de admitirmos, em tais casos, apenas uma entrada lexical, poderemos no entanto interrogar-nos se não devemos adoptar critério semelhante quanto a outros prefixos compatíveis com as formas de base

dos adjectivos, tais como anti- (cf. antiartístico, anticívico, antidesportivo, antifilosófico, antigovernamental, anti-histórico, antinatural, antipopular, anti-social, etc.), hiper- (cf. hipersensível), super- (cf. superelegante, super-excitante, super-humano), ultra- (cf. ultra-humano, ultraliberal, ultramoderno, ultra-romântico, etc.), etc..

É, pois, destes problemas que vou tratar a seguir.

Em relação aos adjectivos com prefixo negativo, três situações se podem verificar: (i) tais adjectivos apresentam as mesmas propriedades sintácticas das formas de base positivas ; (ii) tais adjectivos não possuem as mesmas propriedades das formas de base; (iii) só os adjectivos com prefixo negativo, ao contrário das formas de base positivas, aceitam construções completivas.

Como é óbvio, apenas no primeiro caso, é que parece justificar-se que tanto a forma de base positiva como a forma com prefixo negativo sejam introduzidas nas Tâbuas sintácticas através de uma única entrada lexical, registando-se neste caso o prefixo negativo como uma propriedade da forma de base. No segundo caso, apesar da relação morfológica, estamos em presença de dois itens diferentes, motivo por que cada um deles deve ter a sua entrada lexical própria. No terceiro caso, só a forma adjectival com prefixo negativo será registada, já que a forma positiva não cabe no âmbito deste trabalho; mas, mesmo que tal forma coubesse, ela deveria ter, de qualquer modo, uma entrada diferente, visto que pelo menos uma das suas propriedades sintácticas (não aceitação de completiva) a distingue da

forma adjectival negativa correspondente.

Analisemos, pois, alguns exemplos ilustrativos das três situações mencionadas. Começemos, v.g., pelos adjectivos aceitável e inaceitável, que admitem ambos completiva su jeito:

- (1) a. (E + *o facto de) que o Júlio fique em casa... é
(aceitável + inaceitável).
- b. É (aceitável + inaceitável) (E + * o facto de)
que o Júlio fique em casa.
- c. É (aceitável + inaceitável) o Júlio ficar em ca-
sa.
- d. (Aceitável + inaceitável) é que o Júlio fique em
casa.
- e. O Júlio é (aceitável + inaceitável) que fique em
casa.

Como se vê, tanto aceitável como a correspondente forma com prefixo negativo (inaceitável) admitem as propriedades sintácticas assinaladas em (1) e registadas na Tábua 1p. Se continuássemos a análise, testando as outras propriedades registadas naquela tábua, verificaríamos que o comportamento sintáctico das duas formas se manteria idêntico. Por tal motivo justifica-se plenamente que as duas formas tenham uma única entrada lexical na referida tábua, tomando-se como base a forma positiva e encarando o prefixo negativo como uma propriedade desta.

Repare-se que certas diferenças de comportamento das duas formas em relação às construções verbais correspon-

dentes, também registadas na Tábua 1p, são mais aparentes do que reais, motivo por que não podem invalidar a conclusão a que chegámos. Assim, vejamos:

- (2) a. Pode ser aceite que o Júlio fique em casa.
 b. (Pode aceitar-se + aceita-se) que o Júlio fique em casa.
- (3) a. *Pode ser inaceite que o Júlio fique em casa.
 b. *(Pode inaceitar-se + inaceita-se) que o Júlio fique em casa.
- (4) a. Não pode ser aceite que o Júlio fique em casa.
 b. (Não pode aceitar-se + não se aceita) que o Júlio fique em casa.

Estes exemplos mostram-nos que a relativa equivalência sintáctico-semântica entre é aceitável, por um lado, e (pode ser aceite + pode aceitar-se + aceita-se), por outro, não encontra correspondência entre é inaceitável e (*pode ser inaceite + *pode inaceitar-se + *inaceita-se), pois a forma inaceitar não está atestada. Todavia, àquela equivalência corresponde a relação é inaceitável ↔ (não pode ser aceite + não pode aceitar-se + não se aceita), na qual o prefixo in- é substituído pelo modificador sinónimo não, como no-lo provam as seguintes equivalências:

- (5) a. Não é aceitável = É inaceitável.
 b. Não é inaceitável = É aceitável.

Mais ainda, o advérbio de negação não, quando inserido antes de certos adjectivos que aceitam completiva no indicativo obri-

ga à substituição deste modo pelo conjuntivo, como veremos em pormenor na subsecção 3.3. do presente capítulo. Ora o prefixo in- provoca o mesmo resultado, conforme se pode verificar a seguir:

- (6) a. É certo¹ que o presidente (vem + *venha).
 b. Não é certo¹ que o presidente (*vem + venha).
 c. É incerto que o presidente (*vem + venha).

Apesar da equivalência existente entre não e in-, no que respeita à indução do conjuntivo na completiva, no caso de certo¹ e incerto registarei porém, duas entradas lexicais, pois certo¹ e incerto admitem, respectivamente, Que-F_{ind} e Que-F_{conj} como propriedades distribucionais, ao passo que a indução do conjuntivo por meio do modificador não é obtida por via transformacional. De outro modo, teríamos de considerar também não como uma espécie de prefixo negativo, o que não se verifica nem morfológica nem sintacticamente.

Voltando, porém, às relações de equivalência entre construções adjectivais e verbais, assinaladas atrás, em (2), (3) e (4), a propósito de uma possível diferença de comportamento sintáctico, neste aspecto, entre aceitável e inaceitável, convém ainda ter presente um outro factor que funciona como argumento contra tal diferença. O item aceitável é morfológicamente derivado do verbo aceitar. Aliás, as construções assinaladas em (2) parecem demonstrar que a derivação sintáctica do adjectivo a partir do verbo também é possível. Inaceitável, por sua vez, é um

derivado morfológico de aceitável, mediante o acrescentamento do prefixo negativo in-. Quando, porém, temos verbos com forma positiva e forma negativa prefixal, ou o processo de derivação morfológica é autônomo (cf.: compor, descompor; habitar, inabitar; etc.), ou então ele parece ser inverso do que acima referia (cf.: válido → validar; inválido → invalidar; hábil → habilitar, inábil → inabilitar; útil → utilizar; inútil → inutilizar; etc.). Um tal assunto necessitaria, todavia, de uma investigação aprofundada, que não cabe nos limites deste trabalho.

Por outro lado, as relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais não são ainda suficientemente conhecidas, motivo por que não podem ser encaradas como propriedades distintivas quanto ao comportamento sintáctico de adjectivos como aceitável e inaceitável.

Também o adjectivo capaz¹, por exemplo, e a correspondente forma negativa prefixal (incapaz), que se constroem com completa objecto, apresentam idêntico comportamento sintáctico:

- (7) a. *O Júlio é (capaz¹ + incapaz) de que (ele + eu) transporte esses livros.
- b. *O Júlio é (capaz¹ + incapaz) de (ele + eu) transportar esses livros.
- c. O Júlio é (capaz¹ + incapaz) de transportar esses livros.
- d. De transportar esses livros (E + é que) o Júlio é (capaz¹ + incapaz).

- (8) a. *O Júlio está (capaz¹ + incapaz) de que (ele + eu) transporte esses livros.
- b. *O Júlio está (capaz¹ + incapaz) de (ele + eu) transportar esses livros.
- c. O Júlio está (capaz¹ + incapaz) de transportar esses livros.
- d. De transportar esses livros (E + é que) o Júlio está (capaz¹ + incapaz).

Como se verifica, capaz¹ e incapaz revelam as mesmas propriedades sintácticas (aceitação de ser e estar, completiva infinitiva com sujeito co-referente, apagado, do da frase subordinada, topicalização da infinitiva, com ou sem inserção de é que). Por tal motivo, os dois itens terão uma única entrada na Tábua 3, subordinada ao lema capaz¹, constituindo o prefixo in- uma propriedade deste.

Note-se, contudo, que, a par do item capaz¹ (o qual implica capacidade), existe, pelo menos, um outro homónimo, ou seja, capaz² (cujo significado é o de probabilidade, que terá uma outra entrada na Tábua 3, já que as suas propriedades sintácticas não coincidem com as daquele (cf., por exemplo: O Verão (é + * está) (E + *in) capaz² de vir quente). O Item capaz² não aceita, pois, nem o prefixo in-, nem o verbo estar. No exemplo dado, N_O é N_{-hum}. Todavia, capaz² também admite N_O=N_{hum} (cf. O Júlio é capaz² de chegar amanhã). Aliás, construções como esta última, em que N_O=N_{hum}, tornam-se ambíguas, já que o adjectivo capaz é susceptível de ser interpretado com o sentido de capacidade ou de possibilidade. Um exemplo típico do emprego de

capaz² dá-se com verbos meteorológicos (cf. É capaz de chover; *Está capaz de chover; *É incapaz de chover; Ele é capaz de chover).

Como construções deste tipo não têm sujeito, pelo menos ao nível da estrutura de superfície, em determinados níveis de língua (popular, familiar) tal função gramatical pode ser preenchida pelo pronome vazio ele. Veja-se, no entanto, a propósito dos itens capaz^{1,2}, em geral, a subsecção 3. do Capítulo IV, onde é justificada a necessidade de se admitir um outro homónimo, capaz³ (v. Tábua 3).

Outro exemplo das situações atrás referidas é-nos fornecido pelos itens gostoso e desgostoso:

- (9) a. Muitas pessoas estão (*gostasas + desgostasas) de que não haja festa.
 b. Muitas pessoas estão (*gostasas + desgostasas) de não haver festa.
- (10) a. (E + o facto de) que tais festas se realizem é (gostoso + desgostoso) (E + para nós).
 b. É (gostoso + desgostoso) (E + para nós) (E + o facto de) que tais festas se realizem.
 c. É (gostoso + desgostoso) (E + para nós) (E + o facto de) tais festas se realizarem.

Desta análise, apesar de ser susceptível de mais aprofundamento, podemos no entanto concluir que desgostoso aceita completa objecto, regida da preposição de, ao passo que gostoso não aceita tal construção. Onde, só desgostoso terá entrada na Tábua 3, ao passo que gostoso não. Todavia, conforme nos

mostra a exemplificação de (11), tanto gostoso como desgostoso aceitam completiva e factiva sujeito, assim como as propriedades sintácticas inerentes, motivo por que seríamos levados a incluir os dois itens numa única entrada na Tábua 1, subordinada ao lema gostoso, constituindo o prefixo des- uma propriedade deste. Se aprofundarmos, todavia, a análise, verificamos que tais itens diferem pelo menos na seguinte propriedade, que analiso na subsecção 3.6. do presente capítulo:

(11) a. Este vinho é gostoso de beber.

b. *Este vinho é desgostoso de beber.

Por este motivo teremos de abrir duas entradas e não uma na Tábua 1.

E, por último, analisemos exemplos exclusivamente ilustrativos da situação (iii), atrás referida, i.e., a de adjectivos que só aceitam construções completivas com o prefixo negativo. São exemplos desta situação os itens amoral e apolítico, atrás mencionados ou seja, com prefixo privativo a- (v., a propósito, a secção 4.5.1. do Capítulo I, sobre a distinção entre adjectivos predicativos e não predicativos). Outros exemplos da mesma situação são ainda imoral, impolítico, desorientador, etc.

Observemos então o comportamento sintáctico destes três últimos adjectivos, assim como o de amoral e apolítico, por exemplo, em confronto com o das correspondentes formas sem prefixo negativo:

(12) a. Que a oposição derrube o governo é (*moral+imo-

ral + ?amoral + *político + impolítico + ?apolítico + * orientador + desorientador) neste momento.

b. É (*moral + imoral + ?amoral + *político + impolítico + ?apolítico + * orientador + desorientador) neste momento que a oposição derrube o governo.

c. É (*moral + imoral + ?amoral + *político + impolítico + ?apolítico + *orientador + desorientador) neste momento a oposição derrubar o governo.

Como se vê, os adjectivos moral, político e orientador, não aceitam completiva sujeito, ao passo que as correspondentes formas negativas aceitam tal construção. De entre estas têm mais aceitabilidade ainda as formas com in- do que com a-, sem dúvida pelas razões expostas na secção 4.5.1. do Capítulo I e não tanto por motivos do contexto linguístico de (12). Sendo assim, só os mencionados adjectivos com prefixo negativo (incluindo, apesar de tudo, as formas com a- privativo) terão entrada na Tábua 1.

Uma análise como a que acabo de exemplificar permitir-nos-á, pois, distribuir pelas três situações referidas os adjectivos com prefixo negativo, quando susceptíveis de admitirem construções completivas. As Tábuas léxico-sintácticas porão em evidência tal distribuição.

Resta-nos agora resolver a outra questão mencionada no início desta subsecção, ou seja, que fazer relativamente aos adjectivos com prefixos do tipo anti-, hiper-, super-, ultra-, etc.), tendo em conta o critério definido para o caso do prefixo negativo.

A priori parece admissível adoptarmos para aqueles prefixos, que expressam aproximadamente uma noção de grau, com excepção de anti-, o mesmo critério exposto em relação ao prefixo negativo. Efectivamente, de um modo geral, o comportamento sintáctico da forma adjectival de base parece idêntico ao da forma com prefixo de grau, como poderemos ver através de alguns exemplos:

- (13) a. É (E + hiper- + ultra-) sensível que esse governo está em dificuldades).
 b. Esse governo é (E + hiper- + ultra-) sensível a que o critiquem.
- (14) a. É (E + anti) (lógico + natural) que uma tal floresta seja derrubada.
 b. É (E + anti) (lógico + natural) derrubar uma tal floresta.

Os prefixos hiper-, ultra- e anti-, como aliás hipo-, super-, etc., não parecem alterar o comportamento sintáctico das formas de base adjectivais como se vê parcialmente em (13) e (14).

Neste sentido, seria lógico considerarmos tais prefixos como propriedades distribucionais das formas de base dos adjectivos, à semelhança do que fizemos para o prefixo negativo. Todavia, há uma diferença importante entre os dois processos.

Enquanto o processo que envolve o prefixo negativo, é extremamente produtivo, o outro não o é (com excepção de

anti-). A maior parte das formas adjectivais que aceitam prefixos de grau, como aliás outras formas com tais prefixos , pertencem a um nível de língua erudita, ou então sofisticada, por efeitos de moda linguística (cf., por exemplo, a linguagem da publicidade), tornando-se por vezes extremamente difícil verificar se determinado adjectivo aceita ou não determinado prefixo daquele tipo. Esta a razão fundamental por que nas Tábuas lexico-sintácticas registei em entrada separada as formas adjectivais com aqueles prefixos, sempre que eram atestadas pelos dicionários que utilizei. Uma outra razão que me levou a proceder deste modo é de natureza teórico-metodológica. Tornar-se-ia extremamente difícil delimitar a selecção dos prefixos a incluir como propriedades das formas de base adjectivais. Mas ainda que fosse possível fazer tal selecção, como justificar a não adopção do mesmo critério para os sufixos adjectivais?

Ora, o estudo dos processos de derivação morfo-sintáctica não avançou ainda o suficiente para podermos operar em bases seguras, relativamente à matéria em questão.

2.6. Complementos preposicionais

Já vimos (nomeadamente na subsecção 2.2. deste capítulo) que muitos adjectivos se podem construir com frase completiva objecto, regida de preposição. Tais frases são, pois, complementos preposicionais. Todavia, além da completiva (sujeito e/ou objecto), muitos adjectivos aceitam ainda complementos preposicio-

nais não frásicos, como, por exemplo:

- (1) a. É benéfico (a + para) o país que o governo reduza certas importações.
- b. Não é compatível com a nossa economia que se continuem a fazer tais despesas.
- c. É indigno do Júlio que ele tenha obtido esse resultado.
- (2) a. Esse adubo é aconselhável aos agricultores para aumentarem a produção.
- b. O Júlio é criticável pelos seus colegas de que não se esforçou suficientemente.
- c. O facto de terem surgido tais assaltos é comprovativo para a polícia de que existem tentativas de subversão.

Duas questões essenciais se levantam relativamente a tais complementos. A primeira é se (e quando) tais complementos dependem dos adjectivos, i.e., se se apresentam como complementos de adjectivo (A-Compl), ou se não funcionam antes como complementos de frase (F-Compl). Ou, por outras palavras, no primeiro caso tais complementos serão constituintes do sintagma adjectival, enquanto no segundo se apresentarão antes como constituintes de frase.

É evidente que esta questão, conforme já referi, nomeadamente, na subsecção 2.2. deste capítulo, assim como na subsecção 4.6.2. do Capítulo I (v. a nota 83), diz também respeito a certas construções completivas (e factivas), em relação às quais nos podemos perguntar se se

apresentam de facto como A-Compl ou se não funcionarão antes como F-Compl. Eis alguns exemplos:

- (3) a. Esses melhoramentos são aconselháveis para que a cidade progrida (= (12a), em I, 4.6.2.).
- b. Os passageiros estão prontos (a + para) (embarcar + embarcarem).
- c. Eles estão (alegres + contentes) (de + por) voltarem a ver a cidade.
- d. "Um homem, contudo, o filósofo Petrónio, era demasiado honesto para lisongear o imperador" (apud F.Fernandes, 1964:p.207).
- e. O Júlio é dinâmico a jogar futebol.

A segunda questão a que atrás aludia diz respeito às preposições que introduzem os complementos não frásicos dos adjectivos, assim como à especificidade de tais complementos.

Da primeira questão ocupar-me-ei na subsecção 2.6.1., a seguir, e da segunda, na subsecção 2.6.2..

2.6.1. Complementos de adjectivo e complementos de frase

Picabia (1970:pp. 47 e segs.) utiliza, fundamentalmente, dois critérios para distinguir os complementos de adjectivo dos complementos de frase. O primeiro é o da deslocação, i.e., se um dado complemento é susceptível de ser deslocado para o início da frase, por exemplo, então é F-Compl; no caso contrário, será A-Compl. O segundo critério, de certo modo complementar do primeiro, na medida em que permite alargá-lo, consiste em se

aceitarem como A-Compl "les compléments prépositionnels pouvant être sujet d'une complétive".

Vejamos, pois, como funciona o primeiro critério, através dos exemplos dados por Picabia, que faço acompanhar da respectiva tradução em português, a fim de notarmos as diferenças de comportamento sintático dos complementos em questão:

- (1) a. Jean est certain de venir.
(o João está certo de vir).
- b. Ce livre est utile pour résoudre le problème.
(Este livro é útil para resolver o problema).
- (2) a. *De venir, Jean est certain.
(De vir, o João está certo).
- b. Pour résoudre le problème, ce livre est utile.
(Para resolver o problema, este livro é útil).

De acordo com o primeiro critério, o complemento de venir, por não ser deslocável, é A-Compl, ao passo que o complemento pour résoudre le problème, uma vez que se pode deslocar, é F-Compl.

Constituem exemplos que ilustram a aplicação do segundo critério mencionado os seguintes:

- (3) a. Qu'il parte est vital pour Pierre.
(Que ele parta é vital para o Pedro).
- b. Qu'il prenne une telle décision est autoritaire pour Pierre.
(Que ele tome uma tal decisão é autoritário para o Pedro).

Nos dois casos, a completiva pode reduzir-se a uma frase infinitiva:

(4) a. (De) partir est vital pour Pierre.

(Partir é vital para o Pedro).

b. (De) prendre une telle décision est autoritaire pour Pierre.

(Tomar uma tal decisão é autoritário para o Pedro).

Após tal redução, parece que vital aceita um complemento em pour, pois Pierre é sujeito de partir. Em relação a autoritaire ficam-nos algumas dúvidas, que as construções seguintes permitem desfazer:

(5) a. Il est vital pour Pierre de s'en aller.

(É vital para o Pedro ir-se embora).

b. *Il est autoritaire pour Pierre de s'en aller.

(*É autoritário para o Pedro ir-se embora).

Recorrendo a um verbo pronominal intrínseco como s'en aller, verifica-se que autoritaire não aceita um complemento regido de pour, pois este não funciona como sujeito daquele verbo. Sendo assim, pour Pierre é neste caso F-Compl, enquanto no caso de vital é antes A-Compl.

A aplicação do primeiro critério enunciado, i.e., o da deslocação dos complementos, suscita, no entanto, diversos problemas em português (e creio que em francês também). Assim no exemplo português de (2a), a deslocação do complemento de vir (e, melhor ainda, de ter vindo) é aceitável com um valor enfático-contrastivo, posto em destaque a seguir, quer através da recuperação de uma possível frase apagada, quer pela possibi-

lidade de inserção de é que, ou ainda da formação de frase clivada (ou extracção com é...que):

- (6) a. De (vir + ter vindo) o João está certo, de outra coisa não.
 b. De (vir + ter vindo) é que o João está certo.
 c. É de (vir + ter vindo) que o João está certo.

Ora, o complemento deslocado de (2b) é analisável justamente com idêntico valor enfático-contrastivo:

- (7) a. Para resolver o problema, este livro é útil, para outra coisa não.
 b. Para resolver o problema é que este livro é útil.
 c. É para resolver o problema que este livro é útil.

Estes exemplos sugerem, de certo modo, que o teste de deslocação só permite distinguir os A-Compl dos F-Compl quando não introduz nenhuma alteração semântica do género daquela que mencionei. Todavia, nem sempre é fácil em tais casos, determinar se há ou não ênfase contrastiva, pois este valor semântico está de um modo geral associado à deslocação de constituintes da frase para a esquerda (ou topicalização; v., a propósito a subsecção 3.5. deste capítulo).

Em frases como (1b) é possível, contudo, aplicar o segundo critério de Picabia. De facto, pode-se inserir naquela frase um complemento não frásico do adjectivo, como no exemplo seguinte:

- (8) a. Este livro é útil ao Júlio para resolver o problema.

b. *Este livro é útil ao Júlio para nós resolvermos o problema.

A não aceitabilidade de (8b) mostra-nos que útil é compatível com dois complementos — um não frásico, regido de a e outro frásico, regido de para — desde que o N contido no primeiro seja co-referente do sujeito do segundo.

Donde concluímos que o complemento frásico regido de para também é A-Compl.

Mas existem outros argumentos que me levam a considerar os complementos frásicos regidos de para, do género do que surge em (8a), como A-Compl.

Assim, a preposição para, em tais contextos, não é equivalente à locução prepositiva a fim de, ao contrário do que parece.

A frase a fim de (que-F + F_{inf}) exprime, independentemente da natureza do adjectivo, a ideia de fim, sendo portanto combinável com qualquer adjectivo. A frase para (que-F + F_{inf}) só exprime a ideia de fim ou uma noção aproximada, em função da natureza sintáctico-semântica do adjectivo regente.

Um argumento que me parece confirmar esta distinção é-nos fornecido pela possibilidade de os adjectivos que aceitam para (que-F + F_{inf}) também admitirem simultaneamente, mas só em segundo lugar, a fim de (que-F + F_{inf}).

Ora, os adjectivos que, devido à sua natureza, não exigem o primeiro tipo de complemento, podem, todavia, aceitar opcionalmente um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo, a não ser ligados por coordenação, que é impossível no primeiro ca-

so. Eis alguns exemplos do primeiro tipo de adjectivos mencionados:

- (9) a. Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...) ao Júlio para (E + ele) resolver esse problema, a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado.
- b. *Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...) ao Júlio, a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado, para (E + ele) resolver esse problema.
- c. *Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...) ao Júlio para (E + ele) resolver esse problema e a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado.

Repare-se que se em (9) apagarmos o A-Compl não frásico ao Júlio, o resultado será paralelo:

- (10) a. Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...) para (E + ele + eu) resolver esse problema, a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado.
- b. *Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...), a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado, para (E + ele + eu) resolver esse problema.
- c. *Este livro é (útil + aproveitável + recomendável + ...) para (E + ele + eu) resolver esse problema e a fim de (E + ele + eu) ficar sossegado.

Eis outros exemplos semelhantes:

- (11) a. O Júlio está (apto + pronto + ...) para se apresentar a exame, a fim de entrar de férias.
- b. *O Júlio está (apto + pronto + ...) a fim de entrar de férias, para se apresentar a exame.
- c. *O Júlio está (apto + pronto + ...) para se apresentar a exame e a fim de entrar de férias.

Vejamos agora, que os adjectivos que não exigem complementos frásicos regidos de para, só aceitam simultaneamente os dois tipos de complementos em causa, se estes forem coordenados , sendo então indiferente a ordem:

- (12) a. *No seu trabalho, o Júlio é (cauteloso + prudente + + ...), para não provocar discussões, a fim de andar sossegado.
- b. No seu trabalho, o Júlio é (cauteloso + prudente+...), para não provocar discussões e a fim de andar sossegado.
- (13) a. *No seu trabalho, o Júlio é (cauteloso + prudente + + ...), a fim de andar sossegado, para não provocar discussões.
- b. No seu trabalho, o Júlio é (cauteloso + prudente+...), a fim de andar sossegado e para não provocar discussões.
- (14) a. *Essa casa é (airosa + espaçosa + ...), para interessar os inquilinos, a fim de se vender facilmente.
- b. Essa casa é (airosa + espaçosa + ...), para interessar os inquilinos e a fim de se vender facilmente.

(15) a. *Essa casa é (airosa + espaçosa + ...), a fim de se vender facilmente, para interessar os inquilinos.

b. Essa casa é (airosa + espaçosa + ...), a fim de se vender facilmente e para interessar os inquilinos.

Em suma, tendo em conta que em exemplos como os de (12) a (15):

- a justaposição dos complementos para-F_{inf} e a fim de F_{inf} é impossível (cf. as frases a);
- a coordenação de tais complementos é aceitável (cf. as frases b);
- a ordem dos complementos é, em qualquer dos casos, irrelevante;

concluimos que aqueles complementos são do mesmo tipo, i. e., F-Compl.

Pelo contrário, considerando que em exemplos como os de (9) a (11):

- a justaposição daqueles mesmos complementos é aceitável (cf. as frases a);
- a ordem dos complementos só pode ser para-F_{inf} - a fim de F_{inf} (cf. a não aceitabilidade das frases b);
- a coordenação destes complementos é impossível (cf. as frases c);

concluimos que tais complementos são de tipo diferente, sendo para-F_{inf} um A-Compl e a fim de F_{inf}, um F-Compl.

Outras diferenças entre estes dois tipos de complementos

poderiam ainda ser postas em destaque. Assim, quando num A-Compl do tipo para-F_{inf} substituimos a preposição para pela locução prepositiva a fim de, as restrições formais entre o adjectivo e o complemento modificam-se, sendo as mais importantes as seguintes:

- a pausa entre o adjectivo e o complemento torna-se obrigatória;
- o sujeito do complemento frásico já não tem que ser co-referente do N contido num eventual complemento preposicional não frásico, que seja compatível com o adjectivo;
- o complemento passa a aceitar sempre que-F e F_{inf}.

Donde concluimos que tal complemento frásico, devido à substituição de para pela loc. prep. a fim de, deixa de ser A-Compl para se tornar F-Compl.

Observemos as referidas modificações, retomando em parte os exemplos utilizados atrás com os adjectivos útil, aproveitável, recomendável, apto e pronto:

(16) a. Este livro é (útil + aproveitável + recomendável) ao Júlio (E + #) para (E + ele + *eu) resolver esse problema.

b. Este livro é (útil + aproveitável + recomendável) ao Júlio (*E + #) a fim de (E + ele + eu) resolver esse problema.

(17) a. O Júlio está (apto + pronto) para que se apresente a exame.

b. O Júlio está (apto + pronto), a fim de que se apresente a exame.

Certos complementos regidos de para, que aparecem em exemplos como o seguinte, tirado de F. Fernandes (1964) e já citado atrás (cf. (3d), no início de 2.6), levantam algumas dúvidas quanto à sua classificação:

- (18) "Um homem, contudo, o filósofo Petrônio, era demasiado honesto para lisongear o imperador".

F. Fernandes considera, neste caso, o complemento para -F_{inf} como complemento do adjetivo honesto.⁽¹³⁾

Todavia, em exemplos deste género, o complemento é correlativo do adv. demasiado. De facto, se apagarmos este advérbio, tal complemento muda radicalmente de significado, passando a prep. para a ter o sentido de a fim de ou com o fim de:

- (19) Um homem, contudo, o filósofo Petrônio, era honesto para (= a fim de ou com o fim de) lisongear o imperador.

Quer dizer, em (18) pressupõe-se que Petrônio, por ser demasiado honesto, não lisongeara o imperador. Em (19) admite-se antes que, ao ser honesto, ele tinha como objectivo lisongear o imperador. Em (19) o complemento é , pois, de acordo com os critérios atrás analisados, F-Compl.

Repare-se que, aparentemente, demasiado, em (19), pode ser substituído por outros advérbios congêneres, como bastante e suficientemente, mas neste caso aquela diferença de significado já não é tão perceptível.

Por outro lado, se antes do infinitivo, em (18), inserís

semos o adv. não, o significado do complemento passaria a ser ambíguo, i.e., afirmativo ou negativo.

Quer num caso, quer noutro, a prep. para passa a ter o mesmo valor que tem em (19), o que nos leva a pensar que o complemento seria então F-Compl.

Ora, o tipo de correlação demasiado Adj para-F_{inf} é mais extensível aos adjectivos do tipo cauteloso, prudente, airoso, espaçoso, etc., e não tanto aos do género de útil, aproveitável, recomendável, apto, pronto, etc.:

(20) a. No seu trabalho o Júlio é demasiado (cauteloso + prudente) para provocar discussões.

b. Essa casa é demasiado (airosa + espaçosa) para interessar os inquilinos.

(21) a. ?*Este livro é demasiado (útil + aproveitável + recomendável) para resolver esse problema. (14)

b. ?*O Júlio está demasiado (apto + pronto) para se apresentar a exame. (14)

Perante tais factos, parece, pois, que devemos concluir que o complemento para-F_{inf} na correlação demasiado Adj para F_{-inf} é mais um complemento de frase que do adjectivo.

Há, todavia, outro factor que me leva a não incluir nas Tábuas este tipo de correlação, que talvez deva ser estudada no âmbito das realizações do grau dos adjectivos. É que tal correlação se encontra também com adjectivos que não aceitam construção completiva. Assim, por exemplo:

- (22) a. *O Júlio é (alto + gordo) para caber naquela porta.
 b. O Júlio é demasiado (alto + gordo) para caber naquela porta.

Além dos critérios já mencionados para distinguir os A-Compl dos F-Compl, outros se podem utilizar em certos casos. Um deles é o modo verbal da completiva. Assim, por exemplo:

- (23) a. As crianças estão (ansiosas + impacientes +...),
 porque os pais regressam hoje.
 b. As crianças estão (ansiosas + impacientes +...),
 por que os pais regressem hoje.

Em (23a) a subordinada, com o verbo no indicativo, é F-Compl; o subordinador causal porque é substituível pelos sinónimos pois que, visto que.

Em (23a) a subordinada, com o verbo no conjuntivo, é A-Compl e, portanto, completiva; por é uma preposição, substituível por de no caso do adj. ansioso (cf. As crianças estão ansiosas de que os pais regressem hoje).

É claro que em (23a) a pausa entre o Adj e a causal é admissível, assim como a deslocação desta para o início ou meio da frase; em (23b) nem a pausa, nem a deslocação se tornam possíveis.

Além disso, só a causal é redutível a uma frase infinitiva, pois a completiva, se o fosse, perderia o seu significado como tal (v. adiante a subsecção 3.1.2.):

- (24) As crianças estão (ansiosas + impacientes) por os pais saírem hoje (Ξ 23a).

No caso de, em construções como (23), os sujeitos da frase subordinante e da subordinada serem co-referentes, a causal porque-F é admitida, mas a completiva por que-F não o é; por outro lado, ambas as construções são aceites com frase infinitiva, embora neste caso seja obrigatório o infinito flexionado na causal:

- (25) a. As crianças estão (ansiosas + impacientes) porque (E + + elas) partem para a Grécia.
 b. As crianças_i estão (ansiosas + impacientes) por (E + + *elas_i) (*partir + partirem) para a Grécia.
- (26) a. *As crianças_i estão (ansiosas + impacientes) por que (E + elas_i) partam para a Grécia.
 b. As crianças_i estão (ansiosas + impacientes) por (E + + *elas_i) (partir + partirem) para a Grécia.

A impossibilidade de (26a) é explicável por os adjectivos exprimirem manifestação de vontade ou desejo (cf. a inaceitabilidade de *eu quero que eu SV, *eu desejo que eu SV, etc.).

Se aplicarmos os critérios acabados de enunciar a exemplos como os de (3) no início da subsecção 2.6., verificamos, pois, que tanto em (3a), como em (3b), os complementos sublinhados, respectivamente para que-F e (a + para) F_{inf}, são A-Compl.

O caso de (3c) tem de ser analisado à luz dos fenómenos que acabo de apontar a propósito dos adjectivos ansioso e impaciente.

Vejamos, pois:

- (27) a. Eles estão (alegres + contentes) porque os aviões voltam hoje.
 b. * Eles estão (alegres + contentes) por que os aviões voltem hoje.
 c. Eles estão (alegres + contentes) por os aviões voltarem hoje (= 27a).
- (28) a. Eles_i estão (alegres + contentes) porque (E + *eles_i) voltam a ver a cidade.
 b. Eles_i estão (alegres + contentes) por (E + *eles_i) (*voltar + voltarem) a ver a cidade.
- (29) a. *Eles_i estão (alegres + contentes) por que (E + eles_i) voltem a ver a cidade.
 b. *Eles_i estão (alegres + contentes) por (E + eles_i) (voltar + voltarem) a ver a cidade.

Em consequência desta análise, que nos mostra que alegre e contente não aceitam completiva regida de por, mesmo com sujeitos não co-referentes, nem completiva no infinitivo, o que é perfeitamente compreensível, pois não exprimem vontade ou desejo, temos de considerar o complemento (de + por) F_{inf}, em (3c), como F-Compl. De facto, tal complemento é uma frase causal, deslocável sem provocar ênfase contrastiva evidente, podendo as preposições de e por ser substituídas pela loc. prep. em consequência de ou por causa de.

Todavia, há contextos semelhantes aos anteriores, em que

adjectivos como alegre, contente, radiante, etc., aceitam completiva de que-F_{conj}, assim como a frase infinitiva correspondente:

- (30) a. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes +
+ ...) de que tudo tenha corrido bem.
b. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes +
+ ...) de tudo ter corrido bem.

A prep. de não tem, nestes casos, qualquer valor causal, como em (3c), no início da subsecção 2.6.. De facto, enquanto ali de e por são comutáveis, com o mesmo valor semântico, em (30a) tal comutação é impossível e em (30b) só é possível, se a infinitiva for assumida como causal, à semelhança de (27a).

- (31) a. *Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes +
+ ...) por que tudo tenha corrido bem.
b. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes +
+ ...) por tudo ter corrido bem (cf. 27a).

Em (31b) a infinitiva não é, portanto, A-Compl.

Assinale-se que em (30) é aceitável a inserção da sequência com o facto, tanto antes da completiva como da infinitiva:

- (32) a. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) com
o facto de que tudo tenha corrido bem.
b. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) com
o facto de tudo ter corrido bem.

O que parece curioso, neste caso, é que se quiséssemos derivar (30) de (32), dada a sua equivalência morfo-semântica, teríamos de postular uma regra que apagasse a sequência com o

facto, e não o facto de, ao contrário do que já assina-
lei como normal (cf. a inaceitabilidade de *Os rapazes
estão alegres com que tudo tenha corrido bem, etc.).

Outro aspecto interessante destas construções é que
tanto (30) como (32) são mais aceitáveis com o tempo da
completiva e da infinitiva no pretérito do que no presen
te:

- (33) a. ?Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de que tudo corra bem.
b. ?Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de tudo correr bem.

Em (33) o presente da completiva e da infinitiva só se
torna aceitável, não com a interpretação de futuro que
lhe está normalmente associada, mas sim com a ideia de
acção já em decurso, conforme se pode ver pela paráfra-
se com estar a + inf.:

- (34) a. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de que tudo esteja a correr bem.
b. Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de tudo estar a correr bem.

A inserção da ideia de futuro na completiva e infiniti-
va seria de qualquer modo inaceitável:

- (35) a. *Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de que tudo (venha a correr bem + corra bem ama-
nhã).
b. *Os rapazes estão (alegres + contentes + radiantes) de tudo (vir a correr bem + correr bem
amanhã).

Em (35b) a perífrase vir a correr seria aceitável, se a forma vir fosse interpretada com o sentido de ter vindo.

Ora, é por uma questão de tempo que, em frases como Eles estão (alegres + contentes) de voltarem a ver a cidade (cf. (3c) no início de 2.6.), a infinitiva sô é interpretável com valor causal, como já vimos.

De facto, a perífrase voltar a ver sô é analisável com o valor de futuro e não de presente em decurso.

Voltando agora à série de exemplos apresentados em (3), no início da subsecção 2.6., notamos que nos falta apenas analisar a natureza do complemento a-F_{inf} em casos como (3e), i. e., O Júlio é dinâmico a jogar futebol.

A este exemplo poderíamos acrescentar outros semelhantes, tais como:

- (36) a. Esses alunos são (eficientes + meticolosos + ...) a (arrumar + arrumarem) os livros.
- b. Essas pessoas estão (alegres + contentes + tristes + ...) a (presenciar + presenciarem) o espectáculo.
- c. Esses rapazes são (austeros + efusivos + ...) a (cumprimentar + cumprimentarem) os colegas.
- d. Certos conselhos de gestão são (condescendentes + exigentes + maçadores + ...) a (dirigir + dirigirem) as respectivas escolas.

Intuitivamente sentimos uma certa relação de dependência entre o adjectivo e o complemento a-F_{inf} em casos como (3e) ou (36).

Tal intuição poderia ser posta em destaque através das paráfrases seguintes:

- (37) a. O Júlio joga futebol dinamicamente.
 b. Esses alunos arrumam os livros (efecientemente +
 + meticulosamente).
 c. Essas pessoas presenciam o espectáculo com (ale-
 gria + contentamento + tristeza).
 etc.

Note-se que nestas paráfrases a relação sintáctico-semântica existente entre o sintagma verbal e o advérbio de modo é a mesma que em (3e) e (36) se observa entre o adjectivo predicativo (de que aquele advérbio é, aliás, derivado morforlógico) e a oração a-F_{inf}.

Tal tipo de relação é, em parte, semelhante à que se verifica entre as frases seguintes:

- (38) a. É (lamentável + provável + significativo + ...) que
 o Júlio jogue futebol.
 b. (Lamentavelmente + provavelmente + significativamente +
 + ...), o Júlio joga futebol.

Ora, em construções como (38a) não há dúvida alguma de que a oração que-F é completiva do adjectivo.

Por outro lado, se recorrermos ao teste de pronominalização do adjectivo, conforme a seguir se indica, a relação de dependência entre o adjectivo e o complemento a-F_{inf}

é mais uma vez posta em destaque, na medida em que o pronome (ou, talvez com mais propriedade, o Pro-S Adj) tem como referente não só o adjectivo, mas também o seu complemento:

(39) a. O Júlio é dinâmico a jogar futebol, mas a Eduarda não o é menos.

b. Esses alunos são (eficientes + meticolosos) a (arrumar + arrumarem) os livros, mas estes não o são menos.

Ora quando interrogamos o Pro-S Adj o, como a seguir se indica, a resposta mais adequada é aquela que abrange o adjectivo e o seu complemento, e não apenas o adjectivo:

(40) a. Mas a Eduarda não é menos o quê? (cf.39a).

b. ??Dinâmica.

c. Dinâmica a jogar futebol.

(41) a. Mas estes não são menos o quê? (cf.39b).

b. ??(Eficientes + meticolosos).

c. (Eficientes + meticolosos) a (arrumar + arrumarem) os livros.

Observe-se, no entanto, que em construções como as seguintes, de estrutura contrastiva, o Pro-S Adj o apenas se refere ao adjectivo, já que o seu possível complemento varia:

(42) a. O Júlio é dinâmico a jogar futebol, mas a Eduarda não o é menos a jogar basquete.

b. Esses alunos são (eficientes + meticolosos) a (arrumar + arrumarem) os livros, mas estes não o são menos a (arrumar + arrumarem) as carteiras.

Ora, construções como as de (42) mostram-nos, em certa medida, que a dependência do complemento a-F_{inf} em relação ao adjectivo não é tão grande como parecia, na medida em que o Pro-S Adj

o apenas se refere ao adjectivo.

É interessante analisar ainda a relação de dependência entre o predicado adjectival e o complemento a-F_{inf} no plano temporal - aspectual.

Assim, verifica-se que a acção expressa no complemento a-F_{inf} se desenrola concomitantemente com o estado físico ou psicológico expresso no predicado adjectival.

Por tal motivo, torna-se impossível parafrasear aquelas construções, pondo em diferido o tempo-aspecto da oração subordinante e o da subordinada:

- (43) a. *O Júlio é sempre dinâmico a jogar futebol hoje.
 b. *O Júlio é agora dinâmico a jogar futebol amanhã.

Esta intuição de concomitância do estado físico ou psicológico, expresso no predicado adjectival, com a acção expressa no complemento a-F_{inf} parece poder ser explicitada parafraseando a prep. a por ao (com o verbo no infinitivo) ou por quando e enquanto (com o verbo no indicativo):

- (44) a. O Júlio é dinâmico ao jogar futebol.
 b. O Júlio é dinâmico (quando + enquanto) joga futebol.
 etc.

Ora, em construções como (44) não parece haver dúvida de que as frases ao-F_{inf} e (quando + enquanto)-F são complementos adverbiais dependentes, não do predicado adjectival, mas de toda a oração subordinante, sendo por is-

so F-Compl. De facto tais complementos adverbiais são deslocáveis, sem que com isso seja aparentemente provocada qualquer ênfase contrastiva:

(45) a. Ao jogar futebol, o Júlio é dinâmico.

b. (Quando + enquanto) joga futebol, o Júlio é dinâmico.

Ora, em frases como (3e) e (36) o complemento a-F_{inf} será igualmente deslocável, como os complementos de (39), sem que tal deslocação provoque ênfase contrastiva? A resposta não é clara, como se vai ver a seguir:

(46) a. A jogar futebol, o Júlio é dinâmico.

b. O Júlio, a jogar futebol, é dinâmico.

etc.

(47) a. A jogar futebol, o Júlio é dinâmico, mas em outras coisas não.

b. O Júlio, a jogar futebol, é dinâmico, mas em outras coisas não.

etc.

Conforme (45) e (47) nos mostram, respectivamente, é possível fazer-se uma leitura das frases em causa (com deslocação de a-F_{inf}), quer sem ênfase contrastiva, quer com ela.

Até aqui apresentei, pois, uma série de argumentos que parecem conduzir-nos à conclusão de que a oração a-F_{inf}, em frases como (3e) e (36), é completiva (i.e., A-Compl), embora com certo valor temporal, de adjectivos como dinâmico, meticuloso e minucioso, respectivamente.

Quando confrontamos, porém, o comportamento de adjectivos como estes com o de itens como apto, pronto e outros semelhan

tes, em relação ao mesmo complemento a-F_{inf}, notamos algumas diferenças. Assim, vejamos:

- (48) a. O Júlio está (apto + pronto + ...) a jogar futebol.
 b. O Júlio está (apto + pronto + ...)hoje a jogar futebol amanhã.
 c. ?*O Júlio está (apto + pronto + ...) ao jogar futebol.
 d. ?A jogar futebol, o Júlio está (apto + pronto + ...).
 e. *O Júlio, a jogar futebol, está (apto + pronto + ...).

Adjectivos como apto, pronto, etc., não implicam a concomitância a que me referia atrás, nem aceitam a paráfrase da prep. a por ao, no mesmo sentido em que dinâmico, metuculoso, etc., a admitem.

De facto (48c) só pode ser aceite com um complemento do adjectivo apagado, mais ou menos do seguinte tipo:

- (49) O Júlio está (apto + pronto) para outras actividades mais duras, ao jogar futebol.

Além disso, conforme (48d) nos mostra, o complemento a-F_{inf} só é deslocável para o início da frase, desde que assumido com ênfase contrastiva. Em (48e), entre o sujeito e o predicado, tal complemento é inaceitável.

Verifica-se, por último, como veremos na subsecção 3.1.2.(i), a seguir, que apto e pronto aceitam completi

va a que-F (cf. O Júlio está apto a que o promovam).

A análise contrastiva que acabamos de efectuar entre o comportamento sintáctico de adjectivos como apto e pronto e o de itens como dinâmico, eficiente e meticuloso, em relação ao complemento a-F_{inf}, leva-nos, pois, à conclusão de que este é muito mais A-Compl no caso dos primeiros que no dos segundos. No caso de adjectivos como apto e pronto, tal complemento não tem qualquer valor circunstancial de tempo, ao passo que em relação aos segundos esse valor é fortemente acentuado. A dependência entre adjectivo e complemento é, pois, de grau diverso, num caso e noutro.

Os exemplos seguintes confirmam ainda um menor grau de dependência entre o adjectivo e o complemento a-F_{inf}:

(50) O Júlio estava (amarelo + lívido + pálido + ...) a jogar futebol.

Repare-se que não é possível aplicar a (50) uma paráfrase semelhante àquela que relaciona (37a) com (3e) ou (37b) com (36a):

(51) O Júlio jogava futebol (*amarelamente + ??lividamente + ?? palidamente).

Por um lado, a forma amarelamente não é admitida. Por outro lado, os advérbios lividamente e palidamente implicam um significado diverso do dos adjectivos respectivos, em construções como (50).

Além disso, a paráfrase da oração a-F_{inf} por ao-F_{inf} ou (quando + enquanto)-F é perfeitamente aceitável em construções

como (50) sem as restrições que apresentava em exemplos como (44):

(52) O Júlio estava (amarelo + lívido + pálido + ...)
(ao jogar futebol + quando jogava futebol).

Se tivéssemos, pois, de graduar a dependência entre todos os adjectivos acabados de referir e o complemento a-F_{inf}, colocaríamos em primeiro lugar os itens do tipo apto e pronto, em segundo lugar os do género dinâmico, eficiente, meticuloso, e em terceiro lugar os da índole de amarelo, lívido e pálido.

Em relação aos primeiros, não há dúvida alguma de que a oração a-F_{inf} é uma completiva. Quanto aos segundos, tal complemento parece de tipo intermédio entre oração completiva e frase circunstancial de tempo. No caso dos terceiros, o mesmo complemento é exclusivamente uma oração circunstancial de tempo, motivo por que tais construções não se incluem no âmbito do presente estudo.

Os adjectivos do tipo dinâmico, eficiente e meticuloso, apesar do valor parcial de completiva (A-Compl?) que a oração a-F_{inf} contém, conforme alguns testes mostraram, acabei também por os excluir do presente estudo, dado que se torna extremamente difícil determinar em muitos contextos se o valor do complemento a-F_{inf} é predominantemente de oração completiva ou de oração circunstancial.

Na verdade, o número de adjectivos susceptíveis de entrarem no grupo dos itens dinâmico, eficiente e meticuloso parece extremamente elevado. Deixo, pois, esta ques-

tão em aberto para uma investigação posterior.

Até aqui procurei distinguir os A-Compl dos F-Compl, tendo em conta, sobretudo, complementos frásicos. Os critérios em que nos baseámos foram, fundamentalmente, os seguintes:

- possibilidade de deslocação do complemento para o início ou meio da frase, acompanhado ou não de ênfase contrastiva;
- co-referência entre o sujeito da frase subordinante (ou o N de um A-Compl preposicional) e o da subordinada;
- pausa, com a conseqüente quebra na entoação, entre o adjetivo e o complemento frásico;
- paráfrase do subordinador (preposição ou conjunção) do complemento por outros subordinadores (preposições ou conjunções, locuções prepositivas ou conjuncionais) que ponham em destaque o valor semântico de tal complemento;
- confronto de complementos afins (cf., v.g., para-F_{inf} e a fim de F_{inf});
- correlação entre o complemento e o adv. demasiado;
- tempo e modo verbal do complemento frásico;
- inserção da sequência o facto de antes do complemento.

Foi justamente a aplicação destes critérios que nos permitiu distinguir dois tipos de complementos frásicos preposicionais: os A-Compl (ou, grosso modo, completivas objecto) e os F-Compl. Tal aplicação incidiu sobre exemplos de complementos frásicos de diversos tipos, em especial sobre aqueles que poderiam suscitar mais dúvidas, mas é evidente que ela poderia ser generalizada a todos os demais.

Vamos agora analisar a incidência de tais critérios, ou pelo menos, de alguns deles, sobre os complementos não frásicos dos adjectivos. Outros critérios semelhantes serão acrescentados.

Retomemos, portanto, os exemplos (1) e (2), apresentados no início da subsecção 2.6..

Como se pode ver em (1a), que repito a seguir por comodidade de exposição, não há co-referência entre o complemento (a + para) o país e a completiva sujeito:

(53) É benéfico (a + para) o país que o governo reduza certas importações.

O complemento em causa pode ser regido das preposições a e para. No caso da prep. a, o complemento parece aceitar dificilmente a colocação entre pausas ou a deslocação para o início da frase. Quando é regido de para, tanto uma coisa como outra é possível:

(54) a. É benéfico, para o país, que o governo reduza certas importações.

b. Para o país, é benéfico que o governo reduza certas importações.

Em (54a), as pausas emprestam ao complemento uma ênfase contrastiva, motivo por que o teste não serve decisivamente.

Em (54b), é claro que o complemento deslocado se torna F-Compl, e de tal modo que se torna possível inserir um novo A-Compl:

(55) Para o país, é benéfico ao relançamento da economia que o governo reduza certas importações.

Ora, esta nova inserção, sem deslocarmos o complemento para o país, seria impossível, pois cada adjectivo apenas aceita dois complementos preposicionais (veremos adiante se há alguns que aceitam três), mas cada um de tipo diverso, i.e., um complemento não frásico e outro frásico:

- (56) a. *É benéfico ao relançamento da economia, para o país, que o governo reduza certas importações.
 b. *É benéfico para o país, ao relançamento da economia, que o governo reduza certas importações.

Por outro lado, uma outra prova de que para-N no início de frase é F-Compl e não A-Compl, reside no facto de a prep. para poder ser parafraseada por quanto a, do ponto de vista de, etc. (paráfrases que só são possíveis com nomes /humanos/):

- (57) Do ponto de vista do país ($\equiv$ nação), é benéfico (E + ao relançamento da economia) que o governo reduza certas importações.

Mas o que é curioso é que tal paráfrase se torna por vezes possível, mesmo com aquele complemento em posição pós-adjectival:

- (58) É benéfico (E + ao relançamento da economia), do ponto de vista do país, que o governo reduza certas importações.

Estes factos levam-nos a crer que para-N é nuns casos F-Compl (v.g., no início de frase e mesmo depois do adjectivo, desde

que a prep. possa ser parafraseada) e noutros, A-Compl. Neste último caso, a paráfrase da preposição é impossível. Mais ainda, quando é A-Compl, pode em muitos casos estabelecer-se uma relação de equivalência entre a construção adjectival e uma construção verbal como a seguinte:

(59) É benéfico para - N_1 que-F $\leftrightarrow$ Que-F beneficia N_1 .

Ora, esta relação é impossível de estabelecer quando para - N é F-Compl. A aplicação deste critério levou-me, pois, a reter para - N como A-Compl, mesmo não havendo co-referência entre N e o sujeito da completiva.

Mas existe ainda um outro critério ~~que permite~~ reforçar esta conclusão.

É sabido que em português o adjectivo e a completiva su jeito podem permutar entre si do modo seguinte:

(60) a. Que o governo reduza certas importações é benéfico.

b. Benéfico é que o governo reduza certas importações.

Uma tal permuta, que descreverei mais desenvolvidamente na subsecção 3.7. do presente capítulo, faz arrastar na posição pós-adjectival o eventual complemento não frásico do adjectivo. Confrontem-se, pois, as diferenças de aceitabilidade das construções, quando para - N é F-Compl ou A-Compl:

- (61) a. Para o país, que o governo reduza certas importações é benéfico.
- b. *Benéfico é para o país que o governo reduza certas importações.
- c. Para o país, benéfico é que o governo reduza certas importações.
- (62) a. Que o governo reduza certas importações é benéfico para o país.
- b. *Benéfico é que o governo reduza certas importações, para o país.
- c. Benéfico para o país é que o governo reduza certas importações.

Quando para - N é F-Compl, ele deve manter-se no início da frase e não propriamente antes da completiva (cf. a inaceitabilidade de (61b)). Quando tal complemento é A-Compl, ele tem de manter-se na posição pós-adjectival (cf. a inaceitabilidade de (62b)); esta construção seria aceitável, se para-N fosse complemento do SV da completiva, mas sem pausa, claro está).

Se continuássemos a analisar as outras frases de (1) e (2), no início da subsecção 2.6., veríamos que, aplicando os critérios adequados, atrás referidos, não teríamos dificuldade em justificar que os complementos com - N, em (1b), e de - N, em (1c) são A-Compl. O mesmo se verificaria em relação a a - N, em (2a), e por - N, em (2b). Quanto a (2c), verificar-se-ia, porém, aplicando os mesmos critérios, que para - N é antes F-Compl.

Antes de passarmos a analisar as preposições que inserem estes complementos não frásicos, vejamos se é possível, em construções completivas, certos adjectivos aceitarem simultaneamente dois A-Compl não frásicos. De facto, tal situação parece ocorrer com certos adjectivos em - vel, como por exemplo:

- (63) a. Em circunstâncias como esta, é aconselhável pe-
los médicos aos pais que mandem vacinar os seus
 filhos.
- b. *Em circunstâncias como esta, é aconselhável aos
pais pelos médicos que mandem vacinar os seus fi-
 lhos.
- (64) a. Esse tratamento é aplicável pelo socorrista à ví-
 tima para reduzir a hemorragia.
- b. Esse tratamento é aplicável à vítima pelo socor-
 rista para reduzir a hemorragia.

Ora, construções como (63a), em que o adjectivo é seguido de dois A-Compl não frásicos, designando um o agente (por - N) e outro, o objecto indirecto (a - N), são extremamente rebuscados e, por isso, dificilmente aceitáveis por muitos falantes, que preferem é aconselhado ou costuma ser aconselhado em vez de é aconselhável; (63b), com os complementos em ordem inversa, é inaceitável.

Quanto a construções como (64), elas não contêm propriamente uma completiva. De facto, para-F_{inf} é naquele caso F-Compl, como no-lo comprova a aplicação dos critérios atrás referidos (o complemento é deslocável, a prep. para

é parafraseável por a fim de, etc.).

Embora por motivos diversos, não incluí na descrição tais compatibilidades de complementos, só admitindo, portanto, no máximo, dois A-Compl, sendo um não frásico e outro frásico (=completiva, regida de preposição). Verificaremos, no Capítulo IV (Comentário das Tábuas), que os A-Compl não frásicos ocorrem com muito mais frequência nas construções completivas sujeito (cf. Tábua 1).

Concluindo, verificámos, pois, que para distinguir se um complemento não frásico é A-Compl ou F-Compl se podem utilizar ainda os seguintes critérios, além dos já referidos a propósito dos complementos frásicos:

- paráfrase da preposição;
- relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais;
- permuta entre o adjectivo (obrigatoriamente seguido do complemento, quando este é A-Compl) e a completiva sujeito.

E agora vejamos que preposições regem os complementos não frásicos dos adjectivos e quais são as características gerais destes complementos.

2.6.2. Complementos preposicionais não frásicos

Ao analisarmos o comportamento sintáctico dos A-Compl não frásicos, temos de distinguir duas situações: por um lado, a dos adjectivos com completiva sujeito e, por outro, a dos adjectivos com completiva objecto e simétricos.

Comecemos por analisar a primeira situação, a mais fértil, aliás, em A-Compl, conforme já salientei.

A - Estruturas Que-F V_{cop} Adj prep-N₁

(i) Que-F V_{cop} Adj a-N₁

Entram nesta estrutura, com um complemento a-N₁, adjectivos como abominável, benéfico, custoso, exigível, grato, lícito, odioso, proveitoso, repugnante, vantajoso, etc. (v. Tábua 1a).

De um modo geral, quando o adjectivo é seguido de um complemento a-N₁, este é A-Compl e não F-Compl.

A aplicação dos critérios definidos na subsecção anterior não deixa quaisquer dúvidas quanto a tal conclusão.

Em relação aos adjectivos que admitem complementos a-N₁, três casos se podem verificar:

- há itens que são indiferentes à co-referência entre N₁ e N_{oc} (i.e., o SN sujeito da completiva);
- há adjectivos que exigem co-referência entre N₁ e N_{oc};
- há adjectivos que apenas admitem a não co-referência entre N₁ e N_{oc}.

Eis alguns exemplos de cada caso:

- (1) É (agradável + benéfico + essencial + nocivo + proveitoso + vantajoso + ...) ao Júlio_i que (ele_i + você) passe férias no Algarve.
- (2) É (exigível + imperdoável + lícito + ...) ao governo_i que (ele_i + *você) só cumpra algumas promessas feitas.

(3) É (conducente + correspondente + equivalente + ...) a de
sinteresse (E + o facto de) esse países terem interrompi
do as negociações.

Adjectivos como os que ocorrem em (3) não só exigem, relati
vamente ao A-Compl, $N_1 \neq N_o$, mas também $N_1 = N_{-hum}$, sendo em
geral N_{-hum} interpretado como N/abstracto/. No Capítulo IV
serão desenvolvidos estes aspectos.

Por outro lado, a fenómenos de co-referência como os que se
verificam em (1) e (2) andam associados processos de pronomi
nalização que abordarei na subsecção 3.9. desta capítulo.

(ii) Que-F V_{cop} Adj para- N_1

Entram nesta estrutura, com um complemento para- N_1 , adjecti
vos como aceitável, benigno, compensatório, desesperante, edi
ficante, fascinante, honroso, inquieta, lisongeiro, maça
dor, obsecante, prestigioso, sedutor, ultrajante, etc. (v., so
bretudo, a Tábua 1p, mas também a Tábua 1a).

A preposição para é aquela que ocorre com mais frequência
nas estruturas do tipo Que-F V_{cop} Adj prep- N_1 . Simultaneamen
te é também aquela que menos restrições implica em relação
ao adjectivo. Por isso, é também aquela que mais atenção exi
ge na aplicação dos critérios definidos na subsecção ante
rior, a fim de não confundirmos eventuais F-Compl regidos
por esta preposição com A-Compl. Em casos de dúvida, preferi,
contudo, correr o risco de incluir como A-Compl os complemen
tos para- N_1 .

Aqui apenas se distinguem dois dos três casos já salientados
a propósito de a- N_1 :

- adjectivos indiferentes à co-referência entre $\underline{N_1}$ e $\underline{N_{oc}}$, os quais constituem a grande maioria;
- adjectivos que só aceitam co-referência entre $\underline{N_1}$ e $\underline{N_{oc}}$.

Eis alguns exemplos de cada caso:

- (4) Quanto a nós, é (alienante + bom + catastrófico +
+ enervante + relaxante + ...) para o Júlio_i que
(ele_i + você) se deixe arrastar por essa conversa.
- (5) Quanto a nós, é (facultativo + obrigatório + proi-
bitivo + optativo + ...) para o Júlio_i que (ele_i +
+ *você) faça sauna.

Conforme a Tábua lp nos mostra, os itens que ocorrem em contextos como os de (5) são em número extremamente reduzido.

A grande maioria dos adjectivos desta tábua tanto admite substantivos /humanos/ como /não humanos/ no complemento para-N₁. Há contudo algumas restrições, que são assinaladas nas tábuas.

(iii) Que-F V_{cop} Adj prep v N₁

Além de a e para, podem ainda reger o A-Compl nas estruturas completivas sujeito as seguintes preposições e locução prepositiva: com, da parte de, de, em, entre e por (v. sobretudo a Tábuas lr, mas também as Tábuas la e lp).

É possível que, além destas preposições, uma ou outra seja ainda susceptível de entrar na estrutura (iii). É o caso, por exemplo, da prep. contra (cf., v.g., atenta-

tório, na Tábua 1r). Todavia casos como este são raros.

Eis alguns exemplos ilustrativos da ocorrência das preposições mencionadas no A-Compl da estrutura em causa:

- (6) É (coadunável + compatível + conciliável + harmonizável + ...) com a actual situação que se lance esse projecto.
- (7) É (amável + cavalheiresco + demagógico + original + ...) da parte do Júlio₁ que ele₁ se preocupe com a situação dos presos políticos.
- (8) É (abonatório + comprovativo + demonstrativo + promotor + ...) de desentendimento o facto de os líderes partidários terem cancelado essa reunião.
- (9) Está (explícito + implícito + ...) no regulamento que esses funcionários não podem fazer declarações públicas.
- (10) É (corrente + frequente + predominante + ...) entre nós que certos líderes partidários se ataquem mutuamente.
- (11) a. É (demonstrável + explicável + provável² + ...) por a + b que o Júlio agiu correctamente.
 b. O facto de os dirigentes do partido terem adiado a realização do congresso é (aceitável + condenável + ...) por muitos militantes.

No complemento com-N₁, N₁, além de ser /não humano/, nunca é co-referente de N_{oc}.

Entre os complementos de-N₁ e da parte de-N₁ existe uma diferença substancial. Em de-N₁, N₁ é praticamente sempre /não humano/ e nunca é co-referente de N_{oc}.

Em da parte de- N_1 , pelo contrário, N_1 é sempre /humano/ e co-referente de N_{oc} . De certo modo, este complemento assinala a pessoa designada por N_1 como origem do estado psicológico, ou afim, expresso pelo adjectivo. Neste aspecto, opõe-se, portanto, ao complemento para- N_1 , no qual a pessoa designada por N_1 é encarada como destino de tal estado psicológico, ou afim.

O complemento entre- N_1 , raro nas estruturas completivas, contém geralmente um substantivo /humano/.

E, por último, o complemento por- N_1 , que aparece apenas com adjectivos em -vel, só foi recenseado nas tábuas quando era necessário à compreensão dos adjectivos e designava em geral substantivos /não humanos/. No entanto, conforme (11b) nos mostra, o complemento por- N_1 também pode conter substantivos /humanos/. Todavia tais casos raramente foram recenseados para não sobrecarregar mais a Tábua 1.

Muitos dos A-Compl que acabamos de analisar, embora sumariamente, podem ser apagados, mas outros não. Referir-me-ei a tais apagamentos na subsecção 2.7., a seguir, ao analisar a propriedade $N_o V_{cop} Adj$ (= Que-F V_{cop} Adj), codificada na Tábua 1, justamente para assinalar os casos em que o complemento prep- N_1 pode ser apagado.

B - Estruturas $N_o V_{cop} Adj$ prep- N_1 prep que-F

Analisemos agora as possibilidade de ocorrência de A-Compl nas estruturas completivas objecto e simétricas.

As possibilidades de ocorrência do A-Compl prep-N₁ em estruturas deste tipo limitam-se, praticamente, a casos como os apresentados em (2a,b), no início da subsecção 2.6., já que em exemplos do tipo (2c), como vimos atrás, tal complemento é F-Compl. Repito a seguir os referidos exemplos (2a,b) para facilitar a exposição:

(12) a. Esse adubo é aconselhável aos agricultores para aumentarem a produção.

b. O Júlio é criticável pelos seus colegas de que não se esforçou suficientemente.

Conforme (12a) nos mostra o complemento não frásico do adjectivo é regido da preposição a. Este tipo de complemento surge, em geral, com adjectivos que encerram a ideia de fim, como vimos atrás, os quais se integram em estruturas do tipo seguinte:

(i) N_O V_{cop} Adj prep-N₁ para (que-F + F_{inf})

Além de aconselhável, aceitam a-N₁, neste contexto, os seguintes adjectivos, por exemplo:

(13) Esse adubo é (aproveitável + benéfico + essencial + favorável + imprescindível + necessário + proveitoso + útil + ...) aos agricultores para aumentarem a produção.

No mesmo tipo de estruturas (i), certos adjectivos como aproveitável, exigível, etc., aceitam como A-Compl o S Prep por-N₁:

(14) Esses materiais são (aproveitáveis + exigíveis + ...) pelo Júlio para construir uma máquina.

O outro caso, assinalado atrás (cf.12b), de A-Compl não frásico por-N₁ surge em estruturas do tipo seguinte:

(ii) N_o V_{cop} Adj prep-N₁ de (que-F + F_{inf})

Além de críticável, inserem-se neste tipo de estrutura, com um complemento por-N₁, itens como os que ocorrem nos exemplos seguintes:

(15) O Júlio é (acusável + atacável + censurável + ...)
pelos seus colegas de que não se esforçou suficientemente.

Por outro lado, inserem-se ainda em estruturas do tipo

(ii) exemplos de A-Compl com o S Prep para-N₁:

(16) Essa decisão é (denunciadora + esclarecedora + reveladora + ...) para o Júlio de que as nossas contemplações acabaram.

Em construções como estas poderíamos pôr em dúvida a natureza de A-Compl do S Prep para-N₁. Todavia, aplicando os critérios já definidos, mormente o que põe em destaque relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais, verifica-se que tal complemento não parece de facto comportar-se como F-Compl.

Confronte-se, pois (16) com as construções seguintes:

(17) Do nosso ponto de vista, essa decisão (denuncia a + + revela a + esclarece) o Júlio que as nossas contemplações acabaram.

Eis outros exemplos do mesmo teor de (16):

- (18) Essa decisão é (clarificativa + confirmativa + explicativa + ilustrativa + significativa + ...) para o Júlio de que as nossas contemplações acabaram.

Alguns adjectivos que acabo de mencionar, como aceitando A-Compl não frásico em estruturas com completiva objecto, admitem também construções simétricas do tipo seguinte:

- (iii) Que-F V_{cop} Adj prep-N₁ prep (que-F + F_{inf})

Assim, por exemplo:

- (19) Que a água tenha faltado é (associável + atribuível + ...) pelo Júlio a que houve sabotagem.
- (20) Que a água tenha faltado é (certificativo + confirmativo + justificativo + ...) para o Júlio de que houve sabotagem.
- (21) Que esses materiais tenham chegado é (aproveitável + utilizável + ...) pelo Júlio para pôr em andamento o seu plano de construções.
- (22) Que esses materiais tenham chegado é (conciliável + confundível + harmonizável + ...) pelo Júlio com o facto de a greve ter cessado.

Apesar de não serem muitos os adjectivos simétricos que aceitam os A-Compl por-N₁ e para-N₁ em construções como estas, pareceu-me mesmo assim conveniente registar nas tábuas respectivas (v. Tábuas 8,9,10 e 11) a ocorrência de tais complementos.

2.7. As estruturas $N_O V_{cop} Adj$ e $N_O V_{cop} Adj \text{ prep } \underline{y-N_1}$

Estas estruturas, em que $N_O = (\underline{E} + \text{o facto de}) (\text{que-F} + F_{inf})$ ou $N_O = SN$, foram registadas nas tábuas com a finalidade de mostrar quando é que os complementos não frásicos ou frásicos dos adjectivos podiam ser apagados, ou melhor, podiam não estar presentes nas construções estudadas. As referidas estruturas foram, pois, registadas como propriedades dos adjectivos em causa.

É discutível se tais propriedades serão de natureza distribucional ou transformacional. Antes de responder a esta questão, analisemos, porém, alguns exemplos que põem em evidência estas propriedades.

Observemos em primeiro lugar o caso dos adjectivos que se constroem apenas com completiva sujeito e, em segundo lugar, os adjectivos simétricos.

(i) $N_O V_{cop} Adj / N_O = (\underline{E} + \text{o facto de}) (\text{que-F} + F_{inf}) /$

No caso dos adjectivos que apenas se constroem com completiva sujeito três situações se podem verificar:

- o adjectivo, na construção em causa, não aceita o A-Compl prep $\underline{y-N_1}$;
- o adjectivo aceita facultativamente tal A-Compl, podendo, pois, este estar ou não presente;
- o adjectivo exige obrigatoriamente tal A-Compl, não sendo, portanto, possível apagá-lo.

Eis alguns exemplos ilustrativos de cada caso:

- (1) É (bonito + fabuloso + giro + insólito + legítimo + meritório + plausível + ...) que o Benfica tenha derrotado o Porto.
- (2) a. É (agradável + aprazível + custoso + impossível + nocivo + penoso + útil + ...) (E + a muitas pessoas + para muitas pessoas) viajar de avião.
- b. É (abusivo + cínico + despótico + estranho + grosseiro + ignóbil + perverso + ...) (E + da parte de certas pessoas) imporem as suas opiniões sem discussão.
- (3) a. É (adverso + contrário + favorável¹ + imputável + propício + ...) (*E + ao desanuviamento) o facto de certos países (E + não) intensificarem a corrida aos armamentos.
- b. É (abonatório + comprovativo + demonstrativo + ilustrativo + ...) (*E + de honradez) que esses funcionários não se tenham deixado subornar.

Conforme nos mostra a Tábua 1, a grande maioria dos adjectivos que aceitam completiva sujeito admite a estrutura $N_o \ V_{cop} \ Adj$, i.e., sem a presença (ou com apagamento) de qualquer A-Compl não frásico.

No caso dos adjectivos simétricos podem observar-se duas situações:

- o adjectivo aceita a propriedade em causa, i.e., permite o apagamento (ou não aparecimento) da completiva objecto;
- o adjectivo não aceita tal propriedade, i.e., não permite o apagamento da completiva objecto.

Exemplifiquemos, pois, estas duas situações:

- (4) O facto de esses países terem posto as suas forças armadas em estado de alerta é (nocivo + prejudicial + ...) (E + a que se ponha termo à tensão na zona).
- (5) O facto de esses países terem posto as suas forças armadas em estado de alerta é (comprobatório + demonstrativo + prenunciador + ...) (*E + de que a tensão na zona se agrava).

Conforme nos mostram as Tábuas 8,9,10 e 11 a grande maioria dos adjectivos simétricos não aceita a propriedade $\underline{N_o V_{cop} Adj}$, i.e., não permite o apagamento da completiva objecto.

Observemos agora o que se passa quanto aos adjectivos que se constroem com completiva objecto, ou seja:

$$(ii) \underline{N_o V_{cop} Adj} / \underline{N_o = SN} /$$

Neste contexto, a aceitação desta estrutura pelo adjectivo implica que este permite o apagamento da completiva objecto. Também aqui três situações se podem verificar:

- o adjectivo permite o apagamento (ou não presença) da completiva, aceitando, pois, a referida estrutura;
- o adjectivo não é compatível com um contexto distribucional sem completiva;
- o item em causa muda de categoria (ou classe) gramatical, se a completiva não estiver presente.

Vejamos alguns exemplos ilustrativos das três situações:

- (6) a. Muitas pessoas estão (aptas + prontas¹ + receptivas + ...) (E + a apoiar essa cruzada).
 b. Muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes + radiantes + ...) (E + de/por apoiar essa cruzada).
- (7) a. Essas medidas são (atinentes + conducentes + tendentes¹ + ...) (*E + a que o Estado tire melhor rendimento das empresas públicas).
 b. Muitas pessoas estão (ãvidas + ciosas + desejosas + sedentas + ...) (*E + de que a paz se mantenha).
- (8) a. Esses rapazes são amigos de jogar futebol.
 b. ?? Esses rapazes são amigos (Ξ uns amigos + nossos amigos + etc.).
- (9) a. Esses mancebos são refractários a alistarem-se em tal empreitada.
 b. ?? Esses mancebos são refractários (Ξ refractários à tropa + uns refractários).

Em construções como (8b) e (9b) a não presença da completiva infinitiva parece retirar, pois, a categoria de adjectivo aos itens amigo e refractário, respectivamente, passando estes a ter comportamento de substantivos.

Um grande número de adjectivos que se constroem com completiva objecto não admitem, pois, o apagamento desta, conforme se pode confirmar consultando as Tábuas 2,3,4,5,6 e 7.

Certos adjectivos que se constroem com completiva objecto, assim como alguns adjectivos simétricos podem aceitar ainda, conforme já salientámos, um A-Compl não frásico (prep y - N₁).

Neste caso, o apagamento (ou não presença) da completiva objecto pode depender daquele A-Compl. Por este motivo, foi registada em tais estruturas a propriedade:

(iii) $\frac{N_o \ V_{cop} \ Adj \ prep \ y - N_1}{N_o = SN}$ /

Neste contexto, ou seja, o dos adjectivos não simétricos, duas situações se podem igualmente verificar quando prep y - N₁ está presente:

- o adjectivo permite o apagamento (ou não presença) da completiva objecto;
- o adjectivo não permite o apagamento de tal completiva.

Eis alguns exemplos ilustrativos dum caso e doutro:

(10) a. Tais pessoas_i são (acusáveis + persuadíveis + ...) por qualquer incauto (E + de que a sociedade as_i subverteu).

b. Tais medidas são (benéficas + necessárias + proveitosas + ...) ao governo (E + para assegurar a recuperação económica).

(11) Tais medidas são (atribuíveis + imputáveis + ...) por qualquer incauto (*E + ao facto de as manobras terem sido adiadas).

As Tâbuas 2,3,4,5,6 e 7 registam os casos em que a propriedade referida em (iii) é aceite ou não pelo adjectivo.

Observemos agora o que se passa com os adjectivos simé-

tricos, quanto a semelhante propriedade:

(iv) $N_o V_{cop} \text{ Adj prep } \underline{y} - N_1 / N_o = (\underline{E} + \text{o facto de}) (\text{que} - F + F_{inf}) /$

O comportamento dos adjectivos simétricos perante esta propriedade denota igualmente duas possibilidades:

- o adjectivo aceita a propriedade em causa, permitindo o apagamento da completiva objecto;
- o adjectivo não permite tal apagamento.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (12) O facto de o tempo ter melhorado é (aproveitável + princípio + ...) aos agricultores (E + para incrementarem as sementeiras).
- (13) O terem-se esgotado tão depressa essas reservas é (atribuível + imputável + ...) por certos meios (*E + ao facto de não haver planeamento adequado).

Também neste caso, se exceptuarmos apenas os itens da Tábua 10, a maior parte dos adjectivos simétricos que aceitam prep $\underline{y} - N_1$ não permitem o apagamento da completiva objecto (cf. Tábuas 8,9 e 11).

Tentemos responder agora à pergunta enunciada no princípio desta subsecção. Ou seja, as propriedades $N_o V_{cop} \text{ Adj}$ e $N_o V_{cop} \text{ Adj prep } \underline{y} - N_1$ são de natureza distribucional ou transformacional?

O modo como apresentei os dados relativos a tal questão poderia levar-nos a pensar que se trata de uma propriedade transformacional, já que considerarei, pelo menos em parte, as estruturas $\underline{N_o V_{cop} Adj}$ e $\underline{N_o V_{cop} Adj prep y -N_1}$ como resultantes de apagamento (facultativo) quer do A-Compl não frásico, quer da completiva objecto, conforme os casos.

Um possível argumento a favor desta hipótese poderia, aparentemente, ser-nos fornecido por adjectivos como os exemplos (3), (5), (7), (11) e (13), que não permitem o apagamento do A-Compl, seja ele não frásico ou frásico (i.e., completiva), conforme os casos. A este hipotético argumento poderíamos, no entanto, contrapor o exemplo de adjectivos como os de (1), que aceitam completiva sujeito, mas não admitem A-Compl do tipo prep -N₁.

Há, porém, um argumento, que é fundamental, contra a hipótese de encararmos estas propriedades como de natureza transformacional.

As transformações por apagamento exigem que o significado dos constituintes suprimidos não se perca e continue presente na estrutura restante.

Ora, tal não sucede no caso das propriedades $\underline{N_o V_{cop} Adj}$ e $\underline{N_o V_{cop} Adj prep y -N_1}$. O falante continua a ter a intuição de que os adjectivos compatíveis com esta estrutura são transitivos indirectos (excepto naturalmente os

que se constroem como (1), que são intransitivos), isto é ,
aceitam um A-Compl não frásico ou ffrásico (completiva objeto), conforme os casos, mas não só o significado de tal complemento é difícil de recuperar, devido à multiplicidade de candidatos possíveis, como também a própria natureza estrutural do complemento não é fácil de reaver, uma vez que o adjetivo em causa admite, por vezes, várias preposições como regentes, quer do A-Compl não frásico, quer da completiva objeto.

Sendo assim, a inserção das propriedades distribucionais

N_o V_{cop} Adj e N_o V_{cop} Adj prep y - N₁ nas tábuas teve como finalidade essencial distinguir os adjectivos que exigem o A-Compl presente daqueles que o não exigem.

3. Propriedades transformacionais

3.1. Redução (ou desfinitização) das completivas Que-F

As completivas Que-F e as infinitivas correspondentes a apresentam sensivelmente as mesmas propriedades sintáticas e semânticas, o que nos leva a admitir uma relação transformacional entre elas. Vejamos, pois, quais são essas propriedades, confrontando os seguintes exemplos, em que a completiva e a infinitiva desempenham a função de sujeito:

- (1)a. Que esteja a chover esta semana é lamentável.
- b. Estar a chover esta semana é lamentável.
- c. É lamentável que esteja a chover esta semana.
- d. É lamentável estar a chover esta semana.
- e. Lamentável é que esteja a chover esta semana.
- f. Lamentável é estar a chover esta semana.
- (2)a. Que essas pessoas têm razão é evidente.
- b. Essas pessoas terem razão é evidente.
- c. É evidente que essas pessoas têm razão.
- d. É evidente essas pessoas terem razão.
- e. Evidente é que essas pessoas têm razão.
- f. Evidente é essas pessoas terem razão.
- g. Essas pessoas é evidente que têm razão.
- h. Essas pessoas é evidente terem razão.

Ao analisarmos estes exemplos, par a par, concluimos:

(i) a completiva e a infinitiva, flexionada ou não, quando na função de sujeito, aceitam a ordem Sujeito-Verbo, ou seja, o contexto /— V_{cop} Adj/ (cf. (1a,b) e (2a,b)); (ii) ambas admitem igualmente Extraposição (V. a subsecção 3.4.), ou seja, o contexto /V_{cop} Adj—/ (cf. (1c,d) e (2c,d)); (iii) ambas aceitam Permuta-Espelho (V. a subsecção 3.7.) com o adjectivo (cf. (1e, f) e (2e,f)); (iv) ambas permitem, quando não são impessoais, como no caso de (2), que o respectivo SN sujeito seja extraído para o início da frase, i.e., topicalizado (cf. (2g,h); v., a propósito desta regra, a subsecção 3.5).

Enfim, se continuássemos a averiguar da aplicabilidade às infinitivas das restantes propriedades aceites pelas completivas e descritas ao longo deste capítulo ou apresentadas nas Tâbuas, verificaríamos que ambas mantêm idêntico comportamento.

O que se verifica quando tais frases exercem a função de sujeito sucede igualmente na função de objecto, como podemos ver a seguir:

(3)a. A Eduarda é contrária a que nós vamos à festa.

b. A Eduarda é contrária a nós irmos à festa.

c. Contrária a que nós vamos à festa é a Eduarda.

d. Contrária a nós irmos à festa é a Eduarda.

(4)a. O Júlio está consciente de que virá a enfrentar dificuldades.

- b. O Júlio está consciente de vir a enfrentar dificuldades.
 - c. Consciente de que virá a enfrentar dificuldades está o Júlio.
 - d. Consciente de vir a enfrentar dificuldades está o Júlio.
- (5)a. Essas reformas são úteis à sociedade para que ela se transforme.
- b. Essas reformas são úteis à sociedade para ela se transformar.
 - c. Úteis à sociedade para que ela se transforme são essas reformas.
 - d. Úteis à sociedade para ela se transformar são essas reformas.
- (6)a. Algumas pessoas estão ansiosas por que as coisas mudem.
- b. Algumas pessoas estão ansiosas por as coisas mudarem.
 - c. Ansiosas por que as coisas mudem estão algumas pessoas.
 - d. Ansiosas por as coisas mudarem estão algumas pessoas.

Em relação às completivas e infinitivas objecto notamos, por exemplo, que umas e outras aceitam as mesmas preposições regentes, assim como Permuta-Espelho com o adjectivo, além de outras propriedades incluídas nas Tábuas.

Independemente da função sintáctica, notamos ainda que entre a completiva e a infinitiva correspondente existe sempre uma forte relação de sinonímia, mesmo em casos como (6b,d) onde a infinitiva cria uma situação de ambiguidade (V. 2.6.1. atrás). Por outro lado, completivas e infinitivas apresentam o mesmo material

morfémico. A única diferença consiste no facto de a completiva comportar a sequência Que-T (em que o símbolo T designa "tempo-modo")⁽¹⁵⁾ e a infinitiva não.

Todavia, a sequência Que-T tem apenas valor de utensílio gramatical, constituindo em certa medida uma propriedade das frases subordinadas finitas.

Tendo, pois, em conta as propriedades comuns a ambas, assim como a referida diferença formal, poderíamos admitir, a priori, duas hipóteses de derivação:

(i) ou derivar as infinitivas a partir das completivas, postulando uma regra de apagamento da sequência Que-T; (ii) ou então derivar as completivas a partir das infinitivas, admitindo antes uma regra de inserção da sequência Que-T.

Por razões de ordem teórico-metodológica, o processo de derivação melhor fundamentado é (i), visto que, segundo esta hipótese, a estrutura de base contém todo o material morfémico, incluindo os morfemas gramaticais, como Que-T; por outro lado, as operações de apagamento de morfemas têm uma justificação empírica maior do que as de inserção, pois no primeiro caso o contexto permite recuperar geralmente, os elementos apagados, ao passo que no segundo caso é difícil, muitas vezes, seleccionar os elementos adequados entre os vários possíveis⁽¹⁶⁾.

Admitirei, pois, que são as infinitivas que resultam das completivas, através do apagamento nestas da sequência Que-T. A esta operação de apagamento chamarei, pois, Redução, ou desfinitização, da completiva Que-F. Esta hipótese está de acordo,

aliás, com a gramática tradicional, segundo a qual as infinitivas são orações reduzidas. Desta maneira de pensar se faz eco, por exemplo Celso Cunha (1976: p. 565) nos seguintes termos: "Quando o verbo se encontra numa das formas nominais, as orações subordinadas chamam-se reduzidas e, de acordo com a forma nominal empregada, se dizem reduzidas de infinitivo, de gerúndio ou de particípio".

No âmbito da justificação da regra de apagamento de Que-T, poder-se-á ainda objectar que o elemento T não é propriamente um utensílio gramatical, vazio de sentido, mas antes um morfema pleno, indispensável à interpretação da frase, e que em consequência disso o seu significado não é facilmente recuperado pelo contexto. Ora, uma tal objecção não se baseia em razões empíricas sólidas, como vamos ver. De facto, o valor temporal-modal do afixo T, quando este é apagado conjuntamente com Que, é perfeitamente recuperado pelo contexto. Por um lado, o valor modal de T (indicativo ou conjuntivo) depende antes da natureza semântica do adjectivo e de factores pressuposicionais, como já vimos, e não da natureza da completiva. Quanto ao valor temporal de T, na medida em que ele é determinado pelo auxiliar copulativo do adjectivo, como já vimos também (cf. a subsecção 2.2. atrás), ou ainda por advérbios presentes na frase ou por factores de natureza situacional, fica igualmente recuperado. Assim vejamos:

(7) a. É lamentável que o Júlio falte esta tarde.

b. É lamentável o Júlio faltar esta tarde.

(8) a. É possível que o Júlio tenha de faltar amanhã.

b. É possível o Júlio ter de faltar amanhã.

(9) a. Era necessário que essas pessoas se tivessem inscrito ontem.

b. Era necessário essas pessoas terem-se inscrito ontem.

(10)a. A Eduarda sempre foi contrária a que nós fôssemos à festa.

b. A Eduarda sempre foi contrária a nós irmos à festa.

Como se vê, tendo em conta a dependência da infinitiva em relação à frase subordinante e ainda o concurso de advérbios de tempo, o valor temporal das completivas de a, nos exemplos supracitados, não se perde nas infinitivas de b. Assim, em (7b) o infinitivo mantém o valor de futuro mais ou menos imediato, contido no presente do conjuntivo em (7a). Em (8b) a perífrase modal infinitiva mantém o mesmo valor de obrigação que a perífrase correspondente no conjuntivo (cf. 7a) e ainda o mesmo valor de futuro desta, reforçado pelo adv. amanhã. Em (9b), o infinitivo composto (terem-se inscrito) conserva o mesmo valor de anterioridade no pretérito que a correspondente forma do mais-que-perfeito composto do conjuntivo em (9a), sendo ambas comandadas pelo imperfeito do verbo copulativo (era). Em (10b) o infinitivo é ambíguo, pois tanto pode significar pretérito como presente ou futuro, apesar de comandado pelo pretérito per

perfeito (foi), mas tal ambiguidade é igualmente comum ao imperfeito do conjuntivo da completiva, em (10a); quer dizer, a ambiguidade resulta do próprio contexto linguístico de (10). Para desfazer tal ambiguidade, seria necessário acrescentar advérbios (v.g.: agora, hoje, ontem, amanhã, etc.) tanto em (10a) como em (10b).

Em face desta análise, parece podermos, pois, concluir que a desfinitização das completivas não acarreta perda irrecuperável do valor temporal-modal das formas verbais finitas, contidas naquelas.

Tal como sucede com os verbos que se constroem com completivas e infinitivas, também no caso dos adjectivos há itens que não aceitam simultaneamente as duas construções mas apenas uma ou outra. Por outro lado, a desfinitização das completivas está, por vezes, dependente de fenómenos de co-referência entre o sujeito da oração subordinante ou o A-Compl não frásico desta e o sujeito da subordinada, ou ainda de restrições ditas de projecção relativamente a outros constituintes da frase, assim como de fenómenos de pronominalização. Vamos, pois, analisar estes vários aspectos, começando primeiro pela redução das completivas sujeito, justamente aquelas que levantam menos problemas, e passando depois à desfinitização das completivas objecto. Finalmente, farei uma referência muito breve, por motivos óbvios, às completivas sujeito e objecto dos adjectivos simétricos.

Alguns aspectos de pormenor ficarão, porém, para o Capítulo IV.

3.1.1. Redução (ou desfinitização) das completivas sujeito

Nas construções com completiva sujeito podem verificar-se duas situações: (i) o adjectivo é acompanhado de um A-Compl não frásico; (ii) o adjectivo não tem ou não apresenta qualquer complemento deste tipo.

Neste último caso, a completiva é sempre redutível ao infinitivo, mediante o apagamento de Que-T e mantendo-se todos os complementos da completiva, se os houver. O infinitivo é flexionado (com morfema $\emptyset$ no caso da 1a. e 3a. pessoa do singular), quer o sujeito esteja expreso, quer implícito. O infinitivo não é flexionado, como se torna evidente, quando o verbo da completiva é impessoal, conforme sucede com os verbos meteorológicos (por exemplo: chover, nevar, amanhecer, estar calor, etc.). Eis alguns exemplos:

- (1)a. É (aflitivo + funesto +...) que algumas pessoas desprezem os sinais de trânsito todos os dias.
- b. É (aflitivo + funesto +...) algumas pessoas (*desprezar + desprezarem) os sinais de trânsito todos os dias.
- (2)a. É (claro + evidente +...) que tem chovido toda a semana.
- b. É (claro + evidente +...) ter chovido toda a semana.
- (3)a. É (curioso + interessante +...) que se esteja ainda em plena crise governamental.

- b. É (curioso + interessante +...) (*se estar + estar-se) ainda em plena crise governamental.

Conforme (3b) nos mostra, nas infinitivas sujeito os pronomes pessoais clíticos ou átonos (se, me, te, nos, etc.) colocam-se depois do verbo, ao contrário do que sucede na completiva. Este é, pois, um aspecto que distingue as completivas das infinitivas.

Veremos que em relações infinitivas objecto existe geralmente maior liberdade na colocação dos clíticos, (ou antes ou depois do verbo). Todavia, este aspecto, como é óbvio, não pode ser aprofundado no âmbito do presente estudo.

Analiseemos agora os casos de redução da completiva em frases onde o adjectivo contém um complemento não frásico.

Duas situações se devem distinguir neste caso: (i) a construção em causa exige que $N_1 = N_{oc}$; (ii) a construção é indiferente à co-referência entre N_1 e N_{oc} . Consideremos, pois, o caso de $N_1 = N_{oc}$ como obrigatório:

- (4)a. É (aconselhável + recomendável +...) ao Júlio_i que (E + ?ele_i + *eu) tenha cuidado com o fogo.

- b. É (aconselhável + recomendável +...) ao Júlio_i (E + ??ele_i + *eu) ter cuidado com o fogo.

- (5)a. É (amável + mesquinho +...) da parte da Eduarda_i que (?E + ela_i + *eu) confirme essa declaração.

- b. É (lamentável + mesquinho +...) da parte da Eduarda_i (?E + ela_i + *eu) confirmar essa declaração.

Geralmente, esta situação verifica-se com os A-Compl regidos da prep. a ou da loc.prep. da parte de. Em construções como (4) é mais natural e, portanto, mais frequente apagar N_{oc} (ele), quer no caso da completiva, quer sobretudo no caso da infinitiva.

A regra interveniente neste tipo de apagamentos tem sido dada, na literatura da gramática generativa, a designação de "Equi-NP deletion" (Apagamento do SN Equivalente), ou simplesmente Equi. Digamos, pois, que N_{oc} (ele, em (4)) é apagado por ser equivalente (grosso modo, co-referente) de N₁ (o Júlio). A propósito desta regra, veja-se, nomeadamente, Rosembaum (1970), Postal (1972b), Burt (1971: Parte III), Akmajian (1975: pp. 297 e segs.).

Vejamos agora alguns exemplos em que é indiferente haver ou não co-referência entre N₁ e N_{oc}:

- (6)a. É (aviltante + difamatório + ultrajante +...) para o Júlio_i que (ele_i + eu) faça uma tal declaração.
- b. É (aviltante + difamatório + ultrajante +...) para o Júlio_i (ele_i + eu) fazer uma tal declaração.
- (7)a. É (aceitável + defensável + recusável +...) pela Eduarda_i que (ela_i + o Júlio) se preste a esse jogo.
- b. É (aceitável + defensável + recusável +...) pela Eduarda_i (ela_i + o Júlio) prestar-se a esse jogo.

Como se vê, no caso de o A-Compl ser regido pela prep. para ou por, é indiferente que haja ou não correferência entre N₁ e N_{oc}. Em consequência disso, o sujeito da completiva e da infinitiva pode não ser apagado, quando é co-referente, tendo

nesse caso de ser obrigatoriamente pronominalizado (cf. a inaceitabilidade, por exemplo, de *É aviltante para o Júlio_i que o Júlio_i faça uma tal declaração; neste último caso ele e Júlio não podem ser tomados como co-referentes. Quando não há co-referência, o sujeito da subordinada tem de manter-se para que o seu apagamento não gere ambiguidade.

Todavia, os fenómenos de co-referência transcendem o âmbito das relações directas entre N₁ e N_{OC}, conforme se pode inferir da análise dos exemplos seguintes:

- (8)a. É (abonatório + demonstrativo + ilustrativo +...) da sua competência que o director tenha nomeado o Júlio para esse cargo.
- b. É (abonatório + demonstrativo + ilustrativo +...) da sua competência o director ter nomeado o Júlio para esse cargo.
- (9)a. ?É (abonatório + demonstrativo + ilustrativo +...) da nossa competência que o director tenha nomeado o Júlio para esse cargo.
- b. ?É (abonatório + demonstrativo + ilustrativo +...) da nossa competência o director ter nomeado o Júlio para esse cargo.

Assim, em (8 a,b) existe uma dupla ambiguidade, na medida em que pode haver co-referência entre o possessivo (sua) de N₁ e N_{OC} (o director), por um lado, ou entre o mesmo

possessivo e N_{1c} (o Júlio). As frases (9a,b) são, de certo modo, aberrantes; para serem interpretáveis temos de admitir uma relação indirecta (em certa medida extra-linguística) entre o possessivo (nossa) de N₁ e N_{oc} ou N_{1c}; tal significa que a concretização da acção expressa na completiva ou infinitiva foi devida à intervenção do possuidor subjacente a N₁ (nossa competência $\equiv$ competência de nós).

Fenómenos deste tipo implicam, de certo modo, um alargamento da noção de co-referência. Gross (1968:pp. 71 e segs) considera tais fenómenos, incluindo a co-referência em sentido restrito, como restrições de projecção ("contraintes de projection"), que envolvem relações extremamente complexas e difíceis de explicar. Gross (1968: p. 72) define estas restrições nos seguintes termos, depois de as ter exemplificado através de construções verbais completivas: "Ces contraintes de projection sont à rapprocher de la notion de "différence" introduite par Harris (6) [=Harris (1964)] pour certaines structures parallèles. C'est ainsi que de part et d'autre de la conjonction mais, il y a un certain nombre de "différences". Dans les cas ci-dessus [i.e., os exemplos apresentados por Gross; cf. os meus exemplos (8) e (9), em certa medida equivalentes] , il y a une certaine "identité" de part et d'autre d'une conjonction de subordination". Em vez de conjunção de subordinação creio que poderíamos dizer antes subordinador, incluindo, por conseguinte, o infinitivo, que desempenha idêntica função.

3.1.2. Redução (ou desfinitização) das completivas objecto

As completivas objecto podem ser regidas, conforme já vimos, pelas proposições a, de, em, para e por. De um modo geral, só os adjectivos que aceitam completiva objecto regida das proposições de e para podem admitir igualmente um A-Compl não frásico. Tomarei, pois, em conta este complemento sempre que ele interfira no processo de redução à infinitiva.

Como, fundamentalmente, tal processo de redução tem implicações diversas, em função da preposição regente, analisarei separadamente cada um dos casos.

(i) Redução das completivas a que-F

Os adjectivos compatíveis com uma estrutura completiva do tipo a que-F subdividem-se, pelo menos, em quatro grupos:

19) adjectivos como atento², atinente e avesso, que admitem as seguintes construções:

- $\underline{N_O = N_{OC}}$: redução obrigatória;
- $\underline{N_O \neq N_{OC}}$: redução facultativa;

29) adjectivos como apto, atreito, pronto¹, receptivo, etc., que aceitam:

- $\underline{N_O = N_{OC}}$: redução obrigatória;
- $\underline{N_O \neq N_{OC}}$: redução impossível;

39) adjectivos como arisco, esquivo, prestes, etc., que só permitem:

- $\underline{N_O = N_{OC}}$: redução obrigatória;

49) adjectivos como adverso, contrário, hostil, etc., que apenas aceitam:

- $N_o \neq N_{oc}$: redução facultativa.

Ilustram a primeira situação os seguintes exemplos:

- (1)a. *Esses rapazes_i eram avessos a que (E + eles_i) entrassem em demasiadas competições.
- b. Esses rapazes_i eram avessos a (E + *eles_i) (entrar + entrarem) em demasiadas competições.
- (2)a. Esses rapazes eram avessos a que nós pudéssemos competir com eles.
- b. Esses rapazes eram avessos a nós podermos competir com eles.

Exemplificam o comportamento dos adjectivos do segundo grupo as seguintes construções:

- (3)a. *Os jogadores_i estão (aptos + prontos¹ + receptivos + ...) a que (E + eles_i) ouçam o árbitro.
- b. Os jogadores_i estão (aptos + prontos¹ + receptivos + ...) a (E + *eles_i) (ouvir + ouvirem) o árbitro.
- (4)a. Os jogadores estão (aptos + prontos¹ + receptivos + ...) a que (o árbitro + ele) dê início à partida.
- b. *Os jogadores estão (aptos + prontos¹ + receptivos + ...) a (o árbitro + ele) dar início à partida.

Completivas e infinitivas encontram-se neste caso em distribuição complementar: se $N_o = N_{oc}$, só a infinitiva é possível; se $N_o \neq N_{oc}$, só a completiva é admitida.

Repare-se que quando $N_o = N_{oc}$, tanto neste caso como nos outros, N_{oc} deve ser obrigatoriamente apagado (cf., por exemplo, (3b) ou ainda (1b)).

Os generatistas dão a esta regra a designação de Equi ("Equi-NP deletion", i.e., Apagamento do SN equivalente, dado que N_{oc} é equivalente a N_o ; v., a propósito, a subsecção 3.1.1. anterior). Por outro lado, em construções como (1b) ou (3b) tanto é permitido o infinitivo não flexionado (v.g., entrar, ouvir) como o flexionado. Em construções como (4a), onde temos a completiva com $N_o \neq N_{oc}$, certos adjectivos (v.g., apto, pronto¹) exigem uma restrição de projecção, directa ou indirecta, entre os elementos da frase subordinante e os da frase subordinada. Assim, em (4a) os adjectivos apto e pronto¹ implicam uma restrição de projecção indirecta, que consiste em o processo verbal expresso na completiva envolver o sujeito da frase subordinante. Se tal restrição não existir, a frase será ininterpretável, conforme podemos verificar, confrontando as seguintes construções, respectivamente com apto e pronto¹, por um lado, e receptivo por outro:

(5)a. ?*Os portugueses estão (aptos + prontos¹) a que os americanos cheguem a Marte.

b. Os portugueses estão receptivos a que os americanos cheguem a Marte.

No caso de adjectivos como apto e pronto¹, por exemplo, tal restrição de projecção poderia ser mais directa (i.e., $N_o = N_{1c}$):

- (6) Esses tenentes_i estão (aptos + prontos) a que o Estado
Maior os_i promova.

Sirvam agora para ilustrar a terceira situação atrás referida,
i.e., a dos adjectivos que só permitem a construção $N_O = N_{OC}$,
com redução ao infinitivo obrigatória, os seguintes exemplos:

- (7)a. *Alguns alunos_i estão prestes a que (E_i + eles_i + vocês)
terminem os seus trabalhos.

- b. Alguns alunos_i estão prestes a (E_i + *eles_i + *vocês)
(terminar + terminarem) os seus trabalhos.

Também neste último caso é obrigatório a aplicação de Equi, i.
e., apagamento de N_{OC} (eles) na frase infinitiva.

Os exemplos seguintes ilustram o comportamento dos itens do
quarto grupo atrás referido, i.e., o dos adjectivos que apenas
aceitam $N_O \neq N_{OC}$, sendo a redução ao infinitivo facultativa:

- (8)a. Alguns jogadores_i são (contrários + hostis +...) a que
(*E_i + *eles_i + vocês) possam entrar nesse jogo.

- b. Alguns jogadores são (contrários + hostis +...) a (*E_i
+ *eles_i + vocês) poderem entrar nesse jogo.

Neste caso nenhuma restrição de projecção se verifica. A o-
ração infinitiva é em muitos casos como o de (8b) mais aceitá-
vel com determinados auxiliares modais (v.g., poder). Desen-
volverei este ponto no Capítulo IV (secção 2.), ao comentar a
Tábua 2.

(ii) Redução das completivas de que-F

Os adjectivos que aceitam uma estrutura completiva regida da prep. de subdividem-se, pelo menos, em sete grupos.

19) Adjectivos como acusável, certo¹, condigno, criticável, desconhecedor, esperançoso, responsável¹, etc., permitem as seguintes construções:

- $\underline{N_o} = \underline{N_{oc}}$: redução facultativa;
- $\underline{N_o} \neq \underline{N_{oc}}$: redução facultativa.

Exemplos:

(9)a. Essas testemunhas_i são (acusáveis + criticáveis +...) de que (E + *elas_i) enganaram o juiz.

b. Essas testemunhas_i são (acusáveis + criticáveis +...) de (E + *elas_i) (ter + terem) enganado o juiz.

(10)a. Esse agente é (acusável + criticável +...) de que o infractor o subornou.

b. Esse agente é (acusável + criticável +...) de o infractor o ter subornado.

Quando há co-referência entre $\underline{N_o}$ e $\underline{N_{oc}}$, como em (9), $\underline{N_{oc}}$ deve ser apagado (Equi). Para que exemplos como (10), i. e., sem co-referência, sejam aceitáveis, é necessário admitir uma restrição de projecção do tipo referido atrás (cf.(i)), a qual implica que a acção expressa na completiva envolve a responsabilidade de $\underline{N_o}$. Adjectivos como certo¹ não implicam, todavia, uma tal restrição.

29) Adjectivos como ameaçador, consciente, ciente, côncio, etc., aceitam as seguintes construções:

- $N_O = N_{OC}$: redução facultativa;
- $N_O \neq N_{OC}$: redução impossível.

Exemplos:

(11)a. Muitas pessoas_i estão (conscientes + cōncias +...) de que (E + ?elas_i) têm razão.

b. Muitas pessoas_i estão (conscientes + cōncias +...) de (E + *elas_i) (?ter + terem) razão.

(12)a. Muitas pessoas estão (conscientes + cōncias +...) de que o país atravessa dificuldades.

b. *Muitas pessoas estão (conscientes + cōncias +...) de que o país atravessar dificuldades.

Quando $N_O = N_{OC}$, o sujeito pronominalizado da completiva (cf. (11a): elas) é susceptível, em certa medida, de ser mantido, assumindo nesse caso um valor enfático-contrastivo, que poderia ser salientado através da inserção de é que (cf. Muitas pessoas_i estão concientes de que elas_i é que têm razão). Na infinitiva, porém, a manutenção de N_{OC} é impossível. Além disso, o infinitivo não flexionado parece menos aceitável, neste caso, do que a forma flexionada.

39) Adjectivos como amigo, impaciente, zeloso. etc., admitem as seguintes construções:

- $N_O = N_{OC}$: redução obrigatória;
- $N_O \neq N_{OC}$: redução impossível.

Exemplos:

- (13)a. *Alguns lisboetas (são amigos + estão impacientes + ...) de que (E + eles_i) realizem corridas desportivas.
- b. Alguns lisboetas_i (são amigos + estão impacientes + ...) de (E + *eles_i) (realizar + realizarem) corridas desportivas.
- (14)a. Alguns lisboetas (são amigos + estão impacientes + ...) de que o clube promova corridas desportivas.
- b. *Alguns lisboetas (são amigos + estão impacientes + ...) de o clube promover corridas desportivas.

Repare-se que uma construção como (14b), com o item impaciente, é aceitável com a infinitiva interpretada como causal. A causal é F-Compl, e não A-Compl, como já vimos.

49) Adjectivos como alegre, contente, digno, merecedor, passível, etc., permitem as seguintes construções:

- $N_O = N_{OC}$: redução obrigatória;
- $N_O \neq N_{OC}$: redução facultativa.

Exemplos:

- (15)a. *Essas raparigas_i são (dignas + merecedoras + ...) de que (E + elas_i) escolham o programa da excursão.
- b. Essas raparigas_i são (dignas + merecedoras + ...) de (E + *elas_i) (escolher + escolherem) o programa da excursão.

(16)a. Essas raparigas_i são (dignas + merecedoras +...) de que a direcção as_i convide para a festa.

b. Essas raparigas_i são (dignas + merecedoras +...) de a direcção as_i convidar para a festa.

Em exemplos como (16), em que $N_o \neq N_{oc}$, observam-se restrições de projecção entre os elementos da subordinante e os da subordinada. Assim, em (16) $N_o = N_{1c}$, sendo N_{1c} o N objecto da completiva e infinitiva.

59) Adjectivos como convencível, descrente, persuadível, sabedor, sapiente, etc., aceitam as seguintes construções:

- $N_o = N_{oc}$: redução impossível;
- $N_o \neq N_{oc}$: redução impossível.

Exemplos:

(17)a. Esses rapazes_i são (convencíveis + persuadíveis +...) por qualquer um de nós de que (E + eles_i) não têm razão.

b. *Esses rapazes_i são (convencíveis + persuadíveis +...) por qualquer um de nós de (E + eles_i) não (ter + terem) razão.

(18)a. Esses rapazes_i são (convencíveis + persuadíveis +...) por qualquer um de nós de que vocês não queriam anganá-los_i.

b. *Esses rapazes_i são (convencíveis + persuadíveis +...) por qualquer um de nós de vocês não terem querido enganá-los_i.

Para que construções como (18a) sejam aceitáveis, é necessário que existam restrições de projecção entre os elementos da subordin

dinante e os da subordinada. Neste caso $N_O = N_{lc}$.

69) Adjectivos como capaz^{1,2}, competente¹, contrito, curioso, próximo, etc., apenas permitem a seguinte construção:

- $N_O = N_{oc}$: redução obrigatória.

Estes adjectivos não aceitam, portanto, a construção

$N_O \neq N_{oc}$.

Exemplos:

(19)a. *Esses alunos_i são (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de que (E + eles_i) faltem às aulas.

b. Esses alunos_i são (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de (E + *eles_i) (faltar + faltarem) às aulas.

(20)a. *Esses alunos são (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de que a escola os aceite.

b. *Esses alunos são (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de a escola os aceitar.

Em construções como (19b), o item competente¹ tem o sentido aproximado de capaz^{1,2} e ocorre em falares regionais ou mesmo na linguagem popular.

79) Adjectivos como abonatário, apreensivo, certificativo, compensável, corroborante, dependente, ilustrativo, pendente, etc., apenas aceitam a construção:

- $N_O \neq N_{oc}$: redução facultativa.

Construções com $N_O = N_{oc}$ são, pois, inaceitáveis.

Exemplos:

(21)a. Esses boatos são (abonatórios + ilustrativos +...) de que algo tem corrido mal.

b. Esses boatos são (abonatórios + ilustrativos+...) de algo ter corrido mal.

(22)a. *Esses boatos_i são (abonatórios + ilustrativos +...) de que (E + eles_i) provocaram mal-estar.

b. *Esses boatos são (abonatórios + ilustrativos +...) de (ter + terem) provocado mal-estar.

Finalmente, não me referi a construções como 'Este livro é difícil de ler', 'Esse espectáculo é fascinante de ver', pois tais construções são derivadas transformacionalmente a partir de, respectivamente, 'Ler este livro é difícil' e 'Ver esse espectáculo é fascinante', conforme sustento na subsecção 3.6. do presente capítulo.

(iii) Redução das completivas em que-F

Os adjectivos que se constroem com completiva objecto, regida de prep. em, subdividem-se em três grupos, conforme o seu comportamento perante os fenómenos que intervêm na redução ao infinitivo.

19) Adjectivos como aquiescente, confiante, crente, esperançoso, relutante, reticente, teimoso, unânime, etc., admitem as seguintes construções:

- $N_o = N_{oc}$: redução facultativa;
- $N_o \neq N_{oc}$: redução impossível.

Exemplos:

- (23)a. Alguns jogadores_i estão (confiantes + crentes +
+ esperançosos +...) em que (E + ?*eles_i) poderão vir a ganhar a partida.
- b. Alguns jogadores_i estão (confiantes + crentes +
+ esperançosos +...) em (E + *eles_i) (poder + poderem) vir a ganhar a partida.
- (24)a. Alguns jogadores estão (confiantes + crentes +
esperançosos +...) em que o árbitro possa vir a ser imparcial.
- b. *Alguns jogadores estão (confiantes + crentes +
+ esperançosos +...) em o árbitro poder vir a ser imparcial.

Certos adjectivos deste grupo, como os assinalados nos exemplos, exigem a presença na completiva de auxiliares de tempo-aspecto ou modais (v.g., vir a, poder, etc.) . Desenvolverei estes aspectos no Capítulo IV (v. subsecção 4).

29) Os adjectivos contente e recontente exigem:

-N_O=N_{OC}: redução obrigatória;

-N_O≠N_{OC}: redução facultativa.

Exemplos:

- (25)a. *Alguns jogadores_i estão (contentes + recontentes)
em que (E + eles_i) participem nessa partida.
- b. Alguns jogadores_i estão (contentes + recontentes)
em (E + *eles_i) (participar + participarem) nessa partida.

- (26)a. Alguns jogadores estão (contentes + recontentes) em que o árbitro seja imparcial.
- b. Alguns jogadores estão (contentes + recontentes) em o árbitro ser imparcial.

39) Adjectivos como amável, benevolente, caprichoso, extremoso, hesitante, negligente, paciente, solícito, tenaz, ze-
loso, etc., permitem apenas:

- $N_o = N_{oc}$: redução obrigatória.

Estes adjectivos não aceitam, pois, qualquer construção com $N_o \neq N_{oc}$.

Exemplos:

- (27)a. *Alguns funcionários_i são (amáveis + extremosos + pacientes + ...) em que (E + eles_i + vocês) atendam o público.
- b. Alguns funcionários_i são (amáveis + extremosos + pacientes + ...) em (E_i + *eles_i + vocês) (atender + atende-
rem) o público.

O valor de completiva da oração infinitiva é, neste caso, mais acentuado quando o verbo não é flexionado.

(iv) Redução das completivas para que-F

No contexto $N_o = N_{oc}$, a redução destas completivas a oração infinitiva é influenciada pela natureza de N_o (i.e., $N_o = N_{hum}$ ou $N_o = N_{-hum}$). Tendo, pois, em conta este factor, assim como os outros fenómenos intervenientes na desfinitização, podemos distinguir neste caso três grupos de adjectivos.

- 19) Os adjectivos compatíveis quer com $N_o = N_{hum}$, quer com $N_o =$
 $\neq N_{-hum}$, como é o caso de aconselhável, aproveitável, apto,

bom, necessário, suficiente, útil, etc., admitem as seguintes construções:

- $\underline{N_o = N_{oc}}$: -se $\underline{N_o = N_{hum}}$: redução facultativa;
- se $\underline{N_o = N_{-hum}}$: redução obrigatória;
- $\underline{N_o \neq N_{oc}}$: redução facultativa, qualquer que seja a natureza de N_o .

construções:

- $N_o = N_{oc}$: redução obrigatória;
- $N_o \neq N_{oc}$: redução facultativa.

Exemplos:

(31)a. *Esses filtros_i são (cómodos + eficazes + vantajosos + ...) para que (E + eles_i) purifiquem a água.

b. Esses filtros são (cómodos + eficazes + vantajosos+...) para (purificar + purificarem) a água.

(32) Esses filtros são (cómodos + eficazes + vantajosos+...) para (que nós purifiquemos + nós purificarmos) a água.

39) Adjectivos como forte, impotente, poderoso, prestes, etc., que são compatíveis quer com $N_o = N_{hum}$ quer com $N_o = N_{-hum}$; aceitam apenas:

- $N_o = N_{oc}$: - se $N_o = N_{hum}$: redução facultativa;
- se $N_o = N_{-hum}$: redução obrigatória.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

(33)a. Essas pessoas_i são (importantes + poderosas + ...) para que (E + *elas_i) consigam sustenher o inquérito.

b. Essas pessoas_i são (impotentes + poderosas + ...) para (E + *elas_i) (conseguir + conseguirem) sustenher o inquérito.

(34)a. *Esses diques_i são (impotentes + poderosos + ...) para que (E + eles_i) sustenham a enchente.

b. Esses diques são (impotentes + poderosos +...) para (E + *eles_i) (suster + sustere[m]) a enchente.

- (35) *Essas pessoas + comportas) são (impotentes + poderosas +...) para (que nós consigamos + nós conseguirmos) suste[r] a enchente.

Exemplos como os de (35) mostram-nos, pois, que os adjectivos em causa não aceitam $N_O = N_{OC}$. Todavia, em (35), a frase Essas comportas são poderosas para que nós consigamos suste[r] a enchente seria aceitável, desde que a oração para que-F fosse interpretada como final e não como completiva.

(V) Redução das completivas por que-F

19) A maior parte dos adjectivos que aceitam este tipo de estrutura, como, por exemplo, ansioso, ávido, impaciente, etc., revelam um comportamento sintáctico-semântico bastante homogêneo. Assim, tais adjectivos expressam, em geral, manifestação de vontade ou desejo. Esta propriedade semântica implica a presença do conjuntivo na completiva por que-F. O seu comportamento perante a redução à oração infinitiva pode expressar-se do seguinte modo:

- se $N_O = N_{OC}$: redução obrigatória;
- se $N_O \neq N_{OC}$: redução impossível.

Exemplos:

- (36)a. *Esses rapazes_i estão (ansiosos + ávidos + impac-

entes +...) por que (E + eles_i) cheguem à Madeira.

b. Esses rapazes_i estão (ansiosos + ávidos + impacientes +...) por (E + +eles_i) (chegar + ?*chegarem) à Madeira.

(37)a. Esses rapazes estão (ansiosos + ávidos + impacientes + +...) por que as férias cheguem.

b. ?*Esses rapazes estão (ansiosos + ávidos + impacientes +...) para as férias chegarem.

Conforme já assinalai na subsecção 2.6.1.. deste capítulo, construções como (36a) seriam aceitáveis, se o verbo da completiva estivesse no indicativo (cf. Esses rapazes estão ansiosos por - que chegam à Madeira); mas neste caso a frase subordinada deixaria de ser completiva para passar a ser casual.

Construções como (37b), isto é, como $N_O \neq N_{OC}$ e redução ao infinitivo, seriam igualmente aceitáveis com interpretação causal e não completiva. Por motivo semelhante, em (36b) o infinitivo flexionado (chegarem) é dificilmente aceitável com interpretação completiva, mas sê-lo-ia facilmente com interpretação causal; no mesmo exemplo (36b) a construção com o infinitivo não flexionado apenas pode ser interpretada como completiva. Em todo o caso, a aceitação do infinitivo flexionado depende também da natureza semântica do adjectivo. Assim, ávido aceita melhor a forma flexionada, em (36b), do que ansioso e impaciente; é que ávido dificilmente admite construção causal, pelo menos directa, ao contrário do que sucede com os outros dois adjectivos; apesar disso, em (37b), com $N_O \neq N_{OC}$, ávido rejeita, tal como os outros, a redução ao infinitivo.

29) Alguns adjetivos, como condenável, críticável, lastimável, responsável¹, etc., parecem admitir igualmente a estrutura completiva por que-F. Estes adjetivos distinguem-se claramente do grupo anterior, quer morfologicamente (terminam em -vel), quer semanticamente (não expressam nem vontade nem desejo): Se analisarmos o seu comportamento sintático, verificaremos, porém, que eles não constituem um grupo homogêneo. Assim, vejamos:

- (38)a. Esses gestores são (condenáveis + críticáveis + ?lastimáveis + *responsáveis¹) pelos trabalhadores (porque geriram + por terem gerido) mal a empresa.
- b. Esses gestores são dignos de (condenação + crítica + lástima + *responsabilidade) (porque geriram + por terem gerido) mal a empresa.

Como se vê (cf. 38a), condenável, críticável e em certa medida, lastimável, aceitam o A-Compl por-N₁, além da frase porque-F_{ind} ou por-F_{inf}, mas responsável¹ não admite tal complemento. Por outro lado (cf. 38b), condenável, críticável, lastimável, permitem ser parafraseados por digno de + N, mas responsável¹ não.

No plano morfológico, apesar de todos conterem o sufixo -vel, notam-se, contudo, diferenças. Condenável, críticável, lastimável derivam do verbo respectivo, acrescentando do sufixo -vel, ao passo que responsável¹ dá ele próprio origem à formação do verbo (responsabilizar) e do substantivo (responsabilidade).

No plano semântico, sentimos intuitivamente que em (38a), mas sem prep-N₁, a infinitiva funciona como objecto de responsável¹, mas não dos outros três adjectivos. Em relação a estes, a infinitiva tem valor causal, do mesmo modo que a frase porque-F_{ind}. Se utilizarmos alguns dos critérios mencionados na subsecção 2.6.1. atrás, como, por exemplo, o da deslocação, para distinguirmos se tal infinitiva é A-Compl ou F-Compl, notamos as seguintes diferenças:

(39)a. Por terem gerido mal a empresa, esses gestores são (condenáveis + criticáveis + lastimáveis).

b. ?*Por terem gerido mal a empresa, esses gestores são responsáveis¹...

A construção (39a) tem claramente o mesmo sentido que (38a), ao passo que (39b) parece uma frase inacabada, na qual falta o A-Compl de responsável¹ (v.g., perante os trabalhadores).

Dadas estas diferenças, considerarei, pois, o adjectivo responsável¹ como aceitando uma construção completiva regida de por.

Os adjectivos do tipo de condenável, criticável, lastimável, etc., serão, porém, excluídos, já que a construção regida de por é antes uma causal.

O adjectivo responsável¹ aceita, pois, as seguintes construções completivas

- N_O=N_{OC}: redução obrigatória;

- N_O≠N_{OC}: redução facultativa.

Exemplos:

(40)a. *Esses gestores₁ são responsáveis¹ por que (E + eles₁) tenham administrado mal a empresa.

b. Esses gestores₁ são responsáveis¹ por (E + *eles₁) (?ter +

+ terem) administrado mal a empresa.

- (41) Esses gestores são responsáveis¹ por (que a empresa tenha + a empresa ter) parado.

Em (40b) o infinitivo não flexionado é menos aceitável que a forma flexionada.

- 39) Adjectivos como curioso, furioso, solícito, etc., apenas parecem aceitar:

$N_o = N_{oc}$: redução facultativa.

Assim, por exemplo:

- (42)a. Essas pessoas_i estão (curiosas + furiosas +...) por que (E + elas_i) descubram tal enigma.

- b. Essas pessoas_i estão (curiosas + furiosas +...) por (E + *elas_i) (descobrir + descobrirem) tal enigma.

- (43)a. *Essas pessoas estão (curiosas + furiosas +...) por que nós descubramos tal enigma.

- b. ?*Essas pessoas estão (curiosas + furiosas por que nós descobrirmos tal enigma).

Estes adjectivos não admitem construções com $N_o \neq N_{oc}$ como completivas. Assim (43b) é aceitável, desde que a infinitiva seja interpretada como causal. A frase (43a) também seria aceitável com o mesmo significado, se o verbo da subordinada estivesse no indicativo.

Ao longo desta subsecção 3.1.2., verificámos por várias vezes que certas construções infinitivas não podem, pelo menos aparentemente, ser derivadas das completivas prep que-F correspondentes, pois estas não são aceitáveis, tendo em conta os diversos factores intervenientes nas estruturas em causa, tais como a natureza do adjectivo, fenómenos de co-referência, restrições de projecção, etc..

Relembremos, apenas para ilustração, os seguintes exemplos:

- (44)a. *Os jogadores_i estão (aptos + prontos¹ + receptivos + +...) a que (E + eles_i) ouçam o árbitro (cf.3a).
 b. Os jogadores_i estão (aptos + prontos¹ + receptivos+...) a (E + * eles_i) (ouvir + ouvirem) o árbitro (cf.3b).
- (45)a. *Alguns lisboetas_i (são amigos + estão impacientes+...) de que (E + eles_i) realizem corridas desportivas (cf.13a).
 b. Alguns lisboetas_i (são amigos + estão impacientes +...) de (E + *eles_i) (realizar + realizarem) corridas desportivas (cf. 13b).
- (46)a. *Esses alunos_i são (capazes^{1,2} + competentes +...) de que (E + eles_i) faltem às aulas (cf.19a).
 b. Esses alunos_i são (capazes + competentes +...) de (E + + *eles_i) (faltar + faltarem) às aulas (cf. 19b).
- (47)a. *Alguns funcionários_i são (amáveis + extremosos + pacientes +...) em que (E + eles_i + vocês) atendam o público (cf.27a).
 b. Alguns funcionários são (amáveis + extremosos + pacientes +...) em (E_i + *eles_i + *vocês) (atender + atenderem) o público (cf. 27b).

Tendo em conta as várias situações apontadas, de que estes exemplos constituem uma amostra, podemos esquematizar o comportamento dos adjectivos, em relação ao binómio completiva-infinitiva, do seguinte modo:

- a) há adjectivos, v.g., apto, pronto¹, receptivo, amigo, impaciente, etc., que só não aceitam completiva, mas apenas infinitiva, quando $N_o = N_{oc}$; quando $N_o \neq N_{oc}$, estes mesmos adjectivos admitem tanto completiva como infinitiva;
- b) há adjectivos, v.g., capaz^{1,2}, competente¹, amável, extremoso, paciente, etc., que nunca aceitam completiva, mas apenas infinitiva, justamente por só admitirem $N_o = N_{oc}$.

É evidente que, do ponto de vista teórico, estes casos constituem um argumento contra a derivação das infinitivas a partir das completivas, através de uma regra de Redução (ou desfinitização), que apaga o segmento Que-T, como defendi atrás na subsecção 3.1.

Todavia, os casos a e b referidos não têm, como é óbvio, a mesma força contra-argumentativa. Por um lado, os adjectivos como capaz^{1,2}, competente¹, amável, extremoso, paciente, etc., constituem verdadeiras excepções à regra de Redução em causa, já que nunca aceitam completiva. Todavia, estes casos são pouquíssimos, no conjunto dos adjectivos compatíveis com completiva, conforme se pode ver consultando as Tâbuas, sendo mesmo assim a Tábua 4 aquela que oferece mais exemplos.

Por outro lado, os adjectivos do tipo apto, pronto¹, receptivo, amigo, impaciente, etc., que são os mais numerosos, aceitam de qualquer modo completiva prep que-F, susceptível ou não de redução ao infinito, quando $N_O \neq N_{OC}$. Neste caso, poderíamos, pois, postular, tendo em conta este dado, uma estrutura abstracta (não atestada) *prep que-F, subjacente à infinitiva, justamente quando $N_O = N_{OC}$. Digamos que a propriedade $N_O = N_{OC}$ funcionaria como restrição que tornaria a regra transformacional de Redução (ou desfinitização) da completiva obrigatória. A dificuldade que subsiste é que tal restrição não opera de forma cega, i.e., sem olhar à natureza do adjectivo e da estrutura em causa. Como vimos, a restrição se $N_O = N_{OC}$: redução obrigatória não opera de forma generalizada, pois há adjectivos e estruturas em relação às quais a aplicação daquela restrição é facultativa.

É relativamente fácil inventar mecanismos abstratos mais ou menos ad hoc para solucionar esta questão. Preferi, todavia, utilizar o critério muito directo de marcar os adjectivos com as restrições:

- se $N_O = N_{OC}$: redução obrigatória;
- se $N_O \neq N_{OC}$: redução facultativa.

Este critério permite, apesar de tudo, descrever os dados, embora não explique suficientemente os fenómenos em causa. Outro critério utilizável poderia consistir em tentarmos determinar propriedades mais ou menos profundas (abstractas), provavelmente relacionadas com a natureza sintáctico-semântica dos adjectivos

em causa, com a forma das estruturas intervenientes, com a restrição $N_O = N_{Oc}$ ou outras, que nos permitissem sistematizar melhor e, por conseguinte, explicar de forma mais adequada, os fenómenos em causa. É possível que tal critério implicasse o recurso a uma aparelhagem formal fortemente abstracta (mais ou menos de natureza generativista) e, provalmente, não suficientemente motivada. Pelas razões expostas, na secção 3. do Capítulo I, não enveredei por este caminho. De qualquer modo, a descrição aqui apresentada, totalmente inexistente nas gramáticas do português, permite desde já encarar de forma mais sistematizada do que até aqui as relações do binómio completiva-infinitiva, relativamente às construções adjectivais.

3.1.3. Redução (ou definitização) das completivas duplas (adjectivos simétricos)

Tomando como base das construções completivas duplas, i.e., que ocorrem, à esquerda (sujeito) e à direita (objecto) dos chamados adjectivos simétricos, a seguinte estrutura:

Que-F V_{cop} Adj prep que-F

três combinações são possíveis, tendo em conta a possibilidade de aplicação da regra de Redução da completiva:

1º) Que-F V_{cop} Adj prep-F_{inf};

2º) F_{inf} V_{cop} Adj prep que-F;

3º) F_{inf} V_{cop} Adj prep-F_{inf}.

Ora, verifica-se justamente que estas três combinações são possíveis em relação a praticamente todos os adjectivos simétricos, qualquer que seja a preposição regen-

te da completiva objecto (i.e., a, de e para, como vimos; cf. a subsecção 2.2. deste Capítulo).

Exemplos:

- (1)a. Que nós tenhamos concorrido é (análogo + igual + paralelo +...) a que eles tenham desistido.
- b. Que nós tenhamos concorrido é (análogo + igual + paralelo +...) a eles terem desistido.
- c. Nós termos concorrido é (análogo + igual + paralelo+...) a que eles tenham desistido.
- d. Nós termos concorrido é (análogo + igual + paralelo+...) a eles terem desistido.
- (2)a. Que os técnicos tenham realizado o programa previsto é (abonatório + comprovativo + justificativo +...) de que eles são competentes.
- b. Que os técnicos tenham realizado o programa previsto é (abonatório + comprovativo + justificativo +...) de eles serem competentes.
- c. Os técnicos terem realizado o programa previsto é (abonatório + comprovativo + justificativo +...) de que eles são competentes.
- d. Os técnicos terem realizado o programa previsto é (abonatório + comprovativo + justificativo +...) de eles serem competentes.
- (3)a. Que essas pessoas pratiquem ginástica é (aceitável + aconselhável + benéfico +...) para que elas melhorem a saúde.

- b. Que essas pessoas pratiquem ginástica é (aceitável + aconselhável + benéfico + ...) para elas melhorarem a saúde.
- c. Essas pessoas praticarem ginástica é (aceitável + aconselhável + benéfico + ...) para que elas melhorem a saúde.
- d. Essas pessoas praticarem ginástica é (aceitável + aconselhável + benéfico + ...) para elas melhorarem a saúde.

De um modo geral, na redução das completivas duplas não parecem intervir restrições de projecção, incluindo os fenómenos de co-referência, do género das que detectamos na subsecção anterior.

Apenas no caso das completivas objecto, regidas da prep. a, a redução opera com uma certa dificuldade, quando o sujeito não é um pronome, como, por exemplo:

- (4)a. Que o Júlio parta é preferível a que a Eduarda chegue.
- b. ?Que o Júlio parta é preferível a a Eduarda chegar.
- c. ?Que o Júlio parta é preferível à Eduarda chegar.
- d. Que o Júlio parta é preferível a ela chegar.

A anomalia de (4b) poderia ser encarada como resultante de não se ter aplicado a regra de contracção entre a prep. a e o artigo a (a + a = à). Todavia, (4c), onde tal contracção se aplicou, também não é muito melhor que (4b).

Se o SN a Eduarda for substituído por um pronome (ela), a frase torna-se perfeitamente aceitável (cf. 4d).

Com as preposições de e para tal problema já não se põe do mesmo modo, na medida em que a regra de contracção com os artigos não se torna obrigatória:

- (5)a. Que o governo tenha apresentado o programa a tempo é com provativo de os ministros serem competentes.
- b. Que esses deputados tenham apresentado o programa a tem po é benéfico para a assembleia prosseguir os seus trabalhos.

3.2. Redução das factivas O facto de que-F

Na redução deste tipo de construções temos de distinguir dois aspectos:

- (i) redução e apagamento das sequência o facto de;
- (ii) desfinitização da completiva que-F.

Ora, quanto a este último aspecto, o da desfinitização da completiva que-F, não encontramos praticamente divergências em relação à descrição apresentada na subsecção anterior, desde que a sequência o facto de esteja presente nas estruturas.

Eis, pois, alguns exemplos de desfinitização da completiva que-F, com a sequência o facto de presente:

- (1)a. É (elucidativo + lamentável + significativo +...) o facto de que esses rapazes tenham chegado atrasados.

- b. É (elucidativo + lamentável + significativo +...) o facto de esses rapazes terem chegado atrasados.
- (2)a. Essas pessoas são (alheias + estranhas + indiferentes +...) ao facto de que a poluição cresça de dia para dia.
- b. Essas pessoas são (alheias + estranhas + indiferentes +...) ao facto de a poluição crescer de dia para dia.
- (3)a. O facto de que o exército tenha conseguido atingir o alvo é (consequente + proveniente + resultante +...) do facto de que a operação estava bem planeada.
- b. O facto de o exército ter conseguido atingir o alvo é (consequente + proveniente + resultante +...) do facto de a operação estar bem planeada.

Quanto ao primeiro aspecto mencionado atrás, i.e., o da redução e apagamento da sequência o facto de, duas questões, pelo menos, se levantam (em certos aspectos já a-floradas anteriormente), a saber:

- a) Restrições que condicionam a aplicação da regra de a pagamento da sequência o facto de;
- b) Condições em que opera a regra de redução o facto de → o; natureza desta regra e especificidade do elemento o.

Analisemos, pois, cada uma destas questões.

O apagamento da sequência o facto de é bloqueado, como já vimos parcialmente na subsecção 2.3. deste Capítulo, em dois casos:

- quando tal sequência é regida da proposição com, sobretudo no caso das construções o facto de que-F;
- quando, em certos casos, o modo da construção o facto de que-F é o indicativo e o adjectivo em causa não aceita paralelamente Que-F_{ind}.

Eis alguns exemplos de factivas regidas de com:

- (4)a. Esses administradores estão (furiosos + inquietos + tristes +...) com o facto de que o governo os tenha substituído.
- b. *Esses administradores estão (furiosos + inquietos + tristes +...) com que o governo os tenha substituído.

Todavia, frases como (4b) seriam mais aceitáveis, se que-F fosse reduzida ao infinitivo, se N_{oc} fosse um pronome pessoal, eventualmente apagado, e se a sequência o facto de fosse reduzida a o:

- (5) ?Esses administradores estão (furiosos + inquietos + tristes +...) com o (E + nós) termos criticado o trabalho deles.

Como exemplos de factivas com o verbo no indicativo, irreduzíveis a que-F por o adjectivo não aceitar esta construção naquele modo, temos:

(6)a. É (aflitivo + doloroso + vergonhoso +...) o facto de que Oeiras se encontra privada de electricidade.

b. *É (aflitivo + doloroso + vergonhoso +...) que Oeiras se encontra privada de electricidade.

No entanto em construções como (6b), e com certos adjetivos, que-F_{ind} é relativamente permitida, desde que modificada por advérbios de natureza aspectual-modal:

(7) ?É (aflitivo + doloroso + vergonhoso +...) que Oeiras (ainda + já) se encontra privada de electricidade.

Vejamos agora em que condições opera a regra de redução o facto de → o, através do apagamento de facto de. Eis alguns exemplos:

(8)a. É (grave + nefasto + perturbante +...) o facto de que certos países desprezem a paz.

b. *É (grave + nefasto + perturbante +...) o que certos países desprezem a paz.

c. É (grave + nefasto + perturbante +...) o facto de certos países desprezarem a paz.

d. *É (grave + nefasto + perturbante +...) o certos países desprezarem a paz.

(9)a. É (grave + nefasto + perturbante +...) o eles desprezarem a paz.

b. É (grave + nefasto + perturbante +...) o desprezarem a paz.

(10)a. Nós estamos (côncios + sapientes +...) do facto de que eles desprezam a paz.

b. *Nós estamos (côncios + sapientes +...) do que eles desprezam a paz.

c. Nós estamos (côncios + sapientes +...) do facto de eles desprezarem a paz.

d. *Nós estamos (côncios + sapientes +...) do eles desprezarem a paz.

e. *Nós estamos (côncios + sapientes +...) do desprezarem a paz.

Da análise destes exemplos concluímos que a regra de redução o facto de → o não opera:

- antes de que (cf. 8b);
 - antes de SN pleno (i.e., não pronominalizado) (cf. 8d);
 - antes de completiva ou infinitiva objecto (cf. 10b,d,e);
- mas que se aplica em relação às infinitivas sujeito:
- antes de pronome pessoal (cf. 9a);
 - antes de V_{-inf} (cf. 9b).

Tais restrições, relativas à aplicação da regra o facto de → o, creio que são ilustrativas da especificidade do elemento o.

Embora na sequência o facto de o elemento o pareça um determinante com as propriedades de artigo, tal não se verifica,

porém.

Repare-se que os artigos constituem uma classe de determinantes que são combináveis com outros determinantes.

Assim, por exemplo:

- (11)a. Todos os nossos primeiros cinco planos falharam.
- b. Alguns dos cinco nossos primeiros planos falharam.
- c. Todos os (nossos + cinco + primeiros) planos falharam.
- d. Todos os planos falharam.
- e. *Todos planos falharam.
- f. *Cinco nossos planos falharam.
- g. ?*Nossos planos falharam.
- h. Os planos falharam.

Embora a classe dos determinantes pareça dividir-se em cinco subclasses, conforme (11a) nos mostra, verifica-se na realidade que tal não acontece, já que os determinantes que se situam à direita do artigo os podem comutar entre si (cf. 11c). Sendo assim, podemos considerar que existem em português, como aliás noutras línguas, três subclasses de determinantes:

- Pré-artigos (todos, alguns de, etc.);
- Artigos (o, etc., e também os demonstrativos este, etc.);
- Pós-artigos (nossos, cinco, primeiros, etc.).⁽¹⁷⁾

Ora, a forma o, na sequência o facto de, não apresenta verdadeiro comportamento de artigo, visto que não é combinável com os elementos das outras subclasses de determinantes, como se pode verificar a seguir:

(12)a. *É grave todo o primeiro facto de que certos países desprezem a paz.

b. *É grave todo o facto de que-F_{conj}.

c. *É grave o primeiro facto de que-F_{conj}.

Além disso, a sequência o facto de no contexto em causa não admite flexão no plural:

(13) *São graves os factos de que certos países desprezem a paz.

Desta análise parece podermos concluir que a sequência o facto de funciona nas estruturas em causa como uma espécie de subordinador de nominalização, ligado a que ou ao infinitivo, tornando-se de certo modo redundante, excepto quando é regido da prep. com. A forma o, resultante do apagamento (nas circunstâncias já assinaladas), de facto de, naquela sequência, mantém o mesmo valor de subordinador de nominalização. Devido a este valor, a forma o não é admitida nas infinitivas indirectas isto é, regidas de preposição (cf. 10b,d,e).

Por outro lado, a redução o facto de → o não implica um processo de pronominalização, já que a forma o é combinável, por exemplo, com os pronomes pessoais (cf. (9a) atrás).

Ora, os pronomes não são combináveis com os pronomes, salvo o (=isto, isso, aquilo) e que (pron. relativo).

Uma última questão que se prende ainda com a natureza da regra de redução o facto de→o e com a especificidade deste elemento é a seguinte: será que em todas as estruturas infinitivas "rêgidas" de o este elemento resulta da redução da sequência o facto de ?

Para encontrarmos resposta a esta questão, teremos de verificar se porventura aquele elemento ocorre com adjectivos não factivos, por um lado, ou se ocorre com quaisquer outros itens lexicais, em relação aos quais seja difícil determinar propriedades factivas.

Analisemos, pois, as possibilidades de ocorrência do elemento o em relação a estes dois casos.

Tomemos como exemplo de adjectivos não factivos possível e provável:

(14)a. É (possível + provável) (E + *o facto de) eles terem passado por aí ontem.

b. É (possível + provável) (E + ?o) eles terem passado por aí ontem.

Em construções como (14b) muitos falantes aceitam a forma o antes da infinitiva, ao contrário do que sucede com a sequência o facto de em (14a), que é rejeitada.

Eis outros exemplos paralelos fora do campo adjectival:

(15)a. ?*O facto de chover demasiado faz mal às culturas.

b. O chover demasiado faz mal às culturas.

Construções como (15b), com infinitivo impessoal precedido de o, são francamente aceites, ao contrário do que sucede com (15a), onde a sequência o facto de é mal aceite. Para que tal sequência se torne francamente aceitável, é necessário actualizar a frase em causa, retirando-lhe o valor genérico, atemporam que ela contem, como, por exemplo:

(16)a. O facto de estar a chover demasiado fez mal às culturas.

b. O estar a chover demasiado faz mal às culturas.

Todavia, em casos como (15b) ou (16b) é admissível que o elemento o seja o artigo e não a forma reduzida da sequência o facto de. Neste sentido confrontem-se as seguintes construções com verbos pessoais:

(17)a. O rir em jejum faz mal.

b. Todo o rir em jejum faz mal.

c. ?O rirmos em jejum faz mal.

d. *Todo o rirmos em jejum faz mal.

e. ?*O facto de rirmos em jejum faz mal.

Também (17e) precisa de ser actualizada para se tornar aceitável:

(18) O facto de estarmos a rir em jejum faz mal.

A comparação de (17a,b) com (17c,d) mostra-nos claramente que no caso do infinitivo usado de forma impessoal e, portanto, não fle-

xionado o elemento o ocorre livremente e tem comportamento de artigo, já que é combinável com o pré-artigo todo. Tal não sucede, porém, com o infinitivo flexionado, onde o emprego do elemento o é condicionado. De qualquer modo, em casos como (17c) ou (14b) o elemento o parece funcionar como uma marca de semi-factividade, no sentido atribuído a esta noção na subsecção 2.3. deste Capítulo. A distribuição deste elemento semi-factivo o parece menos condicionada do que a da sequência o facto de. Entre o elemento o e esta sequência existe, contudo, uma relação, pelo menos indirecta, visto que as construções que aceitam aquele elemento apresentam algumas propriedades características da factividade. Assim, por exemplo, retomando (14b) e (17c) observa-se o seguinte comportamento destas frases em relação a alguns testes que permitem definir a factividade:

- (19)a. ?*É (possível + provável) o eles terem passado por aí ontem, mas se calhar não passaram.
- b. ?*Não é (possível + provável) o eles terem passado por aí ontem, mas se calhar passaram.
- (20)a. *O rirmos em jejum faz mal, mas se calhar nós não rimos em jejum.
- b. *O rirmos em jejum não faz mal, mas se calhar nós rimos em jejum.

Emfim todo este assunto necessita de uma maior investigação, que não se circunscreva apenas aos adjectivos, mas

que se alargue igualmente aos verbos e aos substantivos, afim de se poderem definir com mais rigor as propriedades dos predicados factivos e dos não factivos.

3.3. Indução do conjuntivo em Que-F pela negação do predicado adjectival (~Adj $\supset$ Conj /Que-F-/

Os adjectivos que aceitam Que-F_{ind} subdividem-se em três grupos, quando submetidos à negação: (i) uns passam a aceitar apenas Que-F_{conj}; (ii) outros admitem quer Que-F_{ind}, quer Que-F_{conj}; (iii) outros ainda continuam a aceitar apenas Que-F_{ind} o que é raro.

Eis alguns exemplos de construções com adjectivos de cada grupo:

- (1)a. É (certo¹ + claro + notório + ostensivo +...) que o Júlio (tem + *tenha) razão.
- b. Não é (certo¹ + claro + notório + ostensivo +...) que o Júlio (*tem + tenha) razão.
- (2)a. É (evidente + exacto + líquido + visível +...) que o Júlio (tem + *tenha) razão.
- b. Não é (evidente + exacto + líquido + visível +...) que o Júlio (tem + tenha) razão.
- (3)a. A Eduarda é (desconhecedora + persuadível +...) de que (pos_{ui} + *possua) qualidades para desempenhar esse cargo.
- b. A Eduarda não é (desconhecedora + persuadível +...) de que (possui + *possua) qualidades para desempenhar esse cargo.

Na maior parte dos casos, a negação do adjectivo induz o conjuntivo na completiva, embora em muitos outros se possa manter também o indicativo.

Vejamos qual é a diferença entre o indicativo e o conjuntivo nestes casos, através da análise de alguns exemplos de construções:

- (4)a. É (evidente + exacto + líquido + ...) que esses rapazes acertam nos prognósticos.
- b. Não é (evidente + exacto + líquido + ...) que esses rapazes acertam nos prognósticos.
- c. Não é (evidente + exacto + líquido + ...) que esses rapazes acertem nos prognósticos.

Repare-se no paradoxo que a inserção da adversativa mas-F provoca entre (4b) e (4c):

- (5)a. Não é (evidente + exacto + líquido + ...) que esses rapazes acertam nos prognósticos, mas eles (acertam sempre + nunca falham).
- b. ?*Não é (evidente + exacto + líquido + ...) que esses rapazes acertem nos prognósticos, mas eles (acertam sempre + nunca falham).

Quer dizer, em construções como (4b) e (5a), isto é, com o adjectivo submetido à negação e o indicativo na completiva, o sujeito falante (ou autor da enunciação) pressupõe a verdade da oração completiva (i.e., 'esses rapazes acertam realmente nos prognósticos'); neste caso o advérbio não apenas nega o adjectivo, o que indica que o conteúdo da oração completiva não é (evidente + exacto + lí

guido) para outras pessoas, mas é-o para o sujeito falante.

Tal intuição poderia ser explicitada através da inserção de um complemento para-N e do acrescentamento de uma adversativa mas-F afirmativa, contendo referência ao sujeito falante (para mim):

- (6) Não é (evidente + exacto + líquido +...) para certas pessoas que esses rapazes acertam nos prognósticos , mas para mim é.

Em construções como (4c) e (5b), ou seja, com o adjectivo negado e o conjuntivo na completiva, o sujeito falante na da pressupõe quanto à verdade da oração completiva, o que significa que o conteúdo desta não é (evidente + exacto + +líquido) para ninguém; donde a estranheza provocada pelo acrescentamento em (5b) da frase afirmativa mas-F. Tal intuição poderia ainda ser explicitada do seguinte modo:

- (7) Não é (evidente + exacto + líquido +...) para ninguém , nem mesmo para mim, que esses rapazes acertem nos prognósticos, mas (possivelmente + provavelmente) eles acertam.

Se a afirmativa mas-F contiver um modificador modal, como possivelmente ou provavelmente, ela já não entra em contradição com a neutralidade pressuposicional do falante.

3.4. Extraposição das completivas, factivas e infinitivas

Quando as completivas, factivas e infinitivas desempenham a função de sujeito, isto é, se encontram à esquerda do predicado adjectival, segundo a ordem sujeito-verbo, elas podem

ser deslocadas para a direita do adjectivo e do seu complemento, frásico (como no caso dos adjectivos simétricos) ou não frásico, se este último estiver presente.

Esta regra, designada como Extraposição e estudada, nomeadamente, por Rosenbaum (1967), Ross (1967), R. Lakoff (1968), Gross (1968) e (1975), Gaatone (1970) e Martin (1970), apresenta as seguintes formas, no caso das construções adjectivais do português:

- (1) a. $\text{Que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) \rightarrow$
 $\underline{V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) \text{ Que-F}}$
- b. $\text{O facto de que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) \rightarrow$
 $\underline{V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) \text{ o facto de que-F}}$
- c. $F_{\text{inf}} (V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl})) \rightarrow$
 $\underline{V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) F_{\text{inf}}}$

Estas três variantes formais podem ser condensadas numa única fórmula:

- (2) $\underline{(\underline{E} + \text{ o facto de}) (que-F + F_{\text{inf}}) V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl})}$
 $\rightarrow \underline{V_{\text{cop}} \text{ Adj } (\underline{E} + \text{ Compl}) (\underline{E} + \text{ o facto de}) (que-F + F_{\text{inf}})}.$

Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (3) a. Que esses países resolvam os seus problemas é (agradável + útil + ...) a todos nós.
- b. É (agradável + útil + ...) a todos nós que esses países resolvam os seus problemas.

- (4)a. O facto de que essas pessoas tenham apresentado queixa ao tribunal é (nocivo + prejudicial +...) ao andamento do processo.
- b. É (nocivo + prejudicial +...) ao andamento do processo o facto de que essas pessoas tenha apresentado queixa ao tribunal.
- (5)a. Essas pessoas terem apresentado queixa ao tribunal é (nocivo + prejudicial +...) ao andamento do processo.
- b. É (nocivo + prejudicial +...) ao andamento do processo essas pessoas terem apresentado queixa ao tribunal.
- (6)a. (E + o facto de) que o avião tenha caído é (confirmativo + ilustrativo +...) de que houve negligência do piloto.
- b. É (confirmativo + ilustrativo +...) de que houve negligência do piloto (E + o facto de) que o avião tenha caído.

Como se vê através de (6b), a regra de Extraposição opera igualmente no caso das completivas e factivas (e infinitivas) sujeito dos adjectivos simétricos.

A completiva objecto destes adjectivos está representada no símbolo Compl (mencionado nas formulas (1) e (2) atrás), o qual abrange igualmente os complementos não frásicos (do tipo a to-
dos nós, em (3), etc.).

Repare-se que em nenhuma circunstância esta regra pode deslocar a completiva, factiva ou infinitiva, para uma posição entre o adjectivo e o seu eventual complemento não frásico ou frásico (como é o caso das completivas objecto dos adjectivos simétricos):

- (7)a. *É agradável que esses países resolvam os seus problemas a todos nós (cf. (3)).
- b. *É ilustrativo (E + o facto de) que o avião tenha caído de que houve negligência do piloto (cf. (6)).

Tal restrição decorre naturalmente da especificidade dos complementos em causa, pois eles são A-Compl (portanto não deslocáveis) e não F-Compl.

A análise dos fenómenos intervenientes na aplicação da regra de Extraposição leva-nos, porém, a postular as seguintes questões:

- (i) Sendo mais naturais (e, portanto, mais frequentes) em português construções como (3b), (5b), etc., i. e., com a completiva e infinitiva extrapostas, por que não admitir tais construções como estruturas de base (hipótese de Emonds 1970)?
- (ii) Se mantivermos a formulação desta regra como em (1) e (2), a redução (ou desfinitização) da completiva operará de facto antes de se aplicar Extraposição, como admiti, ou não actuará somente depois?
- (iii) Tal regra será sempre de aplicação facultativa ou haverá casos em que ela se tornará obrigatória?
- (iv) Completivas, factivas e infinitivas terão realmente o mesmo comportamento perante a aplicação desta regra?

Analisemos, pois, cada uma destas questões.

Quanto à questão (i), Emonds (1970: sobretudo no capítulo III), baseando-se sobre os dados do inglês e no âmbito da teoria generativa, procurou demonstrar que as completivas e infinitivas directas, i.e., não regidas de preposição e podendo exercer a função de sujeito, não se comportavam como sintagmas nominais, ao contrário do que tinha sido sustentado por Rosenbaum (1967). Por tal motivo e ainda por outras razões relacionadas com a natureza e tipos de transformações, aquelas frases deviam ser geradas pelas regras de base à direita do predicado. Eventualmente, tais frases poderiam ser deslocadas para a esquerda do predicado através de uma regra, por assim dizer, inversa da de Exposição, que Emonds (1970: p. 79) designa como "subject replacement", permitindo assim derivar, por exemplo, (8b) de (8a), a seguir (exemplos de Emonds):

(8)a. It would irritate him for the house to be painted.

b. For the house to be painted would irritate him.

Digamos, pois, que de acordo com a proposta de Emonds, a frase infinitiva "For the house to be painted" era gerada pelas regras de base na posição que ocupa em (8a) e que, a partir daí, podia ser deslocada para a esquerda do predicado, indo substituir o pronome sujeito it, seu co-referente.

Todavia, os argumentos quer empíricos, quer teóricos, em que Emonds se baseou para formular a sua hipótese têm sido muito contestados (cf., por exemplo, Higgins 1973), de tal modo que a regra de Extraposição, tal como a formulei em (1) e (2) e a exemplifiquei, com base na sua aplicação em construções adjectivais,

em (3), (4), (5) e (6) atrás, continua a ser aceite pelos linguistas em geral.

Ora, enquanto em inglês ou em francês (cf. "Qu'il gagne le prix est facile à Pierre" → "Il est facile à Pierre qu'il gagne le prix") a função de sujeito gramatical pode ser desempenhada pelos morfemas vazios it e il, respectivamente, o que permitiria com mais facilidade a admissão das duas hipóteses (i.e., Extraposição e "subject replacement"), em português o pronome vazio, candidato a tal função, ele, só se usa esporadicamente em certos falares regionais ou na linguagem popular (cf. Ele é provável que chova).

Para admitirmos, portanto, que em português não existe regra de Extraposição teríamos de postular que em construções como (3b), (4b), (5b) e (6b), atrás citadas, ou não existiria sujeito na estrutura de base, o que seria aberrante nos casos em questão, pois já vimos que as completivas, factivas, e infinitivas têm função de sujeito, ou então que para tais casos a ordem de base dos constituintes da frase não seria Sujeito-Verbo, mas sim Verbo-Sujeito,⁽¹⁸⁾ o que redundaria em contra-senso.

Sendo assim, parece mais correcto admitir que as completivas, factivas e infinitivas ocupam nas construções em análise a posição habitual do sujeito em português, i.e., à esquerda do verbo ou predicado, em geral, e que podem ser deslocadas para depois deste através da regra de Exposição.

Repare-se que o facto de construções como (3b) e (5b) serem mais naturais e, portanto, mais frequentes do que (3a) e (5a), não invalida a hipótese de existir a regra de Extraposição. De qualquer modo, construções como (3a) e (5a) existem e torna-se, portanto, necessário que a gramática dê conta delas, relacionando-as com as construções sinónimas correspondentes (3b) e (5b). Ora, a regra de Extraposição permite estabelecer tal relação. Por outro lado ainda, construções como (4a), que contêm a sequência o facto de, são mais naturais e mais frequentes do que (3a), por exemplo; neste caso o argumento da não naturalidade ou da pouca frequência já não colhe. Certas construções infinitivas, sobretudo com o infinitivo impessoal ou não flexionado, ocorrem com naturalidade e frequência à esquerda do verbo ou predicado, como, por exemplo:

- (9)a. Estar a chover meses e meses é prejudicial à agricultura.
- b. Prestar atenção ao trânsito é necessário a qualquer pessoa.

Quanto à questão (ii) atrás suscitada, ou seja, a da ordem de aplicação das regras de Extraposição e Redução da Completiva (e factiva), a resposta parece simples e clara.

Efectivamente, se aplicássemos tais regras pela ordem seguinte:

- 1º) Extraposição (facultativa),
- 2º) Redução (facultativa),

teríamos de admitir na gramática uma outra regra que permitisse deslocar as infinitivas para a esquerda do verbo ou predicado,

já que tais construções existem (cf. nomeadamente (5a) ou (9a,b)).

Se, porém, aplicarmos tais regras segundo a ordem:

1º) Redução (facultativa),

2º) Extraposição (facultativa),

obteremos todas as construções em causa sem necessidade de postular mais nenhuma regra. Como ambas as regras são facultativas, se não aplicarmos nenhuma, obtemos as completivas Que-F à esquerda do predicado.

Se só aplicarmos Redução, obtemos as infinitivas na mesma posição anterior. Se, porém, não aplicarmos Redução, mas apenas Extraposição, obtemos as completivas Que-F à direita do predicado. Se, finalmente, aplicarmos Redução e Extraposição, obtemos as infinitivas à direita do predicado.

No que respeita à questão (iii), i.e., se a regra de Extraposição é sempre facultativa ou se é obrigatória em alguns casos, também a resposta parece simples.

Ao fazer a distinção entre adjectivos factivos, ou seja, que aceitam a sequência o facto de antes da completiva, e não factivos (cf. a subsecção 2.3. deste capítulo), verificámos que os segundos aceitavam com mais dificuldade a construção não extraposta Que-F V_{cop} Adj (v.g., ? Que o Júlio falte é provável) do que os primeiros (v.g., Que o Júlio falte é lamentável). Todavia, tal ob-

servação só é inteiramente válida em termos absolutos. Na verdade, se o adjectivo não factivo for acompanhado de certos modificadores, ele já aceita melhor a estrutura sem extraposição:

(10)a. Que o Júlio falte é (pouco + muito + bastante) provável.

b. Que o Júlio falte é improvável.

Por tal motivo, parece mais correcto considerar sempre a aplicação da regra de Extraposição como facultativa, pelo menos no caso das construções adjectivais, como vimos atrás. Sendo assim, acabei por não registar nas Tábuas respectivas a propriedade Extraposição obrigatória, a qual permitiria assinalar de forma pouco produtiva, justamente por ser variável, os adjectivos não factivos.

Quanto à questão (iv), i.e., a do comportamento de completivas, factivas e infinitivas, perante a regra de Extraposição, ela já foi praticamente respondida. De facto, já vimos que as factivas são aceites sem extraposição, de forma mais natural, sobretudo reduzidas ao infinitivo (i.e., o facto de F_{inf} ou o F_{inf}), do que as completivas na mesma posição. E vimos também que certas infinitivas são melhor aceites à esquerda adjectivo do que outras. Todavia, o registo de tais diferenças não cabe no âmbito de uma gramática formal, conforme já salientei na secção 3. do Capítulo I.

Por isso, estas diferenças não foram tomadas em conta nas Tábuas léxico-sintácticas.

3.5. Deslocação de constituintes e topicalização: as propriedades

$$\underline{N_{oc} V_{cop} Adj (que + inf) - [F]}$$

$$\underline{N_{oc} \neq N_o V_{cop} Adj prep (que + inf) - [F]}$$

$$\underline{N_{lc} V_{cop} Adj (que + inf) - [F]}$$

$$\underline{N_{lc} \neq N_o V_{cop} Adj prep (que + inf) - [F]}$$

Nas construções adjectivais à semelhança do que sucede, aliás, com construções contendo predicados verbais ou certos substantivos predicativos⁽¹⁹⁾ tanto o sujeito como os objectos verbais da completiva podem ser deslocados, a partir da sua posição de base, para a esquerda da frase subordinante (ou do predicado adjectival subordinante).

Eis alguns exemplos que revelam este tipo de deslocação a partir de completivas sujeito:

- (1)a. É (aceitável + lastimável + significativo +...) que essas raparigas deixem de lutar.
- b. Essas raparigas_i, é (aceitável + lastimável + significativo +....) que (E + elas_i) deixem de lutar.
- (2)a. É (aconselhável + necessário + preferível +...) que vocês coloquem esses livros nas prateleiras.
- b. Esses livros_i, é (aconselhável + necessário + preferível +...) que vocês (*E + os_i) coloquem nas prateleiras.

(3)a. É (bom + difícil + obrigatório +...) que os filhos obedecem aos pais.

b. Aos pais_i, é (bom + difícil + obrigatório +...) que os filhos (? E + lhes_i) obedecem.

A relação sintático-semântica evidente entre as frases a e b dos exemplos supracitados leva-nos, pois, a admitir que as segundas podem ser derivadas das primeiras através de uma regra de deslocação que extrai constituintes da completiva e os coloca à cabeça da frase subordinante (ou do predicado adjectival).

Contudo, esta regra só opera sobre as frases a, depois de estas terem sofrido Extraposição (v. a subsecção anterior). Vejamos, porém, se seria possível aplicar a mesma regra antes de Extraposição operar:

(4)a. Que essas raparigas deixem de lutar é (aceitável + lastimável + significativo +...).

b. Essas raparigas_i, que (*E + elas_i) deixem de lutar é (aceitável + lastimável + significativo +...).

(5)a. Que vocês coloquem esses livros nas prateleiras é (aconselhável + necessário + preferível +...).

b. Esses livros_i, que vocês (*E + os_i) coloquem nas prateleiras é (aconselhável + necessário + preferível +...).

(6)a. Que os filhos obedecem aos pais é (bom + difícil + obrigatório +...).

b. Aos pais_i, que os filhos (?E + lhes_i) obedecem é (bom + difícil + obrigatório +...).

Como se vê, nos exemplos (4), (5) e (6), as construções b, derivadas a partir de a, são relativamente aceitáveis. Todavia, o que se verifica é que, se às frases b de tais exemplos aplicarmos Extraposição, abrangendo esta regra todo o d^ominio da completiva, incluindo o constituinte deslocado, já não poderemos obter as frases (1b), (2b) e (3b) atrás citadas, mas sim as seguintes, cuja aceitabilidade parece muito reduzida:

- (7) ?*É (aceitável + lastimável + significativo +...),
essas raparigas, que (*E + elas_i) deixem de lutar.
- (8) ?*É (aconselhável + necessário + preferível +...),
esses livros_i, que v^os (*E + os_i) coloquem nas
prateleiras.
- (9) ?*É (bom + difícil + obrigatório +...), aos pais_i,
que os filhos (E + lhes_i) obedeçam.

Mas, se em (8), por exemplo, reduzirmos a completiva à oração infinitiva, a construção torna-se francamente aceitável:

- (10) É (aconselhável + necessário + preferível +...)
esses livros_i, v^os colocarem-nos_i nas prateleiras.

Construções como (10) necessitariam ~~de ser~~ mais investigadas, o que é impossível de realizar no âmbito do presente trabalho.

Aparentemente, os dois processos de deslocação referidos, ou seja, antes e depois de se aplicar Extraposição, parecem independentes. No entanto, se em (4b), (5b) e (6b) aplicássemos Extraposição apenas à completiva residual,

isto é, não incluindo o constituinte deslocado, o resultado obtido seriam as construções (1b), (2b) e (3b), respectivamente.

Por outro lado, construções como (10) poderiam ser obtidas não directamente de exemplos como (5b), mas antes de frases como (2a), isto é, depois de Extraposição se ter efectuado, pelo processo exemplificado a seguir, embora de forma sumária:

- (11)a. Vocês colocarem esses livros nas prateleiras é necessário.
- b. É necessário vocês colocarem esses livros nas prateleiras.
- c. É necessário esses livros_i, vocês colocarem-nos_i nas prateleiras.

Quer dizer, depois (11b) ser derivada de (11a) por meio de Extraposição é que se efectuou a deslocação do SN esses livros para a esquerda da oração infinitiva, como se observa em (11c). É evidente que, se tal constituinte fosse deslocado para a esquerda do predicado adjectival, obteríamos, tal como sucede em (1b), (2b) e (3b), a frase seguinte:

- (12) Esses livros_i, é necessário vocês colocarem-nos_i nas prateleiras.

Estes dois processos de deslocação só se aplicariam, portanto, depois de Extraposição.

Sendo assim, o tipo de deslocação posto em evidência em (5b) e (6b) é independente dos processos de deslocação referenciados em (11c) e em (1b), (2b), (3b) ou (12). Sobre construções

como (4b), (5b) e (6b) já não se pode, por conseguinte, aplicar Extraposição, quer porque esta regra poderia conduzir a resultados pouco aceitáveis, como os de (7), (8) e (9), quer porque tais resultados, quando correctos, conforme sucede em (10), podem ser obtidos através do processo de derivação ilustrado em (11), ou seja, após Extraposição. Esta conclusão, fundamentada na observação dos dados empíricos poderia ser reforçada com argumentos de natureza teórica, se recorrêssemos por exemplo à literatura da gramática generativa. Nesta teoria a regra de Extraposição é considerada como cíclica e as regras de deslocação, em geral como pos-cíclicas⁽²⁰⁾. Ora se se mostrasse que as regras de deslocação se aplicavam antes de Extraposição e esta regra se podia aplicar depois, aquele princípio teórico seria violado.

Neste estudo apenas considero o tipo de deslocação posto em evidência em (1b), (2b), (3b) e (12), deixando, portanto de lado os outros processos ilustrados em (4b), (5b) e (6b) ou (10) e (11c).

Continuando, portanto, a analisar o primeiro tipo de deslocação referido, podemos verificar que, se a completiva tiver sofrido desfinitização, conforme sucedia em (11) e (12), a deslocação de constituintes é igualmente possível:

(13)a. É (aceitável + lastimável + significativo +...) essas raparigas desistirem de lutar.

b. Essas raparigas_i, é (aceitável + lastimável + significativo +...) (E + elas_i) desistirem de lutar.

- (14)a. É (aconselhável + necessário + preferível +...) vocês colocarem esses livros nas prateleiras.
- b. Esses livros_i, é (aconselhável + necessário + preferível + ...) vocês colocarem (*E + -nos_i) nas prateleiras.
- (15)a. É (bom + difícil + obrigatório +...) os filhos obedecerem aos pais.
- b. Aos pais_i, é (bom + difícil + obrigatório +...) os filhos obedecem (?-E + -lhes_i).

Se passarmos do domínio das completivas sujeito ao das completivas objecto, continuamos a observar idênticos fenómenos de deslocação para a esquerda, como se pode ver através dos exemplos seguintes:

- (16)a. As crianças estão (conscientes + sabedoras +...) de que esses programas não prestam.
- b. Esses programas_i, as crianças estão (conscientes + sabedoras +...) de que (E + eles_i) não prestam.
- (17)a. Muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes +...) por que o governe anule certas restrições.
- b. Certas restrições_i, muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes +...) por que o governo (*E + as_i) anule.
- (18)a. Esse atleta é (capaz + competente +...) de ganhar a prova de salto em altura.
- b. A prova de salto em altura_i, esse atleta é (capaz + competente +...) de (*E + a_i) ganhar.

Em construções com adjectivos simétricos, i.e., que aceitam simultaneamente completiva sujeito e completiva objecto, a deslo-

cação de constituintes só é possível antes de a regra de Extraposição operar:

(19)a. Que a Eduarda parta é (análogo + equivalente + +...) a que o Júlio chegue.

b. A Eduarda_i, que (*E + ela_i) parta é (análogo + + equivalente +...) a que o Júlio chegue.

(20)a. É (análogo + equivalente +...) a que o Júlio chegue que a Eduarda parta.

b. *A Eduarda_i, é (análogo + equivalente +...) a que o Júlio chegue que (E + ela_i) parta.

Como o processo evidenciado em (19b) foi posto de lado pelas razões invocadas, e a deslocação (20b) é impossível, nada mais direi sobre as construções dos adjectivos simétricos, quanto a estes fenómenos.

A deslocação de constituintes para a esquerda abrange não apenas sujeitos e objectos verbais como vimos até aqui, mas também constituintes com outras funções sintácticas. Eis alguns exemplos:

(21)a. É (benéfico + certo + possível +...) que alguns ministros vão ao Porto, na próxima semana.

b. Ao Porto_i, é (benéfico + certo + possível +...) que alguns ministros (E + lá_i) vão, na próxima semana.

c. Na próxima semana, é (benéfico + certo + possível +...) que alguns ministros vão ao Porto.

Nestes exemplos, (21b), é derivada de (21a) através da deslocação do S Adv (direccional) ao Porto para o início da frase. Mas (21c) não pode ser derivada por processo semelhante, a partir de (21a), pois nesta frase o S Adv (temporal) esta semana é constituinte da completiva e naquela torna-se modificador da frase subordinante, o que implica, por conseguinte, significado diverso.

Também nas completivas objecto outros constituintes, além do sujeito e objectos verbais, são deslocáveis para a esquerda da frase subordinante:

(22)a. O Júlio está (apto + pronto +...) (a + para) efectuar essa missão à Índia.

b. À Índia, o Júlio está (apto + pronto +...) (a + para) efectuar essa missão.

(23)a. Alguns jogadores estão (confiantes + renitentes +...) em que o treinador se desloque, nesta ocasião, ao estrangeiro.

b. Ao estrangeiro₁, alguns jogadores estão (confiantes + renitentes +...) em que o treinador (?E + aī₁) se desloque, nesta ocasião.

Como no caso das completivas sujeito, também aqui é impossível deslocar advérbios modificadores da completiva, quando é com tal deslocação passariam a funcionar como modificadores da frase subordinante (seria o caso, por exemplo, do S Adv nesta ocasião).

Sendo assim, para além do sujeito e objectos (directo e indirecto) verbais da completiva, só se podem deslocar constituintes que pertençam ao SV.

Por outro lado, o tipo de deslocação que estamos a analisar não abrange apenas constituintes de estrutura simples como vimos até aqui, mas afecta igualmente constituintes de estrutura complexa ou frásica.

Eis alguns exemplos:

(24)a. É (aceitável + lastimável + significativo +...) que as raparigas que se encontravam nesse comício tenham deixado de lutar.

b. As raparigas_i que se encontravam nesse comício é (aceitável + lastimável + significativo +...) que (E + elas_i) tenham deixado de lutar.

(25)a. É (aconselhável + necessário + preferível +...) que vocês coloquem nas prateleiras os livros vermelhos que recebemos ontem do estrangeiro.

b. Os livros vermelhos_i que recebemos ontem do estrangeiro é (aconselhável + necessário + preferível +...) que vocês (*E + os_i) coloquem nas prateleiras.

(26)a. Muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes +...) por que o governo anuncie que os salários vão aumentar.

b. Que os salários vão aumentar_i, muitas pessoas estão (ansiosas + impacientes +...) por que o governo (*E + o_i) anuncie.

Enfim, outros exemplos com deslocação de constituintes complexos, exercendo outras funções sintácticas, poderiam ser acrescentados.

A operação de deslocação para a esquerda pode não levar o constituinte afectado a ocupar o início da frase subordinante.

Efectivamente, à esquerda do constituinte deslocado podem situar-se locativos de lugar e de tempo, assim como modificadores adverbiais de outra natureza. Eis alguns exemplos:

- (27)a. Hoje em dia, essas raparigas é (inaceitável + impossível +...) que deixem de lutar.
- b. Em Lisboa, essas raparigas é (inaceitável + impossível +...) deixarem de lutar.
- (28)a. Em Lisboa, hoje em dia, certos jornais, é (aconselhável + necessário +...) lê-los com cuidado.
- b. Nos tempos que correm e na situação em que nos encontramos, certos auxílios, é (conveniente + necessário +...) que os aceitemos.

Tais locativos ou modificadores adverbiais, além de serem susceptíveis de coexistir na mesma frase (cf. 28a), podem também apresentar estrutura complexa (cf. 28b).

Paralelamente a estes fenómenos de deslocação para a esquerda existem outros semelhantes, em que a deslocação se efectua para a direita da frase. Eis alguns exemplos:

- (29)a. É (benigno + emocionante + justo +...) que os adeptos do Benfica desistam de reclamar.

- b. $\bar{E}$ (benigno + emocionante + justo +...) que ($\bar{E}$ + eles_i) desistam de reclamar, os adeptos_i do Benfica.
- (30)a. $\bar{E}$ (aflitivo + desconcertante + triste +...) que alguns espectadores tenham espancado o árbitro.
- b. $\bar{E}$ (aflitivo + desconcertante + triste +...) que alguns espectadores ($*\bar{E}$ + o_i) tenham espancado, o árbitro_i.
- (31)a. Muitas pessoas estão (côncias + sapientes +...) de que as dificuldades por que a televisão passa não vão melhorar.
- b. Muitas pessoas estão (côncias + sapientes +...) de que ($\bar{E}$ + elas_i) não vão melhorar, as dificuldades_i por que a televisão passa.
- (32)a. Esse atleta $\bar{e}$ (capaz + competente +...) de ganhar a prova dos cinco mil metros.
- b. Esse atleta $\bar{e}$ (capaz + competente) de ($*\bar{E}$ + a_i) ganhar, a prova_i dos cinco mil metros.

Os dois tipos de deslocação, para a esquerda e para a direita, revelam as seguintes propriedades em comum, conforme acabamos de ver através dos exemplos citados:

- (i) a deslocação afecta, em qualquer dos casos, constituintes com função e estrutura diversas;
- (ii) entre o constituinte deslocado e o resto da frase surge geralmente uma pausa, que provoca uma quebra

no plano da entoação, com ênfase especial sobre tal constituinte;

- (iii) o constituinte deslocado deixa geralmente no seu lugar de origem uma cópia pronominal.

Em face de tais características comuns aos dois tipos de deslocação, poríamos ser levados a postular uma relação de natureza transformacional entre eles.

Esta relação é susceptível de ser explicada de dois modos:

- ou efectuando primeiro a deslocação à esquerda e admitindo em seguida uma regra de premuta entre o constituinte deslocado e o resto da frase;
- ou efectuando primeiro a deslocação à direita e admitindo em seguida a regra de permuta anterior.

Tomemos a seguinte frase, como estrutura de base, para exemplificação:

- (33) É inaceitável que essas raparigas deixem de lutar.

De acordo com a primeira hipótese, obteríamos:

- (34)a. Deslocação à esquerda:

Essas raparigas_i, é inaceitável que (E + elas_i) deixem de lutar.

- b. Permuta entre o constituinte deslocado e o resto da frase:

É inaceitável que (E + elas_i) deixem de lutar, essas raparigas_i.

De acordo com a segunda hipótese, obteríamos, a partir de (33):

(35)a. Deslocação à direita:

É inaceitável que (E + elas_i) deixem de lutar, essas raparigas_i.

b. Permuta entre o constituinte deslocado e o resto da frase:

Essas raparigas_i, é inaceitável que (E + elas_i) deixem de lutar.

Do ponto de vista teórico, os dois processos de derivação parecem equivalentes. Seria, portanto, necessário decidir com base em dados empíricos. Como tal assunto ultrapassa, porém, o âmbito do presente trabalho, já que seria necessário ter em conta quer construções não adjectivais quer frases mais complexas do que aquelas que aqui analiso, deixo esta questão de lado.

Deixarei igualmente de lado os fenómenos intervenientes na Deslocação à direita e apenas analisarei seguidamente os aspectos mais salientes da regra de Deslocação à esquerda, já que este processo tem maior projecção linguística que o anterior.

Há uma certa tendência em português, como aliás noutras línguas, para se deslocar para o início da frase o constituinte sobre o qual recai, de um modo especial, a atenção ou interesse do autor da enunciação. Esta operação de deslocação faz do constituinte em causa o tópico da frase, ou seja, o elemento acerca do qual se diz alguma

coisa, se tece o comentário. Nas frases declarativas das línguas indo-europeias, o tópico equivale frequentemente ao sujeito gramatical, e o comentário corresponde ao predicado. É o que acontece numa frase como a seguinte:

(36) Esses rapazes perderam a bola.

Todavia, quando uma frase como esta sofre a seguinte modificação:

(37) A bola, esses rapazes perderam-se.

a equivalência tópico $\equiv$ sujeito é alterada, pois é o objecto directo que passa a ser o tópico.

Quando tomamos em consideração os fenómenos contextuais em que surge a deslocação de constituintes para a esquerda da frase, ou topicalização, verificamos que existe uma certa relação entre as frases com deslocação e as interrogativas. De facto, o tópico, ou elemento deslocado, pode constituir de certo modo o tema da pergunta feita pelo sujeito falante, como por exemplo:

(38)a. O que aconteceu à bola?

b. (E + a bola), os rapazes perderam-na.

(39)a. O que pensar dessas raparigas?

b. (E + essas raparigas), é (aceitável + lamentável + significativo + ...) que elas deixem de lutar.

Tendo em conta tal contexto, poderíamos ser levados a admitir que afinal não haveria deslocação dos constituintes em causa para a esquerda, mas que estes seriam gerados pelas regras de base da gramática logo na posição de tópico. Em vez de uma regra do tipo F $\rightarrow$ SN SV, teríamos F $\rightarrow$ SN F, por exemplo.

Neste caso, construções como (40a), a seguir, seriam básicas e engendradas separadamente de (40b,c):

- (40)a. Essas raparigas_i, é (aceitável + lamentável + significativo +...) que elas_i deixem de lutar.
- b. É (aceitável + lamentável + significativo +...) que essas raparigas deixem de lutar.
- c. Que essas raparigas deixem de lutar é (aceitável + lamentável + significativo +...).

Todavia, a relação entre estas frases parece evidente. Como explicá-la então? Não se afigura de modo nenhum que explicar em (40) a relação entre a-b-c, partindo de a, fosse mais fácil do que tomando c como base. Deixo, porém, esta via em aberto, já que este assunto daria só por si para um outro trabalho⁽²¹⁾.

Uma outra questão susceptível de ser discutida é se os aspectos característicos da deslocação de constituintes para a esquerda da frase serão explicáveis através de uma regra única, como admiti até aqui, ou se não será necessário postular mais do que uma regra. Este último ponto de vista é, aliás, aquele que predomina na literatura da gramática generativa. Assim, Ross (1967: p.115 e passim) designa como regra de Topicalização a operação que desloca constituintes para a esquerda da frase, sem que no lugar de origem destes fique qualquer cópia pronominal. Neste sentido, só construções como (41b) ou (42b) é que seriam derivadas de frases como (41a) ou (42a),

respectivamente, por meio da regra de Topicalização:

(41)a. Não temos cá liceu.

b. Liceu não temos cá.

(42)a. A escola ofereceu um livro ao Júlio.

b. Ao Júlio, a escola ofereceu um livro.

A esta mesma regra, Postal (1971: p. 142 e segs.) dá a designação de Movimento Y. Por outro lado, a operação que move constituintes para a esquerda da frase, deixando no lugar de origem destes uma cópia pronominal, tem sido dada a designação de Deslocação Esquerda (cf., por exemplo, Rodman (1974), Raposo (1975: p. 170), etc.).

A propriedade que destingue esta regra da anterior (i.e., Topicalização ou Movimento Y, também designada como Movimento Y Esquerdo) é que naquela o constituinte deslocado deixa cópia pronominal e nesta não. Perlmutter (1972a), baseando-se, sobretudo, em dados do francês, sustenta que se trata, nos dois casos, de uma única regra. Segundo este linguista, tanto na Topicalização como no Movimento Y Esquerdo, os constituintes deslocados deixam cópia pronominal, podendo (ou devendo, conforme os casos) ser posteriormente apagada por meio de uma outra regra, a que dá a designação de Apagamento do Pronome sombra ("Shadow Deletion"). Raposo (1975: p.183) segue este mesmo critério, propondo a designação de Deslocação Y Esquerda para abranger a fusão das duas citadas regras numa só e admitindo igualmente, na gramática do português, a regra de Apagamento do Pronome Sombra.

Por outro lado, o mesmo Perlmutter (1973) considera como sendo diferente das anteriores a regra que permite derivar frases como (1b) e (2b) a partir, respectivamente, de (1a) e (2a), atrás citadas. Uma tal regra apenas extrairia SNs sujeitos da frase completiva ou infinitiva para a esquerda da frase subordinante (ou predicado adjectival). Aos já citados exemplos poderíamos acrescentar ainda os seguintes:

(43)a. Parece que a inflação aumenta.

b. A inflação parece que aumenta.

(44)a. ?*Parece a inflação aumentar.

(cp. com: Parece aumentar a inflação)

b. A inflação parece aumentar.

(45)a. Muitas pessoas dizem que os preços vão aumentar.

b. Os preços, muitas pessoas dizem que vão aumentar.

(46)a. As crianças estão conscientes de que esses programas não prestam.

b. Essês programas, as crianças estão conscientes de que não prestam.

Perlmutter (1973), tendo em conta, sobretudo, exemplos como (1b) ou (2b), e ainda (45b) e (46b) propôs para a regra que deriva estas construções a partir, respectivamente, de (1a), (2a), (45b) e (46b), a designação de "Head Start", regra esta admitida em Casteleiro (1978 a) com o nome de Avançada do Sujeito.

Verifica-se, no entanto, que tomando em consideração os aspectos que reveste a deslocação de constituintes para a esquerda nas construções adjectivais (e presumo que também nas construções verbais ou com substantivos predicativos-cf. a nota 19) tais fenómenos podem ser explicados através de uma única regra, que designarei como Deslocação à esquerda.

De facto, qualquer que seja a função sintáctica e a natureza estrutural do constituinte deslocado, este pode deixar sempre uma cópia pronominal e pode ser destacado do resto da frase através duma pausa e de um acento enfático mais ou menos contrastivo.

Note-se, aliás, que a maior ou menor pertinência de tais propriedades da Deslocação à esquerda (i.e., pausa e cópia pronominal) podem depender da função sintáctica desempenhada pelo constituinte deslocado.

Assim, verifica-se que a pausa é absolutamente necessária quando à direita do constituinte deslocado não está o predicado adjectival, constituído por V_{cop} Adj.

Assim, por exemplo:

(47)a. *Os preços muitas pessoas estão conscientes de que vão aumentar.

b. Os preços, muitas pessoas estão conscientes de que vão aumentar.

(48)a. *Esse jogador o árbitro é capaz de o punir.

b. Esse jogador, o árbitro é capaz de o punir.

Todavia, a pausa é facultativa, quando à direita do constituinte deslocado se segue o predicado adjectival:

(49)a. Esses rapazes é provável que cheguem tarde.

b. Esses rapazes, é provável que cheguem tarde.

(50)a. Ao Porto é possível que vamos na próxima semana.

b. Ao Porto, é possível que vamos na próxima semana.

A obrigatoriedade ou não da pausa depende, pois, de fenómenos contextuais. Em casos como (49) e (50) o lugar do sujeito ficou vago após a aplicação da regra de Extraposição. Esse lugar pode ser de certo modo preenchido, no que respeita à articulação e entoação da frase, pelo constituinte deslocado; donde, portanto, a facultatividade da pausa. Note-se, todavia, que o constituinte deslocado não pode de modo nenhum preencher a função sintáctica de sujeito, mesmo quando ele desempenha tal função na completiva, como no-lo revela a impossibilidade de concordância com o predicado adjectival:

(51)* Esses rapazes são prováveis que cheguem tarde.

Por outro lado, quanto à cópia pronominal, há casos em que ela parece obrigatória, outros em que parece facultativa e outros ainda em que parece difícil de

admitir. Mais uma vez, estes fenómenos parecem depender de factores contextuais:

Assim, por exemplo, a cópia pronominal parece ter de estar obrigatoriamente presente, quando o constituinte deslocado desempenhava a função sintáctica de objecto directo, como se pode ver a seguir:

(52)a. *O relvado, é aconselhável que os jogadores abandonem.

b. O relvado, é aconselhável que os jogadores o abandonem.

Todavia, num contexto como o seguinte, que é fortemente contrastivo, o apagamento da cópia é perfeitamente aceitável:

(53) O relvado, é aconselhável que os jogadores abandonem, mas as instalações do campo não.

Além disso, a presença ou não da cópia pronominal parece estar igualmente relacionada com a natureza do verbo de que o constituinte deslocado era objecto:

(54)a. Linceu é preciso que todas as vilas tenham.

b. Linceu é preciso que todas as vilas o tenham.

Repare-se ainda, por outro lado, que, se inserirmos é que à direita do constituinte deslocado, a cópia pronominal tem de ser apagada:

(55)a. O relvado é que é aconselhável que os jogadores (E + *o) abandonem.

b. Linceu é que é preciso que todas as vilas (E + *o) tenham.

Entre a pausa e a cópia pronominal pode existir, em certos casos, uma correlação necessária. É o que sucede, por exemplo, no caso das construções adjectivais com completiva sujeito, quando deslocamos para a esquerda o SN sujeito da completiva:

(56)a. *Esses rapazes é lamentável que eles faltem.

b. Esses rapazes, é lamentável que eles faltem.

Tendo em conta o carácter geral dos fenómenos de deslocação para a esquerda (v. a nota 20) e dada a dificuldade (material) de registar nas Tábuas léxico-sintácticas todos os seus aspectos, apenas foram considerados os dois casos seguintes:

- o da deslocação do SN sujeito (N_{oc}) da completiva, a qual desempenha, respectivamente, a função de sujeito e a de objecto preposicionado:

$$\underline{N_{oc} \ V_{cop} \ Adj \ (que + inf) - [F]}$$

$$\underline{N_{co} \neq \ N_o \ V_{cop} \ Adj \ prep \ (que + inf) - [F]}$$

- o da deslocação do SN objecto directo (N_{lc}) da completiva, nas duas funções enunciadas, respectivamente:

$$\underline{N_{lc} \ V_{cop} \ Adj \ (que + inf) - [F]}$$

$$\underline{N_{lc} \neq \ N_o \ V_{cop} \ Adj \ prep \ (que + inf) - [F]}$$

Nestas fórmulas, (que + inf) representa a opção, quando é possível, entre completiva com que e oração infiniti-

va. O símbolo [F] representa a frase residual (completiva ou infinitiva), isto é, amputada do constituinte deslocado, mesmo que no lugar deste fique presente uma cópia pronominal, segundo as condições gerais enunciadas atrás. O símbolo # representa pausa obrigatória entre o constituinte deslocado e a sequência à sua direita.

Vejamos agora outros aspectos ainda não (ou incompletamente) salientados da Deslocação à esquerda, nas quatro variantes referidas.

Um aspecto geral comum às quatro variantes e não contido nas respectivas fórmulas é que a deslocação de constituintes se pode efectuar também por cima da sequência o facto de:

(57)a. É (aflitivo + lamentável + significativo +...) o facto de esses rapazes terem desprezado o desporto.

b. Esses rapazes_i (?E + #) é (aflitivo + lamentável + significativo +...) o facto de (E + eles_i) terem desprezado o desporto.

c. O desporto_i (?E + #) é (aflitivo + lamentável + significativo +...) o facto de esses rapazes (*E + o_i) terem desprezado.

(58)a. Os médicos estão (côncios + sapientes +...) do facto de esse medicamento ter provocado certas lesões.

b. Esse medicamento_i (*E + #) os médicos estão (côncios + sapientes +...) do facto de (E + ele_i) ter provocado certas lesões.

c. Certas lesões_i (*E + #) os médicos estão (côncios + sapientes +...) do facto de esse medicamento (*E + as_i)

ter provocado.

De um modo geral, quando nas completivas sujeito está presente a sequência o facto de, a construção é mais aceitável com pausa ($\neq$) entre o constituinte deslocado e a frase à sua direita. Nas completivas objecto tal pausa é sempre obrigatória, como já vimos.

Por outro lado, quando os adjectivos que se constroem com completiva sujeito contêm um A-Compl expresso, a deslocação de N_{oc} ou N_{lc} só é admitida com pausa e com cópia pronominal, obrigatória, mesmo no caso de N_{oc}:

- (59)a. É (abonatório + confirmativo + demonstrativo + ...) (*E + de competência) que esses bombeiros tenham dominado um tal incêndio.
- b. Esses bombeiros_i (*E + $\neq$) é (abonatório + confirmativo + demonstrativo + ...) de competência que (*E + eles_i) tenham dominado um tal incêndio.
- c. Um tal incêndio_i (*E + $\neq$) é (abonatório + confirmativo + demonstrativo + ...) de competência que esses bombeiros (*E + o_i) tenham dominado.

Quando no caso dos adjectivos com completiva sujeito o A-Compl é obrigatório, como sucede em (59), as propriedades de deslocação de N_{oc} e N_{lc} foram registadas nas tábuas negativamente, já que as fórmulas respectivas, conforme mostramos atrás, não contêm ($\neq$).

Em construções como (59) é impossível deslocar N_{OC} , quando $N_{OC}=N_1$, pertencendo N_1 ao A-Compl:

(60)a. É (aconselhável + benéfico + útil +...) a esses alunos_i que (E + *eles_i) estudem matemática.

b. *Eles_i, é (aconselhável + benéfico + útil +...) a esses alunos_i que estudem matemática.

Mas, se o A-compl estiver apagado, a deslocação de N_{OC} é possível, mesmo que este seja um pronome, só não podendo em tal caso deixar cópia pronominal:

(61) Eles_i é (aconselhável + benéfico + útil +...) que (E + *eles_i) estudem matemática.

Se o A-Compl for pronominalizado, a deslocação é igualmente possível, mesmo com N_{OC} =Pronome:

(62)a. Esses alunos_i é-lhes_i (aconselhável + benéfico + útil +...) que estudem matemática.

b. Eles_i é-lhes_i (aconselhável + benéfico + útil +...) que estudem matemática.

Como já vimos atrás, nas construções adjectivais com completiva objecto, a pausa ($\neq$) e a cópia pronominal são obrigatórias quer no caso da deslocação de N_{OC} , quer na de N_{1C} . A deslocação de N_{OC} torna-se impossível, como é evidente, quando $N_O=N_{OC}$ ou ainda quando N_{OC} está apagado:

(63)a. Esses rapazes_i estão (confiantes + crentes +...) em que eles próprios_i consigam vencer as eleições.

b. *Eles próprios_i, esses rapazes_i estão (confiantes + crentes +...) em que (E + eles_i) consigam vencer as eleições.

(64)a. Esses rapazes_i estão (aptos + prontos +...) a (E + *eles_i) (vencer + vencerem) as eleições.

b. *Eles_i, esses rapazes_i estão (aptos + prontos +...) a (vencer + vencerem) as eleições.

Em (64) é, pois, impossível deslocar N_{oc} (eles), mesmo que por hipótese tal deslocação se pudesse fazer antes de N_{oc} ser apagado.

Em casos como os de (63) ou (64) só se regista positivamente nas tábuas a deslocação de N_{lc}, que é perfeitamente admitida:

(65) As eleições_i, esses rapazes estão (confiantes + + crentes +...) em que eles próprios (*E + as_i) consigam vencer.

(66) As eleições_i, esses rapazes estão (aptos + prontos +...) a (vencê-las_i + vencerem-nas_i).

Em construções adjectivais com completiva objecto só não se pode deslocar N_{lc} quando N_o=N_{lc}, devendo N_{lc} ser obrigatoriamente transformado em pronome pessoal clítico (Proclit):

(67) Esses recrutas_i estão (aptos + prontos +...) a que a escola os_i promova.

Nenhum pronome clítico, como é evidente, pode ser topicalizado. Todavia, em (67) a deslocação de N_{lc} não poderia efectuar-se, mesmo antes da pronominalização, devido jus-

tamente à co-referência entre N_{1c} e N_o .

3.6 A propriedade N_{1c} (ser + estar) Adj de V_{-inf}^{OC} (Elevação do Objecto)

Um certo número de adjectivos aceita o seguinte par de construções:

- (1) a. É (agradável + fácil + difícil +...) resolver estes problemas.
- b. Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + +...) de resolver.

As construções a e b de (1) apresentam as seguintes propriedades em comum:

- (2) i. semanticamente, são sensivelmente sinónimas;
- ii. contêm praticamente o mesmo material morféxico, incluindo o mesmo tipo de adjectivos; a única diferença reside no facto de b conter a preposição de, como regente do infinitivo, e a não.
- iii. o SN sujeito do predicado adjectival em b continua a ser compreendido como objecto de V_{-inf} , função esta que aquele constituinte desempenha em a.

Sendo assim, parece justificar-se que postulemos uma relação transformacional entre as duas construções, derivando, por exemplo, b a partir de a:

$$(3) \quad \underline{V_{cop} \text{ Adj } V_{-inf} N_{1c}} \longrightarrow \underline{N_{1c} V_{cop} \text{ Adj de } V_{-inf}}$$

Vamos, pois, procurar justificar que tal relação transformacional é necessária e que esta só pode ser a enunciada em (3).

Efectivamente, ao analisarmos as construções do tipo (1b), verificamos que subjacentes a elas estão construções como (1a).

As construções do tipo (1b) são muito mais complexas do que a sua estrutura de superfície faz prever. Uma análise superficial desta estrutura, conforme a que é feita pela gramática tradicional, diz-nos que em (1b) temos uma construção predicativa (ou atributiva) adjectival, constituída por um substantivo e um adjectivo ligados pelo verbo copulativo ser; o adjectivo tem um complemento com o verbo no infinitivo, regido pela preposição de. Ora, uma tal análise é manifestamente insuficiente⁽²²⁾ pois nada nos diz sobre as seguintes questões que são extremamente importantes:

- (4) i. natureza e tipo de adjectivos que entram em tal estrutura;
- ii. relação sintáctico-semântica entre o substantivo e o adjectivo;
- iii. relação sintáctico-semântica entre o adjectivo e o infinitivo;
- iv. relação sintáctico-semântica entre o substantivo e o infinitivo;
- v. estrutura do complemento infinitivo; a questão da preposição de;
- vi. correlação de tempos entre o verbo copulativo e o infinitivo;

vii. relação das construções do tipo (1b) com outras afins, como (1a), por exemplo; ainda a questão da preposição de.

Abordemos, pois, desenvolvidamente, cada uma destas questões.

Quanto à questão (4i), verifica-se apenas que entram em estruturas como (1b) adjectivos predicativos que aceitam completiva sujeito. A Tábua 1 apresenta o inventário de tais adjectivos, de que destaco aqui os seguintes como ilustração:

- (5) agradável, amargo, bom, cómodo, custoso, delicioso, difícil¹, duro, espinhoso, exquisito, fácil¹, fastidioso, giro, gostoso, horrível, humilhante, importante, impossível, lamentável, lindo, maçador, mau, nojento, odioso, penoso, perigoso, prático, repugnante, ridículo, saboroso, simpático, simples, terrível, triste, urgente, útil, vantajoso, violento, etc.

Do ponto de vista semântico, estes adjectivos denotam, de um modo geral, em contextos estruturais como (1a), uma tomada de posição afectiva ou emotiva, da parte do sujeito falante, relativamente à proposição contida no complemento infinitivo. Ora, tal valor semântico mantém-se no caso de construções como (1b), apesar de o SN objecto do infinitivo ter sido deslocado para sujeito gramatical do predicado adjectival.

Note-se que certos adjectivos da lista (5), como amargo, duro, gostoso, saboroso, etc., ocorrem em construções como (1a) e (1b) com sentido figurado. Poderíamos, pois seguindo Kiparaky e Kiparaky (1968/1971) designar os adjectivos da lista (5) como emotivos. Para uma caracterização sintáctico-semântica mais apro-

fundada de tais adjectivos, veja-se a subsecção 3.8. a seguir, neste mesmo capítulo.

Quanto à questão (4ii) atrás enunciada, i.e., a da relação sintáctico-semântica entre o substantivo e o adjectivo em construções como (1b), verifica-se o seguinte:

- 1º) Sintácticamente, existe uma relação de dependência entre N e Adj, que é do tipo sujeito-predicado e se exprime através da concordância em género e número entre ambos.
- 2º) Semanticamente, a relação entre N e Adj é menos evidente, ou melhor, menos directa, na medida em que se suprimirmos o complemento infinitivo podemos obter construções pouco ou nada aceitáveis, como por exemplo:

(6) ??Estes problemas são agradáveis.

Ou ainda, recorrendo a outros exemplo:

(7)a. Este osso é (difícil + fácil +...) de roer.

b. ?*Este osso é (difícil + fácil +...).

(8)a. Essas palavras são (gostosas + simpáticas +...) de ouvir.

b. ?*Essas palavras são (gostosas + simpáticas +...).

Quer dizer, apesar de o adjectivo exercer sintácticamente a função de predicado do substantivo, semanticamente ele não é apreendido como predicativo (ou atributivo) deste, o que está de acordo com a natureza emotiva de tais adjectivos, atrás assinalada, e ainda com a relação semântica que o adjectivo mantém com o infinitivo, como veremos a seguir.

Quanto aos substantivos que entram neste tipo de relação não parece haver restrições. As restrições que existem verificam-se naturalmente na relação entre o infinitivo e o substantivo.

Quanto à questão (4iii), ou seja, a da relação entre o adjetivo e o infinitivo, verifica-se que o adjetivo funciona semanticamente como predicativo (ou atributivo) da acção expressa pelo infinitivo. Quer dizer, a relação semântica existente entre o adjetivo e o infinitivo sobrepõe-se à relação sintáctica entre o adjetivo e o substantivo. Este aspecto, assim como a ausência em muitos casos de laço semântico entre o substantivo e o adjetivo, como vimos no ponto anterior, constituem argumentos a favor da relação transformacional entre as construções (1a) e (1b), explicitada em (3). Por outro lado, é justamente este tipo de relação que permite seleccionar o sentido adequado do adjetivo, no caso de itens polissémicos. Vejamos o caso de duro, por exemplo.

Duro, conforme Gaatone (1972 p.132) o assinala em relação ao seu equivalente francês "dur", tem três significados ⁽²³⁾.

1º) "sólido", atribuível a substantivos /não animados/ e /concretos/, como, por exemplo: carne dura, casca dura; 2º) "insensível", podendo este significado ser atribuído a substantivos /animados/ ou /parte do corpo de seres animados/, como, por exemplo: coração duro, olhar duro; 3º) "difícil", atribuível a substantivos /abstractos/, como, por exemplo: tarefa dura, empreendimento duro. Ora, é esta última acepção que é se-

leccionada no caso da sequência adjectivo + de + infinitivo, em construções como (1b), mesmo quando o substantivo que aí possa ocorrer seja /concreto/, como, por exemplo:

- (9) "Este osso é duro de roer" (exemplo tirado de Perini 1972:p.194).

De facto, o item que determina a selecção do sentido "difícil" de duro, em (9), não é o substantivo, mas o infinitivo de que aquele é objecto sintáctico-semântico. Ora, como diz Perini (1972:p.198), "SNs oracionais se comportam, para efeitos de restrições seleccionais, como abstractos". Este é, por conseguinte, um forte argumento a favor da derivação de (9) a partir duma estrutura como a seguinte:

- (10) É duro (de) roer este osso.

Ou seja, este é um argumento a favor da derivação de construções como (1b) a partir de estruturas como (1a).

Se não admitíssemos a derivação de construções como (9) a partir de (10), teríamos de inserir na entrada lexical do adjectivo duro, por exemplo, uma restrição do seguinte tipo: este item, quando tem como sujeito gramatical um substantivo/concreto/ e é seguido de um infinitivo não é tomado na acepção 1 ("sólido"), mas antes na acepção 3 ("difícil"). Pelo contrário, se aceitarmos a relação transformacional enunciada, tal restrição é dispensável, pois na estrutura subjacente a (9), ou seja, a que está repre-

sentada em (10), o item duro tem como sujeito uma oração infinitiva e este tem valor /abstracto/, o que leva naturalmente a seleccionar para aquele adjetivo a acepção 3 ("difícil").

Quanto à questão (4iv), i.e., a da relação entre o substantivo e o infinitivo, já vimos que, mesmo em construções como (1b) ou (9), aquele é compreendido como objecto sintáctico-semântico deste verbo.

Assim se explica a inaceitabilidade de construções como aquelas em que o infinitivo seja um verbo intransitivo:

(11)a. *Essas maçãs são (fáceis + difíceis +...) de cair.

b. Essas maçãs são (fáceis + difíceis +...) de colher.

Ora, uma construção como (11a) é inaceitável na mesma medida em que (12a), a seguir, o é, ou seja, porque em ambas temos um verbo intransitivo; pelo contrário, (11b) é aceitável e a sua equivalência (12b) também, justamente porque contém um verbo transitivo:

(12)a. *É (fácil + difícil +...) cair essas maçãs.

b. É (fácil + difícil +...) colher essas maçãs.

Mas, para além desta restrição sintáctica, existem entre o substantivo e o infinitivo outras restrições de natureza semântica, conforme se pode ver através dos exemplos seguintes:

(13)a. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de sequestrar.

b. *Este osso é (fácil + difícil +...) de beber.

Ora, frases como (13a,b) são inaceitáveis, na medida em que as seguintes, respectivamente o são:

(14)a.*É (agradável + fácil + difícil +...) sequestrar estes problemas.

b.*É (fácil + difícil +...) beber estes osso.

Quer dizer, a relação entre o substantivo e o infinitivo em frases como (13a,b) torna-se inaceitável, justamente porque, no primeiro caso, o verbo sequestrar não selecciona substantivos /abstractos/ para objecto, conforme no-lo confirma (14a), e no segundo o verbo beber não selecciona para tal função substantivos que designam /matéria sólida/, como no-lo mostra (14b). De facto, sequestrar selecciona para seu objecto substantivos /humanos/ e beber, substantivos que designam /matéria líquida/, conforme se pode ver a seguir:

(15)a. Essas moças são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de sequestrar.

b. É (agradável + fácil + difícil +...) sequestrar essas moças.

(16)a. Este vinho é (fácil + difícil +...) de beber.

b. É (fácil + difícil +...) beber este vinho.

A verificação de que entre o substantivo e o infinitivo, em construções como (15a) e (16a), existem as mesmas restrições de selecção que se observam entre o infinitivo e o seu objecto em frases como (15b) e (16b) constitui, pois, mais um argumento a favor da relação transformacional entre os dois tipos de construções.

Quanto à questão (4v), i.e., a da estrutura do complemento infinitivo, verifica-se que este contém as seguintes propriedades:

19) O infinitivo não pode ter sujeito expresso em construções como (1b):

(17)a. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de nós resolvermos.

b. *Este osso é duro de eles roerem.

Repare-se que em português existe a possibilidade de se apagar o pronome sujeito, quando este não tem valor enfático ou não é utilizado para desfazer ambiguidades, já que a flexão do verbo explicita a pessoa gramatical:

(18)a. O Júlio_i afirmou que (E + ele_i) tinha razão.

b. É fácil (E + nós) irmos a essa falta.

Todavia, mesmo que em construções como (17) se apague o pronome sujeito, estas continuam a ser inaceitáveis, se o infinitivo for flexionado, conforme ali acontece:

(19)a. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de resolvermos.

b. *Este osso é duro de roerem.

Por outro lado, tendo em conta que o infinitivo na 1a. a 3a. pessoa do singular contém sufixo flexional Ø, poderíamos pensar que em construções como (1b), o infinitivo implica o apagamento de pronomes como eu ou ele. Todavia também isso não é possível, pois se tal apagamento redundar em ambiguidade, como é o caso, o pronome deve manter-se. Construções como (20a), a seguir, nunca poderiam dar (20b):

(20)a. É fácil (eu + ele) resolver estes problemas.

b. Estes problemas são fáceis de resolver.

De facto, o infinitivo em (20b), como em (1b) ou (1a), etc., é sempre compreendido como tendo sujeito apenas especificado como /indefinido/ e /humano/. Construções como (1a) — veja-se, aliás, (20a) — podem, no entanto, ter sujeito especificado. Quando tal sucede, o objecto de V_{-inf} já não pode ser elevado para sujeito do predicado adjectival. A presença do sujeito em construções como (20a) ou (21), a seguir, funciona, pois, como restrição a impor à regra de derivação formulada em (3):

(21)a. É (agradável + fácil + difícil +...) os ministros resolverem estes problemas.

b. É duro eles roerem este osso.

A inaceitabilidade de construções como (17) resulta de se ter violado tal restrição.

29) O infinitivo, em construções como (1b) pode ter valor passivo, como no-lo mostra a possibilidade de se inserir o chamado agente da passiva, regido da preposição por:

(22)a. Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de resolver por qualquer pessoa.

b. Este osso é duro de roer por qualquer um de nós.

O que se torna interessante salientar é que construções como (22) aceitam melhor um agente da passiva pouco especificado semanticamente (por qualquer pessoa, etc.), como no-lo mostra a menor aceitabilidade dos exemplos seguintes,

onde tal agente é mais especificado:

(23)a. ??Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de resolver pelos ministros competentes.

b. ??Este osso é duro de roer por esses cães esfomeados.

Tal restrição relacionar-se-ia com a observação feita atrás de que o sujeito do infinitivo, em construções como (20) ou (1), etc., é semanticamente especificado como /indefinido/.

Veremos adiante as consequências desta observação para a formulação adequada da regra de derivação enunciada em (3).

39) O infinitivo, em construções como (1b), pode encontrar-se na voz passiva, quer esta seja formada com o auxiliar ser, quer o seja com o morfema se, conforme se pode ver a seguir:

(24)a. Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + +...) de serem resolvidos (E + por qualquer pessoa + pelos ministros competentes).

b. Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de se (*resolver + resolverem) (E + *por qualquer pessoa).

Como se vê, em (24a) o agente da passiva pode estar apagado ou expresso, sendo neste caso indiferente o seu conteúdo semântico. Em (24b), pelo contrário, o agente, qualquer que ele seja, não pode estar expresso, pois ele está de certo modo representado em se⁽²⁴⁾ além disso o infinitivo tem de ser flexionado, o que prova, por um lado que N_{1c} é compreendido como sujeito passivo deste verbo, além de ser sujeito gramatical do predicado adjectival e, por outro, que a construção com se impessoal (v. a nota 24) não é admitida nestes casos.

49) O complemento infinitivo já não constitui uma oração, em construções como (1b), justamente por lhe faltar o objecto verbal (N_{1c}). De facto, conforme vimos, uma oração completiva (mesmo infinitiva) pode ser substituída por um pronome frásico como isso:

(25)a. O Júlio é capaz de faltar.

b. O Júlio é capaz disso.

Ora, uma tal substituição é impossível em construções como (1b):

(26)a. Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de resolver.

b. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) disso.

(27)a. Este osso é duro de roer.

b. *Este osso é duro disso.

Note-se que apesar de o complemento infinitivo ser superficialmente semelhante em (25a) e (26), ele difere profundamente numa e noutra. Em (25a) representa uma oração elíptica, cujo sujeito teve de ser apagado (cf. *O Júlio_i é capaz de ele_i faltar), sendo indiferente que esteja expresso um eventual complemento do verbo (cf. O Júlio é capaz de faltar às aulas). Em construções como (26), além de o sujeito não especificado do infinitivo ter sido apagado, como já vimos, o objecto do verbo foi removido para a função de sujeito do predicado adjectival, motivo por que o complemento infinitivo deixou de constituir uma oração.

Veja-se que a presença de qualquer outro eventual complemento do verbo não altera, neste caso, a situação:

(28)a. Uma tal petição não é fácil de entregar ao presidente.

b. *Uma tal petição não é fácil disso.

(29)a. Estes problemas são difíceis de resolver por qualquer pessoa.

b. *Estes problemas são difíceis disso.

A verificação de que o complemento infinitivo deixou de ser uma frase, como no-lo prova a inaceitabilidade de (28b) e (29b) ou (26b) e (27b) constitui um argumento contra a hipótese aventada em Perlmutter (1972b), embora por ele próprio rebatida, de que construções como (1b) poderiam resultar directamente do apagamento do SN objecto de V_{-inf} devido à actuação da mesma regra (designada na literatura da gramática generativa como Equi) que em (25a) apaga o sujeito de faltar, justamente por ser equivalente do sujeito de é capaz. De acordo com tal hipótese teríamos:

(30) *Estes problemas₁ são fáceis de resolvê-los₁ → Estes problemas são fáceis de resolver.

Além do contra-argumento enunciado, esta hipótese dificilmente permitiria explicar a relação evidente entre as construções (1a) e (1b).

59) O complemento infinitivo, em construções como (1b), é regido pela preposição de; uma tal preposição é propriedade do complemento infinitivo e não do adjectivo, como vamos ver. Se a preposição fosse pedida pelo adjectivo, deveríamos encontrar construções de outro tipo, em que tais itens reque-

ressem essa mesma preposição. Todavia, isso não se verifica. Neste sentido, note-se, por exemplo, que os adjectivos que apresentam como propriedade uma completiva regida pela preposição de aceitam igualmente uma regência nominal em de:

(31)a. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + fartos +...) de serem esclarecidos sobre a droga.

b. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + fartos +...) de esclarecimento sobre a droga.

Por outro lado, quando a preposição de é propriedade do adjectivo e rege construção infinitiva, como em (31a), ela rege igualmente construção completiva integrante:

(32) Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + fartos +...) de que os professores os esclareçam sobre a droga.

O que se passa com a preposição de ocorre igualmente, de um modo geral, com as outras preposições regentes de completivas, conforme já vimos anteriormente, sobretudo na secção 3.1. deste capítulo. Ora, no caso de adjectivos como os da lista (5), quando ocorrem em construções como (1b), (9), (11b), etc., tal não é possível:

(33)a. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis +...) de que (alguém + ele) os resolva.

b. *Estes ossos são (fáceis + difíceis + duros +...) de que (alguém + esse cão) (E + os) roa.

A inaceitabilidade de frases como (33a,b) mostra-nos, pois, que não é possível obter construções como (1b) (9), etc. , através de redução (ou desfinitização) da completiva Que-F. Quanto à questão (4 vi), i.e., a da correlação de tempos entre o verbo copulativo e o infinitivo em construções como (1b), verifica-se o seguinte:

- (34) a. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) hoje de resolver amanhã.
 b. *Estes problemas são (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de se terem resolvido.
 c. Estes problemas eram (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de se terem resolvido.
 d. Estes problemas serão (agradáveis + fáceis + difíceis + ...) de (resolver + se virem a resolver).

Quer dizer, o tempo do infinitivo só pode ser o mesmo do verbo copulativo.

Ora, tal correlação mantém-se no caso de construções como (1a), conforme se pode verificar a seguir:

- (35) a. *É (agradável + fácil + difícil + ...) hoje resolver esses problemas amanhã.
 b. *É (agradável + fácil + difícil + ...) ter resolvido esses problemas.
 c. Era (agradável + fácil + difícil + ...) de se terem resolvido estes problemas.
 d. Será (agradável + fácil + difícil + ...) de (resolver + se virem a resolver) estes problemas.

Abordemos agora a questão (4 vii), ou seja, a da relação

transformacional entre as construções do tipo (1b) com as do tipo (1a) e outras afins, como as seguintes:

- (36) a. Resolver estes problemas é (agradável + fácil +
+ difícil + ...).
- b. É (agradável + fácil + difícil + ...) para qualquer pessoa resolver estes problemas.

De forma sumária em (2i-iii), primeiro, e no desenvolvimento dos pontos enunciados em (4i-vi), depois, foram apresentados argumentos que justificam a relação transformacional enunciada em (3). Tais argumentos baseiam-se, fundamentalmente, como vimos, em relações de sinonímia entre os dois tipos de construções em causa (cf. (1a) e (1b)) e ainda no facto de as restrições de selecção entre o SN sujeito e o infinitivo de frases como (1b) serem as mesmas que existem entre o infinitivo e o SN objecto directo em exemplos como (1a).

Ora, a relação transformacional postulada em (3), à qual têm sido dadas, na literatura da gramática generativa (v.a nota 22), as designações de Movimento-Difícil (cf. "Tough-Movement", em Postal 1971: Cap. II.3) e Elevação do Objecto (cf. Perlmutter 1972b), vem justamente corresponder aos argumentos enunciados acima.

Contudo, várias objecções têm sido postas a uma tal relação transformacional.

De facto, com base nos dados do português, podemos argumentar que a relação de sinonímia entre construções do tipo (1a) e (1b), apontada em (2i), apresenta algumas fa-

lhas.

Assim, em certas construções semelhantes a (1a) pode existir uma ambiguidade que não ocorre nas construções equivalentes a (1b) e vice-versa.

Vejamos alguns exemplos:

(37) a. É impossível aturar esses doentes.

b. Esses doentes são impossíveis de aturar.

(38) a. É bom comer essas maçãs.

b. Essas maçãs são boas de comer.

Assim, enquanto a frase (37a) contém duas leituras, uma em que se nega a proposição contida na infinitiva ("não há possibilidade de aturar esses doentes") e outra em que se faz um juízo de valor sobre tal proposição ("os doentes não se podem aturar por serem difíceis no trato"), a frase (37b), pelo contrário, apresenta apenas esta última leitura.

Mas, por outro lado, enquanto (38a) significa apenas que se torna agradável, saboroso, comer essas maçãs, (38b) implica não apenas esta leitura, mas também que as maçãs são fáceis de comer.

Este tipo de ambiguidade depende não apenas da natureza dos itens da lista (5), mas também de fenômenos contextuais.

Assim, veja-se o exemplo seguinte:

(39) a. É impossível colher essas maçãs.

b. Essas maçãs são impossíveis de colher.

Neste caso, tanto a como b significam aproximadamente a não

possibilidade de realização da proposição contida na frase infinitiva.

A diferença entre (37) e (38) resulta de na primeira N_{1c} ser /humano/ e na segunda, /não animado/.

Por outro lado, certos itens da lista (5), quando tomados numa determinada acepção, apenas apresentam construções do tipo (1a) e não (1b).

Sirva como exemplo o item bom, na acepção de "útil".

(40) a. Em tais circunstâncias é bom chamar o médico.

b. ?Em tais circunstâncias o médico é bom de chamar.

Em (40b) o adjectivo não tem de modo nenhum o mesmo significado que apresenta em (40a). Tal construção apenas poderá ser aceite, desde que o adjectivo seja interpretado no sentido de "fácil". Neste caso não existe, pois, relação transformacional.

Enfim esta análise do conteúdo semântico de adjectivos como os da lista (5) deveria ser prosseguida e aprofundada. Para isso seria necessário construir testes que permitissem depreender de forma mais objectiva os diversos valores semânticos em presença e respectiva interferência nos dois tipos de construções em análise. Tal tarefa levaria, porém, a um maior alongamento deste trabalho. Por isso a deixo de lado. No entanto, após uma sondagem do tipo daquela que fiz para impossível e bom, parece-me que a maioria dos adjectivos da lista (5), como aliás de todos aqueles que aceitam as construções em estudo, não oferecem as ambiguidades a que aludi, conforme no-lo mostram os exem-

plos seguintes:

(41) a. É (cansativo + fatigante + pavoroso + ...) visitar a Serra da Estrela.

b. A Serra da Estrela é (cansativa + fatigante + pavorosa + ...) de visitar.

Um outro tipo de ambiguidades surge quando as construções como (1a,b) contêm um A-Compl não frásico, como se pode ver através dos exemplos seguintes:

(42) a. É difícil para os portugueses visitar o Japão.

b. O Japão é difícil para os portugueses de visitar.

Assim, enquanto (42a) significa aproximadamente:

(43) Dificilmente os portugueses visitam o Japão.

a frase (42b) implica antes:

(44) Os portugueses encontram dificuldades ao visitar o Japão.

Note-se que, se em (42) deslocarmos o A-Compl para o início ou para o fim da frase, isso implica retirar-lhe o estatuto de complemento do adjectivo e atribuir-lhe antes o de F-Compl, passando a significar "segundo a opinião dos portugueses", etc.:

(45) a. Para os portugueses, o Japão é difícil de visitar.

b. O Japão é difícil de visitar, para os portugueses.

Todavia, construções como (45a,b) apresentam o mesmo grau de ambiguidade que as frases (37a,b), que contêm o item impossível.

Os dois tipos de ambiguidade parecem, pois, relacionados, na medida em que ocorrem sobretudo com adjectivos modais, como impossível e difícil, ou itens assumidos com valor modal, como bom e fácil, por exemplo.

De facto, adjectivos que não apresentam o primeiro tipo de ambiguidade, como é o caso dos itens citados em (41), também não implicam este último.

(46) a. É (cansativo + fatigante + pavoroso + ...) para os velhos visitar a Serra da Estrela.

b. A Serra da Estrela é (cansativa + fatigante + pavorosa + ...) para os velhos de visitar.

Uma outra objecção que se pode levantar à relação transformacional formulada em (3) é que as construções do tipo (1b) contêm a preposição de, ao passo que as do tipo (1a) não. O aparecimento da preposição em frases como (1b) parece, à primeira vista, devido à nova função gramatical que é atribuída ao infinitivo, após a transformação do seu objecto em sujeito do predicado adjectival. De facto, o infinitivo deixa então de ser sujeito e passa a objecto do adjectivo.

Ora, os objectos dos adjectivos são sempre regidos de preposição, embora, como já vimos esta possa por vezes ser apagada. Repare-se no entanto, que tal preposição é utilizada por alguns falantes em construções semelhantes a (1a, b), como são, por exemplo, as seguintes:

(47) Para nós, é (fácil + difícil) de (compreender + entender) esses rapazes⁽²⁵⁾.

Uma pergunta que naturalmente se levanta em relação a construções como (47) é a de qual será o sujeito. Se recorrermos ao teste da interrogativa, obteremos:

- (48) a. - Para vocês, o que é que é (fácil + difícil)?
 b. - *De (compreender + entender) esses rapazes.
 c. - (Compreender + entender) esses rapazes.
 d. - *Esses rapazes.

Quer dizer, o sujeito é a oração infinitiva, mas não regida pela preposição de, como é lógico. Veja-se, aliás, que a frase equivalente a (47), com a oração infinitiva na posição habitual do sujeito, isto é, à esquerda do predicado adjectival, é inaceitável desde que a prep. de esteja presente:

- (49) a. *Para nós, de (compreender + entender) esses rapazes é (fácil + difícil).
 b. Para nós, (compreender + entender) esses rapazes é (fácil + difícil).

Por outro lado, frases como (47) podem ser interrogadas de outro modo, no sentido de detectarmos o sujeito:

- (50) a. - Para vocês, quem é que é (fácil + difícil) de compreender + entender?
 b. - Esses rapazes.

Neste caso, o teste revela-nos que o SN esses rapazes pode ser compreendido como sujeito da frase (47). E, todavia, do ponto de vista gramatical não existe em (47) concordância entre o predicado adjectival e aquele SN. Pelo contrário, no

contexto de (47), este SN se for pronominalizado, só o pode ser através de um clítico que seja objecto e não su jeito:

- (51) a. Para nós, é (fácil + difícil) de os (compreender + entender).
- b. Para nós é (fácil + difícil) de (compreendê-los + entendê-los).
- c. * Para nós, é (fácil + difícil) de (compreender + entender) eles.

Em suma, parece-me que a deslocação do sujeito para depois do verbo, neste caso da oração infinitiva para depois do predicado adjectival, faz de certo modo perder ao sujeito algumas das suas propriedades ⁽²⁶⁾.

Ora, em construções como (1b), o facto de o objecto do verbo infinitivo ter sido deslocado para sujeito do predicado adjectival faz perder também algumas propriedades à oração infinitiva, como já vimos atrás (cf. (26b) e (27b)).

O aparecimento da preposição de em construções como (47) ou (1b) parece, pois, ser devido a alteração das relações sintáctico-semânticas entre constituintes da frase, provocadas por fenómenos de deslocação. Como (47) nos mostra, a prep. de pode ser inserida após a deslocação da oração infinitiva sujeito para depois do predicado adjectival (Extraposição). Neste caso, entre (1a) e (1b) teríamos a estrutura intermédia seguinte, aceite por alguns falantes:

(54) É (agradável + fácil + difícil + ...) de resolver estes problemas.

Sendo assim, a inserção da preposição de poderia não ser consequência directa de objecto do infinitivo ter sido elevado para sujeito do predicado adjectival, mas seria antes devida à Extraposição da frase infinitiva. De qualquer modo, a prep. de aparece ligada ao infinitivo, como já vimos atrás, assinalando a sua função sintáctica de objecto.

Outra objecção contra a relação transformacional formulada em (3) é-nos fornecida por construções como as seguintes:

(55) a. *Está (fácil + difícil + ...) resolver estes problemas.

b. Estes problemas estão (fáceis + difíceis + ...) de resolver.

Quer dizer, construções como (55a) não admitem a inserção do verbo copulativo estar, ao passo que construções como (55b) permitem tal inserção. Sendo assim, a derivação de frases como (55b), que contêm estar, a partir de construções como (55a), que não aceitam tal verbo, torna-se problemática.

No entanto, conforme a Tábua 1 nos mostra, nem todos os itens que aceitam os dois tipos de construção em estudo admitem o verbo estar em frases como (55b). De entre os adjectivos da lista (5), podemos destacar, nomeadamente, os seguintes, que aceitam estar em construções como (55b):

(56) agradável , amargo, bom, custoso, delicioso, difícil¹, duro, exquisito, fácil¹, fastidioso, giro, gostoso, horrível, impossível, lindo, maçador, mau, penoso, perigoso, saboroso, etc..

Pode dizer-se que, de um modo geral, os adjectivos que aceitam estar em construções como (55b) também admitem, por outro lado, aquele mesmo verbo em construções predicativas não completivas. Pelo contrário, aqueles itens que não aceitam estar em construções como (55b) também não permitem este verbo em contextos predicativos não completivos. Eis alguns exemplos:

- (57) a. Estes dias estão (agradáveis + aprazíveis + bons + difíceis + horríveis + ...).
- b. *Esta situação está (aflitiva + atroz + curiosa + humilhante + ...).

A compatibilidade ou incompatibilidade de estar com contextos do tipo (57) parece, pois, depender da natureza aspectual dos adjectivos que aí ocorrem. Se o adjectivo assume valor /resultativo/ como sucede em (57a), o verbo estar é aceite. Se, pelo contrário, o adjectivo não assume esse valor, o copulativo estar é rejeitado.

Em certos casos, a ocorrência de estar depende também da natureza do SN sujeito, como, por exemplo:

(58) O Júlio está curioso.

Note-se, no entanto, que em (58), o adjectivo implica, de

certo modo, uma completiva apagada:

(59) O Júlio está curioso de saber alguma coisa.

Neste caso, a ocorrência de ser era impossível:

(60) *O Júlio é curioso de saber alguma coisa.

Ora, para que o adjectivo possa assumir valor /resultativo/, o qual implica /estado/, é necessário que o SN sujeito seja um substantivo ou pronome, ou então um verbo de estado.

Esta parece ser a razão por que em frases como (55a) não é possível inserir o verbo estar. É que em (55a) o sujeito é uma oração infinitiva, cujo verbo resolver é um verbo de acção, tornando-se assim incompatível com o valor /resultativo/, denotador de /estado/, dos adjectivos em causa. Se, porém, em contextos como os de (55a) inserirmos um verbo de estado, a construção torna-se relativamente aceitável:

(61) ?Está (fácil + difícil) residir em Lisboa.

Todavia certos factores contextuais parecem influir na aceitabilidade ou inaceitabilidade das construções em análise.

Assim, a natureza do substantivo do SN sujeito em construções como (55b) também é relevante, como se pode ver a seguir:

(62) a. É difícil ouvir as verdades.

b. As verdades (são + *estão) difíceis de ouvir.

Por outro lado, os dois tipos de construções em estudo aceitam perfeitamente estar, quando o aspecto /progressivo/ se encontra presente:

(63) a. Está cada vez mais (fácil+difícil) resolver estes problemas.

b. Estes problemas estão cada vez mais difíceis de resolver.

(64) a. Está a ser (fácil + difícil) resolver estes problemas.

b. Estes problemas estão a ser (fáceis + difíceis) de resolver

De qualquer modo, a inserção de estar em construções do tipo (55b) prende-se com diversos factores, como acabamos de ver. O que não há dúvida, porém, é que a relação transformacional entre (55a) e (55b) é pouco clara ainda. Não seria difícil, recorrendo aos mecanismos abstractos da gramática generativa, formular uma restrição que viabilizasse aquela relação. Não o farei, porém, não apenas por motivos de ordem metodológica, mas sobretudo porque este assunto necessita de maior investigação do que aquela que acabo de dar-lhe.

Outras objecção têm sido postas, no âmbito da gramática generativa, à relação transformacional enunciada em (3). Neste aspecto merecem destaque as objecções postuladas por Lasnik e Fiengo (1974), com base nos dados do inglês, algumas já salientadas, aliás, por Postal (1971:Cap.II.3).

De entre tais objecções, algumas encontram eco nos dados do português.

Assim, por exemplo, a presença de SNs objectos indefinidos em construções como (1a) impede que destas se derivem construções do tipo (1b):

(65) a. É (fácil + difícil) matar alguém com um alfinete.

b. *Alguém é (fácil + difícil) de matar com um alfinete.

(66) a. Em tais investigações, é (agradável + fascinante) nada encontrar.

b. *Em tais investigações, nada é (agradável + fascinante) de encontrar.

Certos advérbios, como intencionalmente, que só são compatíveis com SNs /humanos/ podem ocorrer em construções do tipo (1b), mas não do tipo (1a):

- (67) a. *Intencionalmente, é (fácil + difícil) convencer o Júlio.
- b. *Intencionalmente, convencer o Júlio é (fácil + difícil).
- c. Intencionalmente, o Júlio é (fácil + difícil) de convencer.
- d. O Júlio, intencionalmente, é (fácil + difícil) de convencer.

Certos modais, como dever, por exemplo, quando ocorrem em construções do tipo (1a) apenas têm um significado ("probabilidade", no caso de dever), mas ao aparecerem em frases como (1b) podem ter outros valores (dever, por exemplo, pode também significar, neste caso, "obrigação"):

- (68) a. Deve ser (fácil + difícil) convencer o Júlio.
- b. O Júlio deve ser (fácil + difícil) de convencer.

Embora, em (68b) o verbo dever seja interpretado, numa primeira leitura, com o mesmo valor que tem em (68a), isto é, "probabilidade", numa segunda leitura é, no entanto, interpretável com o significado de "obrigação".

Com base nestas objecções e ainda noutras que dificilmente encontram eco nos dados do português, Lasnik e Fiengo (1974) rejeitam a relação transformacional enunciada em (3) e propõem antes que construções como (1b) sejam derivadas da seguinte estrutura (aproximada), hipótese já aventada em Perlmutter

(1972b), conforme referi atrás (v. (30)):

(69) $SN_i V_{cop} Adj \text{ de } Pro V_{-inf} SN_i \rightarrow$

$SN V_{cop} Adj \text{ de } V_{-inf}$

Quer dizer, a estrutura de base de construções como (1b) contém duas ocorrências do mesmo SN, uma como sujeito do predicado adjectival e outra como objecto do verbo infinitivo. Exemplificando:

(70) *Estes problemas são difíceis de (alguém) resolver estes problemas.

Esta última ocorrência do mesmo SN seria apagada por meio de uma regra a que chamam Apagamento do Objecto ("Object Deletion"), derivando-se assim as construções como (1b).

Além de esta hipótese parecer pouco natural, já que se baseia numa estrutura como (70), que não está atestada, os dados do português oferecem contra ela, pelo menos, dois argumentos.

Um já o apresentei em (26) e (27) atrás, a propósito da natureza do complemento infinitivo em construções como (1b), em confronto com frases do tipo (25).

Relembro aqui umas outras, embora com numeração diferente e apenas parcialmente, para efeitos de ilustração do argumento:

(71) a. O Júlio é capaz de faltar.

b. O Júlio é capaz disso.

- (72) a. Estes problemas são (fáceis + difíceis) de resolver.
 b. *Estes problemas são (fáceis + difíceis) disso.

Quando uma frase completiva se torna elíptica, por lhe terem sido apagados constituintes, ela continua a ter comportamento frásico, permitindo a sua substituição pelo Pro-F isso, como sucede em (71). Se tal frase não aceita o Pro-F isso, é porque ela não é elíptica, mas um dos seus elementos foi deslocado, conforme acontece em (72). É o que sucede em situações semelhantes:

- (73) a. Essas raparigas, é lamentável que desistam de lutar.
 b. *Essas raparigas, é lamentável isso.

O outro argumento foi apontado por Perlmutter (1972b), com base no comportamento sintático de certas expressões idiomáticas como: enviar reforços, prestar assistência⁽²⁷⁾, etc..

Vou, contudo, utilizar outras expressões deste tipo, nomeadamente fazer caixinha, fazer ginástica, que parecem aceitar melhor o tipo de construção que põe em evidência o argumento:

- (74) a. É fácil fazer caixinha, mas é feio.
 b. Caixinha é fácil de fazer, mas é feio.
 (75) a. É agradável fazer ginástica, mas dói.
 b. Ginástica é agradável de fazer, mas dói.

Ora, não teríamos explicação para o aparecimento de nomes sem determinante, como caixinha, ginástica, na posição de sujeito, como sucede em (74b) e (75b), respectivamente, se tais substantivos não tivessem sido deslocados da posição

de objecto do verbo infinitivo. De facto, a ocorrência de tais nomes - como dos substantivos em geral, excepto certos nomes próprios - sem determinante, na função de sujeito, não é aceitável noutros contextos:

(76) a. *Caixinha é fácil.

b. *Caixinha custa caro.

(77) a. *Ginástica é agradável.

b. *Ginástica torna-se necessária.

Por outro lado, os argumentos apresentados por Lasnik e Fiengo (1974) a favor de Apagamento do Objecto foram posteriormente criticados por Jackendoff (1975) como irrelevantes para decidir entre as duas hipóteses de derivar construções como (1b), i.e., Apagamento do Objecto e Elevação do Objecto.

De facto, Jackendoff (1975) mostra, por exemplo, que o tipo de ambiguidade originado pelo advérbio intencionalmente também se verifica na relação activa-passiva:

(78) a. O Júlio intencionalmente seduziu a Eduarda.

b. A Eduarda, intencionalmente, foi seduzida pelo Júlio.

Tanto na activa (78a), como na passiva (78b), o advérbio intencionalmente só pode ser modificador do SN sujeito, o que faz, portanto, variar o significado das duas frases. Com outros advérbios poderíamos observar igualmente o mesmo tipo de variação.

Tal variação levar-nos-ia a pôr em dúvida, na sequência do

pensamento de Lasnik e Fiengo (1974), a relação transformacional entre activas e passivas⁽²⁸⁾.

Jackendoff mostra que o mesmo poderia verificar-se relativamente a outras transformações. Depois de rebater os outros argumentos de Lasnik e Fiengo (1974), Jackendoff salienta que as restrições apontadas por aqueles linguistas não devem ser formuladas ao nível da estrutura de base, mas antes a outros níveis da derivação, no quadro teórico da gramática generativa. E Jackendoff (1975) remete a resolução das dificuldades postas por tais restrições para a chamada Teoria dos Vestígios ("Trace theory"), exposta, nomeadamente, em Chomsky (1975) e em Fiengo (1977). Dispensó-me de apresentar aqui a solução visionada por Jackendoff (1975), com base em tal teoria, para resolver as dificuldades atrás enunciadas. Por um lado, tal solução serve-se de mecanismos extremamente abstractos e, por outro, parece-me demasiado simplista para dar conta dos fenómenos em causa. Mas, sobretudo, a análise daquela solução levar-me-ia a alongar ainda muito mais esta já longa subsecção.

Apesar de todas as objecções levantadas à relação transformacional entre construções de tipo (1a) e as do tipo (1b), existem também diversos fenómenos que assinalam positivamente, como já vimos, essa relação.

Aceitando, pois, embora com reservas, que (1b) deriva de (1a), de acordo com a relação enunciada em (3), vejamos ainda alguns outros aspectos desta relação.

Em princípio, é possível estabelecer duas vias para a relação transformacional entre construções do tipo (1a) e as do

gênero (1b):

(79) i. ou admitindo que (1b), repetida parcialmente abaixo como (80c), deriva directamente de (1a), repetida, em parte, a seguir como (80b);

ii. ou então que (1b), i.e., (80c), deriva directamente de (36a), repetida parcialmente, a seguir como (80a):

(80) a. Resolver estes problemas é difícil.

b. É difícil resolver estes problemas.

c. Estes problemas são difíceis de resolver.

Formalizando minimamente as estruturas subjacentes a estas construções teremos:

(81) a. $(N_{oc}) \ V_{-inf}^{oc} \ N_{lc} \ V_{cop} \ Adj$

b. $V_{cop} \ Adj \ (N_{oc}) \ V_{-inf}^{oc} \ N_{lc}$

c. $N_{lc} \ V_{cop} \ Adj \ de \ (N_{oc}) \ V_{-inf}^{oc}$

Como (81b) provém de (81a) mediante a aplicação a esta estrutura da regra de Extraposição, que desloca a oração infinitiva sujeito — $(N_{oc}) \ V_{-inf}^{oc} \ N_{lc}$ — para depois do predicado adjectival ($V_{cop} \ Adj$), a hipótese (79i) admite, implicitamente uma relação do tipo seguinte:

(82) $(81a) \rightarrow (81b) \rightarrow (81c)$

Segundo tal hipótese, N_{lc} é deslocado da sua posição de objecto de V_{-inf}^{oc} para a de sujeito do predicado adjectival, após a oração infinitiva a que aquele pertencia ter sofrido Extraposição.

Pelo contrário, a hipótese (79ii) admite antes a seguinte relação:

(83) (81a) $\rightarrow$ (81c)

Ou seja, segundo esta hipótese, a estrutura (81b) é dispensável em tal derivação.

Directamente, a partir de (81a), N_{1c} torna-se sujeito do predicado adjectival e o resto da oração infinitiva é deslocado para depois daquele predicado.

Ora, as duas hipóteses têm sido defendidas em relação ao português, a primeira, (79i) por Perlmutter (1972b) e a segunda, (79ii), por Perini (1976).

A primeira hipótese parece, todavia, mais natural que a segunda, já que parece dar melhor conta das construções passivas da oração infinitiva, a que já me referi atrás e que agora relembro genericamente a seguir:

- (84) a. Estes problemas são fáceis de resolver por qualquer pessoa.
- b. Estes problemas são fáceis de se resolverem.
- c. Estes problemas são fáceis de (ser + serem⁽²⁹⁾) resolvidos por qualquer pessoa.

De um modo geral, N_{1c} só é elevado para sujeito do predicado adjectival depois de se tornar sujeito da oração infinitiva, mediante aplicação a esta frase da Transformação Passiva. Repare-se que a passiva se pode realizar nestas orações infinitivas através dos seguintes processos:

- (85) a. Auxiliar Ø (cf. 84a).
 b. Auxiliar se, ou se passivo (cf. 84b).
 c. Auxiliar ser (cf. 84c).

N_{1c} apenas pode ser elevado para sujeito do predicado adjectival, sem aplicação à frase infinitiva da Transformação Passiva, quando o sujeito (N_{oc}) desta frase é realizado como se impessoal (cf. a nota 24 deste Capítulo) ou através de uma locução indefinida, como se pode ver a seguir:

- (86) a. Estes problemas são fáceis de se resolver.
 b. Estes problemas são fáceis de qualquer (um + pessoa) resolver.

Se o sujeito da infinitiva for um SN plenamente especificado, a elevação de N_{1c} já não é possível:

- (87) *Estes problemas são difíceis de (eles + os ministros) resolverem.

3.7. A Permuta entre o Sujeito e o Predicativo

(a propriedade Adj (E + Compl) V_{cop} N_o)

As construções adjectivais completivas aceitam, de um modo geral, qualquer que seja a sua natureza e estrutura, que o SN sujeito, frásico ou não, possa permutar com o predicativo adjectival, incluindo os eventuais complementos do adjectivo, frásicos ou não.

Este tipo de permuta é ilustrado pelas frases b dos exemplos a seguir, em confronto com as correspondentes frases a :

- (1) a. Que o Porto tenha derrotado o Sporting é (bom + necessário + útil + ...) para o Benfica.
 b. (Bom + necessário + útil + ...) para o Benfica é que o Porto tenha derrotado o Sporting.
- (2) a. Percorrer Lisboa em dia de sol é (agradável + fascinante + maravilhoso + ...).
 b. (Agradável + fascinante + maravilhoso + ...) é percorrer Lisboa em dia de sol.
- (3) a. Esses alunos estão (aptos + prontos + ...) a transitar de ano.
 b. (Aptos + prontos + ...) a transitar de ano estão esses alunos.
- (4) a. Algumas pessoas estão (ansiosas + impacientes + ...) (de + por) que as coisas mudem.
 b. (Ansiosas + impacientes + ...) (de + por) que as coisas mudem estão algumas pessoas.
- (5) a. Que o Júlio parta é (equivalente + semelhante + ...) a que a Eduarda fique.
 b. (Equivalente + semelhante + ...) a que a Eduarda fique é que o Júlio parta.

Como se vê, admitem este tipo de permuta quer os adjectivos que aceitam completiva sujeito (cf. (1) e (2)), quer os que se constroem com completiva objecto (v. (3) e (4)), quer ainda os adjectivos simétricos (cf. (5)).

O tipo de permuta que estamos a analisar é, aliás, extensivo, de um modo geral, às outras construções predicativas (ou apa-

rentadas) não adjectivais. Assim, por exemplo:

(6) a. Lisboa é a capital de Portugal.

b. A capital de Portugal é Lisboa.

(7) a. O Júlio está de parabéns.

b. De parabéns está o Júlio.

(8) a. A festa é em Coimbra.

b. Em Coimbra é a festa.

Conforme se vê, nestes exemplos verificam-se as seguintes relações:

(9) a. SN - SN, em (6).

b. SN - S Prep, em (7) e (8).

Se tal relação é claramente predicativa em (6a), em (7a) e (8a) formalmente não o parece. Todavia, o S Prep de (7a) funciona semanticamente como predicativo e até mesmo o S prep de (8a), apesar de ser locativo, desempenha de algum modo idêntica função semântica (cf. com: A festa é coimbrã). O estudo destes problemas não cabe, no entanto, no âmbito deste trabalho. Sobre esta matéria assinalo entre outros o interessante artigo de Allan (1973).

O tipo de permuta ilustrado por exemplos como (6) foi pela primeira vez assinalado por Harris (1970), que deu a tal fenómeno a designação de Permuta-Espelho ("Mirror - Permutation").

O mesmo fenómeno é referido em Ruwet (1967:pp.326 e segs.;

trad. port. 1975:pp.294 e segs.), em Gross (1975:pp.93-96) e de desenvolvimento estudado em Moreau (1971: cap.2) e em Ruwet (RL3).

Baseando-se numa série de testes, Moreau (1971:cap.2) procura demonstrar que construções como (6a) constituem a estrutura de base donde deriva (6b) através da regra de Permuta-Espelho.

Ruwet (RL3), por sua vez, ao procurar integrar esta regra na gramática do francês, no âmbito do quadro teórico generativo transformacional, chega à conclusão que tal regra cria mais problemas do que resolve. Por tal motivo considera que é preferível tratar frases do género (6a) e (6b) como estruturas de base independentes, dispensando-se assim aquela regra transformacional. Segundo ele, a relação semântica entre os dois tipos de frase poderá ser explicitada através de uma regra interpretativa (30).

Não vou entrar aqui nesta polémica, porque ela ultrapassa o tipo de construções que pretendo analisar. Não deixarei, contudo, de referir alguns testes, propostos por Moreau (1971:cap.2) e por Ruwet (RL3), que permitem distinguir, em construções do tipo (6), o Sujeito e o Predicativo. Acrescentarei ainda outros testes que os dados do português sugerem.

Assim, se em relação a estes exemplos quisermos construir as frases interrogativas correspondentes, só o SN à esquerda do verbo copulativo, em (6a), pode ser substituído pelo pronome qual, o que demonstraria que só aquele SN exerce funções de sujeito:

(10) a. Qual é a capital de Portugal?

b. *Qual é Lisboa?

Por outro lado, se construirmos frases clivadas (através da inserção dos elementos é ... que), tomando como base os exemplos de (6) apenas a é aceitável, o que significa que só o SN Lisboa se comporta como sujeito:

(11) a. É Lisboa que é a capital de Portugal.

b. *É a capital de Portugal que é Lisboa.

Se utilizássemos a sequência enfática é que ou a construção pseudo clivada (o que ... é), obteríamos resultados idênticos:

(12) a. Lisboa é que é a capital de Portugal.

b. *A capital de Portugal é que é Lisboa.

(12) a. O que Lisboa é é a capital de Portugal.

b. * O que a capital de Portugal é é Lisboa.

Se modificarmos exemplos como (6) através dos advérbios restritivos não ...senão, só a frase que contém o SN Lisboa à esquerda do verbo copulativo é aceitável, o que vem confirmar mais uma vez o seu estatuto de sujeito:

(13) a. Lisboa não é senão a capital de Portugal.

b. ?*A capital de Portugal não é senão Lisboa.

Se, por outro lado, inserirmos à esquerda do SN inicial da frase modificadores como só, somente, apenas, também etc., (6a) continuará a ser aceitável, mas (6b) não:

(14) a. (Só + somente + apenas + também + ...) Lisboa é a capital de Portugal.

- b. *(Só + somente + apenas + também + ...) a capital de Portugal é Lisboa.

Todos estes testes nos mostram que o sujeito lógico é, tanto em (6a) como em (6b), o SN Lisboa, sendo o outro SN o predicativo. Nesse caso justificar-se-ia que (6b) fosse derivada de (6a) através de uma regra que permutaria o SN Lisboa com o outro SN, ou seja, através da Permuta-Espelho.

Ora, construções como (1) a (5) ou (7) e (8) não nos põem os mesmos problemas que (6). Nestas, tanto (6a) como (6b) têm idêntico valor semântico. A diferença é apenas sintática. Dada a natureza estrutural simétrica destas (SN V_{cop} SN), põe-se o problema de determinar o sujeito lógico (ou profundo). Nas construções (1) a (5), como aliás (7) e (8), tal problema não se põe, pois, dada a sua estrutura não simétrica (Que-F V_{cop} Adj; N_o V_{cop} Adj prep que-F; etc.; ou SN V_{cop} S Prep), o sujeito lógico coincide com o sujeito gramatical. Os testes atrás referidos, além de serem neste caso desnecessários, não teriam aplicação generalizada. Por outro lado, em construções como (1) a (5), ou (7) e (8), a permuta do Sujeito com o Predicativo, devido à não simetridade estrutural dos constituintes em causa, provoca alterações semânticas.

De um modo geral, com tal permuta obtêm-se em construções como (1b) a (5b), e aliás em (7b) e (8b), um efeito enfático-contrastivo que incide sobre o constituinte da frase deslocado para a direita do verbo copulativo, ou seja, o sujeito da frase. Retomemos, pois, algumas das frases (1b) a (5b) para

vermos como se concretiza um tal efeito:

- (15) a. Bom para o Benfica é que o Porto tenha derrotado o Sporting, e não que o Sporting tenha derrotado o Porto.
- b. ?*Bom para o Benfica, e não mau, é que o Porto tenha derrotado o Sporting.
- (16) a. Aptos a transitar de ano estão esses alunos, e não estes.
- b. ??Aptos a transitar de ano, e não a permanecer no mesmo, estão esses alunos.

Como se vê, as frases (15a) e (16a) são mais naturais do que (15b) e (16b), justamente porque naquelas se acrescenta uma oração que põe estruturalmente em destaque o acento enfático-contrastivo que incide sobre o constituinte à direita do verbo copulativo. Pelo contrário (15b) e (16b) são menos naturais, precisamente porque a sequência acrescentada visa enfatizar um constituinte que não contém qualquer valor enfático.

Note-se que a inserção da sequência é que nas estruturas frásicas do português visa enfatizar o constituinte situado à esquerda daquela sequência. A sua inserção nas frases (1b) a (5b) é impossível, justamente porque não é o constituinte à esquerda do verbo copulativo que tem valor enfático, o que confirma os resultados obtidos com o teste anterior:

- (17) *Agradável é que é percorrer Lisboa em dia de sol.

- (18) ?*Ansiosas de que as coisas mudem é que estão algumas pessoas.

Por outro lado, com tal permuta poder-nos-ia parecer que o adjectivo, deslocado para o início da frase, passaria a funcionar como tópico desta. Para já, deve notar-se que este tipo de deslocação difere estruturalmente, como é evidente, da Deslocação à esquerda, que analisámos na subsecção 3.5. deste Capítulo.

Na Permuta dois constituintes trocam de posições. Na Deslocação à esquerda, apenas um ocupa uma posição nova, ou seja, a posição de tópico.

A prova de que no tipo de permuta que estamos a analisar o adjectivo não passa a funcionar como tópico é que sobre estruturas como (1b) a (5b) podemos aplicar a regra de Deslocação à esquerda:

- (19) Que o Porto tenha derrotado o Sporting, bom para o Benfica é.

- (20) Esses alunos, aptos a transitar de ano estão.

Como se pode ver a seguir, em construções onde um constituinte deslocado ocupa já a posição de tópico é impossível topicalizar simultaneamente outro constituinte:

- (21) a. Esses rapazes foram ao Porto de avião.
 b. Ao Porto, esses rapazes foram de avião.
 c. De avião, esses rapazes foram ao Porto.
 d. *Ao Porto, de avião, esses rapazes foram.
 e. *De avião, ao Porto, esses rapazes foram.

Os constituintes deslocados em (21) são complementos do verbo. É evidente que se estivéssemos em presença de complementos de frase, como sucede com certos advérbios de tempo, modo etc., poderíamos ter dois deles no início da frase, mas só um poderia eventualmente funcionar como tópico, isto é, com um certo valor enfático-contrastivo, geralmente o que está à esquerda do sujeito, como no-lo mostra a inserção de é que:

- (22) a. Em Maio, impreterivelmente, esses rapazes vão ao Porto de avião.
- b. ?*Em Maio é que impreterivelmente, esses rapazes vão ao Porto, de avião.
- c. Em Maio, impreterivelmente é que esses rapazes vão ao Porto, de avião.

3.8. A propriedade Que Adj (E + prep Compl) N_o!

(Adjectivos emotivos)

A maior parte dos adjectivos que constituem objecto do presente trabalho aceitam construções exclamativas, iniciadas por que, como nos mostram as frases c dos exemplos a seguir:

- (1) a. Que essas casas tenham sido destruídas é (aflitivo + lastimável + significativo + ...)
- b. (Aflitivo + lastimável + significativo + ...) é que essas casas tenham sido destruídas.
- c. Que (aflitivo + lastimável + significativo + ...) é que essas casas tenham sido destruídas!

- (2) a. Podermos ir à praia é (agradável + consolador + salutar + ...).
- b. (Agradável + consolador + salutar + ...) é podermos ir à praia.
- c. Que (agradável + consolador + salutar + ...) é podermos ir à praia!
- (3) a. O Júlio está (ansioso + impaciente + ...) (de + por) que as férias cheguem.
- b. (Ansioso + impaciente + ...) (de + por) que as férias cheguem está o Júlio.
- c. Que (ansioso + impaciente + ...) (de + por) que as férias cheguem está o Júlio!
- (4) a. Essas pessoas estão (curiosas + desejosas + ...) de visitar a Grécia.
- b. (Curiosas + desejosas + ...) de visitar a Grécia estão essas pessoas.
- c. Que (curiosas + desejosas + ...) de visitar a Grécia estão essas pessoas !

Conforme estes exemplos ilustram, se tomarmos as frases a como representantes directas da estrutura base, as frases b serão derivadas destas através de Permuta-Espelho (cf. a subsecção anterior) e as frases c, por sua vez, proviriam de b, mediante a Inserção de Que exclamativo. Ou seja, esquematizando:

- (5) a. a → (Permuta-Espelho) b
- b. b → (Inserção de Que exclamativo) c .

A propriedade ilustrada nos exemplos (1c) a (4c) afecta, como se vê, tanto adjectivos que se constroem com completiva sujei

to (cf. (1) e (2)), como aqueles que admitem completiva objecto (v. (3) e (4)). Quanto a este último caso, ou seja, o dos adjectivos com completiva objecto, a realização da construção em análise podia ser diversa, como não-lo mostram os exemplos seguintes:

(6) Que (ansioso + impaciente + ...) está o Júlio de que as férias cheguem!

(7) Que (curiosas + desejosas + ...) estão essas pessoas de visitar a Grécia.

Todavia, note-se que sem que exclamativo ou seja, apenas com permuta entre o SN sujeito e o adjectivo, tais frases não seriam aceitáveis, a não ser provavelmente inseridas num contexto enfático-contrastivo:

(8) ?*(Ansioso + impaciente + ...) está o Júlio de que as férias cheguem.

(9) ?*(Curiosas + desejosas + ...) estão essas pessoas de visitar a Grécia.

Por outro lado, a inserção de que exclamativo em estruturas como (1b) a (4b) acarreta mudança, não apenas do significado das frases em causa, mas também da modalidade frásica, aspectos que estão, aliás, interligados. De facto, enquanto (1b) a (4b) se realizam mais frequentemente como frases declarativas, (1c) a (4c) só podem ser assumidas como exclamativas. As frases exclamativas permitem exteriorizar estados psicológicos emotivos da parte do sujeito falante ou autor da enunciação. Ora, só determinados adjectivos são compatíveis com contextos do tipo

(1c) a (4c). Ou seja, são os adjectivos que permitem denotar estados psicológicos emotivos é que se coadunam com tais contextos. Os outros, não, como se pode ver através das frases c dos exemplos a seguir:

- (10) a. É (acessível + necessário + possível + ...) que o Homem venha a descobrir outros planetas habitados.
 b. (Acessível + necessário + possível + ...) é que o Homem venha a descobrir outros planetas habitados.
 c. *Que (acessível + necessário + possível + ...) é que o Homem venha a descobrir outros planetas habitados!
- (11) a. Esses rapazes são (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de realizar uma tal tarefa.
 b. (Capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de realizar uma tal tarefa são esses rapazes.
 c. *Que (capazes^{1,2} + competentes¹ + ...) de realizar uma tal tarefa são esses rapazes!

Verifica-se, por conseguinte, em face destes exemplos, que podemos subdividir os adjectivos em dois grupos, conforme aceitam ou não a propriedade de Inserção de Que exclamativo em construções com completiva sujeito e completiva objecto, como vimos atrás, ou ainda com os dois tipos de completiva, como é o caso dos adjectivos simétricos, ilustrado a seguir. Os do primeiro grupo, ou seja, os que aceitam aquela propriedade, têm sido classificados, como predicados emotivos e os do segundo, isto é, os que rejeitam tal propriedade, como não emotivos (cf. Kiparsky e Kyparsky 1968/1971, ou ainda Vendler 1968: p.118).

As tâbuas fornecem a listaduns e doutros.

Ilustremos, através de alguns exemplos, o comportamento dos adjectivos simétricos relativamente à inserção de que exclamativo, ou seja, quanto à propriedade da emotividade:

- (12) a. O facto de esse diplomata ter declinado um tal convite é (comprobatório + demonstrativo + sintomático + ...) de que a situação era delicada.
- b. (Comprobatório + demonstrativo + sintomático + ...) de que a situação era delicada é o facto de esse diplomata ter declinado um tal convite.
- c. Que (comprobatório + demonstrativo + sintomático + ...) de que a situação era delicada é o facto de esse diplomata ter declinado um tal convite!
- (13) a. Que o Júlio parta é (análogo + equivalente + paralelo + ...) a que a Eduarda fique.
- b. (Análogo + equivalente + paralelo + ...) a que a Eduarda fique é que o Júlio parta.
- c. *Que (análogo + equivalente + paralelo + ...) a que a Eduarda fique é que o Júlio parta.

Como se vê, também os adjectivos simétricos se podem subdividir nos dois grupos enunciados: adjectivos emotivos, como os de (12) e adjectivos não emotivos, como os de (13).

Do ponto de vista estrutural, devem distinguir-se duas situações quanto aos adjectivos emotivos: a dos que aceitam

completiva sujeito e simétricos e a dos que admitem completiva objecto.

Os primeiros têm um sujeito gramatical frásico, que se comporta como SN /abstracto/. Os segundos têm um sujeito gramatical cujo núcleo é um substantivo, precedido geralmente de determinante(s) e seguido eventualmente de modificadores, como a frase relativa, por exemplo:

(14) As pessoas que chegaram ontem estão curiosas de saber o que se passou em Lisboa.

Os exemplos deste segundo tipo, nas construções apresentadas atrás (cf., nomeadamente, (3) e (4), assim como (14)), contêm apenas como sujeito substantivos /humanos/.

É interessante verificar se a diferença semântico-estrutural entre os dois tipos de adjectivos, ou seja, os que têm como sujeito uma completiva e os que seleccionam para tal função SNs com substantivos /humanos/, interfere com a propriedade emotiva de tais predicados e, no caso afirmativo, de que modo esta é interpretada. Para isso, comecemos por relembrar a definição que Kiparsky e Kiparsky (1968/1971:p.363) nos dão sobre os predicados emotivos e seus complementos frásicos (fazendo os autores caber nesta designação tanto as completivas sujeito como as completivas objecto):

"Emotive complements are those to which the speaker expresses a subjective, emotional, or evaluative reaction. The class of predicates taking emotive complements includes the verbs of emotion of classical grammar, and Klima's affective predicates (Klima 1964), but is larger than either and includes in

general all predicates which express the subjective value of a proposition rather than knowledge about it or its truth value".

De acordo com esta definição, serão, pois, predicados emotivos, na sua acepção mais lata, "todos os predicados que exprimem mais o valor subjectivo duma proposição do que conhecimento acerca dela ou o seu valor de verdade". Ora, tal valor subjectivo, isto é, de reacção emocional ou de avaliação reporta-se ao sujeito falante ("speaker") e não propriamente ao sujeito gramatical.

No caso dos adjectivos com completiva sujeito, isto é fácil de compreender, dado que o sujeito gramatical frásico se comporta como os substantivos /abstractos/. No caso, porém, dos adjectivos com completiva objecto e cujo sujeito é um SN /humano/, parece mais difícil aceitar-se que tal valor subjectivo-emotivo se reporte ao sujeito falante, quando este naturalmente não coincida com o sujeito gramatical. No entanto, ao inserirmos, em construções como (3b) e (4b) atrás, que exclamativo, derivando assim, respectivamente, (3c) e (4c), temos a prova de que tal valor subjectivo-emotivo se reporta ao sujeito falante e não ao sujeito gramatical. De facto, uma das propriedades fundamentais das frases exclamativas consiste justamente em permitirem exteriorizar estados psicológicos emocionais da parte do sujeito falante ou autor da enunciação.

Além da propriedade formal de Inserção de Que exclamativo, permitida pelos adjectivos emotivos, nas circunstân-

cias que acabo de descrever, outras propriedades semelhantes caracterizam tais predicados, como vamos ver.

Assim, verifica-se, de um modo geral, que os adjectivos emotivos aceitam a inserção, na frase completiva, de certos modificadores adverbiais de intensidades, tais como tão (antes de adjectivo ou particípio passado) e tanto (como modificador do verbo), sem que estes advérbios contenham qualquer ênfase exclamativa.

Esta propriedade não se manifesta, contudo, em relação a todos os adjectivos emotivos com completiva objecto facto que acentua a diferença semântico-estrutural entre estes itens e aqueles que se constroem com completiva sujeito. Eis alguns exemplos que põem em destaque o aparecimento de tal propriedade em relação a estes últimos:

(15) a. É (agradável + interessante + provocante + ...) que essas raparigas andem tão despidas.

b. *É (admissível + essencial + preferível + ...) que essas raparigas andem tão despidas.

(16) a. É (benéfico + deplorável + maçador + ...) que chova tanto.

b. *É (imperativo + oportuno + usual + ...) que chova tanto.

Repare-se que o teste para apreensão da propriedade em causa só é válido se o predicado adjectival não for negado. Se, de facto, fosse negado, tal propriedade apareceria também no caso de adjectivos não emotivos que aceitam completiva sujeito, conforme se pode ver a seguir:

- (17) a. Não é (admissível + essencial + preferível +...) que essas raparigas andem tão despidas.
 b. Não é (imperativo + oportuno + usual + ...) que chova tanto.

A influência da negação no aparecimento desta propriedade manifesta-se igualmente no caso de adjectivos não emotivos, quando se lhes acrescenta o prefixo negativo:

- (18) a. *É (admissível + possível + provável + ...) que essas raparigas andem tão despidas.
 b. É (inadmissível + impossível + improvável +...) que essas raparigas andem tão despidas.
- (19) a. *É (admissível + possível + provável + ...) que chova tanto.
 b. É (inadmissível + impossível + improvável + ...) que chova tanto.

Na sequência da descrição apresentada na subsecção 2.5: deste capítulo, relativamente ao comportamento sintáctico dos adjectivos com prefixo negativo, é, pois, caso para nos perguntarmos se devemos admitir uma entrada lexical para itens como admissível, possível, provável, etc., que são não emotivos, e uma outra entrada para adjectivos como inadmissível, impossível, improvável, etc., que, por aceitarem a inserção de tão e tanto, nos contextos mencionados, parecem comportar-se como emotivos. Para decidirmos a favor desta hipótese, temos de analisar o comportamento destes últimos itens não só em relação à propriedade anterior, mas também em relação

às que a seguir indico. Por isso, tal decisão só poderá ser tomada depois disso.

Os adjectivos com prefixo negativo parecem aceitar mal a inserção de que exclamativo, ou melhor, apenas a admitem, desde que sobre a frase recaia um forte acento enfático, (anotado abaixo através do sinal "!!!"), o qual não era, aliás, necessário para os adjectivos atrás classificados como emotivos:

- (20) a. Que (inadmissível + intolerável + ...) é que esses rapazes se comportem dessa maneira!!!
- b. Que (impossível + insustentável + ...) é aturarmos esses rapazes !!!
- c. Que (improvável + incrível + ...) é que esses rapazes compareçam !!!

A necessidade de marcar com uma entoação enfática especial estas construções levam-nos, pois, a considerar estes adjectivos como susceptíveis de exprimir emotividade em menor grau que os do género dos exemplos (1) e (2). Sendo assim, do mesmo modo que existem graus de factividade, existiriam também graus de emotividade. Tais predicados com prefixo negativo comportar-se-iam, de certo modo, como semi-emotivos.

Algo de semelhante poderíamos dizer, embora por razões diversas, relativamente aos adjectivos que se constroem com completiva objecto, como os dos exemplos (3) e (4) atrás citados. Assim, alguns só aceitam a inserção dos modificadores adverbiais tão e tanto nas circunstâncias mencionadas, quando submetidos à negação, conforme se pode verificar a seguir:

(21) a. *Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + esperançosos + ...) de que as moças comparecerem tão despidas⁽³¹⁾.

b. Esses rapazes não estão (ansiosos + desejosos + + esperançosos + ...) de que as moças compareçam tão despidas.

Pelo contrário, outros adjectivos estruturalmente semelhantes, aceitam esta propriedade mesmo sem negação:

(22) Esses rapazes estão (contentes + desgostosos + receosos + ...) de que as moças venham tão despidas.

Também no caso de tais adjectivos teríamos, por consequente, de distinguir graus de emotividade, em consequência do seu comportamento perante esta última propriedade.

Desnecessário será dizer que, à semelhança do que se verifica com os adjectivos não emotivos compatíveis com completiva sujeito, como os de (17), também os não emotivos que se constroem com completiva objecto, como os dos exemplos (11), admitem a inserção de tão e tanto nas condições atrás enunciadas, quando submetidos à negação:

(23) a. *Esses alunos estão (aptos + prontos¹ + ...) a comparecerem tão cedo.

b. Esses alunos não estão (aptos + prontos¹ + ...) a comparecerem tão cedo.

(24) a. *Essas crianças são (capazes^{1,2} + dignas + ...) de falar tanto.

b. Essas crianças não são (capazes + dignas + ...) de falar tanto.

Também neste caso o acrescentamento, quando possível, do prefixo negativo pode modificar o comportamento do item em causa , tal como acontece em presença do modificador não:

- (25) a. Esses alunos estão inaptos a comparecerem tão cedo.
 b. Esses deputados são (incapazes + indignos) de discutir tanto.

Tal como sucedia em relação aos itens com prefixo negativo atrás assinalados, no que respeita ao seu comportamento perante a inserção de que exclamativo, também estes aceitam esta propriedade nas mesmas condições daqueles:

- (26) a. Que inaptos a jogarem a bola (são + estão) esses alunos !!!
 b. Que (incapazes + indignos) de discursar são esses deputados !!!

Uma outra propriedade que distingue os adjectivos emotivos dos não emotivos consiste na aceitação por estes, mas não por aqueles, de construções subordinadas iniciadas por conforme (ou ainda: de acordo com aquilo que, tanto quanto), no contexto / Conforme V_{cop} Adj, F_{subordinante} /, como se pode ver através dos exemplos seguintes:

- (27) a. *(Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) era (aflitivo + lastimável + significativo + ...), essas casas foram destruídas.
 b. (Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) era (admissível + necessário + provável + ...), esses alunos concluíram os seus trabalhos.

- (28) a. *(Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) estavam (ansiosos + curiosos + desejosos + ...), essas pessoas visitaram a Grécia.
- b. (Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) eram capazes¹ + competentes + dignos + ...), esses rapazes realizaram as suas tarefas.

Mais uma vez este teste permite detectar em relação a certos itens com prefixo negativo comportamento intermédio entre adjectivos emotivos e não emotivos, como vamos ver:

- (29) a. *(Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) era (improvável + inadmissível + intolerável + ...), esses alunos concluíram os seus trabalhos.
- b. (Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) era (improvável + inadmissível + intolerável + ...), esses alunos não concluíram os seus trabalhos.
- (30) a. *(Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) eram (incapazes + incompetentes + indignos + ...), esses rapazes realizaram as suas tarefas.
- b. *(Conforme + de acordo com aquilo que + tanto quanto) eram (incapazes + incompetentes + indignos + ...) esses rapazes não realizaram as suas tarefas.

Como se vê, os adjectivos com prefixo negativo que aceitam completiva sujeito têm comportamento de predicados emotivos, mas só quando a frase subordinante é negada (cf.

(29b) em oposição a (29a)). Os adjetivos com o mesmo prefixo, que admitem completiva objecto, não aceitam esta propriedade, mesmo que a frase subordinante seja negada (cf. (30a,b)).

Uma outra propriedade que distingue, em geral, os adjetivos emotivos dos não emotivos consiste na possibilidade de parafrasear os primeiros, mas não os segundos, através de locuções verbo-nominais do tipo causar-N, evocar-N, (v.a subsecção 4.2.2. a seguir) em que N representa um substantivo da família do adjetivo (horror/horrível; terror/terrível; etc.), ou então apenas por meio de um verbo da mesma família paradigmática (horrível/horror/horrorizar; terrível/terror/aterrorizar; etc.).

Esta propriedade foi assinalada por Vendler (1968:p.118) em relação ao inglês, mas verifica-se igualmente no caso do português. Vejamos, pois, alguns exemplos da sua aplicação, tendo apenas em conta construções completivas:

(31) a. É (espantoso + horrível + medonho + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

b. (Causa + evoca) (espanto + horror + medo + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

c. (Espanta + horroriza + amedronta + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

(32) a. É (evidente + reconhecível + visível + ...) que essa cidade foi destruída.

b. *(Causa + evoca) (evidência + reconhecimento + visibilidade + ...) que essa cidade foi destruída.

c. *(Evidencia + reconhece + vê + ...) que essa cidade foi destruída.

Como se vê, os adjectivos não emotivos, com completiva su jeito, não aceitam tal propriedade. Note-se que (32c) se ria aceitável desde que o verbo fosse apassivado com se:

- (33) (Evidencia-se + reconhece-se + vê-se + ...) que essa cidade foi destruída.

Mas não se trata já da mesma propriedade, como se deprende da sua inaceitabilidade em construções do tipo (31c):

- (34) *(Espanta-se + horroriza-se + amedronta-se + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

Vejamos agora o comportamento dos adjectivos que se constroem com completiva objecto em relação a tal propriedade:

- (35) a. Essas pessoas estão (ansiosas + curiosas + desejosas + ...) de visitar a Grécia.
 b. A essas pessoas (causa + evoca) (ansiedade + curiosidade + desejo + ...) visitar a Grécia.
 c. Essas pessoas (ansiam + ? + desejam + ...) visitar a Grécia.
- (36) a. Esses rapazes estão (aptos + prontos¹ + ...) a concluir essa tarefa.
 b. *A esses rapazes (causa + evoca) (aptidão + prontidão + ...) concluir essa tarefa.
 c. *Esses rapazes (? + prontificam + ...) concluir essa tarefa.

Mais uma vez esta última construção seria aceitável se o verbo prontificar fosse empregado como verbo pronominal intrínseco que é, mas nesse caso estaríamos perante uma propriedade diversa da que é posta em evidência em (35c):

(37) Esses rapazes prontificam-se a concluir essa tarefa.

(38) *Essas pessoas (ansiam-se + desejam-se) visitar a Grécia.

Se observarmos agora o comportamento dos itens com prefixo negativo em relação a esta propriedade, verifica-se que neste caso não revelam comportamento de predicados emotivos:

(39) a. É (improvável + inaceitável + incrível + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

b. *(Causa + evoca) (improbabilidade + inaceitabilidade + ? incredibilidade + ...) que essa cidade tenha sido destruída.

A construção equivalente a (35c) é impossível, já que o léxico do português não contém geralmente verbos com prefixo negativo, que sejam da família paradigmática daqueles adjectivos (cf. *improvar, *inaceitar, *incrér, etc.).

Quanto aos adjectivos com prefixo negativo que se constroem com completiva objecto, verifica-se que também eles não apresentam, neste caso, a propriedade em causa:

(40) a. Esses rapazes são (incapazes + indignos + ...) de visitar a Grécia.

b. *A esses rapazes (causa + evoca) (incapacidade + indignidade + ...) visitar a Grécia.

c. *Esses rapazes (? incapacitam + indignam + ...) visitar a Grécia.

Um item como incapacitar pode suscitar dúvidas quanto ao seu uso; todavia, o particípio passado incapacitado é de emprego frequente.

Em vez de (40c), seria aceitável a construção com verbo prenominal (? incapacitar-se, indignar-se), mas nesse caso, além de a propriedade em causa ser alterada, quer o significado da frase, quer a sua estrutura (cf. inserção da prep. a) seriam completamente diversas, como se pode ver a seguir:

(41) Esses rapazes (? incapacitaram-se + indignaram-se)
(*E + a) visitar a Grécia.

Quer dizer o processo verbal expresso na frase subordinante tem lugar quando já decorre a acção expressa na frase subordinada, que é temporal e não completiva.

Perante a análise que acabamos de efectuar, impõe-se tirar agora algumas conclusões. Em primeiro lugar, verificamos que o valor de alguns testes utilizados para distinguir os adjectivos emotivos dos não emotivos podia ser modificado por dois factores principais: a entoação enfática e a negação. Se abstrairmos, pois, da influência destes factores, ou seja, se encararmos os referidos testes na sua forma mais neutra, podemos construir o Quadro 1 a seguir, que define, em resumo e de modo geral, o perfil dos adjectivos emotivos, por oposição ao dos não emotivos.

(42) Quadro 1:

Propriedades	Adjectivos					
	Completiva suj.		Completiva obj.			Simétricos
	Emotivos (ex.: <u>aflitivo</u>)	Não Emot. (ex.: <u>acessível</u>)	Emotivos		Não Emot. (ex.: <u>capaz</u> ^{1,2})	Não Emot. (ex.: <u>análogo</u>)
			Tipo 1 (ex.: <u>ansioso</u>)	Tipo 2 (ex.: <u>contente</u>)		
1. <u>Que</u> exclamat.	+	-	+	+	-	-
2. <u>Tão</u> / <u>Tanto</u>	+	-	-	+	-	-
3. <u>Conforme-F</u> etc.	-	+	-	-	+	-
4. <u>Evocar-N</u> etc.	+	-	+	+	-	-

O Quadro 1 mostra-nos, pois, em resumo, que tanto os adjectivos da classe de aflitivo como os da subclasse de contente aceitam as propriedades 1,2 e 4 e rejeitam a propriedade 3. Podemos, pois, considerá-los plenamente emotivos. Os adjectivos da subclasse de ansioso distinguem-se dos anteriores por rejeitarem a propriedade 2, o que nos leva a considerá-los emotivos em menor grau. O mesmo Quadro mostra-nos igualmente que tanto os adjectivos da classe de acessível, como os da classe de capaz^{1,2} contêm as propriedades inversas dos emotivos, comportando-se, por conseguinte, como não emotivos. Os adjectivos da classe de análogo contêm as propriedades dos não emotivos, com excepção da propriedade 3, que parecem não aceitar apenas por razões estruturais.

Recapitulemos agora, de forma também resumida, o comportamento dos adjectivos com prefixo negativo, do tipo improvável, incapaz, etc., cujos similares emotivos (i.e., provável, capaz^{1,2}, etc.) se comportam como não emotivos. Como os factores da entoação enfática e da negação se tornam neste caso particularmente importantes, conforme atrás referi, vamos tê-los em conta no Quadro 2 a seguir, o qual apresenta, em resumo, a incidência das propriedades em causa sobre tais itens.

(43) Quadro 2

Propriedades		Adjectivos	
		Completiva Suj. (ex.: <u>improvável</u>)	Completiva Obj. (ex.: <u>incapaz</u>)
1. <u>Que</u> exclamativo	sem ênfase	-	-
	com ênfase	+	+
2. <u>Tão</u> / <u>Tanto</u>		+	+
3. <u>Conforme-F</u> etc.	F ₁ afirmativa	-	-
	F ₁ negativa	+	+
4. <u>Evocar-N</u> etc.		-	-

Conforme o Quadro 2 nos mostra, se excluíssemos os factores da entoação enfática, no que respeita à propriedade 1, e da negação da frase subordinante (F_1), relativamente à propriedade 3, os adjectivos da classe de improvável, assim como os da de incapaz apenas são compatíveis com a propriedade 2, o que revela o seu fraco valor emotivo. Em face de tais características impõe-se, pois, tomar uma decisão quanto a registar ou não tais adjectivos com entrada léxico-sintáctica diversa da dos seus similares positivos (v.g., provável, capaz^{1,2}).

Note-se que a aceitação da propriedade 3, quando F_1 é negada, aproxima afinal tais itens dos seus similares não emotivos, já que estes admitem geralmente tal propriedade.

Em suma, a idiossincracia de tais itens parece, pois, resultante de uma relação entre o valor modal do prefixo negativo e os factores modais da entoação enfática e da negação. Ora, uma tal relação pode ser expressa através de uma regra de redundância, sem necessidade, por conseguinte, de estarmos a sobrecarregar o léxico com novas entradas. Por tal motivo, os itens do tipo de improvável, incapaz, etc., não terão entrada léxico-sintáctica separada da dos seus similares positivos, desde que não apresentem outras diferenças sintácticas.

Sendo assim, serão registados como não emotivos, já que para se realizarem como tal necessitam de condições contextuais não neutras (i.e., entoação, negação), ao contrário do que sucede com os adjectivos emotivos.

Ora, tal idiossincracia é inerente ao prefixo negativo e pode ser expressa através de uma regra gramatical de redundância do género seguinte:

(44) Prex Neg /— Adj/ ⊃ Propriedades 1 (com ênfase) e 2.

Ou seja, a adjunção do prefixo negativo a determinados adjectivos implica que os itens assim formados revelem comportamento de semi-emotivos, o qual se traduz na aceitação de construções com que exclamativo, desde que articuladas com entoação enfática, e dos modificadores tão e tanto nas circunstâncias atrás referidas.

Antes de terminarmos este assunto, convém analisar a relação, se é que ela existe, entre adjectivos factivos (i.e., que aceitam a propriedade O facto de que-F, conforme se viu na subsecção 2.3. deste capítulo) e adjectivos emotivos, por um lado, e entre emotividade e conjuntivo, por outro.

Comecemos, pois, pelo primeiro tipo de relação.

Embora a maioria dos adjectivos emotivos sejam também factivos, é possível, no entanto, apontar vários exemplos em que tal coincidência se não observa, conforme se pode verificar pela leitura das tábuas.

Eis, pois, alguns exemplos de adjectivos emotivos não factivos:

(45) a. É (custoso + dilemático + duvidoso + ...) (E + *o facto de) que as super-potências cheguem a acordo nesse domínio.

- b. (Custoso+dilemático +duvidoso + ...) é que as super-potências cheguem a acordo nesse domínio.
 - c. Que (custoso +dilemático+duvidoso + ...) é que as super-potencias cheguem a acordo nesse domínio!
- (46)
- a. Esses países estão (ansiosos + ávidos + desejo sos + ...) de (E + *o facto de) alcançar a paz.
 - b. (Ansiosos + ávidos + desejosos + ...) de alcan çar a paz estão esses países.
 - c. Que (ansiosos + ávidos + desejosos + ...) de alcançar a paz estão esses países !

Eis agora alguns exemplos de adjectivos factivos não emotivos:

- (47)
- a. O facto de tais negociações falharem é (comum+ + corrente + habitual + ...) entre as super-po tências.
 - b. (Comum + corrente + habitual + ...) entre as super-potências é o facto de tais negociações falharem.
 - c. *Que (comum + corrente + habitual + ...) entre as super-potências é o facto de tais negocia ções falharem!
- (48)
- a. Essas manobras são (alheias + imputáveis + pos teriores + ...) ao facto de tais negociações falharem entre as super-potências.
 - b. (Alheias + imputáveis + posteriores + ...) ao facto de tais negociações falharem entre as su per-potências são essas manobras.

c. *Que (alheias+ imputáveis + posteriores + ...) ao facto de tais negociações falharem entre as super-potências são essas manobras!

Em face de dados como estes parece que podemos concluir o seguinte: (i) não é forçoso que a reacção emotiva do sujeito falante se manifeste apenas em relação a acontecimentos reais ; pelo contrário, tal reacção pode manifestar-se igualmente em relação a acontecimentos prováveis ou suposições (cf. (45c) e (46c)); (ii) o sujeito falante pode exprimir uma determinada opinião sobre um dado acontecimento real, sem que tal opinião seja acompanhada de qualquer reacção emotiva (cf. (47) e (48)).

Sendo assim, não parece existir uma relação directa entre factividade e emotividade. No entanto, em termos de frequência, verifica-se que a maior parte dos adjectivos factivos também são emotivos e vice-versa.

Analiseemos agora o segundo tipo de relação atrás enunciada , isto é, entre emotividade e conjuntivo. Será, pois, que os adjectivos emotivos implicam a ocorrência do conjuntivo na completiva Que-F?

A observação dos dados linguísticos, parece dizer-nos, em certa medida, que sim. De facto, ao observarmos as Tábuas léxico-sintácticas não encontramos exemplos de adjectivos emotivos que admitam o indicativo na completiva Que-F.

Mais ainda, quando determinados itens aceitam simultaneamente Que-F_{ind} e Que-F_{conj} , só neste último caso é que assumem as propriedades formais dos adjectivos emotivos. É o que sucede,

por exemplo, com o item curioso, conforme se pode ver a seguir:

- (49) a. É curioso + que as super-potências (chegaram + tenham chegado) a acordo nesse domínio.
 b. Curioso é que as super-potências (chegaram + tenham chegado) a acordo nesse domínio.
 c. Que curioso é que as super-potências (*chegaram+ + tenham chegado) a acordo nesse domínio!

Como se vê, na construção com que exclamativo (cf.49) só o conjuntivo (tenham chegado) é aceite. Este parece constituir, pois, um argumento a favor da relação entre emotividade e conjuntivo.

Trata-se no entanto, de uma relação que não é nem necessária nem suficiente.

Não é suficiente, porque nem todos os adjectivos que admitem conjuntivo na completiva Que-F são emotivos, como é o caso, por exemplo, de crível, dispensável, frequente, imperativo, preferível (v.Tábua 1p), etc..

Nem é necessária porque há muitos adjectivos emotivos, como, por exemplo, assíduo, benevolente, contumaz, exímio, hesitante, negligente (v.Tábua 4), etc., em relação aos quais não existe completiva Que-F atestada.

3.9. Fenômenos de pronominalização.

Ao longo deste capítulo (e não só), por diversas vezes me referi à possibilidade de as frases completivas poderem ser pronominalizadas por meio dos Pro-F isso e tal ,

como por exemplo:

- (1) a. Que Lisboa seja privada de água não é nada (agradável + cómodo + tolerável + ...).
- b. (Isso + tal) não é nada (agradável + cómodo + tolerável + ...).
- (2) a. Muitos turistas estão (ansiosos + ávidos + desejosos + ...) de apanhar o sol do Algarve.
- b. Muitos turistas estão (ansiosos + ávidos + desejosos + ...) de (isso + ? *tal).

Este fenómeno é geral e abrange tanto as completivas Que-F como as infinitivas, qualquer que seja a sua função (sujeito ou objecto). Também as factivas são igualmente pronominalizáveis:

- (3) a. O facto de Lisboa estar sem água é (aflitivo + lamentável + significativo + ...).
- b. (Isso + tal) é (aflitivo + lamentável + significativo).
- (4) a. Esse ministro não está (consciente + sapiente + ...) do facto de que as coisas correm mal.
- b. Esse ministro não está (consciente + sapiente + ...) de (isso + tal).

Por se tratar, portanto, de um fenómeno relativamente geral, pareceu-me desnecessário estar a registá-lo nas Tábuas. Convém no entanto, ter presente, que o Pro-F tal nem sempre é tão bem aceite como isso (cf. (2b), a par de (4b)).

Também certos A-Compl não frásicos dos adjectivos podem ser pronominalizados. Assim, por exemplo:

- (5) a. É (aconselhável + agradável + útil + ...) aos lisboetas visitarem o Nordeste.
- b. É-lhes (aconselhável + agradável + útil + ...) visitarem o Nordeste.

O A-Compl prep-N₁ aos lisboetas foi, pois, pronominalizado em lhes, sendo este colocado na posição pós-verbal (cf. 5b), segundo a(s) regra(s) de colocação dos pronomes pessoais clíticos (ou átonos) em português.

Uma tal regra (ou regras) do português não foi ainda estudada no âmbito da gramática (generativa) transformacional.

As gramáticas de índole tradicional dão uma série de indicações práticas sobre a colocação dos pronomes clíticos, tendo em conta apenas, como é óbvio, a estrutura de superfície⁽³²⁾. Não é possível, no entanto, desenvolver aqui este assunto, pois ele transcende largamente o âmbito do objecto deste estudo. Parece-me, todavia, que uma formulação adequada da regra de colocação dos pronomes clíticos em português, encarada do ponto de vista duma gramática transformacional, deve ter em conta os seguintes aspectos:

- os clíticos são colocados na posição pós-verbal ou pós-auxiliar verbal (no caso de tempos compostos e das chamadas perífrases verbais);
- os dois principais factores que atraem os clíticos para a posição pré-verbal são, fundamentalmente, a subordinação (completiva, relativa, adverbial) e a modalidade (negação, ênfase, interrogativa parcial, quantificação, etc.).

Deixando, pois, de lado, este assunto, vejamos, no entanto , quais são os A-Compl não frásicos que aceitam pronominalização clítica. Em (5a), o A-Compl é regido da prep. a. Se tivermos, porém, em conta, o que foi dito na subsecção 2.6.2. deste capítulo, muitos adjectivos aceitam A-Compl regido de outras preposições. Põe-se, pois, o problema de verificarmos se tais complementos são pronominalizáveis do mesmo modo que a-N (cf. 5b).

Ora, a análise mais elementar mostra-nos imediatamente que complementos nominais regidos das preposições de, em, por, contra, da parte de, etc., não podem ser transformados em clíticos.

Na verdade os clíticos apenas podem exercer duas funções sintáticas: objecto directo ou objecto indirecto.

Ora, só neste último caso é que a estrutura subjacente ao clítico (como em (5a), por exemplo), ou seja, o A-Compl, pode ser regido de preposição.

Como os clíticos que desempenham a função de objecto indirecto são me, te, se, lhe, nos, vos, lhes, teremos de ver se um A-Compl regido por qualquer outra preposição que não seja a é susceptível de ser substituído pela forma adequada daqueles pronomes.

Ao analisarmos o funcionamento destes pronomes nas estruturas frásicas, verificamos que eles podem ser enfatizados através de formas tónicas, regidas de preposição, como a seguir se indica:

- (6) a. É-lhes (aconselhável + agradável + útil + ...) a eles visitarem o Nordeste (cf.5b).

- b. A eles é-lhes (aconselhável + agradável + útil + ...) visitarem o Nordeste.

Quer dizer, os pronomes clíticos me, te, se, lhe, nos, vos, lhes, se podem ser reforçados (ou enfatizados) por meio de outras formas pronominais regidas da prep. a, respectivamente, a mim, a ti, a si, (ou a ele) a ele, a nós, a vós, a eles, a si (ou a eles). Ora, nenhuma outra preposição pode reger este complemento pronominal de reforço, nem mesmo a prep. para, que do ponto de vista funcional está próxima da prep. a, como se pode verificar a seguir:

- (7) a. *É-lhes (aconselhável + agradável + útil + ...) para eles visitarem o Nordeste (cf. (5b) e (6)).
 b. *Para eles é-lhes (aconselhável + agradável + útil + ...) visitarem o Nordeste.

O que se verifica em relação às construções adjectivais, neste aspecto, é extensível aos verbos. Assim, por exemplo:

- (8) a. O Júlio ofereceu um livro ao irmão.
 b. O Júlio ofereceu-lhe um livro.
 c. O Júlio ofereceu-lhe um livro, ao irmão.
 d. O Júlio ofereceu-lhe um livro a ele.
 e. *O Júlio ofereceu-lhe_i um livro para ele_i.

Construções como (8e) só seriam aceitáveis desde que ele (em para ele) e lhe não fossem co-referentes, como, por exemplo:

- (9) a. O Júlio ofereceu um livro ao irmão, para a Eduarda.
 b. O Júlio ofereceu-lhe um livro, para (a Eduarda + ela).
 c. O Júlio ofereceu-lhe_i um livro a ele_i para (a Eduarda + ela).

Como (9c) nos mostra, o complemento para-N, que não pode ser co-referente de lhe, não é incompatível com o reforço pronominal a-N (este sim, co-referente de lhe).

Desta análise, alargável aos outros clíticos da série me, te, etc., concluímos que o objecto indirecto em português só pode ser regido da prep. a⁽³³⁾.

Por tal motivo, nas Tábuas léxico-sintácticas apenas admiti a hipótese de pronominalização relativamente a A-Compl não frásicos regidos da prep. a.

Ao analisarmos a pronominalização dos A-Compl a-N, encontramos as seguintes situações:

- (i) Certos adjectivos aceitam pronominalização de a-N, quer este contenha nomes /humanos/, quer /não humanos/, como , por exemplo:

- (10) a. É (nefasto + nocivo + prejudicial + ...) a essas pessoas que o governo as destaque para a província.
 b. É-lhes (nefasto + nocivo + prejudicial + ...) que o governo as destaque para a província.
- (11) a. É (nefasto + nocivo + prejudicial + ...) às plantações que as pulverizemos com esse produto.
 b. É-lhes (nefasto + nocivo + prejudicial + ...) que as pulverizemos com esse produto.

(ii) Outros adjectivos, porém, apenas aceitam a pronominalização de a-N, quando este contém nomes /humanos/, como, por exemplo:

(12) a. É (conveniente + proveitoso + ...) ao processo em curso que haja uma clarificação política.

b. *É-lhe (conveniente + proveitoso + ...) que haja uma clarificação política.

(13) a. É (conveniente + proveitoso + ...) ao presidente que haja uma clarificação política.

b. É-lhe (conveniente + proveitoso + ...) que haja uma clarificação política.

(iii) Outros adjectivos, porém, dificilmente aceitam pronominalização de a-N, mesmo quando este contém nomes /humanos/, como, por exemplo:

(14) a. Ser privado de liberdade é (abominável + odioso + ...) a qualquer homem.

b. *Ser privado de liberdade é-lhe (abominável + odioso + ...)

4. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais, verbo-nominais e adverbiais.

Na subsecção anterior verificámos que uma das propriedades dos adjectivos emotivos consistia na possibilidade de tais itens (incluindo o verbo copulativo) poderem ser parafraseadas, de um modo geral, pelas locuções verbo-nominais (causar + evocar)-N, em que N representa um substantivo da família paradigmática do adjectivo (v.g.: é horrível = causa horror ou evoca horror), ou então por V, isto

é, por um verbo da mesma família (v.g.: é horrível = horroriza). Ora, é este tipo de relações, assim como as relações de equivalência entre V_{cop} Adj e advérbios modificadores de frase (v.g.: é possível = possivelmente) que agora vou desenvolver.

Apenas algumas relações deste tipo foram registadas nas Tábuas léxico-sintácticas. O registo exaustivo de tais relações não só se tornaria praticamente impossível, como sairia largamente do âmbito do presente trabalho. Ao registar apenas algumas relações, o meu objectivo é contribuir metodologicamente para um estudo da derivação em português que ultrapasse o âmbito estreito da morfologia, no qual se situam em geral tais estudos, e se integre no campo mais vasto e mais prometedor da sintaxe.

4.1. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções verbais

4.1.1. A relação Que-F V_{cop} Adj ↔ Que-F V

Este tipo de relação é extremamente produtivo, mas apenas no caso dos adjectivos que se constroem com completiva sujeito.

Aceitam este tipo de relação adjectivos como admirável, aflictivo, cativante, chato, deprimente, embaraçoso, fascinante, humilhante, interessante, maçador, ofensivo, perturbante, revoltante, satisfatório, triste, etc. (para mais exemplos v. a Tábua 1).

Eis alguns exemplos que põem em destaque este tipo de relação:

- (1) a. É (admirável + comovente + fatigante + ...) que o Benfica ganhe sempre a taça.
 b. (Admira + comove + fatiga + ...) que o Benfica ganhe sempre a taça.
- (2) a. É (aflitivo + maçador + triste + ...) essa equipa desistir de jogar.
 b. (Aflige + maça + entristece + ...) essa equipa desistir de jogar.

Como se vê, tanto os adjectivos como os verbos equivalentes se empregam como intransitivos. Todavia, tanto adjectivos como verbos podem admitir um complemento ou objecto, directo no caso dos verbos, e regido de preposição, no caso dos adjectivos (v. a subsecção 4.1.3. adiante).

Equivalências deste tipo são registadas nas tâbuas, quando o significado da construção adjectival se mantém aproximadamente na construção verbal. Hã, no entanto, certos valores aspectuais-modais que estão presentes no adjectivo e se perdem no verbo. É o caso, por exemplo, de certos adjectivos terminados no sufixo - vel, o qual implica geralmente probabilidade. Voltarei à análise destas formas adiante (v., nomeadamente, as subsecções 4.1.4. e 4.1.6.).

De um modo geral, verifica-se que são os adjectivos que se derivam, em termos morfológicos, a partir dos verbos, de acordo com o processo seguinte:

(3) $\underline{V + suf} = \underline{Adj}$, em que $\underline{suf} = (\underline{ante} + \underline{dor} + \underline{ente} + \underline{ivo} + \underline{oso} + \underline{t\u00f3rio} + \underline{vel} + \dots)$ (34).

H\u00e1, todavia, casos em que \u00e9 o verbo que se forma a partir do adjectivo, como, por exemplo, chato \u2192 chatear, triste \u2192 entristecer, etc..

4.1.2. As rela\u00e7\u00f5es: (i) $\underline{Que-F \ V_{cop} \ Adj \ prep \ N_1} \leftrightarrow \underline{Que-F \ V \ N_1}$;

(ii) $\underline{N_o \ V_{cop} \ Adj \ prep \ (que-F + F_{inf})} \leftrightarrow$

$\underline{N_o \ V \ (que-F + F_{inf})}$;

(iii) $\underline{Que-F \ V_{cop} \ Adj \ prep \ que-F} \leftrightarrow \underline{Que-F \ V \ que-F}$.

A rela\u00e7\u00e3o (i) \u00e9 similar da anterior e observa-se igualmente no caso dos adjectivos com completiva sujeito. A \u00fanica diferen\u00e7a entre esta rela\u00e7\u00e3o de equival\u00eancia e a precedente reside no facto de a estrutura em causa conter o complemento n\u00e3o fr\u00e1sico do adjectivo, o qual se torna em objecto directo do verbo.

Aceitam este tipo de rela\u00e7\u00e3o, por exemplo, adjectivos como aflictivo, comovente, deprimente, dignificante, embara\u00e7oso, fascinante, humilhante, interessante, lesador, ma\u00e7ador, perturbador, revoltante, satisfat\u00f3rio, triste, etc. (v. T\u00e1bua 1).

P\u00f5em em destaque este novo tipo de rela\u00e7\u00e3o as seguintes constru\u00e7\u00f5es:

- (1) a. \u00c9 (aflictivo + dignificante + triste + ...) para esses rapazes que tal regulamento tenha sido aprovado.
- b. (Aflige + dignifica + entristece + ...) esses rapazes que tal regulamento tenha sido aprovado.

A relação (ii) observa-se no caso de certos adjectivos que se constroem com completiva objecto, como, por exemplo , ansioso de, desejoso de, merecedor de, receoso de, reconhecedor de, sapiente de, etc. (v. Tábua 3.), ou confiante em, crente em, hesitante em, etc. (v. Tábua 4), ou ainda ansioso por (v. Tábua 6), etc.. Exemplifiquemos, pois, este tipo de relação:

- (2) a. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + receosas + ...) de que o amanhã (E + não) acabe.
 b. Essas pessoas (ansiam + desejam + receiam + ...) que o amanhã (E + não) acabe.
- (3) a. Os rapazes estão (ansiosos + desejosos + receosos + ...) de visitar a Índia.
 b. Os rapazes (ansiam + desejam + receiam + ...) visitar a Índia.
- (4) a. Esse partido está (confiante + crente + ...) em (que obterá + vir a obter) a vitória.
 b. Esse partido (confia + crê + ...) que obterá + vir a obter) a vitória.
- (5) a. As raparigas estão ansiosas por que as festas não acabem.
 b. As raparigas ansiam que as festas não acabem.

A relação (iii) ocorre com certos adjectivos simétricos , como, por exemplo, confirmativo, compensatório, ilustrativo, justificativo, etc. (v. a Tábua 9). A preposição que rege a completiva objecto, neste caso, é de.

Eis alguns exemplos de construções com adjectivos deste tipo:

- (6) a. Que esses operários tenham chegado tarde ao trabalho é
(confirmativo + ilustrativo + ...) de que os comboios
se atrasaram.
- b. Que esses operários tenham chegado tarde ao trabalho
(confirma + ilustra + ...) que os comboios se atrasaram.

- 4.1.3. As relações: (i) Que-F V_{cop} Adj prep N₁ ↔ Que-F V prep N₁
- (ii) N_o V_{cop} Adj prep (que-F + F_{inf}) ↔
N_o V prep (que-F + F_{inf})
- (iii) Que-F V_{cop} Adj prep que-F ↔
Que-F V prep que-F

A relação (i), que se observa no caso de adjectivos que se constroem com completiva sujeito, apenas difere da relação (i), em 4.1.2., pelo facto de o verbo equivalente do adjectivo aceitar, tal como este, um objecto regido de preposição, geralmente a.

Permitem este tipo de relação adjectivos como, por exemplo, aborrecível, agradável, apetecível, aprazível, benéfico, conveniente, etc. (v. a Tábua 1a).

Exemplifiquemos com algumas construções:

- (1) a. É (agradável + aprazível + conveniente + ...) a todas as
pessoas (que os jardins não desapareçam + os jardins não
desaparecerem).

- b. (Agrada + apraz + convém + ...) a todas as pessoas (que os jardins não desapareçam + os jardins não desaparecerem).

Certos adjectivos aceitam complementos não frásicos de outras preposições, mas nesse caso a relação mencionada não opera, como se pode ver a seguir:

- (2) a. É (benéfico + importante + ...) para todas as pessoas que os jardins não desapareçam.
 b. *(Beneficia + importa + ...) para todas as pessoas que os jardins não desapareçam.

Por outro lado, certos verbos aceitam um objecto regido da preposição a, mas os adjectivos da mesma família paradigmática não admitem tal preposição, motivo por que neste caso a relação em causa não foi registada. Assim, por exemplo:

- (3) a. *É interessante a todas as pessoas que os jardins não desapareçam.
 b. Interessa a todas as pessoas que os jardins não desapareçam.

A relação (ii) opera no caso de certos (poucos) adjectivos que aceitam completiva objecto, regida em geral das preposições em, de, e por, como, por exemplo, confiante em, dependente de, resultante de, ansioso por, etc. (v., respectivamente, as Tábuas 4,3 e 6).

Exemplifiquemos com algumas construções:

- (4) a. O Júlio está (confiante em + ansioso por +...) que as coisas melhorem.
- b. O Júlio (confia em + anseia por + ...) que as coisas melhorem.
- (5) a. A viagem dessa equipa (está dependente + é resultante + ...) de os clubes (assinarem + terem assinado) um acordo de intercâmbio.
- b. A viagem dessa equipa (depende + resulta + ...) de os clubes (assinarem + terem assinado) um acordo de intercâmbio.

A relação (iii) ocorre com determinados adjectivos simétricos, sendo a completiva objecto regida geralmente das preposições a e de. Constituem exemplo de adjectivos com este comportamento os itens correspondente a, equivalente a, dependente de, resultante de, etc. (v., respectivamente, as Tâbuas 8 e 9).

Ilustram este tipo de relação as seguintes construções:

- (6) a. Que o Benfica perca é (correspondente + equivalente + ...) a que o Sporting ganhe.
- b. Que o Benfica perca (corresponde + equivale + ...) a que o Sporting ganhe.
- (7) a. Que o Sporting ganhe (está dependente + é resultante + ...) de o Benfica perder.
- b. Que o Sporting ganhe (depende + resulta + ...) de o Benfica perder.

4.1.4. A relação $\text{Que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj} \leftrightarrow \text{Que-F (E + poder) } V_{(\text{E + inf})} \text{-se}$

No caso de certos adjectivos, que se constroem igualmente com completiva sujeito, o predicado adjectival pode ser parafraseado por um verbo pronominal, com valor passivo, da mesma família do adjectivo. Apresentam este tipo de relação, por exemplo, adjectivos como aceitável, aconselhável, admissível, censurável, compreensível, concebível, condenável, críticável, crível, defensável, deplorável, detestável, dispensável, estranhável, explicável, lamentável, lastimável, percebível, preferível, etc. (v.a Tábua 1).

Eis alguns exemplos de construções que põe em destaque este tipo de relação:

- (1) a. É (censurável + críticável + estranhável + ...) o facto de (que certos produtos aumentem de preço + certos produtos aumentarem de preço).
- b. (Censura-se + critica-se + estranha-se + ...) o facto de (que certos produtos aumentem de preço).
- c. Pode (censurar-se + criticar-se + estranhar-se + ...) o facto de certos produtos aumentarem de preço..

Praticamente só os adjectivos terminados em -vel aceitam este tipo de relação. Também neste caso a paráfrase do predicado adjectival pelo verbo correspondente leva à perda, pelo menos em parte, do valor modal de probabilidade ou obrigação expresso por aquele sufixo, a não ser que se insira o verbo poder (cf.1c) ou ainda dever, que não foi considerado. Todavia, este tipo de relação não funciona com certos adjectivos em -vel que têm verbo correspondente, como se pode ver a seguir:

(2) a. É (apresentável + compensável + ...) que as crianças cantem a marselhesa.

b. *(Apresenta-se + compensa-se + ...) que as crianças cantem a marselhesa.

Quer dizer, só aceitam este tipo de paráfrase os adjectivos cujos verbos correspondentes admitem completiva objecto. Ora, verbos como apresentar, compensar, etc., não permitem completiva objecto, ao contrário do que sucede com censurar aconselhar, etc.. Na paráfrase verbal, o estatuto de Que-F parece, pois, oscilar entre a função de sujeito e a de objecto, característica esta inerente a muitas construções verbais com se (v.a nota 24 deste capítulo).

- 4.1.5. As relações: (i) $\frac{\text{Que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj prep } N_1 \leftrightarrow \text{Que-F (E + poder)}}{V_{(\text{E} + \text{inf})} - \text{se prep } N_1}$
- (ii) $\frac{\text{Que-F } V_{\text{cop}} \text{ Adj prep que-F} \leftrightarrow \text{Que-F (E + poder)}}{V_{(\text{E} + \text{inf})} - \text{se prep que F}}$

A relação (i) ocorre com certos adjectivos, geralmente terminados em - vel, que se constroem com completiva sujeito. A única diferença que distingue esta relação da anterior (v.4.1.4.) consiste no facto de o verbo permitir o mesmo complemento não frãsico do adjectivo.

Tal complemento é em geral regido da prep. a. Constituem exemplo de adjectivos que aceitam este tipo de relação os itens a-conselhável, aplicável, atribuível, censurável, comunicável, críticável, declarável, denunciável, exigível, perdoável, etc. (v.Tábua 1a).

Eis alguns exemplos de construções que põem em destaque tal relação:

- (1) a. É (aconselhável + exigível + perdoável + ...) a essas crianças (que andem + andarem) de baloiço.
 b. (Aconselha-se + exige-se + perdoa-se + ...) a essas crianças (que andem + andarem) de baloiço.
 c. Pode (aconselhar-se + exigir-se + perdoar-se + ...) a essas crianças (que andem + andarem) de baloiço.

A relação (ii) observa-se com certos adjectivos simétricos, em condições semelhantes às de (i). Também neste caso a completiva objecto é geralmente regida da prep. a.

Permite este tipo de relação adjectivos como atribuível, comparável, equiparável, igualável, oponível preferível, etc..

Exemplifiquemos com algumas construções:

- (2) a. Que o Júlio parta é (comparável + oponível + ...) a que a Eduarda fique.
 b. Que o Júlio parta (compara-se + opõe-se + ...) a que a Eduarda fique.
 c. Que o Júlio parta pode (comparar-se + opor-se + ...) a que a Eduarda fique.

4.1.6. As relações: (i) Que-F V_{cop} Adj-vel (E + por N₁) ↔

Que-F (dever + poder) V_{cop} inf V_{pp} (E + por N₁)

(ii) N_o V_{cop} Adj-vel (E + por N₁) prep que-F ↔

N_o (dever + poder) V_{cop} inf V_{pp} (E + por N₁)

prep que-F

(iii) Que-F V_{cop} Adj-vel (E + por N₁) prep que-F ↔

Que-F (dever + poder) V_{cop} inf V_{pp} (E + por N₁)

prep que-F

Muitos adjectivos terminados em -vel podem ser parafraseados por uma construção verbal, auxiliada pelos modais dever e/ou poder, que traduzem o valor modal daquele sujeito adjectival.

A relação (i) ocorre com adjectivos em -vel que admitem completiva sujeito, como, por exemplo, aconselhável, aceitável, admissível, censurável, compreensível, comunicável, condenável, criticável, declarável, demonstrável, esperável, evitável, explicável, observável, ordenável, previsível, registável, reprovável, tolerável, etc. (v.a Tábua 1).

Eis alguns exemplos de construções que revelam este tipo de relação:

- (1) a. É (aceitável + condenável + tolerável + ...) (E + por qualquer pessoa) que a câmara reduza a iluminação da cidade.
- b. (Deve + pode) ser (aceite + condenado + tolerado+...) (E + por qualquer pessoa) que a câmara reduza a iluminação da cidade.

Conforme Chapin (1968) procurou demonstrar, tomando como base os dados do inglês, adjectivos como aceitável, condenável, tolerável, etc., poderiam ser derivados a partir de verbos correspondentes, como aceitar, condenar, tolerar, etc., auxiliados por modais do tipo poder e/ou dever, em construções passivas como (1b). Ou seja, o sufixo -vel representaria em construções adjectivais como (1a) o valor modal de verbos como poder e/ou dever. Sendo assim, as construções do tipo (1a) seriam derivadas a partir de passivas como (1b). O valor passivo das construções do tipo (1b) conserva-se, pois, em cons-

truções como (1a), conforme no-lo prova a possibilidade de inserir um complemento agente da passiva, regido de por.

Esta análise confirma-se igualmente no caso das relações (ii) e (iii), que vamos descrever a seguir.

Assim, a relação (ii) observa-se no caso de certos adjectivos em -vel que aceitam completiva objecto, geralmente regida da prep. de, como, por exemplo, acusável, censurável, criticável, etc. (v.a Tábua 3).

Exemplifiquemos este tipo de relação através de algumas construções:

- (2) a. O Júlio é (acusável + criticável + ...) (E + pelos amigos) de ter procedido erradamente.
 b. O Júlio (?*deve + pode) ser (acusado + criticado + ...) (E + pelos amigos) de ter procedido erradamente.

De um modo geral, em qualquer destes três tipos de relações verifica-se que o sufixo - vel expressa com mais naturalidade o valor modal de probabilidade (ou possibilidade). Por tal motivo, o verbo poder é melhor aceite para parafrasear aquele valor do que o verbo dever, que nos contextos em causa assume geralmente valor de obrigação.

A relação (iii) ocorre com certos adjectivos simétricos, terminados em - vel, cuja completiva objecto é, em geral, regida da prep. a, como, por exemplo, atribuível, comparável, equiparável, igualável, oponível, preferível, etc. (v.a Tábua 8).

Exemplificando o seu comportamento sintáctico, temos:

- (3) a. Que o Júlio parta cedo é (comparável + equiparável +
+ ...) (E + por qualquer pessoa) a que a Eduarda che-
gue tarde.
- b. Que o Júlio parta cedo (? deve + pode) ser (comparado+
+ equiparado) (E + por qualquer pessoa) a que a Eduar-
da chegue tarde.

4.2. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções nominais e verbo-nominais

4.2.1. As relações: (i) Que-F V_{cop} Adj (E + prep N₁) ↔

Que-F V_{cop} (E + Art_{indef}) N (E + prep N₁)

(ii) N_o V_{cop} Adj prep (que-F + F_{inf}) ↔

N_o V_{cop} (E + Art_{indef}) N prep (que-F + F_{inf})

(iii) Que-F V_{cop} Adj_{prep} que-F ↔

Que-F V_{cop} (E + Art_{indef}) N prep que-F

A relação (i), que abrange adjectivos com completiva sujeito, torna-se extremamente produtiva, sobretudo quando o Adj é parafraseado por Art_{indef} N. Aceitam este tipo de relação adjectivos como aflitivo, afrontoso, benéfico, brutal, calamitoso, chato, cruel, degradante, deslumbrante, encantador, espantoso, falso, fascinante, grosseiro, honroso, humilhante, idiota, injuriante, lisonjeador, maravilhoso, mesquinho, nostálgico, obrigatório, perigoso, provocante, repressivo, satisfatório, tris-

te, ultrajante, vantajoso, etc. (v.a Tábua 1).

Exemplifiquemos como se processa este tipo de relação:

- (1) a. É (afrontoso + degradante + horrível + perigoso +
+ ...) que os rios estejam poluídos.
b. É (*E + um(a)) (afronta + degradação + horror + pe
rigo + ...) que os rios estejam poluídos.

Como se vê, os adjectivos de (1a) não aceitam ser parafraseados por um substantivo da mesma família paradigmática sem a presença do artigo indefinido (um, uma). Todavia alguns adjectivos do mesmo tipo permitem tal paráfrase sem o artigo:

Assim, por exemplo:

- (2) a. É (grosseiro + idiota + masoquista + quixotesco +
+ ...) que os pavões se peneirem ao sol.
b. É (grosseria + idiotice + masoquismo + quixotismo + ...)
que os pavões se peneirem ao sol.

Certos adjectivos dificilmente admitem uma tal paráfrase, desde que o artigo indefinido esteja presente, como se pode ver a seguir:

- (3) a. É (masoquista + quixotesco + ...) que os pavões se peneirem ao sol.
b. *É um (masoquismo + quixotismo + ...) que os pavões se peneirem ao sol.

A relação morfológica Adj ↔ N, quando encarada do ponto de vista sincrónico, põe diversos problemas que não podem ser desenvolvidos aqui. Nuns casos é o adjectivo que deriva do

substantivo (honra → honroso, mistério → misterioso, etc.).

Noutros casos sucede o contrário (casual → casualidade, cortês → cortesia, etc.). Noutros casos ainda a relação derivacional é pouco clara (aflictivo ↔ aflição, satisfatório ↔ satisfação, etc.).

A relação (ii), que se observa com adjectivos que admitem completiva objecto, é muito menos produtiva do que a anterior, em consequência da natureza das estruturas sintácticas intervenientes. Aceitam, no entanto, este tipo de relação adjectivos como compensatório, demonstrativo, elucidativo, ilustrativo, justificativo, etc. (v. a Tábua 3).

Por um lado, estes adjectivos exigem como sujeito N_{-hum}, ou mais exactamente, /não animado/.

Por outro lado, a completiva objecto destes adjectivos é regida da prep. de. Além disso, tais adjectivos admitem igualmente estruturas simétricas.

Vejamos, pois, algumas construções que põem em evidência aquele tipo de relação:

- (4) a. Esta greve é (demonstrativa + ilustrativa + ...) de que o conflito existente é grave.
 b. Esta greve é (?E + uma) (demonstração + ilustração, + ...) de que o conflito existente é grave.

A relação (iii), que ocorre com adjectivos simétricos, é tal como a anterior muito pouco produtiva. Também neste caso a completiva objecto é regida pela prep. de. Podem servir como exemplo entre outros os mesmos adjectivos atrás citados da Tábua 3 (v. também a Tábua 9). Eis algumas construções ilustrativas

desta relação:

- (5) a. Que esta greve tenha sido desencadeada é (demonstrativo + ilustrativo + ...) de que o conflito existente é grave.
- b. Que esta greve tenha sido desencadeada é (?E + uma) (demonstração + ilustração + ...) de que o conflito existente é grave.

4.2.2. A relação Que-F V_{cop} Adj ↔ Que-F (causar + evocar) N

Esta relação observa-se no caso de adjectivos que se constroem com completiva sujeito e constitui, como vimos na subsecção 3.8. deste capítulo, uma propriedade definidora dos chamados adjectivos emotivos. Constituem exemplo de adjectivos que aceitam este tipo de relação itens como admirável, afrontoso, bárbaro, calamitoso, confuso, desdenhável, desesperante, encantador, enfadonho, fascinante, grosseiro, horroroso, ignominioso, infame, melindroso, misterioso, nostálgico, opressivo, pavoroso, perturbador, repousante, repressivo, sedutor, triste, vergonhoso, etc. (v.a Tábua 1).

Ilustram esta relação as seguintes construções:

- (1) a. É (admirável + fascinante + misterioso + satisfatório + ...) que esses homens tenham resistido.
- b. (Causa + evoca) (admiração + fascínio + mistério + satisfação + ...) que esses homens tenham resistido.

Nem todos os adjectivos citados na Tábua 1 e, por exten-

são, todos os do mesmo gênero, aceitam o tipo de paráfrase ilustrado em (1b) simultaneamente com os dois verbos causar e evocar, como se pode ver a seguir:

(2) a. É (afrontoso + embaraçante + melindroso + ...) que esses transportes paralitem.

b. (Causa + ?*evoca) (afronta + embaraço + melindre + ...) que esses transportes paralitem.

(3) a. É (fantasioso + masoquista + quixotesco + ...) que essas pessoas lancem um tal projecto.

b. (?*Causa + evoca) (fantasia + masoquismo + ...) que essas pessoas lancem um tal projecto.

Tendo, pois, em conta estes dados, poderíamos, de certo modo, dividir os adjectivos atrás citados (v. Tábua 1) e os outros semelhantes em três subclasses: (i) os que aceitam a aludida paráfrase com causar e evocar; (ii) os que só a admitem com causar; (iii) os que apenas permitem tal paráfrase com evocar.

A maioria dos adjectivos que aceitam este tipo de relação parecem pertencer à subclasse (i). Quanto àqueles que parecem pertencer à subclasse (ii), como afrontoso, embaraçante, melindroso ou à subclasse (iii), como fantasioso, masoquista, quixotesco, nem sempre é fácil atribuir-lhes uma classificação definitiva, já que factores contextuais, de certo modo imprevisíveis, a podem alterar. Assim, por exemplo, os adjectivos indicados em (2a) podem noutro contexto aceitar perfeitamente a paráfrase com evocar, conforme se pode ver a seguir:

- (4) a. É (afrontoso + embaraçoso + melindroso) que tais militares continuem presos nessas condições.
- b. (Causa + evoca) (afronta + embaraço + melindre) que tais militares continuem presos nessas condições.

Algo de semelhante se poderia dizer quanto aos adjectivos que ocorrem em (3a). Por tais motivos, a leitura do desdobramento das propriedades (causar + evocar)N, em duas colunas nas tâbuas deve ser encarada com as precauções enunciadas.

No caso dos adjectivos que se constroem com completiva objecto, a relação $V_{\text{cop}} \text{Adj} \leftrightarrow (\text{causar} + \text{evocar}) N$ não foi registada nas Tâbuas correspondentes, pois provocaria alteração das funções sintácticas, como se pode ver a seguir:

- (5) a. Esses rapazes estão (ansiosos + desejosos + esperançosos + ...) de entrar no concurso.
- b. A esses rapazes (causa + evoca) (ânsia + desejo + + esperança + ...) entrar no concurso.

Conforme se vê, o SN sujeito da construção adjectival torna-se objecto indirecto na construção verbo-nominal e a completiva objecto da primeira passa a completiva sujeito da segunda. Ora, a esta alteração de funções sintácticas está associada uma profunda modificação semântica. Por este duplo motivo, a relação em causa não foi registada nas tâbuas, embora tenha sido utilizada como teste, para permitir depreender os adjectivos emotivos que se constroem com completiva objecto, conforme o assinalei na subsecção 3.8. atrás.

Convém referir, por último, que existem outros verbos susceptíveis de comutar com causar e/ou evocar na referida paráfrase, como, por exemplo, provocar, produzir, sugerir, etc.. Não analisei, no entanto, esta possibilidade.

4.2.3. As relações: (i) $\frac{N_o \quad V_{cop} \quad Adj \quad prep \quad (que-F + F_{inf})}{\longleftrightarrow}$

$\frac{N_o \quad ter \quad N \quad prep \quad (que-F + F_{inf})}{\longleftrightarrow}$

(ii) $\frac{Que-F \quad V_{cop} \quad Adj \quad prep \quad (que-F + F_{inf})}{\longleftrightarrow}$

$\frac{Que-F \quad ter \quad N \quad prep \quad (que-F + F_{inf})}{\longleftrightarrow}$

A relação de tipo (i) é aceite por muitos adjectivos que se constroem com completiva objecto, como por exemplo, ansioso, ávido, confiante, culpável, desejoso, desgostoso, duvidoso, esperançoso, receoso, temeroso, etc..

Adjectivos como estes aceitam, em geral, completiva objecto regida da prep. de. Alguns, porém, exigem outras preposições, como confiante, por exemplo, que requer em.

Ilustram esta relação as seguintes construções:

(1) a. O Júlio está (ansioso + desejoso + receoso + ...) de que os seus prognósticos se confirmem.

b. O Júlio tem (ânsia + desejo + receio + ...) de que os seus prognósticos se confirmem.

Este tipo de relação é difícil de ocorrer com adjectivos que se constroem com completiva sujeito.

Tal impedimento é, sobretudo, de natureza estrutural.

No entanto, este mesmo tipo de relação, conforme está enuncia

da em (ii), embora menos produtiva, pode contudo ocorrer com adjectivos simétricos, como é o caso, por exemplo, de aceitável para, aproveitável para, diferente de, equiparável a, equivalente a, útil para, etc. (v. as tábuas respectivas). Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (2) a. O facto de se adiar o congresso é (aproveitável + útil + ...) para que haja maior mobilização.
 b. O facto de se adiar o congresso tem (aproveitamento + utilidade + ...) para que haja maior mobilização.

4.3. Relações de equivalência entre construções adjectivais e construções adverbiais.

4.3.1. As relações: (i) $\underline{V_{cop} \text{ Adj que-F}_{(ind + conj)}} \longleftrightarrow$

$\underline{\text{Adj} + \text{mente que-F}_{ind}}$

(ii) $\underline{V_{cop} \text{ Adj que-F}_{(ind + conj)}} \longleftrightarrow$

$\underline{\text{Adj} + \text{mente} \neq F_{ind}}$

Estes dois tipos de relação só ocorrem com adjectivos que aceitam completiva sujeito. Com o seu registo na Tábua 1 apenas pretendo dar uma contribuição para o estudo das relações sintáctico-semânticas entre adjectivos predicativos de frase e advérbios modificadores de frase.

A única diferença entre os dois tipos de relação consiste apenas na presença ou ausência do subordinador (complementador) que na frase subordinada do advérbio.

Admitem a relação (i), por exemplo adjectivos como evidente, natural, necessário, nítido, óbvio, presumível, provável, etc. (v. Tábua 1).

Aceitam, por exemplo, a relação (ii), que é bastante mais produtiva que a anterior, além dos adjectivos mencionados atrás, itens como abominável, agradável, brutal, casual, compreensível, delicioso, deplorável, elucidativo, enigmático, fundamental, gostoso, horrível, inegável, leviano, maravilhoso, miserável, notório, obsequioso, provocatório, recreativo, significativo, temível, usual, vergonhoso, visível, etc..

Eis agora alguns exemplos de construções que põem em destaque estes dois tipos de relação:

- (1) a. É (evidente + nítido + óbvio + ...) que os rapazes não se calarão.
- b. (Evidentemente + nitidamente + obviamente + ...) (E + que) os rapazes não se calarão.
- (2) a. É (abominável + compreensível + significativo + ...) que os rapazes estejam preocupados.
- b. (Abominavelmente + compreensivelmente + significativamente + ...) (E + *que) os rapazes estão preocupados.

Note-se que este tipo de relação implica a substituição do conjuntivo pelo indicativo na construção com o advérbio em -mente, mesmo que o morfema que esteja presente, como se pode verificar com o adjectivos que aceitam que-conjuntivo:

- (3) a. É (natural + necessário + ...) que o Júlio esteja presente.

b. (Naturalmente + necessariamente + ...) que o Júlio (*esteja + ?está + estará) presente.

Conforme se vê através de (3b) o futuro do indicativo (estará) é melhor aceite como substituto do presente do conjuntivo do que a forma de presente do indicativo, o que parece confirmar o valor temporal de futuro veiculado pela forma de presente do conjuntivo.

Por outro lado, frases como (1b) e (2b) são mais aceitáveis com pausa (#) entre o advérbio e F, quando que não está presente como subordinador (caso de (1b)).

NOTAS AO CAPÍTULO II

1. Como já referi na nota 83 do Capítulo I, poderá suscitar alguma dúvida o facto de considerar frases Que-F regidas de para como completivas. Todavia, a natureza completiva de tais frases é determinada pelas propriedades dos adjectivos em causa. Ver argumentos a favor de tal classificação na referida nota 83 e, sobretudo, na subsecção 2.6.1 deste Capítulo II.
2. A noção de verbo operador (V_{op}) é devida a Harris (1964). Gross (1975: p.109) explica do seguinte modo esta noção, no sentido em que aqui a tomo: "Harris (5) — ou seja, Harris (1964) — a proposé d'utiliser des relations entre deux phrases (i.e. $P \rightarrow P$) du type

John walked

$\rightarrow$ John took a walk.

Ces relations introduisent des verbes spéciaux dit opérateurs (ici to take) et c'est une combinaison verbe opérateur-forme nominalisée qui est mise en relation avec un verbe. Nous noterons V_{-n} les formes nominalisées. Les verbes opérateurs (notés $V_{opér}$) ou bien n'introduisent dans la phrase de départ aucun nouvel élément de sens, ou bien ne changent le sens que d'une manière très régulière (à la façon des opérateurs "causatifs" faire et rendre par exemple)"

Gross (1975: pp. 110 e segs.) estuda as propriedades de diversos verbos operadores do francês em construções que implicam vários tipos de nominalização.

Os verbos causar, evocar, em construções como (causar + evocar) horror ↔ é horrível, são operadores no sentido atrás de finido. Ver, a propósito, as subsecções 3.8 e 4.2.2. deste Capítulo II.

3. Rigorosamente é a classe dos substantivos /animados/ que se subdivide em /humanos/ e /não humanos/. Por sua vez, à classe dos substantivos /animados/ opõe-se a dos /não animados/. Neste trabalho apenas considero, no entanto, a oposição substantivos /humanos/ vs /não humanos/, englobando nesta última designação também os /não animados/. De facto, a distinção mais pertinente, relativamente às construções adjectivais que aqui estudo, é entre /humanos/ e /não humanos/. Ver, contudo, a subsecção 2.1., a seguir.

4. Existem, contudo, certos verbos (e não só) considerados como semanticamente factivos que não aceitam a sequência o facto de. É o caso de saber, por exemplo: Eu sei (E + *o facto de) que esses rapazes faltaram. Este verbo aceitaria porém, uma completiva indirecta introduzida por tal sequência: Eu sei do facto de esses rapazes terem faltado.

5. Aliás, não são só adjectivos, como lamentável, repugnante, etc., que são emotivos. Verbos como lamentar, repugnar, etc., ou substantivos como pena (em É pena que-F), uma tristeza, etc., são igualmente emotivos, pois implicam, da parte do falante, um estado de espírito emocional em relação ao conteúdo da frase completiva com que aqueles itens se constroem.

6. Gross (1968: Cap.I e passim) apresenta uma descrição dos tempos em francês, baseando-se exclusivamente em propriedades formais (morfológicas e sintáticas), e salienta vários aspectos da concordância de tempos em frases complexas.

Sobre alguns aspectos da intercepção dos valores temporal, modal e aspectual das formas verbais em português, sobretudo ligados às realizações do futuro do presente no português falado, v. Casteleiro et al.(1977).

7. O corpus recolhido para o levantamento do "Português Fundamental" confirma, aliás, que na língua coloquial apenas se usa, de um modo geral, a construção infinitiva O facto de V-inf. Agradeço esta informação a José António Meireles, que chegou àquela conclusão, após a análise dos contextos do item facto, fornecidos por computador.
8. De entre os linguistas que se têm debruçado sobre as construções factivas, e além dos citados no texto, saliento, nomeadamente: Karttunen (1970), (1971a), (1971b) e (1971c) , Stockwell et al. (1973:Cap.8); Bonney (1976), sobre o inglês; Long (1976), sobre o francês; Lléo (1974/1976), sobre o espanhol. Sobre alguns aspectos dos predicados factivos em português, v. Meireles (1972:pp.92 e segs.), Raposo (1973/1975: pp.42 e segs) e Faria (1973/1974:pp.112,143 e passim).
9. Verbos como censurar, lamentar, lastimar, reprovar, etc. ou substantivos como aflição, desastre, pena, perda, etc.ou ainda locuções verbo-nominais como dar-se conta de, ter consciência de, ter pena de, ter presente, tomar em consideração, etc. são também predicados factivos. Assim, por exemplo:

- (i) (censuro + lamento + ...) o facto de que tu tenhas chegado atrasado.
- (ii) É (uma aflição + um desastre + ...) o facto de que esse diplomata tenha sido raptado.
- (iii) Tenho consciência do facto de que esse diplomata foi raptado.

10. Poderá, por vezes, pensar-se que em frases como as de (2), no texto, cujos adjectivos factivos têm um sujeito gramatical /humano/, a pressuposição de que a oração completiva objecto é verdadeira pertence ao sujeito gramatical e não ao falante. Todavia tal não acontece como muito bem o demonstra, por exemplo, Lléo (1976:pp.124-125) no seguinte passo ao analisar a pressuposição de uma frase como "6) a. Pedro sabe que Juan está aquí, *pero quizás se equivoque":

"6a indica, además, que la presuposición pertenece al hablante y no al sujeto de la oración (en este caso Pedro): de ser Pedro el que presupone que Juan está aquí, no habría ningún problema en continuar la oración mediante "...peró quizás se equivoque", ya que la inseguridad introducida en esta segunda parte de la oración corresponde al hablante".

É evidente que falante e sujeito gramatical podem coincidir, como, por exemplo, em:

- (i) Eu estou consciente de (E + o facto de) que o Júlio chega habitualmente atrasado.
- (ii) *Eu estou consciente de (E + o facto de) que o Júlio chega habitualmente atrasado, mas se calhar não chega.

Tal sucede, portanto, quando o verbo da oração subordinante se encontra na primeira pessoa gramatical. Também neste caso uma frase como (ii) se torna contraditória, justamente porque na oração coordenada mas-F o falante põe em dúvida a sua pressuposição de que a oração completiva era verdadeira. Ver, contudo, a sequência do texto.

11. Na literatura da gramática generativa diversas soluções tem sido apresentadas para a inserção dos auxiliares copulativos nas estruturas sintáticas, assunto a que já me referi na nota 33 do Capítulo I.

Ali salientei, por exemplo, que enquanto Lakoff (1970) postula a inserção transformacional dos verbos copulativos, Ross (1969) defende antes a sua inserção nas estruturas de base como verbos principais.

Em português o problema é mais complexo, porquanto existem dois verbos copulativos, ser e estar, assim como os pseudo-copulativos (ficar, tornar-se, continuar, etc.), uns e outros muito pouco estudados do ponto de vista da teoria generativa transformacional (e não só). Neste âmbito existem, contudo, alguns artigos, como o de Martin (s.d.) e o de Schmitz (1976), por exemplo. Martin defende a hipótese de que estar deve ser inserido nas estruturas de base e ser, por via transformacional. Pelo contrário, Schmitz advoga que tanto ser como estar devem ser inseridos transformacionalmente, em função das propriedades atribuídas ao elemento abstracto auxiliar, entre as quais o aspecto progressivo, representado pelo morfema -ndo, o qual obriga forçosamente à inserção de estar e eventualmente do verbo ser que com -ndo

dará o gerúndio sendo (cf. "Moacir está sendo barulhento") ; se o morfema -ndo for apagado apenas teremos estar (cf. "Moacir está barulhento") ; se porém, -ndo não estiver presente na estrutura de base, insere-se o verbo ser (cf. "Moacir é barulhento").

Schmitz (1976) propõe depois a divisão dos adjectivos em quatro grupos, conforme a sua sensibilidade ao mecanismo proposto: (i) adjectivos que aceitam ser, estar e estar sendo (v.g.: barulhento, imprudente, etc.); (ii) adjectivos que aceitam ser e estar, mas não o progressivo estar sendo (v.g.: alto, gordo, etc.); (iii) adjectivos que apenas aceitam estar (v.g.: grávida, presente, etc.); adjectivos que só aceitam ser (v.g.: mortal, mamífero, etc.).

Apesar de interessante, esta proposta é mais descritiva que explicativa. O mecanismo abstracto proposto implica que os adjectivos têm de ser marcados no léxico, quanto à aceitação ou não das três propriedades em causa (ser e/ou estar e/ou progressivo). Ora só uma análise dos contextos de distribuição dos adjectivos pode levar a uma tal classificação. Este trabalho ainda não foi feito de forma exaustiva e sistemática. Schmitz (1976), por exemplo, apenas tem em conta estruturas do tipo SN V_{cop} Adj; se, porém, tivermos em conta estruturas completivas, como as que aqui analiso, a compatibilidade de certos adjectivos com os copulativos pode sofrer alterações. Mas há outros factores que intervêm em tal compatibilidade, como são aqueles que menciono no texto.

Por outro lado, um estudo exaustivo e sistemático da distri-

buição dos verbos ser e estar implica a análise da sua compatibilidade com outras estruturas, como os adverbiais, etc. Neste aspecto é interessante o artigo, atrás referido, de Martin (s.d.), embora o mecanismo abstracto que propõe tenha pouco poder explicativo por se basear num número reduzido de dados.

Em suma, os verbos copulativos ser e estar, assim como os pseudo-copulativos, aguardam um estudo de fundo que só por si daria para uma outra (ou mais) teses. A contribuição que aqui dou para tal estudo não pode basear-se senão nas construções completivas dos adjectivos predicativos.

12. As frases (2a) e (2b), com o copulativo estar, seriam aceitáveis, se baixo tivesse, por exemplo, o significado de "curvado" e alto, o de "em lugar elevado".
13. Aliás, encontramos em F.Fernandes (1964) muitas regências atribuídas a adjectivos, quando na realidade o são de frases ou de verbos: Eis alguns exemplos:
 - (i) "É o único remédio aconselhável neste caso" (s.v. aconselhável, p.12).
 - (ii) "Onde me sinto tão humilde de ser brasileiro e tão soberbo de ser homem (Rui, Colunas de Fogo, 35)" (s.v. humilde, p.209).
 - (iii) "A mim pareceu-me horrível e intérmina essa noite" (s.v. horrível, p.208).
 - (iv) "Quanto mais selvagens suas contorções, tanto mais eficientes pareciam a seus companheiros de olhos arregalados (Maravilhas do Conhecimento Humano, I, 30)" (s.v. eficiente, p.157).

Assim, em (i) o complemento neste caso é deslocável, sem ênfase contrastiva, para o início da frase; além disso é compatível com um A-Compl, como, por exemplo, ao doente (cf. Neste caso, é o único remédio aconselhável ao doente; É o único remédio aconselhável, neste caso, ao doente; ou É o único remédio aconselhável ao doente, neste caso).

Em (ii) o complemento frásico de ser brasileiro não depende propriamente do adjectivo, mas de toda a frase; de facto tal complemento é deslocável (cf. Onde, de ser brasileiro, me sinto tão humilde ...), permite pausa (cf. Onde me sinto tão humilde, de ser brasileiro...) e aceita que a prep. de seja parafraseada, sem alteração de sentido, pela prep. por ou pela loc. prep. em consequência de, o que prova o seu valor de oração causal (cf. Onde me sinto tão humilde, por ser brasileiro...). É interessante notar que, no mesmo exemplo, a construção de soberbo é paralela à de humilde. Ou seja, se ao adj. humilde fosse atribuída a regência de, também a soberbo se deveria atribuir a mesma regência. Todavia, F.Fernandes não inclui entre as regências de soberbo a prep. de no referido contexto (e tão soberbo de ser homem), o que representa uma contradição que constitui, afinal, um argumento suplementar a favor da análise de tal complemento como F-Compl.

Quanto aos complementos a mim (cf. iii) e a seus companheiros é perfeitamente claro que constituem regências do verbo parecer e não dos adjectivos horrível e eficiente, respectivamente. De facto, em (iii) o complemento a mim é um anafórico de me, e, em (iv) o complemento a seus companheiros... é pronomi

nalizável em lhes, tornando-se uma forma enclítica do verbo parecer e não do copulativo ser, se este estivesse presente, conforme é possível, naquela estrutura (cf.: tanto mais eficientes lhes pareciam ser; *tanto mais eficientes pareciam lhes ser; ou *tanto mais eficientes pareciam ser-lhes).

14. Tanto (21a), com o adjetivo útil, como (21b) seriam aceitáveis com um significado diverso do que até aqui temos atribuído aos adjetivos útil, apto, pronto. De facto tais frases apenas seriam aceitáveis, desde que interpretadas no sentido de antífrase (irônica), ou seja, em (21a), que o livro é útil de mais para resolver um problema tão simples, e em (21b), que o Júlio está (apto + pronto) até de mais para se apresentar a um exame tão simples.
15. Neste aspecto sigo, pois, o ponto de vista de Gross (1968 : p.10), que diz: "En fait nous n'avons trouvé aucune base qui permettrait d'établir, pour les différentes formes verbales, une distinction entre les temps et les modes; nous les appellerons tous temps-modes, ou plus simplement temps". Tal ponto de vista justifica-se, pois quando tomamos nomeadamente em conta os fenómenos de redução das frases completivas Que-F, apesar de a forma verbal destas apresentar variações morfológicas entre o indicativo e o conjuntivo, estas não só são difíceis de distinguir das que veiculam o tempo, como deixam de estar presentes, umas e outras, no infinitivo.

16. As operações de apagamento e inserção de morfemas que podem intervir nas transformações são esquematizadas e analisadas por Gross (1975: pp.27 e segs.) da maneira seguinte:

"Nous indiquons différentes possibilités qui peuvent se produire au cours d'une transformation, c'est-à-dire lors d'un tel test:

- (i) on autorise l'effacement de morphèmes vides;
- (ii) on autorise l'effacement de morphèmes pleins;
- (iii) on autorise l'insertion de morphèmes vides;
- (iv) on autorise l'insertion de morphèmes pleins.

Tous les linguistes acceptent (i). En effet, les argumentations qui justifient l'effacement de morphèmes grammaticaux sont très convaincantes, ce qui n'est pas souvent le cas pour les morphèmes pleins.

De nombreux linguistes acceptent (iii), mais nous n'accepterons pas cette possibilité⁷ [cf. no entanto a nota 7 que diz, entre outras coisas, o seguinte: "Cependant il existe des situations où les morphèmes (e.g. -inf, -ant) semblent être commodément insérés par transformation"].

Nous pensons que le problème des insertions de morphèmes doit être traité d'une manière globale [...]. La condition (ii) pose divers problèmes. D'un point de vue linguistique strict, il est difficile de donner des arguments très solides en faveur de l'effacement (ou de la reconstruction) d'un élément sémantiquement plein effacé".

17. A matéria aqui exposta sobre as classes de determinantes em português é, em parte, tirada de Casteleiro (1976b), onde

a mesma é mais desenvolvida; ali se justifica, por exemplo, por que é que os demonstrativos devem ser incluídos na classe dos artigos.

18. Aliás, a ordem VSO (Verbo-Sujeito-Objecto) tem sido defendida como ordem da estrutura de base de diversas línguas, em vários trabalhos de linguística generativa, após o estudo pioneiro de McCawley (1968) sobre o inglês.

19. Assim, por exemplo, paralelamente às construções de (1), (2) e (3), no texto, poderíamos referir exemplos como os seguintes, em que ocorrem verbos e substantivos predicativos:

(i) a. (Parece + é verdade) que as máquinas voadoras derrubaram o poste eléctrico.

b. As máquinas voadoras (parece + é verdade) que derrubaram o poste eléctrico.

c. O poste eléctrico, as máquinas voadoras (parece + é verdade) que o derrubaram.

Exemplos semelhantes se poderiam apontar relativamente à deslocação de constituintes de completivas objecto (v., a propósito (16), (17) e (18), no texto).

20. Sobre o princípio do ciclo transformacional (regras pré-cíclicas, cíclicas e pós-cíclicas), em gramática generativa, v. nomeadamente Lakoff (1966), Burt (1971), Grinder (1972), Bach (1974), Kayne (1977) e, para uma análise elementar, Castaleiro (1976a) e (1977).

21. A propósito destes fenómenos de deslocação à esquerda, devem assinalar-se o artigo de Rodman (1974), baseado nos dados do inglês e do alemão, e os de Hirschbuhler (1974), (1975),

baseados nos dados do francês, nos quais se sustenta que determinadas estruturas, aparentemente com deslocações à esquerda, são na realidade construções de base. Todavia, Cinque (1977) mostra, com argumentos tirados do italiano e do francês, que existem duas ordens de fenômenos: uma que implica Deslocação à esquerda de constituintes que deixam cópia pronominal (pronome clítico) e outra que denota antes aquilo a que o autor chama "hanging topic construction", a qual pode implicar um determinado processo de pronominalização (em geral, não clítico) à direita, e que é estrutura de base. Não me é possível, pelas razões já expostas, explorar aqui uma tal via, tendo em conta os dados do português.

22. Da vasta bibliografia existente sobre as questões levantadas pela relação transformacional entre frases do tipo (1a) e (1b), no texto, saliento nomeadamente Postal (1971: pp.27-31) Gaatone (1972), Perlmutter (1972b), Lasnik e Fiengo (1974), Jackendoff (1975), Picabia (1975), Perini (1976: pp.193-200). Para outras referências veja-se a bibliografia final. Dos títulos mencionados apenas Perlmutter e Perini tratam alguns aspectos daquele fenômeno em português.

23. Perini (1976:p.197) apenas refere, aliás, dois sentidos do item duro: "penoso" (ou "difícil", como digo no texto) e "rijo"; contudo, tal item tem também o significado de "insensível", conforme mostro no texto.

24. Sobre a análise generativa das construções do português com se passivo e se impessoal veja-se nomeadamente, Naro(1968)e (1976).

25. A propósito, cito como exemplo, os seguintes textos tirados de dois semanários, em que ocorre tal construção:

(i) "Num país onde a sociedade civil teve sempre uma posição subalternizada perante o poder político, é fácil de compreender o significado político da verificação em causa. A esta luz é fácil compreender o porquê da permanência de certos comportamentos sociológicos do passado, é fácil de entender muita da fragilidade das novas instituições políticas estabelecidas, é fácil de atingir a própria precaridade da orgânica e implantação efectiva de elementos fundamentais de um sistema partidário, como são por exemplo os partidos políticos" (Expresso, 11/2/1978, p.2.col.4).

(ii) "É bom de ver que nenhum utilizador de serviços fúnebres está em condições de saber se o preço que lhe é proposto contém ou não determinada percentagem para os intermediários supérfluos" (O Jornal, 12/5/1978 , p.9.col.3).
(os sublinhados em (i) e (ii) são meus).

26. A este propósito lembro Perlmutter (1973), já citado aliás na nota 74 do Capítulo I, que estuda justamente alguns fenómenos de deslocação do sujeito para depois do verbo, como, v.g. "Acontecem coisas incríveis", etc., e mostra que o SN deslocado perde parte das suas propriedades de sujeito (cf. Ele acontece coisas incríveis).

27. Perlmutter (1972b:p.27) apresenta os seguintes exemplos:

- (i) Reforços serão impossíveis de enviar
- (ii) Assistência será impossível de prestar.

que relaciona, respectivamente, com:

- (iii) Será impossível enviar reforços.
- (iv) Será impossível prestar assistência.

28. Aliás, a Transformação Passiva, apesar da consistência que lhe é dada pela tradição gramatical, tem sofrido diversas reformulações, no âmbito da gramática generativa, desde Chomsky (1957), chegando mesmo a ser posta em dúvida por diversos linguistas como regra necessária para explicar a relação entre frases activas e frases passivas. De qualquer modo e apesar das dificuldades que levanta a formulação de tal regra, ela revela-se necessária como meio de economia para a gramática. De entre a bibliografia existente sobre esta questão, destaco, nomeadamente, Hasegawa (1968), R.Lakoff (1971), Gross (1975:pp.27-30 e pp.79-91), Freidin (1975), Langacker e Munro (1975).

29. Seria interessante notar que este exemplo (84c) é um bom argumento a favor da existência de duas regras de concordância, que afectam o sujeito e o predicado, em português: uma regra de concordância em género e número, que obriga à concordância do sujeito (estes problemas) com o particípio passado (resolvidos) e uma regra de concordância entre o sujeito e o verbo, que leva à concordância entre o mesmo sujeito (estes problemas) e o verbo (serem), produzindo-se assim o

infinitivo flexionado; se esta última regra não for aplicada a (84c), obtém-se o infinitivo não flexionado (ser). Sobre alguns aspectos do funcionamento destas regras em português, v., nomeadamente, Quicoli (1972), Perlmutter (1972b) e Raposo (1975).

30. A propósito deste tipo de regras e de Semântica Interpretativa, v., nomeadamente, Chomsky (1972/1975) e Jackendoff (1972).
31. É de salientar que esta frase, assim como outras do mesmo tipo, seriam aceitáveis, desde que o adv. tão fosse articulado com forte valor enfático. Admitindo, porém, uma articulação neutra, tal frase não é aceitável.
32. Em Casteleiro (1976b) a questão da colocação dos pronomes pessoais clíticos é abordada deste ponto de vista, tendo por objectivo o ensino do português como língua estrangeira.
33. Kayne (1977) demonstra, aliás, com argumentos à base de construções verbais, semelhantes aos que aqui utilizo, que também em francês o objecto indirecto só pode ser regido da prep. a e não de pour.
34. Indico estes prefixos de maneira empírica, isto é, sem ter em conta o rigor fonológico da sua representação em estrutura de base, critério que poderia eventualmente conduzir a algumas modificações de forma.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÃO DAS PROPRIEDADES EM TÁBUAS

1. Processos de representação

Depois de definidos os critérios que presidiram à elaboração da lista de cerca de 2 000 adjectivos predicativos que aceitam completiva (v. Capítulo I) e uma vez determinadas e descritas as principais propriedades (cerca de 150 a 170) que caracterizam tais adjectivos (v. Capítulo II), põe-se-nos o problema de como representar adequadamente o comportamento daqueles mesmos adjectivos perante as referidas propriedades.

Um processo de representação poderia consistir na elaboração de um Vocabulário de Adjectivos, utilizando basicamente a metodologia lexicográfica tradicional. Os adjectivos seriam indexados por ordem alfabética e em cada artigo lexical incluir-se-iam não apenas as acepções semânticas do item em causa, mas também as suas propriedades sintácticas, exemplificadas por meio de frases adequadas. Note-se que a indicação das propriedades sin

táticas, eventualmente em correlação com as acepções semânticas, assim como a exemplificação daquelas através de frases adequadas, constituiria já uma grande inovação, pelo menos no âmbito da lexicografia portuguesa (mas não só), onde os dicionaristas se preocupam quase exclusivamente com a semântica, deixando praticamente de lado a sintaxe. De facto, a informação sintáctica directa, que encontramos nos dicionários (geralmente em dicionários especializados, como é o caso de F. Fernandes (1964 e (1965), limita-se a indicações (incompletas e nem sempre adequadas) sobre as regências próprias dos itens lexicais. Além disso, podemos ainda colher alguma informação sintáctica, fornecida de forma indirecta e imperfeita, nas abonações que ilustram os sentidos de cada item, quando o dicionário as contém, naturalmente.

O pouco (ou nenhum) lugar dado à sintaxe nos dicionários tradicionais explica-se quer pela concepção teórica (geralmente implícita) dos lexicógrafos sobre a estrutura das línguas, quer ainda pelos objectivos que estes visam alcançar. Na base de tal concepção teórica está de certo modo a distinção que certos lexicólogos costumam efectuar entre competência gramatical e competência lexical (cf., v.g., Rey-Debove 1970). Segundo esta distinção, todos os falantes dominam em geral o sistema gramatical da sua própria língua, mas nenhum deles conhece todo o léxico dessa mesma língua. A fracção do léxico que os falantes dominam varia consoante o respectivo nível cultural e não cessa de se enriquecer ao longo de toda a vida. Ora, o dicionário visa, fundamentalmente, ajudar o consulente a elu-

cidar-se sobre os diversos sentidos dos vocábulos mal conhecidos ou mesmo desconhecidos dele. Neste sentido, o dicionário funciona em geral como um repositório de palavras, cujas acepções são definidas mais ou menos ordenadamente e às vezes exemplificadas através de abonações tiradas dos escritores consagrados. Em geral o lexicógrafo não se preocupa com as dificuldades que o eventual consulente do dicionário possa ter sobre a sintaxe dos itens lexicais. Ora dificuldades deste tipo ocorrem não tanto ao falante duma língua materna, mas sobretudo ao falante duma língua estrangeira. E, todavia, nem mesmo os dicionários elaborados para servir consulentes deste último tipo, incluindo os dicionários bilingues, prestam geralmente grande ajuda no domínio da sintaxe (uma honrosa excepção, neste aspecto é, por exemplo, Busse e Dubost (1977)). E, quando a prestam, é sempre de forma indirecta, através de exemplos de frases com que ilustram as acepções dos itens lexicais ou por meio de construções relativas a regências ou a fraseado.

E a verdade é que tais dificuldades não podem ser resolvidas pelas gramáticas tradicionais, onde a sintaxe é apresentada de forma linear e extremamente simplista, ao contrário do que nos mostra a realidade das línguas, que são extraordinariamente complexas nesse aspecto.

Embora o processo de representação lexicográfica, com a sintaxe de cada item incorporada, se afigure de extrema utilidade pedagógica (e não só), não o adoptarei aqui, pois o ponto de vista que sigo neste trabalho é o da linguística teórica, e não o da linguística aplicada. No entanto, a informação que o presente estudo oferece é susceptível de

ser aplicada na elaboração de um dicionário do português destinado, por exemplo, a falantes estrangeiros.

Mas existe ainda uma outra razão que me leva a pôr de lado aquele processo. É que ao privilegiar o ponto de vista do lexicógrafo e não o do gramático, tal processo, além de pouco económico, seria extremamente atomístico. De facto, não permitiria definir nem as classes e subclasses de adjectivos, nem representar de forma adequada os processos de relação (transformacionais ou outros) e de dependência entre as diversas propriedades.

Torna-se, pois, necessário, encontrar um processo de representação que, com o máximo de economia e de forma mais adequada, sirva os objectivos duma gramática formal. Um tal processo foi criado por Gross (1969), (1975) e tem sido aplicado em diversos estudos de sintaxe (cf. Picabia 1970, Giry 1972, Boons et al. 1973 e 1976, Treig 1977, etc.). De acordo com Gross (1975:p. 150), este processo consiste em representar por meio de matrizes binárias, ou tábuas rectangulares de sinais + e -, as propriedades distribucionais, transformacionais e outras, que caracterizam cada item lexical. Numa matriz ou tábua cada linha corresponde a uma entrada lexical (adjectivo) e cada coluna representa uma propriedade sintáctica. O sinal + que figura na intercepção da linha Adj com a coluna x significa que o item Adj aceita a propriedade x; pelo contrário, quando na mesma intercepção aparece o sinal -, tal indica que o item Adj não admite a referida propriedade x.

Segundo este processo, poderíamos construir uma matriz geral (v. a secção 3.a seguir) com cerca de 2 000 linhas e 170 colunas, em que figurariam as propriedades sintácticas. Uma tal matriz, com um total de cerca de 340 000 sinais, além de ser difícil de ler, conteria também um elevado número de redundâncias. Tendo em conta, por exemplo, que a grande maioria dos adjectivos que se constroem com completiva sujeito não admitem completiva objecto, tais itens apareceriam nessa matriz geral marcados com o sinal -, em relação a todas as propriedades características da completiva objecto ou com esta relacionadas. Ora, redundâncias semelhantes observar-se-iam em relação a outros casos. Neste sentido, torna-se mais lógico e mais económico operar não com uma matriz geral, mas antes com matrizes parcelares ou tábuas (doravante adoptarei antes este último termo, que creio suficientemente motivado no âmbito da língua portuguesa; cf., nomeadamente a expressão tábuas de logaritmos) que permitam representar, de forma tão homogénea quanto possível, classes sintácticas.

Como depreender, porém, estas classes? Ora, como o objectivo deste trabalho é justamente o estudo das construções completivas dos adjectivos, as classes vão ser definidas consoante os diversos tipos de estruturas completivas com que os adjectivos são compatíveis. Cada tipo de estrutura completiva é definido pela função sintáctica e ainda pela preposição regente, no caso de a completiva ser objecto.

Sendo assim, temos, pois, como propriedades que definem as classes de adjectivos as seguintes:

(1) Tábua 1 : Que-F V_{cop} Adj (E + prep-N₁)

Tábua 2 : N_o V_{cop} Adj a que-F

Tábua 3 : N_o V_{cop} Adj de que-F

Tábua 4 : N_o V_{cop} Adj em que-F

N_o V_{cop} Adj em V^{OC}_{-inf} Compl

Tábua 5 : N_o V_{cop} Adj para que-F

Tábua 6 : N_o V_{cop} Adj por que-F

Tábua 7 : N_o V_{cop} Adj com o facto de que-F

Tábua 8 : Que-F V_{cop} Adj a que-F

Tábua 9 : Que-F V_{cop} Adj de que-F

Tábua 10: Que-F V_{cop} Adj para que-F

Tábua 11: Que-F V_{cop} Adj com o facto de que-F

De acordo com este princípio classificatório, serão incluídos na Tábua 1 (ou, por outras palavras, pertencerão à classe 1) todos os adjectivos que aceitam a propriedade Que-F V_{cop} Adj (E + prep-N₁), que define aquela tábua; figurarão na Tábua 2 (ou classe 2) todos os itens compatíveis com a propriedade N_o V_{cop} Adj a que-F, definidora daquela tábua; e assim sucessivamente. Apenas a Tábua 4, pelas razões a seguir expostas, é definida por duas propriedades principais.

Um tal princípio classificatório não deixa, porém, de suscitar algumas objecções. Em primeiro lugar, poderá perguntar-se por que motivo se deve privilegiar a completiva Que-F,

e não a infinitiva, sobretudo nos casos em que a maioria dos adjectivos aceita esta e não aquela, como sucede com os itens da Tábua 4 (v. Capítulo IV, secção 4.)?

Por um lado, no Capítulo II (v.a subsecção 3.1.) procurei mostrar como era possível derivar as infinitivas das completivas Que-F por meio de uma regra transformacional de Redução (ou Desfinitização). Por outro lado, comparando o número de itens que só aceitam infinitiva e em caso algum admitem completiva Que-F, com o número de adjectivos compatíveis com a primeira (e, em geral, também, com a segunda), o saldo é extraordinariamente maioritário a favor destes últimos. Por tais motivos, parece justificar-se plenamente a prioridade dada à completiva Que-F como propriedade definidora das classes, mesmo em casos como o da Tábua 4. Se neste caso, por exemplo, desdobrássemos a tábuas em duas, uma contendo os adjectivos compatíveis com a propriedade $N_o V_{cop}$ Adj em que-F e outra incluindo os itens que só aceitam $N_o V_{cop}$ Adj em V_{-inf}^{oc} Compl, por que motivo não operar tal desdobramento noutras tábuas, em que o número de itens incompatível com Que-F é insignificante (v., por exemplo, a Tábua 2) ou ainda quando a aceitação duma ou doutra depende do contexto (i.e., da co-referência ou não co-referência de sujeitos)? No caso concreto da Tábua 4, que se distingue claramente das outras pelo elevado número de

itens que sô aceitam infinitiva, pareceu-me preferível indicar as duas propriedades mencionadas como definidoras da tábua, em vez de operar o desdobramento desta.

Um outro princípio classificatório enunciado em (1), susceptível de crítica, é o do relevo que nele se dá às preposições. De facto, em vez de admitirmos seis classes de adjectivos compatíveis com completiva objecto (Tábuas 2, 3, 4, 5, 6 e 7) poderíamos definir apenas uma, se as preposições a, de, em, para, por e com o facto de não fossem encaradas como elementos fundamentais de classificação. Algo de semelhante se poderia dizer quanto aos adjectivos simétricos. Vimos, no entanto, ao longo do Capítulo II, nomeadamente nas subsecções 2.6.1. e 3.1., qual era a importância das preposições não apenas como elementos de subordinação (também designadas como subordinadores ou complementadores, conforme a terminologia que se prefira) das completivas Que-F e/ou infinitivas, mas também como elementos motivadores de outras propriedades, conforme no-lo mostra a leitura das tábuas.

Tendo, pois, em conta tal importância, à qual voltarei a referir-me na subsecção 2.3. a seguir, seria de qualquer modo necessário definir no interior da classe de adjectivos compatíveis com completiva objecto diferentes subclasses, em função da preposição regente da completiva. Como, por um lado, nem sempre é clara a fronteira entre classe e subclasse e como, por outro, o objectivo do presente trabalho é pôr em destaque os variados aspectos das construções completivas dos adjectivos, pareceu-me perfeitamente legítimo destacar as pre

posições regentes da completiva como critério primordial da classificação.

A Tábua 1, conforme explico mais desenvolvidamente no Capítulo IV (secção 1) foi subdividida em três, fundamentalmente por uma questão de economia:

(2) Tábua 1a : Que-F V_{cop} Adj a-N₁

Tábua 1p : Que-F V_{cop} Adj para-N₁

Tábua 1r : Que-F V_{cop} Adj (E + prep y-N₁)

A Tábua 1a contém, pois, os adjectivos compatíveis com completiva sujeito que aceitam, pelo menos, um A-Compl não frásico, regido pela prep. a. A Tábua 1p contém adjectivos que apenas diferem dos anteriores por não aceitarem um A-Compl regido de a, mas antes de para e, eventualmente, de outras preposições. A Tábua 1r (residual) contém os restantes adjectivos que se constroem com completiva sujeito, mas que não admitem A-Compl regido nem de a, nem de para, embora possam aceitar outras preposições a regê-lo.

2. Observações sobre a leitura das tábuas

2.1. Aspectos gerais

Em cada tábua as propriedades sintácticas estão agrupadas nos seguintes módulos etiquetados:

(1) Tábua 1: Sujeito (N_o), Negação (Neg), Cópula, Adjectivo, Complemento preposicional (Compl prep), Extraposição, Permuta, Verbos, Nomes, Advérbios.

- (2) Tâbuas 2, 3, 4, 5, 6, 7: Sujeito (N_o), Negação (Neg), Cópula, Adjectivo, Complemento preposicional (Compl prep), Completiva preposicional, Negação (Neg), Deslocação à esquerda (Desl Esg), Permuta, Verbos, Nomes
- (3) Tâbuas 8, 9, 10, 11: Sujeito (N_o), Cópula, Adjectivo, Complemento preposicional (Compl prep), Completiva preposicional (Completiva prep), Negação, Permuta, Verbos, Nomes.

As observações que se seguem sobre as propriedades contidas nalguns destes módulos visam, por um lado, completar ou explicitar a informação neles contida e, por outro lado, facilitar a leitura das tâbuas. Na medida em que o Capítulo II fornece já as chaves necessárias para a leitura de vários módulos contidos nas tâbuas (v.g., Negação, Cópula, Deslocação à esquerda, Permuta, Verbos, Nomes, Advérbios, etc.), apenas me referirei neste capítulo àqueles que necessitem de explicação.

2.2. O módulo Sujeito (N_o): propriedades gerais não inseridas

As propriedades inseridas no módulo Sujeito (N_o) são as mesmas tanto em (1) como em (3), mas diferem em (2). Os dois quadros seguintes ilustram essas diferenças.

(4) Quadro 1

Sujeito (N_o)			
o facto de que- -F ind	o facto de que- -F conj	que-F ind	que-F conj

(5) Quadro 2

Sujeito (N_o)	
N_{hum}	N_{-hum}

O quadro 1 representa as propriedades do Sujeito (frásico) dos adjectivos que aceitam completiva naquela função, ou seja: o facto de que-F_(ind+conj) e que-F_(ind+conj).

O Quadro 2 representa as propriedades do Sujeito (não frásico) dos adjectivos que só aceitam completiva objecto, isto é: N_{hum} e N_{-hum}.

Como se vê, o Quadro 1 não regista, precisamente porque as tâbuas também não registam, a redução de o facto de que-F_(ind+conj) e que-F_(ind+conj) à oração infinitiva, justamente por se tratar duma propriedade geral, conforme salientei na subsecções 3.2. e 3.1.1. e 3.1.3., respectivamente, do Capítulo II. Por este motivo e também para evitar sobrecarregar as tâbuas, as propriedades relativas à Redução (ou desfinitização) da completiva não foram, pois, registadas. O Quadro 3 a seguir mostra, no entanto, como é que tais propriedades poderiam ser incluídas.

(6) Quadro 3

Sujeito (N ₀)						
o facto de que-F _{ind}	o facto de que-F _{conj}	o facto de F _{inf}	o F _{inf}	que-F _{ind}	que-F _{conj}	F _{inf}

Comparando o Quadro 1 com o Quadro 3, verifica-se que enquanto no primeiro as propriedades são independentes umas das outras, o mesmo já não sucede neste último. De facto, neste, a coluna que contém a propriedade o facto de F_{inf} está dependente das colunas que encerram as propriedades o facto de que $-F_{ind}$ e o facto de que $-F_{conj}$, justamente porque a redução à infinitiva resulta do apagamento do segmento Que-T, inserido nas duas últimas, conforme mostrei nas subsecções 3.2. e 3.1. do Capítulo II. Por sua vez, a coluna que contém F_{inf} está dependente quer de que- F_{ind} , quer de que- F_{conj} , pelas mesmas razões. Além disso, a factiva infinitiva (o facto de F_{inf}) pode dar lugar, através do apagamento da sequência facto de (facto de $\rightarrow \emptyset$) à propriedade o F_{inf} , a qual está, por isso, dependente da coluna o facto de F_{inf} (v. subsecção 3.2. do Capítulo II). Eis alguns exemplos ilustrativos da realização destas duas séries de propriedades:

- (7)a. O facto de que eles (manifestam + manifestem) cada vez mais consciência política é (importante + significativo + ...).
- b. O facto de eles manifestarem cada vez mais consciência política é (importante + significativo + ...).
- c. O (E + eles) manifestarem cada vez mais consciência política é (importante + significativo + ...).
- (8)a. Que os diplomatas (viajam + viajem) constantemente é (falso + inédito + ...).

- b. Os diplomatas viajarem constantemente é (falso +
+ inédito +...).

Como se vê, tanto em (7b, c) como em (8b) a oração infinitiva sô é reduzida na medida em que não apresenta o segmento Que-T das completivas, respectivamente (7a) e (8a). Do ponto de vista da estrutura frásica, tal oração não se apresenta sob forma reduzida, ou elíptica, conforme sucede frequentemente quando a infinitiva desempenha a função de objecto (cf., por exemplo: Os diplomatas são capazes de viajar). Por tal motivo, o símbolo que melhor parece representar a redução da completiva à infinitiva, pelo menos na função de sujeito (mas não sô), é F_{inf}.

Em (7c) a oração infinitiva é precedida do elemento o, resultante do apagamento da sequência facto de. Na subsecção 3.2. do Capítulo II decrevi os principais aspectos inerentes a este apagamento, assim como a especificidade do elemento o. É evidente que o elemento o poderia ser apagado em (7c):

- (9) (E + eles) manifestarem cada vez mais consciência política é (importante + significativo +...).

Neste caso temos uma infinitiva estruturalmente semelhante a (8b), tornando-se difícil dizer se (9) provém de (7c), ou antes directamente de (7b), através do apagamento de toda a sequência o facto de, ou então pura e simplesmente da desfinitização duma completiva Que-F, semelhante à que ocorre em (8a), conforme já assinalei na subsecção 2.2. do

Capítulo I. Por tal motivo, não inclui no Quadro 3 como propriedade o $F_{inf} \rightarrow F_{inf}$ (i.e., apagamento do elemento o).

Pelas razões assinaladas na subsecção 3.1.1. do Capítulo II, também não se afigura necessário desdobrar o símbolo F_{inf} , quando representa a infinitiva sujeito, em $F_{inf\ flex}$ e $F_{inf\ n\ flex}$, dado que o facto de o infinitivo aparecer flexionado ou não flexionado depende de razões contextuais: Assim, se o sujeito está especificado, i.e., expresso (como em (7b) e (8b)) ou não expresso (como pode suceder em (7c), em que $N_o = \text{Pro}$ (sendo Pro=Pronome pessoal), o infinitivo é sempre flexionado (com sufixo $\emptyset$, no caso da 1a. e 3a. pessoa do singular). Se o verbo não tem sujeito, conforme sucede, por exemplo, com os verbos meteorológicos, ou este não está especificado, então o infinitivo aparece na forma não flexionada. Assim, por exemplo:

(10)a. Chover constantemente é irritante.

b. Manifestar consciência política é importante.

Assim, em (10a), o infinitivo chover não tem sujeito, embora se possa dizer que a pessoa gramatical subjacente é a 3a. do singular, como no-lo mostra a completiva correspondente:

(11) Que chova constantemente é irritante.

Por isso, tal infinitivo não pode ser flexionado no contexto de (10a):

(12) *Choverem constantemente é irritante.

O mesmo não sucede, porém, em (10b), em que o sujeito do infinitivo apenas não está especificado, podendo, por exemplo, ser

representado pelo pronomine indefinido alguém, que está de certo modo subjacente àquela frase. Repare-se que quando queremos reconstruir a completiva Que-F subjacente a esta frase, temos várias hipóteses, como por exemplo:

- (13)a. Que alguém manifeste consciência política é importante.
- b. Que se manifeste consciência política é importante.
- c. Que ele manifeste consciência política é importante.

Todavia, se a estrutura subjacente a (10b) fosse (13c), seria pouco admissível que na redução ao infinitivo se apagasse o pronome ele, dada a ambiguidade que tal apagamento geraria, a não ser que ela fosse desfeita pelo contexto linguístico situacional. De facto, a interpretação de (10b) implica antes a presença de um sujeito não especificado do tipo alguém ou se, ou seja, pronome da 3a. pessoa do singular. De qualquer modo, trata-se de uma forma de infinitivo pessoal, ao contrário do que sucede com (10a), em que a forma chover é impessoal.

Em (10b) o infinitivo pode, pois, ser flexionado em qualquer das pessoas gramaticais, desde que especifiquemos o sujeito subjacente:

- (14) (Manifestares + manifestarmos + manifestarem +...) consciência política é importante.

Ora, tais fenómenos são extremamente gerais, já que se apresentam como características de todas as completivas sujeito das construções adjectivais (como, aliás, das construções verbais e nominais semelhantes).

2.3. O módulo Adjectivo:

Desdobramento de entradas e outras questões similares

Vários adjectivos têm mais do que uma entrada nas tábuas. Neste aspecto três situações se verificam: (i) o adjectivo tem entrada em tábuas diferentes; (ii) o adjectivo é desdobrado no interior da mesma tábua; (iii) o adjectivo é desdobrado dentro da mesma tábua e tem igualmente entrada em tábuas diferentes.

Em qualquer destas situações, o adjectivo é contabilizado tantas vezes quantas as entradas que tiver nas tábuas. Este critério faz pressupor que a cada entrada corresponde um item diferente, ou seja, cada entrada corresponde, em tal caso, a formas homónimas distintas no plano sintáctico e, eventualmente, também no plano semântico.

Nas situações (ii) e (iii) acima referidas, as formas homónimas do adjectivo são diferenciadas por meio de um expoente, v. g., comunicável¹ e comunicável² (ambos na Tábua 1a), capaz¹, capaz², capaz³ (na Tábua 3), difícil¹ (nas Tábuas 1a e 4) e difícil² (na Tábua 1r), etc.. A atribuição de expoentes aos diversos itens homónimos não foi arbitrária. Assim, o expoente 1 foi sempre atribuído ao item, ou com maior projecção (i.e., entradas) no conjunto das tábuas (cf. v.g., difícil¹), ou en-

tão com mais propriedades no interior da mesma tábua (cf. v.g. capaz¹). Nesta mesma ordem de ideias, o item com expoente 2 terá ou menor projecção no conjunto das tábuas ou será definido por um melhor número de propriedades no âmbito da mesma tábua. E o item com expoente 3 (no conjunto das tábuas o máximo expoente designativo de desdobramentos é 3) terá ainda menor projecção ou menos propriedades que o anterior.

Neste capítulo, apenas explicarei o critério geral subjacente ao desdobramento de entradas. A análise e justificação dos principais casos de desdobramento, sobretudo os do tipo (ii), atrás referido, será efectuada no Capítulo IV, no comentário de cada tábua.

Os desdobramentos do tipo (i) não compreensíveis, uma vez que, como disse atrás (v. secção 1. deste Capítulo), sendo objectivo essencial deste trabalho estudar as construções completivas adjectivais, parece justificar-se que sobrevalorize de certo modo o tipo de completiva e sua eventual regência (quando aquela exerce função de objecto) como critério de classificação dos adjectivos e, portanto, do seu desdobramento em entradas. Sendo assim, um determinado adjectivo terá tantas entradas quantas as variedades de completiva que admite.

É por este motivo que o adjectivo adverso, por exemplo, tem entrada nas Tábuas 1a, 2, 3 e 8, ansioso é registado nas Tábuas 3, 4, 5 e 6, duvidoso aparece nas Tábuas 3 e 6, ou comprovativo e ilustrativo são inseridos nas Tábuas

1r, 3 e 9, etc..

Apesar de tudo, este tipo de desdobramento pode suscitar algumas interrogações. Uma delas é se não seria, no entanto, possível reduzir as 11 classes recenseadas (tantas quantas as tábuas) a três, ou seja:

- a classe dos adjectivos compatíveis com completiva sujeito;
- a classe dos adjectivos compatíveis com completiva objecto;
- a classe dos adjectivos compatíveis com ambas as completivas, simultaneamente (adjectivos simétricos).

A aceitar-se esta hipótese, itens como adverso teriam apenas três entradas (e não quatro, como acima referi), i.e., uma entrada referente à Tábua 1a, outra às Tábuas 2 e 3 e a terceira, à Tábua 8. O adjectivo ansioso apenas teria uma entrada (e não três), e assim sucessivamente.

Segundo tal hipótese, as preposições a e de que justificam duas entradas para o item adverso teriam de ser registadas numa única tábua. E as preposições de, em, para e por, que fundamentavam quatro entradas para o adjectivo ansioso seriam igualmente inseridas numa única tábua. E assim por diante.

Tendo, porém, em conta o processo de representação de propriedades adoptado (i.e., em tábua), a redução, por exemplo, das duas entradas adverso a e adverso de ou ainda das quatro entradas ansioso de, ansioso em, ansioso para e ansioso por a uma única, em qualquer dos casos, levaria à perda de informação, como vamos ver, a não ser que as propriedades inerentes a cada regência fossem devidamente contempladas na mesma tábua, o que redundaria numa enorme complexidade desta e dificultaria, portanto, a sua lei-

tura. Basta a análise de alguns exemplos para nos levar a uma tal conclusão. Observemos, v.g., os aspectos mais relevantes, neste caso, do comportamento dos itens adverso e ansioso:

(15)a. Essas (pessoas + medidas) são adversas a que o Júlio entre no Benfica.

b. Essas (pessoas + *medidas) são adversas de que o Júlio entre no Benfica.

(16)a. Essas pessoas estão ansiosas (de + *em + *para + ?*por) que consigam ver o espectáculo.

b. Essas pessoas estão ansiosas (de + em + para + por) ver o espectáculo.

(17)a. Essas pessoas estão ansiosas (de + *em + para + por) que a chuva acabe.

b. Essas pessoas estão ansiosas (*de + *em + *para + *por) a chuva acabar.

Como se vê, enquanto a regência adverso aceita tanto $N_O = N_{hum}$ como $N_O = N_{-hum}$ (cf. 15a), a regência adverso de apenas selecciona $N_O = N_{hum}$ (cf. 15b).

Por outro lado, no caso de ansioso, quando temos $N_O = N_{oc}$, como em (16a), este adjectivo apenas aceita a completiva Que-F regida da prep. de. Quando, porém, $N_O \neq N_{oc}$, como em (17a), o mesmo item só rejeita a prep. em como regência de Que-F. Por outro lado, no contexto $N_O = N_{oc}$, ansioso admite sempre infinitiva, qualquer que seja a regência (cf. 16b), ao passo que no caso de $N_O \neq N_{oc}$ rejei

ta sempre a redução à infinitiva (cf. 17b). Note-se que neste último caso, a infinitiva seria admitida com as regências de e por desde que assumida com valor de oração causal e não de completiva. Ora a diferença entre as propriedades de adverso a e adverso de ou entre ansioso de, ansioso em, ansioso para e ansioso por seria difícil de registrar numa única entrada. Por isso torna-se preferível abrir tantas entradas quantas as regências próprias de cada item.

É evidente que há casos em que regências diferentes não implicam forçosamente propriedades diferentes. É o que sucede, por exemplo, com o item impaciente, quando regido de de ou por, conforme se pode observar a seguir:

- (18)a. Essas pessoas estão impacientes (de + por) (*que cheguem + chegarem) a tempo à festa.
- b. Essas pessoas estão impacientes (de + por) (que a festa comece + *a festa começar).

Note-se que a infinitiva em (18b) seria aceitável com o sentido de oração causal, mas não de completiva.

Casos como o de impaciente poderiam ser registados numa única entrada, já que a diferença da regência é irrevelante, o mesmo sucedendo, aliás, quanto às outras propriedades. Dado, porém, o sistema de representação adoptado, tornar-se-ia, no entanto, difícil subtrair ao esquema geral casos como o deste item, motivo por que também nestes casos considereirei tantas entradas quantas as regências.

Procedimento semelhante adoptei em relação a adjectivos (simétricos) como comprovativo e ilustrativo, citados atrás, os quais

têm entradas nas Tâbuas 1r, 3 e 9, embora a preposição regente seja sempre de, apenas variando a natureza estrutural do A-Compl, como se pode ver através das seguintes construções:

- (19)a. Que o piloto tenha aterrado nessas condições é (comprovativo + ilustrativo) de competência.
- b. A aterragem nessas condições é (comprovativa + + ilustrativa) de que o piloto é competente.
- c. Que o piloto tenha aterrado nessas condições é (comprovativo + ilustrativo) de que ele é competente.

Perante estes dados, em vez de registarmos os itens comprovativo e ilustrativo em tâbuas diferentes (três entradas), poderíamos antes inseri-los numa única. O quadro seguinte mostra, embora de forma aproximada e esquemática, essa possibilidade:

(20) Quadro 4

Sujeito (N ₀)			Cop	Adjectivos	Complet prep de		
N _{-hum}	que-F _{ind}	que-F _{conj}	ser		N _{-hum}	que-F _{ind}	que-F _{conj}
+	+	-			+	+	-
+	+	-			+	+	-
				comprovativo			
				ilustrativo			

Quer dizer, o Quadro 4 mostra-nos, de acordo, aliás com os dados fornecidos por (19), que poderíamos fazer depender as propriedades que-F_(ind+conj), tanto na posição de sujeito como na de objecto, de N_{-hum}, o que significa possibilidade de comutação na estrutura da frase entre substantivos /não humanos/ e completiva. Sendo assim, itens como comprovativo e ilustrativo poderiam ser registados numa única tábua, e não em três, sem que aparentemente houvesse perda de informação, pelo menos quanto às propriedades referidas e suas similares. Todavia, não segui este critério, por diversas razões. Em primeiro lugar, por uma questão de coerência geral, já que o princípio de análise seguido foi o de abrir tantas entradas quantos os tipos de completiva e respectivas regências. Em segundo lugar, porque nem todos os adjectivos do género de comprovativo e ilustrativo apresentam idêntico comportamento, como é o caso de diferente e propício, por exemplo. Analisemos, pois as seguintes construções com estes itens:

- (21)a. Que o Júlio parta é diferente de que a Eduarda regresse.
 b. ?*A partida do Júlio é diferente de que a Eduarda regressasse.
 c. ?*Que o Júlio parta é diferente do regresso da Eduarda.
 d. A partida do Júlio é diferente do regresso da Eduarda.

Um item como diferente parece aceitar mal a comutação entre completiva e N_{-hum}. Este parece ser um exemplo de adjectivo rigorosamente simétrico, ou seja, um item que exige constituintes da mesma natureza estrutural à esquerda e à direita (cf. (21a)

(21d)). Por tal motivo só foi registado na Tábua 9.

Observemos agora o comportamento do adjectivo propício, que constitui um argumento muito mais forte contra a referida hipótese:

- (22)a. Que o Júlio tenha desistido de discursar (é + *está) propício a más interpretações.
- b. O tempo (é + está) propício a que se iniciem as sementeiras.
- c. Que o Júlio tenha desistido de discursar (é + *está) propício a que haja discussões.

Como se vê, o adjectivo propício aceita só o copulativo ser quando se constrói com completiva sujeito, como em (22a), ou com esta estrutura e completiva objecto, como em (22c), ou seja, nas entradas correspondentes às Tábuas 1a e 8, respectivamente. Quando tem como sujeito N-hum, conforme sucede em (22b), ou seja, na entrada correspondente à Tábua 2, já aceita tanto ser como estar. Ora, só por um processo extremamente complicado é que se poderiam representar estas propriedades, assim como as anteriores, numa única entrada (i.e., tábua).

Foram, aliás, razões deste tipo, i.e., o comportamento diferenciado de muitos adjectivos quanto à aceitação de ser e/ou estar, conforme a natureza estrutural dos constituintes que lhes serviam de sujeito e/ou objecto, que me levaram a reter neste trabalho apenas o estudo das construções completivas adjectivais, deixando, portanto de lado, as construções nominais do tipo o tempo (é+está)

bom, etc.. Uma outra razão para tal atitude deriva da complexidade das regências dos adjectivos em construções nominais. De facto, neste tipo de construções o leque das preposições regentes do complemento do adjectivo é muito maior. Veja-se, por exemplo:

(23)a. Essas pessoas foram amáveis (para com + com) o Júlio.

b. Tais declarações são aproveitáveis contra os seus autores.

c. O Júlio está indeciso (quanto a + sobre) a atitude a tomar.

Etc..

Tendo em conta dados deste género, afigurava-se, pois, impossível registar nas tábuas das construções completivas as outras construções nominais dos adjectivos, incluindo os diversos tipos de regências dos respectivos complementos preposicionais. De qualquer modo, seria necessário abrir novas entradas e, por conseguinte, novas tábuas. Ou seja, uma outra tarefa...

Em relação ao problema do desdobramento de entradas, faltam-nos agora analisar o caso dos adjectivos que têm entradas distintas no interior da mesma tábua e/ou em tábuas diferentes (situações (ii) e (iii), mencionadas no início desta subsecção). Tomemos apenas como exemplo ilustrativo o caso dos itens difícil¹ (com entradas nas Tábuas 1a e 4) e difícil² (registado na Tábua 1r). Como disse atrás, no Capítulo IV justificarei pormenorizadamente a maior parte dos desdobramentos deste tipo efectuados (v., por exemplo, os casos de comunicável^{1,2} e capaz^{1,2,3}, atrás citados, nas secções 1 e

3., respectivamente).

Observemos, pois, as seguintes construções com os itens difícil¹ e difícil²:

- (24)a. (É + ??está) difícil¹ a todos nós (suportar + suportarmos) o aumento do custo de vida.
- b. (É + está) difícil¹ para todos nós (suportar + suportarmos) o aumento do custo de vida.
- c. (É + está) difícil¹ (suportar + suportarmos) o aumento do custo de vida.
- d. O aumento do custo de vida (é + está) difícil¹ de suportar.
- e. Que difícil¹ (é + está) (suportar + suportarmos) o aumento de custo de vida!
- f. (Suportar + suportarmos) o aumento de custo de vida (causa + evoca) dificuldade.
- g. ?*Difícilmente suportaremos o aumento do custo de vida.
- (25)a. (É + *está) difícil² a inflação diminuir.
- b. ?*Que difícil² é a inflação diminuir.
- c. *A inflação diminuir (causa + evoca) dificuldade.
- d. Difícilmente a inflação diminuirá.

As construções de (24) e (25) põem em destaque diferenças sintácticas e semânticas suficientemente fortes para justificarem o desdobramento do adjectivo difícil

em dois itens. Semanticamente, difícil¹ é sinónimo de "custoso", "penoso", ou seja, implica "ter dificuldade", ao passo que difícil² significa antes "pouco provável". Sintaticamente, difícil¹ aceita A-Compl regido de a e para e admite tanto ser como estar (embora estar seja menos aceitável com o A-Compl a-N₁ do que com para-N₁, o que em certa medida justificaria uma nova entrada de difícil¹ na Tábua 1p); difícil¹ permite ainda Elevação do objecto (cf. 24d), é um predicado emotivo (cf. 24e, f), mas não aceita (com o significado referido a paráfrase pelo advérbio em-mente. Note-se que (24g) significa, aproximadamente É pouco provável que suportemos o aumento do custo de vida, isto é, dificilmente seria paráfrase de difícil² e não de difícil¹.

Quanto a difícil², as suas propriedades sintácticas são menos ricas que as do item anterior. Assim, não se constrói com A-Compl, apenas admitir ser, não é emotivo (note-se que (25b) só seria aceitável, desde que o adjectivo tivesse o significado de difícil¹, e não o de difícil²), aceita paráfrase adverbial em-mente.

Ora, tendo em conta todas estas diferenças e ainda outras que as tábuas referem, seria impossível dar conta delas numa única entrada. Eis, pois, a razão por que em casos como este se tornou necessário operar desdobramentos dentro da mesma tábua.

O item difícil¹, mas não difícil², tem ainda uma outra entrada na Tábua 4, já que aceita uma infinitiva regida da prep. em (cf. "Eu não sou muito difícil em admitir prodígios", Garrett, apud F. Fernandes 1964, s.v.).

2.4. O módulo Complemento preposicional (Compl prep)

Na Tábua 1a o módulo Compl prep contém três submódulos, um para a prep. a, outro para a prep. para e um terceiro para uma eventual prep. y, a qual é depois especificada nas linhas, em função da regência requerida pelo adjectivo (v.g., da parte de, de, em, com, por, etc.; v. a propósito, a subsecção 2.6.2. do Capítulo I).

Cada submódulo permite, pois representar a aceitação pelo adjectivo de um A-Compl não frásico, em simultâneo com a completiva sujeito. Os três módulos em causa excluem-se mutuamente, o que não está expresso nas tábuas. Isto é, cada construção adjectival com completiva sujeito apenas é compatível com um único A-Compl não frásico.

O submódulo prep a está assim organizado na Tábua 1a:

(26) Quadro 5

Prep <u>a</u>					
$N_1 = N_{oc}$	$N_1 \neq N_{oc}$	$N_1 = N_{hum}$	Pro clít	$N_1 = N_{-hum}$	Pro clít

Todavia, a organização deste submódulo foi simplificada apenas por comodidade de representação, a fim de ocupar menos espaço (colunas). De facto, conforme o Quadro 5 nos mostra as propriedades $N_1=N_{\text{hum}}$ e $N_1=N_{\text{-hum}}$ são independentes de $N_1=N_{\text{oc}}$ e $N_1 \neq N_{\text{oc}}$. Na realidade, aquelas deviam estar dependentes destas, no sentido patenteado pelo Quadro 6 a seguir.

(27) Quadro 6

Prep a										
$N_1=N_{\text{oc}}$					$N_1 \neq N_{\text{oc}}$					
	$N_1=N_{\text{hum}}$		$N_1=N_{\text{-hum}}$			$N_1=N_{\text{hum}}$		$N_1=N_{\text{-hum}}$		
	Pro clít		Pro clít			Pro clít		Pro clít		

Note-se que a diferença entre o Quadro 5 e o Quadro 6 é substancial. De facto, um determinado adjectivo pode, por exemplo, aceitar teoricamente um A-Compl que contenha $N_1=N_{\text{hum}}$, quando $N_1=N_{\text{oc}}$ (isto é, quando existe co-referência entre o substantivo contido no complemento e o sujeito da completiva), ou então um outro A-Compl com $N_1=N_{\text{-hum}}$, mas só no caso de $N_1 \neq N_{\text{oc}}$. Ora, o Quadro 5 não permite registar adequadamente esta diferença. Só o Quadro 6 poderia registá-la. Todavia, distinções como a que acabo de mencionar não têm praticamente aplicação, motivo por que o Quadro 5 permite descrever satisfatoriamente os dados. O que em geral verificamos é que o adjectivo ou selecciona as quatro propriedades referidas, sem que haja qualquer interdependência entre estas, ou

então apenas selecciona, por exemplo, $\underline{N_1=N_{oc}}$ e $\underline{N_1=N_{hum}}$, o que não suscita, portanto, qualquer dúvida. É o que sucede, por exemplo, com o item aconselhável:

- (28) É aconselhável a essas (pessoas_i + *plantas) que
(E_i + ?*elas_i + *vocês) respirem ar puro.

No submódulo representado no Quadro 5, como também no do Quadro 6, regista-se ainda a propriedade Pro clit, (prónome pessoal clítico), na dependência quer de $\underline{N_1=N_{hum}}$, quer de $\underline{N_1=N_{-hum}}$, justamente para permitir dar conta da possibilidade de pronominalização de certos complementos a-N₁. Assim, por exemplo, pronominalizando o complemento a-N₁ de (28), obteríamos:

- (29) É-lhes aconselhável que respirem ar puro.

Tais fenómenos de pronominalização foram descritos na subsecção 3.9. do Capítulo II e a eles me referirei ainda na secção 1. do Capítulo IV.

Os submódulos Prep para e Prep y das Tábuas 1a, 1p e 1r contêm apenas as propriedades $\underline{N_1=N_{oc}}$, $\underline{N_1 \neq N_{oc}}$, $\underline{N_1=N_{hum}}$ e $\underline{N_1=N_{-hum}}$, sem qualquer interdependência. A estes casos poder-se-iam aplicar as mesmas observações já assinaladas a propósito da ordenação das mesmas propriedades no submódulo Prep a.

A propriedade Pro clit não é assinalada em tais submódulos, pelas razões já referidas na subsecção 3.9. do Capítulo II e sumariamente relembradas na secção 1. do Capítulo IV.

Por sua vez, o módulo Compl prep das Tábuas 2 a 11 apresenta organização semelhante ao do submódulo Prep y da Tábua 1, já analisado.

2.5. O módulo Extraposição da Tábua 1

Neste módulo a coluna [extrap] representa a regra de Extraposição, a qual permitiria derivar a partir, por exemplo, de (7 a, b, c) e (8a, b) atrás citadas (v. subsecção 2.2.), as seguintes frases, respectivamente:

- (30)a. É (importante + significativo +...) o facto de que eles
(manifestam + manifestem) cada vez mais consciência política.
- b. É (importante + significativo +...) o facto de eles manifestarem cada vez mais consciência política.
- c. É (importante + significativo +...) o (E + eles) manifestarem cada vez mais consciência política.
- (31)a. É (falso + inédito +...) que os diplomatas (viajam + viajem) constantemente.
- b. É (falso + inédito +...) os diplomatas viajarem constantemente.

Conforme expliquei na subsecção 3.4. do Capítulo II e os exemplos (30) e (31) põem em evidência, a regra de Extraposição opera tanto sobre as factivas o facto de que-F, como sobre as completivas Que-F, como ainda sobre as infinitivas destas derivadas. Tal regra opera igualmente sobre as completivas

sujeito dos adjectivos simétricos, qualquer que seja a sua configuração estrutural, (v. a subsecção 3.4. do Capítulo II), razão pela qual incluínas Tábuas 8, 9, 10 e 11 a coluna [extrap], justamente para dar conta da aplicação em tais casos daquela mesma regra.

A coluna [extrap] representa, por conseguinte, todas as possibilidades de aplicação exemplificadas em (30) e (31), incluindo mesmo as orações infinitivas como (30b, c) e (31b), não directamente registadas nas tábuas, pelos motivos já expostos. Como é óbvio, o recurso ao nome da regra para etiquetar a coluna e não às modificações estruturais por ela operadas (ou a processo semelhante) permite representar de forma simple e económica os diversos aspectos da Extraposição, conforme os dados oferecidos por exemplos como (30) e (31) nos mostram.

Note-se que se representássemos, por exemplo, no referido módulo, as modificações estruturais operadas pela regra, teríamos de reter mais do que uma coluna, já que se tornaria difícil condensar numa única as fórmulas seguintes, precisamente porque tal condensação deturparia a realidade dos factos:

- (32) a. V_{cop} Adj o facto de que-F_(ind + conj)
 b. V_{cop} Adj o facto de F_{inf}
 c. V_{cop} Adj que-F_(ind + conj)
 d. V_{cop} Adj F_{inf}

Quanto às outras propriedades transformacionais incluídas no módulo Extraposição, ou seja:

(33)a. $\underline{N_{oc} V_{cop} Adj (que + inf) - [F]}$

b. $\underline{N_{lc} V_{cop} Adj (que + inf) - [F]}$

c. $\underline{N_{lc} \text{ ser } Adj \text{ de } V_{-inf}^{oc}}$

d. $\underline{N_{lc} \text{ estar } Adj \text{ de } V_{-inf}^{oc}}$

elas estão representadas em colunas dependentes de [extrap], visto que só se manifestam depois de esta regra ter operado, conforme demonstrei nas subsecções 3.5. e 3.6., respectivamente, do Capítulo II. As propriedades (33a,b) representam a possibilidade de deslocar, respectivamente, o sujeito ($\underline{N_{oc}}$) ou o objecto directo ($\underline{N_{lc}}$) da completiva extraposta para a esquerda do predicado adjectival (v. a subsecção 3.5. do Capítulo II para a descrição destes fenómenos de Deslocação à esquerda). As propriedades (33c, d) indicam a possibilidade de elevar o objecto directo ($\underline{N_{lc}}$) do verbo da completiva infinitiva ($\underline{V_{-inf}^{oc}}$) para sujeito do predicado adjectival, o qual contém geralmente o copulativo ser (cf. 33c), mas que também pode admitir em certos casos o copulativo estar (cf. 33d). Para a descrição dos diversos aspectos destas propriedades (Elevação do objecto) v. a subsecção 3.6. do Capítulo II.

As regras de Deslocação à esquerda (cf. 33a, b) e de Elevação do objecto (33c, d), como aliás Extraposição são sempre de aplicação facultativa.

2.6. O módulo Completiva proposicional das Tâbuas 2, 3, 4, 5 e 6

Este módulo compõe-se de dois submódulos, sendo um comandado pela coluna $N_O = N_{OC}$ e o outro por $N_O \neq N_{OC}$, o que significa que as propriedades neles contidas são determinadas por fenómenos de co-referência ou não co-referência, respectivamente, entre o sujeito da frase subordinante (N_O) e o da completiva (N_{OC}). No interior de cada submódulo existem ainda outras dependências, assinaladas no Quadro 7, a seguir, copiado das referidas tâbuas.

(34) Quadro 7

Completiva proposicional																
$N_O = N_{OC}$																
$N_{OC}/Pro/ \rightarrow \emptyset$ obrig																
o facto de que-F _{ind}																
o facto de que-F _{conj}																
o facto de F _{inf}																
que-F _{ind}																
que-F _{conj}																
V _{-inf} flex																
V _{-inf} flex																
$N_O \neq N_{OC}$																
$N_O = N_{IC}$ /Pro clit/obrig																
o facto de que-F _{ind}																
o facto de que-F _{conj}																
o facto de F _{inf} flex																
que-F _{ind}																
que-F _{conj}																
N_{OC} V _{-inf} flex																
prep que-F _(ind+conj) $\rightarrow$ que-F _(ind+conj)																

Além dos dois submódulos $N_O = N_{OC}$ e $N_O \neq N_{OC}$, o Quadro 7 contém ainda a coluna prep que-F_(ind+conj) $\rightarrow$ que-F_(ind+conj), na qual o símbolo prep é preenchido pela preposição definidora de cada tâbua (v.g., a, para a Tâbua 2; de, para

a Tábua 3; em, para a Tábua 4; etc.). Esta coluna destina-se a registar a possibilidade de apagamento da preposição antes da completiva Que-F, o qual é permitido por certos adjectivos, como, por exemplo:

(35)a. Nós estamos (certos¹ + crentes +...) de que a excursão se realiza na próxima semana.

b. Nós estamos (certos¹ + crentes +...) que a excursão se realiza na próxima semana.

Em certas tábuas, como, por exemplo, na Tábua 2, a referida coluna torna-se redundante, já que nenhum adjectivo admite, em circunstâncias semelhantes às de (35), o apagamento da prep a. Todavia, tal constatação não era evidente, a priori. Por este motivo e ainda por uma questão de coerência geral, mesmo em casos como este a referida coluna foi mantida.

Note-se que o apagamento da preposição só é susceptível de se verificar com a completiva Que-F e não com qualquer outro tipo de completiva (v.g., factiva ou infinitiva). Assim, por exemplo, no caso de infinitiva:

(36)a. Nós estamos confiantes (E + em) que obteremos autorização para participar no colóquio.

b. Nós estamos confiantes (*E + em) (obter + obtermos) autorização para participar no colóquio.

O apagamento não parece estar dependente das propriedades $N_o = N_{oc}$ ou $N_o \neq N_{oc}$. De facto em (35) temos $N_o \neq N_{oc}$ e em (36), $N_o = N_{oc}$. Todavia o apagamento seria igualmente aceitável com a propriedade contrária, tanto num caso, como no outro:

(37) Nós estamos (certos¹ + crentes +...) (E + de) que realizaremos a excursão.

(38) Nós estamos confiantes (E + em) que a Primavera há-de chegar.

No submódulo $N_O = N_{OC}$ do Quadro 7 temos como propriedade associada a esta $N_{OC}/Pro/\rightarrow\emptyset$ obrig, a qual domina igualmente todas as colunas contidas naquele. Tal propriedade significa que o sujeito da completiva (N_{OC}) é de a pagamento obrigatório ($\emptyset$ obrig), justamente por ser co-referente do sujeito da oração subordinante (N_O). Na lituratura da gramática generativa tal propriedade é designada como Equi (i.e., "Equi-NP deletion") ou seja, Apagamento do SN equivalente, a que já me referi anteriormente). Esta propriedade é de emprego generalizado nas estruturas em causa. Poder-se-á, no entanto, perguntar por que motivo se insere o traço /Pro/, significando pro nome pessoal, como propriedade característica de N_{OC} na coluna $N_{OC}/Pro/\rightarrow\emptyset$ obrig. A razão parece simples. É que, na verdade, existem construções que nos revelam que N_{OC} é pronominalizado antes de ser apagado. Assim, por exemplo:

(39)a. Essas pessoas_i estão cada vez mais (conscientes + sapientes +...) de (E + o facto de)que + elas próprias_i só têm encontrado dificuldades.

b. Essas pessoas_i estão cada vez mais (conscientes + sapientes +...) de (E + o facto de) (E + elas próprias_i) só terem encontrado dificuldades.

Quer dizer, quando N_{OC} é enfatizado (cf. elas próprias), este torna-se relativamente aceitável tanto na factiva como na completiva, como na infinitiva. Todavia, em contex-

tos como os de (39), mas não enfatizados (i.e., se em vez de elas próprias, tivéssemos apenas elas), N_{oc} deve ser obrigatoriamente apagado.

Ora, fenómenos como os de (39), i.e., com N_{oc}/Pro/ enfatizado não apagável obrigatoriamente, não foram registadas nas tábuas, justamente por serem de índole genérica e nem sempre aceites por todos os falantes.

No submódulo N_o=N_{oc} do Quadro 7 temos dois blocos de colunas. Por um lado, as colunas o facto de que-F_{ind} e o facto de que-F_{conj}, das quais depende uma outra coluna, o facto de F_{inf flex}, já que, como vimos na subsecção 3.2. do Capítulo II, esta propriedade é obtida por Redução (ou Desfinitização) daquelas.

O outro bloco contém as colunas que-F_{ind} e que-F_{conj}, das quais dependem as colunas V_{-inf flex} e V_{-inf n flex}. Esta dependência nem sempre está atestada, conforme será assinalado mais por menorizadamente no Capítulo IV (Comentário das Tábuas). Quer dizer, muitos adjectivos aceitam infinitiva objecto, mas não a completiva Que-F correspondente. Eis alguns exemplos:

(40)a. *Esses jogadores_i estão (aptos + prontos¹ +...) a que (E + eles_i) entrem no campeonato.

b. Esses jogadores_i estão (aptos + prontos¹ +...) a (E + *eles_i) (entrar + entrarem) no campeonato.

(41)a. *Esses jogadores_i estão (hesitantes + renitentes +...) em que (E + eles_i) entrem no campeonato.

- b. Esses jogadores_i estão (hesitantes + renitentes +...) em (E + *eles_i) (entrar + entrarem) no campeonato.

Conforme estes exemplos mostram, as construções (40a) e (41a) não estão atestadas, razão pela qual as linhas dos adjectivos apto e pronto¹, por um lado, e hesitante e renitente, por outro, contêm o sinal - na intercepção com a coluna que-F_{conj} (e que-F_{ind} também). Nestes casos digamos que a redução à infinitiva (a partir de *que-F_{conj} (ind + conj), ou seja, formas não atestadas) é obrigatória.

As duas colunas V-inf flex e V-inf n flex assinalam a possibilidade de o infinitivo poder ser ou não flexionado (cf. (40b) e (41b)). Aliás, no contexto em causa, i.e., N_O=N_{OC}, o infinitivo é geralmente admitido tanto flexionado como não flexionado.

Conforme o Quadro 7 nos mostra, o submódulo N_O≠N_{OC}, destinado a registar as propriedades das construções completivas quando não há co-referência entre o sujeito desta (N_{OC}) e a frase subordinante (N_O), difere substancialmente do anterior, por um lado, porque não contém a propriedade N_{OC} /Pro/→∅ obrig, justamente por ser irrelevante neste contexto, como vamos ver, e, por outro, porque contém propriedades novas. No entanto, quatro colunas deste submódulo, isto é, o facto de que-F_{ind}, o facto de que-F_{conj}, que-F_{ind} e que-F_{conj}, são idênticas às do submódulo

anterior, pelo que me não referirei a elas. Como colunas diferentes temos $N_O = N_{1c}$ /Pro clit/obrig e N_{oc} V-inf flex', cujo conteúdo passo a explicitar através de alguns exemplos de frases:

- (42)a. *Esses jogadores estão (aptos + prontos¹ +...) a que o Brasil ganhe à Argentina.
- b. Esses jogadores_i estão (aptos + prontos¹ +...) a que o Benfica os_i contrate.

Conforme estes exemplos nos mostram, adjectivos como apto e pronto¹ só aceitam completiva Que-F, no contexto $N_O \neq N_{oc}$, desde que a propriedade $N_O = N_{1c}$ /Pro clit/obrig esteja presente na construção, como é o caso de (42b), em oposição a (42a). Tal propriedade significa, pois, que é obrigatória a co-referência entre o sujeito da frase subordinante (N_O) e o objecto directo da completiva (N_{1c}). Note-se, todavia, que nem sempre é exigida tal co-referência num sentido restrito, i.e., naquele que acabei de referir. Por vezes, uma restrição de projecção menos restrita entre N_O e o conteúdo da completiva basta para que a construção seja aceite, como, por exemplo:

- (43) Esses jogadores estão (aptos + prontos¹ +...) a que o campeonato comece.

Em casos como o de (43), a frase torna-se aceitável, justamente porque a acção expressa na completiva é interpretada como envolvendo de algum modo N_O . Ora fenómenos deste tipo são difíceis de formalizar, a não ser por intermédio dum processo puramente ad hoc. A coluna $N_O = N_{1c}$ /Pro clit/obrig regista em

primeiro lugar a co-referência estrita a que aludi e, em segundo lugar, embora de forma imperfeita e parcialmente incorrecta, fenômenos deste último tipo.

Quanto à coluna $N_{oc} V_{-inf flex}$, ela destina-se a registrar a possibilidade de a completiva Que-F ser reduzida ao infinitivo, como, por exemplo:

- (44)a. Essas crianças estão (ansiosas + desejosas +...) de que as papoilas cresçam.
- b. *Essas crianças estão (ansiosas + desejosas +...) de as papoilas crescerem.
- (45)a. Essas manifestações são (comprovativas + ilustrativas +...) de que as coisas estão a correr mal.
- b. Essas manifestações são (comprovativas + ilustrativas +...) de as coisas estarem a correr mal.

Como se vê, na intercepção das linhas respeitantes a ansioso e desejoso (na Tábua 3) com a coluna que contém a propriedade $N_{oc} V_{-inf flex}$, deve marcar-se o sinal -, pois aqueles adjectivos não aceitam redução da completiva Que-F à infinitiva (cf. 44b), no contexto $N_o \neq N_{oc}$. Pelo contrário, na intercepção das linhas relativas a comprovativo e ilustrativo (na mesma Tábua 3) com a referida coluna deve apor-se o sinal +, pois estes adjectivos admitem redução ao infinitivo (cf. 45b), no mencionado contexto. Tendo em conta a especificidade deste contexto ($N_o \neq N_{oc}$), o infinitivo é sempre flexionado e contém em geral o sujeito expresso (N_{oc}), a não ser que ele esteja representado por um pronome pessoal, que pode ser

apagado, quando não assumido como enfático e desde que do seu apagamento não resulte ambiguidade. Este tipo de apagamento é, porém, característico das estruturas sintácticas do português, em geral, e não específico das construções adjectivais, motivo por que não é necessário registá-lo.

A escolha de $N_{oc} V_{-inf flex}$ para etiquetar a coluna em questão é de certo modo arbitrária e imperfeita. Arbitrária, porque em seu lugar poderia ter, por exemplo, seleccionado pura e simplesmente o símbolo $F_{inf flex}$ para assinalar a redução em causa. Imperfeita, porque tal fórmula é incompleta, uma vez que não expressa o(s) complemento(s) possíveis do infinitivo. Todavia, imperfeições deste tipo, praticamente irrelevantes no contexto em que se inserem, ocorrem noutras colunas das tábuas.

Na Tábua 5 a coluna $que-F_{conj}$ do submódulo $N_o = N_{oc}$ contém a restrição $/se N_o = N_{hum}/$. A inclusão desta restrição, a qual será mais desenvolvidamente aplicada na secção 5. do Capítulo IV, deve-se ao facto de certos adjectivos, compatíveis tanto com $N_o = N_{hum}$, como com $N_o = N_{-hum}$, só aceitarem a completiva $que-F_{conj}$ no primeiro destes contextos e não no segundo. Assim, por exemplo:

- (46) Essas (pessoas + *medidas) são (aceitáveis + aproveitáveis + ...) para que incrementem o andamento dos trabalhos.

No caso de $N_o = N_{-hum}$ (cf. essas medidas) a redução à infinitiva é obrigatória, ao passo que com $N_o = N_{hum}$ (cf. essas pessoas) ela é facultativa:

- (47) Essas (pessoas + medidas) são (aceitáveis + aproveitáveis + ...) para (incrementar + incrementarem) o andamento dos

Depois de efectuada a leitura do Quadro 7, a interpretação do Quadro 8 não parece levantar dificuldades. Apenas me vou referir, por conseguinte, às propriedades novas que este último contém, além da presença da sequência com o facto de, já salientada atrás. Tais propriedades são com o V-inf flex e com o V-inf n flex, no contexto $N_O = N_{OC}$, e ainda com o N_{OC} V-inf flex, no contexto $N_O \neq N_{OC}$, cuja ocorrência passo a exemplificar:

- (49)a. Essas pessoas_i estão contentes com o facto de (E + *elas_i) (*ter + terem) sido admitidas no concurso.
- b. Essas pessoas estão contentes com o (*ter + terem) sido admitidas no concurso.
- (50)a. Essas pessoas estão contentes com o facto de nós termos sido admitidos no concurso.
- b. Essas pessoas estão contentes com o nós termos sido admitidos no concurso.

Como se vê, o item contente (conforme sucede em geral com os itens da Tábua 7) não aceita o infinitivo não flexionado, mesmo no contexto $N_O = N_{OC}$ (cf. em (49a) ou (49b) a inaceitabilidade de *ter). Por outro lado, o apagamento da subsequência facto de é susceptível de ser apagada tanto no caso de $N_O = N_{OC}$ (cf. 49b), como no contexto de $N_O \neq N_{OC}$ (cf. 50b). Neste último caso, o pronome nós podia ser ainda apagado, conforme sucede em geral com o pronome pessoal sujeito não enfático.

O apagamento da sequência o facto de é sempre impossível de admitir nas construções da Tábua 7, motivo por que tal propriedade foi excluída de ser representada. Eis alguns exemplos

que mostram tal impossibilidade no contexto $N_o \neq N_{oc}$ (idêntica aliás à que se verifica também no caso de $N_o = N_{oc}$):

(51)a. Essas pessoas estão contentes com o facto de que nós tenhamos sido admitidos no concurso.

b. *Essas pessoas estão contentes com que nós tenhamos sido admitidos no concurso.

(52)a. Essas pessoas estão contentes com o facto de nós termos sido admitidos no concurso.

b. *Essas pessoas estão contentes com nós termos sido admitidos no concurso.

Uma outra tábua a aproximar da Tábua 7 é naturalmente a Tábua 11, que contém adjectivos simétricos compatíveis com completiva objecto, regida da sequência com o facto de. Dada a especificidade das estruturas ali descritas, as propriedades $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$ tornam-se irrelevantes, motivo por que o módulo Completiva preposicional da Tábua 11 está muito mais simplificado que o módulo correspondente da Tábua 7. Não parece por conseguinte, que a sua leitura levante dificuldades, como não levanta dificuldades, aliás, a leitura dos módulos idênticos das outras tábuas dos adjectivos simétricos (i.e., Tábuas 8, 9 e 10). Por esse motivo não me referirei aqui a elas.

3. Matriz geral de propriedades

A construção da matriz geral de propriedades a que me referia na secção 1. não constitui tarefa fácil, pois levanta di

versos problemas. Um desses problemas, sem dúvida um dos mais importantes, diz respeito à maneira de contar as propriedades sintáticas e, por conseguinte, de as representar. Quanto a este problema, Gross (1974: p.23, n.2) refere, por exemplo, o seguinte: "La manière de compter les propriétés syntaxiques n'est pas simple. Certains verbes par exemple peuvent avoir une complétive sujet, d'autres (éventuellement les mêmes) une complétive complément, avons-nous affaire à une ou deux propriétés syntaxiques différentes?".

A esta pergunta Gross (1975) responde, de forma evidente e prática, que temos duas propriedades e não uma. De facto, quando se adopta o processo de representação em tábua (mas não só), tornar-se-ia extremamente difícil registar numa mesma coluna a completiva sujeito e a completiva objecto (ou complemento) dos verbos, sobretudo no caso de um mesmo verbo aceitar uma e outra. Mais ainda, formalmente a completiva objecto pode distinguir-se da completiva sujeito, na medida em que aquela é susceptível de ser regida de preposição, como é quase sempre o caso dos adjetivos.

Nesta mesma ordem de ideias, poderíamos perguntar-nos, por exemplo, se a sequência o facto de, que pode ocorrer no contexto da completiva objecto, constitui uma ou mais propriedades. Ora, quando representamos tal sequência em tábua, no contexto da completiva objecto, temos de ter igualmente em conta as preposições que regem a completiva. Somos, por isso, obrigados a representar tantas vezes aquela sequência quantas forem as preposições

que regem a completiva objecto. Donde resulta que na prática precisamos de várias colunas para representar aquilo que, a priori e aparentemente, era uma única propriedade. Ainda um outro exemplo diferente. Para representar nas tábuas o fenómeno de Permuta entre o adjetivo, seguido do seu eventual complemento não frásico e/ou frásico (i.e., completiva), e o sujeito, utilizei as seguintes fórmulas:

$$\underline{\text{Adj (E + prep N}_1\text{) V}_{\text{cop}} \text{N}_0};$$

$$\underline{\text{Adj prep Compl V}_{\text{cop}} \text{N}_0}.$$

A primeira representa a permuta entre o adjetivo (seguido de um eventual complemento não frásico, i.e., prep N₁) e a completiva sujeito (indicada por N₀).

A segunda representa a permuta entre o adjetivo seguido de completiva objecto (i.e., prep Compl) e o sujeito não frásico (i.e., N₀=N_{num}, ou N₀=N_{-hum}) ou frásico, como no caso dos adjectivos simétricos (ou seja, N₀=Que-F, etc.).

Para representar um fenómeno aparentemente único, utilizamos, pois, duas fórmulas diferentes e, portanto, duas colunas das tábuas. É evidente que seria possível sintetizar as duas fórmulas numa única, recorrendo a uma convenção adequada. Suponhamos que atribuíamos a Compl a leitura opcional de N₁ ou Completiva. Nesse caso, poderíamos ter:

$$\underline{\text{Adj (E + prep Compl) V}_{\text{cop}} \text{N}_0}.$$

Ou seja, poderíamos representar numa única coluna as duas fórmulas em causa. Poderemos, no entanto, perguntar-nos se o fenómeno de Permuta assinalado, que ocorre pelo menos em três contextos estruturais diferentes, constituirá, de facto, uma única propriedade. Para isso, observemos as realizações seguintes:

- (1)a. Que o tempo se mostre quente é aprazível (E + aos turistas).
- b. Aprazível (E + aos turistas) é que o tempo se mostre quente.
- c. Aprazível (E + aos turistas) é o tempo mostrar-se quente.
- (2)a. Os turistas estão desejosos de que consigam apanhar sol.
- b. Desejosos de que consigam apanhar sol estão os turistas.
- c. Desejosos de (conseguir + conseguirem) apanhar sol estão os turistas.
- (3)a. Que nós entremos é equivalente a que eles saiam.
- b. Equivalente a que eles saiam é que nós entremos.
- c. Equivalente a que eles saiam é nós entrarmos.
- d. Equivalente a eles sairem é que nós entremos.
- e. Equivalente a eles sairem é nós entrarmos.

Como se vê, se tivermos em conta a redução da completiva Que-F à oração infinitiva, o fenómeno de Permuta em causa implica diversas realizações. No entanto, todas as realizações exemplificadas em (1b,c), (2b,c) e (3b,c,d,e) — e outras haveria ainda a acrescentar, se tivéssemos, por exemplo, em conta que a

completiva Que-F pode ser precedida, eventualmente, da sequência o facto de — são representadas nas tábuas e, por conseguinte, na matriz a seguir indicada, apenas por duas fórmulas, que têm em conta, respectivamente, o contexto dos adjectivos que se constroem apenas com completiva sujeito, seguidos de eventual A-Compl não frásico (prep N₁), e o dos itens compatíveis com completiva objecto (prep Compl), independentemente da natureza do N₀ sujeito.

O modo de representar as propriedades pode parecer, como no caso que acabamos de analisar, de certo modo redundante (i.e., utilizando duas fórmulas estruturais e, por conseguinte, duas colunas, em vez duma), mas não o é tanto quanto o que é sugerido pelas diversas realizações de tais propriedades.

De uma maneira geral, utilizei o menor número possível de fórmulas estruturais para representar da forma mais económica possível as diferentes propriedades estudadas e suas realizações.

A cada fórmula corresponde sensivelmente uma coluna na matriz geral. Assim sendo, existe uma certa equivalência pragmática entre fórmula, coluna e propriedade. A matriz que a seguir apresento comporta 170 colunas, ou seja, grosso modo 170 propriedades.

Algumas variações (ligeiras) de certas fórmulas das tábuas foram condensadas na matriz. Assim, por exemplo,

as seguintes fórmulas das tábuas

~Adj > conj /Que-F—/ (v. T. 1, 2, etc.)

~Adj > conj /prep que-F—/ (v. T. 8, etc.)

~Adj > conj /com o facto de que-F—/ (v. T. 11)

foram condensadas apenas em uma única na matriz:

~Adj > conj /(E + prep) que-F—/.

De facto as restrições prep e com o facto de (equivalente, a final, a prep) só foram introduzidas nas tábuas respectivas dos adjectivos simétricos (i.e., Tábuas 8, 9, 10 e 11) para significar que a negação do predicado adjectival induze (ou pode induzir) o conjuntivo na completiva Que-F objecto e não na completiva Que-F sujeito.

Algo de semelhante se poderia dizer quanto à restrição obj no contexto N₁=N_{oc} /obj/ do complemento preposicional (i.e., prep y N₁) dos adjectivos simétricos. Tal restrição significa que o N_{oc} em causa é o sujeito da completiva objecto e não o da completiva sujeito. Ora, na matriz a seguir tal restrição foi inserida, arbitrariamente, em opção com os contextos em que N_{oc} é o sujeito da única completiva do adjectivo, seja ela sujeito ou objecto, isto é:

N₁=N_{oc} (E + /obj/).

Neste caso o desdobramento em duas colunas seria mais razoável. No entanto, não o fiz para não estar a aumentar mais o número de colunas.

O sinal (-), que antecede as colunas que representam a redução da factiva e completiva sujeito à oração infinitiva, significa que tais propriedades não foram inseridas nas tábuas, pelas ra

zões já mencionadas na subsecção 2.2. do presente capítulo.

À direita de cada coluna da matriz, ou grupo de colunas (quando for caso disso), assinala-se a tábua (ou tábuas) que contém a propriedade em causa e menciona-se ainda o capítulo (ou capítulos), com as respectivas secções ou subsecções, em que tais propriedades são descritas.

MATRIZ GERAL DE PROPRIEDADES

Sujeito (N _o)	N _{hum}	}	Tábuas 2, 3, 4, 5, 6 e 7
	N _{-hum}		Cap. II, 2.1.
	o facto de que-F _{ind}	}	Tábuas 1, 8, 9, 10 e 11
	o facto de que-F _{conj}		Cap. II, 2.3.
	(-) o facto de F _{inf}	}	Cap. IV (<u>passim</u>)
	(-) o F _{ind}		Tábuas 1, 8, 9, 10 e 11
	que-F _{ind}	}	Cap. II, 3.2.
	que-F _{conj}		Cap. IV (<u>passim</u>)
	(-) F _{inf}	}	Tábuas 1, 8, 9, 10 e 11
			Cap. IV, 2.2.
		}	Cap. IV (<u>passim</u>)
			Tábuas 1, 8, 9, 10 e 11
		}	Cap. II, 3.1.
			Cap. IV (<u>passim</u>)

V _{cop}	ser	}	Todas as tábuas
	estar		Cap. II, 2.4.
			Cap. IV (<u>passim</u>)

Adjectivo		} Todas as tábuas Cap. II, 2.5. Cap. IV (passim)
pfx neg		

N _o V _{cop} Adj	}	Todas as tábuas
N _o V _{cop} Adj prep y N ₁		Cap. II, 2.7.
		Cap. IV (<u>passim</u>)

Complemento preposicional	Prep a	$N_1 = N_{oc}$
		$N_1 \neq N_{oc}$
		$N_1 = N_{hum}$
		$N_1 = \text{Pro clit}$
		$N_1 = N_{-hum}$
		$N_1 = \text{Pro clit}$
	Prep para	$N_1 = N_{oc}$
		$N_1 \neq N_{oc}$
		$N_1 = N_{hum}$
		$N_1 = N_{-hum}$
	Prep y	prep y
		$N_1 = N_{oc} (\underline{E+}/obj/)$
		$N_1 \neq N_{oc} (\underline{E+}/obj/)$
		$N_1 = N_{hum}$
		$N_1 = N_{-hum}$

Tábuas 1a e 1p, respectivamente

Cap. II, 2.6. e 2.9., respectivamente

Todas as tábuas
Cap. II, 2.6.

Extraposição	[extrap]
	$N_{oc} V_{cop} \text{ Adj (que+inf)} - [F]$
	$N_{lc} V_{cop} \text{ Adj (que+inf)} - [F]$
	$N_{lc} \text{ ser Adj de } V_{-inf}^{oc}$
	$N_{lc} \text{ estar Adj de } V_{-inf}^{oc}$

Tábuas 1,8,9,10 e 11
Cap. II, 2.6.

Tábua 1
Cap. II, 3.5.

Tábua 1
Cap. II, 3.6.

Completiva preposicional (I)		$N_o = N_{oc}$	
		$N_{oc}/Pro/ \rightarrow \emptyset$ obrig	
Prep a		o facto de que-F _{ind}	
		o facto de que-F _{conj}	
		o facto de F _{inf}	
		que-F _{ind}	
		que-F _{conj}	
		V _{-inf} flex	
		V _{-inf} n flex	
Prep de		o facto de que-F _{ind}	
		o facto de que-F _{conj}	
		o facto de F _{inf}	
		que-F _{ind}	
		que-F _{conj}	
		V _{-inf} flex	
		V _{-inf} n flex	
Prep em		o facto de que-F _{ind}	
		o facto de que-F _{conj}	
		o facto de F _{inf}	
		que-F _{ind}	
		que-F _{conj}	
		V _{-inf} flex	
		V _{-inf} n flex	
Prep para		o facto de que-F _{ind}	
		o facto de que-F _{conj}	
		o facto de F _{inf}	
		que-F _{ind}	
		que-F _{conj}	
		V _{-inf} flex	
		V _{-inf} n flex	

Tábuas 2,3,4,
 respectivamente
 Cap. II, 2.2., 2.3.,
 3.1. e 3.2., respecti-
 vamente

Completiva preposicional (I)	Prep por	o facto de que-F _{ind}
		o facto de que-F _{conj}
		o facto de F _{inf}
		que-F _{ind}
		que-F _{conj}
		V _{-inf} flex
		V _{-inf} n flex
	Prep com	com o facto de que-F _{ind}
		com o facto de que-F _{conj}
		com o facto de V _{-inf} flex
		com o V _{-inf} flex
		com o facto de V _{-inf} n flex
		com o V _{-inf} n flex

Tábuas 6 e 7, .
 respectivamente
 Cap.II, 2.2., 2.3.,3.1.
 e respectivamente
 Cap. IV (passim)

N _o ≠ N _{oc}		
N _o = N _{lc} /Pro clit/ obrig		
Completiva preposicional (I)	Prep a	o facto de que -F _{ind}
		o facto de que-F _{conj}
		o facto de F _{inf} flex
		que-F _{ind}
		que-F _{conj}
		N _{oc} V _{-inf} flex
		o facto de que-F _{ind}
	Prep de	o facto de que-F _{conj}
		o facto de F _{inf} flex
		que-F _{inf}
		que-F _{conj}
		v _{oc} V _{-inf} flex

Tábuas 2 e 3
 respectivamente
 Cap. II, 2.2., 2.3.,
 3.1. e 3.2, respectiva-
 mente
 Cap. IV (passim)

Completiva preposicional (I)		Prep em	o facto de que-F _{ind}
			o facto de que-F _{conj}
			o facto de F _{inf} flex
			que-F _{ind}
			que-F _{conj}
			N _{oc} V _{-inf} flex
		Prep para	o facto de que-F _{ind}
			o facto de que-F _{conj}
			o facto de F _{inf} flex
			que-F _{ind}
			que-F _{conj}
			N _{oc} V _{-inf} flex
		Prep por	o facto de que-F _{ind}
			o facto de que-F _{conj}
			o facto de F _{inf} flex
			que-F _{ind}
			que-F _{conj}
			N _{oc} V _{-inf} flex
		Prep com	com o facto de que-F _{ind}
			com o facto de que-F _{conj}
			com o facto de N _{oc} V _{-inf} flex
			com o N _{oc} V _{-inf} flex

Tábuas 4,5,6 e 7

respectivamente

Cap. II, 2.2.,2.3.,3.1

e 3.2.,respectivamente

Cap. IV (passim)

Completiva preposicional (II) (adjectivos simétricos)			
Prep a		Prep de	
o facto de que-F _{ind}		o facto de que-F _{ind}	
o facto de que-F _{conj}		o facto de que-F _{conj}	
o facto de F _{inf flex}		o facto de F _{inf flex}	
que-F _{ind}		que-F _{ind}	
que-F _{conj}		que-F _{conj}	
F _{inf flex}		F _{inf flex}	
Prep para		Prep com	
o facto de que-F _{ind}		com o facto de que-F _{ind}	
o facto de que-F _{conj}		com o facto de que-F _{conj}	
o facto de F _{inf flex}		com o facto de F _{inf flex}	
que-F _{ind}		com o N _{oc} V _{-inf flex}	
que-F _{conj}		com N _{oc} V _{-inf flex}	
F _{inf flex}			

Tâbuas 8,9,10 e 11
respectivamente

Cap. II, 2.2., 2.3.,3.1.

e 3.2., respectivamente

Cap. IV (passim)

Completiva preposicional (I) e (II)	prep que-F (ind+conj) → que-F (ind+conj)
	prep = a
	prep = de
	prep = em
	prep = para
	prep = por
	prep = com o facto de

Tábuas 2,3,4,5,
6,7,8,9,10 e 11
respectivamente
Cap. I, 4.6.2.
Cap.II,2.6.1.
Cap.IV, (passim)

Neg	~Adj > conj/ (E+prep) Que-F — /
	~Adj > ind/ (E+prep) Que-F — /

Todas as tábuas
Cap. II, 3.3.
Cap. IV (passim)

Desl Esq	N _{oc} # N _o V _{cop} Adj prep (que+inf) - [F]
	N _{lc} # N _o V _{cop} Adj prep (que+inf) - [F]

Tábuas 2,3,4,5,6
e 7
Cap. II, 3.5.,

Permuta	Adj (E+prep N ₁) V _{cop} N _o
	Que Adj (E+prep N ₁) V _{cop} N _o
	Adj prep Compl V _{cop} N _o
	Que Adj prep Compl V _{cop} N _o

Todas as tábuas
Cap.II, 3.7. e 3.8.,
respectivamente

Verbos	$N_o V_{cop} \text{ Adj} \leftrightarrow N_o V$	Tābua 1 Cap. II, 4.1
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep } N_1 \leftrightarrow N_o V N_1$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep } N_1 \leftrightarrow N_o V \text{ prep } N_1$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep } N_1 \leftrightarrow N_o (\underline{E+poder}) V_{(\underline{E+inf})} -se$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep } N_1 \leftrightarrow N_o (\underline{E+poder}) V_{(\underline{E+inf})} -se \text{ prep } N_1$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj-vel } (\underline{E+por } N_1) \leftrightarrow N_o \text{ dever } V_{cop} \text{ inf } V_{pp} (\underline{E+por } N_1)$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj-vel } (\underline{E+por } N_1) \leftrightarrow N_o \text{ poder } V_{cop} \text{ inf } V_{pp} (\underline{E+por } N_1)$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep Compl} \leftrightarrow N_o V \text{ Compl}$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep Compl} \leftrightarrow N_o V \text{ prep Compl}$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep Compl} \leftrightarrow N_o (\underline{E+poder}) V_{(\underline{E+inf})} -se \text{ prep Compl}$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj-vel prep Compl} \leftrightarrow N_o \text{ poder } V_{cop} \text{ inf } V_{pp} \text{ prep Compl}$	
		Tābuas 2,3,4,5,6, 7,8,9,10 e 11 Cap. II, 4.1.

Nomes	$N_o V_{cop} \text{ Adj } (\underline{E+prep } N_1) \leftrightarrow N_o V_{cop} N (\underline{E+prep } N_1)$	Tābua 1 Cap. II, 4.2
	$N_o V_{cop} \text{ Adj } (\underline{E+prep } N_1) \leftrightarrow N_o V_{cop} \text{ Art}_{indef} N (\underline{E+prep } N_1)$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj} \leftrightarrow N_o \text{ causar } N$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj} \leftrightarrow N_o \text{ evocar } N$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep Compl} \leftrightarrow N_o \text{ ter } N \text{ prep Compl}$	
	$N_o V_{cop} \text{ Adj prep Compl} \leftrightarrow N_o V_{cop} \text{ Art}_{indef} N \text{ prep Compl}$	

Tābuas 2,3,4,5,
6,7,8,9,10 e 11
Cap. II, 4.2.

Advérbios	$V_{cop} \text{ Adj que-} F_{(ind+conj)} \leftrightarrow \text{Adj+mente que-} F_{ind}$	Tābua 1 Cap. II, 4.3.,
	$V_{cop} \text{ Adj que-} F_{(ind+conj)} \leftrightarrow \text{Adj+mente} \# F_{ind}$	

CAPÍTULO IV

COMENTÁRIO DAS TÁBUAS

Neste capítulo apenas comentarei os aspectos mais relevantes das tábuas (v. Anexo final), assim como de alguns dos adjectivos nelas contidos. Seria impossível, como é óbvio, tecer um comentário exaustivo das diversas propriedades de cada adjectivo. Para isso não bastaria um outro volume igual a este.

1. Tábua 1 (Que-F V_{cop} Adj prep-N₁)

Esta tábua contém 1 440 adjectivos que se constroem com completiva sujeito e, eventualmente, com um A-Compl não frásico (prep-N₁), regido de preposição.

No complemento prep-N₁, o elemento prep pode ser preenchido pelas preposições a, para, da parte de (loc. prep), de, com, por, em e entre. Cada adjectivo é apenas compatível, de um modo geral, com um único A-Compl não frásico, na estrutura em questão. Como, todavia, as preposições regentes deste complemento variam, foram contempladas nas tábuas três possibilidades de as registar, reservando-se dois módulos para as preposições mais relevan-

tes, ou seja, a e para, e ficando o terceiro módulo para as restantes preposições e locução prepositiva mencionadas.

Para facilitar a apresentação dos dados e não sobrecarregar a Tábua 1, esta foi subdividida em três. Assim, na Tábua 1a apresentam-se apenas os adjectivos que aceitam um A-Compl regido de a. Como tais adjectivos podem admitir este complemento regido de outras preposições, a Tábua 1a contém igualmente um módulo destinado à prep. para e ainda um outro para as restantes preposições. Na Tábua 1p registam-se apenas os adjectivos que admitem um A-Compl regido de para. Esta tábua contém igualmente um outro módulo destinado às restantes preposições. Finalmente, na Tábua 1r (uma tábua residual) apresentam-se os adjectivos que podem aceitar eventualmente um A-Compl regido de qualquer outra das referidas preposições (excepto, por tanto, a e para).

Em cada um dos módulos mencionados registam-se, para além da preposição, as quatro propriedades seguintes, determinadas pelo adjectivo, que caracterizam o A-Compl em questão, assim como a estrutura frásica em geral: (i) $N_1 = N_{Oc}$ (i.e., co-referência entre o N do complemento e o SN sujeito da completiva); (ii) $N_1 \neq N_{Oc}$ (i.e., não co-referência entre os referidos constituintes); (iii) $N_1 = N_{hum}$; (iv) $N_1 = N_{-hum}$.

Pelas razões já apresentadas (cf. a subsecção 3.9 do Capítulo II) apenas o módulo destinado ao A-Compl a-N₁, na Tábua 1a, contém a propriedade $N_1 = Pro\ clit$, dependente tanto de $N_1 = N_{hum}$, como de $N_1 = N_{-hum}$. Na subsecção 4.6.2. do Capítulo II foram analisados os aspectos mais gerais de tais A-Compl. Ao comentar

seguidamente as três subtâbuas, aprofundarei aquela análise.

1.1 Tábua 1a (Que-F V_{cop} Adj a-N₁)

Esta tábua contém 132 adjectivos que, a par da completiva sujeito, admitem, pelo menos, um A-Compl regido da prep. a.

1.1.1 A Completiva sujeito

Se tivermos em conta as propriedades da completiva sujeito, podemos dividir os adjectivos desta tábua nas cinco subclasses seguintes:

- (i) os adjectivos comunicável¹, declarável¹, denunciável, difusível, ocultável, participável¹ revelável e transmissível¹ (9 items), que aceitam o facto de que-F (ind+conj) e que-F (ind+conj);
- (ii) adjectivos como abominável, benéfico, custoso, grato, nocivo, prejudicial, útil, etc. (83 items), que são compatíveis com as propriedades o facto de que-F (ind+conj) e que-F conj;
- (iii) os adjectivos comunicável², declarável², participável² e transmissível² (4 items), que são compatíveis apenas com que-F (ind+conj);
- (iv) adjectivos como acessível, conveniente, imperceptível, lícito, necessário, peculiar, recusável, tolerável, etc. (29 items), que apenas admitem que-F conj;
- (v) os adjectivos demonstrável, hipersensível, patente,

perceptível, sensível, ultra-sensível e visível (7 items) que só aceitam que-F_{ind}.

Começemos por analisar as propriedades dos adjectivos das subclasses (i) e (iii), que contêm itens homónimos. Assim, ilustram o comportamento dos itens da subclasse (i) os seguintes exemplos:

- (1) (E+o facto de) que essa escola se(encontra+encontre, encerrada indevidamente é (comunicável¹ + denunciável + participável¹+...) aos órgãos de informação.

Repare-se que se a exemplos como (1) aplicarmos Extraposição da completiva, o conjuntivo parece bastante menos aceitável que o indicativo em Que-F:

- (2) É (comunicável¹+ denunciável + participável¹+...) aos órgãos de informação que essa escola se (encontra +?? encontre) encerrada indevidamente.

Um contexto mais adequado pode, no entanto, aumentar neste caso o grau de aceitabilidade do conjuntivo:

- (3) É (comunicável¹ + denunciável + participável¹ +...) aos órgãos de informação que o director, contra a opinião dos professores, se tenha arrogado o direito de encerrar essa escola para obras.

Há, no entanto, outros contextos sem a elaboração de (3), em que os adjectivos da subclasse (iii), homónimos daqueles, aceitam perfeitamente o conjuntivo em Que-F, mesmo com extraposição desta. Assim, por exemplo:

- (4) Em tais circunstâncias, é (comunicável² + declarável² + participável² +...) ao director_i que (E + ele_i) encerre a escola o mais rapidamente possível.

Acontece, porém, que em exemplos como (4), o indicativo já não parece admitido:

- (5)* Em tais circunstâncias é (comunicável² + declarável² + participável² +...) ao director_i que (E + ele_i) encerra a escola o mais rapidamente possível.

Todavia, se o indicativo for assumido com o valor de futuro em contexto adequado, ele torna-se bastante aceitável:

- (6) Em tais circunstâncias, é (comunicável² + declarável² + participável² +...) ao director_i, por via oficial, que (E + ele_i) (encerra amanhã + encerrará oportunamente) a escola.

Intuitivamente, notamos que existe uma diferença semântica entre os itens comunicável² e participável² em (4) ou (6) e os itens homônimos em (1), (2) ou (3). Nas primeiras frases, estes itens são predicados assertivos (ou de comunicação). Em (4) e (6), os itens ali ocorrentes implicam antes manifestação de vontade. Note-se que neste último caso já não aceitam a sequência o facto de:

- (7) *Em tais circunstâncias é (comunicável² + declarável² + + participável² +...) ao director_i o facto de que (E + + ele_i) (encerre + encerra amanhã + encerrará oportunamente) a escola.

Estas diferenças parecem tornar necessário o desdobramento de tais itens em duas entradas comunicável¹, participável¹, etc., definidos nelas propriedades contidas em (1), (2) e (3); comunicável², participável², etc., caracterizados em (4) e (6). Os primeiros são factivos os segundos não. Os primeiros parecem aceitar tanto $\underline{N_o = N_{oc}}$ como $\underline{N_o \neq N_{oc}}$; os segundos parecem exigir, porém, $\underline{N_o = N_{oc}}$.

Estas diferenças estão, aliás, também presentes nos verbos de que aqueles adjectivos derivam, conforme se pode observar a seguir:

- (8) a. Em tais circunstâncias, pode (comunicar-se + declarar-se + participar-se +...) aos órgãos de informação o facto de que essa escola (foi + tenha sido) encerrada indevidamente.
- b. Em tais circunstâncias, pode (comunicar-se + declarar-se + participar-se +...) ao director_i (E + *o facto de) que (E + ele_i) (encerre + encerra amanhã + encerrará oportunamente) a escola.

Para além das diferenças que acabamos de detectar entre as duas séries de itens homónimos, outras são registadas nas tábuas, como, por exemplo:

- (9) a. Essa escola, é (comunicável¹ + participável¹ + ...) aos
órgãos de informação que se encontra encerrada.
- b. *O director, é (comunicável² + participável² + ...)
que encerre a escola.

Quer dizer, os itens comunicável¹, participável¹, etc., ao contrário dos seus homónimos, permitem a deslocação de N_{OC} para a esquerda da frase.

Observemos agora, através de alguns exemplos, o comportamento dos itens da subclasse (ii), a mais numerosa desta tábua:

- (10) a. É (abominável + grato + prejudicial + ...) a esses alunos o facto de que a escola se (encontra + encontre) encerrada .
- b. É (abominável + grato + prejudicial + ...) a esses alunos_i que (E + eles_i) sejam privados de aulas.

Ilustra, por sua vez, o comportamento sintáctico dos itens da subclasse (iv) o seguinte exemplo:

- (11) É (conveniente + lícito + necessário + ...) aos órgãos de informação (E + * o facto de) que (*duvidam + duvidem) das intenções do Poder.

E, por último, eis um exemplo que põe em destaque o comportamento dos itens da subclasse (V):

- (12) É (demonstrável + sensível + visível + ...) aos órgãos da informação (E + * o facto de) que o Poder (cometeu + *tenha cometido) erros.

Se tivéssemos agora em conta a influência da negação do predicado adjectival na completiva Que-F, verificaríamos que de um modo geral ela determina a inserção do conjuntivo. Contudo, quando o adjectivo admite o

indicativo naquele contexto, a negação permite tanto um modo como outro:

- (13) Não é (comunicável¹ + declarável¹ + participável¹ + sensível + visível + ...) aos órgãos da informação que o Poder (cometeu + tenha cometido) erros.

1.1.2 O complemento preposicional

Passando agora a analisar outras propriedades para além das inerentes à completiva, verifica-se, por exemplo, que alguns itens exigem sempre a presença do A-Compl não frásico, como é o caso de alheio, atribuível, caro¹, consequente, favorável¹, imputável, peculiar, propício, etc.. Eis algumas construções ilustrativas:

- (14) É (atribuível + imputável + propício + ...) (*E + a desleixo) que esses rapazes abandonam a escola.

Por outro lado, tais itens aceitam a deslocação de N_{OC} para a esquerda da frase, assim como de N_{1C}, desde que em lugar dos constituintes deslocados fique uma cópia pronominal adequada:

- (15)a. Esses rapazes_i, é (atribuível + imputável + propício + ...) a desleixo que (*E + eles_i) abandonem a escola.
 b. A escola_i, é (atribuível + imputável + propício + ...) a desleixo que esses rapazes (*E + a_i) abandonem.

1.1.3 A propriedade Que Adj (E + prep N₁) V_{cop} N_O

Conforme esta tábua nos mostra, nem sempre existe relação di-

recta entre as propriedades o facto de que-F e Que Adj (E + prep N₁) V_{cop} N₀, ou seja, entre factividade e emotividade. Assim, adjectivos como aliável, análogo, atribuível, equivalente, etc., são factivos, mas não emotivos:

(16)a. (Atribuível + equivalente +...) a desleixo é o facto de esses rapazes terem abandonado a escola.

b.*Que (atribuível + equivalente +...) a desleixo é o facto desses rapazes terem abandonado a escola!

Estes mesmos itens não permitem, conforme as tábuas atestam, paráfrase verbo-nominal do tipo (causar + evocar) N, pelo menos no plano sintáctico-semântico (e não morfológico):

(17) *(Causa + evoca) (atribuição + equivalência) a desleixo o facto de esses rapazes terem abandonado a escola.

Observa-se, no entanto, que os itens que são não factivos também são não emotivos, como é o caso de acessível, comum, inerente, peculiar, possível, sensível, etc..

1.1.4 Relações de equivalência sintáctica Adjectivo ↔ Advérbio

Alguns adjectivos, tais como necessário, possível e sensível, aceitam as duas variantes de paráfrase adverbial contempladas nas tábuas como se pode ver a seguir:

(18)a. É (necessário + possível) que as coisas corram bem.

b. (Necessariamente + possivelmente) (E + que) as coisas correm bem.

(19)a. É sensível que as coisas melhoraram.

b. Sensivelmente (E + que) as coisas melhoraram.

1.1.5 O adjectivo 'amargo'

O adjectivo amargo pode ser empregado nos sentidos próprio e figurado.

As propriedades sintáticas que o caracterizam são as mesmas em qualquer dos sentidos, excepto no seguinte aspecto:

(20)a. É amargo comer essas maçãs.

b. Essas maçãs (são + estão) amargas de comer.

(21)a. É amargo ouvir essas palavras.

b. Essas palavras (são + *estão) amargas de ouvir.

Por outro lado, (20a)) é geralmente interpretada com amargo no sentido figurado. Em (20b), ou seja após Elevação do objecto (v. a subsecção 3.6. do Capítulo II), este mesmo sentido pode ser veiculado por ser, mas não por estar, que permite analisar o item amargo no sentido próprio. Em (21) só o sentido figurado é possível, motivo por que em b o verbo estar é rejeitado. Apesar destas discrepâncias, não abri duas entradas para o item amargo.

1.2. Tábua 1p (Que-F V_{cop} Adj para-N₁)

Esta tábua compreende 472 adjectivos que são compatíveis com completiva sujeito e um A-Compl não frásico, regido da prep. para ou ainda, eventualmente, de outras preposições já referidas.

1.2.1 A completiva sujeito

Se tivermos em conta as propriedades da completiva sujeito, podemos dividir tais adjectivos em quatro sub-classes:

- (i) adjectivos como aberrante, animador, bom, como-vente, delicioso, educativo, fascinante, horroroso, infame, lancinante, melindroso, opressivo, ridículo, sombrio, tirânico, vexatório, etc., ou seja, a grande maioria (449 itens), que aceitam as propriedades o facto de que-F_(ind-conj) e que-F_{conj};
- (ii) os adjectivos aceitável, admissível, determinante, não económico, facultativo, forçoso, justo, obrigativo, obrigatório, oportuno, optativo, premente, primacial, primordial, proibitivo, proibitório, suficiente e terminante (18 itens) que só admitem que-F_{conj};
- (iii) os adjectivos clarividente, claro, evidente e peremptório (4 itens), que apenas aceitam que-F_{ind}.

(iv) o item óbvio admite tanto que-F_{ind} como que F_{conj}.

Eis alguns exemplos ilustrativos do comportamento dos itens da subclasse (i):

- (1)a. É (aberrante + horroroso + sombrio +...) para (os lisboetas + o prestígio do governo) o facto de que os manifestantes (estão + estejam) a controlar as entradas e saídas da cidade.
- b. É (aberrante + horroroso + sombrio +...) para (os lisboetas + o prestígio do governo) que os manifestantes (*estão + estejam) a controlar as entradas e saídas da cidade.

Exemplificam, por sua vez, o comportamento dos itens da subclasse (ii) as seguintes construções:

- (2) É (admissível + facultativo + obrigatório +...) para os automobilistas_i (E + *o facto de) que (E + eles_i) (*procuram + procurem) economizar gasolina.

Como ilustração do comportamento dos itens da subclasse (iii) temos, por exemplo:

- (3) É (claro + evidente + peremptório +...) para os automobilistas_i (E + *o facto de) que (E + eles_i) (têm + *tenham) de economizar gasolina.

O adjectivo óbvio aceita, porém, os dois modos na completiva Que-F:

- (4) É óbvio para os automobilistas_i (E + *o facto de) que (E + eles_i) (têm + tenham) de economizar gasolina.

Torna-se interessante notar que, mesmo em relação aos adjectivos que admitem indicativo (f. (iii) e (iv)) em Que-F, quando são negados, só o conjuntivo é possível:

- (5) Não é (claro + evidente + óbvio +...) que os automobilistas (*têm + tenham) de economizar gasolina.

1.2.2 Verbos copulativos. Os itens bem e mal

O verbo copulativo usual nesta estrutura é ser. Todavia os itens bem, claro, e mal, além de ser, admitem também estar:

- (6)a. (É + está) (bem + mal) que os comboios paralizem nesse dia.

- b. (É + está) claro que os comboios paralizam nesse dia.

A propósito destes exemplos, algumas dúvidas se podem levantar quanto à inclusão nesta tábua, como adjectivos, portanto, dos itens bem e mal. Poder-se-á perguntar, nomeadamente, se em (6a), por exemplo, tais itens não funcionarão como substantivos, na medida em que admitem o artigo indefinido conforme se regista aliás no módulo etiquetado Nomes, da Tábua 1p. Note-se, no entanto, que no contexto de (6a), tal artigo só é possível com ser e não estar, o que já representa uma diferença considerável:

(7)a. É um (bem + mal) que os comboios paralizem nesse dia.

b. *Está um (bem + mal) que os comboios paralizem nesse dia.

Por outro lado, o item bem só permite Elevação do objecto (cf. a subsecção 3.6 do Capítulo II) quando é encarado como adjectivo, i.e., sem determinante:

(8)a. (É + está) bem resolver essas questões.

b. Essas questões (*são + estão) bem de resolver;

(9)a. (É + *está) um bem resolver essas questões.

b. *Essas questões (são + estão) um bem de resolver.

Note-se que em (9a), estrutura subjacente a (9b), o item bem nem sequer é admitido como substantivo, pois recusa determinante.

Por outro lado, em (8b), o verbo copulativo ser parece pouco aceitável. Contudo, tal verbo é bastante aceitável em frases daquele tipo, cujo sujeito sejam os pronomes isso, isto, aquilo:

(10)a. (Isso + isto + aquilo) é bem de ver.

b. É bem ver (isto + isso + aquilo).

O item mal não aceita, contudo, estas propriedades:

(11)a. (É + está) mal suportar esse frio.

b. *Esse frio (é + está) mal de suportar.

Todavia, frases como (11b), quando o predicado adjectival é negado, tornam-se mais aceitáveis, mas apenas com o copulati

vo estar:

(12)?? Esse frio não está mal de suportar.

Vemos assim que os itens bem e mal (este em menor grau) têm comportamento sintáctico de adjectivos nos contextos analisados. Do ponto de vista morfológico, apenas se distinguem dos adjectivos em geral por serem palavras inflexíveis. Este aspecto não tem, contudo, grande relevância sintáctica.

Devido à inflexibilidade destes itens poder-se-ia pensar em incluí-los na chamada classe dos advérbios. Apesar de esta classe de palavras abranger um grande número de itens que os gramáticos não têm conseguido inserir noutras classes, funcionando assim a classe dos advérbios como uma espécie de "caixote do lixo" de palavras, no dizer de um gramático grego antigo (cf. Crystal, 1973:p.91) não parece que uma propriedade característica de tais itens seja a de funcionarem como predicados de frase completiva, como é o caso de bem e mal.

Note-se que contruções como Possivelmente que ele falta, mencionadas nas tábuas, se afiguram derivadas das construções completivas adjectivais correspondentes.

No entanto, esta questão necessitaria de muita investigação, já que faltam estudos sobre o assunto, mormente sobre o português (v., no entanto, Greenbaum (1969), entre outros, para o inglês).

1.2.3 Complemento preposicional (prep-N₁)

Os adjectivos desta tábua aceitam todos um complemento preposicional, regido de para. Foi esta, aliás, a razão primordial que levou à sua inclusão na Tábua 1p. Em relação a alguns itens, podem no entanto levantar-se dúvidas sobre se para-N₁ não será antes F-Compl, e não A-Compl.

Repare-se que, na grande maioria dos casos, a construção adjectival pode ser parafraseada por uma construção verbal (contendo um verbo de que o adjectivo é, pelo menos, derivado morfológico em que N₁ (do complemento para-N₁) figura como complemento do verbo. Eis alguns exemplos ilustrativos desta relação de equivalência:

(13)a. É (angustiante + comovente + enfadonho + irritante + magador + prestigioso +...) para certos portugueses (E + o facto de) que o F.M.I. nos empreste dinheiro.

b. (Angustia + comove + enfada + irrita + maça + prestigia +...) certos portugueses (E + o facto de) que o F.M.I. nos empreste dinheiro.

Ora, dos 471 adjectivos desta tábua, 376 aceitam o tipo de relação posto em evidência em (13). Tal relação constitui, pois, um teste, entre outros (cf. a subsecção 4.6.2. do Capítulo II), para determinar a natureza de A-Compl de para-N₁.

Na construção adjectival o N₁ do complemento para-N₁ exerce por assim dizer a função de beneficiário (ou, noutros termos, de "lugar psicológico") do processo expresso no predicado adjectival. Repare-se que em (13), apesar da função sintáctica de objecto directo exercida pelo mesmo N₁, a função semântica refe-

rida mantêm-se.

Ora, foi este critério geral que determinou a atribuição da classificação de A-Compl a certos complementos para-N₁ de predicados adjectivais que não apresentam o tipo de relação posta em evidência em (13), conforme acontece nos casos seguintes:

- (14) É (bem + bom + desastroso + estupendo + inglório + profícuo +...) para certos portugueses que o F. M.I. nos empreste dinheiro.

Note-se que, se em exemplos como (14), considerássemos para-N₁ como F-Compl o valor sintáctico-semântico referido perder-se-ia. Uma tal diferença pode ser posta em evidência em termos formais:

- (15)a. (Para + Quanto a + do ponto de vista de) alguma imprensa é (bem + bom + desastroso + estupendo + inglório + profícuo +...) para certos portugueses que o F.M.I. nos empreste dinheiro.
- b. Alguma imprensa considera (bem + bom + desastroso + estupendo + inglório + profícuo +...) para certos portugueses que o F.M.I. nos empreste dinheiro.

Como se vê, em (15a) temos dois complementos para-N₁, o que só se torna possível, visto que cada um deles tem uma função diversa. O primeiro é F-Compl, sendo parafraseável por (quanto a + do ponto de vista de)-N. O segundo é A-Compl, desempenhando a função já referida.

A frase (15b), que constitui uma paráfrase de (15a), põe em destaque a função semântica do N contido no F-Compl desta última construção.

Ora, se o complemento para-N₁ de (14) fosse deslocado para o início da frase, ele passaria a assumir o valor de F-Compl que (15a, b) nos mostram.

Por outro lado, a Tábua 1p regista como alternativa de para-N₁, um A-Compl regido da loc. prep. da parte de-N₁. Eis alguns exemplos:

- (16)a. É (assustador + comovente + deslumbrante + ignominioso + mesquinho + provocatório + tirânico +...) da parte desses senhores_i que (E + eles_i + *vocês) nos obriguem a apertar o cinto.
- b. (Causa + provoca) (susto + comoção + deslumbramento +...) da parte desses senhores_i que eles_i nos obriguem a apertar o cinto.
- c. (Evoca + lembra) (ignomínia + mesquinhez + provocação + tirania +...) da parte desses senhores_i que eles_i nos obriguem a apertar o cinto.

Quer dizer, conforme (16) nos mostra, o N₁ do A-Compl regido da loc. prep. da parte de exerce a função de origem do estado psicológico (ou estado afim) expresso no predicado adjectival.

É neste sentido que a construção adjectival aceita as paráfrases verbo-nominais expressas em (16b, c). Tal complemento, conforme (16a) nos mostra, exige N₁=N_{oc}.

Para alguns adjectivos da Tábua 1p, apesar de aceitarem o complemento da parte de N_1 , este não foi registado sempre que des admitiam outro A-Compl, regido de outra preposição, como, por exemplo:

- (19)a. É (compensador + desorientador + esclarecedor +...) da parte do clube_i que ele_i dispense certos sócios de pagarem as quotas.
- b. É compensador dos esforços despendidos que o clube dispense certos sócios de pagarem as quotas.
- c. É (desorientador + esclarecedor) da actuação dos delegados que o clube dispense certos sócios de pagarem as quotas.

Nestes casos só o complemento de- N_1 foi registado, por falta de espaço.

1.2.4. Relações de equivalência entre construção adjectival e construção adverbial

Muitos adjectivos desta tábua dão origem à formação de advérbios em -mente. Só foram, porém, registadas as construções adverbiais equivalentes sintácticas das construções adjectivais. Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (20)a. É (aberrante + construtivo + enternecedor + lisonjeiro + provocatório +...) que o clube dispense alguns sócios de pagarem as quotas.
- b. (Aberrantemente + construtivamente + enternecedoramente + lisonjeiramente + provocatoriamente +...), o clu-

Como se pode ver nas Tábuas, existe uma correlação entre as propriedades postas em evidência em (16) e o valor e motivo dos adjectivos em causa. De facto os adjectivos não emotivos, i.e., que não aceitam a propriedade Que Adj (E + prep N₁) V_{cop} N₀, também não admitem o complemento da parte de N₁, conforme se pode ver a seguir:

(17)a. É (admissível + capital + facultativo + primordial + ...) (E + *da parte do clube_i) que ele_i obrigue os associados a pagar as quotas.

b. *Que (admissível + capital + facultativo + primordial + ...) é que o clube obrigue os associados a pagar as quotas!

Escusado será demonstrar que adjectivos como os de (17) também não admitem paráfrase verbo-nominal do tipo (causar + evocar)-N.

No entanto, alguns adjectivos que aceitam o complemento da parte de-N₁ não permitem no entanto esta paráfrase, por impossibilidade lexical. Isto é, ou não existe para o adjectivo o substantivo morfológicamente equivalente, ou então tal substantivo não é seu equivalente sintáctico:

(18)a. É (construtivo + bestial + funesto + nefando + + patético + tocante + ...) da parte do clube_i que ele_i dispense certos sócios de pagarem as quotas.

b. Evoca (*construção + *bestialidade + ? + ? + ? + + ? + ...) da parte do clube_i que ele_i dispense certos sócios de pagarem as quotas.

be dispensa alguns sócios de pagarem as quotas.

(21)a. É (aceitável + bom + excessivo + horrível + precioso + terrível +...) que o clube dispense alguns sócios de pagarem as quotas.

b.*(Aceitavelmente + boamente + excessivamente + horrivelmente + preciosamente + terrivelmente +...), o clube dispensa alguns sócios de pagarem as quotas.

Como é evidente, apesar de os advérbios mencionados em (21b) existirem, tal construção não é possível e, por isso, não pôde ser registada.

Escusado será dizer que muitos adjectivos da Tábua 1p não aceitam a formação de advérbio em -mente, como é o caso de bem, capital, determinante, mal, ridículo, vital¹, etc., motivo por que a paráfrase adverbial com a forma em -mente é impossível. As tábuas não distinguem, contudo, entre esta impossibilidade morfológica e a referida impossibilidade sintáctica.

1.3. Tábua 1r (Que-F V_{cop} Adj prep y-N₁)

Nesta tábua estão registados 836 adjectivos que se constroem com completiva sujeito e, eventualmente, com um A-Compl não frásico (prep y-N₁), regido da loc. prep. da parte de ou das preposições com, de, em, entre e por.

1.3.1. A completiva sujeito

Tendo em consideração as propriedades da completiva sujeito, os itens desta tábua podem agrupar-se nas quatro subclasses seguintes:

- (i) os adjectivos abafável, alegável, curioso, dissimulável, inédito, invocável, novo-neg e secreto (8 itens), que admitem as propriedades o facto de que-F(ind+conj) e que-F(ind+conj)
- (ii) adjectivos como abusivo, bonito, condenável, despótico, estranho, feio, genial, hediondo, idiota, lamentável, maquiavélico, original, patriótico, reprovável, sádico, torpe, utópico, etc., ou seja, a grande maioria dos itens desta tábua (676) admitem o facto de que F(ind+conj) e que-Fconj;
- (iii) os adjectivos corrente, explícito, falso, ilusório², imaginável, inexacto, negável, refutável, etc. (13 itens), que aceitam que-F(ind+conj);
- (iv) adjectivos como crível, desejável, frequente, habitual, imperioso, legítimo, plausível, razoável, sustentável, tradicional, usual, vulgar, etc. (92 itens) que se constroem com que-Fconj;
- (v) adjectivos como apreensível, certo¹, exacto, inegável, líquido, nítido, ostensivo, palpável, tangível, verídico, etc. (47 itens) que apenas aceitam que-Find.

Observemos pois, o comportamento sintáctico dos itens das diferentes subclasses através de alguns exemplos:

- (1) É (alegável + curioso + inédito +...) (E + o facto de) que alguns partidos (enfrentam + enfrentem) uma grande desmobilização.
- (2)a. É (abusivo + condenável + original +...) o facto de que o ministério sem mais nem menos (encerra + encerre) as escolas.
- b. É (abusivo + condenável + original +...) que o ministério sem mais nem menos (*encerra + encerre) as escolas.
- (3) É (falso + inexacto + negável +...) (E + *o facto de) que o ministério sem mais nem menos (encerra + encerre) as escolas.
- (4) É (crível + habitual + plausível +...) (E + * o facto de) que alguns partidos (*enfrentam + enfrentem) uma grande desmobilização.
- (5) É (exacto + nítido + tangível +...) (E + *o facto de) que alguns partidos (enfrentam + *enfrentem) uma grande desmobilização.

Quando analisamos a incidência da negação do predicado adjectival sobre os modos da completiva Que-F, verifica-se o seguinte:

- a) a grande maioria dos adjectivos exige nesse caso a inserção do conjuntivo, excepto assinalável², contestável², impercebível, imperscrutável, inexacto e inobservável, que só permitem o indicativo;

- b) os adjectivos compatíveis com que-F_{ind}, ou seja, os itens das subclasses (i), (iii) e (v), quando negados, aceitam tanto o conjuntivo como o indicativo; exceptuam-se, no entanto, curioso, indiscutível², indubitável, insofismável, irrecusável, irrefutável, proverbial, real, vigente e vigorante², que só permitem o conjuntivo em semelhante contexto.

Eis alguns exemplos ilustrativos das duas situações de excepção:

- (6) Não é (impercebível + inexacto + inobservável +...) que o ministério (fechou + *tenha fechado) essas escolas.
- (7) Não é (curioso + indubitável + proverbial +...) que a Eduarda (*sorri + sorria).

Em casos como os de (6), em que o adjectivo tem prefixo negativo, a inaceitabilidade do conjuntivo é compreensível, dado que não^{V_{cop}} in-Adj $\equiv$ ^{V_{cop}} Adj. Ora Adj pede neste caso o indicativo. O item semi-histórico não aceita negação.

1.3.2 Verbos copulativos

Alguns adjectivos desta tábua, além do habitual copulativo ser, aceitam também estar, como sucede com certo¹, coerente, concordante¹, concorde¹, congruente¹ e correcto^{1,2}. Os itens certo², dependente, explícito, implícito e pendente rejeitam o copulativo ser e só admitem estar. Eis alguns exemplos que ilustram um caso e outro:

- (8)a. (É + está) (certo¹ + correcto² +...) que o presidente chega na próxima semana.

- b. ($\bar{E}$ + $\bar{est\acute{a}}$) (coerente + concordante¹ + ...) com o protocolo que o presidente receba no aeroporto o chefe desse governo.
- (9)a. ($*\bar{E}$ + $\bar{est\acute{a}}$) (dependente + pendente + ...) despacho ministerial que esse imposto seja anulado.
- b. ($*\bar{E}$ + $\bar{est\acute{a}}$) (explícito + implícito + ...) no regulamento que uma tal falta ($\bar{e}$ + $\bar{seja}$) punida.

1.3.3. Desdobramento de entradas

Esta tábua contém um número razoável de itens em desdobramento, como, por exemplo, assinalável^{1,2}, certo^{1,2}, contestável^{1,2}, correcto^{1,2}, indiscutível^{1,2}, natural^{1,2}, notável^{1,2} e provável^{1,2}, além daqueles que têm uma entrada nesta tábua e outra numa tábua diferente e que por agora deixarei de lado.

Analisemos, pois, as diferenças sintáctico -semânticas entre estes itens homónimos, através de alguns exemplos ilustrativos:

- (10)a. $\bar{E}$ (assinalável¹ + notável¹) ($\bar{E}$ + o facto de) que o homem (conseguiu + tenha conseguido) chegar à Lua.
- b. $\bar{E}$ (assinalável¹ + notável¹) que o homem tenha conseguido chegar à Lua.
- c. Que (assinalável¹ + notável¹) é que o homem tenha conseguido chegar à Lua!

d. (Assinalavelmente + notavelmente), o homem conseguiu chegar à Lua.

(11)a. É (assinalável² + notável²) que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo.

b. *Que (assinalável² + notável²) é que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo!

c. Pode ser (assinalado + notado) (E + pelos lisboetas) que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo.

d. *(Assinalavelmente + notavelmente), esse porta-aviões encontra-se fundeado no Tejo.

Quer dizer, assinalável¹ e notável¹ são predicados factivos e emotivos, ao passo que assinalável² e notável² não o são. Aparentemente tais diferenças sintácticas parecem corresponder a uma diferenciação semântica entre os dois itens homónimos. Assinalável¹ e notável¹ teriam o sentido, aproximadamente, de "digno de distinção", ao passo que assinalável² e notável² significariam antes "que se pode assinalar ou indicar". Todavia, no caso de assinalável¹ e notável¹ pode existir ambiguidade, sobretudo quando a sequência o facto de está presente, conforme sucede em (10a), onde as duas mencionadas leituras são admissíveis.

Por outro lado existe uma propriedade não mencionada nas tábuas que distingue assinalável¹ de assinalável².

Embora os dicionaristas não registem tal regência, o item assinalável² aceita um A-Compl regido da prep. a, conforme sucede, aliás, com o verbo assinalar:

(12)a. É assinalável² à população de Lisboa que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo.

b. A rádio assinalou à população de Lisboa que esse porta-aviões pode ser visitado.

Esta regência não é de modo nenhum compatível com assinalável¹. Por tal motivo o item assinalável² poderia ter antes entrada na Tábua 1a.

Com excepção de provável^{1,2}, que é sempre não factivo e não emotivo, os outros itens referidos apresentam diferenças sintácticas semelhantes às que ocorrem entre assinalável¹ e assinalável², conforme é posto em evidência nas tábuas e se pode ver a seguir através de mais alguns exemplos:

(12)a. Está (certo² + correcto¹) o facto de que esse porta-aviões se (encontra + encontre) fundeado no Tejo.

b. Está (certo² + correcto¹) que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo.

c. Que (certo² + correcto¹) está que esse porta-aviões se encontre fundeado no Tejo.

(13)a. Está (certo¹ + correcto²) que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo.

b. *Que (certo¹ + correcto²) está que esse porta-aviões se encontra fundeado no Tejo!

c. Não está (certo¹ + correcto²) que esse porta-aviões se
(encontra + encontre) fundeado no Tejo.

Certo² e correcto¹ implicam, por conseguinte, uma opinião de assentimento ou concordância valorativa da parte do sujeito falante em relação ao facto contido na completiva.

Certo¹ e correcto², pelo contrário, implicam apenas que a completiva é verdadeira, quando são afirmados, como em (13a), ou falsa, quando negados, como em (13c).

Confirmações semelhantes às que acabo de referir poderiam também ser feitas a propósito dos outros itens. Assim, do ponto de vista semântico, contestável¹, que é factivo e emotivo, significa "susceptível de contestação", enquanto contestável², não factivo e não emotivo, tem o sentido de "negável".

Indiscutível¹, que é factivo, significa "insusceptível de discussão, que não pode ser discutido". Indiscutível², não factivo, tem o sentido de "indubitável, sem sombra de dúvida" e pode ser parafraseado pelo advérbio derivado em -mente.

Natural¹ e normal¹, que são factivos e emotivos, significam aproximadamente "sem artifício, espontâneo", ao passo que natural² e normal², não factivos e não emotivos, implicam antes probabilidade. Provável¹ e provável² são ambos não factivos e não emotivos. O primeiro tem valor modal de possibilidade, enquanto o segundo pode ser parafraseado por "demonstrável".

Em relação às entradas desta tábua verifica-se ainda que alguns adjectivos apenas estão registados na forma negativa, ou seja,

com o modificador adverbial não, como é o caso de novo, pensável e universitário. Provavelmente outras formas do mesmo teor poderiam ter sido registadas e não o foram. Por um lado, itens como universitário, quando na forma afirmativa, apresentam as propriedades dos adjectivos não predicativos, as quais foram salientadas na subsecção 4.5.1. do Capítulo I. Todavia, quando se encontram na forma negativa, tais itens aceitam razoavelmente uma completiva como sujeito. Outros itens do mesmo género, como é o caso de académico, gramatical, histórico, pedagógico, psicológico, regimental, etc., itens registados nesta tábua, admitem razoavelmente completiva sujeito, mesmo na forma afirmativa.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

(14)a. É académico os estudantes usarem capa e batina.

b. É histórico que Cristovão Colombo descobriu a América.

c. ?É psicológico os negociadores observarem os adversários antes das conversações.

(15)a. *É (novo + pensável) que o ministério feche certas escolas.

b. Não é (novo + pensável) que o ministério feche certas escolas.

1.3.4. O complemento preposicional

Muitos adjectivos desta tábua aceitam um A-Compl regido da loc. prep. da parte de ou então das preposições com, contra, de, em, entre e por. Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (17)a. É (amável + elegante + idiota + onírico + prudente + +...) da parte do ministro_i que ele_i tenha feito tais declarações.
- b. É (coadunável + condicente + consentâneo + contraditório +...) com as preocupações do governo que a assembleia aprove essas leis.
- c. É atentatório contra os direitos humanos que as pessoas sejam presas por motivos políticos.
- d. É (certificativo + demonstrativo + expressivo + indicativo +...) de descontentamento que as mulheres decidam realizar tal manifestação.
- e. É (corrente + preponderante + usual +...) em certos países que os contestatários sejam perseguidos.
- f. É (frequente + predominante + vigente +...) entre os árabes que as mulheres usem véu.
- g. É (acatável + condenável + repudiável +...) por muitos países que terceiros lhes imponham regras de conduta.

Em relação a certos complementos regidos de em e entre, como em (17e) e (17f), respectivamente, pode por vezes pôr-se em dúvida se eles serão na verdade A-Compl. Todavia, tais com-

plementos parecem intimamente ligados ao adjetivo. A sua deslocação para fora do predicado adjectival provoca em geral alteração de significado.

2. Tábua 2 (N_O V_{cop} Adj a que-F)

Esta tábua agrupa um pequeno número de adjectivos (50), que aceitam como sujeito um SN de estrutura não frásica, contendo N_{hum} e/ou N_{-hum}, e como complemento frásico uma completiva Que-F e/ou infinitiva regidas da prep. a. Se tomarmos como critério de classificação as propriedades N_O=N_{OC} (isto é, a co-referência entre o sujeito da frase matriz ou subordinante e o da frase subordinada) e N_O≠N_{OC} (ou seja, a não co-referência entre os mencionados sujeitos), podemos dividir os itens desta tábua em três subclasses:

- (i) a dos adjectivos como apto, atento^{1,2}, avesso, prestável², pronto¹, etc., ou seja, 14 itens, que aceitam tanto N_O=N_{OC} como N_O≠N_{OC};
- (ii) a dos adjectivos como arisco, especial, esquivo, persuadível, prestes, pronto² e tendente², ou seja, 7 itens, que apenas admitem N_O=N_{OC};
- (iii) a dos adjectivos como adverso, alheio, alusivo, anterior, atribuível, favorável^{1,2}, hostil, etc., isto é, a grande maioria (29 itens), que apenas aceitam N_O≠N_{OC}.

Por outro lado, com excepção apenas de atento^{1,2}, os adjectivos desta tábua que aceitam a propriedade $N_O = N_{OC}$ não apresentam, com tal construção, completiva Que-F atestada, mas apenas infinitiva:

- (1)a. *Os rapazes_i estão aptos a que (E + eles_i) joguem futebol.
- b. Os rapazes estão aptos a (jogar + jogarem) futebol.
- (2)a. *Essas pessoas_i estão prestes a que (E + elas_i) entrem na sala.
- b. Essas pessoas_i estão prestes a (entrar + entrarem) na sala.

Até certo ponto, os adjectivos persuadível e sujeitável parecem aceitar relativamente a completiva Que-F, mesmo no caso de $N_O = N_{OC}$, desde que a subordinada contenha modais como ter de, dever, etc.:

- (3)a. *Essas pessoas são (persuadíveis + sujeitáveis) a que (abandonam + abandonem + abandonarão) a sala.
- b. ?Essas pessoas são (*persuadíveis + sujeitáveis) a que (tenham de + devam) abandonar a sala.
- c. ?Essas pessoas são (persuadíveis + *sujeitáveis) a que (terão de + deverão) abandonar a sala.

Todavia, estes dados não foram incluídos na Tábua 2, não apenas porque as propriedades que abrangem modais como ter de, dever, poder, etc., não foram de um modo geral inseridas nas tábuas, conforme já salientei, mas também porque frases como

(3b,c) não são plenamente aceitáveis.

Em relação aos sete itens que apenas admitem construções do tipo $N_o = N_{oc}$ com infinitiva podem mesmo levantar-se dúvidas quanto à justeza da sua inclusão na Tábua 2, já que não aceitam em caso algum a propriedade definidora desta tábuia (N_o V_{cop} Adj a que F). Adjectivos como a-risco, especial, esquivo e prestes parecem mesmo constituir um argumento contra a hipótese sustentada na subsecção 3.1. do Capítulo II, segundo a qual as infinitivas são derivadas das completivas Que-F. Ou então poder-se-ia objectar que o complemento a-V_{-inf} de tais adjectivos não constitui verdadeiramente um A-Compl. Todavia, quando a tais complementos aplicamos os critérios definidos na subsecção 2.6.1. do Capítulo II, o balanço parece favorável a que os consideremos como A-Compl:

- (4)a. "Consagraram, no seu idioma, um vocábulo especial a exprimir o respeito e lealdade da nação à coroa" (Rui Barbosa, apud F. Fernandes 1964p 177).
- b. Essas pessoas têm sido (ariscas + esquivas) a (deixar-se + deixarem-se) manipular.
- c. O ciclo imperial está prestes a terminar.

Em qualquer dos casos, o complemento a-V_{-inf} não é deslocável nem parafraseável por construções que denunciem outro valor que não o de completiva.

Os outros adjectivos desta série, ou seja, pronto² e tendente² levantam o problema da justificação do desdobramento de entradas.

As seguintes construções põem em destaque algumas propriedades que mostram a necessidade de distinguir dois itens homônimos (pronto¹ e pronto², tendente¹ e tendente²):

- (5)a. (Essas raparigas +*as bolas) estão prontas¹ a iniciar a partida.
- b. (Essas raparigas_i + *as bolas) estão prontas¹ a que as_i destaquemos para a equipa dos encarnados.
- (6)a. (A sopa +?a Eduarda) está pronta² a servir.
- b. (*A sopa_i + ? a Eduarda_i) está pronta² a que a_i sirva mos.
- (7)a. A situação económica (é + está) tendente¹ a agravar-se.
- b. A situação económica (é + está) tendente¹ a que os problemas sociais se agravem.
- (8)a. Muitas pessoas (*são + estão) tendentes² a restringir o consumo de certos produtos.
- b. *Muitos trabalhadores_i (são + estão) tendentes² a que (E + eles_i + os governantes) reduzam certas importações.

Como nos mostram (5a,b) e (7a,b), respectivamente, pronto¹ e tendente¹ aceitam construções quer com $N_O = N_{Oc}$, quer com $N_O \neq N_{Oc}$, ao passo que os seus congêneres de (6a,b) e (8a,b) apenas admitem $N_O = N_{Oc}$. Por outro lado, pronto¹ e tendente² apenas aceitam $N_O = N_{hum}$, enquanto pronto² e tendente² se constroem com $N_O = N_{-hum}$. Repare-se que se (6a) se construir com $N_O = N_{hum}$ (cf. ?A Eduarda está pronta a servir), tal frase passa a ter pronto¹

e não ponto². De facto, em tal construção $N_o = N_{hum}$ é interpretado como sujeito de V_{-inf} e não como objecto, tal como sucede quando $N_o = N_{hum}$ (cf. A sopa está pronta a servir), a não ser que aquela construção seja interpretada no sentido figurado, em que $N_o = N_{hum}$ passe a ser objecto lógico (cf. A Eduarda está pronta a ser servida). Pronto¹ e tendente² têm, por conseguinte, valor activo, implicam voluntariedade, ao passo que pronto² e tendente¹ apresentam valor não activo.

Por outro lado, pronto¹ só admite construções com $N_o \neq N_{oc}$, desde que se verifiquem certas restrições de projecção (ou co-referência) entre N_o e N_{1c} , como (5b) nos mostra. Se tal restrição se não verificar, a frase torna-se inaceitável:

(9) ?*A Eduarda está pronta a que nós sirvamos a sopa.

Frases como (9) só se tornam aceitáveis desde que a mencionada restrição ou outra semelhante, como, por exemplo $N_o = N_{2c}$ (co-referência entre o sujeito da oração subordinante e o objecto indirecto da oração subordinada) esteja pelo menos implícita. Esta restrição poderia, contudo, ser explicitada do seguinte modo:

(10) A Eduarda₁ está pronta a que nós lhe₁ sirvamos a sopa.

Ou então, (9) poderia ainda ser aceite, desde que interpretada com qualquer outra restrição de projecção do mesmo género:

- (11) A Eduarda_i está pronta a que nós sirvamos a sopa em vez dela_i.

Na Tábua 2 apenas foi possível incluir a restrição mencionada em (5b), ou seja, $N_o = N_{1c}$. Repare-se que o segundo elemento da co-referência (N_{1c} ou N_{2c} ou qualquer outro, como em (11)) tem de ser pronome pessoal clítico (N_{1c} em (5b), e N_{2c} em (10)), ou então qualquer outra forma adequada de pronome pessoal (cf. 11).

Em suma, se na Tábua 2, conforme sucede aliás com casos semelhantes de outras tábuas, não tivéssemos admitido entradas distintas para pronto¹ e pronto², tendente¹ e tendente², ou ainda favorável¹ e favorável² e prestável¹ e prestável², não seria possível registar fenómenos do género dos que acabo de apontar. O desdobramento operado em prestável¹ e prestável², é semelhante aos que já referi. Prestável¹ apenas aceita $N_o \neq N_{oc}$ e $N_o = N_{-hum}$, ao passo que prestável² admite tanto $N_o = N_{oc}$ como $N_o \neq N_{oc}$, desde que contenham $N_o = N_{hum}$, conforme se pode ver a seguir:

- (12)a. A situação actual é prestável¹ a que certas contestações proliferem.

- b. *A situação actual é prestável¹ a desencadear lutas pelo poder.

- (13)a. Certos governantes são prestáveis² a que a situação económica se degrade.

- b. Certos governantes são prestáveis² a (imiscuir-se + imiscuirem-se) nos negócios alheios.

Em relação a favorável¹ e favorável² podem, no entanto, levantar-se algumas dúvidas sobre a legitimidade de abrir duas entradas, já que ambos os itens apenas admitem $N_o \neq N_{oc}$. Três propriedades distinguem, contudo, favorável¹ de favorável². O primeiro item aceita N_{-hum} , e não N_{hum} , como favorável², e admite ainda o verbo copulativo, estar, ao contrário do seu homônimo, assim como a parafrase verbal com equivaler como se pode verificar a seguir;

- (14) a. A situação actual (é + está) favorável¹ a que certas contestações proliferem.
- b. *A situação actual é favorável¹ a desencadear lutas pelo poder.
- c. A situação actual favorece que certas contestações proliferem.
- (15) a. Certos políticos (são + *estão) favoráveis² a que Portugal entre no Mercado Comum.
- b. *Certos políticos (são + *estão) favoráveis² a (entrar + entrarem) num governo presidencialista.
- c. *Certos políticos favorecem que Portugal entre no Mercado Comum.

Tais diferenças parecem-me, pois, justificar plenamente o desdobramento operado.

Como se vê, favorável¹ e prestável¹ assemelham-se, na medida em que ambos admitem apenas $N_o = N_{oc}$ com $N_o = N_{-hum}$, em que este tem naturalmente valor não activo.

No entanto, favorável² e prestável² diferem, na medida em que o último aceita quer $N_o = N_{oc}$, quer $N_o \neq N_{oc}$, desde

que $N_o = N_{hum}$, e o segundo, com sujeito idêntico, apenas permite $N_o \neq N_{oc}$. Tal diferença parece relacionar-se, de certo modo, com o valor não activo de prestável², em face do valor activo (i.e., manifestação de vontade) de favorável².

Também o adjectivo atento teve de ser desdobrado em duas entradas. Estar atento¹ a pode ser parafraseado por prestar atenção a e estar atento² a, por estar à espera de. Como a Tábua 2 nos mostra, as propriedades sintácticas de um item e doutro não coincidem. Os exemplos seguintes ilustram algumas das diferenças:

- (16)a. Os analistas estão atentos¹ a (E + o facto de) que tais negociações (prosseguem + *prossigam).
- b. Os analistas estão atentos¹ a (*E + o facto de) (tais negociações + elas) prosseguirem.
- (17)a. Os analistas estão atentos¹ a (E + o facto de) que (?interpretam + interpretaram + costumam interpretar) mal os dados.
- b. *Os analistas estão atentos¹ a (E + o facto de) que (interpretam + tenham interpretado + costumem interpretar) mal os dados.
- c. Os analistas estão atentos¹ a (*E + o facto de) (*interpretar + ?interpretarem + *ter interpretado + terem interpretado + *costumar interpretar + costumarem interpretar) mal os dados.

Como se vê, o item atento¹ admite factiva e completiva, mas an

bas apenas no indicativo, tanto no contexto $N_o \neq N_{oc}$ (cf. 16a), como no caso de $N_o = N_{oc}$ (cf. 17a,b). Por outro lado, nestes mesmos contextos só a factiva é redutível ao infinitivo (cf. respectivamente (16b) e (17c), mas sempre flexionado, mesmo no caso de $N_o = N_{oc}$.

Todavia, no contexto $N_o = N_{oc}$, observam-se determinadas restrições de tempo-aspecto que não ocorrem no caso de $N_o \neq N_{oc}$. Assim, naquele contexto o presente pontual, quer da factiva, quer da completiva, quer ainda da infinitiva, é pouco compatível com o presente do predicado adjectival (cf., respectivamente, ?interpretam, em (17a), e ?interpretarem, em (17c)). Num caso ou noutro é mais bem aceite o pretérito ou o presente não pontual (com o aspectual costumar por exemplo).

Analisemos agora o comportamento de atento² em relação às mesmas propriedades:

(18)a. Essas crianças estão atentas² a (E + *o facto de) que os pais lhes (*dão + dêem) tudo.

b. Essas crianças estão atentas² a (E + *o facto de) os pais lhes darem tudo.

(19)a. Esses atletas estão atentos² a (E + *o facto de) que (*ganham + ganhem) a volta para entrarem no campeonato europeu.

b. Esses atletas estão atentos² a (E + *o facto de) (ganhar + ganharem) a volta para entrarem no campeonato europeu.

Verifica-se assim que atento² não é compatível com factiva, admite conjuntivo na completiva e aceita redução

desta à infinitiva, tanto no contexto $N_o \neq N_{oc}$ (cf. 18 a,b), como no caso de $N_o = N_{oc}$ (cf. 19a,b), podendo o infinitivo ser flexionado ou não.

Resta-nos, por último, analisar o problema da redução de que-F (ind + conj) a oração infinitiva, no caso dos itens que aceitam $N_o \neq N_{oc}$. Em relação aos que admitem apenas $N_o = N_{oc}$ já vimos que não se pode falar propriamente de redução, já que não apresentam completiva Que-F atestada. De um modo geral, tais itens aceitam tanto o infinitivo flexionado como o não flexionado (cf., v.g., os exemplos (2b) e (4b)).

Quanto aos adjectivos que permitem a construção $N_o \neq N_{oc}$, verifica-se que, se exceptuarmos apenas atento¹, apto e pronto¹, por razões já parcialmente salientadas, todos os restantes aceitam a redução ao infinitivo, sempre flexionado, embora com sufixo Ø no caso da 1ª. e 3ª. pessoa do singular, já que $N_{oc} \neq N_o$. Nalguns casos a oração infinitiva é, contudo, mais aceitável quando contém auxiliares modais, como poder, ter de, etc., conforme se pode verificar a seguir:

- (20)a. ?Essas pessoas são (adversas + avessas + contrárias + + hostis +...) a nós jogarmos futebol ao domingo.
- b. Essas pessoas são (adversas + avessas + contrárias + + hostis +...) a nós (podermos + termos de +...) jogar futebol ao domingo.

Todavia, uma tal propriedade, que implica a inserção de modais, não foi incluída nas tábuas, conforme já salientei. Apesar da aceitabilidade relativa de frases como (20a), assi-

nalei positivamente a redução ao infinito no caso de itens como adverso, avesso, etc., já que de qualquer modo, se contiverem modais, a redução é plenamente aceitável.

3. Tábua 3 (N_o V_{con} Adj de que-F)

Nesta tábua registam-se 163 adjectivos que se constroem com completiva que-F e/ou infinitiva, regidas da prep. de. O sujeito de tais adjectivos compreende, como na tábua anterior, um SN de estrutura não frásica, contendo N_{hum} e/ou N_{-hum}.

Se, tal como na tábua anterior, destacarmos as propriedades $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$, poderemos determinar três subclases de adjectivos dentro da Tábua 3:

- (i) a dos itens como ansioso, atônito, carecente, ciente, desconhecedor, impaciente, merecedor, pressuroso, radiante, ufano, etc. ou seja, 61 adjectivos, que permitem tanto $N_o = N_{oc}$ como $N_o \neq N_{oc}$;
- (ii) a dos adjectivos como capaz^{1,2}, curioso, contrito, perto, próximo, etc., em número de 9, que apenas admitem $N_o = N_{oc}$;
- (iii) a dos adjectivos como abonatório, causador, comemorativo, dependente, ilustrativo, pressagioso, proveniente, resultante, etc., isto é, a grande maioria (93 itens), que só se constroem com $N_o \neq N_{oc}$.

É interessante notar que na subclasse (i), 50 adjetivos aceitam como N_O sujeito apenas N_{hum} , 9 aceitam quer N_{hum} , quer N_{-hum} e 2 apenas permitem N_{-hum} .

Quanto aos adjetivos da subclasse (ii), 5 itens só admitem como sujeito N_{hum} e 4 permitem tanto N_{hum} como N_{-hum} .

De entre os adjetivos da subclasse (iii), 78 itens apenas são compatíveis com N_O sujeito /não humano/, só 9 se constroem com N_{hum} e 6 aceitam tanto N_{hum} como N_{-hum} .

Os adjetivos que aceitam como N_O sujeito substantivos /humanos/ são, pois, aqueles que contêm um maior número de propriedades sintáticas. Pelo contrário, os adjetivos que só admitem como sujeito substantivos /não humanos/, a grande maioria, aliás, dos itens da Tábua 3, são mais pobres em propriedades. Por outro lado ainda, de entre os adjetivos que admitem $N_O = N_{OC}$, nenhum deles é exclusivamente compatível com $N_O = N_{-hum}$.

Analisemos agora o comportamento sintático daqueles itens que de algum modo admitem a propriedade $N_O = N_{OC}$, ou seja, os adjetivos da subclasse (i) e (ii) atrás mencionadas.

Por um lado, dos 61 itens da subclasse (i) apenas 28 deles apresentam uma completiva Que-F atestada no contexto $N_O = N_{OC}$.

No contexto $N_O \neq N_{OC}$ todos eles admitem, porém, completiva Que-F. Por outro lado, os 19 itens da subclasse (ii) só admitem, no entanto, oração infinitiva. Estes itens levantam, por conseguinte, as mesmas objecções dos adjetivos congêneres da Tábua

bua 2, já analisadas na secção anterior.

Uma das dúvidas relaciona-se naturalmente com o valor de complemento da infinitiva. Será esta, na verdade, A-Compl ou F-Compl?

Neste aspecto, não são talvez os itens que apenas aceitam o contexto $N_O = N_{OC}$ com infinitiva os que poderão suscitar maiores dúvidas quanto à natureza do complemento infinitivo. Outros adjectivos que aceitam não só aquele contexto, mas também $N_O \neq N_{OC}$, podem levantar ainda mais objecções. Analisemos, pois, um exemplo de cada tipo, ou seja, os itens curioso e feliz:

- (1)a. Essas pessoas estão curiosas de (saber + saberem) o que se passou em tal reunião.
- b. *Essas pessoas estão curiosas de que saibam o que se passou em tal reunião.
- (2)a. Algumas crianças estão felizes de (ver + verem) os brinquedos funcionar.
- b. *Algumas crianças estão felizes de que (vêem + vejam) os brinquedos funcionar.

Aparentemente, tanto curioso como feliz parecem aceitar apenas infinitiva, regida da prep. de, enquanto rejeitam claramente Que-F. Todavia, se aplicarmos alguns dos critérios definidos na subsecção 2.6.1. do Capítulo II, poderemos ser levados a pensar que a infinitiva do item

curioso é completiva, ao passo que a do adjectivo feliz é antes uma causal.

Assim concluiríamos, se recorressemos apenas aos testes de deslocação e paráfrase conjuncional:

(3)a. *De (saber + saberem) o que se passou, essas pessoas estão curiosas.

b. De (ver + verem) os brinquedos funcionar, algumas crianças estão felizes.

(4)a. ?*Essas pessoas estão curiosas, porque sabem o que se passou.

b. Algumas crianças estão felizes, porque vêem os brinquedos funcionar.

Se aprofundarmos, no entanto, esta análise, recorrendo a outros testes mencionados em parte na subsecção 2.6.1. do Capítulo II, poderemos reforçar não só a conclusão de que a infinitiva de itens como curioso é realmente completiva, mas também a intuição de que a infinitiva de adjectivos como feliz não é pura e simplesmente causal, ou seja, F-Compl, mas antes A-Compl. Observemos, pois:

(5)a. Essas pessoas têm curiosidade de (saber + saberem) o que se passou.

b. *De (saber + saberem) o que se passou, essas pessoas têm curiosidade.

c. ?*Essas pessoas têm curiosidade, porque sabem o que se passou.

- (6)a. Algumas crianças têm a felicidade de (ver + verem) os brinquedos funcionar.
- b. *De (ver + verem) os brinquedos funcionar, algumas crianças têm a felicidade.
- c. ??Algumas crianças têm a felicidade, porque vêem os brinquedos funcionar.

Quando parafraseamos, pois, o predicado adjectival por uma locução verbo-nominal sensivelmente sinónima, como em (5a) e (6a), e efectuamos depois a deslocação, como em (5b) e (6b), ou a paráfrase causal, como em (5c) e (6c), já não encontramos diferença, em qualquer dos casos, quanto à natureza do complemento (completivo) de tal locução. Continuemos, porém, a observar:

- (7)a. ??Essas pessoas estão curiosas de que os ovnis apareçam.
- b. *Essas pessoas estão curiosas de os ovnis aparecerem.
- (8)a. Algumas crianças estão felizes de que os pais lhes tenham mostrado o Algarve.
- b. Algumas crianças estão felizes de os pais lhes terem mostrado o Algarve.

Por outro lado, (7a), construção de certo modo elíptica, a que faltará o segmento de ver (?), mostra-nos que curioso aceita relativamente (e só por não ser plenamente aceitável é que não a registei na Tábua 3) uma completiva que F_{conj} , no contexto $N_o \neq N_{oc}$, embora irreduzível à

infinitiva (cf. 7b). Por outro lado, (8a) atesta a aceitação pelo item feliz de uma completiva que-F_{conj}. Note-se que esta frase não pode ser deslocada:

- (9) *De que os pais lhes tenham mostrado o Algarve, algumas crianças estão felizes.

É que a ocorrência do conjuntivo em Que-F torna maior, como já vimos na subsecção 2.6.1. do Capítulo II, a dependência desta frase em relação ao adjectivo, reforçando assim o seu valor de A-Compl.

A completiva que-F_{conj} do item feliz é redutível a oração infinitiva, como nos mostra (8b). Voltarei adiante à análise deste tipo de redução.

Tendo em conta a análise que acabamos de efectuar, é, pois, bastante plausível que incluamos na Tábua 3 não só o item curioso como aceitando naturalmente uma completiva infinitiva, no contexto $N_o = N_{oc}$, mas também o adjectivo feliz com estas mesmas propriedades e ainda com completiva e infinitiva no contexto $N_o \neq N_{oc}$. Sendo assim, estamos, pois, de acordo com o sentimento linguístico dos gramáticos e dicionaristas que assinalam como regência do item feliz justamente um complemento introduzido pela prep. de.

Têm comportamento semelhante ao de feliz outros adjectivos inseridos na Tábua 3, como por exemplo, contente, impaciente, pesaroso, radiante, raivento, ufano, etc..

Dos adjectivos que se constroem com completiva Que-F, no contexto $N_o = N_{oc}$, os itens crente, descrente, persuadível, sabedor e sapiente não admitem redução daquela frase a oração infiniti

va. Eis alguns exemplos:

- (9)a. Tais pessoas_i (estão crentes + são sabedoras +...) de que (E + *elas_i) escolheram mal o partido.
- b. *Tais pessoas (estão crentes + são sabedoras +...) de (E + elas_i) (ter + terem) escolhido mal o partido.

Conforme (9a) nos mostra e é assinalado nas tábuas, em casos como este N_{oc} deve ser apagado (Equi), mesmo no contexto Que-F.

Quanto aos adjectivos que aceitam a propriedade N_o ≠ Noc, verifica-se que todos admitem completiva que-F_{ind} e/ou que-F_{conj}, embora muitos não permitam a redução desta a oração infinitiva. Constituem exemplo deste último caso itens como ameaçador, ansioso, ávido, carecente, cioso, desgostoso, duvidoso, esperançoso, impaciente, prometedor, receoso, temeroso, etc..

Analisemos algumas construções exemplificativas da não ocorrência de tal propriedade com itens deste género:

- (10)a. As circunstâncias são (ameaçadoras + prometedoras +...) de que as nuvens se transformem em vento.
- b. *As circunstâncias são (ameaçadoras + prometedoras +...) de (as nuvens + elas) se transformarem em vento.
- (11)a. Os ciclistas estão (ansiosos + duvidosos +...) de que a chuva pare.

- b. *Os ciclistas estão (ansiosos + duvidosos +...) de (a chuva + ela) parar.

Note-se que muitos dos adjetivos que rejeitam a redução patenteada em (10b) ou (11b) são derivados morfológicos de verbos que, por sua vez, também não aceitam infinitiva no contexto N_O ≠

N_{OC}:

- (12)a. As circunstâncias (ameaçam + prometem +...) que as nuvens se transformem em vento.
- b. *As circunstâncias (ameaçam + prometem +...) (as nuvens + elas) transformarem-se em vento.
- (13)a. Os ciclistas (ansiam + duvidam +...) que a chuva pare.
- b. *Os ciclistas (ansiam + duvidam de +...) (a chuva + ela) parar.

Alguns destes mesmos verbos, tal como alguns dos adjetivos seus derivados, aceitam contudo oração infinitiva no contexto

N_O = N_{OC}:

- (14)a. Esse prédio (ameaça + promete +...) ruir.
- b. ?*Esse prédio está (ameaçador + prometedor +...) de ruir.
- (15)a. Os ciclistas (ansiam + ?*duvidam de +...) chegar a tempo.
- b. Os ciclistas estão (ansiosos + ?*duvidosos +...) de chegar a tempo.

Frases como (14b), por um lado, e (15a,b), por outro, levantam algumas dúvidas quanto à sua aceitabilidade. Todavia, se nelas introduzirmos determinados auxiliares de tempo (futuro), como

seja posterior (futuro) ao do auxiliar copulativo do predicado adjectival ou então que seja modificado por determinados modais (que de qualquer modo introduzem também a noção de futuro) ou ainda que não se apresente como pontual. Exemplifiquemos:

(18)a. ?Esses sintomas são (prenunciadores + vaticinadores + +...) de os partidos sensibilizarem a opinião pública.

b. Esses sintomas são (prenunciadores + vaticinadores + +...) de os partidos (virem a + poderem + estarem a + +...) sensibilizar a opinião pública.

Frases como (18b), que contêm auxiliares de tempo (vir a), de modalidade (poder) ou de aspecto (estar a) são, pois, mais aceitáveis do que construções como (18a), que contêm uma infinitiva pontual.

Note-se que V_{-inf} no contexto $N_O \neq N_{OC}$, é sempre flexionado, embora na 1a. e 3a. pessoa do singular o sufixo flexional seja $\emptyset$.

Alguns adjectivos que aceitam a propriedade $N_O = N_{OC}$, tais como ansioso, ávido, cabiçoso, desejoso, esperançoso, receoso, sedento, temeroso, etc., ou seja, uma subclasse de itens que implicam manifestação de vontade, desejo ou receio, necessitam de algum comentário, quanto à aceitabilidade de que-F_{conj} no referido contexto. Observemos, pois, as seguintes construções:

(19)a. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas +...) de que (*visitem + possam visitar + consigam visitar + venham a visitar) um tal museu.

- b. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas +...) de que sejam chamadas para o cargo.

Conforme se vê, o conjuntivo nem sempre é aceitável (cf. visitem, em (19a)). Todavia se introduzirmos modais como poder, conseguir ou auxiliares de tempo (futuro) como vir a, as formas de conjuntivo resultantes tornam-se perfeitamente aceitáveis. O mesmo sucede se na completiva for introduzida a passiva, como nos mostra (19b). Apesar de não ter sido possível inserir tais propriedades nas tábuas, pareceu-me, contudo, razoável assinalar positivamente a aceitação de que-F_{conj} por tais itens, no contexto $N_O = N_{Oc}$.

Certos adjectivos exigem no contexto $N_O \neq N_{Oc}$ determinadas restrições de projecção (ou co-referência), do género $N_O = N_{1c}$, para que as construções sejam aceitáveis. Constituem exemplos deste tipo itens como acusável, digno, livre², merecedor, passível, etc.. Eis algumas construções ilustrativas:

- (20)a. *Certos políticos são (dignos + merecedores + passíveis +...) de que o país louve a acção do governo.

- b. Certos políticos_i são (dignos + merecedores + passíveis +...) de que o país (os_i louve + louve a sua_i acção + lhes_i louve a acção).

Como se vê, (20a) não é aceitável, justamente por o processo verbal expresso na completiva não envolver explicitamente N_o. Pelo contrário, (20b) torna-se plenamente aceitável porque o processo verbal expresso na completiva tem como objecto lógico N_o. Tal restrição, como o índice i nos mostra, pode processar-se entre N_o e N_{1c} (objecto directo de V_{oc}), entre N_o e N_{2c} (objecto indirecto de V_{oc}) ou entre N_o e qualquer co-referente seu que ocorra na completiva (v.g., sua acção=acção de N_o). Estes elementos co-referentes de N_o apresentam-se sempre sob forma de pronome (cf. N_{1c} e N_{2c}), de determinante possessivo (cf. sua acção) ou outra forma semelhante. Como não foi possível inserir nas tábuas todas estas variantes de co-referência (restrições de projecção), a propriedade N_o=N_{1c}, única registada, representa tais variantes, nomeadamente a co-referência entre N_o sujeito do predicado adjectival e N_{1c} (objecto directo) do verbo da completiva.

Uma outra questão que merece algum comentário é o do desdobramento de entradas que se verifica nesta tábua, nomeadamente capaz¹, capaz² e capaz³, livre¹ e livre², responsável¹ e responsável².

Comecemos por analisar o caso de capaz¹ (que significa capacidade activa), capaz² (que tem um significado modal de probabilidade, capaz³ (cujo valor semântico é o de capacidade passiva). A estes valores semânticos estão associadas propriedades sintácticas diversas que justificam o desdobramento do adjectivo em três entradas:

- (21)a. O Júlio (é + está) (E + in)capaz¹ de vir cedo(≡ O Júlio (E + não) consegue vir cedo).
- b. O Júlio (é +?estã) (E + *in)capaz² de vir cedo (≡ Provavelmente, o Júlio vem cedo).
- c. O Inverno (é + *estã) (E + *in), capaz² de vir cedo (≡ Provavelmente, o Inverno vem cedo).
- d. Essas flores (são + estão) (E + in) capazes¹ de alegrar a festa (≡ Essas flores (E + não) podem alegrar a festa).
- e. Estas maçãs (*são + estão) (E + in) capazes³ de comer (≡ (Já + ainda) não se podem comer essas maçãs).

Como se vê, capaz¹ admite como sujeito quer N_O=N_{hum} (cf.21a) quer N_O=N_{-hum} (cf.21d), aceita os dois copulativos ser e estar e é compatível com o prefixo negativo. Capaz² aceita igualmente N_O=N_{hum} (cf.21b) e N_O=N_{-hum} (cf.21c), mas só parece admitir o copulativo ser (cf.21c) e não é compatível com o prefixo negativo (cf. 21b,c). Veja-se, no entanto, que uma frase como O Júlio está capaz de vir cedo, i.e., com N_O=N_{hum}, é susceptível de conter o item capaz² (probabilidade). Esta propriedade não foi, contudo, registada na Tábua 3, por um lado, porque suscita algumas dúvidas e, por outro, porque só ocorre com N_O=N_{hum}, sendo, por isso, difícil exprimir esta diferença na mesma entrada lexical. Capaz³ só permite N_O=N_{-hum}, o auxiliar estar e o prefixo negativo (cf. 21e).

Note-se que uma forma de pôr a descoberto a diferença de sentido entre capaz¹ e capaz², quando N_O=N_{hum}, conforme

sucede em (21a) e (21b), poderia consistir em recorrer a advérbios como já, ainda etc. De facto, estes advérbios só são compatíveis com capaz¹ e não com capaz²

(22)a. O Júlio já (é + está) capaz¹ de vir cedo

b. O Júlio ainda (é + está) incapaz² de vir cedo.

Por outro lado capaz¹ e capaz² apenas se constroem com $N_O = N_{OC}$, ao passo que a construção de capaz³ implica $N_O \neq N_{OC}$. Esta construção é de certo modo residual, relativamente à Tábua 3. Outras construções semelhantes a esta são as de reles e ruim:

(23) Esses fulanos são (reles + ruins) de aturar.

De facto, tanto capaz³ como reles e ruim deveriam ser aproximados dos itens que aceitam Elevação do Objecto (cf. a subsecção 3.6. do Capítulo II), como por exemplo:

(24) Estes livros são (fáceis¹ + difíceis¹ + ...) de transportar.

Todavia, adjectivos como fácil¹, difícil¹, etc., apresentam uma completiva sujeito atestada, donde é possível derivar (24), como por exemplo:

(25)a. É (fácil¹ + difícil¹) que transportemos estes livros.

b. É fácil¹ + difícil¹) (E + de) transportar estes livros.

Ora capaz³, reles e ruim não apresentam este tipo de construção:

(26)a. *Está capaz³ que comamos estas maçãs.

b. *Está capaz³ de comer estas maçãs.

(27)a. *É (reles + ruim) que aturemos esses fulanos.

b. *É (reles + ruim) (E + de) aturar esses fulanos.

Por tal motivo, itens como capaz³, reles e ruim não puderam ser incluídos na Tábua 1, à semelhança do que acontece com

fácil¹ e difícil¹. De certo modo, portanto, capaz³, reles e ruim, que apresentam em construções como (21e) e (23), respectivamente, as mesmas propriedades de fácil¹ e difícil¹ em (24), as quais foram postas em destaque na subsecção 3.6. do Capítulo II, constituem, pelo menos em parte, um argumento contra a transformação de Elevação do Objecto, ali analisada.

O modo como capaz³, reles e ruim são assinalados na Tábua 3 é parcialmente incorrecto. De facto, a coluna N_{oc} V_{-inf} flex, onde se marca positivamente a aceitação do complemento infinito por aqueles itens, conforme exemplificação de (21e) e (23), respectivamente, pressupõe o emprego do infinitivo flexionado (embora com sufixo Ø para a 1a. e 3a. pessoa do singular) com o sujeito expresso (N_{oc}). Ora com aqueles itens só é possível o infinitivo não flexionado sem sujeito expresso, tal como sucede com fácil¹, difícil¹, etc. (cf. 24), conforme se pode deduzir da inaceitabilidade das construções seguintes:

(27)a. *Estas maçãs estão capazes³ de nós comermos.

b. *Esses fulanos estão (reles + ruins) de nós atuarmos.

Todavia, não se justificava que introduzisse mais duas colunas na Tábua 3 para dar conta de fenómenos que apenas afectam três itens.

A propósito do item capaz¹ conviria ainda relembrar alguns aspectos já focados na subsecção 2.5. do Capítulo

II, ou seja, que tal item admite construções sem sujeito, sobretudo com verbos meteorológicos (cf. É capaz¹ de nevar), ou então com um sujeito gramatical aparente (cf. Ele é capaz¹ de nevar). Tais aspectos não puderam, no entanto, ser registrados nas tábuas. Note-se, todavia, que se o verbo meteorológico for empregado em sentido figurado, aquele item já admite $N_o = N_{-hum}$ (cf. As pedras são capazes¹ de chover sobre os manifestantes).

Quanto a livre¹ e livre², a diferença mais saliente consiste em que o primeiro aceita o auxiliar copulativo ser e o segundo, estar. Livre¹ implica, por conseguinte, autorização, permissão, liberdade de realizar a ação expressa na infinitiva, ao passo que livre², pelo contrário, envolve privação ou libertação. Por outro lado ainda, livre¹ apenas aceita $N_o = N_{oc}$, ao passo que livre² admite também $N_o \neq N_{oc}$. Assim vejamos:

(28)a. (Esses rapazes + essas plantas) são livres¹ de (apanhar + apanharem) sol.

b. *(Esses rapazes_i + essas plantas_j) são livres¹ de que nós (os_i + as_j) mudemos de lugar.

c. *(Esses rapazes_i + essas plantas_j) são livres¹ de (E + + nós) (os_i + as_j) mudarmos de lugar.

(29)a. (Esses rapazes + essas plantas) estão livres² de (apanhar + apanharem) sol.

b. (Esses rapazes_i + essas plantas_j) estão livres² de que nós (os_i + as_j) mudemos de lugar.

c. (Esses rapazes_i + essas plantas_j) estão livres² de

(E + nós) (os_i + as_j) mudarmos de lugar.

Como se vê, livre² exige N_O=N_{1c} ou outra restrição do mesmo gênero.

Por outro lado, ser livre¹ de pode ser parafraseado por ter liberdade de, enquanto estar livre² de é substituível por libertar-se de.

Finalmente, responsável¹ (sentido próprio) e responsável² (sentido figurado) ocorrem nos seguintes contextos:

(30)a. Esses ciclistas_i são (E + in) responsáveis¹ de que (*E_i + *eles_i + vocês) tenham provocado o atraso da volta.

b. Esses ciclistas_i são (E + in) responsáveis¹ de (E_i ter + E_i terem + vocês terem) provocado o atraso da volta.

(31)a. Esse novo projecto_i é (E + *in) responsável² de que (*E_i + *ele_i + eu) atrase o início da obra.

b. Esse novo projecto_i é (E + *in) responsável² de (*E_i + eu) atrasar o início da obra.

O item responsável¹ aceita, portanto, N_O=N_{hum} e tanto N_O=N_{oc}, com redução obrigatória à infinitiva, como N_O≠N_{oc}, quer com que-F_{conj}, quer com infinitiva, admitindo também o prefixo in-. Responsável² apenas é compatível com N_O=N_{hum} e N_O≠N_{oc}, admitindo neste caso tanto completiva como infinitiva, e rejeita o prefixo in-. Quanto à não aceitação de N_O=N_{oc} pelo item responsável², haveria ainda que

observar construções como as seguintes:

- (32)a. *Esse novo projecto é responsável² de atrasar o início da obra.
- b. Esse novo projecto é responsável² de nos (obrigar a + + fazer) atrasar o início da obra.

Quer dizer, quando na infinitiva inserimos verbos causativos (ou factivos) como obrigar a e fazer, responsável² parece aceitar $N_o = N_{oc}$. Todavia, dada a complexidade da construção em causa e o seu fraco valor projectivo no âmbito deste trabalho, não incluí nas Tábuas propriedades como as que (32b) põe em evidência.

Outras diferenças existem, porém, entre responsável¹ e responsável². O primeiro é emotivo (cf. a subsecção 3.8. do Capítulo II), o segundo não:

- (33)a. Que responsáveis¹ são esses ciclistas de terem provocado o atraso da volta!
- b. *Que responsável² é esse novo projecto de eu atrasar o início da obra!

Responsável¹ aceita ser parafraseado por (poder + dever) responsabilizar-se ou (poder + dever) ser responsabilizado, mas responsável² não permite tais paráfrases.

4. Tábua 4 (N_o V_{cop} Adj em que-F)

Os 131 adjectivos desta tábua podem ser agrupados em duas sub-classes:

(i) a daqueles que aceitam as propriedades $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$, em número de 16, os quais se subdividem, por sua vez em dois grupos: 1º) o dos itens compatíveis com Que-F e infinitiva, no contexto $N_o = N_{oc}$, e apenas Que-F quando $N_o \neq N_{oc}$, conforme sucede com aquiescente, concordante², concorde², confiante, crente, esperançoso, recalcitante, resultante, renitente, reticente, teimoso, unânime, uniforme e uníssono; 2º) o dos adjetivos contente e recontente, que só admitem infinitiva no caso de $N_o = N_{oc}$ e tanto Que-F como infinitiva no contexto $N_o \neq N_{oc}$;

(ii) a dos restantes 115 adjetivos, que apenas admitem infinitiva no contexto $N_o = N_{oc}$, tais como amável, benevolente, compassivo, experiente, hesitante, paciente, reincidente, tenaz, tolerante, useiro, vezeiro, zeloso, etc.

Todos os itens desta tábua admitem $N_o = N_{hum}$, embora alguns (poucos) aceitem também $N_o = N_{-hum}$.

Analisemos, pois, o comportamento sintáctico dos itens da subclasse (i), começando pelos do 1º grupo:

(1)a. Todos nós estamos (aquiescentes+concordantes²+concordes²+...) em que (?prossequimos + prossequiremos + temos de prosseguir + *prossigamos + *tenhamos de prosseguir) as investigações.

b. Todos nós estamos (aquiescentes + concordantes² + con
cordes²+...) em (prosseguir + prosseguirmos + virmos
a prosseguir + termos de prosseguir) as investigações.

(2.)a. Todos nós estamos (aquiescentes + concordantes² + con
cordes² +...) em que vocês (?prosseguem + prosseguirão
+ têm de prosseguir + prossigam) as investigações.

b. *Todos nós estamos (aquiescentes + concordantes² + con
cordes² + ...) em vocês (prossequirem + virem a prosse
guir + terem de prosseguir) as investigações.

Conforme se verifica através de (1a) e (2a), o indicativo é
mais aceitável em Que-F, se o tempo verbal for futuro ou se in
troduzirmos na frase modais como ter de. Por outro lado, no
caso de $N_o = N_{oc}$, a redução à infinitiva é possível (cf. 1b), o
mesmo não sucedendo, porém, no contexto $N_o \neq N_{oc}$ (cf. 2b).

Como ilustração suplementar do comportamento sintático de con
corde² podem citar-se, por exemplo, as seguintes construções:

(3)a. "Eram concordes em dizer que viram entrar em casa do réu
o sujeito que matara um homem" (Camilo, apud F. Fernan-
des 1964, p.95).

b. "Todos estamos concordes em que a boa educação falta qua-
se em absoluto entre nós" (Mário Barreto, apud F. Fernan-
des 1964, p.95).

Concorde², como aliás concordante², aceita os dois copulativos
ser e estar, ao contrário do que sucede com aquiescente. Por
outro lado, as construções com concorde² e concordante² são mais

aceitáveis com N_O sujeito no plural, propriedade que não foi possível inserir nas tábuas. As frases seguintes com N_O no singular são, pois, pouco aceitáveis a não ser que esteja expresso um A-Compl não frásico, regido pela prep com:

(4)a. ?*O Júlio (é + está) (concordante² + concorde² em adiar a viagem.

b. O Júlio (é + está) (concordante² + concorde²) com a Eduarda em (adiar + adiarem) a viagem.

Note-se que, com o A-Compl expresso, como sucede em (4b), a frase admite que N_1 (ou seja, o substantivo contido neste complemento: Eduarda) seja co-sujeito da infinitiva, conforme no-lo prova a aceitação nesta da forma verbal no plural (cf. adiarem) e ainda a seguinte paráfrase sinónima:

(5) O Júlio e a Eduarda (são + estão) concordantes² + concordes² em (adiar + adiarem) a viagem.

O grupo de itens a que pertencem aquiescente, concordante² e concorde² não se apresenta, contudo, homogêneo, mesmo tendo em conta as propriedades enunciadas. De facto, estes itens, assim como confiante, crente e teimoso, no contexto $N_O \neq N_{Oc}$ aceitam também que-F_{conj}, conforme os exemplos (1a) e (2a) ilustram, respectivamente. Todavia, itens como esperançoso, recalcitrante, relutante, renitente e reticente apenas admitem que-F_{conj} nos dois contextos para além da redução à infinitiva no caso $N_O = N_{Oc}$, tal como os anteriores, claro está:

(6)a. Os ciclistas estão (relutantes + renitentes +...) em que (*entram + *têm de entrar + ?*entrarem + tenham de entrar + sejam obrigados a entrar) nessa prova.

b. Nós estamos (relutantes + renitentes +...) em que os ciclistas (*entram + *têm de entrar + entrem + tenham de entrar + sejam obrigados a entrar) nessa prova.

Como se vê, no contexto $N_o = N_{oc}$, o conjuntivo é mais aceitável desde que inserido através de modais como ter de ou por meio de passiva. No contexto $N_o \neq N_{oc}$ tal restrição não se verifica.

Finalmente, ainda no 1º grupo de itens da subclasse (i) temos o caso de unânime uniforme e uníssonos, que, além de infinitiva no contexto $N_o = N_{oc}$, aceitam também que-F (ind + conj) em qualquer dos dois contextos, nas condições que vamos analisar a seguir:

(7)a. Essas pessoas_i são (unânicos + uníssonas +...) em que (E + *elas_i) (*afirmam + afirmarão + devem afirmar + afirmem + *devam afirmar) a sua intenção de lutar.

b. Essas pessoas são (unânicos + uníssonas +...) em (afirmar + afirmarem + *dever afirmar + *deverem afirmar) a sua intenção de lutar.

(8)a. Todos nós somos (unânicos + uníssonos +...) em que essas pessoas (afirmam + afirmarão + devem afirmar + afirmem + devam afirmar) a sua intenção de lutar.

b. *Todos nós somos (unânicos + uníssonos +...) em
esses pessoas (afirmarem + virem a afirmar + de
verem afirmar) a sua intenção de lutar.

Como se vê, no contexto $N_o = N_{oc}$ (cf. 7a), a completiva
só é aceitável desde que a forma verbal veicule um cer-
to valor modal de obrigação, seja ele expresso pelo fu-
turo do indicativo (afirmação), por um auxiliar modal
no indicativo (devem), ou pelo conjuntivo (afirmem);
o indicativo presente (afirmam) não é aceitável por não
veicular tal valor modal; o modal dever não é aceite no
conjuntivo (*devam), devido a restrições gerais relacio-
nadas com a compatibilidade entre modais e conjuntivo
(já de si uma forma modal ou veiculadora de modalidade).
Na redução à infinitiva (cf. 7b), apenas o auxiliar modal
(dever) não é aceitável, por incompatibilidade entre a
modalidade "obrigação" e o contexto em causa. Note-se
que, em caso de presença da passiva com ser ou se, a se-
quência dever + V-inf seria perfeitamente aceitável:

(9) Essas pessoas são (unânicos + uníssonos +...) em
(dever ser afirmada + dever afirmar-se) a sua in-
tensão de lutar.

E é evidente que do ponto de vista formal, em (9), a passi-
va altera a relação sintáctica $N_o = N_{oc}$ para $N_o \neq N_{oc}$.
No contexto $N_o \neq N_{oc}$, em (8), não se verificam as restrições
anteriores no que respeita às propriedades que-F(ind+conj).

A redução à infinitiva é, porém, impossível (cf. 8b).

Por outro lado, frases como (8a) são sentidas por muitos

falantes como elípticas, na medida em que pressupõem um V_{-inf} apagado entre a prep. em e Que-F do tipo de afirmar ou dequerer, por exemplo. Note-se que a selecção de verbos como afirmar, que exigem que-F_{ind}, se explica pelo valor de predicados de asserção que aqueles itens podem conter, ao passo que a ocorrência de verbos como querer, compatível antes com que-F_{conj}, resulta de um outro valor semântico, i.e., manifestação de vontade, igualmente próprio daqueles itens, conforme os contextos. O primeiro valor mencionado está ligado à ocorrência do indicativo na completiva, ao passo que o segundo está associado ao conjuntivo. Segundo a hipótese referida (elipse), não seriam as construções com infinitivo, como (7b), que derivariam de estruturas como (7a), mas antes sensivelmente o contrário. Um argumento suplementar a favor desta hipótese é-nos oferecido por construções inaceitáveis como as seguintes:

- (10) *Essas pessoas são (unânimes + uníssonas +...) em (comer + comerem) bolos ao sábado.

Construções como esta são inaceitáveis precisamente porque comer não é um verbo de asserção nem um verbo que implique manifestação de vontade.

Se a hipótese de derivar construções como (7a) a partir de estruturas como (7b) se revelasse correcta, então o registo tal como é feito nas tábuas, das propriedades que-F_(ind+conj), no que se refere aos adjectivos em causa, estaria incorrecto.

Todavia, algumas objecções se levantam contra tal hipótese.

Em primeiro lugar, construções (elípticas ou não) como (7a) existem e têm de ser registadas. No entanto, segundo a hipótese referida, seria necessário representar na estrutura de base os verbos que poderiam surgir no contexto /em — que-F/ e que já vimos serem de dois tipos (ou classes) diferentes. Como poderíamos então representar esses verbos? A não ser que recorrêssemos a uma teoria extremamente complexa e que já fez história, como é a dos verbos abstractos, proposta por R. Lakoff (1968) não haveria outra saída para o caso.

Por outro lado, o apagamento de verbos plenos como declarar ou decidir, na hipótese de derivarmos construções como (7a) a partir de (7b), é difícil de sustentar teoricamente.

Além disso, ao admitirmos tal derivação estaríamos a violar o princípio sustentado na subsecção 3.1.1. do Capítulo II, de acordo com o qual as orações infinitivas são derivadas das completivas Que-F, através de uma regra de Redução (ou Definitização), e não o contrário.

Um último argumento contra tal hipótese de derivação é resultante do facto de a preposição em poder ser apagada nas completivas que-F de tais adjectivos, como se verifica a seguir:

- (11)a. Essas pessoas são (unânimes + uníssonas +...) que devem lutar.

b. Todos são (unânicos + uníssonos +...) que vocês devem lutar.

Ora, com a prep. em apagada, construções como (11a,b) já não são sentidas como implicando a elipse de qualquer verbo antes de completiva.

Tendo em conta todas estas razões, parece, por conseguinte, justificar-se que consideremos, relativamente a tais itens, a completiva Que-F como propriedade de base e que desta deriva a infinitiva. É evidente que a redução de Que-F à infinitiva só se pode fazer antes de a prep. em ser apagada.

Analisemos agora o comportamento dos itens contente e recontente, que constituem um grupo dentro dos adjectivos da subclasse (i), como atrás referi:

(12)a. Os rapazes estão (E + re-) contentes em (*que jogam + + *que joguem + jogar + jogarem) com o Benfica.

b. Os rapazes estão (E + re-) contentes em (*que nós jogamos + que nós joguemos + nós jogarmos) com o Benfica).

Contente e recontente apenas aceitam, pois, oração infinitiva no contexto $N_o = N_{oc}$ (cf. 12a), ao passo que no caso de $N_o \neq N_{oc}$ admitem também que-F_{conj} (cf. 12b).

Uma dúvida que se pode levantar é se a oração infinitiva, em contextos como (12a,b), tem verdadeiramente estatuto de completiva e não valor adverbial causal, por exemplo.

Este problema põe-se igualmente em relação à infinitiva de outros itens, em especial da subclasse (ii), definida no iní

cio desta subsecção como a daqueles adjectivos que só permitem em-V-inf no contexto $N_o = N_{oc}$.

Observemos, pois, alguns exemplos ilustrativos do comportamento dos itens desta subclasse, antes de analisarmos um tal problema:

- (13)a. Alguns jogadores estiveram (duvidosos + hesitantes + vacilantes +...) em (aceitar + aceitarem) a oferta do clube.
- b. Alguns jogadores foram (astuciosos + cuidadosos + pacientes +...) em (defender + defenderem) com intransigência tais posições.

No âmbito dos adjectivos que só aceitam infinitiva no contexto $N_o = N_{oc}$ podemos distinguir dois tipos de itens: 1º) aqueles que, como duvidoso, hesitante, vacilante, etc., são derivados morfológicos de verbos e aceitam, geralmente, ser parafraseados por estes mesmos verbos, em contextos como (13a); 2º) os que, como astucioso, cuidadoso, paciente, etc., não são derivados morfológicos de verbos, antes se apresentam em grande número como derivados de nomes, podendo ser parafraseados em muitos casos por locuções verbo-nominais, que contêm tais nomes. Observemos, pois, as paráfrases de um e outro tipo:

- (14)a. Alguns jogadores (duvidaram + hesitaram + vacilaram +...) em (aceitar + aceitarem) a oferta do clube.
- b. Alguns jogadores (manifestaram + tiveram) (astúcia + cuidado + paciência +...) em (defender +

defenderem) com intransigência tais posições.

Ora, em construções como (14a,b) o valor completivo da oração infinitiva parece indiscutível. Tal oração não é deslocável nem pode ser parafraseada por qualquer outra que ponha em destaque valor diferente daquele.

Construções como estas constituem, indirectamente, um argumento a favor do valor completivo da oração infinitiva em frases como (13a,b), que apresentam as mesmas relações sintáctico-semânticas daquelas, embora contendo adjectivos em vez de verbos e nomes, respectivamente.

Se, por outro lado, tentarmos aplicar à oração infinitiva de construções como (13a,b) o teste de deslocação, verificamos que o resultado é claramente negativo. Observemos, pois:

(15)a. *Em (aceitar + aceitarem) a oferta do clube (E + #) alguns jogadores estiveram (duvidosos + hesitantes + + vacilantes +...).

b. *Em (defender + defenderem) com intransigência tais posições (E + #) alguns jogadores foram (astuciosos + + cuidadosos + pacientes +...).

Uma paráfrase da oração infinitiva que ponha em destaque o eventual valor adverbial desta é impossível sem mudança de significado.

Assim, por exemplo, a substituição por uma causal (v.g., por - V_{-inf}) ou é inaceitável ou arrasta mudança de significado e a paráfrase pela temporal (v.g., ao - V_{-inf}) implica igualmente

valor semântico diverso:

(16)a. Alguns jogadores estiveram (duvidosos + hesi-
tantes + vacilantes + ...), (*por aceitarem +
+ ?ao aceitarem) a oferta do clube.

b. Alguns jogadores foram (astuciosos + cuidado-
sos + pacientes + ...) (?*por aceitarem + ?ao
aceitarem) a oferta do clube.

Por todos estes motivos, parece-me justificar-se ple-
namente que consideremos, nestes casos e outros seme-
lhantes, a oração infinitiva regida da prep. em como
A-Compl e com valor de completiva, mesmo que não exis-
ta frase em que-F atestada, como sucede com os itens
da subclasse (ii) no início referida, os quais cons-
tituem a quase totalidade dos adjectivos da Tábua 4.

Por tal motivo, e em vez de subdividir esta tábua em
duas, o que iria contra um princípio de coerência ge-
ral, pareceu-me preferível associar à propriedade de
finidora da tábua, i.e., N_o V_{cop} Adj em que-F, a pro-
priedade a que acabo de aludir, ou seja, N_o V_{cop} Adj
em V_{-inf} Compl, na qual o símbolo Compl representa even-
tuais complementos da forma verbal infinitiva.

5. Tábua 5 (N_o V_{cop} Adj para que-F)

O principal problema que esta tábua levanta, conforme
já salientei, nomeadamente, na subsecção 2.6.1. do Ca-
pítulo II, reside na dificuldade em fazer por vezes a
distinção entre o valor completivo (A-Compl) e o valor
adverbial de fim (F-Compl) que as frases para que-F são

susceptíveis de veicular. Na referida subsecção do Capítulo II apresentei os critérios que permitem, tanto quanto possível, estabelecer as bases formais (e, em certa medida, semânticas de tal distinção.

Não vou aqui repetir esses critérios. A verdade, porém, é que a sua aplicação determinou que o número de itens desta tábua fosse extremamente reduzido (42 adjectivos). É evidente que o número de adjectivos compatíveis com a oração final para que-F é muitíssimo elevado, abrangendo mesmo itens que não aceitam completiva, como, por exemplo:

- (1)a. Estes muros são (altos + largos + extensos +...), (para + a fim de) que as águas não penetrem na lezíria.
- b. (Para + a fim de) que o ambiente seja mais acolhedor, essas paredes são (azuis + brancas + verdes +...).

A completiva para que-F (ou a sua redução à infinitiva) da Tábua 5 veicula em muitos casos um certo valor semântico de fim. Já vimos, no entanto, que tal valor é antes resultante da própria natureza dos adjectivos em causa e não tanto inerente à completiva. Noutros casos, porém, a completiva não tem qualquer valor de fim. Eis, pois, alguns exemplos de cada caso:

- (2)a. Estas madeiras são (aproveitáveis + boas + úteis +...) (+para + *a fim de) se fabricarem móveis.
- b. Estas madeiras são (aproveitáveis + boas + úteis +...) para um determinado fim, a saber: fabricar móveis.

- (3) a. Essas pessoas são (id^oneas + impotentes + poder^osas + ...) (para + *a fim de) (resolver + resolverem) um problema tão delicado.
- b. ?*Essas pessoas são (id^oneas + impotentes + poder^oosas + ...) para um determinado fim, a saber: resolver um problema tão delicado.

Enquanto em (2a), conforme (2b) põe em evidência, há uma certa relação de causa-efeito entre a frase subordinante e a oração subordinada, em (3a) essa relação não existe, como no-lo mostra a estranheza provocada por (3b), a qual se torna por isso pouco aceitável.

Em qualquer dos casos o valor completivo de para V_{-inf} é ainda posto em destaque pela impossibilidade de comutar a prep. para pela locução prepositiva final a fim de (cf. (2a) e (3a)).

Feitas estas ressalvas, analisemos, pois, o comportamento sintático dos itens da Tábua 5.

Continuando a recorrer às propriedades $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$, verifica-se que existem nesta tábua as seguintes subclasses de adjectivos:

(i) a dos itens que aceitam aquelas duas propriedades, os quais constituem a grande maioria (35 adjectivos), tais como: aconselhável, benéfico, cômodo, eficaz, importante, necessário, prestimoso, útil, vantajoso, etc.;

(ii) a dos adjectivos que só admitem $N_o = N_{oc}$, em número de 6: conforme², forte, impotente, livre¹, poderoso e prestes;

(iii) o item favorável¹, que constitui caso único, apenas aceita $N_o \neq N_{oc}$, sendo o seu comportamento idêntico aos da subclasse (i), quando se constroem com esta mesma propriedade.

Vejamos agora como se realizam as propriedades que caracterizam cada subclasse, começando justamente pela primeira.

Eis, pois alguns exemplos ilustrativos:

- (4) a. *Esses autocarros_i são (necessários + úteis + vantajosos + ...) para que (E + eles_i) (transportam + transportem) muitas pessoas de cada vez.
- b. Esses autocarros_i são (necessários + úteis + vantajosos + ...) para (E + *eles_i) (transportar + transportarem) muitas pessoas de cada vez.
- (5) a. Tais medidas são (necessárias + úteis + vantajosas + + ...) para que os autocarros (*transportam + transportem) muitas pessoas de cada vez.
- b. Tais medidas são (necessárias + úteis + vantajosas + + ...) para os autocarros transportarem muitas pessoas de cada vez.

Como se vê, estes adjectivos admitem quer completiva que-F_{conj}, quer infinitiva (flexionada), no contexto $N_o \neq N_{oc}$, mas no caso de $N_o = N_{oc}$ só parecem aceitar infinitiva (flexionada ou não), rejeitando, por conseguinte, Que-F. Uma tal anomalia só se verifica quando $N_o = N_{-hum}$. Se construções como (4a) contiverem $N_o = N_{hum}$, na medida em que os adjectivos aí ocorrentes aceitarem tal propriedade, então que-F_{conj} torna-se aceitável naquele contexto. Observemos,

pois:

- (6) Esses técnicos_i são (aproveitáveis + necessários + (*tornam + tornem) + úteis + ...) para que (E + *eles_i) tornam + tornem) a empresa viável economicamente.

Tendo, pois, em conta esta diferença de comportamento sintático, podemos dividir os itens da subclasse (i) em dois subgrupos: 1º) adjectivos compatíveis com $N_o = N_{hum}$, que aceitam que-F_{conj} e infinitiva nos dois contextos, $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$, como por exemplo: aconselhável, apto, competente², necessário, útil, etc., ou seja, cerca de 13 itens; 2º) adjectivos compatíveis com $N_o = N_{-hum}$, que, com tal propriedade, só admitem infinitiva no contexto $N_o = N_{oc}$ e que-F_{conj}, assim como infinitiva, no caso de $N_o \neq N_{oc}$, conforme sucede com aconselhável, benéfico, cômodo, forte, mau, prestável, propício, vantajoso, etc., isto é, cerca de 35 itens.

Os mesmos adjectivos (v.g., aconselhável, necessário, útil, etc.) podem aceitar tanto $N_o = N_{hum}$ como $N_o = N_{-hum}$. Como vimos, só no caso de $N_o = N_{hum}$ é que são compatíveis com que-F_{conj} no contexto $N_o = N_{oc}$. Para evitar confusões, parece que seria útil desdobrarmos os itens em causa em duas entradas. Em vez disso, e visto que se trata duma propriedade geral, preferi, como medida mais económica, mencionar na coluna que-F_{conj} a restrição contextual $N_o = N_{hum}$. Esta restrição é extensível, como veremos a seguir, aos itens da subclasse (ii) que sejam compatíveis, claro está, com $N_o = N_{hum}$.

- (7) a. As duas turmas_i estão (conformes² + livres¹ + prestes + ...) para que (E + *elas_i) iniciem a partida.
- b. As duas turmas estão (conformes² + livres¹ + prestes + ...) para (iniciar + iniciarem) a partida.

6. Tábua 6 (N_O V_{cop} Adj por que-F)

Esta tábua contém um pequeno número de adjectivos (15) que se constroem com completiva e/ou infinitiva, regidas pela prep. por. Os itens desta tábua revelam um comportamento sintáctico-semântico bastante homogêneo. Aceitam as propriedades N_O = N_{hum} e V_{cop} = estar, com excepção apenas de responsável¹, que, além de só admitir V_{cop} = ser, é compatível quer com N_O = N_{hum}, quer com N_O = N_{-hum}.

Do ponto de vista semântico, se exceptuarmos apenas o mesmo item responsável¹, todos os outros implicam manifestação de vontade ou desejo.

Verifica-se, por outro lado, que os itens desta tábua aceitam, na sua quase totalidade, as propriedades N_O = N_{oc} e N_O ≠ N_{oc}. Apenas os adjectivos curioso, furioso e solícito constituem excepção, pois são exclusivamente compatíveis com N_O = N_{oc}.

No contexto N_O = N_{oc}, todos os adjectivos admitem apenas infinitiva.

No caso de N_O ≠ N_{oc} todos os itens aceitam exclusivamente que-F_{conj}, com excepção apenas de responsável¹, que também é compatível com infinitiva.

Observemos, pois, alguns exemplos que atestam a presença de tais propriedades:

- (1) a. *Os visitantes_i estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) por que (E + eles_i) admirem as belezas minhotas.
- b. Os visitantes_i estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) por (E + *eles_i) (admirar + admirarem) as belezas minhotas.
- (2) a. Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) por que os hoteleiros terminem a greve.
- b. ?*Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) por os hoteleiros terminarem a greve.

Como já salientei na subsecção 2.6.1. do Capítulo II, a redução ã infinitiva em casos como (2b), ou seja, quando $N_o \neq N_{oc}$, torna-se geralmente aceitável com interpretação causal, e não completiva, como no-lo mostram as seguintes paráfrases:

- (3) a. Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) porque os hoteleiros (terminam + terminaram) a greve.
- b. Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + sôfregos + ...) em consequência de os hoteleiros (terminarem + terem terminado) a greve.

Em contextos como os de (3a,b) não existe relação de dependência completiva entre a frase subordinante e a oração subordinada, mas observa-se antes uma relação cau-

sal, assinalada através de propriedades específicas. Note-se que a oração subordinada em (3a) contém modo indicativo e tempo pretérito, em relação ao tempo do predicado adjectival, ao contrário do que sucede com a frase subordinada em (2a), a qual permite apenas o modo conjuntivo e tempo futuro, relativamente ao tempo da oração subordinante, como se pode confirmar a seguir, quanto a este último aspecto:

- (4) *Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + + sôfregos + ...) por que os hoteleiros tivessem terminado a greve.

O conjuntivo presente, em (2a), como, sucede, aliás, de um modo geral quanto a este modo, veicula a noção de tempo futuro.

Tal noção pode, contudo, tornar-se mais explícita, quer pelo recurso a auxiliares do género vir a, quer a advérbios como amanhã, etc.:

- (5) Os visitantes estão (ansiosos + doidos + impacientes + + sôfregos + ...) por que os hoteleiros (venham a terminar + terminem amanhã) a greve.

O item responsável¹ admite, contudo, a redução à infinitiva, no contexto $N_o \neq N_{oc}$:

- (6) a. (Os hoteleiros + essas medidas de austeridade) são responsáveis¹ por que os visitantes se tenham ido embora.
- b. (Os hoteleiros + essas medidas de austeridade) são responsáveis¹ por os visitantes se terem ido embora.

Conforme (6a,b) nos mostram, além da redução à infinitiva, o item responsável¹ não apresenta as mesmas restrições, quanto aos tempos, que foram postas em evidência a propósito dos adjectivos ansioso, doido, impaciente, etc..

De facto, em (6a,b) a correlação de tempos é presente - pretérito, mas podia ser a inversa ou qualquer outra.

Ilustremos, por último, o comportamento dos itens curioso, furioso, e solícito, que não são compatíveis nem com completiva nem com infinitiva no contexto $N_o \neq N_{oc}$, mas apenas com infinitiva, quando $N_o = N_{oc}$:

- (7) a. *Nós estamos (curiosos + furiosos + solícitos) por que (E + nós) encontremos uma saída para essa questão.
- b. Nós estamos (curiosos + furiosos + solícitos) por (encontrar + encontrarmos) uma saída para essa questão.
- (8) a. *Nós estamos (curiosos + furiosos + solícitos) por que eles encontrem uma saída para essa questão.
- b. ?*Nós estamos (curiosos + furiosos + solícitos) por eles encontrarem uma saída para essa questão.

Note-se que (8b) seria aceitável se a relação de dependência entre a oração subordinante e a subordinada fosse de natureza causal, à semelhança do que sucede com (3b). Neste sentido, (8a) poderia tornar-se aceitável e assumir idêntico valor, desde que na oração subordinada inseríssemos o modo indicativo, à semelhança do que acon

tece em (3a).

Nenhum dos adjectivos da Tábua 6 aceita a sequência o facto de antes de completiva e/ou infinitiva. Repare-se que certas construções com itens desta tábua, contendo tal sequência, não estão incluídas no âmbito das completivas, conforme podemos observar a seguir:

- (9) a. As crianças estão (curiosas + impacientes + radiantes + ...) pelo facto de participarem na gincana.

Ora, em construções como (9) a relação entre a subordinante e a subordinada é causal, e não completiva, conforme se pode demonstrar, recorrendo aos testes atrás mencionados:

- (10) As crianças estão (curiosas + impacientes + radiantes + ...) pelo facto de que (participam + *participem + participaram + *tenham participado + participarão) na gincana.

Em contextos como o de (10), na subordinada o facto de que-F só é permitido o indicativo (e não o conjuntivo) e admite-se uma correlação de tempos com a oração subordinante que não seja necessariamente presente-futuro.

7. Tábua 7 (N_o V_{cop} Adj com o facto de que-F)

Nesta tábua registam-se 38 adjectivos que admitem como oração completiva o facto de que-F e/ou infinitiva, regidas pela prep. com.

Os 38 adjectivos dividem-se em duas subclasses:

- (i) a dos que são compatíveis quer com $N_o = N_{oc}$, quer com

$N_o \neq N_{oc}$, conforme acontece, por exemplo, com apreensivo, concordante², contente, desgostoso, furioso, etc., num total de 13 itens; note-se que os itens desta subclasse só são compatíveis com $N_o = N_{hum}$.

(ii) a dos que aceitam apenas $N_o \neq N_{oc}$, os quais constituem a maioria (24 itens), como, por exemplo: coadunável, compatível, condizente, harmonizável, etc.; verifica-se, pelo contrário, que os itens desta subclasse apenas são compatíveis com $N_o = N_{-hum}$.

Nestas duas subclasses não entra, porém, o item congruente², pois este só admite $N_o = N_{oc}$, cujo comportamento sintáctico analisarei adiante, em relação com o desdobramento de entradas operado nesta tábua.

Ilustram o comportamento dos itens da subclasse (i) as seguintes frases:

- (1) a. Os bombeiros_i estão (apreensivos + descontentes + tristes + ...) com o facto de que (E + eles próprios_i) ainda não (conseguem + consigam) dominar esse tipo de incêndios.
- b. Os bombeiros_i estão (apreensivos + descontentes + tristes + ...) com o facto de (E + eles próprios_i) não (*conseguir + conseguirem) dominar esse incêndio.
- (2) a. Os lisboetas estão (apreensivos + descontentes + tristes + ...) com o facto de que os bombeiros ainda não (dominam + dominem) esse tipo de incêndios.

- b. Os lisboetas estão (apreensivos + descontentes + tristes + ...) com o facto de os bombeiros ainda não dominarem esse tipo de incêndios.

Alguns adjectivos da subclasse (i) não aceitam, porém, todas as propriedades postas em evidência em (1) e (2), ou seja, o facto de $\text{que-F}_{(\text{ind} + \text{conj})}^2$ e infinitiva flexionada, mesmo no caso de $N_o = N_{oc}$. Assim, os itens concordante², concorde² e conforme² não admitem o facto de $\text{que-F}_{\text{ind}}$ em qualquer dos dois contextos referidos:

- (3) a. Os peritos_i estão (concordantes² + concordes² + conformes²) com o facto de que (*são + sejam) eles próprios_i a efectuar tais investigações.
- b. Os peritos estão (concordantes² + concordes² + conformes²) com o facto de que (*é + seja) a polícia a efectuar tais investigações.

Por outro lado, estes mesmos adjectivos como é lógico, e ainda os itens apreensivo, contente, desgostoso, ditoso, estupefacto, furioso, perplexo, recontente e triste, quando submetidos à negação, também não aceitam o facto de $\text{que-F}_{\text{ind}}$, em qualquer dos dois contextos mencionados:

- (4) a. Os bombeiros_i não estão (apreensivos + desgostosos + perplexos + ...) com o facto de que (E + eles próprios_i) ainda não (*conseguem + consigam) dominar esse tipo de incêndios.
- b. Os lisboetas não estão (apreensivos + desgostosos + perplexos + ...) com o facto de que os bombeiros ainda não (*dominam + dominem) esse tipo de incêndios.

São exemplos ilustrativos do comportamento sintáctico dos itens da subclasse (ii) as seguintes construções:

- (5) a. *Esses projectos_i são (coadunáveis + compatíveis + condizentes + ...) com o facto de ^{*} que (E + eles próprios_i) (visam + visem) melhorar a produtividade nacional.
- b. *Esses projectos são (coadunáveis + compatíveis + condizentes + ...) com o facto de (E + eles próprios_i) visarem melhorar a produtividade nacional.
- (6) a. Esses projectos são (coadunáveis + compatíveis + condizentes + ...) com o facto de que o governo (planeia + planeie) melhorar a produtividade nacional.
- b. Esses projectos são (coadunáveis + compatíveis + condizentes + ...) com o facto de o governo planejar melhorar a produtividade nacional.

Na subclasse (ii) incluem-se os itens concordante¹, concorde¹ e conforme¹, homônimos de itens cujo comportamento já foi parcialmente analisado atrás.

Assim, enquanto concordante², concorde² e conforme² aceitam tanto $N_o = N_{oc}$ como $N_o \neq N_{oc}$, sendo em qualquer dos casos $N_o = N_{hum}$, os seus homônimos da subclasse (ii) apenas admitem $N_o \neq N_{oc}$, com $N_o = N_{-hum}$. Por outro lado, estes últimos não apresentam a restrição posta em evidência em (3b), quanto ao emprego do indicativo na criação completiva:

- (7) Essas medidas estão (concordantes¹ + concordes¹ + conformes¹) com o facto de que o plano visa melhorar a produção.

Foram, fundamentalmente, estas diferenças que levaram ao desdobramento de entradas neste caso.

Quanto ao outro desdobramento de entradas desta tábua — congruente¹ e congruente² — verifica-se que o primeiro item aceita $N_o = N_{-hum}$, $V_{cop} = (\text{ser} + \text{estar})$ e apenas $N_o \neq N_{oc}$, enquanto o segundo admite $N_o = N_{hum}$, $V_{cop} = \text{ser}$ e apenas $N_o = N_{oc}$, conforme se pode observar a seguir:

- (8) a. Essas posições (são + estão) congruentes¹ com o facto de que se (aproximam + aproximem) as eleições.
- b. Essas pessoas_i (são + *estão) congruentes² com o facto de que (elas próprias_i + *vocês) (decidiram + tenham decidido) lutar.

Além disso, só congruente¹ pode ser parafraseado pela sequência verbo-nominal ter congruência em contextos como (8a).

8. Tábua 8 (Que-F V_{cop} Adj a que-F)

Esta tábua contém 32 adjectivos (simétricos) que admitem, simultaneamente, completiva Que-F e infinitiva como sujeito e o mesmo tipo de construções como objecto, sendo, neste último caso, ambas regidas pela prep. a. A completiva e infinitiva podem ser precedidas, nas suas duas funções, pela sequência o facto de, dependendo tal propriedade da natureza do adjectivo.

O comportamento dos adjectivos desta tábua quanto à completiva sujeito é bastante homogêneo. Com excepção apenas de preferível e sujeitável, que só admitem que-F_{conj} e infinitiva, todos os restantes aceitam o facto de que-F_(ind + conj) e ainda que-F_{conj}, assim como infinitiva, precedida ou não da sequência o facto de. Se tomarmos agora em conta a completiva objecto, podemos dividir os adjectivos desta tábua em duas subclasses.

- (i) os que apenas admitem completiva que-F, sempre com V_{oc} no conjuntivo, assim como a sua redução à infinitiva, conforme sucede com adverso, conducente, contrário, favorável¹, preferível, propício e sujeitável (7 itens);
- (ii) os que, além da completiva Que-F, aceitam igualmente a factiva o facto de que-F, uma e outra naturalmente redutíveis à infinitiva; os itens desta subclasse (25 adjectivos) subdividem-se, por sua vez, nos três grupos seguintes, conforme a sua sensibilidade ao modo verbal da factiva e completiva: 1º) itens que não impõem qualquer restrição à ocorrência de indicativo e conjuntivo nos dois contextos, como é o caso de aliável, assimilável, associável, atribuível e imputável; 2º) itens que permitem tanto indicativo como conjuntivo na factiva, mas apenas conjuntivo na completiva, conforme se verifica com comparável, correspondente, equiparável, paralelo, semelhante, etc. (15 itens); 3º) itens que só admitem conjuntivo tanto na factiva como na completiva, conforme

acontece com alheio, análogo, anterior, posterior e ulterior.

Eis alguns exemplos que ilustram, parcialmente, o comportamento dos adjectivos da subclasse (i):

- (1) a. (E + o facto de) que os políticos estejam divididos é (adverso + desfavorável¹ + ...) a (E + *o facto de) que nós (*realizamos + realizemos) esse acordo.
- b. (E + o facto de) os políticos estarem divididos é (adverso + desfavorável¹ + ...) a (E + *o facto de) nós realizarmos esse acordo.

Constituem exemplo do comportamento sintáctico dos adjectivos do 1º grupo da subclasse (ii), ou seja, aqueles que não apresentam qualquer restrição quanto à ocorrência do indicativo ou conjuntivo na subordinada, as seguintes construções:

- (2) a. (E + o facto de) que o comboio tenha descarrilado é (atribuível + imputável + ...) a (E + o facto de) que o agulheiro se (desorientou + tenha desorientado).
- b. (E + o facto de) o comboio ter descarrilado é (atribuível + imputável + ...) a (E + o facto de) o agulheiro se ter desorientado.

Ilustram o comportamento dos itens do 2º grupo da subclasse (ii), ou seja, aqueles que aceitam as propriedades do grupo anterior, com excepção do indicativo no contexto/que-F___/, os seguintes exemplos:

- (3) a. (E + o facto de) que os comboios descarrilem é (comparável + equivalente + paralelo + ...) a (o facto de que os automóveis se despistam /despistem + que os

automóveis se *despistam / despistem).

- b. (E + o facto de) os comboios descarrilarem é com parâvel + equivalente + paralelo + ...) a (E + o facto de) os automóveis se despistarem.

Eis, finalmente, alguns exemplos do último grupo atrás mencionado, ou seja, o daqueles adjectivos incompatíveis com indicativo quer na factiva, quer na completiva:

- (4) a. (E + o facto de) que o comboio tenha descarrilado é (anterior + posterior + ...) a (o facto de que esse automóvel se *despistou / tenha despistado + que esse automóvel se * despistou / tenha despistado).
- b. (E + o facto de) o comboio ter descarrilado é (anterior + posterior + ...) a (E + o facto de) esse automóvel se ter despistado.

9. Tábua 9 (Que-F V_{cop} Adj de que-F)

Esta tábua descreve uma classe de adjectivos simétricos, formada por 87 itens, que, além de admitirem uma completiva como sujeito, aceitam também uma completiva como objecto, regida pela prep. de.

Ao observarmos esta tábua, verificamos que o comportamento sintáctico dos adjectivos nela incluídos é bastante homogéneo, quanto às propriedades da completiva sujeito. Assim, se excluirmos apenas dependente e pendente, que são não-factivos, todos os outros aceitam factiva, quer com indicativo, quer com conjuntivo, e completiva

que-F_{conj}. A completiva e a factiva sujeito são sempre redutíveis a oração infinitiva, propriedade geral que não está representada nas tábuas, como já salientei no Capítulo III.

Se observarmos agora as propriedades da completiva objecto, verificamos que podemos agrupar os adjectivos desta tábua em duas subclasses, tal como aconteceu com os da tábua anterior:

(i) itens que só aceitam completiva Que-F, assim como a redução desta à infinitiva (excepto ameaçador, clarificador e clarificativo), os quais constituem a maioria (77 adjectivos), subdivisíveis por sua vez em dois grupos: 1º) os que só admitem indicativo no contexto /que-F___/, como por exemplo, abonatório, característico, comprovativo, demonstrativo, justificativo, probatório, revelador, sinónimo, sintomático, etc. (59 adjectivos); 2º) os que apenas são compatíveis com conjuntivo no contexto /que-F___/, conforme é o caso, por exemplo, de ameaçador, dependente, impeditivo, merecedor, propiciatório, etc. (18 itens);

(ii) adjectivos (em número de 10) que, além de aceitarem completiva Que-F, admitem também factiva o facto de que-F, sendo tanto esta como aquela redutíveis à infinitiva, os quais se podem subdividir em três grupos: 1º) os que são compatíveis com indicativo e conjuntivo na factiva e só com conjuntivo na completiva Que-F, como acontece com dissociável, divergente, separável, etc. (5 itens); 2º) os que não oferecem qualquer restrição quanto à ocorrência dos dois modos referidos, quer na factiva, quer na completiva, como é o caso de consequente, proveniente, resultan-

te e superveniente (4 itens).

Eis alguns exemplos ilustrativos do comportamento daqueles adjectivos da subclasse (i) que apenas aceitam indicativo na completiva Que-F:

- (1) a. (E + o facto de) que as negociações tenham sido interrompidas é (comprovativo + demonstrativo + sintomático + ...) de (E + *o facto de) que (surgiram + *tenham surgido) dificuldades.
- b. (E + o facto de) as negociações terem sido interrompidas é (comprovativo + demonstrativo + sintomático + ...) de (E + * o facto de) terem surgido dificuldades.

Exemplificam o comportamento dos itens do 2º grupo da subclasse (i), que só permitem conjuntivo na subordinada, as seguintes frases:

- (2) a. (E + *o facto de) que as negociações prossigam está (dependente + pendente + ...) de (E + * o facto de) que tais dificuldades (*são + sejam) vencidas.
- b. (E + *o facto de) as negociações prosseguirem está (dependente + pendente + ...) de (E + *o facto de) tais dificuldades serem vencidas.

Os itens ameaçador, clarificador e clarificativo, da subclasse (i) parecem aceitar dificilmente a redução da completiva (objecto) que-F_{conj} à infinitiva, como se pode ver a seguir:

- (3) a. (E + o facto de) que as empresas tenham tomado essas medidas é ameaçador de (que o desemprego venha + * o desemprego vir) a agravar-se.
- b. (E + o facto de) que o conselho tenha tomado essas medidas é (clarificador + clarificativo) de (que tal situação é grave + *tal situação ser grave).

Por outro lado, alguns adjectivos desta subclasse exigem uma correlação de tempos entre a oração subordinante e a subordinada do tipo presente-futuro, à semelhança do que já verificámos noutros casos (cf. nomeadamente a secção 3. deste Capítulo). Tal correlação deve existir também, como é óbvio, quando se verifica redução à infinitiva. Eis alguns exemplos:

- (4) a. (E + o facto de) que os dirigentes se preocupem com tal situação é (prenunciador + promissor + ...) de que as coisas (?*melhoram + vão melhorar).
- b. (E+ o facto de) que os dirigentes se preocupem com tal situação é (prenunciador + promissor + ...) de as coisas (?*melhorarem + virem a melhorar).

No grupo de adjectivos com tal comportamento, além de pre-nunciador e promissor, podem incluir-se ainda preanunciador, prenunciativo, pressagioso, prometedor, etc., ou seja, itens que encerram a ideia geral de "previsão" ou "promessa".

Não foi possível, todavia, pelas razões já mencionadas, incluir tais dados nas tábuas.

Observemos agora o comportamento sintáctico dos adjectivos da subclasse (ii), atrás definida, começando justamente por aqueles que só aceitam conjuntivo na completiva objecto e tanto este modo como o indicativo na factiva:

- (5) (E + o facto de) que esse congresso se realize é (dissociável + separável + ...) de (o facto de que estão/estejam + que *estão/estejam) marcadas eleições.

Não apresentam qualquer restrição quanto à ocorrência dos dois modos, nem na factiva, nem na completiva, itens como os dos exemplos seguintes:

- (6) (E + o facto de) que esse congresso se realize é (consequente + resultante + ...) de (o facto de que estão/estejam + que estão/estejam) marcadas eleições.

10. Tábua 10 (Que-F V_{cop} Adj para que-F)

Esta tábua contém adjectivos simétricos, em número extremamente reduzido (19 itens), que aceitam como propriedade classificatória uma completiva objecto, regida pela prep. para, além da completiva sujeito.

Ao analisarmos esta tábua, verificamos que o comportamento dos adjectivos que a constituem é muito homogêneo. Quanto à completiva objecto, todos admitem apenas que-F_{conj}, e bem assim a redução desta à infinitiva. Tal completiva não aceita, portanto, em nenhum caso a sequência o facto de.

Quanto à completiva sujeito, pode observar-se que todos os itens admitem que-F (in+conj) e que-F conj, assim como a redução destas à oração infinitiva.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (1) a. (E + o facto de) que o jornalista tenha feito essas declarações é (bastante + propício + suficiente + ...) para (E + *o facto de) que a opinião pública se (*agi ta + agite).
- b. (E + o facto de) o jornalista ter feito essas declarações é (bastante + propício + suficiente + ...) para (E + *o facto de) a opinião pública se agitar.

É interessante notar que alguns adjectivos desta tábua, como, por exemplo, aceitável, aconselhável e terminante, que aqui admitem a sequência o facto de, no contexto da completiva sujeito, rejeitam, porém, tal sequência, em idêntico contexto, quando não se constroem com completiva objecto:

- (2) a. O facto de que a polícia proceda a essa análise é (aceitável + aconselhável + terminante) para que as investigações prossigam.
- b. É (aceitável + aconselhável + terminante) (E + *o facto de) que a polícia proceda a essa análise.

Quer dizer, adjectivos como aceitável, aconselhável e terminante, que são sensíveis à negação, não premitem, em geral, pressupor a verdade da frase completiva. Ou melhor, são relativamente neutros quando a tal valor de verdade. É o que se verifica em contextos como (2b), onde só existe uma completiva sujeito, sobre a qual se projecta o referido valor pressu

posicional.

Todavia, em contextos, como (2a), onde há duas completivas, tal valor pressuposicional reflecte-se antes sobre a completiva objecto. Por tal motivo, a completiva sujeito é insensível à negação do adjectivo e passa a ser assumida como verdadeira, aceitando a sequência o facto de. Estes dados constituem um argumento, a acrescentar aos que apresentei na subsecção 2.6.1. do Capítulo II e na secção 5. do presente capítulo, a favor do valor de oração completiva de para que-F, A-Compl pedido pelos adjectivos da Tábua 10.

Vários adjectivos desta tábua, tais como aconselhável, aproveitável, bastante, benéfico, necessário, propício, proveitoso, útil e vantajoso, admitem um A-Compl não frásico antes da completiva objecto, regido pela prep. a. Eis alguns exemplos de construções ilustrativas:

- (3) (E + o facto de) que os cientistas tenham descoberto esse medicamento é (benéfico + proveitoso + útil + ...) a (a humanidade + os doentes₁) para que (tal epidemia seja erradicada + eles₁ sejam curados).

Em geral, tais adjectivos não exigem que o N₁ de A-Compl seja co-referente de N_{oc}, isto é, o sujeito da completiva, já que tanto N₁ = N_{oc} como N₁ ≠ N_{oc} são igualmente aceites, conforme (3) confirma. No entanto, deve existir uma relação mais ou menos indirecta entre N₁ e N_{oc} ou o conteúdo da completiva objecto em geral para que frases como (3) sejam aceitáveis. De facto,

quando tal relação não existe, como a seguir se verifica ,
tais contruções tornam-se inaceitáveis:

- (4) (E + o facto de) que certos países nos ofereçam ajuda é
(aproveitável + necessário + vantajoso) a Portugal_i para
que a economia (E_i + nacional_i + *mundial) melhore.

Quando na completiva objecto de (4) se refere economia, com
ou sem o "qualificativo" nacional, expressa-se uma relação
de co-referência indirecta (ou restrição de projecção) entre
aquele item e N₁ (Portugal) e a frase é aceitável. Se, porém,
tal relação não existe, conforme sucede quando N_{oc} = econo-
mia mundial, a frase torna-se inaceitável. Como se trata, po-
rém, de uma relação de co-referência indirecta, de índole
bastante geral, não foi possível assinalá-la nas tábuas. As
propriedades N₁ = N_{oc} e N₁ ≠ N_{oc}, marcadas nas tábuas positi-
vamente, referem-se apenas à co-referência em sentido estrito ou directa.

11. Tábua 11 (Que-F V_{cop} Adj com o facto de que-F)

Esta tábua contém 25 adjectivos simétricos, que se constroem
simultaneamente com completiva sujeito, redutível à infiniti-
va, e factiva objecto, regida da prep. com, o facto de que-F,
igualmente redutível a oração infinitiva.

Os itens da tábua 11 revelam um comportamento homogêneo, quan-
to à natureza das completivas sujeito e objecto. De facto ,
todos eles aceitam as propriedades o facto de que-F (ind+conj)
e que-F_{conj}, no contexto de N_o sujeito, e com o facto de
que-F (ind+conj), assim como com o facto de F_{inf flex}, no con-

texto da completiva objecto.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

- (1) a. (E + o facto de) que o Benfica tenha ganho a taça é (coadunável + compatível + condicente + ...) com (*E + o facto de) que o Sporting tenha perdido.
- b. (E + o facto de) o Benfica ter ganho a taça é (coadunável + compatível + condicente + ...) com (*E + o facto de) o Sporting ter perdido.

Como se vê, na completiva objecto a sequência o facto de não pode ser apagada, quer antes de que-F, quer antes da infinitiva.

Todavia, o apagamento de facto de apenas, mantendo-se a forma o como indicativo de nominalização, é relativamente aceite, no caso da infinitiva, e foi positivamente assinalado nas tábuas, como se pode ver a seguir:

- (2) (E + o facto de) que o Benfica tenha ganho a taça é (coadunável + compatível + condicente + ...) com o (*o Sporting + ele) ter perdido.

Em (2) é permitida a construção com o ele ter perdido, mas não com o o Sporting ter perdido. No entanto, se a forma o, resíduo da sequência o facto de, for aglutinada com o artigo o, determinante do N Sporting, a frase torna-se relativamente aceitável, embora em menor grau do que se N_{oc} for substituído por um pronome pessoal ou contiver um determinante que não seja o artigo definido:

- (3) (E + o facto de) que o Benfica tenha ganho a taça é (coadunável + compatível + condicente + ...) com o (? Sporting + ele + esse clube) ter perdido.

Poder-se-ia admitir que, em (3), a oração infinitiva com o Sporting ter perdido resultou antes do apagamento de toda a sequência o facto de, e não apenas de facto de, seguindo-se-lhe a crase o+o=o. As construções seguintes, dada a sua fraca aceitabilidade, mostram-nos, contudo, que a hipótese de apagamento de toda a sequência o facto de é pouco verosímil:

- (4) ??(E + o facto de) que o Benfica tenha ganho é (coadunável + compatível + condicente + ...) com (ele + esse clube) ter perdido.

Por outro lado, verifica-se ainda que o apagamento do pronome pessoal sujeito na oração infinitiva de tais construções se torna possível, como é de regra em português, se a sequência o facto de estiver presente, mas impossível, se esta for apagada, o que representa mais um argumento contra a hipótese acima referida:

- (5) a. O eles terem ganho é (coadunável + compatível + condicente + ...) com o facto de (E + nós) termos perdido.
b. *O eles terem ganho é (coadunável + compatível + condicente + ...) com termos perdido.

Se, todavia, a forma o estiver presente em construções como (5b), estas adquirem o mesmo grau de aceitabilidade que (4):

- (6) ??O eles terem ganho é (coadunável + compatível + condicente + ...) com o termos perdido.

Em relação à especificidade desta forma o, em parte já salientada na subsecção 3.2. do Capítulo II, é interessante notar, como nos mostra a aceitabilidade da oração infinitiva, em (3), com o esse clube ter perdido, que ela não se confunde inteiramente com o artigo definido o, já que este artigo nunca se pode combinar com os demonstrativos (este, esse, aquele, etc.), pois também estes são artigos (cf. a subsecção 3.2. e nota 17 do Capítulo II). No entanto, na infinitiva com o esse clube ter perdido tal combinação é possível.

Tendo, pois, em conta a análise que acabamos de efectuar, parece legítimo inserir na Tábua 11 a propriedade de com o Pro V_{-inf flex} para registar os dados aceitáveis de construções como (2) e, em parte, (3) e ainda com N_{oc} V_{-inf flex}, para dar conta de que o apagamento de toda a sequência o facto de, conforme (4) nos mostra, não é aceitável.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

1. Resultados conseguidos

Em primeiro lugar, o presente estudo permitiu, por um lado, definir em extensão os adjectivos predicativos que se constroem com completiva e, por outro, descrever de forma sistemática e tão exaustiva quanto possível (tendo em conta o estado actual dos conhecimentos linguísticos) as propriedades sintácticas e semânticas que caracterizam tais construções.

Apesar de bastante elevado, o número de propriedades registadas nas tábuas (cerca de 150) poderia alargar-se ainda mais.

Na descrição das propriedades sintácticas, efectuada no Capítulo II, e ainda no comentário de cada tábua, no Capítulo IV, analisei várias propriedades que não foram directamente inseridas nas tábuas, por motivos vários. Relembro aqui apenas as seguintes: completivas Se-F (v.II,2.2.), concordância de tempo entre V_{cop} e V_{oc} (v.II, 2.2. e 2.3.), auxiliares pseudo-copulativos (v.II,2.4.), aspectos diversos das restrições de projecção ou fenómenos de co-referência (v.II, 3,9., e IV), inserção de auxiliares temporais-aspectuais e modais (v.g., vir a, estar a, ter de, poder, dever,

conseguir, etc.) na completiva objecto (v.IV e ainda a secção 2., neste Capítulo V), etc..

Determinadas propriedades de natureza predominantemente semântica, como, por exemplo, a classificação dos adjectivos não factivos em implicativos absolutos, se-Adjs e só se-Adjs (v. II, 2.3.), ou ainda características específicas do comportamento dos adjectivos emotivos (v. II. 3.8.), etc., foram igualmente excluídas das tábuas, devido fundamentalmente à dificuldade em projectar, de forma operativa, sobre o conjunto dos adjectivos os testes que permitem explicitá-las.

Em segundo lugar, o presente estudo, embora centrado sobre as construções completivas dos adjectivos predicativos, permitiu descrever diversos outros aspectos relevantes da sintaxe do português. Entre estes aspectos saliento, nomeadamente, a distinção entre adjectivos predicativos e não predicativos (v. I, 4.5.1.), a distinção entre participípios passados adjectivais e não adjectivais (v. I, 4.5.3.), a importância do fenómeno da co-referência (v. II, 2.6., 3.9., e IV), o funcionamento do infinitivo flexionado e não flexionado (v. II, 3.1. e 3.2., e IV), o fenómeno da topicalização e deslocação de constituintes em geral (v. II. 3.5.), ou ainda diversas relações entre construções adjectivais e construções verbais, verbo-nominais e adverbiais (v. II, 4.).

Tomando como propriedades definidoras o tipo de completiva e/ou o tipo de regência desta, os itens recenseados foram distribuídos por onze tábuas (ou classes).

O quadro seguinte dá conta de tal distribuição e bem assim do número de colunas (i.e., propriedades) que definem cada tábua.

(1) Quadro 1

Tábuas	Número de Adj	Número de colunas (1)
1	1 440	47 ⁽²⁾
2	50	42
3	162	42
4	131	42
5	42	42
6	15	42
7	37	39
8	32	32
9	87	32
10	19	32
11	25	31
TOTAL	2 040	-

(1) Nas Tábuas 1a e 1p (v.o Quadro 2 a seguir) foram contadas como colunas os submódulos que continham as preposições a e/ou para , respectivamente.

(2) Este número máximo diz respeito à Tábua 1a (v.o Quadro 2 a seguir).

Por sua vez, o quadro seguinte dá conta da distribuição dos itens e colunas da Tábua 1 pelas três subtábuas que a compõem:

(2) Quadro 2

Tábua 1	Número de Adj	Número de colunas
1 a	132	47
1 p	472	40
1 r	836	35
Total	1440	-

É possível que alguns adjectivos susceptíveis de aceitarem construções completivas tenham escapado à análise.

Essas possíveis omissões serão devidas a dois motivos fundamentais. Por um lado, o dicionário que serviu de base ao recenseamento das formas (o D.L.P.) apresentará lacunãs e nem sempre terá sido possível (embora o tenha sido algumas vezes) remediá-las com o recurso a outros dicionários. Em segundo lugar, terão escapado à intuição linguística certos empregos raros (figurados ou não) de determinados adjectivos em construções completivas.

Neste aspecto, o recurso complementar a um corpus (como foi o caso de líquido, empregado em sentido figurado; cf. Tábua 1r e ainda o Cap. I, secção 3., frase (22)) pode contribuir para colmatar as falhas assinaladas. É nesta ordem de ideias que Gross (1975:p.157) afirma: "Cependant, certains emplois sont moins communs, c'est-à-dire statistiquement rares, et l'introspection peut les laisser échapper. Il est envisageable de construire des analyseurs syntaxiques (Salkoff) qui utiliseraient l'information contenue dans les tables et qui ne retiendraient des textes analysés que les structures ne figurant pas dans les tables. Les résultats fournis par de tels analyseurs seraient donc susceptibles d'aider à la découverte d'emplois syntaxiques très difficilement décelables par toute autre procédure".

Uma outra omissão susceptível de se verificar nas tábuas é a de certos adjectivos incluídos numa delas, por aceitarem a respectiva propriedade definidora, poderem eventualmente entrar numa outra. De facto, certas tábuas, como a Tábua 4 e a Tábua 5, por exemplo, devido às suas propriedades, parecem susceptíveis de aumentar o respectivo número de itens.

Apesar destas eventuais falhas, creio que as tábuas contêm a quase totalidade dos itens compatíveis com os diversos tipos de construções completivas.

Uma outra questão que necessita de ser discutida diz respeito às noções de classe e subclasse. Em princípio, cada tábua define uma classe sintáctica, como já foi expresso por diversas vezes. Por outro lado, no Capítulo IV, ao fazer comentário das diferentes tábuas, utilizei a noção de subclasse, definida por

subconjuntos das propriedades de cada tábua, tendo em conta geralmente as características da completiva (aceitação ou não da sequência o facto de, modos indicativo e conjuntivo, infinitivo flexionado e não flexionado) e questões de co-referência de sujeitos (i.e., $N_o = N_{oc}$ ou $N_o \neq N_{oc}$), etc..

É evidente que uma classificação em subclasses, com base neste subconjunto de propriedades ou outro, é perfeitamente arbitrária, conforme já o sublinhei aliás. O outro ponto de vista extremo, susceptível de ser utilizado para definir subclasses (ou classes?, se tivermos em conta que a distinção é bastante arbitrária) poderia consistir em utilizar a totalidade das cerca de 150 propriedades contidas nas tábuas.

De acordo com tal critério, só pertenceriam à mesma classe (ou subclasses?) os adjectivos com as mesmas propriedades. Sendo assim, as mencionadas onze classes (e as subclasses definidas no Capítulo IV) seriam fraccionadas num número indeterminado de outras classes.

É este aliás o critério sustentado por Gross (1975:pp.214-215) para a definição de classes: "Ces tables nous ont également permis de cerner une limite de la notion de classe. Nous avons défini sur notre ensemble de verbes la relation d'équivalence suivante: deux éléments (i.e. deux entrées) appartiennent à la même classe lorsqu'ils possèdent les mêmes propriétés syntaxiques. Pour notre ensemble de 3.000 entrées (i.e. verbes) cette relation fournit un ensemble de 2.000 classes. Une classe contenant en moyenne 1,5 verbe, on peut affirmer qu'en général, il n'existe pas deux verbes qui ont les mêmes propriétés syntaxiques".

Não me foi possível utilizar um tal critério para determinar o número total de classes entre os cerca de 2.000 adjetivos estudados, já que não pude recorrer a meios mecanográficos. No entanto, se observarmos certas tâbuas contendo um pequeno número de itens, como as tâbuas 6, 10 ou 11, por exemplo, vamos encontrar uma situação semelhante, neste aspecto, à que é assinalada por Gross relativamente aos verbos franceses.

Assim, por exemplo, tendo em conta as 42 colunas (propriedades) da tábuia 6, verificamos que os 15 itens nela incluídos se distribuem, pelo menos, em 7 classes.

Destas 7 classes, 5 contêm apenas um item e 2 compreendem 4 itens cada uma (doido, louco, sequioso e sôfrego, por um lado, e impaciente, radiante, raivento e raivoso, por outro).

Se, porém, neste último caso pudéssemos inserir na referida tábuia outras relações de equivalência (verbais, por exemplo), estas duas classes fraccionar-se-iam. Assim, por exemplo:

doido - endoidecer, louco - enlouquecer, sequioso - ?, sôfrego - ? ; impaciente - impacientar-se, radiante - ? , raivento - enraivecer, raivoso - enraivecer. Cada uma delas desdobrar-se-ia, pois, em duas ou três. E, se recorrêssemos a mais propriedades, seria possível efectuar mais desdobramentos.

Toda esta questão levanta, no entanto, diversos problemas teóricos. Um dos mais importantes prende-se, sem dúvida, com a construção de modelos de competência que as gramáticas devem ser. Se, na verdade, as classes gramaticais forem constituídas por um a dois itens, em média, como explicar a tão fácil

e rápida aquisição do modelo gramatical pelos falantes autóctones duma língua?

Essa fácil e rápida aquisição leva-nos a pensar duas coisas: ou a fracção do léxico dominada pelos falantes (v., a propósito, a secção 1. do capítulo III, nomeadamente, a noção de competência lexical, ali definida) comporta classes com um número bastante grande de itens; ou determinadas propriedades características dos itens lexicais são mais relevantes do que outras.

Estes dois aspectos não são aliás inconciliáveis. Apesar do desenvolvimento de estudos psicolinguística nas últimas duas décadas, muito pouco sabemos ainda sobre os mecanismos de interiorização e estratégias de percepção intervenientes na aquisição da língua materna.

Neste aspecto parecem-me importantes as seguintes reflexões de Gross (174:p.26):

"Ces observations suggèrent donc que les propriétés sémantiques impliquent des propriétés syntaxiques. Dans ces conditions, la procédure d'apprentissage de la syntaxe pourrait avoir le caractère plausible suivant. L'enfant perçoit (apprend?) des notions sémantiques très intuitives (l'application des notions "bon" et "mauvais" à des objets ou assertions, le déplacement d'un objet d'un point à un autre) et ces notions déterminent des propriétés syntaxiques. D'une manière plus précise, l'enfant possède au départ une matrice avec la plupart de ses colonnes en place. Il apprend les entrées lexicales, et les notions sémantiques attachées à ces entrées précisent automatiquement la ligne de + ou de - associée à l'entrée".

Depois de afirmar que as transformações gramaticais constituem universais, Gross (1974:p.27) acrescenta:

" Nous considérons que les règles $X \rightarrow Y$ [i.e., as transformações] ne sont pas apprises, mais que les conditions le sont . Autrement dit, ce sont les conditions sur les transformations qui sont prédites à partir des propriétés sémantiques".

Neste aspecto, Gross aproxima-se dos defensores da semântica generativa. Todavia, este processo de aprendizagem da sintaxe, conforme o próprio Gross reconhece, necessitaria de ser mais investigado, submetendo-o a uma verificação experimental.

Ora, creio que o estudo aqui desenvolvido sobre as construções completivas dos adjectivos predicativos representa uma achega à referida proposta de Gross. Em vários pontos da descrição, verificámos que determina noções (ou propriedades) semânticas implicavam propriedades sintácticas.

É o caso, por exemplo, da noção adjectivo emotivo (v., nomeadamente, a subsecção 3.8. do Capítulo II). Outro caso semelhante o da ideia de manifestação de vontade ou desejo, que determina a qualidade de oração completiva da quase totalidade dos adjectivos da tábua 6, no contexto $N_o \neq N_{oc}$, induzindo o conjuntivo em Que-F, como, por exemplo:

- (3) a. As crianças estão (ansiosas + impacientes + ...) por que os pais cheguem.
 b. As crianças estão (ansiosas + impacientes + ...) porque os pais chegam.

Em (3a), os adjectivos implicam manifestação de vontade ou desejo, factor que determina o aparecimento do conjuntivo em

Que-F. Pelo contrário, em (3b) , tais itens não implicam a mesma propriedade semântica, motivo por que a frase Que-F já não contém o conjuntivo, mas sim o indicativo. Neste caso, tal frase é causal, i.e., comporta-se como F-Compl, ao passo que no primeiro ela é completiva, ou seja, A-Compl.

Em termos semânticos, poderíamos acrescentar ainda que em frases como (3a) os adjectivos implicam actividade (ou voluntariedade) da parte do SN sujeito, ao passo que em construções como (3b), os itens homónimos daqueles supõem antes passividade da parte do mesmo SN sujeito. V., a este propósito, as subsecções 2.6.1. e 3.1.2. (v) do Capítulo II e a secção 6. do Capítulo IV.

Também no que respeita à propriedade semântica da factividade vimos quais eram as suas implicações sintácticas (v., nomeadamente , a subsecção 2.3. do Capítulo II).

Em relação aos adjectivos que se constroem com completiva sujeito, seria interessante notar que, de um modo geral e em maior ou menos grau, todos eles são susceptíveis de predicar objectos abstractos. Ora será justamente esta propriedade semântica que determina que tais adjectivos aceitem como o SN sujeito uma construção completiva.

Note-se, aliás, que é justamente a atribuição do sentido figurado (ou transposição metonímica ou metafórica) a certos itens (como , por exemplo, líquido, atrás referido) o factor que determina a sua compatibilidade com completiva sujeito, na medida em que tal transposição passa a pertimir-lhes predicar objectos abstractos.

Nesta mesma linha, verificámos, por exemplo, como é que as acep-

ções semânticas de muitos itens implicavam propriedades sintácticas diversas, obrigando, por conseguinte, ao desdobramento de entradas. V., nomeadamente, os casos de difícil¹ e difícil², ou capaz¹ e capaz² e capaz³ e tantos outros que as tábuas contém e que foram em parte analisados pormenorizadamente quer no Capítulo III, quer no Capítulo IV, ou mesmo no Capítulo II. Naturalmente estas observações gerais de índole semântica, que se encontram em relação com a sintaxe, precisavam de ser mais aprofundadas e verificadas de forma sistemática. Esta seria, porém, uma outra tarefa, complementar da que realizei, sem dúvida, mas que me obrigaria a alongar noutras direcções o presente estudo, o que se torna incomportável por agora.

2. Aspectos a desenvolver

Ao longo deste estudo, diversas questões se apresentaram, umas directamente relacionadas com o objecto da investigação, outras apenas indirectamente, as quais nem sempre foram suficientemente aprofundadas, se é que não foram mesmo postas de lado.

Apenas me vou referir seguidamente a algumas propriedades directamente relacionadas com as construções completivas adjectivais, não suficientemente aprofundadas ou nem sequer inseridas nas tábuas, no sentido de indicar alguns aspectos que mereciam ser desenvolvidos.

Assim, uma das questões susceptível de ser aprofundada prende-se com os fenómenos de tempo-aspecto-modo intervenientes na aceitabilidade das completivas indirectas de certos adjectivos.

No Capítulo IV, ao comentar cada uma das Tâbuas, fui salientado alguns aspectos relacionados com esta questão e que não foram directamente inseridos nas tâbuas. Os exemplos seguintes permitem (re)lembrar alguns desses aspectos:

- (1) a. *Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas + ...) de que visitem este museu.
- b. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas + ...) de que (possam + consigam + *tenham de + *devam) visitar este museu.
- (2) a. ?*Os actuais sintomas são (prenunciadores + prometedores + promissores + ...) de que as coisas melhoram.
- b. Os actuais sintomas são (prenunciadores + prometedores + promissores + ...) de que as coisas (vão + *estão a + podem + devem + ...) melhorar

Como se vê, a aceitabilidade de certas construções melhora, quando na completiva introduzimos determinados modais, tais como ter de (cf. (1b) e (2b)), poder, conseguir, (cf. 3b), etc., ou certos auxiliares temporais - aspectuais, conforme sucede com ir + inf, estar a + inf (cf. 4b), etc..

Um estudo mais aprofundado destes aspectos, que apenas foram afiorados no Capítulo IV, permitiria enriquecer as tâbuas léxico-sintácticas com a inclusão de novas propriedades. Os Quadros 3 e 4, a seguir, mostram de forma aproximada como é que tais propriedades poderiam (deveriam) ser incluídas nas tâbuas.

(3) Quadro 3 (anexo à Tábua 3)

Suj (N _O)		Adjectivo	Complet prep (<u>de</u>)						
N _{hum}	N _{-hum}		N _O = N _{OC}	que -F conj	T _{OC} = "Pres"	V _{OC} =conseguir	V _{OC} =dever	V _{OC} =poder	V _{OC} =ter de
+	-	ansioso	+	+	-	+	-	+	-
+	-	desejoso	+	+	-	+	-	+	-
+	-	esperançoso	+	+	-	+	-	+	-

(4) Quadro 4 (anexo à Tábua 3)

Suj (N _O)		Adjectivo	Complet prep (<u>de</u>)							
N _{hum}	N _{-hum}		N _O ≠ N _{OC}	que -F ind	T _{OC} ="Pres"	T _{OC} ="Fut"	V _{OC} =dever	V _{OC} =estar a	V _{OC} =ir a	V _{OC} =poder
-	+	preunciador	+	+	-	+	+	+	+	+
-	+	prometedor	+	+	-	+	+	+	+	+
-	+	promissor	+	+	-	+	+	+	+	+

Os Quadros 3 e 4, conforme se pode verificar através da sua comparação com a Tábua 3, apenas contemplam algumas das propriedades dependentes respectivamente de $N_o = N_{oc}$ e $N_o \neq N_{oc}$.

Adjectivos como ansioso, desejoso, esperançoso, etc., quando se constroem com $N_o \neq N_{oc}$ não implicam as mesmas restrições mencionadas no Quadro 3. Por outro lado, quando, em relação a estes mesmos adjectivos, que-F_{conj} se reduz à oração infinitiva, no contexto $N_o = N_{oc}$, aquelas restrições já são dispensáveis, como se pode observar nos exemplos seguintes:

- (5) a. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas + ...) de (visitar + visitarem) este museu.
 b. Essas pessoas estão (ansiosas + desejosas + esperançosas + ...) de (poder + poderem + conseguir + conseguirem + *ter de + *terem de + *dever + *deverem) visitar este museu.

Pelo contrário, adjectivos como prenunciador, prometedor, promissor, etc., implicam, na redução de que-F_{ind} ao infinitivo, sensivelmente as mesmas restrições exemplificadas no Quadro 4, conforme se pode ver pelas construções seguintes:

- (6) a. ?*Os actuais sintomas são (prenunciadores + prometedores + promissores + ...) de as coisas melhorarem.
 b. Os actuais sintomas são (prenunciadores + prometedores + promissores + ...) de as coisas (?irem + virem a + *estarem a + poderem + ?deverem) melhorar.

Contudo, (6b) mostra-nos, por um lado, que o auxiliar do futuro vir a é mais bem aceite do que ir, e, por outro, que o modal dever não é tão aceitável como em (2b). Nesta frase dever só é interpretável com o valor de probabilidade (e não com o de obrigação).

Será que na redução ao infinitivo dever aceita com mais dificuldade o valor de probabilidade?

Enfim todos estes aspectos deveriam ser desenvolvidos e alargados às outras tábuas. Todavia, só este tema daria para um outro trabalho.

Um outro aspecto que nem sequer foi aflorado no decurso do presente estudo é posto em evidência nos exemplos seguintes:

(7)a. Este tipo de relação é (difícil + fácil +...) de ocorrer com tais adjectivos.

b. Essas peripécias são (difíceis + fáceis +...) de suceder em Lisboa.

O fenómeno sintáctico que exemplos como (7) põem em evidência pode ser aproximado daquele que foi descrito na subsecção 3.6. do Capítulo II (Elevação do Objecto). De facto, construções como (7a,b) estão claramente relacionadas, respectivamente, com as seguintes:

(8)a. É (difícil + fácil +...) este tipo de relação ocorrer com tais adjectivos.

b. É (difícil + fácil +...) tais peripécias sucederem em Lisboa.

Quer dizer, as frases (7a,b) parecem poder ser derivadas, respectivamente, de (8a,b), se postularmos uma regra que eleve o SN sujeito da oração infinitiva (i.e., este tipo de relação, ou essas peripécias) para sujeito do predicado adjectival. Uma tal regra tem sido designada na literatura da gramática generativa como

Elevação do Sujeito (v., nomeadamente, Postal, 1974, Ruwet 1972, Raposo 1975, etc.). Tal regra ocorre igualmente com estruturas verbais:

(9)a. Parece que essas coisas são boas.

b. Essas coisas parecem ser boas.

A relação transformacional entre (8) e (7) poderia ser formalizada do seguinte modo:

$$(10) \quad \underline{V_{\text{cop}} \text{ Adj } N_{\text{oc}} V_{\text{-inf}}^{\text{OC}}} \rightarrow \underline{N_{\text{oc}} V_{\text{cop}} \text{ Adj de } V_{\text{-inf}}^{\text{OC}}}$$

A principal diferença entre Elevação do Sujeito e Elevação do Objecto em construções adjectivais parece apenas dizer respeito à função sintáctica do SN deslocado (ou elevado). Em exemplos como:

(11)a. É (difícil + fácil +...) comer esses bolos.

b. Esses bolos são (difíceis + fáceis +...) de comer.

O SN esses bolos desempenhava a função de objecto da oração infinitiva (cf. 10a.) e foi elevado para sujeito do predicado adjectival (cf. 10b.). Em exemplos como (8) atrás, os SNs este tipo de relação e essas peripécias exerciam a função de sujeito da oração infinitiva (cf., respectivamente, (8a) e (8b)) e foram elevados para a posição de sujeito do predicado adjectival (cf., respectivamente, (7a) e (7b)).

Todavia, o fenómeno de Elevação do Sujeito em construções adjectivais é de âmbito muito mais restrito que Elevação do Objecto. Assim, o número de adjectivos que suportam Elevação do Sujeito

é muito mais reduzido do que o dos itens compatíveis com Elevação do Objecto.

Sem ser exaustiva, a lista seguinte creio que deve conter o maior número d tais adjectivos:

(12) difícil, fácil, impossível, improvável, inconcebível, (in) verosímil, etc..

Os itens desta lista, incluindo, portanto difícil e fácil, implicam um valor modal de probabilidade.

Por outro lado, os verbos (V_{-inf}^{OC}) que entram no contexto de frases como as de (7) constituem um grupo igualmente muito restrito, com propriedades bastante específicas.

Em tal grupo, além de ocorrer e suceder, incluem-se ainda os seguintes:

(13) acontecer, advir, aparecer, dar-se, existir, passar-se, sair, sobrevir, etc..

Trata-se, pois, pelo menos parcialmente, de verbos que denotam existência ou ocorrência e a eles me referi já por diversas vezes no decurso deste trabalho (v., nomeadamente, a subsecção 4.5.3. do Capítulo I).

Como propriedades mais salientes destes verbos assinala a possibilidade de admitirem a chamada regra de Degradação do Sujeito (cf. Perlmutter 1973) e ainda o facto de os respectivos participios passados só funcionarem como adjectivos no contexto adnominal, mas não no contexto pós-verbo copulativo.

Os verbos da lista (13) são, pois, intransitivos.

Note-se que, se em exemplos como os de (8), tivermos verbos transitivos, a relação transformacional posta em evidência em (10) seria impossível de se verificar:

(14)a. É (difícil + fácil) essas peripécias arrastarem outras mudanças.

b. *Essas peripécias são (difíceis + fáceis) de (arrastar + arrastarem) outras mudanças.

Mesmo que o objecto directo de tais verbos esteja apagado, a relação transformacional em causa continua impossível de admitir:

(15)a. É (difícil + fácil) essas ovelhas comerem.

b. ?*Essas ovelhas são (difíceis + fáceis) de (comer + *comerem).

Note-se que uma frase como (15b) só seria aceitável desde que o SN essas ovelhas fosse interpretado como objecto de comer e não como seu sujeito. Ou seja, (15b) nunca poderia ser derivada de (15a), i.e., com Elevação do Sujeito, mas apenas da frase seguinte, através de Elevação do Objecto:

(16) É (difícil + fácil) comer essas ovelhas.

Nesse caso, conforme já vimos na subsecção 3.6. do Capítulo II, a forma flexionada do infinitivo (cf. comerem, em (15b)) seria inaceitável.

Dada a natureza dos verbos ocorrentes em estruturas como as de (7) e (8), o seu SN sujeito só parece poder conter substantivos /não humanos/ ou, mais rigorosamente, /abstractos/, como

se pode observar a seguir:

(17)a. É (impossível + inverosímil) outros (*homens + *animais + *mares + flagelos) como esses (ocorrerem + sucederem + darem-se +...).

b. Outros (*homens + *animais + *mares + flagelos) como esses são (impossíveis + inverosímeis) de (ocorrer + suceder + se dar + ...).

Os verbos existir e aparecer não parecem, no entanto, obedecer a tal restrição:

(18)a. É (impossível + inverosímil) outros (homens + animais + mares + flagelos) como esses (existirem + aparecerem).

b. Outros (homens + animais + mares + flagelos) como esses são (impossíveis + inverosímeis) de (existir + aparecer).

Enfim, outras restrições quanto ao SN sujeito de tais construções deveriam ser assinaladas, como, por exemplo:

(19)a. ?*É (impossível + inverosímil) Lisboa (existir + aparecer).

b. ?*Lisboa é (impossível + inverosímil) de (existir + aparecer).

(20)a. É (impossível + inverosímil) o Júlio (?*existir + aparecer).

b. ?*O Júlio é (impossível + inverosímil) de (existir + aparecer).

Quando, pois, o SN sujeito contém nomes próprios, tais construções já se tornam dificilmente aceitáveis, a não ser que o nome próprio

contenha um modificador restritivo de qualquer tipo.

(21)a. É impossível a Lisboa do séc.XIX existir.

b. A Lisboa do séc.XIX é impossível de existir.

No entanto, outros factores intervêm na aceitabilidade de construções semelhantes às de (21), como, por exemplo, o da categoria gramatical de tempo. O que torna as frases de (21) aceitáveis é o facto de o tempo de V_{-inf}^{OC} ser diferido do tempo contido no S Prep modificador de Lisboa. Se tal tempo não fosse diferido, as construções de (21) tornar-se-iam aberrantes, tal como as de (19):

(22)a. ?*É impossível a Lisboa do séc. XIX ter existido.

b. ?*A Lisboa do séc. XIX é impossível de ter existido.

Os factores que determinam a compatibilidade entre V_{-inf}^{OC} de (19), (20) e (21) e os respectivos SNs sujeitos parecem ser, no entanto, de ordem geral e não propriamente específicos das construções em causa, motivo por que não vou aprofundá-los mais.

A análise que acabamos de efectuar revela argumentos em favor da relação transformacional postulada em (10). Assim, por exemplo, verifica-se que quando determinado SN não é aceite na função de sujeito de V_{-inf}^{OC} também não o é na função de sujeito do predicado adjectival. Ou seja, construções como (19b) ou (21b) são rejeitadas pelas mesmas razões por que (19a) ou (21a) o são. O verbo aparecer representa, contudo, uma excepção, já que em (20a) é perfeitamente aceitável com $N_{oc} = \text{Nome próprio}$ e em (20b) não.

Enfim as relações existentes entre N_{oc} e V^{oc}_{-inf}, em construções como (17a) ou (18a), por um lado, e entre o mesmo N_{oc} deslocado e o predicado adjectival, em exemplos como (17b) ou (18b), por outro, deveriam ser aprofundadas. O que acabamos de ver parece, no entanto, suficiente para dar uma imagem da especificidade das construções em causa.

Outras particularidades haveria ainda que desenvolver. Uma delas diz respeito à questão do infinitivo flexionado. Assim, em frases como (17a) ou (18a) o infinitivo deve ser obrigatoriamente flexionado, visto que o seu SN sujeito está presente. Em construções como (17b) ou (18b) o infinitivo não está flexionado, nem parece que o poderia estar, conforme nos mostram os exemplos seguintes:

(22)*Outros flagelos como esses são (impossíveis + inverosímeis) de (ocorrerem + sucederem).

(23)*Outros (homens + animais + mares + flagelos) como esses são (impossíveis + inverosímeis) de (existirem + aparecerem).

No entanto verbos como dar-se aceitam ser flexionados em tal contexto:

(24) Outros flagelos como esses são (impossíveis + inverosímeis) de se darem.

Tal ocorrência, devida provavelmente à especificidade destes verbos pronominais intrínsecos, poderia contribuir para nos levar a rejeitar a hipótese transformacional que estamos a admitir como meio de relacionar construções como (17a) e (17b) ou (18a) e

(18b), etc.. Efectivamente, porque não admitir que construções como (17b) ou (18b) sejam inseridas na Tábua 3, no contexto $N_O = N_{Oc}$, com redução obrigatória ao infinitivo?

No entanto, para além dos argumentos favoráveis à relação transformacional já apresentados atrás, poderíamos ainda assinalar uma objecção a tal hipótese, paralela, aliás, à que foi utilizada na subsecção 3.6. do Capítulo II.

É que se construções como (17b) ou (18b) fossem básicas, a completiva $de-V_{-inf}^{OC}$ deveria poder comutar com o Pro-F(de) isso, o que não se verifica:

(24) *Outros flagelos como esses são (impossíveis + inverosímeis) disso.

(25) *Outros (homens + animais + mares + flagelos) como esses são (impossíveis + inverosímeis) disso.

Para além dos aspectos relativos à ocorrência de auxiliares temporais — aspectuais e modais na completiva e ainda dos que se prendem com o fenómeno de Elevação do Sujeito, acabado de analisar, outros haveria ainda que desenvolver. Todavia, os que apresentei revelam algumas das linhas em que a investigação aqui apresentada poderia ser prosseguida.

3. Investigação em sintaxe e teoria linguística

Os estudos de sintaxe conheceram nos últimos anos, graças sobretudo ao aparecimento das teorias transformacionais, um enorme desenvolvimento, como no-lo mostra uma simples consulta da

literatura linguística que tem sido produzida.

No entanto, tal desenvolvimento incidiu, fundamentalmente, sobre a criação de modelos teóricos considerados explicativos do funcionamento das línguas humanas. Estes modelos (de ordem generativa) utilizam em geral mecanismos extremamente abstractos, bastante pouco motivados do ponto de vista empírico, já que se baseiam frequentemente sobre um número extremamente restrito de dados, quer do ponto de vista de uma só língua, quer do ponto de vista das várias línguas existentes.

Todavia, a preocupação hiper-teórica da criação de modelos linguísticos começa na hora actual, a dar lugar ao desenvolvimento de estudos fundamentalmente mais descritivos, já que os modelos propostos, como sejam o modelo clássico da teoria generativa (cf. Chomsky 1965) e suas posteriores variantes, ou o da semântica generativa, têm conduzido a sucessivos impasses teóricos.

Apesar do muito que já sabemos sobre a estrutura das línguas em geral, aquilo que conhecemos das suas propriedades universais é ainda muito pouco, salvo talvez no domínio da Fonologia.

De facto, se é relativamente fácil construir modelos hipotéticos sobre as estruturas das línguas com base num número restrito de dados, essa tarefa torna-se muito mais difícil quando a recolha de dados se aproxima da exaustividade. Neste sentido, estudos exaustivos como o que aqui apresento podem contribuir, no dizer de Gross (1975: pp. 221 e segs.), para "uma verificação experimental da validade da teoria transformacional", na medida em que são susceptíveis de mostrar, por um lado, o não fundamento de certas análises que têm sido propostas e, por outro, oferecer no

vos argumentos e novas perspectivas para a relacionação de fenômenos linguísticos. Assim, uma dificuldade levantada pelo estudo aqui realizado à teoria transformacional, igualmente assinalada em Gross (1975: pp.222 e segs.), prende-se com a impossibilidade de relacionar os empregos metafóricos com os empregos em sentido próprio de muitos itens. É o caso, por exemplo, dos adjectivos líquido, claro, baixo, etc., os quais só em sentido figurado admitem construções completivas. Uma outra dificuldade está representada nos desdobramentos de itens (cf., por exemplo, atento^{1,2} capaz^{1,2,3}, difícil^{1,2} e tantos outros mencionados nas tábuas). Na medida em que tais desdobramentos são determinados pela interdependência entre propriedades semânticas e sintácticas, a relação transformacional torna-se difícil de estabelecer e sustentar em tais casos. A análise sistemática e exaustiva conduz neste caso a um atomismo excessivo e não à desejada síntese. Mas há, por outro lado, circunstâncias em que só uma análise exaustiva permite utilizar argumentos insuspeitados, como é o caso, por exemplo, do argumento estatístico. Quando é possível demonstrar estatisticamente que determinado fenómeno sintáctico, por exemplo, abrange a quase totalidade dos itens de uma dada classe lexical, a descrição linguística em termos de regra e de excepção ganha um outro relevo.

Mas estudos exaustivos como o que aqui apresento são susceptíveis de oferecer outras contribuições, nomeadamente à lexicografia, conforme já salientei no Capítulo III (secção 1.), e à análise contrastiva das línguas, com as consequentes aplicações pedagógicas, por exemplo.

Parece-me que uma análise contrastiva entre duas ou mais línguas só produzirá resultados satisfatórios, se, por um lado, for efectuada de forma sistemática e exaustiva (e não pontual, conforme sucede na generalidade dos trabalhos realizados em tal domínio) e se, por outro, for servida por metodologia adequada. Ora, uma análise exaustiva e sistemática das propriedades dos itens lexicais de duas línguas afins, por exemplo, seguida de uma sistematização contrastiva e inserção dos resultados em dicionário adequado, pode ser de extrema utilidade para o ensino dessas línguas como segundas línguas aos falantes duma e doutra, respectivamente.

Em suma, as perspectivas abertas por estudos como o que aqui apresento têm não apenas implicações no domínio da linguística teórica, mas também no da linguística aplicada, como acabamos de ver, embora em linhas muito gerais.

INDICE DE ADJECTIVOS

Cada adjectivo é seguido do número da tábua (ou tábuas) em que está incluído e, eventualmente, da página (ou páginas) onde aparece inserido em construções completivas ou exemplos com estas relacionados. O sinal (x) distingue os itens desdobrados nas tábuas, mas não no texto. Alguns itens não inseridos nas tábuas, por lapso, são assinalados com (*).

A

abacial, lr	abordável (in-), lr
abafadiço, lp	aborrecedor, lp
abafante (des-), lp	aborrecível, la
abafável (in-), lr	abrasador, lp
abdicativo, lr	abrasante, lp
abdicatório, lr	absorvedor, lr
abençoador, lr	absorvente, lp
aberrante, lp;pp.776,783	absurdo, lr;p.373
aberrativo, lp	abúsador, lr
abirritante, lp	abusivo, lr;pp.506,787
abismal, lr	acabrunhador, lp
abissal, lr	acaciano, lr
abjecto, la	acadêmico neg., lr;p.793
abjurante, lr	acalentador, lp
abjuratório, lr	acanônico, lr
abjurável, lr	acariciador, lr
abnegador, lr	acariciante, lp
abnegativo, lr	acariciativo, lr
abominador, lp	acatável (in-), lr;p.794
abominando, la	aceitável (in-), lp, 5, 10;pp.375,380,
abominável, la;pp.351,667,688,771	455,456,500,522,548,549,571,572,573,
abominoso, la	575,579,584,585,678,746,785,854
abonador, lr,3, 9	acerbo, lp
abonatório, lr,3, 9;pp.227,358,500	acessível (in-), la;p.640
506,523,534,548,593	acintoso, lr; p.354

- acolhedor, lp
acreditável (*), lr;p.314
aconselhável (des-), la, 5, 10;
pp.226,232,310,335,336,338,
339,340,353,359,407,408,410,
465,466,495,502,521,537,548,
549,571,572,573,576,579,580,
590,663,664,665,677,697,698,
735,854
activante, lp
acusável (in-), 3;pp.503,509,529,679
adepto, 3; p.375
admirando, lr
admirativo, lr
admirável, lp;pp.401,669,683
admissível (in-), lp;pp.372,421,644,
645,648,776,784
adorável, lr
adormecedor, lp
adulador, lp
adulatório, lp
adversário, 3
adverso, la, 2, 3, 8;pp.374,450,506,
725,804,848
afanoso, lp
aflitivo, lp;pp.403,407,409,415,416,
421,424,428,437,447,448,451,520,
553,581,592,619,637,648,662,669,
670
afrontoso, la;pp.681,684,685
agoirento, lr
agoniante, lp
agourento, lr
agradável (des-), la;pp.60,401,497,506,
563,565,596,599,602,603,604,605,606,
607,609,610,611,618,619,621,624,625,
630,635,638,644,662,663,664,665,672
agradecível, la
agressivo, lp
ajustável (in-), la
alegável, lr;pp.403,425,787
alegre, 3, 7;pp.466.479.480,481,
482
lentador (des-), lp
alheio, la, 2, 8;pp.404,408,409,
551,659,660
aliável, la, 8
aliciante, lp
alienante, lp;p.499
alimentador, lr
alógico, v. lógico (a-), lr
alterável (in-) lr
alternável, lr
alucinante, lp
alusivo, 2;p. 375
alvorozante, lp
amargo, la;p.774
amável (des-), lr, 4;pp.500,521,
536,544,730,794
ambicioso (des-), lr, 4
ameaçador, lp, 3, 9;pp.811,812
813, 852
amedrontador, lp
amenizador, lp
amesquinhador, lp
amigo, 3;pp.128,129,450,452,508,
531,544
amofinador, lp
amolecedor, lp
amoral, lr;p.462
amorável (des-), lr, 4
análogo, la, 8;pp.358,385,386,387,
388,404,432,433,434,435,447,
548,577
angustizador, lp
angustiante, lp;p.780
animador, lp
animalesco, lr

anormal, v. normal (a-), 1r

ansioso, 3, 4, 5, 6 ; pp.226, 347,
348, 356, 358, 375, 384, 407, 408,
410, 450, 451, 452, 477, 478, 508,
515, 539, 540, 576, 579, 609, 630,
635, 638, 639, 647, 649, 651, 659,
662, 671, 674, 685, 686, 725, 745, 811, 812
814, 819, 839, 840, 869, 872, 874.

anterior, 1a, 2, 8; p.849

antiaristocrático, 1r

antiartístico, 1r

anticanônico, 1r

anticatólico, 1r

anticientífico, 1r

anticívico, 1r

anticivilizador, 1r

anticlássico, 1r

anticlerical, 1r

anticomercial, 1r

anticonjugal, 1r

anticonstitucional, 1r

anticorporativo, 1r

anticristão, 1r

anticrítico, 1r

antidemocrático, 1r

antidesportivo, 1r

antidogmático, 1r

antidramático, 1r

antieconômico, 1r

antiestético, 1r

antietimológico, 1r

antievangélico, 1r

antifilosófico, 1r

antifisiológico, 1r

antigeométrico, 1r

antigermânico, 1r

antigovernamental, 1r

antigramatical, 1r

antigrevista, 1r

anti-higiênico, 1r

anti-histórico, 1r

antijurídico, 1r

antiliberal, 1r

antilógico, 1r; p.463

antimaçônico, 1r

antimarxista, 1r

antimilitar, 1r

antiministerial, 1r

antimonacal, 1r

antimonárquico, 1r

antimonástico, 1r

antimoral, 1r

antinacional, 1r

antinatural, ; p.463

antiparlamentar, 1r

antipático, 1a

antipatriótico, 1r

antipedagógico, 1p

antipoético, 1r

antipolítico, 1r

antipopular, 1r

anti-racional, 1r

anti-regulamentar, 1r

anti-regiligioso, 1r

anti-republicano, 1r

anti-revolucionário, 1r

anti-semítico, 1r

anti-social, 1r

anti-soviético, 1r

antiviril, 1r

anunciador, 1r, 3, 9

aparatoso, 1r

apavorador, 1p

apavorante, 1p

apaziguador, 1p

aplaudível, 1r

aplausível, 1r
 aplicável (in-) 5;p.495
 apolítico, 1r;p.462
 apoquentador, 1p
 aprazedor, 1p
 aprazível, 1a;pp.506,619,672,752
 apreciável (in-), 1r
 apreensível (in-), 1r
 apreensivo, 3, 7;pp.843,844
 apresentável (in-) : 1a;p.676
 aproveitável (in-), 1a, 5, 10;pp.226,
 310,358,471,474,476,502,504,510,
 687,730,746,834,837,856
 apto (in-), 2, 5,;pp.226,233,450,472,
 474,476,487,508,526,527,528,544,
 578,595,630,635,636,647,651,699,
 742,744,796
 aquiescente, 4;pp.823, 824
 aquietador, 1p
 arbitrário, 1r
 arisco, 2;p.797
 arrasador, 1p
 arrebatador, 1p
 arrebatante, 1p
 arreliador, 1p
 arreliante, 1p
 arrepiador, 1p
 arripiante, 1p
 articulável (in-), 7, 11
 artificioso, 1r
 ascoroso, 1a
 asfixiante, 1p
 asqueroso, 1a
 asseverador, 1r, 3, 9
 asseverativo, 1r, 3, 9
 assíduo, 4;p.451
 assimilável (in-), 2, 8
 assinalável¹, 1r;p.889

assinalável², 1r;pp.790,791
 assintático, 1r
 assoberbante, 1p
 associável (in-) 1a, 2, 8;pp.385,
 386,387,388,432,433,434,435,
 504,
 assombroso, 1p
 assustador, 1p;p.782
 astucioso, 4;pp.831,832,833
 astuto, 4
 atacável (*), 3;p.503
 atemorizador, 1p
 atentatório, 1r;p.794
 atento (x); pp.235,430
 atento¹(des-), 2;p.802
 atento², 2;p.803
 aterrorizador, 1p
 atinente, 2; p.508
 atônito, 3
 atordoador, 1p
 atordoante, 1p
 atormentador, 1p
 atractivo, 1p
 atraente, 1p
 atrapalhador, 1p
 atreito, 2
 atribuível (in-), 1a, 2, 8;
 pp.504,509,510,772,773,
 848
 atribulador, 1p
 atroz, 1a;pp.447,448,451,619
 aturável, 1r
 aturdidor, 1p
 audacioso, 4
 audaz, 4
 autorizável, 1r
 avassalador, 1p
 avassalante, 1p

avesso, 2;pp.526, 804
 ávido, 3,6;pp.224,384,450,452,508,
 539,540,659,662
 aviltador, 1p
 aviltante, 1p;pp.522, 523
 avistável (in-), 1r
 azedo, 4
 azoicante, 1p

B

bajulador, 1p
 bajulatório, 1p
 banal, 1r
 banível, 1r
 barbaresco, 1r
 barbárico, 1r
 bárbaro, 1r
 bastante, 1a, 5, 10;p.854
 belo, 1r
 bem, 1p;pp.777, 778, 781
 bem-soante, 1a
 benéfico, 1a, 5, 10;pp.96,353,358,
 465,491,492,493,494,497,502,509,
 548,549,550,577,644,673,855
 benevolente, 4
 benévolo, 4; p.451
 benigno(*), 1r;pp.580,581
 bestial, 1p;p.784
 bizarro, 1r
 blasfemador, 1r
 blasfematório, 1r
 blasonador, 1r
 bom, 1p, 4, 5, 10;pp.8,9,380,391,
 393,394,395,396,398,499,572,573,
 576,612,613,619,630,635,636,703,
 730,781,785,834
 bondoso, 4
 bonito, 1r;p.506

brutal, 1p
 bruto, 4
 burguês, 1r
 burlesco, 1r

C

calamitoso, 1p
 calunioso, 1p
 cansativo, 1p;pp.514,615
 capaz (x), pp.1,3,199,214,215,216,225,
 233,411,412,415,576,581,588,607,623
 capaz¹(in-), 3;pp.458,459,533,544,640,
 647,649,817,820
 capaz², 3;pp.459,533,544,640,647,817
 capaz³(in-), 3;pp.817,818,819
 capital, 1p;p.784
 caprichoso, 4
 característico, 1r, 3, 9
 carecedor, 1r, 3
 carecente, 1r, 3;p.384
 caricato, 1r
 caro¹, 1a
 caro², 1r
 casual, 1r
 catastrófico, 1p;p.499
 categórico, 1r
 cativante, 1p;pp.420,438
 causador, 1r, 3, 9
 causativo, 1r
 causticante, 1p
 cavalheiresco, 1r;p.500
 celestial, 1r
 censurável(in-), 1a, 3;pp.417,503,675
 certificador, 1r, 3, 9
 certificante, 1r, 3, 9
 certificativo, 1r, 3, 9;pp.504,794
 certificatório, 1r, 3, 9
 certo (x) pp.83,203,335,390,392,394,395
 396,398,400,401,402,467,469,577

certo¹, 1r, 3;pp.374,457,560,740,741,
 788,791,792
 certo², 1r,pp;374,791
 chato, 1p
 ciente, 3
 ciníco, 1r;p.506
 cioso, 3;p.508
 circundante, 1r
 clamoroso, 1r
 clarificador, 1r; 3, 9; p;852
 clarificativo, 1r, 3, 9;pp.504,852
 clarividente, 1p
 claro, 1p, 4;pp.18.60,382,447,520,560,
 776,777
 clemente, 4
 coadunável (in-), 1r, 7,11;pp.500,794,
 845,857,858
 cobiçoso, 3
 coerente (x), p.789
 coerente¹(in-), 1r, 7, 11
 coerente² (in-), 4
 coexistente, 7, 11
 colossal, 1r
 combinável, 7, 11
 comemorativo, 3
 cómodo (in-), 1p, 5, 10;pp.538,662
 comovedor, 1p
 comovente, 1p;pp.669,780,782
 comparável (in-), 1a, 2, 7, 8, 11;
 pp.385,386,387,388,677,680,848,849
 compassivo, 4
 compatível (in-), 1r, 7,11;pp.352,405,
 432,433,434,435,465,500,845,857,
 558
 compensador, 1p, 3, 9;p.783
 compensativo, 1p, 3, 9
 compensatório, 1p, 3, 9;pp.385,386,
 387,388
 compensável (in-), 1p, 3, 9;p.676

competente (x),pp,576,581,649
 competente¹, 3;pp.533,544,640
 competente²(in-), 5
 comportável (in-), 1r, 7, 11
 compreensível (in-), 1a;pp.447,448,
 451,688
 comprobatório, 1r, 3, 9;p.507
 comprometedor, 1p
 comprovador, 1r, 3, 9
 comprovativo, 1r, 3, 9;pp.465,500,
 506,548,550,727,745,851
 comum, 1a;p.659
 comunicável¹(in-), 1a;pp.768,771,772;
 comunicável²(in-), 1a;pp.769,770,771
 concebível (in-), 1r
 conciliatório, 7, 11
 conciliável(in-), 1r, 7,11;pp.500,
 504
 concordante¹, 1r,7,11;pp.789,846
 concordante², 4, 7;pp.823,824,825,
 844
 concorde¹, 1r,7, 11;p.846
 concorde², 4, 7;pp.823,824,825,844
 condenável, 1r;pp.373,379,500,541,
 542,678,787,794
 condicente, 1r, 7, 11;pp.794,857,858
 condigno, 1r, 3
 condizente, 1r, 7, 11;p.845
 conducente, 1a, 2, 8;pp.482,498,508
 confiante, 4;pp.226,233,358,376,384,
 535,578,594,595,671,674,740,741
 confirmador, 1r, 3, 9
 confirmativo, 1r, 3, 9;pp.503,504
 564,593,672
 confirmatório, 1r, 3, 9
 conforme¹, 1a, 5, 7, 11;p.846
 conforme², 5, 7;pp.838,844
 confortador (des-), 1p
 confortante (des-), 1p

- confortativo (des-), lp
confortável (des-,in-), lp
confrangedor, lp
confrangente, lp
confrontável, 7, 11
confundível (in-), lr, 7, 11;
p.504
confuso, lp
congruente¹ (in-), lr, 7, 11;
p.846
congruente² (in-), 7;p.846
conhecedor, 3;p.402
conjecturável, lr
consciente, 3;pp.1,2,3,198,213,214,
215,216,225,227,232,233,362,363,
364,366,368,370,375,402,404,426,
430,514,515,530,576,587,588,662,
694,741
côncio, 3;pp.404,426,530,554,581,
592
consequível, lr
consentâneo, lr, 7, 11;p.794
consequente, la, 3, 9;pp.376,404,
426,551,853
considerável, lr
consoante, la
consolador (des-),lp;pp.351,356,638
consolativo (des-), lp
consolatório, lp
consternador, lp
constrangedor, lp
construtivo, lp;pp.783,784
contente (des-), 3,4,7;pp.306,307,
375,384,430,442,443,466,479,480,
481,482,535,536,647,748,749,830
contestável¹ (in-), lr
contestável² (in-), lr
contraditório, lr, 7, 11;p.794
contrário, la, 2, 8;pp.226,506,514,
518,528,804
contrastável, 7, 11
contributivo, lp, 5, 10
contributivo, lp, 5, 10
contrito, 3
contumaz, 4
convencível, 3; p.532
conveniente(des-,in-), la;pp.580,667,
672,771
convergente, 7, 11
convicto, 3
convidativo, 2, 5
correcto¹ (in-), lr, 4;pp. 374,791
correcto² (in-), pp.374,788,791,792
corrente, lr;pp.500,659,794
correspondente, la, 8;pp.312,385,386,
387,388,498,674
corroborante, lr, 3, 9
corroborativo, lr, 3, 9
cortês (des-), lr, 4
cofejável, 7, 11
crente, 3, 4;pp.376,535,594,595,671,
740,741,811
criminoso, lr
críticável, lr, 3;pp.465,502,529,541,
542,675,679
crível (in-), lr;p.797
crucial, lr;pp.380,407,408,410
cruel, lp, 4
cuidadoso, 4;pp.831,832,833
culpável, 3
curial, lr
curioso, lr, 3,4,6;pp.357,373,403,420,
421,428,520,521,543,619,620,638,
639,642,649,651,659,661,787,788,
807,808,809,841,842
custoso, la;pp.506,658

D

- danoso, 1a
 dantesco, 1r
 decente (in-), 1r
 decisivo, 1p; p.353
 declarável¹(in-), 1a; p.772
 declarável²(in-), 1a; pp.769,770
 decoroso (in-), 1a
 desfavorável, v. favorável (des-), 1a, 2, 5, 8
 defendível (in-), 1r
 defensável (in-), 1r; p.522
 defensível (in-), 1r
 degradante, 1p; p.681
 delicioso, 1p;
 delirante (*), 1r; p.313
 demagógico, 1r; p.500
 demasiado, 1r
 democrático, 1r
 demolidor, 1r
 demoníaco, 1r
 demonstrador, 1r, 3, 9
 demonstrativo, 1r, 3, 9; pp.348, 500, 506, 507
 523, 593, 682, 683, 794, 851
 demonstrável (in-), 1a; pp.373, 379, 382, 500,
 771
 denotador, 1r, 3, 9
 denunciador, 1r, 3, 9; p.505
 denunciativo, 1r, 3, 9
 denunciatório, 1r, 3, 9
 denunciável, 1a; pp.403, 768
 deontológico, 1r
 depauperador, 1p
 depauperante, 1p
 dependente, 1r, 3, 9; pp.447, 674, 789, 851
 deplorador, 1r
 deplorando, 1r
 deplorativo, 1r
 deploratório, 1r
 deplorável, 1r; p.644
 depravador, 1p
 depressivo, 1p
 deprimente, 1p
 derisório, 1r
 derrotista, 1r
 desabafante, v. abafante (des-), 1p
 desaconselhável, v. aconselhável
 (des-), 1a, 5, 10
 desagradável, v. agradável (des-), 1a
 desagregador, 1r
 desagregante, 1r
 desatentador, v. atentador (des-), 1p
 desamável, v. amável (des-), 1r, 4
 desambicioso, v. ambicioso (des-), 1r, 4
 desamorável, v. amorável (des-), 1r, 4
 desastroso, 1p; p.781
 desatento, v. atento (des-), 2
 desbaratador, 1p
 desconcertador, 1p
 desconcertante, 1p; p.581
 discordante, 3
 desconfortador, v. confortador (des-), 1p
 desconfortante, v. confortante (des-), 1p
 desconfortativo, v. confortivo
 (des-), 1p
 desconfortável, v. confortável (des-), 1p
 desconhecedor, 3; p.560
 desconsolador, v. consolador (des-), 1p
 desconsolativo, v. consolativo (des-), 1p
 descontente, v. contente (des-),
 3, 4, 7; pp.437, 843, 844
 descoroçador, 1p
 descorçoante, 1p
 descortês, v. cortês (des-), 1r, 4
 descrente, 3
 desculpável, (in-), 1a
 desdenhável, 1r
 desedificador, v. edificador (des-), 1p
 desedificante, v. edificante (des-), 1p

- desedificativo, v. edificativo(des-), 1p
 deseducativo, v. educativo(des-), 1p
 desejável(in-), 1r
 desejoso, 3; pp.59,82,224,357,384,407,
 408,410,450,452,508,609,638,639,
 647,649,651,659,662,671,685,686,
 745,752,814,815,872,874
 deselegante, v. elegante(des-), 1r
 desencantador, v. encantador(des-), 1p
 desenganador, v. enganador(des-), 1p
 desesperador, 1p
 desesperante, 1p
 desesperativo, 1p
 desfavorável, v. favorável^{1,2}(des-),
 1a, 2, 5, 8; p.848
 desgastante, 1p
 desgostoso, 1p, 3, 7; pp.384,404,430,
 437,442,443,460,461,647,844
 desinconveniente, v. conveniente,
 (des-), 1a
 desinteressante, v. interessante
 (des-), 1p
 desleal, v. leal(des-), 1r, 4
 deslumbrador, 1p
 deslumbrante, 1p; p.782
 deslumbrativo, 1p
 deslumbroso, 1p
 desmistificador, v. mistificador
 (des-), 1p
 desmoralizador, v. moralizador
 (des-), 1p
 desmoralizante, v. moralizante
 (des-), 1p
 desmotivador, v. motivador(des-), 1p
 desnecessário, v. necessário(des-)
 1a, 5, 10
 desnorteador, 1p
 desnorteante, 1p
 desonesto, 1r
 desonroso, v. honroso(des-), 1p
 desopilante, 1p
 desopilativo, 1p
 desorientador, 1p; pp.462,783
 despiciendo, 1r
 despótico, 1r; p.506
 desprazível, v. prazível(des-), 1a
 desprestigiante, v. prestigiante
 (des-), 1p
 despresticioso, v. prestigioso(des-), 1p
 desprezável, v. prezável(des-), 1r
 desprimoroso, v. primoroso(des-), 4
 destoante, 1r
 destro, 4; pp.450, 452
 destróador, 1p
 destrutivo, 1p
 desumano, v. humano(des-, in-), 1r
 desvantajoso, v. vantajoso(des-),
 1a, 5, 10
 determinante, 1p
 detestando, 1p
 detestável, 1p
 diabólico, 1p
 difamante, 1p
 difamatório, 1p; p.522
 diferente, 9; pp.385,386,387,388,728
 difícil(x) pp.380,534,572,573,576,596,
 599,602,603,604,605,606,607,608,
 609,610,611,614,615,616,617,618,
 619,620,621,622,623,624,627,629,
 732, 875,876,878
 difícil¹, 1a 4; pp.731,818
 difícil², 1r; p.731
 dificultoso, 1p
 difusível, 1a; p.425
 digerível(in-), 1r
 dignificador, 1p
 dignificante, 1p; p.670

digno(in-), 1r, 3, 9; pp. 411, 431, 432, 647,
649, 815

dilacerador, 1p

dilacerante, 1p

dilemático, 1r; pp. 658, 659,

diligente, 4

diplomático, 1r

disciplinador, 1p

discordante, 3

discricionário, 1r

discriminador, 1p

discriminante, 1p

discriminativo, 1p

discriminatório, 1p

discutível, 1r

dispendioso, 1p

dispensável, 1r

dispersivo, 1p

dissimulador, 1r

dissimulatório, 1r

dissimulável, 1r

dissipador, 1r

dissociável(in-), 1r, 3, 9; p. 853

dissonante, 1r, 3, 9

distinguível, 9

distinto (*), 9; pp. 432, 433, 434, 435

ditoso, 7

divergente, 3, 9

divinal, 1r

divino, 1r

diverso, 9

doce, 1r

doido, 6; pp. 384, 839, 840

doloroso, 1p; pp. 373, 403, 424, 553

dramático, 1p

dúbio, 1r

duro, 1p; pp. 447, 448, 451, 601, 604,
607, 609

duvidoso, 1r, 3, 4; pp. 384, 451, 658,
659, 812, 813, 831, 832, 833

E

econômico neg., 1p

edificador(des-), 1p

edificante (des-), 1p

edificativo (des-), 1p

educativo(des-), 1p

eficaz(in-), 1p, 4, 5; p. 538

eficiente(in-), 4, 5; pp. 482, 484, 697,
699

electrizador, 1p

electrizante, 1p

elegante(des-), 1r; pp. 390, 393, 394, 396
398, 794

eloquente, 1r

elucidativo, 1p; pp. 407, 409, 428, 550,
551

emancipador, 1p

embaraçador, 1p

embaraçante, 1p; p. 684

embaraçoso, 1p; p. 685

embirante, 1r

embriagante, 1p

emocionante, 1p; pp. 580, 581

empolgante, 1p

enaltecedor, 1p

encantador(des-), 1p

encarecedor, 1p

enervante, 1p; p. 499

enfadonho, 1p; p. 780

enfastiante, 1p

enganador(des-), 1p

enganoso, 1p

engenhoso, 1r, 4

engrandecedor, 1p

- enigmático, 1r
 enternecedor, 1p;p.783
 equiparável, 1a, 2, 8; p.680
 equivalente, 1a, 2, 8; pp.312,385,
 386,387,388,404,447,498,577,630,
 752,773,848,849
 escabroso, 1r
 escandaloso, 1p
 escarnecedor, 1p
 escarninho, 1p
 esclarecedor, 1p;pp.503,783
 escrupuloso, 4
 esfalfante, 1p
 esgotante, 1p
 espalhafatoso, 1r
 espanpanante, 1r
 espantoso, 1p;p.650
 espaventoso, 1p
 especial, 2;p.796
 espectacular, 1r
 esperançoso, 3, 4;pp.375,384,535,
 647,685,814,815,872,874
 esperável, 1r
 espinhoso, 1p
 esplêndido, 1r
 esquisito, 1r
 esquivo, 2;p.797
 essencial, 1a;pp.497,502,644,645
 estafante, 1p
 estagnador, 1p
 estagnante, 1p
 estimulante, 1p
 estóico, 1r
 estoirante(*), 1p;p.313
 estonteante, 1p
 estopante, 1p
 estorvador, 1p
 estragador, 1p
 estrambólico, 1r
 estrambótico, 1r
 estranhável, 1r;p.675
 estranho, 1r, 2, 8;pp.354,404,408,409
 506,551
 estratégico, 1r
 estulto, 1r
 estupefacto, 7
 estupendo, 1p;pp.420,781
 estúpido, 1r;p.380
 evidente, 1p;pp.373,379,382,401,426,
 513,520,560,561,562,650,688,776,
 777
 evitável, 1r
 exacto(in-), 1r;pp.412,560,561,562,
 787
 excelente, 1p;pp.391,393,394,395,396,
 397,398
 exceptional, 1r
 excessivo, 1p;p.785
 excitante, 1p; p.57
 execrando, 1r
 execrável, 1r
 exequível,(in-), 1r
 exigível(in-), 1a;pp.497,502,677
 exímio, 4
 exorbitante, 1p
 expectável, 1r
 expedito (in-), 4
 experiente (in-), 4
 experto, 4
 explicativo, 1r;p.504
 explicável, 1r,p.500
 explícito(in-), 1r;pp.448,500,789
 explorável(in-), 1r
 expressivo (in-), 1r;p.794
 extemporâneo, 1r
 extenuante, 1p

extenuativo, 1p
 exterior, 1a
 extranatural, 1r
 extranormal, 1r
 extraordinário, 1r
 extremoso, 4;pp.226,536,544

F

fabuloso, 1r;p.506
 fácil(x),pp.596,599,602,603,604,-
 605,606,607,608,609,610,611,
 615,616,617,618,620,621,622,
 622,624,625,628,629,703,875,
 876, 878
 fácil¹, 1a, 4;p.818
 fácil², 1r,
 facultativo, 1p;pp.499,776,784
 falacioso, 1r
 falso, 1r;pp.373,718,719,736,787
 fantasioso, 1r;p.684
 fantasmagórico, 1r
 fantástico, 1r
 farisaico, 1r
 fascinador, 1p
 fascinante, 1p;pp.351,356,420,438,
 534,621,630,683
 fastidioso, 1p
 fatal¹, 1p
 fatal², 1r
 fatídico, 1p
 fatigador, 1p
 fatigante, 1p;pp.614,615,669
 fatigoso, 1p
 favorável(x);p.502
 favorável¹(des-), 1a, 2, 5, 8;
 pp.349,506,801
 favorável²(des-), 2;pp.349.801

feio, 1r;pp.447,448,451
 feliz, 3;pp.807.808.809.810
 fino, 1r
 fomentador, 1r; p.352
 fomentativo, 1r
 forçoso, 1p;pp.420,421
 formativo, 1p
 formidável, 1r
 forte, 4, 5
 fortalecedor, 1p
 fortificador, 1p
 fortificante, 1p
 fortuito, 1r
 frequente, 1r;pp.500,794
 frutuoso(in-), 1p;pp.390,393,394,396,
 398
 funcional, 1r
 fundamental, 1r
 funesto, 1p;pp.380,421,428,520,784
 furioso, 6, 7;pp.543,552,841
 fútil, 1r

G

genial, 1r
 gentil, 1r, 4
 gerador, 1r
 gerativo, 1r
 geratório, 1r
 giro, 1r;p.506
 gostoso, 1r;pp.460,461,599
 gozoso, 3
 gramatical, 1r
 grato, 1a;p.771
 gratuito, 1r
 grave, 1r;pp.421,428,553,554,556,
 gravoso, 1p
 gritante, 1r

grosseiro, 1r;pp.506,681

grotesco, 1r

H

hãbil(in-), 1r

habitual, 1r;pp.659, 787

harmonizável, 1r, 7, 11;pp.352,
405,432,433,434,435,500,504

hediondo, 1r

heróico, 1r

hesitante, 4;pp.57,82,742,743,
831,832,833

higiênico, 1r

hilarante, 1r

hiperbólico, 1r

hipersensível, 1a;p.463

hipotético, 1r

histórico neg, 1r;p.793

honesto (des-), 1r;pp.466.475

honroso(des-), 1p

horrendo, 1p

horrífico, 1p

horripilante, 1p

horrível, 1p;pp.373,380,619,650,
681,697,785

horrorífico, 1p

horroroso, 1p;p.776

hostil, 1a, 2;pp.374,450,528,804

humano,(des-,in-), 1r

humilhante, 1p;p.619

I

ideal, 1r

idealístico, 1r

idêntico, 8

idílico, 1r

idiota, 1r;pp.681,794

idiótico, 1r

idônio, 5;p.835

ignobil, 1r;p.506

ignominioso, 1p;p.782

igual, 8;pp.385,386,387,388,548

igualável(in-), 8

ilegal,v.legal(in-), 1r

ilegítimo,v.legítimo(in-), 1r

ilícito,v.lícito(in-), 1a

ilógico,v.lógico(in-), 1r

iluminativo, 1r

ilusivo¹, 1p

ilusivo², 1r

ilusório¹, 1p

ilusório², 1r;p.373

ilustrativo, 1r, 3, 9;pp.348,354,504,506
523,534,564,565,662,682,683,727,745

imaginável(in-), 1r

imodesto, 1r, 4

imoral, 1r;p.461

impaciente, 3, 6;pp.226,347,348,356,358,
375,384,477,478,508,531,539,540,544,
576,579,630,638,639,726,839,840,842,869

impagável, 1r

imparcial,v.parcial(in-), 4

impeditivo, 3, 9 ;pp.385,386,387,388

impenetrável, 1a

impensável, 1r

imperativo 1r;pp.644,645

impercebível, 1r;p.788

imperceptível, 1a

imperdoável,v.perdoável(in-), 1a;p.497

imperioso, 1r

imperscrutável, 1r

impertinente, 1r

implícito, 1r,pp.447,500,789

implorável, 1a

impolítico, 1r;p.462

imponderável,v.ponderável(in-), 1r

impopular,v.popular(in-), 1r

importante, 1a, 5, 10; pp.353,380,424,
425,673,718,719,720,721,736
importuno, 1a
impossível, 1a; pp.370,506,580,512,645,
646,704,879,880,881,882
impotente, 5; pp.538,539,835
impraticável, v.praticável(in-), 1r
imprescindível, 1a; pp.412,502
impreterível, 1r
imprevidente, v.previdente(in-), 4
imprevisível, v.previsível(in-), 1r
improdutivo, v.produtivo(in-), 1p
improfícuo, v.profícuo(in-), 1p
impróprio, v.próprio(in-), 1r, 5
improvável, v.provável^{1,2}(in-), 1r
pp.570,645,646,649,652
imprudente, v.prudente(in-), 1r
imputável, 1a, 2, 8; pp.385,386,387,
388,506,509,510,659,660,772,848
imundo, 1r
inabafável, v.abafável(in-), 1r
inêbil, v.hêbil(in-), 1r
inabordável, v.abordável(in-), 1r
inacatável, v.acatável(in-), 1r
inaceitável, v.aceitável(in-), 1p, 5;
pp.455,456,580,582,583,652
inacessível, v.acessível(in-), 1a
inacusável, v.acusável(in-), 3
inadmissível, v.admissível(in-), 1p;
pp.645,646,649
inajustável, v.ajustável(in-), 1a
inalterável, v.alterável(in-), 1r
inapreciável, v.apreciável(in-), 1r
inaplicável, v.aplicável(in-), 5
inapreensível, v.apreensível(in-), 1r
inapresentável, v.apresentável(in-), 1a
inaproveitável, v.aproveitável(in-), 1a, 10
inapto, v.apto(in-), 2, 5; p.648
inarrável, 1r

inarticulável, v.articulável(in-)
7, 10
inassimilável, v.assimilável(in-)
2, 8
inassociável, v.associável(in-), 1a, 8
inavistável, v.avistável(in-), 1r
inatribuível, v.atribuível(in-), 1a,
2, 8
incapaz, v.capaz^{1,3}(in-), 3; pp.458,
459,648,649,652,818
incensurável, v.censurável(in-), 1a, 3
incerto, 1r; pp.390,392,394,395,396,
398,457
incoadunável, v.coadunável(in-), 1r
7, 11
incoerente, v.coerente(in-), 1r,
4, 7, 11
incômodo, v.cômodo(in-), 1p, 5
incombinável, v.combinável(in-), 11
incomparável, v.comparável(in-), 1a
2, 7, 8, 11
incompatível, v.compatível(in-), 1r
7, 11; pp.306, 307
incompensável, v.compensável(in-), 1p
3, 9
incompetente, v.competente(in-), 5;
p.649
incomportável, v.comportável(in-), 1r, 7
incompreensível, v.compreensível(in-),
1a
incomunicável, v.comunicável^{1,2}(in-),
1a; p.403
inconcebível, v.concebível(in-), 1r
inconciliável, v.conciliável(in-), 1r, 7
inconfundível, v.confundível(in-), 1r, 7
incongruente, v.congruente^{1,2}(in-),
1r, 7
incontestável, v.contestável^{1,2}(in-), 1r
inconveniente, v.conveniente(in-), 1a
incorrecto, v.correcto^{1,2}(in-), 1r

incorrecto, v. correcto^{1,2}(in-), 1r
 incoexistente, v. coexistente(in-), 1l
 incrível, v. crível(in-), 1r; pp.646,

652

incurioso, 3, 4
 indecente, v. decente(in-), 1r
 indeclarável, v. declarável^{1,2}, 1a
 indecoroso, v. decoroso(in-), 1a
 indefendível, v. defendível(in-), 1r
 indefensável, v. defensável(in-), 1r
 indefensível, v. defensível(in-), 1r
 indemonstrável, v. demonstrável(in-),

1a,

indescritível, 1r
 indesculpável, v. desculpável(in-), 1a
 indesejável, v. desejável(in-), 1r
 indicador, 1r, 3, 9; p.315
 indicativo, 1r, 3, 9; p.794
 indicatório, 1r, 3, 9
 indiferente, 1a, 2; pp.404,408,409,
 551

indigesto, 1r
 indigerível, v. digerível(in-), 1r,
 indigno, v. digno(in-), 1r, 3, 9;
 pp.465,648,649,652

indiscreto, 1r
 indiscutível¹, 1r
 indiscutível², 1r
 indispensável, 1a
 indissociável, v. dissociável(in-),
 1r, 3, 9

indubitável, 1r; p.788
 inebriante, 1p
 inédito, 1r; pp.718.719.736,787
 ineficaz, v. eficaz(in-), 1p, 5
 ineficiente, v. ificiente(in-), 4, 5
 inegável, 1r
 inenarrável, 1r
 inequívoco, 1r

inerente, 1a; pp.432.433,434,435
 inevitável, 1r
 inexacto, 1r; pp.787,788
 inexequível, v. exequível(in-), 1r
 inexigível, v. exigível(in-), 1a
 inexpedito, v. expedito(in-), 4
 inexperiente, v. experiente(in-), 4
 inexplícito, v. explícito(in-), 1r
 inexplorável, v. explorável(in-), 1r
 inexpressivo, v. expressivo(in-), 1r
 inexprimível, 1r
 infalível, 1r
 infamante, 1p
 infamatório, 1p
 infame, 1p
 infantil, 1r
 infatigável, 4
 infernal, 1r
 infrutífero, 1r
 infrutuoso, v. frutuoso(in-), 1p
 inglório, 1p; p.781
 inigualável, v. igualável(in-), 8
 iniludível, 1r
 inimaginável, v. imaginável(in-), 1r
 inimigo, 3; p.375
 ininteligível, v. inteligível(in-), 1a
 ininterpretável, v. interpretável(in-),
 1r
 iníquo, 1r; pp.447,448,451
 injuriante, 1p
 injurioso, 1p
 injustificável, v. justificável(in-), 1r
 injusto, v. justo(in-), 1p
 inobservável, 1r; p.788
 inocente, 4
 inocultável, v. ocultável(in-), 1a
 inofensivo, 1p
 inoportuno, v. oportuno(in-), 1p
 inqualificável, 1r

inquestionável, v. questionável(in-), lr
 inquietante, lp; p.357
 inquieto(*), 7; pp.404,552
 inquisitorial, lr
 insalubre, v. salubre(in-), lp
 insalutífero, v. salutífero(in-), lp
 insano, lr
 insatisfatório, v. satisfatório(in-), lp
 insensato, v. sensato(in-), lr
 insensível, 2; p.374
 inseparável, v. separável(in-), 9
 insidioso, lr
 insofismável, lr
 insolente, lr, 4
 insólito, lr; p.506
 instante, lr
 instrutivo, lp
 insuficiente, v. suficiente(in-), lp,
 5, 10
 insultante, lp
 insultuoso, lp
 insuportável, v. suportável(in-), lr
 insusceptível, v. susceptível(in-), lr, 3
 insuspeito, v. suspeito(in-), 3
 insustentável, v. sustentável(in-), lr;
 p.646
 inteligente, lr; pp.442,443
 inteligível(in-), la
 intempestivo, lr
 intencional, lr
 interessante(des-), lp; pp.97,362,363,
 364,365,366,367,368,369,370,520,
 521,644,673
 interpretável(in-), lr
 intolerante, v. tolerante(in-), 4
 intolerável, la; pp.646,649
 intransigente, v. transigente(in-), 4
 intransmissível, v. transmissível^{1,2}.
 (in-), la

intrépido, 4
 intrigante, lp
 intuitivo, lr
 inumano, v. humano(des-, in-), lr
 inútil, v. útil(in-), la, 5, 10
 inverificável, v. verificável(in-), lr
 inverisímil, v. verisímil(in-), lr
 inverosímil, v. verosímil(in-), lr; p.879,
 881,882
 inverossimilhante, v. verossimilhante
 (in-), lr
 inviável, v. viável(in-), lr
 invisível, v. visível(in-), lr
 invocável, lr
 invulgar, v. vulgar(in-), lr
 irônico, lr
 irracional, v. racional(in-), lr
 irracionável, v. racionável(in-), lr
 irreal, lr
 irrealista, v. realista(in-), lr
 irrealístico, v. realístico(in-), lr
 irreclamável, v. reclamável(in-), la
 irrecomendável, v. recomendável(in-), 5
 irrecusável¹, lr
 irrecusável², v. recusável(in-), la
 irrefutável, lr
 irregular, v. regular(in-), lr, 4
 irrelevante, v. relevante(in-), 5
 irreparável, v. reparável(in-), lr
 irrepreensível, v. repreensível(in-), lr
 irrespeitável, v. respeitável(in-), lr
 irresponsável, v. responsável¹(in-), 3
 irreverente, lr
 irrisório, lr
 irritante, lp; pp.428,437,720,780
 irritativo, lp
 J
 jocoso, lr

judicioso, 1r
 justificativo, 13, 3, 9; pp.385,386,
 387,388,504,548
 justificatório, 1r, 3, 9
 justificável(in-), 1r
 justo(in-), 1p; pp.380,580,581

L

laborioso, 1p
 lamentável, 1r; pp.11,12,13,14,15,91
 313,344,345,380,415,416,417,428
 483,513,518,521,550,551,569,584,
 585,591,592,624,662
 lamentoso, 1r
 lancinante, 1p
 largo, 4
 lastimável, 1r; pp.357,447,448,451,
 541,542,571,572,573,575,579,637,
 648

lastimoso, 1r
 laudável, 1r
 leal(des-), 1r, 4
 legal(in-), 1r
 legítimo(in-), 1r; p.506
 lendário, 1r
 lento, 4
 lerdo, 4
 lesivo, 1p
 leviano, 1r, 4
 liberal, 1r, 4
 libertador, 1p
 libidinoso, 1r
 licencioso, 1r
 lícito(in-), 1a, pp.351,497,771
 limitativo, 1r
 límpido, 1r
 lindo, 1r

líquido, 1r; pp.19,373,382,399,560,561
 562

lírico, 1r
 lisongeador, 1p
 lisongeiro, 1p; p. 783
 livre¹, 3, 4, 5; pp.820,838
 livre², 3; p.820
 lógico (a-,in-), 1r; p.463
 louco, 6; pp.356,375,384
 lúbrico, 1r
 lucrativo, 1r
 lucroso, 1r
 ludibriante, 1p
 ludibrioso, 1p
 lúdico, 1r
 lúgubre, 1r
 luxuoso, 1r
 luxuriante, 1r
 luxurioso, 1r

M

macabro, 1r
 maçador, 1p; pp.482,644,669,780
 magistral, 1r
 magnetizante, 1p
 magnífico, 1r
 magoativo, 1p
 majestoso, 1r
 mal, 1p; pp.777,778,779
 maldoso, 1r
 maléfico, 1p
 malicioso, 4
 malsoante, 1a
 malsonante, 1a
 manhoso, 4
 maquiavélico, 1r
 maravilhoso, 1p; p.630
 marcante, 1p

marginal, 1p
 másculo, 1r
 masoquista, 1r;pp.681.684
 materialista, 1r
 maternal, 1r
 matreiro, 4
 mau, 1p, 4, 5, 10, p. 635
 mavioso, 1r
 meandroso, 1r
 medonho, 1r;p.650,
 medroso, 3
 melhor, 1p
 melindroso, 1p;pp.684,685
 memorando, 1r
 memorável, 1r
 memoroso, 1r
 menosprezativo, 1p
 merecedor, 1r, 3, 9;pp.531,532,815
 meritório, 1r; p.506
 mesquinho, 1p; p.782
 milagroso, 1r
 mirabolante, 1r
 miracoloso, 1r
 mirífico, 1p
 misantrópico, 1r
 miserando, 1r
 miserável, 1r
 misterioso, 1r;p.683
 mistificador(des-), 1p
 modernista, 1r
 moderno, 1r
 modesto, 1r
 módico, 4
 monótono, 1r
 monstruoso, 1r
 monumental, 1r
 monumentoso, 1r
 moralizador(des-), 1p
 moralizante(des-), 1p
 mortal, 1p;p.444

mortificador, 1p
 mortificante, 1p
 mortificativo, 1p
 motivador (des-), 1p
 mundanal, 1r
 mundanário, 1r
 mundano, 1r

N

natural(x);p.463
 natural¹, 1r;p.688
 natural², 1r
 nauseabundo, 1r
 nauseante, 1r
 nauseativo, 1r
 nauseoso, 1r
 nebuloso, 1r
 necessário(des-), 1a, 5, 10;pp.1,2,8,
 198,213,214,216,223,359,375,380,502,
 509,518,537,568,571,572,573,574,576,
 579,580,630,640,648,688,771,774,836,
 837,856
 nefando, 1p;pp.447,448,451,784
 nefasto, 1a;pp.403,407,409,424,428,553,
 554,666
 negativo, 1p
 negável, 1r;p.787
 negligente, 4
 niilista, 1r
 nítido, 1r;pp.357,382,688,787
 nobilitante, 1p
 nocivo, 1a, 2, 8;pp.497,506,507,564,666,
 nojento, 1a
 normal(x), pp.447,448,451
 normal¹(a-), 1r
 normal², 1r
 notável¹, 1r;p.789
 notável², 1r;p.790

notório, 1r;p.560
 novo neg, 1r;p.793

O

obcecador, 1p
 obcecante, 1p
 objetivo, 1r
 obrigativo, 1p
 obrigatório, 1p;pp.411,420,499,572,
 573,576,776
 obsceno, 1r
 obscuro, 1r
 obsequioso, 1r
 observável, 1r
 obsessionante, 1r
 obsessivo, 1r
 obsoleto, 1r
 obstativo, 1a
 obstrutivo, 1p
 obtentível, 1r
 óbvio, 1p;pp.357,382,688,776,777
 ocasionador, 1r, 3, 9
 ocasional, 1r
 ocioso, 1r
 ocultável(in-), 1a;p.425
 odiável, 1r
 odiento, 1a
 odioso, 1a;p.667
 odisseico, 1r
 ofensivo, 1p;p.373,428
 oficial, 1r
 oficioso, 1r
 ofuscante, 1p
 onnipatente, 1r
 onerante, 1p
 oneroso, 1p
 onírico, 1r;p.794

onomatopaico, 1r
 onomatopeico, 1r
 operacional, 1r
 operativo, 1r
 operatório, 1r
 oponível, 8;pp.385,386,387,388,677
 oportuno(in-), 1p;pp.223,224,380,644,
 645
 opressivo, 1p
 opressório, 1p
 oprimente, 1p
 oprobrioso, 1p
 optativo, 1p;p.499
 otimista, 1r
 ótimo, 1p
 ordenável, 1a
 ordinário, 1r
 orgiaco, 1r
 orgiástico, 1r
 orgulhoso(*), 7;p.430
 originador, 1r, 3, 9
 original, 1r;pp.500,787
 ortodoxo, 1r
 ostensível, 1r
 ostensivo, 1r;pp.382,560
 ostensório, 1r
 ostentador, 1r, 3, 9
 ostentativo, 1r, 3, 9
 ostentoso, 1r
 outonal, 1r
 outoniço, 1r

P

paciente, 4;pp.536,544,831,832,833
 pacificador, 1p
 palaciano, 1r
 palpável, 1r;p.382
 paradoxal, 1r;p.373

- parafrástico, 1r
 paralelo, 8;pp.358,385,386,387,388,
 548,848,849
 paralisador, 1r
 paraneico, 1r
 paranóico, 1r
 parasitário, 1r
 parasítico, 1r
 parcial(in-), 4
 parcimonioso, 4;pp.450,452
 parco, 4
 parnasiano, 1r
 participável¹, 1a;pp.425,768,771,772
 participável², 1a;pp.769,770,771
 particular, 1r
 pasmoso, 1p
 passageio, 1r
 passível, 1r, 3
 passivo, 1r
 pastóril, 1r
 patente, 1a;p.447
 paternal, 1r
 patético, 1p;p.784
 patológico, 1r;p.354
 patriarcal, 1r
 patriótico, 1r
 patusco, 1r
 pavoroso, 1p;pp.614,615
 pecaminoso, 1r
 peculiar, 1a
 pedagógico, 1r
 pedantesco, 1r
 pejorativo, 1p
 penalizante, 1p
 pendente, 1r, 3, 9;pp.447,789,851
 penoso, 1a;p.506
 pensável neg, 1r;p.793
 percebível, 1r
 perceptível, 1a;pp.373,382,401
 perdoável(in-), 1a;p.677
 peremptório, 1p;p.776
 perverso, 1r
 periclitante, 1p
 perigoso, 1p;p.681
 periódico, 1r
 permissível, 1a;p.351
 permicioso, 1a
 perplexo, 7;pp.451,844
 perscrutável, 1r
 perseverante, 4
 persistente, 4
 perspicaz, 4
 persuadível, 2, 3;pp.509,532,560,796
 persuasivo, 1p
 persuasório, 1p
 pertinaz, 4
 pertinente, 1a
 perto, 3
 perturbador, 1r;p.132
 perturbante, 1p;pp.421,553,554
 perturbativo, 1p
 perturbatório, 1p
 perverso, 1r;p.506
 pervicaz, 4
 pesadote, 1p
 pesaroso, 3;p.357
 péssimo, 1p
 petulante, 1r
 piadético, 1r
 picaresco, 1r
 pilhérico, 1r
 pitoresco, 1r
 platônico, 1r
 plausível, 1r;pp.506,787
 pleonástico, 1r
 pobre, 4
 poderoso, 4, 5;pp.538,539,835
 poético, 1r

- polarizador, lp
 polêmico, lr
 pomposo, lr
 ponderável(in-), lr
 ponderoso, lr
 pontual, 4
 popular(in-), lr
 porfioso, 4
 pornográfico, lr
 porreiro, lr
 portentoso, lr
 positivista, lr
 positivo, lr;p.380
 possível, la;pp.12,13,14,15,16,
 344,345,372,411,414,421,518,
 557,559,577,589,640,645,774,
 815
 posterior, la, 2, 8;pp.659,660,849
 pragmático, lr
 praticável(in-), lr
 prático, lr, 4, 5
 prazível(des-), la
 preambular, lr
 preanunciador, lr, 3, 9
 precário, lp
 precioso, lp, 5;p.785
 predominante, lr;pp.500,794
 preferível, lr, 2,8;pp.385,386,387,
 388,447,549,571,572,573,576,
 579,644,645
 preguiçento, 4
 preguiçoso, 4
 prejudicial, la, 2, 8;pp.507,564,
 568,666,771
 prematuro, lp
 premente, lp
 prenunciador, lr, 3,9;pp.507,814,852
 872, 874
 prenunciativo, lr, 3, 9
 preocupante, lp
 preponderante, lr;p.794
 prepotente, lr
 prescindível, lr
 prescritível, la
 pressagioso, lr, 3, 9
 pressuroso, 3
 prestável¹, la, 2, 5;;p.800
 prestável², 2;p.800
 prestes, 2, 5;pp.349,528,796,797,838
 prestigiante(des-), lp
 prestigioso(des-), lp;p.780
 prestimoso, la, 5
 presumível, lr
 previdente(in-), 4
 previsível(in-), lr
 prezável(des-), lr
 primacial, lp
 primaveril, lr
 primitivo, lr
 primordial, lp;p.784
 primoroso(des-), 4
 principesco, lr
 privativo, lr
 probante, lr, 3, 9
 probatório, lr, 3, 9;p.354
 problemático, lr
 prodigioso, lr
 pródigo, 4
 produtivo (in-), lr
 professoral, lr
 profetizador, lr, 3, 9
 profícuo(in-), lp;p.781
 profilático, lr
 profuso, 4
 prognosticador, lr, 3, 9
 proibitivo, lp;p.499
 proibitório, lp

prolixo, 1r
 prometedor, 1r, 3, 9;pp.500,811,
 812,813, 872,874
 promíscuo, 1r
 promissivo, 1p, 3, 9
 promissor, 1p, 3, 9;pp.852,872,874
 promissório, 1p, 3, 9
 promotor, 1r
 promovedor, 1r
 pronto(x);pp.450,466,472,474,476,
 487,488,578,595,630,799,800
 pronto¹, 2, 5;pp.350,508,526,527,
 528,544,647,651,699,742,744,
 798
 pronto², 2, 5;pp.350,798
 propagável, 1a
 propendente, 2
 propiciador, 1r, 3, 9
 propiciatório, 1a, 2, 3, 9
 propício, 1a, 2,5,8,10;pp.506,510,
 729,772,854
 proporcionador, 1r, 3,9;pp.385,386
 387,388
 proporcional, 1a, 8
 proporcionável, 1a
 próprio(in-), 1r, 5
 propulsor, 1r
 propulsor, 1r
 prorrogável, 1r
 prosaico, 1r
 protestativo, 1r
 protestatório, 1r
 protocolar, 1r
 provador, 1r, 3, 9
 provatório, 1r, 3, 9
 provável(x);pp.1,2,198,213,214,216,
 242,248,344,345,407,408,410,420
 421,483,557,559,567,569,570,589
 645,648

provável¹(in-), 1r
 provável²(in-), 1r;p.500
 proveitoso, 1a, 5, 10;pp.497,502,509,
 667,855
 proveniente, 1r, 3, 9;p.551
 proverbial, 1r;p.788
 providencial, 1r
 providente, 1r, 4
 pródigo, 1r, 4
 provinciano, 1r
 provocador, 1p
 provocante, 1p;p.644
 provocativo, 1p
 provocatório, 1p;pp.782,783
 próximo, 3
 prudencial, 1r
 prudente(in-), 1r;pp.442,443,472,476,794
 psicológico neg, 1r;p.793
 público, 1r
 pueril, 1r
 pungente, 1p
 pungitivo, 1p
 punível, 1r
 purificador, 1p
 purificante, 1p
 purificativo, 1p
 purificador, 1p
 puritano, 1r
 pusilânime, 1r

Q

qualificável, 1r
 quaresmal, 1r
 quereioso, 1r
 quereioso, 1r
 questionável(in-), 1r
 quezilento, 1r

quimérico, 1r
 quixotesco, 1r;pp.681,684

R

racional (in-), 1r
 racionável(in-), 1r
 radiante, 3, 6;pp.357,480,481
 508,842
 raivento, 3, 6
 raivoso, 3, 6
 ralador, 1p
 rápido, 4
 raro, 1r
 razoável, 1r
 reabilitador, 1p
 reabilitativo, 1p
 reaccionário, 1r
 real, 1r
 realista(in-),1r
 realístico(in-), 1r
 reanimador, 1p
 recalitrante, 1r
 receoso, 3;pp.384,402,647,671,
 686
 receptivo, 2;pp.508,526,527,544
 reclamável(in-), 1a
 reconhecível, 1r
 recomendável (in-), 1a, 5;pp.353
 471,474,476,521
 recompensador, 1p
 recompensável, 1p
 reconciliador, 1p
 reconciliatório, 1p
 reconciliável, 1l
 reconfortador, 1p
 reconfortante, 1p
 reconfortável, 1p

reconhecível, 1r;p.650
 recontente, 3, 4, 7;pp.535,536
 recordativo, 1r, 3, 9
 recreador, 1p
 recreativo, 1p
 recreatório, 1p
 recriminatório, 1p
 recto, 1r
 recusável(in-), 1a;p.522
 redundante, 1r
 refalso, 1r
 referente, 2;pp.375
 reforçador, 1p
 reforçativo, 1p
 reformador, 1p
 reformativo, 1p
 reformatório, 1p
 reformista, 1r
 refractário, 2;p.508
 refreador, 1r
 refrescante, 1p
 refrescativo, 1p
 refutável, 1r
 regelador, 1p
 regelante, 1p
 regenerador, 1p
 regenerante, 1p
 regenerativo, 1p
 regimental neg., 1r
 registável, 1r;p.382
 registrável, 1r
 regozijador, 1p
 regulamentar, 1r
 regulamentário, 1r
 regular(in-), 1r, 4
 regularizador, 1r
 reincidente, 4
 reivindicativo, 1r
 reivindicatório, 1r

rejeitável, lr
 rejuvenescedor, lp
 relaxador, lp
 relaxante, lp;p.499
 relaxativo, lp
 relembutivo, lr, 3, 9
 reles, 3;pp.818,819
 relevante, lp, 5, 10
 relutante, 4;pp.358,375,826
 rememorador, lr, 3, 9
 rememorativo, lr, 3, 9
 rememorável, lr
 remerecedor, lr, 3, 9
 remoçador, lp
 remoçativo, lp
 rémumerador, lp
 remunerativo, lp
 remuneratório, lp
 remunerável, lr
 remuneroso, lp
 rendável, lr
 rendoso, lr;p.438
 renitente, 4;pp.578,742,743,826
 renovador, lr
 rentável, lr
 reparador, lr
 reparatório, lr
 reparável(in-), lr
 repelente, la
 repousante, lp
 repreensível(in-), lr
 reprobatório, lr
 reprovável, lr
 repudiável, lr;p.794
 repugnante, la;pp.344,345
 repulsivo, la
 respeitável(in-), lr
 responsável(x);p.375

responsável¹(in-), 3, 6;pp.541,542,543,
 821,822,840
 responsável², 3;pp.821,822
 restritivo, lr
 resultante, lr, 3, 9;pp.234,359,376,404,
 426,551,674,853
 retaliativo, lr
 retaliatório, lr
 retemperante, lp
 reticente, 4
 retrógrado, lr
 retumbante, lr
 revelador, lr, 3, 9;pp.354,503
 revelável, la
 reverencioso, lr
 revicejante(*), lp;p.313
 revigorante, lp
 revoltante, lp;p.315
 revolucionário, lr
 redicularizador, lp
 ridicularizante, lp
 ridículo, lp;pp.403,421,424,428
 ridículo, lp
 rijo, 4
 roborante, lp
 roborativo, lp
 robustecedor, lp
 romântico, lr
 rudimentar, lr
 rufianesco, lr
 ruidoso, lr
 ruim, 3;pp.818,819
 ruinoso, lp

S

sabedor, 3;pp.375,402,576,811
 saboroso, lr

- sabotador, lp
 sacrílego, lr
 sádico, lr
 sadio, lp
 salubre(in-), lp
 salutar, la;p.638
 salutífero(in-), lp
 sanguinário, lr
 sanguinolento, lr
 anificador, lp
 sanificante, lp
 santificador, lp
 santificante, lp
 são, lp
 sábio, 3;pp.430,554,581,
 592,662,741
 sarcástico, lr
 satânico, lr
 satírico, lr
 satisfatório(in-), lp;p.683
 saturador, lp
 saturante, lp;p.380
 saudável, lp
 secreto, lr
 sectário, lr
 secundário, lr
 sedento, 3;pp.384,450,452,508
 sedicioso, lr
 sedutor, l;pp.351,356
 selectivo, lr
 selecto, lr
 selvagem, lr
 semelhante, 8;pp.404,630
 semi-histórico, lr
 senhoril, lr
 senil, lr
 sensacional, lr
 sensato(in-), lr
 sensibilizador, lp
 sensibilizante, lp
 sensível, la, 2;pp.404,463,771,772,774
 sentimental, lr
 separável(in-), 9;p.853
 sepulcral, lr
 sequioso, 3, 6
 servil, lr
 significador, lr, 3, 9
 significante, lr
 significativo, lr, 3, 9;pp.344,345,483,504,
 550,551,571,572,573,575,579,584,585,592,
 637,648,662,688,718,719,736
 simbolizador, lr, 3, 9
 simétrico, 9
 similar, 8, 9,
 simpático, lr, 4;p.599
 simples, lr
 simplificador, lr
 simplificativo, lr
 simplista, lr
 sincero, 4
 singular, lr
 sinistro, lr
 sinônimo, lr, 3, 9;pp.385,386,387,388
 sintomático, lr, 3, 9;pp.352,851
 sôfrego, 3,6;pp.839,840
 solicitável, la
 solícito, 4, 6;p.841
 sombrio, lp; p.776
 sórdido, lr
 soturno, lr
 subversivo, lr
 suficiente(in-), lp, 5, 10;pp.537,854
 sufocador, lp
 sufocante, lp
 sufocativo, lp
 sugerível, la
 sugestivo, lr
 suicida, lr

sujeitável, 1a, 2, 8;p.796
 superelegante, 1r
 superexcitante, 1p
 supérfulo, 1r
 super-humano, 1r
 superior, 1a
 supersticioso, 4
 superveniente, 1r, 3, 9;p.404
 supliciador, 1p
 suplicante, 1p
 suportável(in-), 1r
 surpreendente, 1p;p.401
 surrealista, 1r
 susceptível(in-), 1r, 3;p.349
 suscitador, 1r, 3
 suscitável, 1r
 suspeito, 3
 suspiroso, 6
 sustentável(in-), 1r

T

tangível, 1r;pp.382,787
 tardio, 4
 tautológico, 1r
 teatral, 1r
 tedioso, 1r
 teimoso, 4
 temerário, 4
 temeroso, 3;p.384
 temível, 1r
 temeroso, 3
 tempestuoso, 1r
 temporão, 1r
 temporário, 1r
 temporizador, 1r
 tenaz, 4
 tendencioso, 1r

tendente¹, 2;pp.508,798
 tendente², 2;p.798
 tenebroso, 1r
 tentador, 1p
 tentante, 1p
 tentativo, 1p
 tergiversador, 1r
 tergiversante, 1r
 tergiversatório, 1r
 terminante, 1p, 5, 10;p.854
 terrificador, 1p
 terrificante, 1p
 terrífico, 1p
 terrível, 1p;pp.380,785
 terrorífico, 1p
 testemunhador, 1r, 3, 9
 testemunhável, 1r
 tétrico, 1r
 tímido, 4
 timorato, 4
 tirânico, 1p;p.782
 tiranizador, 1p
 titânico, 1r
 tocante, 1p;p.784
 tolerante(in-), 4
 tolerável, 1a;pp.662,678
 tolo, 3, 4
 tonificante, 1p
 tormentoso, 1p
 torpe, 1r
 torturante, 1p
 totalitário, 1r
 tóxico, 1r
 trabalhoso, 1r
 tradicional, 1r
 trágico, 1r
 tragicômico, 1r
 traiçoeiro, 1r
 tranquilizador, 1p

tranquilizante, 1p
 transcendental, 1r
 transcendente, 1r
 transfigurador, 1p
 transigente(in-), 4
 transigível, 1r
 transmissível¹(in-), 1a
 transmissível²(in-), 1a
 transparente, 1r
 transtornador, 1p
 transumano, 1r
 traumatizante, 1p
 tremendo, 1r
 tribal, 1r
 triste, 1p, 7;pp.404,428,437,
 482,552,581,669,670,843,844
 trivial, 1r
 trovadoresco, 1r
 tūrpido, 1r

U

ufano, 3
 ufanoso, 3
 ulterior, 1a, 2, 8
 ultrafantástico, 1r
 ultra-humano, 1r
 ultrajador, 1p
 ultrajante, 1p;p.522
 ultrajoso, 1p
 ultraliberal, 1r
 ultramoderno, 1r
 ultranatural, 1r
 ultra-radical, 1r
 ultra-romântico, 1r
 ultra-sensível, 1a;p.463
 unânime, 4;pp.826,827,828,829,830
 unificador, 1r

uniforme, 4
 uniformizador, 1r
 unilateral, 1r
 unissono, 4;pp.826,827,828,829,830
 unitário, 1r
 unitivo, 1r
 universal, 1r
 universitário neg, 1r
 urgente, 1r;p.420
 useiro, 4
 usual, 1r;pp.447,448,451,644,645,794,
 usurpatório, 1r
 útil(in-), 1a, 5, 10;pp.375,401,467,469,
 470,471,474,476,502,506,515,563,630,
 663,664,665,687,699,834,836,837,855
 utilizável(*), 10;p.504
 utópico, 1r

V

vacilante, 4;pp.831,832,833
 vagarento, 4
 vagaroso, 4
 vaidoso, 4
 valentão, 4
 valente, 4
 válido, 1r
 valioso, 1r
 valoroso, 4
 vandálico, 1r
 vantajoso(des-), 1a, 5, 10;pp.380,497,
 538,836,856
 vão, 1r
 varonil, 1r
 vaticinador, 1r, 3, 9;p.814
 vaticinante, 1r
 vegetativo, 1r

vergonhoso, lp;pp.428.437.553
 verídico, lr
 verificável(in-), lr
 verisímil(in-), lr
 vernáculo, lr
 verosímil(in-), lr
 verosimilhante(in-), lr
 verrinoso, lr
 vexador, lp
 vexante, lp
 vexativo, lp
 vexatório, lp
 vezeiro, 4
 viável(in-), lr
 vibrante, lr
 vicioso, lr
 vigente, lr;p.794
 vigorante¹, lp
 vigorante², lr
 vigoroso, 4
 vil, lr
 vilanesco, lr
 vilipendiador, lp
 vilipendioso, lp
 vingativo, lr
 violento, lp, 4
 viril, lr
 virulento, lr, 4
 visível(in-), la;pp.357,382,
 560,650,771,772
 visível, lr
 visivo, lr
 vistoso, lr
 vital(x);pp.467,468
 vital¹, lp
 vital², lr
 vitalizador, lp
 vitalizante, lp
 vitoriano, lr
 vituperativo, lp

vituperioso, lp
 vituperoso, lp
 vivificador, lp
 vivificante, lp
 vivificativo, lp
 voluntarioso, 4
 voluptuário, lr
 voluptuoso, lr
 vulgar(in-), lr

W

wagneriano, lr
 weberiano, lr

X

xingador, lr

Z

zelador, 3
 zeloso, 3, 4
 ziguezagueante, lr
 zolaísta, lr
 zolesco, lr
 zolista, lr
 zombador, lr
 zoomaníaco, lr
 zoroastriano, lr
 zoroástrico, lr

INDICE DE AUTORES

- Akmajian: 305
 Allan: 86,87,266,631
 Allen: 247,249
 Anderson: 265
 Arms: 282
 Aulete: 21
 Austin: 411
 Bach: 64,701
 Baker: 283,305
 Bally: 103,116,275,276
 Barbosa: 26,27,28,29,30,31,32,33
 34,35,133,134,135,137,138,199,
 200,201,217,218,228,229,239,246
 251,261,262,303,306
 Baylon: 276
 Bechara: 31,304
 Becker: 282
 Bloomfield: 253,255
 Bolinger: 107,275,277,281,283,285
 Boons: 180,243,297,710
 Benveniste: 107
 Bonney: 693
 Brito: 305
 Brondal: 252
 Burt: 701
 Busse: 709
 Câmara: 32,41,45,46,47,136,246,
 248,252,256
 Casteleiro: 243,247,290,305,693,
 701,705
 Chapin: 77,237
 Chevalier: 107,276
 Chomsky: 5,48,64,74,92,106,210,238,
 241,243,254,256,259,261,265,275,
 285,626,705
 Cinque: 702
 Costa: 22,295
 Cunha: 26,35,36,37,38,39,40,42,43,47,54,
 136,199,202,204,205,206,207,209,219,
 230,260,262,276,292
 Dias: 135,138,199,229,230,262,309
 Dubois: 24,199,248,275,303,310
 Dubost: 709
 Ducrot: 241
 Emonds: 84,567
 Fabre: 276
 Faria: 242,270,417,693
 Fauconnier: 290
 Fernandes: 20,21,158,169,175,176,177,178,
 179,180,181,182,305,708
 Ferreira: 135,199,201,205,206,207
 Fiengo: 621,622,626,702
 Figueiredo (C.de): 21
 Figueiredo (N.de): 135,199,201,205,206,207
 Fillmore: 265,267,268
 Freidin: 704
 Freire: 21
 Gaatone: 563,600,702
 Galmiche: 243
 Giry: 243,270,710
 Gleason: 249,254,256,304
 Grevisse: 106
 Grinder: 701
 Gross: 7,11,16,19,74,75,92,93,99,101,197,231,
 232,237,238,243,245,256,259,268,270,272,
 273,283,290,292,297,304,305,315,360,362,
 563,632,691,693,699,700,704,710,750,865,
 866,867,868,869.
 Gruber: 292
 Guillaume: 252
 Halliday: 265
 Harris(J.): 55, 263,264

- Harris (Z.): 7,254,255,256,
 339,342,631,691
 Hasegawa: 704
 Higgins: 566
 Hirschbuhler: 701
 Hjelmslev: 305
 Jackendoff: 292,625,626,
 702,705
 Jacobs: 265,266
 Jespersen: 252,253
 Joly: 263,264
 Kajita: 305
 Karttunen: 411,412,416,693
 Kayne: 290,305,701,705
 Kiparsky: 406,640,642
 Kirkby: 55,263
 Lakoff (G.): 5,48,55,56,
 57,58,59,61,62,63,64,
 69,71,73,74,75,76,77,
 78,79,80,81,82,84,85,
 211,265,266,267,269,
 297,423,695,701
 Lakoff(R.): 243,563,704
 Langacker: 704
 Lasnik: 621,622,626,702
 Lees: 263,275
 Levi: 116,275,276,277,278,
 280,281,282,283,284,
 286,287,291
 Lléo: 693,694
 Lobato: 288
 Long: 693
 Lopes: 136,138,259
 Lyons,: 86,100,241,247,254,
 255,256,263,265,266
 Martin (J.): 289,695,697
 Martin (R.): 563
 Matos: 305
 Maurer: 221
 McCawley: 243,701
 Meireles: 84,210,211,212,214,215,
 265,423,693
 Melo: 22,295
 Morais: 21,197
 Moreau: 305,632
 Munro: 704
 Nakada: 305
 Naro: 703
 Nique: 100,255,275,276,283
 Nogueira: 175
 Perini: 601,628,702
 Perlmutter: 243,290,292,302,608,
 611,628,702,703,704,705
 Picabia: 23,127,227,231,243,255,
 267,275,297,360,466,702,710
 Platão: 55
 Pontes: 288,289
 Postal: 243,251,275,276,290,611,
 621,702
 Pottier: 104,256,257,258,279
 Quícoli: 243,288,289,705
 Raposo: 84,211,212,222,232,251,
 265,290,311,423,693,705,
 Rey-Debove: 708
 Rodman: 701
 Rosenbaum: 82,211,212,214,215,
 231,265,266,563,567
 Ross: 48,87,88,89,90,91,92,93,
 96,97,98,99,240,243,265,267,
 270,271,272,275,563,585,695
 Ruiz: 289
 Ruwet: 239,240,254,259,261,263,
 277,285,290,292,293,631,632
 Saporta: 249
 Saussure: 252
 Schachter: 64,65,66,67,68,72,73,
 74,77,78,79,81,83,84,265,270
 Schmitz: 289,695,696

Shopen: 84

Smith: 263,285

Sobejano: 40

Stockwell: 211,305,693

Todorov: 241

Treig: 710

Vendler: 263,275,281,283,285,640,650

Widdowson: 247

Zribi: 106,275,276,278,279,280

BIBLIOGRAFIA

- Akmajian, Adrian (1970), "On Deriving Cleft Sentences from Pseudo-Cleft Sentences", Linguistic Inquiry 1.2: 149-168.
- Akmajian, A., e F. Heny (1975), An Introduction to the Principles of Transformational Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- Allan, Keith (1973), "Complement Noun Phrases and Prepositional Phrases, Adjectives and Verbs", Foundations of Language 10.3: 377-397.
- Allen, J.P.B. (1974), "Pedagogic Grammar", in J.P.B. Allen e S. Pit Corder, eds. (1974), pp. 59-92.
- Allen, J.P.B., e H.G. Widdowson (1975), "Grammar and Language Teaching", in J.P.B. Allen e S. Pit Corder, eds. (1975), pp. 45-97.
- Allen, J.P.B., e S. Pit Corder, eds. (1974), Techniques in Applied Linguistics, The Edinburgh Course in Applied Linguistics, volume three, Oxford University Press, London.
- Allen, J.P.B., e S. Pit Corder, eds. (1975), Papers in Applied Linguistics, The Edinburgh Course in Applied Linguistics, vol. two, Oxford University Press, London.
- Anderson, John (1968), "Ergative and Nominative in English", Journal of Linguistics 4: 1-32.
- Anderson, John (1969), "Adjectives, Datives and Ergativisation", Foundations of Language 5.3:301-323.
- Aulete, F.J. Caldas (1948), Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, 3a. edição, 2 vols., Parceria Antônio Maria Pereira, Lisboa.
- Austin, J.L. (1962/1970), How to do Things with Words, Oxford University Press, London, (tr. fr. de G. Lane: Quand Dire, C'est Faire, Seuil, Paris, 1970).

- Bach, Emmon (1968), "Nouns and Noun Phrases", in E. Bach e R.T. Harms, eds. (1968).
- Bach, Emmon (1974), Syntactic Theory, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York.
- Bach, E., e R.T. Harms, eds. (1968), Universals in Linguistic Theory, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York.
- Baker, C.L. (1970), "Notes on the Description of English Questions: The Role of an Abstract Question Morpheme", Foundations of Language 6.1: 197-219.
- Bally, Charles (1944), Linguistique Générale et Linguistique Française, Seconde Édition, A. Francke S.A., Berne.
- Barbosa, J. Soares (1822/1830), Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à nossa Linguagem, Segunda Edição, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1830 (1a. edição, póstuma, 1822).
- Baylon, Christian, e Paul Fabre (1973), Grammaire Systématique de la Langue Française, Éditions Fernand Nathan, Paris.
- Bechara, Evanildo (1976), Moderna Gramática Portuguesa, 21a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Becker, A.L., e D.G. Arms (1969) "Prepositions as Predicates", in R.I. Binnick, A. Davison, G.M. Green e J.L. Morgan, eds. (1969).
- Bellert, Irena (1977), "On Semantic and Distributional Properties of Sentential Adverbs", Linguistic Inquiry 8.2: 337-350.
- Benveniste, Émile (1966), Problèmes de Linguistique Générale, Éditions Gallimard, Paris.
- Binnick, R.I., A. Davison, G.M. Green e J.L. Morgan (1969), Papers from the Fifth Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago Linguistic Society, Chicago.

- Bloomfield, Leonard (1933/1970), Language, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1933 (trad. fr.: Le Langage, Payot, Paris, 1970).
- Bolinger, Dwight (1967), "Adjectives in English: Attribution and Predication", Lingua 18: 1-34.
- Bolinger, Dwight (1972), Degree Words, Mouton, The Hague-Paris.
- Bonney, W.L. (1976), Problems in the Grammar and Logic of English Complementation, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Indiana.
- Boons, J.P., A Guillet e C. Leclère (1973), La Structure des Phrases Simples en Français (Constructions non Complétives), I - Les Verbes Intransitifs, Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris. (A publicar por Droz, Genève).
- Boons, J.P., A. Guillet e C. Leclère (1976), La Structure des Phrases Simples en Français, 2 - Classes de Constructions Transitives, Rapport de Recherches nº6, Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris. (A publicar por Droz, Genève).
- Bowers, John (1970), "Adjectives and Adverbs in English", Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Brito, Ana Maria, e M.G.A. Pereira de Matos (1974), "Introdução ao Estudo das Interrogativas em Português", Boletim de Filologia XXIII. 1-4: 191-252.
- Brøndal, Viggo (1928), Ordclasserne-Partes Orationis, Copenhagen (tr. fr.: Les Parties du Discours, Munksgaard, Copenhagen, 1948).
- Burt, Marina K. (1971), From Deep to Surface Structure, An Introduction to Transformational Syntax, Harper and Row, New York.

- Busse, W., e J.P. Dubost (1977), Französisches Verblexikon, Die Konstruktion der Verben im Französischen, Klett-Cotta, Stuttgart.
- Câmara Jr., J. Mattoso (1970), Estrutura da Língua Portuguesa, Editora Vozes Limitada, Petrópolis.
- Câmara Jr., J. Mattoso (1975), História e Estrutura da Língua Portuguesa, Padrão, Rio de Janeiro.
- Casteleiro, J. Malaca (1961), A Expressão da "Ordem" na Língua Portuguesa do Século XX, Dissertação de Licenciatura (não publicada), Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Casteleiro, J. Malaca (1975a), "Aspectos da Sintaxe do Português Falado no Interior do País", Boletim de Filologia XXIV. 1-4: 57-74.
- Casteleiro, J. Malaca (1975b), "L'Emploi de l'Indicatif, du Subjonctif et de l'Infinitif dans les Phrases Complétives en Portugais", Proceedings of the Fourth International Congress of Applied Linguistics, HochschulVerlag, Stuttgart, 1976, vol. III: 31-44.
- Casteleiro, J. Malaca (1976a), "Sintaxe e Semântica das Construções Enfáticas com É que" (1a. Parte), a publicar in Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, Centro de Linguística das Universidades de Lisboa (e outros), Lisboa, 1978.
- Casteleiro, J. Malaca (1976b), "A Sintaxe na Didáctica do Português como Língua Estrangeira", a publicar in Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, Centro de Linguística das Universidades de Lisboa (e outros), Lisboa, 1978.
- Casteleiro, J. Malaca (1976c), "Jerônimo Soares Barbosa: Um Gramático Racionalista do Século XIX", a publicar in Boletim de Filologia, XXVI.
- Casteleiro, J. Malaca (1977a), "Sintaxe e Semântica das Construções Enfáticas com É Que" (1a. e 2a. Parte), a publicar in Boletim de Filologia, XXV.

Casteleiro, J. Malaca (1977b), "Aspectos das Construções Clivadas no Português Actual", a publicar in Actas do XVº Congresso de Filologia e Linguística Românicas, Rio de Janeiro.

Casteleiro, J. Malaca et all. (1977), "Realizações do Futuro do Presente no Português Falado", a publicar in Actas do XVº Congresso de Filologia e Linguística Românicas, Rio de Janeiro (Comunicação preparada em colaboração com H.M. Dias, M.A. Ramos, M.F. Bacelar, M. H. Ançã, M.H. Castro, M.H. Courella, M.L. Marques, M. L. Segura, M.M. Santos, da equipa do "Português Fundamental", Centro de Linguística das Universidades de Lisboa).

Chapin, Paul (1967), On the Syntax of Word Derivation in English, The MITRE Corporation, Bedford, Mass.

Chevalier, J.-Cl., et all. (1964), Grammaire Larousse du Français Contemporain, Larousse, Paris.

Chevalier, Jean-Claude (1968), Histoire de la Syntaxe, Naissance de la Notion de Complément dans la Grammaire Française (1530-1750), Droz, Genève.

Chomsky, Noam (1957), Syntactic Structures, Mouton, La Haye (tr. fr. de M. Braudeau: Structures Syntaxiques, Seuil, Paris, 1969).

Chomsky, Noam (1958), "A Transformational Approach to Syntax in A.A. Hill, ed. (1962), pp. 124-458, ou J. A. Fodor e J.J. Katz, eds. (1964), pp. 119-137.

Chomsky, Noam (1965), Aspects of the Theory of Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass. (tr. port. de J.A. Meireles e E.P. Raposo: Aspectos da Teoria da Sintaxe, Arménio Amado, Coimbra, 1975).

Chomsky, Noam (1966), Cartesian Linguistics, Harper and Row, New York (tr. fr. de N. Delanoe e D. Sperber: Linguistique Cartésienne, Seuil, Paris, 1969).

Chomsky, Noam (1970), "Remarks on Nominalization", in

R.A. Jacobs e P.S. Rosenbaum, eds. (1970) ou in Chomsky (1972/1975).

Chomsky, Noam (1971), "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation", in D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits, eds. (1971) ou in Chomsky (1972/1975).

Chomsky, Noam (1972), "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar", in Chomsky (1972/1975).

Chomsky, Noam (1972/1975), Studies on Semantics Grammar, Mouton, La Haye, 1972 (tr. fr. de B. Cerquiglini: Questions de Sémantique, Seuil, Paris, 1975).

Chomsky, Noam (1975), Reflections on Language, Pantheon Books, New York.

Chomsky, Noam (1977), Dialogues avec Mitsou Ronat, Flammarion, Paris.

Cinque, Guglielmo (1977), "The Movement Nature of Left Dislocation", Linguistic Inquiry 8.2: 397-412.

Costa, J. Almeida, e A. Sampaio e Melo, Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, Porto.

Cunha, Celso (1976), Gramática da Língua Portuguesa, 3a. edição, FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar, Rio de Janeiro, 1976.

Dias, A. Epiphânio da Silva (1959), Syntaxe Histórica Portuguesa, 4a. edição, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1959.

Dubois, Jean, et all. (1973), Dictionnaire de Linguistique, Larousse, Paris.

Dubois, Jean (1967), Grammaire Structurale du Français: Le Verbe, Larousse, Paris.

Dubois, Jean (1969), Grammaire Structurale du Français: La Phrase et les Transformations, Larousse, Paris.

Ducrot, O., e T. Todorov (1972), Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage, Seuil, Paris.

- Emonds, Joseph E. (1970), Root and Structure-Preserving Transformations, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Faria, Isabel Hub (1974), "Conjuntivo e a Restrição da Frase-Mais-Alta", Boletim de Filologia XXIII. 1-4: 81-188 (Tese de Licenciatura de 1973).
- Fauconnier, Gilles (1974), La Coréférence: Syntaxe ou Sémantique?, Seuil, Paris.
- Fernandes, Francisco (1964), Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjectivos, 2a. edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1964.
- Fernandes, Francisco (1965), Dicionário de Verbos e Regimes, 4a. edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1965.
- Fiengo, Robert (1977), "On Trace Theory", Linguistic Inquiry 8.1: 35-61.
- Figueiredo, Cândido de (1949), Dicionário da Língua Portuguesa, 10a. edição, 2 vols., Livraria Bertrand, Lisboa.
- Figueiredo, J.M. Nunes de, e A. Gomes Ferreira (1975), Compêndio de Gramática Portuguesa, Porto Editora, Porto.
- Fillmore, Charles J. (1968), "The Case for Case", in E. Bach e R.T. Harms, eds. (1968), pp. 1-88.
- Fillmore, Charles J. (1971), "Types of Lexical Information", in D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits, eds. (1971), pp. 370-392 (Artigo de 1968).
- Fodor, J.A., e J.J. Katz, eds. (1964), The Structure of Language, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- Freidin, Robert (1975), "The Analysis of Passives", Language 51.2: 384-405.
- Freire, Laudelino (1957), Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, 3a. edição, Rio de Janeiro.
- Gaatone, D. (1970), "La Transformation Impersonnelle en Français", Le Français Moderne 38: 389-411.

- Gaatone, D. (1972), "Facile à Dire", Revue de Linguistique Romane 141-142: 129-138.
- Galmiche, Michel (1975), Sémantique Générative, Larousse, Paris.
- Giry, Jacqueline (1972), Analyse Syntaxique des Constructions du Verbe Faire, Université de Haute-Bretagne et Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, C.N.R.S., Paris (à publier par Droz, Genève).
- Gleason, H.A. (1955/1969), An Introduction to Descriptive Linguistics, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York (tr. fr. de F. Dubois-Charlier: Introduction à la Linguistique, Larousse, Paris, 1969).
- Grevisse, Maurice (1964), Le Bon Usage, 8e. édition, J. Duculot, Gembloux, 1964.
- Grinder, John (1972), "On the Cycle in Syntax", in J.P. Kimball, ed. (1972), pp. 81-111.
- Gross, Maurice (1968), Grammaire Transformationnelle du Français: Syntaxe du Verbe, Larousse, Paris.
- Gross, Maurice (1969), Lexique des Constructions Complétives, Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, C.N.R.S., Paris.
- Gross, Maurice (1971), "Grammaire Transformationnelle et Enseignement du Français", Langue Française 11: 4-14.
- Gross, Maurice (1974), "Remarques sur le Processus d'Apprentissage de la Syntaxe d'une Première Langue", in Problèmes Actuels en Psycholinguistique, Colloque du C.N.R.S. (Paris: Décembre 1971), Éditions du Centre Nationale de la Recherche Scientifique, Paris, 1974, pp. 23-27.
- Gross, Maurice (1975), Méthodes en Syntaxe, Hermann, Paris.
- Gross, Maurice (1977), "Une Analyse Non-Présuppositionnelle de l'Extraction dans C'est...Qu", Linguisticae Investigationes 1.1: 39-62.

- Gruber, Jeffrey (1965), Studies in Lexical Relations,
Reproduced by The Indiana University Linguistics
Club, Indiana.
- Gruber, Jeffrey (1967), Functions of the Lexicon in For-
mal Descriptive Grammars, Reproduced by The Indiana
University Linguistics Club, Indiana.
- Halliday, M.A.K. (1967), "Notes on Transitivity and The-
me in English", Journal of Linguistics 3: 37-81.
- Harris, James (1751), Hermès ou Recherches Philosophiques
sur la Grammaire Universelle, traduction et remarques
par François Thurot (1976), édition, introduction et
notes par André Joly, Genève-Paris, 1972.
- Harris, Zellig S. (1951), Methods in Structural Linguis-
tics, University of Chicago Press, Chicago.
- Harris, Zellig S. (1964/1970), "The Elementary Transforma-
tions", in Papers in Structural and Transformational Lin-
guistics, D. Reidel Publ. Co., Dordrecht, 1970, pp. 482-532.
- Harris, Zellig S. (1968/1971), Mathematical Structures
of Language, J. Wiley, New York (tr. fr. de C. Fuchs:
Structures Mathématiques du Langage, Dunod, Paris,
1971).
- Harris, Zellig S. (1954/1970), "Distributional Structure",
Word 10: 146-194 (tr. fr. de J. Balagna: "La Structure
Distributionnelle". Langages 20: 14-34, 1970).
- Harris, Zellig S. (1976), Notes du Cours de Syntaxe (tra-
duit de l'anglais par Maurice Gross), Seuil, Paris.
- Hasegawa, Kinsuke (1968), "The Passive Construction in En-
glish", Language 44.1: 230-244.
- Higgins, F.R. (1973), "On J. Emonds's Analysis of Extrapo-
sition", in J.P. Kimball, ed. (1973), pp. 149-195.
- Hill, A.A., ed. (1962), Proceedings of the Third Texas
Conference on Problems of Linguistic Analysis in En-
glish, University of Texas Press, Austin.

- Hirschbuhler, Paul (1974), "La Dislocation à Gauche comme Construction Basique en Français", in C. Rohrer e N. Ruwet, eds., Actes du Colloque Franco-Allemande de Grammaire Transformationnelle, vol.1, Max Niemeyer Verlag, Tübingen.
- Hirschbuhler, Paul (1975), "On the Source of Lefthand NPs in French", Linguistic Inquiry 6.1: 155-165.
- Hjelmslew, Louis (1939), "La Notion de Recton", Acta Linguistica 1: 10-23.
- Jacobs, R.A., e P.S. Rosenbaum (1968), English Transformational Grammar, Ginn and Company Ltd., London.
- Jacobs, R.A., e P.S. Rosenbaum, eds. (1970), Readings in English Transformational Grammar, Ginn and Company, Waltham, Mass., London.
- Jackendoff, Ray S. (1972), Semantic Interpretation in Generative Grammar, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- Jackendoff, Ray S. (1975), "Tough and the Trace Theory of Movement Rules", Linguistic Inquiry 6.3: 437-447.
- Jespersen, Otto (1924), The Philosophy of Grammar, George Allen and Unwin, Ltd, London (tr. fr. de A.M. Léonard: La Philosophie de le Grammaire, Les Éditions de Minuit, 1971).
- Jespersen, Otto (1937/1971), Analytic Syntax, Munksgaard, Copenhagen (tr. fr. de A.M. Léonard: La Syntaxe Analytique, Les Éditions de Minuit, Paris, 1971).
- Joly, André (1976), "James Harris et la Problématique des Parties du Discours à l'Époque Classique", in H. Parret, ed., History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics, Walter der Gruyter, Berlin, 1976, pp. 410-430.
- Kajita, Masaru (1972), "Transformationally Underivable Pseudo-Cleft Sentences", Linguistic Inquiry 3.2.

- Karttunen, Lauri (1970), "On the Semantics Of Complement Sentences", in Papers from the Sixth Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago, pp. 328-339.
- Karttunen, Lauri (1971/1971c), "The Logic of English Predicate Complement Constructions", Reproduced by The Indiana University Linguistics Club (tr. fr. in Langues 30: 56-89, 1973, "La Logique des Constructions Anglaises à Complément Prédicatif").
- Karttunen, Lauri (1971b), "Some Observations on Factivity", Papers in Linguistics 4: 55-69.
- Karttunen, Lauri (1971a), "Implicative Verbs", Language 45.2: 340-358.
- Karttunen, Lauri (1972), "Possible and Must", in J.P. Kimball, ed. (1972), pp. 1-20.
- Kayne, Richard S. (1977), Syntaxe Française: Le Cycle Transformationnel, Seuil, Paris (tr. do ingl.: French Syntax, The Transformational Cycle, The MIT Press, Cambridge, Mass., 1974).
- Kayne, Richard S. (RL 2 e 3), "French Relative Que", Recherches Linguistiques 2: 40-61 e 3: 27-92, Université de Paris-Vincennes, Département de Linguistique, s.d..
- Keenan, Edward L. (1971), "Two Kinds of Presupposition in Natural Language", in Ch.J. Fillmore e D.T. Langendoen, eds., Studies in Linguistic Semantics, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York, 1971, pp. 44-70.
- Kimball, J.P., ed. (1972-1973), Syntax and Semantics, volume 1 (1972), volume 2 (1973), Seminar Press, New York and London.
- Kiparsky, P., e C. Kiparsky (1968/1971), "Fact", in D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits, eds. (1971), pp. 345-369.
- König, Ekkehard (1971), Adjectival Constructions in English and German: A Contrastive Analysis, Julius Gross Verlag, Heidelberg.

- Lakoff, George (1965/1970), Irregularity in Syntax, Holt, Rinehart and Winston, Inc. 1970.
- Lakoff, George (1966), "Deep and Surface Grammar", Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Lakoff, George (1966a), "Stative Adjectives and Verbs in English", Report No. NSF-17, The Computation Laboratory of Harvard University (não publicado).
- Lakoff, George (1971), "On Generative Semantics", in D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits, eds. (1971), pp. 232-296.
- Lakoff, Robin T. (1968), Abstract Syntax and Latin Complementation, The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Lakoff, Robin T. (1971), "Passive Resistance", in D. Adams et al., eds., Papers from the Seventh Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago, 1971, pp. 149-162.
- Langacker, R.W., e P. Munro (1975), "Passives and their Meaning", Language 51.4: 789-830.
- Lapa, M. Rodrigues (1965) Estilística da Língua Portuguesa, 4a. edição, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
- Lasnik, H., e R. Fiengo (1974), "Complement Object Deletion", Linguistic Inquiry 5.4: 535-571.
- Lees, Robert B. (1960/1968), The Grammar of English Nominalizations, Mouton, The Hague, 1968.
- Levi, Judith N. (1973), "Where Do All Those Other Adjectives Come From?", in C. Corum et al., eds., Papers from the Ninth Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago, 1973, pp. 332-345.
- Levi, Judith N. (1976), The Syntax and Semantics of Nonpredicating Adjectives in English, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Lima, Rocha (1976), Gramática Normativa da Língua Portuguesa, 18a. edição, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1976.

- Ljung, Magnus (1970), English Denominal Adjectives, Acta Universitatis Gothoburgensis, Lund.
- Lléo, Conxita (1974/1976), "La Presuposición y los Verbos Factivos en Castellano", in V.S. de Zavala et all., Estúdios de Gramática Generativa, Labor Universitária, Barcelona, 1976, pp. 119-142.
- Lobato, Lúcia M. Pinheiro (1971), L'Auxiliarité en Langue Portugaise, Thèse de 3e. Cycle, Université de Paris III, Paris.
- Lobato, Lúcia M. Pinheiro (1975), "Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo: Critério de Auxiliaridade", in Lúcia M. Pinheiro Lobato, et all., Análises Linguísticas, Editora Vozes, Petrópolis, 1975, pp. 27-91.
- Long, Mark E. (1976), Semantic Verb Classes and their Role in French Predicate Complementation, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Lopes, Óscar (1972), Gramática Simbólica do Português, 2a. edição, Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa.
- Lyons, John (1966), "Towards a 'Notional' Theory of the 'Parts of Speech'", Journal of Linguistics 2: 209-236.
- Lyons, John (1968/1970), Introduction to Theoretical Linguistics, Cambridge (tr. fr. de F. Dubois-Charlier e D. Robinson: Linguistique Générale, Larousse, Paris, 1970).
- Martin, John (s.d.) "Ser, Estar and Allied Topics in the Syntax of Portuguese", Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Martin, Robert (1970), "La Transformation Impersonnelle", Revue de Linguistique Romane 135-136: 377-394.
- Maurer Jr., T. Henrique (1968), O Infinito Flexionado Português, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

- McCawley, James D. (1968), "The Role of Semantics in a Grammar", in E. Bach e R.T. Harms, eds. (1968), pp. 124-169 (A referência 'McCawley 1968', in Cap. I, nota 6, p. 243, refere-se a este título e não ao seguinte).
- McCawley, James D. (1968), "English as a VSO Language", Language 46.2: 286-299 (1970).
- Meireles, J. Antônio (1972), Estruturas de Complementação em Português, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras, Lisboa, 1972.
- Meireles, J.A., e E.P. Raposo (1975), "Introdução a Alguns Conceitos da Gramática Generativa Transformacional", in tr. port. de Chomsky (1965), pp. 9-77.
- Morais Silva, A. de (1949-1958), Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 10a. edição, 12 vols., Editora Confluência, Lisboa.
- Moreau, Marie-Louise (1970/1971), Trois Aspects de la Syntaxe de C'Est, Thèse de Doctorat, Université de Liège, Année Académique 1970-1971).
- Moreau, Marie-Louise (1971) "L'homme que je crois qui est venu; qui, que: Relatifs et Conjunctions", Langue Française 11: 77-90.
- Nakada, Seuchi (1973), "Pseudo-Clefts: What Are They?", in C. Corum et al., eds., Papers from the Ninth Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago, 1973, pp. 428-441.
- Naro, Anthony J. (1968), History of Portuguese Passives and Impersonals, MIT Dissertation.
- Naro, Anthony J. (1976), "The Genesis of Reflexive Impersonal in Portuguese", Language 52.4: 779-810.
- Nique, Christian (1974), Initiation Méthodique à la Grammaire Générative, Armand Colin, Paris.
- Nogueira, R. de Sá (1945), Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

- Perini, Mario A. (1976) A Gramática Gerativa, Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa, Editora Vigília, Belo Horizonte.
- Perlmutter, David M. (1972a), "Evidence for Shadow Pronouns in French Relativization", in Peranteau et al., eds., The Chicago Which Hunt: Papers from the Relative Clause Festival, Chicago Linguistic Society, Chicago.
- Perlmutter, David, M. (1972b) "The Globality of Object Raising in Portuguese", MIT, não publicado.
- Perlmutter, David M. (1973), "Evidence for Subject Downgrading in Portuguese", in J. Schmidt-Radefeldt, ed., Readings in Portuguese Linguistics, North-Holland Publishing Company, 1976.
- Picabia, Lelia (1970), Études Transformationnelles de Constructions Adjectivales du Français, Thèse de Doctorat de 3e. Cycle, Université de Paris-Vincennes, Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique.
- Picabia, Lelia (1971), "Des Adjectifs et de Quelques Problèmes de Formalisation du Lexique", Langue Française 11: 91-101.
- Picabia, Lelia (1975), Éléments de Grammaire Générative, Applications au Français, Armand Colin, Paris.
- Picabia, Lelia (1976), "Sur Trois Classes d'Adjectifs: En Marge de la Transformation Dite Tough Movement", in J.-C. Chevalier e M. Gross, eds., Méthodes en Grammaire Française, Klincksieck, Paris 1976, pp. 121-129.
- Pontes, Eunice (1973), Verbos Auxiliares em Português, Editora Vozes, Petrópolis.
- Postal, Paul M. (1966), "On So-Called 'Pronouns' in English", in D.A. Reibel e S.A. Schane, eds. (1969), pp. 201-224.

- Postal, Paul M. (1969), "Anaphoric Islands", in Binnick et all., eds. (1969), pp. 205-239.
- Postal, Paul M. (1970), "On the Surface Verb Remind", Linguistic Inquiry 1.1: 37-120.
- Postal, Paul M. (1971), Cross-Over Phenomena, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York.
- Postal, Paul M. (1972a) "The Derivation of English Pseudo-Adjectives", Thomas J. Watson Research Center, IBM, Yorktown Heights, New York (não publicado).
- Postal Paul M. (1974), On Raising, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- Pottier, Bernard (1974), Linguistique Générale, Klincksieck, Paris.
- Pottier, Bernard, et all. (1975), Estruturas Linguísticas do Português, 3a. edição, Difel, São Paulo - Rio de Janeiro.
- Quicoli, Antônio C. (1972), Aspects of Portuguese Complementation (Dissertação de Doutorado), State University of New York at Buffalo (não publicado).
- Quirk, R. et all. (1972), A Grammar of Contemporary English, Longman, London.
- Raposo, E. Paiva (1973a), "Sobre a Forma O em Português", Boletim de Filologia XXII. 3-4: 361-415.
- Raposo, E. Paiva (1973b), Estudos sobre o Infinitivo em Português, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras, Lisboa (parcialmente publicada in Raposo 1975).
- Raposo, E. Paiva (1975), Uma Restrição Derivacional Global sobre o Infinitivo em Português, separata do Boletim de Filologia XXIV. 1-4, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1975.
- Reibel, D.A., e S.A. Schane, eds. (1969), Modern Studies in English, Prentice-Hall, Inc, Englewood Cliffs, New Jersey

- Rodman, Robert (1974), "On Left Dislocation", Papers in Linguistics VII. 3-4: 437-466.
- Rey-Debove, Josette (1970), "Le Domaine du Dictionnaire", Langages 19: 3-34.
- Rosenbaum, Peter S. (1967), The Grammar of English Predicate Complement Constructions, The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Rosenbaum, Peter S. (1970), "A Principle Governing Deletion in English Sentential Complementation", in R.A. Jacobs e Rosenbaum, eds. (1970), pp. 20-29.
- Ross, John R. (1966/1969), "Adjectives as Noun Phrases", in D.A. Reibel e S.A. Schane, eds. (1969), pp.352-360.
- Ross, John R. (1967), Constraints on Variables in Syntax, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Ross, John R. (1969), "Auxiliaries as Main Verbs", in William Todd, ed., Philosophical Linguistics, Series I, Great Expectation, Evanston, Illinois, 1969.
- Ross, John R. (1970), "On Declarative Sentences", in R.A. Jacobs e P.S. Rosenbaum, eds. (1970), pp. 222-272.
- Ross, John R. (1972), "The Category Squish: Endstation Hauptwort", in Peranteau et all., eds., Papers from the Eight Regional Meeting Chicago Linguistic Society, Chicago, 1972, pp. 316-328.
- Ruiz, R. Navas (1963), Ser y Estar, Estudio sobre el Sistema Atributivo Español, Acta Salmanticensia XVII, Salamanca.
- Ruwet, Nicolas (1967), Introduction à la Grammaire Générative, Plon, Paris (tr. port. de Carlos Vogt: Introdução à Gramática Gerativa, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975).

- Ruwet, Nicolas (1972), Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français, Seuil, Paris.
- Ruwet, Nicolas (R L 3), "Les Phrases Copulatives en Français", Recherches Linguistiques 3: 143-191, Université de Paris-Vincennes, Département de Linguistique, s.d..
- Saporta, Sol (1973), "Scientific Grammars and Pedagogical Grammars", in J.P.B. Allen e S. Pit Corder, eds., Readings for Applied Linguistics, The Edinburgh Course in Applied Linguistics, volume One, Oxford University Press, London, pp. 265-274.
- Schachter, Paul (1973), "On Syntactic Categories", Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Schmitz, John R. (1974), A Ocorrência de Ser e Estar em Orações Predicativas e o Ensino do Português para Falantes de Inglês, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Schmitz, John R. (1976) "Ser, Estar, Estar-ndo Followed by Adjectives in Brazilian Portuguese: A Proposal for Classification", Colloquium on Hispanic and Luso Brazilian Linguistics, at the 1976 Linguistic Institute, Suny at Oswego, New York.
- Shopen, Timothy (1972), A Generative Theory of Ellipsis, Reproduced by The Indiana University Linguistics Club, Indiana.
- Smith, Carlota S. (1961), "A Class of Complex Modifiers in English" Language 37.2: 342-365.
- Smith, Carlota S. (1964) "Determiners and Relative Clauses in a Generative Grammar of English", in D.A. Reibel e S. A. Schane, eds. (1969), pp. 247-263.
- Sobejano, Gonzalo (1956), El Epíteto en la Lírica Española, 2a. ed., Editorial Gredos, Madrid, 1970.
- Steinberg, D.D., e L.A. Jakobovits, eds. (1971), Semantics, An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology, at The University Press, Cambridge.

- Stockwell, R.P., et al. (1973), The Major Syntactic Structures of English, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York.
- Thomas, Owen (1970), Transformational Grammar and the Teacher of English, Holt, Rinehart and Wintson, London.
- Treig, T. (1977), "Complétives en Allemand: Classification", in Rapport de Recherches n° 7, pp. 39-203, Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique, Université Paris III.
- Vendler, Zeno (1968), Adjectives and Nominalizations, Mouton, The Hague-Paris.
- Zribi, Anne (1972), "Sur un Cas de Construction Pseudo-Prédicative", Recherches Linguistiques, n°1, Université de Paris-Vincennes, Département de Linguistique, Paris.

Castelero

1979

Vol. 1